UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS

Liga Naval Portuguesa - do "Ressurgimento marítimo" ao "Ressurgimento nacional", entre quatro Regimes (1900-1939)

Fernando Alberto Carvalho David e Silva

Orientador: Professor Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de História Contemporânea

2020

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS

Liga Naval Portuguesa - do "Ressurgimento marítimo" ao "Ressurgimento nacional", entre quatro Regimes (1900-1939)

Fernando Alberto Carvalho David e Silva

Orientador: Professor Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de História Contemporânea

Júri:

Presidente – Doutor António Adriano Ascensão Pires Ventura, Professor Catedrático, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Vogais:

Doutor João Carlos de Oliveira Moreira Freire, Professor Catedrático Aposentado e Professor Emérito, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa;

Doutor António José Barreiros Telo, Professor Catedrático, Academia Militar;

Almirante Francisco António Torres Vidal Abreu, Presidente da Academia de Marinha, individualidade de reconhecida competência;

Almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Professor Catedrático Convidado, Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Doutora Teresa Maria e Sousa Nunes, Professora Auxiliar, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

2020

Resumo

A Liga Naval Portuguesa foi criada em 1900 por iniciativa de um conjunto de oficiais da Armada e civis com interesses ligados ao mar. Acompanhando o movimento que se desenvolvia na Europa e nas Américas desde 1894, a nova associação tinha como fins estatutários a promoção do ressurgimento das marinhas nacionais de guerra, mercante, de pescas e de recreio. As actividades desenvolvidas nos primeiros anos da Liga Naval acompanharam de perto os seus propósitos fundadores. Em 1908, depois do Regicídio, por iniciativa dos seus dirigentes, a Liga lançou a realização de um Congresso Nacional, que tinha por objectivo encontrar soluções para os grandes problemas do País, que se agravavam na crise permanente que Portugal atravessava desde 1890. Esta iniciativa, concretizada em Maio de 1910, agrupou monárquicos e republicanos de diversas tendências e aprovou mais de uma centena de "votos finais", que pretendiam reflectir o debate das teses apresentadas. Entre outros factores, a implantação da República constituiu um obstáculo à continuação do referido diálogo, mas não ao prosseguimento das iniciativas da Liga Naval no domínio político, como foi o caso da criação da União Patriótica (1913) e da Liga Nacional (1915-1918) cuja actividade, ainda que efémera, contribuiu para as correntes de pensamento que, mais tarde, formaram o substrato ideológico do Estado Novo. No pós-guerra e durante a Nova República Velha, a Liga Naval atravessou um período de apagamento, até ao seu reaparecimento, em 1930, quando foi solicitada a colaborar na propaganda do programa naval da Ditadura, lançado nessa ano. Decaiu, depois, até que em 1939, debaixo de uma grave e prolongada pressão financeira, decidiu suspender a actividade.

Esta tese tem o objectivo de estudar a Liga Naval Portuguesa, nas suas duas dimensões, entre os grandes objectivos de "ressurgimento marítimo" e de "ressurgimento do País", oferecendo um contributo para a compreensão da sua natureza e do seu impacto nas actividades ligadas ao mar, bem como nas correntes de pensamento político em Portugal, nas primeiras décadas do séc. XX.

Abstract

At the initiative of a group of naval officers and civilians, following the movement that had developed in Europe and the Americas since 1894, the Portuguese Navy League was created in 1900, with the statutory purposes of promoting the resurgence of the Navy, merchant marine, fisheries and recreational boating. Combining personalities and associations of the civil society with connections to naval and maritime activities, the first years of the Navy League closely followed its founding purposes. In 1908, after the Regicide, at the initiative of its main leaders, the League launched a National Congress, whose aim was to find solutions to the country's problems, which were worsened by the permanent crisis that Portugal had been undergoing since 1890. This congress, which took place in May 1910, convened monarchists and republicans of different currents of thought and approved more than a hundred "final votes", which were intended to reflect the debate of the theses submitted to the event. The establishment of the Republic in October 1910 constituted an obstacle to the pursuance of that debate, but not to the continuation of the initiatives of the Navy League in the political field, as was the case of the creation of the Liga Nacional/ National League (1915-1918), whose activity, brief as it was, contributed to the currents of thought that later formed the ideological substratum of the Estado Novo/ New State (1933-1974). In the post-war period, during the Nova República Velha/ The New Old Republic /1919-1926) the Navy League went through a period of lesser activity, which lasted until 1930 when it was summoned to cooperate in the propaganda of the naval program by the Dictatorship (1926-1933). Subsequently and under heavy and long-lasting financial pressure, the League voluntarily suspended its activity in 1939.

This thesis aims to study the two dimensions of the Naval League, amid its great objectives of "maritime resurgence" and of "National resurgence", offering a contribution to understand its nature and its impact on the activities related to the sea, as well as in the currents of political thought in Portugal in the first decades of the XXth century.

Palavras-chave

Congresso Nacional (1910), Liga Naval Portuguesa, Liga Nacional, Ressurgimento marítimo, Ressurgimento Nacional

Keywords

National Congress (1910), Portuguese Navy League, Maritime resurgence, National League, National resurgence

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO…… 8

II - ESTADO DA QUESTÃO E FONTES……..11

CAPÍTULO 1 - CRIAÇÃO E AFIRMAÇÃO DE UM GRUPO DE INTERESSES: DAS ORIGENS AO REGICÍDIO..... 14

1.1 A Marinha e o associativismo no séc. XIX 14

1.2 Criação da Liga Naval Portuguesa 16

1.3 O movimento das ligas navais, dos grandes aos pequenos poderes 28

1.3.1 A competição naval germano-britânica e as ligas fundadoras 32

1.3.2 As Ligas do resto do mundo..... 46

1.4 O período de ouro da Liga Naval Portuguesa: os grandes congressos 62

1.4.1 O Congresso Marítimo de 1903 65

1.4.2 O Congresso Internacional de Lisboa em 1904..... 75

1.4.3 "Estes gloriosos trabalhadores do Oceano": o Congresso Nacional de Pescarias de 1904..... 85

CAPÍTULO 2 - ORGANIZAÇÃO, IDENTIDADE E ACÇÃO.... 106

2.1 A rede geográfica e social 106

2.2 As sedes: lugares de memória da Liga Naval 112

2.3 Identidade..... 124

2.3.1 Símbolos e divisa..... 124

2.3.2 Divulgação e propaganda: do *Boletim Official* (1902-1904) ao *Boletim Marítimo* (1905-1913) 126

2.3.3 Actividade editorial 128

2.4 Principais áreas de actividade da Liga Naval..... 130

2.4.1 Ligações marítimas para África e Brasil..... 130

2.4.2 A actividade assistencial da Liga Naval Portuguesa 136

2.4.3 As Comissões Defensoras das Pescarias: "Sede amigo dos pequenos peixes"..... 140

2.4.4 Ao rei, às Câmaras e ao governo: as "representações" de interesses . 145

2.4.5 O Museu Nacional de Marinha: do Congresso Marítimo Internacional (1904) ao Aquário Vasco da Gama (1935) 154

2.4.6 Outras áreas da actividade da Liga Naval..... 160

CAPÍTULO 3 - AS CRISES INTERNAS, A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E A PROCURA DE NOVOS RUMOS..... 174

3.1 Uma crise "dolorosa": rendição do comando e a passagem para uma tutela oficiosa 174

3.2 A Liga Naval e os projectos de reforma das marinhas 182

3.3 A ruptura: "eis de repente um lar, um throno, e uma nação de luto!..." 192

3.4 O "Grande Congresso Nacional" de 1910 194

3.5 A Liga Naval nas vésperas da República..... 215

CAPÍTULO 4 - A DERIVA POLÍTICA DA LIGA NAVAL..... 216

4.1 "Saúde e fraternidade": o choque da República..... 216

4.2 A "cruzada santa da restauração da Marinha": o programa naval de 1912 e a Liga Naval Portuguesa 220

4.3 Do "facalhão das economias do sr. Affonso Costa" à primeira Outubrada .. 231

4.4 O regresso ao "Voto 128": a União Patriótica e a Liga Nacional 237

4.5 O tempo da Guerra..... 257

4.5.1 A Grande Guerra e a política interna portuguesa 257

4.5.2 A "segunda proclamação da República" e a Liga Naval 260

4.5.3 As posições da Liga Naval Portuguesa perante o conflito..... 270

4.6 A Liga Naval e a "República Nova"..... 274

4.6.1 António Pereira de Matos e Sidónio Pais: uma ligação frustrada 275

4.6.2 Do apagamento da Liga Nacional à Cruzada Nun´Álvares 277

CAPÍTULO 5 - A PROPAGANDA AO PROGRAMA NAVAL DA DITADURA: DO BREVE RENASCIMENTO AO DECLÍNIO ... 279

5.1 Da "Nova República Velha" à Ditadura: os anos de letargia..... 279

5.2 "Pregue-se de norte a sul a nova cruzada": a propaganda ao programa naval de 1930..... 280

5.3 A última década: entre o arriar da bandeira e a suspensão da actividade 290

III - CONCLUSÃO……294

FONTES E BIBLIOGRAFIA……299

APÊNDICES……...323

Apêndice 1 – Nota biográfica de António Pereira de Matos, secretário-perpétuo da Liga Naval Portuguesa…….…. i

Apêndice 2 – Notas biográficas dos presidentes do Conselho Geral da Liga Naval……..… ix

Apêndice 3 – Composição do Conselho Geral……...…… xxiii

Apêndice 4 – Composição dos Conselhos Regionais…… xxix

Apêndice 5 – Composição das Juntas Locais…… xliii

Apêndice 6 – Conferências e actividades culturais realizadas na Liga Naval.... lviii

Apêndice 7 – Lista dos *Boletins* editados pela Liga Naval Portuguesa……lxxi

Apêndice 8 – Sócios da Liga Naval Portuguesa (uma lista)……..… lxxix

ÍNDICE REMISSIVO……..……... cdlxxvi

I - INTRODUÇÃO

Preparada e discutida em assembleias do Clube Militar Naval em 1899, a Liga Naval Portuguesa foi criada em Maio de 1900 por iniciativa de um grupo sócios daquela instituição[1], tendo os seus primeiros estatutos aprovados em Janeiro de 1901.

A nova associação surgiu na esteira da criação de Ligas Navais em Inglaterra (1894), Alemanha (1898) e noutros países marítimos europeus e americanos, com relevo para os que tinham interesses imperiais a defender.

Os fins associativos da Liga Naval centravam-se no "ressurgimento da marinha mercante e militar portuguesas", através do estudo das questões relativas ao seu desenvolvimento, da animação da iniciativa particular para favorecer a sua expansão, de despertar o interesse público para as marinhas militar, de comércio, de recreio e das pescarias, bem como da promoção, junto dos poderes públicos, da "adopção de todas as medidas que possam concorrer para a [sua] prosperidade"[2].

A Liga Naval procurava assim afirmar-se como uma associação representativa, e mesmo federadora dos interesses ligados às actividades marítimas, a exemplo das congéneres europeias que a tinham precedido. A sua actividade prolongou-se por quatro regimes políticos – a Monarquia Constitucional, a República, a Ditadura e o Estado Novo – cessando voluntariamente a actividade em 1939, devido a dificuldades financeiras, bem como de uma exaustão da sua missão, que a nova situação política chamou a si.

Entre 1900 e 1908, a Liga Naval conteve as suas actividades no âmbito dos seus princípios fundadores, promovendo congressos e conferências, editando livros, participando em iniciativas internacionais, promovendo a propaganda e assumindo a defesa de causas da Marinha de guerra e das marinhas de comércio, de recreio e das pescas junto do governo.

A partir do Regicídio, quando se agravou a crise nacional que se reconhecia de uma forma mais vincada a partir de 1890, a Liga procurou assumir um papel activo na procura

---

[11] Criado em 1866, o Clube Militar Naval tinha como sócios Oficiais e Aspirantes da Armada. Os seus fins estatutários incluíam fazer convergir os esforços dos associados para que a Armada servisse o País, divulgar a sua actividade e promover estudos de natureza científica e literária "por adequadas publicações e por todos os meios legais […] para que os oficiais se tornem distintos e continuem a conservar as gloriosas tradições da marinha portuguesa". Publica os *Anais do Clube Militar Naval* desde 1870, inicialmente com periodicidade mensal, actualmente com periodicidade semestral. Em 1900, o Clube Militar Naval tinha 332 associados.

[2] *Estatutos da Liga Naval Portuguesa*, decreto de 23 de Janeiro de 1901.

de soluções capazes de a resolver. Para o fazer, invadiu o território que pertencia às formações políticas e sociais organizadas, ainda que visando inicialmente propósitos de articulação de posições e conjugação de pensamento e acção das instituições existentes.

A partir de 1908 a Liga Naval empenhou-se na realização de um debate que pretendia global, abrangente sobre "os grandes problemas nacionais", no qual pretendia envolver associações e personalidades que representassem as diferentes correntes de pensamento e de interesses económicos, sociais e profissionais do País. Este foi o momento que é possível identificar como da transição das preocupações da Liga do "ressurgimento marítimo" para o "ressurgimento nacional". Sem abandonar o primeiro, empenhou-se no segundo, na convicção de que as forças políticas e sociais do tempo, desgastadas e com escasso crédito, não seriam capazes de empreender essa missão "regeneradora".

O termo "ressurgimento", cujo uso não foi exclusivo da Liga Naval, terá surgido aos homens da Liga como alternativa a "regeneração" que, como escreveu Joel Serrão, corresponde ao conceito que desempenhou, no decurso do "processo ideológico do liberalismo português, papel de importância decisiva" [3]. Ora, propõe ainda o mesmo Autor, a palavra "regeneração" tinha sofrido uma desvalorização a partir do final da primeira fase da conjuntura que lhe tomou o nome, iniciada e terminada pelo duque de Saldanha (1851-1870). Viveu-se depois uma segunda fase da vida do conceito, iniciada com a chegada tardia do capitalismo "tal como Fontes Pereira de Melo o entendeu e incrementou em Portugal, que tinha acabado numa crise financeira e económica resultante da vertigem do crédito em que a experiência se tinha apoiado" desencadeada em 1891-1892.

Curiosamente, porventura a demonstrar que, esgotadas as duas fases da Regeneração como as conceptualizou Joel Serrão, as sucessivas versões dos Estatutos da Liga Naval pareceram hesitar na expressão mais adequada, entre ressurgimento, regeneração ou engrandecimento. Foi assim que o artigo 1º dos Estatutos fundadores da Liga Naval Portuguesa, de 1901, resumiram a sua missão: "promover, por todos os meios possíveis […] o ressurgimento e progresso da marinha mercante e militar portuguesa". Na revisão de 1902, a formulação é diferente: "promover, por todos os meios lícitos e possíveis […] a regeneração e o progresso da marinha portuguesa". Três anos mais tarde, na versão aprovada em 1905 dispunha-se, como fim da associação "promover, por todos os meios lícitos e possíveis […] o engrandecimento do poder marítimo nacional, em todas as suas

3 Joel Serrão, "Regeneração", *Dicionário de História de Portugal*, 6 volumes, Volume V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, pp. 251-256.

manifestações", numa solução que se prolongou na última revisão da lei fundamental da Liga Naval, aprovada em 1914.

O segundo período da vida da Liga Naval Portuguesa principiou em 1908, com a preparação e a realização do Congresso Nacional (1910), passou pela criação da União Patriótica (1913) e da Liga Nacional (1915), iniciativa que se apagou durante o consulado de Sidónio Pais, quando a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira ocupou grande parte do espaço que as emanações políticas da Liga Naval tinham, até então, reclamado como seu.

Procuramos, neste estudo, fazer uma história da Liga Naval Portuguesa e dos seus *alter ego* políticos, procurando analisar esta deriva a partir do interior da Liga, investigando o papel que desempenhou e, na medida do possível, reconstruindo razões que a levaram a percorrer esse caminho.

Procuramos fazê-lo segundo uma perspectiva metodológica multidisciplinar, percorrendo e cruzando categorias como a História Marítima e Naval[4], a História Política, Cultural, das Mentalidades e das Instituições.

O uso da narrativa como meio de fazer compreender o objecto do nosso estudo, acolhe e inscreve-se nas reflexões dos que na década de 1970, propondo uma Nova História, reagiram também ao exagerado anúncio da "morte da narrativa", ao mesmo tempo que sublinharam o imperativo de fazer intervir "regras, modelos, controles que intervêm [no trabalho do historiador] e lhe dão uma carapaça científica. Esta cientificidade coloca, em suma, os limites no interior dos quais se pode traçar o *slalom* da narrativa"[5].

O uso da narrativa não significa pois, da nossa parte, um retorno a uma anacrónica historiografia positivista, da qual retém, todavia, a crítica ao documento, nem um alheamento do esforço hermenêutico. Assemelhamos a Liga Naval Portuguesa a um combóio cujo universo de passageiros se vai renovando nas sucessivas estações e apeadeiros e interagem reciprocamente com o ecossistema constituído pelos acontecimentos, conjunturas e estruturas que conformam a história política, militar e social do seu tempo. Sobre este sistema, é necessário não ceder à tentação de olhar para os passageiros imóveis em relação à carruagem, mas sim movendo-se em relação a uma

[4] "História Naval" dizendo respeito às marinhas de guerra e sua acção militar, "História Marítima" abrangendo também a acção das marinhas de comércio, pescas e recreio.
[5] Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, Georges Duby e outros, *A Nova História*, Lisboa, Edições 70, 1978, pp. 28, 37-38.

paisagem que se modifica em cada momento, seguindo o que escreveu Alain Boureau: "as fontes […] continuam a ser objectos vivos e complexos que nenhum tratamento esgota; uma sã compreensão dos processos históricos implica uma constante variação das distâncias focais e dos sentidos de observação, entre temporalidade longa e instante de mutação, entre estruturas e conceitos […]"[6].

Paralelamente, não podemos deixar de fora desta defesa das opções metodológicas que assumimos, uma referência aos "homens", os "intérpretes da história". A História, recordou José Mattoso, "só alcança o passado por intermédio de sinais e representações mediadoras da realidade e não por um exame directo dessa realidade. Esses sinais são as marcas da passagem do Homem, mas são também as próprias representações verbais ou mentais que permitam escolher entre eles os que são considerados representativos"[7].

II - ESTADO DA QUESTÃO E FONTES

Estado da questão

No que se refere a uma história da Liga Naval Portuguesa, que cruza a história da Marinha[8] e a história política nacional entre 1900 e 1939, apenas se conhecem referências em contexto de outros objectos de estudo, bem como um trabalho final de licenciatura em Ciências Militares-Navais (Escola Naval, 2005), que se ocupou do período inicial da vida da associação, com relevo para as reflexões relativas à estratégia naval e marítima; e, finalmente, um artigo do mesmo autor, oriundo da sua obra anterior[9].

---

[6] Alain Boureau, "Jacques Le Goff", in Michel Vovelles e outros, *Os Historiadores*, Lisboa, Editorial Teorema, 2005, p. 325.

[7] José Mattoso, *A Escrita da História. Teoria e Métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 38.

[8] As designações "Marinha", "Marinha de Guerra" e "Armada" ou "Armada Real" eram, ao tempo, usadas quase indistintamente para qualificar a condição, pertença ou utilização de homens, a organização e os navios. Esta realidade pode ser aferida nas fontes especializadas usadas neste estudo. A título de exemplo, o ministério ou a Secretaria de Estado, o Arsenal, o Hospital ou o Museu eram "da Marinha", enquanto o Major-General e o Estado-Maior, eram "da Armada". Estas designações sugerem que o termo "Marinha" era usado com uma conotação de carácter organizacional ou administrativo, enquanto "Armada" ou "Armada Real" seria a expressão conotada com a vertente militar. Neste estudo usaremos "Marinha" e "Armada" com o mesmo sentido. As marinhas mercante, das pescas e de recreio, serão grafadas com inicial minúscula. Uma questão paralela surge quando se fala de oficiais, também indistintamente apelidados "da Armada", "de Marinha" ou "da Marinha". Usaremos preferentemente neste texto a designação "oficial da Armada", corrente no escopo cronológico do estudo. Para uma perspectiva alargada desta questão ver Victor M. B. Lopo Cajarabille, "Marinha, Armada ou Marinha de Guerra Portuguesa", *Revista da Armada*, Maio de 2009, pp. 11-13.

[9] Ricardo Miguel Alves Teixeira, *Liga Naval Portuguesa*, Trabalho final de licenciatura em Ciências Militares Navais, Escola Naval, 2005, policopiado e "Liga Naval Portuguesa – Génese e intervenção", *Anais do Clube Militar Naval*, Volume CXXXVI, Abril-Junho de 2006, pp. 253-298.

Na sua dissertação de mestrado em História Marítima, apresentada em 2014 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Tiago Filipe Resende Carvalho tratou, com algum desenvolvimento, a criação do Museu Nacional de Marinha em 1909 e da sua Secção Oceanográfica D. Carlos I, integrada em 1935 no Aquário Vasco da Gama.

Já a temática da intervenção da Liga Naval no lançamento e realização do Congresso Nacional, bem como o seu papel crucial na criação da União Patriótica (1913) e da Liga Nacional (1915-1918), foram tratados por Ernesto Castro Leal, em particular na sua tese de doutoramento[10]. A importância desta fase da existência da Liga Naval foi estudada e relevada no quadro do que aquele autor designou como a "matriz sincrética nacionalista" que, antecedendo a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, contou com a contribuição de muitos dos associados da Liga Naval, oferecendo um contributo essencial para a construção da matriz ideológica do Estado Novo.

Ainda Castro Leal, na mesma obra, e Sérgio Campos Matos e Luís Aguiar Santos, num artigo de 2008 sobre "A Marinha e a Cultura Histórica em Portugal", ocuparam-se da obra de António Pereira de Matos, secretário-perpétuo da Liga Naval e grande animador da sua actividade, entre a criação da associação em 1900, e a sua morte em 1930. Abordaram, respectivamente, com desenvolvimentos do maior interesse para este estudo, as vertentes do seu labor como publicista e da sua intensa participação em múltiplas iniciativas de natureza política.

No entanto, é nossa convicção que, em ambos os domínios, há ainda largo espaço para investigação e interpretação das acções da Liga Naval, inscritas no seu tempo.

Fontes

O corpo documental central identificado até ao momento, está disperso entre o Arquivo Histórico da Marinha, o Centro de Documentação do Museu de Marinha, a Biblioteca Nacional de Portugal e a Biblioteca Central da Marinha. De entre estas fontes, relevam

- O *Boletim* que foi órgão oficial da Liga Naval Portuguesa, para o período da sua publicação (1902-1910 e 1913).

[10] Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as suas Origens Simbólicas, Ideológicas e Políticas do Estado Novo, 1890-1940*, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998, depois publicada como *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

- Para todo o seu período de existência, as actas das reuniões dos principais órgãos estatutários da Liga Naval – o Conselho Geral e o Conselho Regional de Lisboa.
- As colectâneas ou sínteses da actividade da Liga, muito provavelmente saídas do punho do disciplinado, rigoroso e minucioso António Pereira de Matos: a *Breve Relação […]* referente ao intervalo 1900-1902 e a *Breve Resenha […]* referente ao período 1902-1912, que replicaria em 1915, para a Liga Nacional, com *Trabalhos realizados para a sua fundação*.
- O espólio da Liga Naval Portuguesa existente no Arquivo Histórico da Marinha que, composto por documentos de grande importância para o seu estudo, é fragmentário e desequilibrado do ponto utilitário para a escrita da História, fruto dos incidentes da vida da associação, nomeadamente os seus anos finais, que não terão sido propícios à salvaguarda daquele património.
- Os textos impressos de parte das conferências promovidas pela Liga Naval ou efectuadas nas suas instalações por iniciativa de terceiros de algum modo a ela associadas, disponíveis nas bibliotecas.
- A imprensa, a que não recorremos de forma sistemática, mas sim como apoio à contextualização de certos acontecimentos da vida da Liga a das associações políticas em cuja criação se envolveu.

Para além deste núcleo, o objecto de estudo que aqui nos ocupa exige o recurso atento a documentação e produção historiográfica de contexto, bem como a que se refere a grupos e personagens relevantes para a compreensão da Liga Naval Portuguesa e da sua actividade.

Naturalmente que as realidades que acabamos de referir não esgotam as limitações que se impõem ao nosso trabalho. Parece oportuno, a propósito, recordar o que escreveu Henri Marrou: "o historiador gostaria, deveria saber tudo [sobre] a rede mais infinitamente complexa das causas e dos efeitos que vêm convergir sobre o ponto preciso do passado humano que gostaríamos de conhecer [...] Apuramos aqui um dos limites mais estreitos, mais rígidos em que se acha encerrado o conhecimento histórico [pois] na medida em que os documentos existem, temos ainda de chegar a ser senhores deles"[11].

[11] Henri I. Marrou, *Do Conhecimento Histórico*, Lisboa, Editorial Aster, 1976, pp. 64-65.

CAPÍTULO 1 - CRIAÇÃO E AFIRMAÇÃO DE UM GRUPO DE INTERESSES: DAS ORIGENS AO REGICÍDIO

1.1 A Marinha e o associativismo no séc. XIX

Para inscrever a Liga Naval Portuguesa, no tempo e no espaço, tornam-se necessárias algumas notas sobre a questão do desenvolvimento do associativismo, com breves referências ao conjunto de outras agremiações que foram suas antecessoras ou coevas.

Comerciais, industriais e agrícolas, de beneficência ou socorros mútuos, cooperativas, de instrução, de classe profissional, patrióticas ou promotoras de melhoramentos, estas foram algumas das áreas em que se assistiu à criação em Portugal de um largo número de associações, no séc. XIX, em especial na sua segunda metade e nas décadas iniciais do séc. XX[12]. A legislação foi progressivamente regulando o seu funcionamento, no entanto com avanços e recuos[13].

A Liga Naval Portuguesa foi uma associação singular, já que a sua criação deve ser considerada nos diferentes contextos do movimento associativo em Portugal, das associações militar-navais que a antecederam e ainda no que designaremos por movimento internacional das ligas navais, a que adiante faremos referência.

Dedicada ao estudo e promoção das marinhas militar e mercante, a Associação Marítima e Colonial, precursora das associações cuja criação subsequente incorporou militares da Armada, foi fundada em Dezembro de 1839, por vinte e quatro oficiais da Armada - "muitos e mui zelosos"[14], tendo por fins

> "indagar as causas que tinham influído, ou podiam influir na declinação da marinha; tanto militar como mercante; indicar os meios da sua restauração; e ministrar ao publico todos os conhecimentos, todas as reflexões e todos os arbítrios que pudessem ser adequados a tão importante fim; concorrendo ao mesmo tempo para estreitar cada vez mais as relações commerciais dos estabelecimentos

[12] Costa Goodolphim, *A Associação*, Lisboa, Seara Nova, 1974 [1ª edição: Imprensa Nacional, 1876], fornece uma perspectiva crítica de enquadramento, bem como informações sobre as associações constituídas até pouco antes de 1876, nas quais inclui o Clube Militar Naval, a mais importante associação de militares criada no séc. XX.

[13] F. P. S. [Fernando Piteira Santos], "Associações, Direito de", Joel Serrão (Direcção), *Dicionário de História de* Portugal, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, pp. 236-238.

[14] José Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarchia*, 18 Tomos, Tomo VI, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1879, p. 230.

> ultramarinos com a mãe-patria, e d´esta com os differentes pontos e nações do globo que se empregam nas operações do commercio”[15].

Cumprindo uma intenção inicial dos fundadores, assumida no momento da publicação dos seus estatutos, a Associação iniciou os convites a personalidades civis para se tornarem sócios. Um dos primeiros, se não mesmo o primeiro, terá sido Frei Francisco de S. Luís, futuro Cardeal Saraiva, o marquês de Sá da Bandeira, o duque de Saldanha, o marquês do Faial e os condes do Lavradio e do Bomfim, contaram-se também entre os associados que, em 1842, ascendiam a 125[16].

Contando entre os seus iniciadores com alguns membros da então já desaparecida Associação Marítima e Colonial, foi criado em 1866, o Clube Militar Naval, do qual, em circunstâncias particulares, a Liga Naval Portuguesa seria uma emanação.

A reunião de constituição do Clube foi realizada no Centro Promotor das Classes Laboriosas que, por seu lado, segundo escreveu Costa Goodolphim “Ocupou um dos primeiros lugares na história das associações de Portugal”[17]. De entre os 125 sócios fundadores, todos prestando serviço na Marinha, contaram-se noventa e seis oficiais, tendo os civis (excepto um) equiparação a esta categoria. A causa próxima para a criação do Clube Militar Naval, foi uma alteração no sistema de promoções dos oficiais da Armada. No entanto, outras duas questões preocupavam os seus fundadores, marcando assim uma continuidade explícita com os propósitos que moveram a iniciativa de fundação da sua precursora Associação Marítima e Colonial: a situação de decadência em que se encontrava a Marinha, bem como o estado das relações da metrópole com as colónias.

Os fins estatutários do Clube, que colheram a aprovação régia em 15 de Novembro de 1866, centravam-se em três pontos: fazer convergir os esforços dos sócios para que

> “a corporação da Armada sirva com abnegação, zelo e denodo o seu país; buscar […] que se torne conhecido o seu préstimo, procurando que a Marinha seja animada e favorecida em suas laboriosas fadigas […] Excitar, por meio de palestras científicas e literárias […] os estímulos geradores das grandes acções […] para que

[15] Ver *Annaes Maritimos e Coloniaes*, nº 1, Novembro de 1840, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840, pp. 9-10. Esta publicação foi órgão de imprensa da Associação, tendo sido publicados sem periodicidade fixa entre Novembro de 1840 e Abril de 1846 (1ª à 6ª séries).
[16] Sérgio Campos Matos e Luís Aguiar Santos, “A Marinha e a cultura histórica em Portugal: entre tradição e modernidade (séculos XIX e XX), *Revista de História das Ideias*, Vol. 29 (2008), p. 441.
[17] Costa Goodolphim, *ob. cit*, p. 145. O Centro foi criado em 1853 e, entre os seus ambiciosos fins estatutários, contava-se, justamente, a criação de associações.

os oficiais se tornem distintos, e continuem a conservar as tradições gloriosas da marinha portuguesa"[18].

Tal como acima aludimos, e desenvolvemos adiante, a Liga Naval Portuguesa foi criada no contexto do movimento das Ligas Navais, originado na conjuntura de rearmamento naval que precedeu a Grande Guerra. No entanto – outra singularidade - ao contrário das Ligas inglesa e alemã, que tiveram origem na sociedade civil, a Liga portuguesa foi uma emanação do Clube Militar Naval.

Esta circunstância definiu, como se verá de seguida, uma linha de continuidade que uniu a Associação Marítima e Colonial, o Clube Militar Naval e a Liga Naval Portuguesa, numa manifestação da vontade dos oficiais da Armada da segunda metade do séc. XIX, em procurar objectivos que, a um tempo, melhorassem a consciência do País sobre a relevância das suas Marinhas de Guerra, mercante, das pescas e de recreio, promovendo a recuperação, adaptada aos tempos novos, da importância do mar para Portugal.

A identificação desta linha de continuidade não significa, no entanto, que se reconheça uma igual natureza de propósitos às associações em causa como, aliás, procuramos deixar claro na curta síntese de apresentação de cada uma delas. Com efeito, a Liga Naval distinguia-se pela ambição de concentrar a representação e a defesa das marinhas de guerra, de comércio, das pescas e de recreio, procurando influenciar a opinião pública e os poderes constitucionais no sentido de favorecer os interesses que representavam, em proveito – assim postulavam os respectivos estatutos – do ressurgimento pátrio, através do progresso económico e social.

1.2 Criação da Liga Naval Portuguesa

A primeira referência ao interesse na criação de uma liga naval em Portugal figura num artigo do Capitão-tenente José António de Miranda, publicado em 1897 nos *Anais do Clube Militar Naval*. O autor, futuro sócio da Liga Naval Portuguesa, então membro da Comissão de Redacção dos *Anais*, na qual tinha o Segundo-tenente António Pereira de Matos por companheiro, tinha assistido à revista naval que se realizava anualmente em Spithead, em Inglaterra e, no seu texto, apontou a liga naval inglesa, fundada quatro anos

[18] António Costa Canas (Coordenador), *Clube Militar Naval – 150 anos*, Lisboa, Clube Militar Naval/ Comissão Cultural de Marinha, 2016, *passim*.

antes, como exemplo a seguir[19].

As primeiras propostas para a criação de uma liga naval em Portugal surgiram em Setembro de 1899, através de um texto publicado nos *Anais do Clube Militar Naval*. O problema então invocado com primeira prioridade foi o da marinha mercante, em particular no que se relacionava com as ligações com as colónias africanas:

> "[não é] logico deixar a marinha mercante no estado anémico em que a vemos; nem é coherente que sejam os navios estrangeiros que monopolizem o nosso commercio de transportes […] Quaes as armas e os meios para d´essa lucta saír-se vencedor? A força viria de uma *liga naval portuguesa,* que, como as suas congéneres na Inglaterra na Allemanha e na Italia, fizeram grandes as suas marinhas"[20].

Em Fevereiro de 1900 foi também nos *Anais do Clube Militar Naval* que se publicou uma peça intitulada "Aos leitores", na qual se dava conta de uma situação considerada desfavorável para a Marinha, se não mesmo ofensiva para a instituição e os seus membros:

> "Havia já alguns meses que de uma parte da imprensa diária, que pretende fazer a *opinião pública,* se manifestava uma má vontade contra a *Armada Nacional,* que a miúdo era atacada por artigos directos com pretensões a técnicos, e até mesmo ridicularizada pela caricatura"[21].

O descontentamento entre os oficiais da Armada perante este contexto, atingiu um ponto alto com a publicação de dois artigos de fundo no diário *Novidades* de 13 e 14 de Fevereiro de 1900, nos quais se lia:

> "a evolução que a politica internacional vae seguindo, aconselha-nos instantemente a que reforcemos a nossa organização militar terrestre. Precisamos de gastar mais com o exercito […] E sendo, como somos, pobres, temos de ir buscar ás inutilidades da nossa organização naval a dotação suplementar para as necessidades impreteríveis do nosso exercito".

A ideia, que propunha uma redução drástica da Marinha em favor do Exército[22], terá parecido intolerável aos oficiais que, dois dias depois do segundo daqueles artigos, se reuniram para protestar, no Clube Militar Naval. O debate foi inflamado, contando com a

---

[19] José António de Miranda", "A revista naval de Spithead (a bordo da corveta Vasco da Gama)", *Anais do Clube Militar Naval,* Volume XXVII, nº 7 – Julho de 1897, pp. 637-655 e nº 9 – Setembro de 1987, pp. 755-797.

[20] "Chronica do Mez", *Anais do Clube Militar Naval,* Tomo XXIX, nº 9 – Setembro de 1899, p. 756.
[21] "Aos leitores", *Anais do Clube Militar Naval,* Tomo XXX, nº 3 – Março de 1900, pp. 83-94.
[22] O *Novidades* publicou outra peça de fundo com a mesma tónica na sua edição de 3 de Março de 1900.

presença de 78 dos 332 sócios, um número seguramente invulgar considerando a quantidade de oficiais ausentes em comissão na província, nas Ilhas e no Ultramar. Entre os participantes na assembleia geral, dirigida pelo Contra-almirante Rio de Carvalho, sublinhamos os nomes notórios de Ladislau Parreira, Almeida d´Eça, Cândido dos Reis, Tasso de Figueiredo, Custódio Borja, Assis Camilo, Hipácio de Brion, Serpa Pimentel, João Coutinho, Alfredo Rodrigues Gaspar, Magalhães Correia, José de Freitas Ribeiro e Gago Coutinho.

Foi na sequência destes acontecimentos que António Pereira de Matos escreveu, em 27 de Abril de 1900, uma carta ao presidente da Assembleia Geral do Clube Militar Naval, o já mencionado Contra-almirante Pedro do Rio Carvalho, na qual propôs a criação de uma Liga Naval destinada a estudar "a fundo todos os problemas do nosso ressurgimento marítimo"[23].

Foram então convocadas novas assembleias do Clube, que reuniram em 12 e 23 de Maio. Na primeira, foi aprovada a proposta para que o Clube tomasse a iniciativa da criação da Liga Naval Portuguesa. O universo das instituições e personalidades que se procuravam interessar na Liga proposta, ficou definido na segunda reunião, alargada a um universo muito mais vasto do que o dos sócios do Clube Militar Naval. Como registou a sinopse preparada pelo incansável organizador da nova associação:

> "Estiveram presentes além de muitos sócios os representantes das associações comerciais, industriaes, sport náutico, sociedade de geografia, grémio dos officiaes da marinha mercante, associação dos engenheiros maquinistas, etc. […] Mandaram a sua adesão […] a camara de commercio de Lisboa, centro comercial do Porto, associação industrial Portuense, companhia de Moçambique, comissão permanente da marinha mercante nacional, grémio marítimo ilhavense, club dos aspirantes de Marinha e Real associação naval".

Perante esta assembleia, no dia 23 de Maio de 1900, o Segundo-tenente António Pereira de Matos, membro da comissão de cinco sócios que tinha sido nomeada na reunião de 12 do mesmo mês, propôs a criação da Liga Naval Portuguesa. A proposta foi aprovada, podendo considerar-se este como o momento fundador da nova associação sendo simultaneamente dada por finda a "a missão do Club Militar Naval, depois da sua iniciativa em tal ideia e da eleição das comissões instaladoras, restando a cada um dos sócios dar á

[23] *Liga Naval Portuguesa – Breve relação dos seus trabalhos desde a primeira reunião preliminar até á reunião de 15 de Outubro de 1902 para aprovação dos novos estatutos - 1900-1902,* Porto, Tipografia a Vapor da Empresa Literária e Tipográfica, 1902, p. 6.

Liga a sua cooperação”[24].

Pereira de Matos foi nomeado “secretario permanente ou perpetuo” e foram designados trinta e oito militares e civis para constituírem as referidas comissões, dos quais vinte e sete membros para Lisboa e onze para o Porto, que se enumeram na Tabela 1. Entre outras ocupações, a lista incluía oficiais da Marinha, oficiais da marinha mercante, magistrados, industriais, comerciantes, armadores e jornalistas[25].

Tabela 1 – Composição das comissões instaladoras da Liga Naval Portuguesa

Cidade	Membros	Notas
Lisboa	duque de Palmela	Oficial da Armada (até 1876)
	Eduardo Ferreira Pinto Basto	Oficial da Armada
	Guilherme Arnaud	Armador
	Abraão Bensaúde	Armador
	Luís Strauss	Engenheiro
	José Maria da Costa	
	João Nunes da Silva	
	Cândido Rodrigues	
	Pedro Guilherme dos Santos Dinis	Oficial da Armada
	Pedro Wenceslau de Brito Aranha	Jornalista
	Joaquim Antunes Ferreira	Comerciante de Vila do Conde (?)
	João Basílio Garraio	Comerciante de artigos náuticos
	Pedro Gomes da Silva	Oficial da Armada
	João Patrício Álvares Ferreira	Comerciante e industrial
	Carlos du Bocage[26]	Jornalista, político e historiador diplomático (?)
	Luís Teixeira Mendes	
	Luís Morais e Sousa	Oficial da Armada
	Sousa Lara	
	Policarpo [Pecquet Ferreira dos ?] Anjos	Comerciante e proprietário (?)
	Vitorino Miguel Chagas Roquette	Oficial da Armada
	Ernesto [Júlio de Carvalho e] Vasconcelos	Oficial da Armada
	A. Rio de Carvalho	Oficial da Armada
	Ernesto Alves do Rio	Oficial da Armada

[24] *Breve Relação […]*, p. 39.
[25] *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo XXX, nº 5 – Maio de 1900, pp. 377-378.
[26] Carlos Roma du Bocage (1850-1918) foi oficial do Exército, jornalista, diplomata e historiador da diplomacia. Sobraçou a pasta dos Negócios Estrangeiros do governo de Wenceslau de Lima, em 1909, no mesmo ano em que foi candidato derrotado à presidência da Sociedade de Geografia, correndo contra Consiglieri Pedroso. Era General quando pediu a passagem à Reserva, depois da implantação da República.

Cidade	Membros	Notas
	Guilherme Gomes Coelho	Oficial da Armada
	Pedro Martins da Silva	Oficial da Armada
	Albano Vasconcelos	
	Moreira Feio	Farmacêutico[27]
Porto	2º Conde de Samodães[28]	
	João Henrique Andressen[29]	Comerciante
	Pedro de Araújo[30]	Comerciante
	Bento Carqueja[31]	Economista e professor da Universidade do Porto
	Ezequiel Vieira de Castro	Presidente do Centro Comercial do Porto
	Alfredo Meneres[32]	Centro Comercial do Porto[33] e Associação Industrial Portuense
	António Eduardo Glama	Comerciante e proprietário
	António [da Fonseca ?] Sarmento	Oficial da Armada (?)
	Francisco de Albuquerque [de Melo Pereira e Cáceres ?]	Oficial da Armada (?)
	Bernardino Vareta[34]	1º secretário da Associação Comercial do Porto
	António Samagaio	Comerciante e proprietário – presidente da Associação Industrial Portuense (1899-1901)

A comissão instaladora de Lisboa ocupou-se principalmente com o projecto dos primeiros estatutos da Liga Naval, que seriam aprovados por decreto de 24 de Janeiro de 1901.

[27] Pode tratar-se de Augusto Herculano Moreira Feio, farmacêutico, membro do grupo que proclamou a República em Loures, em 4 de Outubro de 1910.
[28] Francisco José Teixeira de Aguilar (1828-1918).
[29] João Henrique Andressen (1861-1900) era armador e comerciante de vinho do Porto. Foi presidente da Associação Comercial do Porto entre 1893 e 1900.
[30] Deve tratar-se de Pedro Maria da Fonseca Araújo (1862-1922), importante figura da burguesia portuense, negociante de bacalhau e proprietário da firma Casa Fonseca e Araújo. Foi Vereador da Câmara Municipal do Porto (1890-1895), Presidente da Associação Comercial do Porto (1895-1896, 1901-1905), membro da Câmara dos Pares (1905), presidente do Conselho Regional do Porto da Liga Naval Portuguesa (1903-1905) e Governador Civil do Porto (1910).
[31] Bento de Sousa Carqueja (1860-1935) foi empresário, jornalista e professor da Universidade do Porto.
[32] Alfredo da Fonseca Meneres, (Porto 1866. Lisboa 1917), regente agrícola, proprietário e publicista, foi vereador da Câmara do Porto e fez parte da Direcção da Associação Comercial do Porto, bem como da Associação Industrial Portuense.
[33] O Centro Comercial partilhou com a Associação Comercial do Porto, durante algumas décadas, a representação dos comerciantes da região. Sabe-se que existiu entre 1900 e 1940, inicialmente instalado no palacete dos condes da Trindade, no Porto e que participou no Conselho Económico Nacional, criado no ministério da União Sagrada (Março de 1916 a Abril de 1917), presidido por António José de Almeida.
[34] Bernardino Carlos de Azevedo Vareta (1861-1918), armador da praça do Porto e accionista da Companhia de Seguros Argus, foi vereador da Câmara Municipal do Porto e sócio do Instituto de Coimbra. Publicou em 1900 *A Eschola de Sagres e a reorganisacao naval Portugueza*, Porto, Tipografia Pereira e em 1903 *A marinha mercante e a economia nacional*, Porto, Oficina do Comércio do Porto.

A primeira reunião da comissão instaladora da Liga no Porto teve lugar na Associação Comercial, em 13 de Junho de 1900, debaixo da presidência de João Andressen. A par das questões formais iniciais, depressa lançaram mãos à obra, ocupando-se da situação da marinha mercante, cujas principais dificuldades foram principalmente atribuídas às "nossas estações officiaes"[35]: a burocracia da capital a entravar o desenvolvimento do Norte laborioso.

O rei D. Carlos, que tinha entretanto aceitado a presidência de honra da Liga, visitou o Porto em Outubro daquele ano, onde assistiu ao lançamento da primeira pedra da estação de S. Bento e inaugurou a estátua do Infante D. Henrique. O pedido de audiência aos membros da delegação da Liga Naval no Porto, feito então ao soberano, não foi aceite, com o margumento "da enorme aglomeração de povo" que impediu "os membros da comissão […] de reunir-se por entre a multidão"[36].

Ainda na mesma cidade, no Palácio da Bolsa, em Novembro do mesmo ano de 1900, a convite da Associação Comercial do Porto, a Liga Naval Portuguesa realizou uma conferência de divulgação dos seus objectivos[37]. Pela mesma ocasião, a Associação Comercial ofereceu aos dirigentes da Liga um jantar no Palácio de Cristal, uma "festa intima", que serviu para discutir a criação de um designado Instituto Naval Infante D. Henrique, ideia que anos antes tinha sido apresentada pelo portuense Bernardino Vareta mas que não viria a ter concretização[38]. Esta iniciativa ficou, no entanto, a demonstrar a diversidade do futuro campo de acção da Liga Naval.

A fase de instalação da delegação da Liga no Porto, onde teve sede no edifício da Associação Comercial da cidade, ficou concluída em Março de 1901, com a eleição do seu Conselho Departamental. Este órgão regional ficou presidido por Antero Araújo e secretariado por Bernardino Vareta, contando com a participação de algumas das personalidades que, na cidade, tinham aderido à Liga Naval desde os seus primeiros momentos. A circunstância de serem todos civis sublinha o facto de, embora nascida por iniciativa de oficiais da Armada, a Liga ter sido criada como uma associação que procurava reunir os interesses das actividades ligadas ao mar, designadamente dos transportes marítimos e da pesca.

---

[35] *Breve Relação […]*, p. 42.
[36] *Ibid.*, pp. 43-44.
[37] *Ibid.*, p. 55.
[38] Bernardino Vareta, *A Escola de Sagres e o projecto de um Instituto Naval Infante D. Henrique*, Porto, Commercio do Porto, 1894.

A representação da Liga Naval no Porto teve um período inicial de grande actividade, ocupando-se de temas como a necessidade de abolir os direitos de exportação dos vinhos embarcados em navios portugueses e de conservar no Porto, remodelando a escola de alunos marinheiros até há pouco ali existente, de modo a tornar satisfatório o seu funcionamento[39].

A expansão da Liga no Norte do País levou à constituição, em Dezembro de 1901, de uma Junta Local em Viana do Castelo, dependente do Conselho Departamental do Porto. O entusiasmo inicial deu algum impulso à ideia de fazer na cidade o primeiro congresso marítimo, cuja realização era uma das disposições dos estatutos da Liga revistos em 1902. Na realidade, este congresso teria lugar em Lisboa, no ano seguinte.

Os trabalhos de instalação da Liga Naval foram globalmente dados como concluídos ao fim de nove meses de trabalhos. Foram marcadas para 12 de Março de 1901 as eleições para os conselhos de Lisboa e do Porto, sendo dissolvidas ambas as comissões[40].

É curioso notar que se é certo que a Liga Naval se preocupou desde o seu primeiro momento com a promoção de actividades ligadas aos fins que se tinha proposto alcançar, também não descurou os aspectos sociais e recreativos. Foi com estes propósitos em mente, mas certamente também o de promover a sua visibilidade junto da Corte, que em data que não foi possível precisar, mas que provavelmente se situa entre Março e Abril de 1901, foi decidido levar a cabo a realização de

> "uma viagem de recreio aos Açores [a bordo de] um magnifico paquete nacional ou estrangeiro, para seguir em todos os seus movimentos, a esquadra que acompanhou Suas Majestades […] O paquete seria instalado por forma a servir de hotel aos passageiros […] não conduziria carga [e] teria amplas instalações para bagagens, lavanderia, *salon de coiffeur*, etc […] Officiaes de esmerada educação, criados escolhidos, excelente orchestra, tudo se reuniria para nada faltasse aos viajantes"[41].

---

[39] A primeira escola de alunos marinheiros foi criada em 1876, para educar jovens com mais de 12 anos para o serviço da Marinha de Guerra. Funcionou inicialmente a bordo da corveta "Duque de Palmela", no Tejo. Em 1882 foi determinado que funcionasse também no Porto, Ponta Delgada (onde nunca chegou a iniciar actividade) e mais tarde em Faro. Começou a funcionar no Porto em 1884, na corveta "Sagres". Ver Henrique Alexandre da Fonseca, "As escolas de alunos marinheiros", Separata dos *Anais do Clube Militar* Naval, nº 4-6 e 7-9 – Abril/ Junho e Julho/Setembro 1975. A Liga Naval desejava agora a transformação da que existia no Porto, numa escola de pilotagem e educação profissional para as marinhas de guerra e mercante. Ver *Liga Naval Portuguesa. Breve relação […]*, pp. 79-80 e 128-134.
[40] *Liga Naval Portuguesa. Breve relação […]*, pp. 44-46.
[41] *Ibid.*, pp. 64-65.

O objectivo do passeio era pois acompanhar a visita que D. Carlos I e a rainha fizeram às "ilhas adjacentes", entre 20 de Junho e 14 de Julho, a bordo do iate real "Amélia", que ia escoltado pelos cruzadores "D. Carlos I" e "Rainha D. Amélia", que fazia a sua viagem inaugural. Tudo parecia preparado para que a recém-criada Liga Naval marcasse uma posição de destaque na visita real à Madeira e Açores. No entanto, parece que foi pequeno o interesse:

> "A inscripção esteve aberta até ao dia 15 de Abril, em Lisboa, na sede da Liga Naval […] e no Porto, na sede da mesma Liga […] E por fim, a ideia, que esteve muito prestes a ter realização pratica, teve que sêr posta de parte, não só por este motivo, mas ainda por de sêr empregado n´outro serviço […] o vapor destinado á excursão".

Se os sócios da Liga não acompanharam a viagem real, outros o fizeram em seu lugar, já que sabemos que acompanhou a deslocação o paquete "Funchal" (1884-1927, o primeiro navio mercante português com iluminação eléctrica), levando a bordo 164 pessoas. Fica, no entanto, a interrogação se terá mesmo sido a falta de interesse dos sócios numa deslocação realizada sob os auspícios da Liga Naval, a determinar que tivessem sido outros os passageiros do paquete que a realizaram.

A criação da Liga Naval Portuguesa colheu inspiração junto das ligas navais já existentes em Inglaterra e na Alemanha. Precursoras das restantes congéneres europeias e americanas, a "British Navy League" e a "Deutscher Flottenverein" foram criadas, respectivamente, em 1894 e 1998, a partir de movimentos da sociedade civil que representavam interesses coloniais e marítimos e tinham por fim mobilizar as opiniões públicas para o crescimento das suas marinhas militar e mercante.

Ao contrário das ligas inglesa e alemã, a Liga portuguesa surgiu por iniciativa de oficiais da Marinha, como atrás assinalamos. No entanto, a exemplo das restantes, foi criada com objectivos semelhantes, os de "Promover junto dos poderes públicos a adopção de todas as medidas que possam concorrer para a prosperidade do commercio marítimo, navegação e pescarias"[42]. Outro paralelo encontra-se no tipo de associados, pois para além dos sócios individuais, poderiam igualmente filiar-se as associações de interesses comerciais, industriais e profissionais.

A questão colonial, presente como elemento directamente identificável, em maior ou

[42] Artigo 2º dos *Estatutos da Liga Naval Portuguesa*, aprovados por decreto de 23 de Janeiro de 1901, *Diário do Governo*, nº 19, 24 de Janeiro de 1901.

menor grau, na criação das outras ligas navais europeias, marcou muito vincadamente o aparecimento da Liga portuguesa. Na viragem do século, vivia-se um tempo de ameaças internas e externas sobre as colónias africanas: no plano interno, vindas de interesses instalados, que temiam por mudanças com origem nas campanhas de ocupação, ou dos grupos que defendiam a venda de algumas colónias como meio para sustentar as restantes[43]; no plano externo, as que tinham origem nas ambições de consolidação e alargamento colonial da Inglaterra e da Alemanha, países que mantinham fronteiras africanas com Portugal.

A lista de fundadores da Liga Naval Portuguesa contou com 82 nomes[44], entre os quais predominaram os de Oficiais da Armada (40), oficiais da marinha mercante, profissionais, bem como comerciantes e industriais com actividades ligadas ao mar. Aqui chegados, ao termo de um relato sumário do processo genético da Liga Naval e do seu contexto inspirador vindo de fora, importa fazer uma primeira síntese e colocar uma interrogação.

A concepção e nascimento da Liga fez-se no Clube Militar Naval, cujos fins e associados estavam desde sempre intimamente ligados ao mar. A sua base de associados tinha uma certa homogeneidade social e cultural, constituindo um universo de recrutamento privilegiado para a nova associação. Esses sócio do Clube, mercê das suas actividades profissionais, faziam parte de uma rede de relações que se estendia aos meios profissionais, comerciais e industriais civis ligados às marinhas mercante e de pescas. O panorama era perfeito. Deste modo, juntaram-se ao núcleo de Oficiais da Armada baseados no Clube Militar Naval, um conjunto de personalidades e associações cujos nomes já referimos.

No centro de todo este processo, cuidadosa e meticulosamente planeado e desenvolvido, encontramos o nome do então Segundo-tenente António Pereira de Matos que, aos vinte e cinco anos de idade, contava já com um catálogo muito interessante e muito bem informado de escritos sobre o mar e as marinhas na viragem do século. Em muitas

---

[43] Ver, entre outros, Valentim Alexandre, "Questão colonial e questão nacional em Oliveira Martins", *Análise Social*, Volume XXXI, 1996, pp. 197-198. Na mesma linha, referem-se ainda as propostas feitas em 12 de Fevereiro de 1900, pelo então Capitão-de-fragata José Bento Ferreira de Almeida, deputado desde 1884. Num longo discurso na Câmara dos Deputados, dissertando sobre as despesas das colónias e defendendo a venda das colónias que só davam encargos, os casos de Timor, Macau, Índia, Moçambique, Ajudá e Guiné. Com o produto da venda "amortizar-se-ia parte da dívida, conservar-se-ia Angola e Cabo Verde, a Marinha de Guerra podia alienar os navios velhos e inúteis, que seriam substituídos "por verdadeiras unidades de combate […] cruzadores e torpedeiros […] para a defesa terrestre e naval […] O pessoal manter-se-ia […] porque não se adquire apto e prompto como o material, que só depende do dinheiro". Ver *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, nº 20, Sessão de 12 de Fevereiro de 1900, p. 15. A ordem do dia era a discussão da proposta de lei de fixação da "força naval" para o ano 1900-1901.

[44] *Liga Naval Portuguesa – Breve relação […]*, Apêndice, pp. 183-186.

circunstâncias da vida da Liga Naval Portuguesa, a criatura quase se confundiu com o seu criador. Como veremos, o papel desempenhado pelo oficial da Armada António Pereira de Matos foi crucial na fundação, no crescimento e nas metamorfoses que a Liga atravessou entre 1901 e a data da sua morte, em 1930.

A relevância desta ligação foi reconhecida por Sérgio Campos Matos e Luís Aguiar Santos, que dedicaram atenção à Liga e ao seu primeiro responsável:

> "Em António A. Pereira de Matos e na Liga Naval – a que a sua obra pretendeu fornecer um *múnus* analítico integrado e coerente – temos, pois, a mais abrangente e penetrante visão de conjunto da realidade naval portuguesa do princípio de Novecentos"[45].

Quanto a este aspecto, é possível afirmar que a sua visão e obra foram ofuscadas pela atenção que a Marinha de Guerra dedicou a outras figuras do pensamento naval, como foram os casos de Fernando Pereira da Silva e Alfredo Botelho de Sousa. É plausível aceitar que este processo de esquecimento tenha encontrado raízes no facto de, ambos Pereira da Silva e Botelho de Sousa terem alcançado os postos máximos da carreira e exercido cargos de grande responsabilidade, enquanto o criador da Liga Naval Portuguesa ter – na prática – colocado a sua carreira naval em suspensão depois do 5 de Outubro.

Outra interrogação que é necessário deixar, neste ponto, respeita ao grau de importância do papel de António Pereira de Matos na génese da Liga Naval: foram as personalidades que então se juntaram aos processos iniciais da Liga uns meros instrumentos? Teria sido possível, sem a sua participação, erguer a Liga Naval e levar a bom termo a criação e o arranque fulgurante das suas actividades? Sobre isto, sabemos quem foram os que acompanharam a Liga ao longa da sua existência, ou seja, sabemos que António Pereira de Matos não esteve sozinho tanto na Liga Naval como nas suas emanações políticas. Mas também pensamos que é de todo legítimo relevar seu o papel de personagem verdadeiramente central, sem cuja inteligência, seriedade, determinação e energia não teria sido possível fazer nascer e desenvolver a Liga Naval Portuguesa.

---

[45] Sérgio Campos Matos e Luís Aguiar Santos, *ob.cit.*, p. 449.

O "secretário-perpétuo"

O então Segundo-tenente António Pereira de Matos[46], proponente da criação e eleito secretário-perpétuo[47] da Liga Naval Portuguesa na sua reunião fundadora, realizada no Clube Militar Naval em 23 de Maio de 1900, nasceu no Porto em 1874, numa família da burguesia comercial. Assentou praça na Escola Naval em 1888, onde foi aluno do então Primeiro-tenente Vicente Almeida d´Eça e colega dos, ao tempo, aspirantes Guilherme Ivens Ferraz, Jaime Leote do Rego, Vítor Hugo Azevedo Coutinho e Alfredo Rodrigues Gaspar, alguns dos quais iriam acompanhá-lo em parte do seu longo percurso de principal protagonista da Liga Naval Portuguesa[48].

António Pereira da Matos era senhor de qualidades invulgares, asseveradas pelos seus superiores que, ao longo da sua carreira, o foram considerando "inteligente" e "estudioso", "habilíssimo", "muito distinto", "um comandante perfeito" e um "oficial ilustradíssimo"[49]. Algumas destas qualidades foram cedo demonstradas quando, na fase inicial da sua carreira – tinha 23 anos, publicou um longo estudo sobre a Marinha de Guerra[50]. Nas suas quase seiscentas páginas, o autor mostrou domínio sobre o estado da arte da tecnologia naval, que atravessava um período de evolução acelerada, como resultado das inovações da segunda Revolução Industrial. As novidades no armamento, propulsão e combustíveis, o desenvolvimento dos submersíveis, os debates mais recentes sobre o emprego do poder naval e o estado da Armada portuguesa, precediam a proposta de um plano global para a sua reorganização. Um texto de grande fôlego, escrito por um muito jovem oficial, foi acolhido com interesse pela comunidade naval portuguesa, ainda que parte do seu conteúdo não tivesse recebido apoio generalizado, especialmente pelos que consideraram desproporcionada a sua proposta de aumento do poder militar e da quantidade de navios que deveriam incorporar a Armada, que ascendiam a 224 navios, incluindo 19 couraçados.

O Segundo-tenente António Pereira de Matos foi, em 1903, nomeado comandante da canhoneira "Bengo", com destino a Moçambique, onde iria integrar a Divisão Naval do

---

[46] Ver Apêndice1 - Nota biográfica de António Pereira de Matos, secretário-perpétuo da Liga Naval Portuguesa.

[47] Designação e funções correntes na época em instituições de carácter científico e cultural, como a Academia das Ciências e a Academia Real de Belas-Artes.

[48] A mudança do regime, em 1910, e a participação de alguns oficiais da Marinha nas formações políticas da República, cobraram o seu preço na proximidade entre Pereira de Matos e muitos dos republicanos mais radicais.

[49] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1414/A, Informações individuais. Estas informações, num processo que se estendeu aos nossos dias, registavam o desempenho profissional dos militares, em notações de carácter quantitativo e qualitativo, da responsabilidade dos superiores hierárquicos.

[50] A. Pereira de Matos, *A Marinha de Guerra – Estudo*, Porto, Magalhães e Monis Editores, 1897.

Índico, entre Março e Outubro daquele ano[51]. Tratava-se de um navio com propulsão mista, à vela e a vapor e dotado de duas peças de 87 mm e três pequenas peças de 47 e 37 mm[52]. A despedida de Pereira de Matos de Lisboa constituiu uma manifestação expressiva do relevo já então alcançado pela Liga Naval Portuguesa e o seu secretário. Entre as personalidades presentes na Sala da Balança do Arsenal de Marinha[53] contaram-se Júlio de Vilhena, José Maria de Alpoim, diversos almirantes, muitos oficiais superiores e subalternos, oficiais da marinha mercante, industriais e comerciantes ligados às actividades marítimas. Um vapor fretado para a ocasião, transportando uma quinzena de oficiais da Armada, acompanhou a "Bengo" até às proximidades da barra de Lisboa[54]. A festiva despedida concedida a um simples Segundo-tenente que partia para uma corriqueira comissão em África não era comum, pelo que devemos tomá-la como um sinal da notoriedade que a Liga Naval tinha adquirido nos três primeiros anos da sua existência.

Pereira de Matos seria sempre o grande protagonista e animador da vida da Liga, assumindo este papel em todas as situações que a associação e ele próprio atravessaram. Implantada a República, continuou monárquico e permaneceu no posto de secretário-perpétuo da Liga, circunstâncias que, entre outras, não terão contribuído para que a associação colhesse os favores do novo poder. Acabou por envolver-se na intentona monárquica de 20 de Outubro de 1913, chefiada em Lisboa pelo então Capitão-de-fragata João de Azevedo Coutinho. A tentativa foi mal sucedida e Pereira de Matos foi preso, na situação de hospitalizado, até que em Fevereiro do ano seguinte chegou uma amnistia que o devolveu à Marinha e à Liga Naval[55]. O secretário da Liga foi também um dos derrotados da revolução de 14 de Maio de 1915, que pôs termo à breve "ditadura" do General Pimenta de Castro e reforçou a posição do Partido Democrático[56].

---

[51] Por ter adoecido em Moçambique, Pereira de Matos acabaria por regressar à Metrópole em Dezembro, a bordo do paquete "Portugal". Durante o período da sua comissão, as funções de secretário da Liga Naval foram desempenhadas pelo Primeiro-tenente Quirino da Fonseca.

[52] Adelino Rodrigues da Costa, *Dicionário de Navios & respectiva relação de efemérides*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2006, pp. 72-73, 181.

[53] Hoje designada "Casa da balança" é ainda uma "sala de visitas" da instalações da Marinha na Ribeira das Naus.

[54] *Boletim Oficial*, Série II, nº 3 – Março de 1903, p. 56.

[55] Em 28 de Maio de 1914 foi mandado arquivar, sem procedimento, o auto de corpo de delito em que era arguido como presumido delinquente, pelo que deixou de estar na situação de amnistiado. Ver *Livro-Mestre* J, p. 29.

[56] Designação corrente da fracção restante do Partido Republicano Português em 1911, depois de separados o Partido Republicano Evolucionista e a União Republicana. Estas formação foram chefiadas, respectivamente, por Afonso Costa, António José de Almeida e Brito Camacho.

Em 1913 e 1915, foi o principal promotor das iniciativas que levaram à criação das já referidas União Patriótica e da sua sucessora Liga Nacional, organizações com carácter vincadamente político a que adiante faremos melhor referência.

O Capitão-tenente António Pereira de Matos passou à reforma em Novembro de 1915, depois de a Junta de Saúde Naval o ter declarado incapacitado para o serviço, em inspecção que foi realizada a seu pedido, invocando uma "pertinaz doença gottosa"[57]. Pode conjecturar-se que o abandono do serviço activo tenha sido conveniente para ambas as partes: para a Marinha, que deixava de ter nas fileiras um activo politicamente incómodo, e para o próprio, que desejaria uma maior liberdade para as suas posições políticas. Já na reforma, continuou, até à sua morte em 1930, a preencher as funções de secretário-perpétuo da Liga Naval Portuguesa e a desempenhar um papel de primeira linha nas iniciativas lançadas por esta associação.

1.3 O movimento das ligas navais, dos grandes aos pequenos poderes

O movimento que levou à criação de ligas navais nos últimos anos do séc. XIX e nos anos iniciais do séc. XX, teve como objectivo principal mobilizar a opinião pública para as questões do mar, designadamente no que se referia ao desenvolvimento das marinhas mercante e de guerra.

Os nacionalismos e os imperialismos nas suas formas finisseculares, não apenas constituíram o terreno fértil para a emergência das ligas, tendo sido também um instrumento importante para as suas estratégias. Esta linha de acção é visível nas ligas britânica, alemã, francesa, espanhola e portuguesa, ainda que cada um destes países tivesse condições e situações internas e externas muito diferentes.

Um pequeno texto surgido no *Boletim Marítimo* de Setembro de 1909[58] reproduziu parcialmente um artigo que tinha sido recentemente publicado no Boletim da "Ligue Maritime de France". A oportunidade para a publicação foi a então recente realização de uma reunião de ligas navais, num congresso, por iniciativa da congénere russa, cujo objectivo foi "estudar os pontos dos seus diferentes programas que seriam susceptiveis de uma acção comum, isto é, o estudo scientifico do mar e da pesca". Adiantava ainda o autor do boletim francês que os resultados, mesmo numa área tão restrita e sem natureza militar,

[57] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1414/A, Requerimento do Capitão-tenente António Pereira de Matos pedindo a sua apresentação à Junta de Saúde Naval.
[58] Recém constituída, sob impulso do partido dos Jovens Turcos.

teriam ficado aquém do que seria de esperar. Não foi possível reunir outras informações sobre o referido congresso sabendo-se, todavia, que a Liga Naval Portuguesa se fez "representar pelo seu consócio residente em Moscovo, o sr. Portugalof"[59], a quem nos iremos referir mais adiante.

No mesmo texto, a voz autorizada do historiador naval Charles de la Roncière invocava mesmo para a França do tempo de Richelieu a glória de ter sido precursora da "idéa de agrupar as boas vontades em associação de propaganda marítima [que há] muito tempo esquecida renasceu nos nossos dias".

No ano em que escrevia, o autor do artigo recenseava a existência de treze ligas navais, que enumerava pela seguinte ordem: França, Rússia, Bélgica, Itália, Áustria, Espanha, Portugal, Inglaterra, Alemanha, Turquia, EUA e Brasil. Anunciava-se ainda a perspectiva da constituição de ligas navais na China e no Japão.

As ligas navais, prosseguia o escrito, eram "associações voluntarias, de acesso livre a todas as pessoas, impulsionadas por uma direcção central, que assume toda a organização n´um sentido de propaganda e de ensino". O seu espírito era

> "por toda a parte o mesmo: o estudo e a vulgarização do mar, da marinha, das obras marítimas sob todas as formas e por todos os meios de propaganda possíveis, revistas ilustradas, cartazes, livros, folhetos, festas, regatas e conferencias".

Quanto às marinhas de guerra, foco da atenção dos países marítimos quando um conflito europeu já era tido por inevitável, afirmava-se:

> "Todas as Ligas tem, sob uma forma qualquer, a protecção oficial dos seus governos, que n´ellas veem um auxiliar importante da politica naval […] Todas as Ligas Navais tem o mesmo evangelho: a defesa d´este *Sea Power*, d´este Poder do Mar […] de que o Comodoro Mahan […] se fez o eloquente apostolo"[60].

O articulista terminava com uma referência à intervenção das mulheres, uma questão que nunca se colocou à Liga Naval Portuguesa. Escrevia o francês:

---

[59] *Boletim Marítimo*, "A obra das Ligas Navaes", Série VIII, nº 9 – Setembro de 1909, pp. 141-142.

[60] Alfred Thayer Mahan (1840-1914), oficial de Marinha e historiador, publicou em 1890 a sua *opus magnum*, *The influence of Sea Power upon History (1660-1783)*, que influenciou decisivamente o pensamento naval das potências do tempo. O seu texto teve como base numa análise histórica dos factores que tinham determinado a supremacia marítima de alguns Estados no período que o autor justifica, discutivelmente, do seguinte modo: "The period embraced is from 1660, when the sailing-ship era, with its distinctive fixtures, has fairly begun, to 1783, the end of the American Revolution". Ver A. T. Mahan, *The influence of Sea Power upon History (1660-1783)*, Boston, Little Brown and Company, 1890, p. VI.

> "quasi todas as Ligas Navais organisaram, seguindo o exemplo da inglesa e da alemã, comités feministas que prestam excelentes serviços de propaganda, melhor do que ninguém o sabe a Ligue Maritime de France, graças á dedicação das nossas colaboradoras".

A Liga Naval alemã foi sempre a que teve maior número de associados. Em Junho de 1906, os *Anais do Clube Militar Naval* informavam quanto ao número de membros das principais ligas: liga alemã – 951.000; inglesa – 20.000; espanhola – 15.000; italiana – 10.000; francesa – 5.000; americana – 4.500 e portuguesa – 2.900. A mesma fonte comentou então, relativamente ao elevado número de membros da "Deutscher Flottenverein":

> "Este enormíssimo desenvolvimento, fiel reflexo do crescente interesse que inspiram aos allemães os assumptos navaes, não deixou de exercer influencia sobre os políticos e tornar possível ao governo o obter um considerável aumento no programma das novas construcções que o Reichstag há pouco aprovou"[61].

Para tornar possível uma medida do avanço da dimensão das ligas europeias nos anos que precederam a Grande Guerra, notemos os números dos seus associados tal como registados pelo *Boletim Marítimo* de Fevereiro de 1910: liga alemã - 1.018.500; brasileira - 40.000; inglesa - 30.000; espanhola - 16.000; francesa - 10.000; portuguesa - 6.500; russa - 3.000; belga - 1.000 sócios.

Evan Park, que a estudou, afirma que a Liga Naval alemã chegou, em 1914, a alcançar 1.100.000 membros, considerando-a o maior grupo do seu tipo na história do país. Um outro indicador acerca da dimensão da liga alemã é a tiragem do seu órgão oficial Die Flotte, também distribuído fora dos círculos da liga, que alcançou 350.000 exemplares62.

A redacção do *Boletim* não escondia a sua admiração pela liga alemã, posição que, aliás, tinha assumido desde a primeira hora e sobre a qual escrevia:

> "o typo mais completo e o mais poderoso das associações deste género[…] admiravelmente apetrechada, esta Liga gosa de uma protecção oficial muito mais manifesta que todas as outras: é uma *Instituição do Império*; por ordem oficiosa todos os funcionários allemães são sócios d´ella, os officiaes, os professores, as municipalidades, por ella falam e para ella recrutam sócios".

---

[61] "Liga naval alemã", *Anais do Clube Militar Naval*, Volume XXXVII, nº 6, Junho de 1906, pp. 289-290.
[62] Evan Park, "The Nationalist Fleet: Radical Nationalism and the Imperial German Navy from Unification to 1914", *Journal of Military and Strategic Studies*, Volume 16, Issue 2, 2015, p. 133.

O que passaremos a designar como movimento das ligas navais teve o seu primeiro momento em Inglaterra, em 1894, foi uma expressão e um instrumento do movimento navalista[63] que, por seu lado, era como que um corolário do imperialismo, na sua configuração coeva, com os arranjos e regras emergentes da Conferência de Berlim (1884-1885).

As ligas navais surgidas na última década do séc. XIX e na primeira do séc. XX, na conjuntura pré-Grande Guerra, apresentam traços comuns nos domínios genético e dos propósitos. As condições nacionais determinaram, por seu lado, a hierarquização de objectivos, a capacidade para captar apoios junto das elites civis e militares, das empresas e dos trabalhadores, e respectivas associações, e também a de exercer influência nas esferas governamentais e na sociedade.

Tendo surgido no quadro político-económico dos imperialismos, a criação de cada uma das ligas esteve ligada a personalidades ou movimentos de natureza conservadora, nalguns casos mesmo da extrema-direita.

Para compreender a criação e, sobretudo, os primeiros anos da actividade da Liga Naval Portuguesa, é necessário percorrer, ainda que de forma abreviada, a história das principais ligas navais. A síntese que se segue irá abranger, na generalidade, o período frequentemente designado como da "paz armada" que decorreu até à Grande Guerra, já que a génese das ligas esteve, para todas elas, de uma forma ou de outra, ligada ao rearmamento naval preparatório de um conflito tornado inevitável pela competição imperialista, com os focos de tensão numa Europa em ruptura com a velha ordem do Congresso de Viena (1815).

A entrada na guerra de cada um dos países ribeirinhos foi um momento para avaliar o sucesso ou insucesso da actividade das respectivas ligas navais. O fim da guerra, com os tratados de paz de 1919 e as restrições colocadas ao armamento naval das grandes potências no Tratado Naval de Washington, em 1922, retirou parte da razão de existência das ligas navais, que desapareceram ou entraram em fase de adormecimento, ainda que as mais importantes tenham depois, em momentos diferentes, reaparecido em novas conjunturas.

---

[63] Um termo que os autores anglo-saxónicos propõem para definir o poder naval como base do poder do Estado, através do rearmamento concebido para servir de base ao engrandecimento nacional. Uma historiadora britânica caracterizou mesmo o navalismo, na viragem do séc. XIX para o séc. XX como uma religião, praticada pelos seus proponentes com vários graus de fervor e ortodoxia. Ver Mary A. Conley, *From Jack Tar to Union Jack*, Manchester/ New York, Manchester University Press, 2009, p. 132.

1.3.1 A competição naval germano-britânica e as ligas fundadoras

A subida de Guilherme II ao trono do Reich em 1888 e a sua ruptura com Bismarck dois anos depois, trouxe consigo uma revisão do papel geopolítico da Alemanha. O chanceler tinha-se prioritariamente dedicado a construir um novo equilíbrio na Europa saída da guerra franco-prussiana (1870-1871), ainda que, a partir dos meados da década de 1880, em resposta às pressões dos sectores industriais e comerciais alemães, bem como a factores internos de natureza económica e social, a par ainda do imperativo de acompanhar Inglaterra e França, se tivesse convertido à necessidade de possuir colónias em África. Este impulso expansionista impunha, por seu lado, uma Marinha capaz de romper com os factores geográficos, desfavoráveis à Alemanha, bem como procurar colocar-se em posição de desafiar a Inglaterra, senhora indisputada dos mares, em razão do seu império colonial.

A noção de "domínio do mar" proposta pelo Capitão-de-mar-e-guerra Alfred Mahan, da Marinha dos EUA, influenciou as opiniões de Guilherme II. Até ao seu contacto com o pensamento do americano, o imperador era adepto de uma Marinha baseada em cruzadores, que seriam os navios capazes de materializar as ambições coloniais e assegurar a presença comercial alemãs. Converteu-se depois às ideias do futuro almirante americano e foi citado, numa carta que, em 1894, escreveu a um amigo, declarando que "Estou não apenas a ler, mas a devorar o livro do comandante Mahan e a tentar decorá-lo"[64].

Esta sua conversão levou-o ao ponto de, em 1894, ter substituído nos seus cargos o chanceler Leo von Caprivi, que tinha sucedido a Otto von Bismarck em 1890 e, três anos mais tarde, o almirante von Hollman, chefe do Departamento da Marinha Imperial. Ambos eram partidários de uma marinha essencialmente vocacionada para a defesa da costa contra um bloqueio inimigo, mantendo abertas as linhas de comunicação. Caprivi entendia ainda que os parceiros continentais da Alemanha eram a chave do crescimento económico e da estabilidade do país, atribuindo uma importância menor ao comércio com os territórios ultramarinos[65]. Neste contexto, von Hollman, por seu lado, era um conhecido adversário de um conflito com a Inglaterra.

O kaiser encontrou no almirante Alfred von Tirpitz alguém que partilhava a sua recém-adquirida visão para o poder naval alemão, tornando-o assim responsável pelo Departamento da Marinha Imperial a partir de 1897. Tirpitz, um nacionalista liberal, não tinha ascendência na nobreza, e subira nas fileiras até alcançar o almirantado, tendo servido

[64] Evan Park, *ob. cit.*, pp. 131, 146.
[65] Id., *ibid.*, p. 134.

seis anos na marinha da Prússia, antes da unificação.

Do ponto de vista do pensamento naval, tinha sido inicialmente um advogado da "Jeune École", que colocava o acento tónico nos torpedeiros e nos cruzadores. A evolução de Guilherme II e von Tirpitz foi no sentido de assumir um papel central para a Marinha do Reich e de adoptar o "navio capital", couraçados capazes de decidir a sorte dos combates, para núcleo da sua esquadra, aderindo ao navalismo. No entanto, ambos tinham consciência do enorme volume de recursos que seria necessário empregar para levar a marinha alemã ao par com a inglesa.

Assim, em finais de 1899, Tirpitz divulgou a sua "Teoria do Risco", na qual defendeu uma esquadra marginalmente inferior à "Royal Navy", mas suficientemente forte para causar sérios problemas a Inglaterra, provocando danos à sua marinha, debilitando-a na sua capacidade de enfrentar terceiros poderes.

Tirpitz movia-se em terrenos politicamente difíceis, em especial no domínio dos já referidos altos custos envolvidos na construção da "esquadra de alto-mar" que defendia, que iria representar um fardo fiscal significativo para os alemães. Apesar deste condicionamento, Guilherme II, abraçou as renovadas ideias do seu almirante, a quem confiou a responsabilidade de traçar um plano de expansão da esquadra alemã., que a levou vinte e um couraçados e vinte e sete cruzadores em 1895, para vinte e nove couraçados e trinta e cinco cruzadores dez anos depois[66].

A Inglaterra estava preparada para este crescimento do poder naval alemão, sobretudo a partir do "Naval Defence Act" de 1889[67], que consagrou o "two power standard" como a medida da superioridade britânica no mar, estipulando que a capacidade da "Royal Navy" deveria corresponder, pelo menos, ao total das duas potências navais que se lhe seguissem, que eram então a França e a Rússia[68]. Aquela lei do parlamento definiu a construção de setenta navios, com um orçamento total de 21,5 milhões de libras (137,6 mil contos, ao câmbio do ano). No entanto, em 1893, este esforço parecia ter perdido algum do seu ímpeto e foi debaixo da pressão da opinião pública, que o governo reforçou, de novo, o

[66] Robert Gardiner (direcção editorial), *Conway´s all the World´s Fighting Ships (1860-1905)*, Londres, 1979, pp. 240-241.
[67] A lei aprovou a construção de 70 navios para a Royal Navy, com um custo global de 21 milhões de libras (94.500 contos de réis, ao câmbio médio daquele ano).
[68] Na verdade, o princípio tinha sido formulado em 1817, logo que instalada a ordem de Viena e fez doutrina ao longo de todo o séc. XIX. Ver do autor deste estudo, *O Fim das naus e a Marinha da Transição*, Lisboa, Comissão Cultural da Marinha, 2015, pp. 97-99.

investimento na construção de novos navios para a “Royal Navy”.

Ainda com uma situação estratégica relativamente indefinida no que se referia às relações entre a Inglaterra, França, Rússia e Alemanha, prosseguiram os esforços de aumento da capacidade das marinhas, crescendo os navios em tonelagem, poder de fogo e a incorporação de elementos tecnológicos que os tornavam mais rápidos, mais protegidos e com uma artilharia mais capaz de infligir danos ao inimigo. Este impulso iria colocar-se como ponto de partida para o marco que constituiu a entrada ao serviço em 1906 de um novo tipo de navio, o “dreadnought”, o primeiro couraçado de calibre único, veloz, bem protegido e com um grande poder de fogo.

Ficou assim desenhado o contexto em que, no período de paz armada que conduziu à Grande Guerra, se desenvolveu a corrida aos armamentos navais. Este movimento teve a sua maior expressão nos países que lideraram as alianças que se confrontaram naquele conflito, embora se tenha estendido, em menor escala, às médias potências europeias (casos da França e Itália), aos EUA e ao Japão.

O crescimento das Marinhas, em tempo de plena consolidação das tecnologias da segunda Revolução Industrial (com melhores aços para os cascos, as couraças e o armamento; os combustíveis líquidos; as pólvoras químicas e a electricidade) impunha um grande esforço por parte dos orçamentos o que, por seu lado, levava à necessidade de intervir junto das opiniões públicas no sentido de colher o seu apoio para as despesas muito elevadas que tinham que ser realizadas.

As Ligas Navais foram criadas para, como um dos seus primeiros propósitos, serem o principal instrumento de mobilização das opiniões públicas para as políticas marítimas dos respectivos estados, que envolviam as suas marinhas de guerra e mercante, bem como as indústrias de construção naval, maquinaria e armamento que as tornavam possíveis e fortes.

Nesta acepção as Ligas foram organizações políticas e, nessa condição, a sua criação e funcionamento fizeram-se no contexto das políticas internas de cada um dos países, em circunstâncias e desenvolvimentos específicos a que adiante daremos algum desenvolvimento, com relevo especial para as associações britânica e alemã, que foram as principais inspiradoras das instituições congéneres que se lhe seguiram em outros países.

Em Inglaterra, a criação de ligas e associações especializadas foi uma das características das formas de sociabilidade e de intervenção da classe média na sociedade

vitoriana tardia[69]. Neste contexto, surgiram associações de interesses de natureza económica ou socioeconómica, que se inscreviam na ala direita do espectro político, como foram, entre outros, os casos das seguintes agremiações[70]:

- "Primrose League", fundada em 1883 para difundir as ideias conservadoras e apoiar duas causas em especial: a manutenção do império e a oposição a qualquer forma de governo autónomo na Irlanda ("home rule"), que vinha sendo defendida pelo primeiro-ministro liberal William Gladstone (1880-1885).
- "Navy Records Society", fundada em 1893, por oficiais influentes da Royal Navy, historiadores, políticos e publicistas, com o objectivo de preservar e divulgar documentos relativos à história naval britânica, que incluíam cartas pessoais, textos autobiográficos, despachos e ordens oficiais. Contou com 95 fundadores e, em 1903, tinha mais de 500 membros[71].
- "Navy League", fundada em 1894. Foi a precursora das ligas navais, tendo como propósito principal a defesa da relevância histórica da supremacia marítima inglesa, e da consequente necessidade de manter a mais forte esquadra naval do mundo.
- "National Service League", criada em 1902, que defendia a necessidade de aumentar a capacidade do Exército e de criar um serviço militar de conscrição, uma causa acarinhada pela extrema-direita política. Publicou *The Nation in Arms*, como seu órgão de imprensa.
- "Tariff Reform League", 1903, que, numa lógica proteccionista e tendo como referência os sucessos dos EUA e da Alemanha neste domínio, reclamava uma reforma tarifária para defender os produtos ingleses e do império britânico.
- "Union Defence League", criada em 1907 como movimento contrário à "home rule".

---

[69] W. Mark Hamilton, *The Nation and the Navy: Methods and organization of British navalist propaganda, 1898-1914*, New York, Garland Publishing, 1986, p. 115.
[70] Frans Coetzee, "Pressure groups, Tory businessmen and the aura of political corruption before the first World War", *The Historical Journal*, Vol. 29, Nº 4, Dezembro de 1986, p. 834. Para as notas referentes às organizações citadas, ver Peter Barberis, John McHugh e Mike Tildeslie, *Encyclopedia of British and Irish Political Organizations*, Londres e Nova Iorque, Pinter, 2000, *passim*.
[71] W. Mark Hamilton, ob. cit., pp. 116- 120.

- “Imperial Maritime League”, foi em 1908 uma dissidência da “Navy League”. Esta associação tinha posições de extrema-direita, defendendo a interligação entre estado, nação e raça[72].

A inscrição no espaço da direita política também caracterizou a Liga Naval Alemã que, tal como em Inglaterra, foi criada a par de outras associações da mesma corrente de pensamento, das quais referimos as que que surgiram em tempos próximos da sua criação. Todas procuraram mobilizar as classe médias, e foram, na generalidade, bem sucedidas quanto ao apoio a causas nacionais do seu tempo, de cariz nacionalista e imperialista:

- “Bund der Landwirte” (Liga Agrária, fundada em1893), agregou os interesses agrários contra a política do chanceler von Caprivi, adepto de livre comércio. Os seus membros eram conservadores e maioritariamente protestantes.
- “Deutscher Kolonialgeselschaft” (Liga Colonial Alemã, 1887), foi criada por fusão de outras duas associações, que datavam de 1882 e 1884, para apoiar os projectos de expansão colonial. Contou com 15.000 membros logo depois da sua formação e, em 1914, tinha 42.000 associados.
- “Allgemeiner Deutscher Verband” (Liga Pan-Germânica, 1891) defendia a expansão territorial e a homogeneidade étnica e cultural do povo alemão. Um dos seus membros proeminentes defendeu a supressão das minorias étnicas (judeus e eslavos, em particular) e religiosas[73]. Via-se a si própria como o supremo coordenador de todas as campanhas nacionalistas e a encarnação da sua causa, que colocava acima de todos os partidos políticos e dos seus conflitos[74].
- “Deutscher Wehrverein” (Liga do Exército Alemão, 1912), criada para apoiar o armamentismo e o nacionalismo, nasceu no contexto da discussão do orçamento de 1912, em que os interesses da Marinha se chocavam com os dos

[72] N. C. Fleming, “The Imperial Maritime League: British Navalism, Conflict, and the Radical Right, c. 1907-1920”, *War in History*, Vol. 23(3), 2016, pp. 296-322.
[73] *International Encyclopedia of the First World War*, https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/pan-german_league (Consultado em 30 de Outubro de 2018).
[74] Marylin Shevin Coetzee, *The German Army League: Popular Nationalism in Wilhelmine Germany*, New York/ Oxford, Oxford University Press, 1997, p. 16.

exército[75]. O seu fundador e membro mais proeminente foi o General e historiador militar August Keim (1845-1926, reformado desde 1899). A maioria dos associados da Liga do Exército, alguns deles comuns com a Liga Pan-Germânica e a Liga Naval, pertenciam à geração que tinha participado ou vivido nos anos dos triunfos bismarckianos, e a associação mostrou sempre dificuldades em recrutar membros nas camadas mais jovens. Um produto da Alemanha de Guilherme II, sofreu uma transformação com a derrota alemã na Grande Guerra, sobrevivendo até 1935. Desapareceu, como referiu a sua estudiosa Marylin Coetzee, nas águas lamacentas do Nacional-Socialismo[76].

A génese das ligas navais pioneiras, em Inglaterra e na Alemanha, apresentou claros paralelos, quanto aos propósitos de representarem interesses ligados à grande indústria e aos armamentistas, à direita política e ao império – ou às ambições de o construir, mas diferenciam-se quanto à sua evolução e base social, em função de factores estruturais de cada país, bem como das respectivas conjunturas. A razão determinante para o seu aparecimento foi, como vimos sublinhando, a corrida aos armamentos navais, cuja génese podemos localizar na vaga de imperialismo cujas linhas de força tinham sido definidas na Conferência de Berlim (1884-1885).

Interessa agora referir, com algum desenvolvimento, à escala deste estudo, os traços principais da criação e evolução das ligas precursoras do movimento das ligas navais.

"We want eight and we won´t wait": a "Navy League" e a supremacia naval inglesa

A primeira Liga Naval a surgir foi a "British Navy League", fundada em Dezembro de 1894 por um pequeno grupo de entusiastas de assuntos da Marinha. A sua génese é remetida para uma série de artigos publicados naquele ano na *Pall Mall Gazette*, um vespertino de Londres de orientação conservadora, por iniciativa de Henry Cust, então o seu editor e também membro do Parlamento pelo Partido Conservador[77].

Foi, no entanto, um conjunto de artigos com o título "Command of the Sea", surgidos no mesmo jornal, assinados por Henry Spenser Wilkinson (1853-1937), professor de

[75] A disputa foi resolvida em favor do exército por influência do kaiser que, em conversa com o chanceler Bethmann-Hollweg, afirmou que "when it came to the necessary strengthening of the army and the navy, the army must absolutely have priority". Ver Marylin Shevin Coetzee, *ob cit.*, p. 31.
[76] Marylin Shevin Coetzee, *ob. cit*., pp. 12-13, 96-97, 120, 123.
[77] Andrew S. Thompson, *Imperial Britain: the Empire in British Politics (1880-1932)*, Abingdon, Routledge, 2014, pp. 44-46.

História Militar em Oxford, que desencadearam a criação da Liga Naval britânica. Na sequência destes artigos, o referido diário publicou uma carta assinada "Four average englishmen", anónima mas com os nomes fornecidos ao editor, apoiando a causa da defesa do poder naval, tal como defendida pelos textos de Wilkinson. A carta foi publicada com um memorando, no qual se estabeleciam, em quatro parágrafos, os objectivos da "Navy League":

> "To call the attention of the public to the fact that the Navy is unequal to the demands which a war may at any time impose upon it/ To instruct the public on naval matters and on naval history and to bring home to all British subjects the vital value to them of the Command of the Sea/ To bring public opinion to bear on candidates for Parliament, so that members may be returned who (without regards to party politics) are pledged to a naval policy which will ensure Great Britain´s Command of the Sea/ To secure the administration of the British Navy on lines which are above party politics/ NB The League to be absolutely distinct to party politics"[78].

Estava em causa influenciar os eleitores britânicos e os membros do Parlamento para a necessidade de garantir a supremacia naval, que tinha sido posta em causa em diversos momentos do passado próximo, designadamente em 1884, 1888 e 1893, quando a ameaça ainda não tinha origem no Reich alemão, mas sim na Rússia, na França, na Itália ou na Áustria-Hungria. Cada uma destas ocasiões deu lugar a pressões no sentido do aumento das dotações financeiras para a "Royal Navy", impulsionadas pelos defensores do Império que, com aquele propósito, conduziam campanhas vigorosas e por vezes alarmantes junto da opinião pública, mais ainda quando era referida a hipótese de invasão das Ilhas. Estas situações passaram à história com a designação de "naval scares", e o aparecimento da Liga deu-se justamente num destes contextos, quando governava o Partido Liberal e se discutia o orçamento da Marinha para 1893-1894.

A edição de 30 de Novembro de 1894 da *Pall Mall* Gazette, publicou uma lista de doadores, cujas contribuições eram destinadas ao arranque da nova associação. Para além de altas patentes do "British Army" e da "Royal Navy", alguns dos que tinham feito contribuições escondiam a sua verdadeira identidade atrás de pseudónimos como "Empire Defense", "Poor man" ou um simples "A librarian", que poderemos tomar como uma nota do ampla espectro de classes sociais que se pretendia envolver. Numa das muitas cartas de leitores que acompanhavam a lista, um deles agradecia ao jornal a série de artigos

[78] *Pall Mall Gazette*, 21 de Novembro de 1894, pp. 1-2.

patrióticos, nos quais era ressaltado o imperativo do reforço da capacidade naval britânica. O país, prosseguia, devia dedicar toda a sua vontade e a sua força à questão, de superior importância, da sua Marinha[79].

Em aparente alinhamento com os seus princípios fundadores, ao contrário do que iria acontecer noutras ligas navais, a liderança da "British Navy League" não atraiu personalidades que se moviam exclusivamente na esfera política sendo, durante dois longos períodos (1896-1906 e 1910-1916) dirigida por Robert Yerburgh, membro do Parlamento pelo Partido Unionista[80], mais conhecido pela sua ligação a uma associação de proprietários agrícolas[81]. Esta circunstância não impediu o progresso da organização, que se apoiou em actividades de natureza diversa, que convergiam num esforço de influência sobre a opinião pública e os políticos quanto à importância vital da supremacia naval para o império britânico.

O argumento principal era simples: a estabilidade e segurança do império dependiam do poder naval, logo era a Marinha e não o Exército que deveria obter os favores do orçamento. É preciso assinalar, entretanto, que nem todos os adeptos do navalismo apoiavam a linha de acção da "Navy League", como foram os casos de Fred T. Jane[82], do almirante Charles Beresford, então membro do Parlamento e dos escritores Rudyard Kipling e Arthur Conan Doyle[83], que entendiam que a Liga não era suficientemente crítica da acção do governo quanto à Marinha, nem atenta ao que se passava no Almirantado[84].

O papel da Liga Naval Britânica era o de educar a opinião pública através de diversas formas de propaganda ajustadas a grandes audiências, que não esqueciam a herança histórica, como foi o caso da conversão do "Trafalgar Day" em celebração pública, quando estava até então confinada ao Almirantado. Foi sob o impulso da "British Navy League" que, a partir de 1896, se passou a fazer a comemoração pública da vitória britânica na

---

[79] I*bid*, 30 de Novembro de 1894, p. 3.
[80] O Partido Unionista Liberal foi criado em 1886, por dissidência com o Partido Liberal. Nesse ano constituiu uma coligação com o Partido Conservador, que governou, com três anos de interrupção, até 1906. Foi, assim, dominante na política doméstica britânica durante o período de criação e evolução da "British Navy League". O Partido Unionista Liberal fundiu-se, em 1912, com o Partido Conservador, adoptando a designação de Partido Conservador Unionista, que se mantem nos nossos dias.
[81] Andrew Thompson, ob. cit., pp. 44-46.
[82] Johnn Frederick Thomas Jane (1865-1916) foi o fundador do *All the World´s Fighting Ships*, o importante e muito divulgado livro de referência e análise sobre as marinhas de guerra do mundo, publicado anualmente até aos nossos dias.
[83] O seu apoio à nova Liga durou pouco tempo, pois, em Dezembro de 1909, anunciava que tinha renunciado à sua filiação "alguns meses antes": https://www.arthur-conan-doyle.com/index.php?title=File:The-referee-1909-12-12-p1-the-imperial-maritime-league.jpg (Consultado em 3 de Julho de 2008).
[84] Mary A. Conley, *ob. cit.*, p. 134.

batalha naval de Trafalgar, travada em 21 de Outubro de 1805.

Outra iniciativa cujo alcance nas fileiras e na opinião pública estava garantido, foi o da pressão para que fossem drasticamente melhoradas as rações alimentares a bordo dos navios de guerra. Em 1901, de regresso de uma inspecção a bordo da esquadra britânica do Mediterrâneo, o jornalista da *Pall Mall Gazette* Arnold White, membro do seu conselho executivo, que acompanhou o presidente da Liga Naval e deputado Robert Yerburgh, escreveu: "if British seapower is to be assured, British bluejackets must be better fed"[85]. A campanha assim iniciada deu lugar à formação de uma comissão, cujas recomendações foram adoptadas, é certo que apenas alguns anos mais tarde, em 1907, pelo "First Sea Lord", o almirante John Fisher.

A "Navy League" procurou difundir a sua mensagem promovendo a criação de delegações locais, um exemplo seguido a partir de 1901 pela Liga Naval Portuguesa. Tendo começado pelas cidades com tradição marítima, a "British Navy League" dispunha, em 1912, de 133 delegações, 71 das quais no Reino Unido, 33 nas colónias e 29 em "public schools"[86], onde eram formados muitos dos membros das classes dirigentes inglesas.

O apoio público à liga britânica também pode ser aferido pela evolução quantitativa dos seus membros, que se contavam por cerca de mil em 1896, quinze mil em 1900 (valor inferior ao registado pelo *Boletim Marítimo* no mesmo ano) e entre 100 e 150 mil, em mais de 150 delegações, nas vésperas da Grande Guerra. Estes valores precisam, no entanto, de ser devidamente valorizados, dado que a quantidade de associados com direito de voto nunca atingiu aquelas ordens de grandeza. Um dos factores que contribuíam para esta situação era o da intimidade da liga naval inglesa com uma parte dos círculos políticos locais, numa prática de benefícios mútuos: os membros do Parlamento, ou candidatos, eram abordados para se filiarem na Liga, no entendimento de que tal não significaria um acréscimo de trabalho e, em troca, viam o seu nome divulgado em acções de propaganda, o que, nas cidades portuárias ou com estaleiros navais, lhes poderia valer a eleição[87]. Como órgão de imprensa para divulgação e propaganda das suas iniciativas, a Liga inglesa contou com o *Navy League Journal*, mais tarde designado *The Navy*, cuja publicação foi iniciada

[85] Laura J. Burkinshaw, "To what extent did the Navy league influence popular naval enthusiasm between 1894-1914?", The University of Hull, Dissertation submitted for the Degree of Bachelor of Arts – Session 2014-2015, www.researchgate.net/publication/325203132_To_what_extent_did_the_Navy_League_influence_popular_naval_enthusiasm_between_1894-1914, p. 6 (Consultado em 7 de Novembro de 2018)
[86] Andrew Thompson, *ob. cit.*, pp. 44-46.
[87] Laura J. Burkinshaw, *ob. cit.*, pp. 9-10.

logo em 1895 e que em 1911 tinha uma tiragem de dez mil exemplares.

Em 1908 deu-se uma dissidência na "British Navy League", latente desde a sua criação, como resultado da ruptura entre duas perspectivas quanto à relação da Liga com o Almirantado. Enquanto uma minoria dos sócios defendia a Liga como um instrumento de fiscalização da política naval britânica, a maioria dos membros mais importantes defendiam uma posição prudente nas críticas ao Almirantado, alegando que os esforços deviam ser concentrados na influência junto da sociedade e dos círculos do poder, para promover o desenvolvimento da Marinha britânica. O confronto entre estas duas correntes internas da liga naval britânica, acabou por conduzir à ruptura e à criação da "Imperial Maritime League". O conflito assumiu grandes proporções, ao ponto de o *Navy League Journal* de Abril de 1908 ter considerado a associação dissidente como "a group of malcontents to whom every oficial action is *ipso facto* foolish if not traitorous"[88].

A nova associação defendia que era urgente desenvolver acções capazes de evitar um desastre de proporções imperiais. De entre os navalistas mais notórios que passaram a apoiar a nova Liga, encontramos editores de jornais e jornalistas e um bom número de membros das duas Câmaras do Parlamento, afectos ao Partido Conservador. A Liga Marítima Imperial pretendeu mostrar um grande vigor no início da sua actividade. No entanto, por não dispor, nem ter sido capaz de instalar uma rede de delegações locais da dimensão da Liga Naval, agora sua concorrente, não foi bem sucedida e o efeito principal terá sido, ao contrário do que desejava, o de estimular esta última a rever a sua estratégia e a recuperar algum do seu ímpeto inicial.

A "Imperial Maritime League" manteve-se uma vanguarda patriótica sem seguidores e, ainda que tenha prosseguido as suas próprias acções de propaganda, nunca conseguiu atingir o poder de influência da Liga Naval junto da opinião pública e das formações partidárias da direita. Em Março de 1914, o seu secretário anunciou a desistência de um ambicioso plano para estabelecer delegações locais, e o início da Guerra acabou por conduzir a um acordo entre as duas organizações, com o argumento de que: "both organizations should join forces and pursue united activity in promoting recruiting in response to lord Kitchener´s appeal"[89]. Simultaneamente, anunciou que renunciava ao

[88] N. C. Fleming, "The Imperial Maritime League: British Navalism, Conflict, and the Radical Right, c. 1907-1920", *War in History*, Vol. 23(3), 2016, p. 297.
[89] H. H. Kitchener (1850-1916) foi oficial do Exército Britânico, nomeado secretário da Guerra, no princípio do conflito, em 1914. Morreu em 1916, no naufrágio resultante do embate numa mina, do navio da "Royal Navy" em que se fazia transportar para conversações na Rússia. Ver N. C. Fleming, *ob. cit.*, p. 320.

apoio explícito aos seus adeptos para apoiarem o Partido Conservador e que, ao invés, passava a adoptar uma posição não-partidária[90].

Em 1908, estava no poder o Partido Liberal, chefiado por Herbert Asquith e, ainda que pareça não existirem fontes que permitam confirmá-lo, teria sido a Liga Naval a lançar, em primeiro lugar, o slogan "We want eight and we won´t wait", em apoio ao Partido Conservador, que procurava influenciar o governo do liberal Asquith no sentido de construir oito novos "dreadnought"[91]. Esta foi, durante a preparação para a guerra, uma típica iniciativa de propaganda e agitação da opinião pública empreendida pela liga naval inglesa.

A "Navy League" sempre proclamou a sua independência de qualquer partido político mas, como vimos referindo, a sua liderança, muitos dos seus membros e a sua visão sobre a política naval eram claramente afectos ao bloco conservador do parlamento. No entanto, como chamou a atenção Mary Conley[92],esta não era uma situação generalizada, pois existiram membros da Liga que eram notoriamente próximos do Partido Liberal, à esquerda dos conservadores. Foram estes os casos de muitos armadores da marinha mercante, que consideravam que uma Marinha forte era vital para a segurança das rotas comerciais britânicas e, neste contexto, para a protecção dos seus próprios interesses.

A "Navy League" desempenhou um papel relevante como agente dos interesses do navalismo no período da competição anglo-germânica, preparatória da Grande Guerra, que tinha a sua maior visibilidade na construção de couraçados. A posição britânica foi sempre a de procurar garantir a supremacia naval mas, em muitas circunstâncias, travou-se uma espécie de guerra surda entre os partidários da construção de mais "navios capitais" e um parlamento nem sempre disponível para desembolsar os fundos necessários.

As Ligas de natureza militarista, designadamente a "Navy League" e a dissidência constituída na "Imperial Maritime League", não sobreviveram ao fim da Grande Guerra, embora a "Navy League" tenha prosseguido a sua actividade até aos nossos dias, com objectivos e meios de acção renovados perante as conjunturas que atravessou.

---

[90] Frank McDonough, *The Conservative Party and Anglo-German Relations (1905-1914),* Basingstoke, Palgrave-Macmillan, 2007, pp. 124-125.
[91] www.royalnavalmuseum.org/info_sheets_navy_league.htm (Consultado em 7 de Julho de 2018).
[92] Mary A. Conley, *ob. cit.*, p. 133.

Um "lugar ao sol" para a nação alemã e a "Deutscher Flottenverein": nacionalismo, colonialismo e navalismo

A Liga Naval Alemã, a "Deutscher Flottenverein", foi fundada em 1898, encontrando raízes no nacionalismo, nas suas expressões de memória histórica, cultura popular e dinâmica política.

Evan Park, que considerou que a expansão da esquadra alemã no período pós-unificação foi marcada pelo nacionalismo, cita Margaret McMillan[93] para expor este conceito:

> "One of the key assumptions of late nineteenth century nationalism was that there had been something called a German nation for centuries, its members marked out from their neighbours […] members of the nation were identified by their shared attributes as language or religion and linked together by their history".

Em síntese, prossegue, os nacionalistas estavam convictos que a *Germania* era uma entidade mítica e muito anterior à unificação em 1871. A mesma historiadora refere ainda que o nacionalismo na Alemanha, durante o último quartel do séc. XIX, não se exprimia apenas como orgulho na própria nação, mas era também largamente definido pelo medo criado pela percepção de ameaças, tanto as que tinham origem nas rivalidades políticas internas, como as que provinham de actores externos, como a Inglaterra.

A expansão colonial alemã, iniciada nos meados da década de 1880, levantou a necessidade de afirmar uma presença forte no mar, através de marinhas de guerra e mercante poderosas. Enquanto o exército tinha sido responsável pelos pilares da construção nacional, cabia agora à "Kaiserliche Marine" um contributo crucial para a concretização das ambições nacionalistas e imperialistas alemãs. Sendo uma instituição relativamente nova, à qual faltavam as tradições prussianas que marcavam o exército, a marinha foi sendo estruturada como uma força verdadeiramente germânica. A sua construção e alargamento conduziram a que o seu corpo de oficiais fosse largamente originado na classe média da indústria e dos serviços, ao contrário do que sucedia com o corpo de oficiais do exército, ainda estruturado em torno dos "Junkers", a nobreza agrária da Prússia que, ao contrário da marinha, não era popular nas comunidades marítimas e dos trabalhadores dos estaleiros.

O império colonial foi, em 1897, designado pelo ministro dos Estrangeiros e futuro

---

[93] Margaret McMillan, *The War that ended the Peace: the Road to 1914*, Toronto, Penguin Canada Books, 2013, pp. 88 e 269, *apud* Evan Park, "The Nationalist Fleet: Radical Nationalism and the Imperial German Navy from Unification to 1914", *Journal of Military and Strategic Studies*, Volume 16, Issue 2, 2015, p. 126.

chanceler Bernhard von Bülow, como "Platz an der Sonne", um Lugar ao Sol para a nação alemã. A expressão foi depois liberalmente usada pelo kaiser nos seus discursos, como foi o caso do que pronunciou em 1901, em Hamburgo, no qual abordava a necessidade uma grande marinha para o império alemão:

> "Despite the fact that we do not have the navy we should have, we have conquered ourselves a place in the sun. It will now be my task to see it that this place in the sun shall remain our indisputed possession, in order that the sun´s rays may fall promptly upon our activity and trade in foreign parts, that our industry and agriculture may develop within the state and our sailing sports upon the water, for Germany´s future lies upon the water"[94]

Esta ambição, como já referimos, dependia da construção de uma marinha de guerra com capacidade para projectar o poder nacional a longas distâncias, libertando a Alemanha do seu confinamento ao Mar do Norte e ao Báltico, bem como para concretizar as suas ambições imperialistas.

A criação da liga alemã teve lugar poucos meses depois da apresentação no "Reichstag" da primeira Lei Naval, em 1897. Esta proposta, que incluiu uma lista de navios a serem construídos até 1904, com a respectiva previsão de custos, foi já uma iniciativa do almirante Tirpitz, que tinha assumido a chefia do departamento da Marinha ("Reichmarineamt") em meados desse ano. A proposta da lei naval contou, inicialmente, com reticências de conservadores, liberais e social-democratas no parlamento, e a sua aprovação apenas foi possível com o apoio do Partido do Centro Católico, habilmente conseguido por Tirpitz. Este partido, por sua vez, teria encontrado uma via para o aumento da sua influência numa causa que gozava de popularidade entre os eleitores.

O início da fase mais intensa da construção de uma Marinha alemã capaz de perturbar seriamente o reinado indisputado da "Royal Navy", reflectiu o conteúdo de um memorando que Tirpitz apresentou ao kaiser poucos dias depois de tomar posse:

> "For Germany, the most dangerous naval enemy at the present time is England […] Our fleet must be constructed so that it can unfold its greatest military potential between Heligoland and the Thames […] The military situation against England demands battleships in as great a number as possible"[95].

---

[94] Geoffrey Wawro, *Warfare and Society in Europe 1792-1914*, Londres, Routledge, 2000, p. 177.
[95] Robert K. Massie, "Tirpitz and the German naval laws", *Dreadnought. Britain, Germany and the coming of the Great War*, Londres, Vintage Books, 2007, p. 172.

A aprovação pelo "Reichstag" do plano naval de Tirpitz implicava um aumento de impostos, malquisto junto da coligação dos interesses agrícolas e industriais que prevalecia na vida política alemã. A propaganda da Marinha com vista à defesa das suas ambições junto da opinião pública, ficou inicialmente a cargo do seu gabinete de imprensa ("Nachrichtenbureau des Reichsmarineamts") criado em 1897.

Em Janeiro de 1898 foram dados os primeiros passos para a criação de uma associação civil, com objectivos de promover a propaganda permanente das ideias de crescimento da Marinha, declarada com tendo uma natureza não-política. Na verdade, o kaiser terá estado na origem do novo grupo, decisão que, segundo o historiador britânico Archibald Hurd, terá tomado corpo a partir de uma sugestão do almirante Tirpitz[96].

O crescimento da Liga foi explosivo, já que atingiu 300.000 membros contribuintes nos dezoito meses seguintes à sua entrada em actividade[97]. A tese da natureza oficiosa da sua criação, fica reforçada pela atenção que lhe foi dedicado pelo já referido "gabinete de imprensa", que terá mesmo sido criado com o propósito principal de apoiar aquela associação. Datado de 1900, um memorando de um oficial da "Kaiserliche Marine" que ali prestava serviço, manifestava preocupação de que o sucesso e a popularidade alcançados pelo muito rápido crescimento da Liga, que atribuía ao apoio do serviço a que pertencia, pudesse levá-la a seguir um caminho que se afastasse do que lhe estava destinado pelo Departamento chefiado por Tirpitz. Enquanto considerava que o apoio prestado "em todos os aspectos" à Sociedade Colonial e à Liga Pan-Germânica não levantava dificuldades da parte destas associações, o documento insistia ainda que deveria ser mantido um contacto estreito entre a Liga e os serviços de informação e opinião pública, de modo a evitar "erros de julgamento" que fossem nocivos para a Marinha[98].

Este risco não parece ter preocupado o almirante Tirpitz, e o projecto de criação da liga laval alemã avançou, colhendo rapidamente o apoio de presidentes dos municípios de todas as mais importantes cidades do Norte, de 200 câmaras de comércio, 750 industriais e homens de negócios, 100 órgãos da imprensa, de muitos jornalistas, académicos e militares, e de todos os deputados do "Reichstag", finalmente convertidos ao navalismo.

---

[96] Evan Park, *ob. cit.*, p. 144.

[97] Notem-se os casos de outras "associações patrióticas", acima referidas, que também recebiam apoio do poder político: a Liga Pan-germânica estabilizou os seus efectivos em 20.000 em 1914 e a Associação Colonial em cerca de 40.000. Ver Geoff Eley, "Reshaping the Right: Radical Nationalism and the German Navy League, 1898-1908", *The Historical Journal*, Vol. 21, nº 2 (Junho 1978), p. 330.

[98] Memorando do Capitão-de-fragata von Heeringen, 24 de Setembro de 1900. http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/pdf/eng/510_German%20Naval%20Office_91.pdf (Consultado em 17 de Junho de 2018).

Em Maio de 1898, realizou-se a assembleia constitutiva da "Deutscher Flottenverein", cujos principais objectivos eram a criação de um poder naval "digno do Reich e da sua posição de autoridade na política e comércio mundiais", bem como o desenvolvimento da "indispensável educação naval da nação alemã"[99]. Um dos grupos económicos que, em posição de destaque, se associou à liga alemã logo de início, foi o da família Krupp, um interessado natural na expansão da esquadra[100].

A linha seguida pela Liga foi, como já referimos, de natureza profundamente política e conservadora. Geoff Eley citado por Evan Park[101], defende que o objectivo principal da "Flottenverein" seria construir uma ligação ideológica no seio da nação alemã que, a propósito da questão naval, suplantasse as divisões partidárias, confessionais e sociais existentes e sobretudo, prossegue, era necessário chegar à classe trabalhadora, afastando-a da que consideravam ser a influência perniciosa e anti-nacional da social-democracia internacionalista.

1.3.2 As Ligas do resto do mundo

Itália, França e Bélgica

A partir de 1899 o movimento das ligas navais ganhou ímpeto, com a criação de organizações em Itália, França e Bélgica, nesse ano, e em Espanha e Portugal no ano seguinte. A génese de cada uma delas radicou nas diferentes conjunturas nacionais, ainda que com evidentes traços comuns.

Oficial da "Regia Marina" (denominação da Marinha de Guerra italiana no período 1861-1946) e escritor sobre assuntos navais, Augusto Vittorio Vecchi (1842-1932), que usava o colorido "nom de plume" Jack la Bolina, formulou, em 1894, as primeiras propostas para a constituição de uma liga naval em Itália. O seu propósito era

> "creare una corrente spirituale nel pubblico italiano, richiamando l´attenzione e suscitando l´amore per le cose navali e lagrande, multiforme attivitá che sul mare si svolge"[102].

Em 1897, em La Spezia, foram constituídos os seus órgãos dirigentes, a que presidia um Comité Central, mas só dois anos depois foi realizada a primeira assembleia-geral, que

---

[99] Geoff Eley, *The German Navy League in German Politics, 1898-1914*, Tese para obtenção do grau de Doctor of Philosophy, Universidade de Sussex, Abril de 1974, pp. 49-51.
[100] Evan Park, *ob. cit.*, p. 144.
[101] Id., *ibid.*k, *ob. cit.*, p. 145.
[102] Paolo Bembo, *La Lega Navale e la sua revista. 120 anni di diffusione della cultura del mare*, s.l., Lega Navale Italiana, 2017, p. 11.

aprovou os estatutos da nova Liga, e elegeu o Contra-almirante conde Emilio Renaud di Falicon para seu presidente. Em Dezembro do mesmo ano de 1897 foi iniciada a publicação do seu órgão oficial, a *Rivista Lega Navale*.

Na lógica da Tríplice Aliança, a Liga Naval Italiana estabeleceu uma relação íntima com a sua congénere alemã, com o fim de promover o desenvolvimento do comércio marítimo e o aumento do poder naval dos dois países "com vista à manutenção da paz universal"[103]. A adesão da Itália à "Entente", em 1915, decerto terá rompido as ligações entre as duas ligas.

A "Lega Navale" manteve-se em actividade depois da Grande Guerra e foi reconhecida pelo governo do Partido Nacional Fascista, no poder entre 1922 e 1943, como único órgão nacional para a propaganda da marinha de guerra[104].

Contemporaneamente, em 1899, foi fundada a liga naval francesa ("Ligue Maritime de France"), com ligações à promoção dos interesses coloniais do país, tal como tinha sucedido em Inglaterra e na Alemanha. A Liga francesa, que poucos anos depois iria manter algumas relações com a Liga Naval Portuguesa, teve como objectivos iniciais

> "1º O aumento da marinha de guerra e dos meios de combate; 2º O aumento da marinha mercante; 3º O aumento da esquadra, chamada auxiliar, formada de navios mercantes, que no tempo de guerra possam ser empregados no serviço de transportes e outros; […] 6º Comemoração dos factos marítimos nacionaes […] Organização de festas navaes na França e nas colónias; 7º Associações com caracter de solidariedade para os marinheiros".

Foram membros da "Ligue Maritime" desde a sua criação as câmaras de comércio, associações comerciais, industriais e agrícolas, bem como associações de instrução militar e desportiva.

Maurice Loir (1852-1924), oficial da "Marine Nationale", jornalista e historiador naval, foi o orador inicial da primeira assembleia-geral de membros da "Ligue Maritime", chamando a si a iniciativa original da sua constituição:

> "Foi em Julho de 1897, depois de regressar de Spithead, onde tinha assistido à grande revista naval do jubileo da rainha Victoria, que pela primeira vez emiti a idéa dessa *liga*. Testemunha viva dos maravilhosos resultados obtidos pela *Liga*

[103] J. H. Gibbons, "Navy Leagues", The North American Review, Vol. 176, Nº 558, Maio de 1903, p. 760.
[104] http://www.treccani.it/enciclopedia/lega-navale-italiana_%28Enciclopedia-Italiana%29/

> *naval inglesa*, estimulado pelo exemplo de Italia que por essa ocasião fundava a sua […] desejei para a França uma organização similhante"[105].

A referência feita por Loir às circunstâncias em que se terá inspirado para propor a criação de uma liga no seu país, apresenta um paralelo absoluto com o relato publicado no mesmo ano de 1897 nos *Anais do Clube Militar Naval* pelo Capitão-tenente José António de Miranda[106] relativamente aos primórdios da Liga Naval Portuguesa.

Uma brochura editada pela "Ligue Maritime" em 1907, referiu-se aos seus propósitos e meios de acção iniciais, de entre os quais ressalta o da propaganda da Marinha francesa:

> "elle a porté la bonne parole dans les millieux les plus variés, emenant à elle bien des energies, bien des appuis et voyant sans cesse augmenter le nombre de ses adhérents. La Ligue Maritime a organisé dans toutes les grandes villes des conférences pour lesquelles officiers, économistes, savants, professeurs, se sont dévoués avec une générosité inlassable […] Elle a aussi crée un Institut Maritime dont les cours, gratuis, sont suivis avec assiduité pour une generation où le goût des questions maritimes se développe de plus en plus"[107].

A "Ligue Maritime de France" fundiu-se, em 1922, com a Liga Colonial, convertendo-se então na "Ligue Maritime et Coloniale".

No mesmo ano de 1899, em que foram criadas as ligas italiana e francesa, foi também fundada a Liga Marítima Belga ("Ligue Maritime Belge"), por iniciativa de personalidades de diferentes sectores da indústria, comércio e serviços públicos, tendo como objectivo uma acção comum dos seus membros, na promoção dos meios marítimos e da influência junto da opinião pública[108].

Espanha: o pós-colonianismo e a "Liga Marítima"

A "Liga Marítima Española" nasceu em 1900. Dois anos antes, a sua esquadra tinha sido devastada na guerra hispano-americana ("El Desastre"), que conduziu à perda de Cuba, Porto Rico e Filipinas, a quase totalidade do que restava do império colonial espanhol. A derrota teve outras consequências profundas, nos planos económico, militar e político, incluindo um recrudescimento dos nacionalismos basco e catalão.

---

[105] Chronica do Mez", *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo XXIX, nº 10 – Outubro de 1899, pp. 853-854, 862.
[106] José António de Miranda, "A revista naval de Spithead […]".
[107] "Seul programme officiel da la Grande Semaine Maritime Française organisée para la Ligue Maritime Française, 7-15 Septembre 1907".
[108] http://www.lmb-bml.be/index.html (Consultado em 16 de Julho de 2018).

A Marinha e o Exército foram criticados pelo seu comportamento no conflito, como refere Fernando de Bordejé y Morencos, oficial da "Armada Española" e historiador:

> "la inflexibilidad de unas Cortes y de una classe política sin cultura ni cultivo alguno, por lo que era natural que surgieran unos Gobiernos incapazes […] também hay que culpar las Fuerzas Armadas, no por su actuación en el campo de batalla, sino por aquellas proclamas triunfalistas redactadas en léxico patriotero […] Finalmente, aparecen igualmente como grandes responsables de lo desastre los redactores de una prensa encarnada en los diários […] que mal informados y peor documentados, desconocían por completo la complejidad de la coyuntura internacional de la época"[109].

As derrotas não podiam surgir num momento pior, quando outros estados europeus recrudesciam o seu poder colonial. Um estado de desânimo apoderou-se da sociedade espanhola:

> "en lo plano material como en lo moral, totalmente deprimida a España y, lo que es peor, sin fe ni esperanza sobre el porvenir, siendo cargadas ciegamente y acaso, en parte, conscientemente todas las responsabilidades sobre las Fuerzas Armadas"[110].

O país deixou de ser uma entidade relevante na cena internacional para passar a ser uma potência menor. Internamente, o "desastre" repercutiu-se nas discussões sobre o poder naval espanhol, que estavam em curso antes de 1898 e eram agora retomadas com novas premissas. Uma das personalidades que interveio no debate, em nome da recém-formada e poderosa "Liga Nacional de Productores", que representava os proprietários e empresários, foi o influente Joaquin Costa y Martinez, político e historiador, um dos nomes mais relevantes do Movimento Regeneracionista que procurou combater as causas da decadência de Espanha.

Costa chegou a defender a extinção do ministério da Marinha, alegando que o orçamento devia privilegiar a construção e reparação de estradas, de que Espanha, dizia, estava tão necessitada. Mas a situação da Marinha era de grande fragilidade pois, do balanço da derrota, tinha emergido com um único couraçado antiquado, três cruzadores ainda em construção, e dois outros cruzadores cuja baixa velocidade tornava ineficazes. Este conflito de prioridades – "barragens ou couraçados" – foi o motivo próximo para o

---

[109] Bordejé y Morencos, Fernando de, *Vicisitudes de una Politica Naval. Antecedentes – Desarrollo de la Armada entre 1898 y 1936*, Madrid, Editorial San Martin, 1978, pp. 39-40.
[110] Id., *ibid.*, p. 25.

aparecimento da "Liga Marítima Española"[111].

O principal impulsionador da criação da Liga, foi o "teniente de navio" (Primeiro-tenente) Adolfo Navarrete[112] que, seguindo a dinâmica das ligas navais já estabelecidas, desenvolveu através da imprensa, entre 1898 e 1900, uma actividade de propaganda das questões marítimas, com propostas de criação de uma liga naval. Foram seus colaboradores naquele esforço, os políticos conservadores Joaquin Sanchez de Toca[113] - um mahanista notório – e Antonio Maura[114].

Em Junho de 1900, Navarrete promoveu em Madrid uma reunião de apresentação pública do seu projecto e da constituição de Juntas, às quais caberiam levar a cabo as tarefas de estruturação da Liga. Antonio Maura foi, nesse encontro, eleito para a presidência da Junta Directiva[115].

A ideia foi oficialmente bem acolhida pela Marinha, como comprova o comentário feito na edição de Abril de 1900 do seu órgão oficial "La Revista General de Marina":

> "que ve com simpatía esta iniciativa y que ha seguido com interés los benefícios reportados por otras instituciones análogas en lo estranjero, contribuirá com decisión […] a la propaganda […] de esta obra, cuyas tendencias son: dirigir en España la atención hacia las riquezas que pueden darnos las industrias relacionadas com el mar, y hacia los peligros que por el pueden venir en los conflictos internacionales para que las inteligencias e actividades se apliquen a erigir sobre

[111] Joseph Harrison, "Tackling national decadence: economic regenerationism in Spain after colonial debacle", Joseph Harrison e Alan Hoyle (Editores), *Spain´s 1898 Crisis: Regenerationism, Modernism, Postcolonialism*, Manchester, Manchester University Press, 2000, p. 62.

[112] Adolfo Navarrete y de Alcázar (1859-1925) ingressou na "Armada Española" em 1876, estreando-se como articulista com apenas vinte anos. Fez uma carreira com largas permanências no mar, até 1896. Foi, entretanto, enviado ao Laboratório Oceanográfico de Nápoles, para adquirir formação em biologia marítima, publicando mais tarde os que são considerados os primeiros textos espanhóis modernos na área da oceanografia. Foi também autor no domínio da ictiologia. Em 1901, foi publicada a primeira edição da sua *Historia marítima militar de España*. Ver Juan Pérez de Rubín, "Adolfo Navarrete e la Liga Marítima Española", Ricardo Arroyo Ruiz-Zorrilla, Juan Pérez de Rubin e Alejandro Anca Alamillo, *La Real Liga Naval Española*, Madrid, Real Academia Española de la Mar, 2005, pp.141-145.

[113] Joaquin Sanchez de Toca y Calvo (1852-1942), foi deputado pelo Partido Conservador, alcaide de Madrid em duas ocasiões, senador vitalício por nomeação real, ministro de diversas pastas, chefe do governo por alguns meses em 1919 e presidente do Senado, também em dois momentos da sua vida política. Foi ministro da Marinha no período 1902-1903. Foi autor de *Del Poder Naval en España y su Política Económica para la Nacionalidad Ibero-Americana*, Madrid, Hijos de M. G. Hernández, 1898.

[114] Antonio Maura y Montaner (1853-1925), conservador e católico, foi um político muito influente, entre 1881, ano que foi eleito deputado, e 1922, quando abandonou a chefia do governo, cargo que exerceu por cinco vezes, depois de ter sido ministro de diferentes pastas em três outros governos. Começou por ver com simpatia o golpe militar de Primo de Rivera (Setembro de 1923) e a ditadura subsequentemente instaurada, da qual recomendou depois aos seus seguidores que se afastassem.

[115] Para a lista de personalidades que se juntaram inicialmente ao projecto, ver "La Liga Maritima Española", *Revista General de la Marina*, Tomo XLV, Junho de 1900, pp. 689-694.

> sólidos principios y bajo armónicos planes, el programa de nuestra política naval"[116].

Finalmente, em 16 de Dezembro de 1900, ficou constituída a nova associação e foram aprovados os seus estatutos, em cujo artigo 1º se afirmavam os respectivos propósitos:

> "Se constituye La Liga Marítima Española para representar ante la opiníon y los Poderes públicos las aspiraciones y promover, por todos los médios legítimos de propaganda e influencias, el fomento de la vida marítima nacional, aunando los esfuerzos y procurando concertar, según la justicia y la conveniência general, el impulso de todos sus elementos, sin exclusión alguna"[117].

A Liga teve Antonio Maura como primeiro presidente, o ministro da Marinha como presidente de Honra e Adolfo Navarrete como secretário-geral e director do seu órgão de imprensa *La Vida Marítima*, funções que exerceu no longo período que decorreu entre 1902 e 1925[118].

Em 1902, o rei Afonso XIII atingiu 16 anos, cessando a regência da sua mãe Maria Cristina de Áustria. O novo monarca acedeu então ser patrono da liga espanhola[119].

A primeira grande iniciativa da Liga Marítima foi a realização de um Congresso Marítimo Nacional que, secretariado por Adolfo Navarrete, teve lugar entre 6 e 10 de Junho de 1901. O conclave juntou 122 empresas e 335 personalidades ligadas às actividades marítimas, designadamente armadores, associações de capitães, pilotos e maquinistas da marinha mercante, confrarias de pescadores, directores e professores de escolas náuticas. Organizado em dois grupos temáticos, o congresso ocupou quatro dias de "intensos debates", no final dos quais aprovou 65 conclusões. Para que seja possível uma observação comparada das conclusões deste "Primer Congreso Marítimo Nacional" com a iniciativa homóloga levada a cabo em Portugal em 1903, importa notar as temáticas de que se ocupou:

- Subsídios e compensações financeiras à navegação.
- Alteração da legislação relativa a capitães, pilotos e maquinistas da marinha

[116] Ricardo Arroyo Ruiz-Zorrilla, "Antonio Maura y el Mundo Maritimo", Ricardo Arroyo Ruiz-Zorrilla, Juan Pérez de Rubin e Alejandro Anca Alamillo, *La Real Liga Naval Española*, Madrid, Real Academia Española de la Mar, 2005, pp. 51-56.
[117] Ricardo Arroyo Ruiz-Zorrilla, *ob. cit.*, p. 54.
[118] Alejandro Anca Alamillo, "Antecedentes y consecución del programa naval "Maura-Ferrándiz" y la contribución de la Liga Marítima", Juan Pérez de Rubin e Alejandro Anca Alamillo, *ob. cit.*, p. 234.
[119] *La Vida Marítima*, Ano I, nº 1, 10 de Janeiro de 1902, p. 16.

mercante.

- Segurança da navegação e balizagem.
- Marinhas de guerra e mercante, e indústrias navais.
- Pescas marítimas.
- Ensino da náutica (teórica e prática, para a marinha mercante).
- Protecção social dos marinheiros (criação de Caixas de socorro, num sistema mutuário)[120].

O crescimento da Liga levou a que, em 1908, tivesse 157 sócios colectivos, entre companhias de navegação, comerciais e industriais, associações de armadores e de trabalhadores das indústrias siderúrgicas e do carvão, clubes náuticos, câmaras de comércio, associações de oficiais da marinha mercante, de empregadores, marinheiros e pescadores que, com os sócios individuais e o pessoal das juntas provinciais e central, alcançavam um total de quase 17.000 membros.

Antonio Maura, presidente da Liga, foi chamado pelo rei à chefia do governo em princípios de 1907, funções que desempenhou até finais de 1909. Durante o seu ministério, apoiado numa "Ley de Organizaciones Marítimas y Armamentos Navales"[121], de Dezembro de 1907, teve início um programa destinado a recuperar o poder naval de Espanha, perdido no desastre de 1898. Ao concurso aberto para a construção de três couraçados, três contratorpedeiros, quatro canhoneiras e vinte e dois torpedeiros, responderam estaleiros ingleses, franceses e espanhóis, especialmente interessados nos navios de maiores dimensões. Venceu o concurso um consórcio anglo-espanhol, que haveria de permanecer como o principal construtor de navios militares em Espanha durante um longo período. Os couraçados encomendados acabaram por resultar em navios de dimensões inferiores ao padrão pós-"dreadnought" e foram, na época, os navios de calibre único mais pequenos do mundo.

A "Liga Marítima Española" desapareceu com a guerra civil (1936-1939), por morte

[120] Ricardo Arroyo Ruiz-Zorrilla, *ob.cit.*, pp. 56-62.
[121] Para desenvolvimento, ver David Rúbio Márquez, "La opósicion al plan naval de Maura. La ley de 7 de enero de 1908", *Revista de Historia Naval,* Instituto de Historia y Cultura Naval – Armada Española, Ano XXXIII, nº 129, 2015, pp. 55-67.

de muitos dos seus associados e falta de condições para pagamento das quotas[122].

A União Naval Russa

A derrota na guerra com o Japão (1904-1905), catastrófica para as aspirações da Rússia como potência naval, fez despertar as elites e as camadas mais altas da sociedade para a necessidade de construir uma marinha moderna. O departamento da Marinha foi reestruturado e transformado num ministério e os debates incorporaram as ideias do almirante Mahan, sobretudo as que compunham *The Influence of Sea Power upon History (1660-1783)*, a sua obra máxima, publicada em 1890 e já anteriormente traduzida para a língua russa pelo grão-duque Alexei Aleksandrovich[123].

Em 1906, foi criada a União Naval Russa, inspirada nas ligas navais já existentes em países europeus. O seu objectivo era semelhante ao das suas precursoras: promover em todos os estratos da população do Império a consciência da necessidade de criar uma marinha à altura das suas missões.

A nova associação co-existiu com a anteriormente criada Liga para a Renovação da Marinha, que funcionava em ligação com as indústrias navais. A União Naval, por seu lado, incluía um bom número de oficiais e tinha ligações favoráveis com o Estado-Maior naval, membros da alta aristocracia e antigos ministros da Marinha[124].

Como sucedia noutros países, o trabalho de propaganda da União Naval foi bem acolhido pelo governo, ainda que tenham existido momentos de algum embaraço. Foi o caso das lamentações de Nicolai Portugalof, vice-presidente da União, junto de uma publicação britânica, alegando que o ministro da Marinha russo se distanciava das aspirações populares quanto à renovação da esquadra, e que chegava a tomar posições hostis aos publicistas de temas navais que se manifestavam no mesmo sentido[125]. Apesar destes sobressaltos, a União Naval prosseguiu o seu trabalho de propaganda de uma forma bem sucedida.

---

[122] Um manifesto assinado por um vasto conjunto de personalidades interessadas no desenvolvimento do Mar espanhol, divulgado em 1968, deu o impulso para a recuperação da associação, que foi então refundada como "Real Liga Naval Española".

[123] Filho do czar Alexandre III e oficial da Marinha russa, chefiava o Departamento do Almirante General da Marinha Russsa quando da derrota de 1905 com o Japão, abolido na sequência desse acontecimento. Ver Gunnar Aselius, *The rise and Fall of the Soviet Navy in the Baltic (1921-1941)*, New York, Frank Cass, 2005, p. 31.

[124] Peter Gatrell, *Government, Industry and Rearmament in Russia, 1900-1914: The Last Argument of Tsarism*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994, p. 100.

[125] J. N. Westwood, *Russian Naval Construction (1905-1945)*, Houndmills, The MacMillan Press, 1994, pp. 8-10.

O referido vice-presidente da liga naval russa é, sem grande margem para dúvida, o mesmo Portugalof, "presidente da secção da Liga Naval Russa em Moscovo", cuja fotografia foi publicada em Maio de 1908, no *Boletim Marítimo*, órgão da Liga Naval Portuguesa, com uma dedicatória à sua congénere portuguesa:

> "Au três honoré le President de la Liga Naval Portugueza. Souvenir en reconnaissance de son inalterable amitié et de profonde consideration/ Russie. Moscou. 30 avril 1908"[126].

Portugalof foi igualmente sócio da Liga Naval Portuguesa[127] e colaborador da *Revista Marítima Brasileira* que, num dos textos que publicou, assinalava a sua condição de membro da Sociedade Russa de Ciências Militares e de "socio correspondente de diversas outras instituições congéneres estrangeiras"[128].

Estados Unidos da América: o "Destino Manifesto" e a "Navy League"

Os EUA criaram a sua Liga Naval em 1902, num período em que a Marinha procurava afirmar-se em relação ao exército, depois da difícil mas relativamente rápida transição da vela para o vapor, iniciada na década de 1880 através de uma dinâmica que envolveu uma ligação estreita com a indústria[129].

Vencedores da guerra com Espanha, em 1898, os EUA ocuparam o seu lugar entre as potências imperialistas que, tal como os países europeus que perseguiam idênticos objectivos, exigia um poder naval forte. Pouco depois do fim da guerra, um grupo de veteranos da "US Navy", membros da "New York State Naval Militia", promoveram reuniões nas quais reconheceram a necessidade da criação de uma "organização patriótica", capaz de falar pela Marinha e divulgar a sua mensagem junto da sociedade civil[130]. A sua base de apoio potencial era vasta, contando com estaleiros navais, fabricantes de munições e de chapas de protecção balística, bem como políticos para cuja eleição eram importantes os empregos naquelas áreas da indústria.

Em paralelo com as reuniões referidas, membros da "Naval Order of the United

---

[126] *Boletim Marítimo,* Série VII, nº 5, Maio de 1908, p. 69.
[127] *Boletim Marítimo,* Série VIII, nº 7, Setembro de 1909, p. 106.
[128] Nicolas Portugalof, "O futuro da Marinha Russa", *Revista Marítima Brasileira,* Ano XXX, nº 7, Janeiro de 1911, pp. 1229-1240.
[129] J. H. Gibbons, *ob. cit.*, p. 762.
[130] Armin Rappaport, *The Navy League of the United States*, Detroit, Wayne State University Press, 1962, p. 3.

States”[131] procuraram igualmente mobilizar esforços para a criação de uma liga naval inspirada na “British Navy League”. Tanto a “Naval Order”, como a “Naval Militia” eram organizações de antigos marinheiros que, em conjunto com associações de antigos alunos de Annapolis, a escola de oficiais da Marinha dos EUA, forneceram o apoio inicial à criação da liga naval americana.

Os objectivos da “Navy League of the United States”, cuja fundação contou com o apoio do presidente Theodore Roosevelt, prenderam-se inicialmente com a divulgação da Marinha e a criação de laços com a sociedade, através de acções de carácter educativo, do encorajamento à formação de milícias navais, de cooperação com câmaras de comércio e de comemoração de acontecimentos históricos ligados à Marinha[132]. No dia 29 de Dezembro de 1902, foi assinado o seu termo de constituição, que definiu como seu objecto

> “to acquire and spread before the citizens of the United States, through branch organizations and otherwise, information as to the condition of the naval forces and equipment of the United States, and to awaken public interest and co-operation in all matters tending to aid, improve and develop their efficiency”[133].

O primeiro presidente da nova liga naval, que exerceu funções até 1907, foi Benjamin F. Tracy, um jurista e político, que tinha sido secretário da Marinha entre 1889 e 1893. Em termos organizativos, a Liga Naval americana estruturou-se em secções locais, como sucedeu com muitas das suas congéneres.

Ainda que a constituição da nova Liga tenha passado despercebida na imprensa, os mais próximos da Marinha e dos interesses a que estava associada, saudaram o acontecimento e o momento em que ocorreu. Como escreveu Armin Rappaport, que estudou desenvolvidamente a Liga Naval americana:

> “The spirit of Manifest Destiny which had been responsible for pre-war congressional interest and popular support of the new navy had subsided. Sentiment had again to be aroused, and the public made aware of the continued need for maintaining the navy´s strength”[134].

Apesar deste início promissor, a “Navy League of the United States” entrou depois numa fase de baixa popularidade, tendo-se frustrado as expectativas de crescimento em

---

[131] Fundada em 1890, para se dedicar ao apoio à US Navy junto da sociedade, bem como à preservação da sua memória histórica.
[132] J. H. Gibbons, *ob. cit.*, pp. 763-764.
[133] Armin Rappaport, *ob. cit.*, p. 213.
[134] Id., *ibid.*, p. 41.

quantidade de membros e em fundos angariados. Uma das razões para esta falta de entusiasmo era a má recepção que tinham, ao tempo, os investimentos em equipamentos militares. A guerra hispano-americana e o combate às insurreições nas Filipinas, não predispunham os americanos para gastarem o seu dinheiro com uma organização que, no fundo, se destinava a alimentar a máquina de guerra.

A letargia que paralisou a actividade da Liga, terminou em 1909, fruto da iniciativa tomada pelos seus dirigentes, que beneficiou do tempo entretanto decorrido sobre o conflito hispano-americano, bem como da oportunidade para apoiar uma lei do presidente Roosevelt, que reformava o sistema de promoções dos oficiais e aprovava novas construções para a Marinha, consagradas no orçamento para o ano fiscal 1909-1910.

Um sinal do recrudescimento da actividade e da influência da Liga, foi a oposição que teve de enfrentar por parte de associações pacifistas que, realizando o seu trabalho com um "zelo missionário", chegaram a classificar os activistas do desenvolvimento da capacidade da "US Navy", como o conjunto de homens mais perigosos desde os donos de escravos dos anos de 1850[135].

A partir de 1909 a actividade da "Navy League of the United States" desenvolveu, de novo, a sua acção de apoio às iniciativas do presidente e do Congresso para reforçar a Marinha, através da sua influência sobre legisladores e políticos em geral e da acção junto da imprensa. Apesar destes esforços, os resultados obtidos foram considerados "desproporcionadamente pequenos". A ausência de ameaças directas e próximas dos EUA colocava dificuldades em alterar a disposição da sociedade quanto à necessidade de gastar dinheiro a construir mais navios de guerra.

Poucos anos mais tarde, em Junho de 1914, dias depois do assassinato do herdeiro do trono austro-húngaro em Sarajevo, a Liga Naval dos EUA distribuiu um pequeno texto, no qual, de forma dramática, procurava convencer os americanos de que a guerra desencadeada na Europa não tardaria a influenciar o curso dos acontecimentos no seu país, escrevendo de forma irónica mas incisiva:

> "An Easy Solution For Securing Peace on Earth Recommended by the Navy League to Well Endowed Pacifists – Abolish: Kings, Oligarchs, Race Anthipathies, Unfair Competition, Land Grabbing, Injustice and Sin/ Establish: The Rule of the

[135] Id., *ibid.*, p. 20.

People, A Satisfactory World Tribunal, Justice, Charity, and a Changed Human Nature./ Ad Interim: MAINTAIN A STRONG NAVY"[136].

À medida que o conflito se intensificava na Europa, debatiam-se nos EUA as organizações a favor e contra a guerra. Armin Rappaport afirma que, em 1914, estavam activas no país 63 associações pacifistas, que defendiam que a paz mundial, seguida do desarmamento e de acordos para a resolução de conflitos, seria a melhor garantia de segurança para os EUA.

Em 1914, com o bem sucedido ataque alemão sobre a Bélgica e a França, começou-se a acreditar na possibilidade de uma ameaça directa aos Estados Unidos. Neste contexto e nesse ano, foi criada a "National Security League", considerada por alguns como a organização mais influente relativamente à propaganda das forças armadas americanas[137]. Esta liga juntou-se então às já existentes "Navy League" (1902), "Army League" (1912) e "National Defense League" (1913). O aparecimento destas novas organizações da sociedade, em apoio de uma postura activa relativamente ao reforço do financiamento militar, contribuiu para despertar a Liga Naval de uma posição próxima do silêncio. No dia 16 de Abril do mesmo ano de 1914, teve lugar no hotel Waldorf Astoria, em Nova Iorque, um banquete de propaganda do navalismo, que reuniu cerca de 400 pessoas, incluindo os secretários da Marinha e do Tesouro, e o almirante Alfred Thayer Mahan, o autor dos princípios do poder naval, que todas as potências, grandes e pequenas, agora adoptavam como se de um livro sagrado se tratasse[138]. O historiador e estrategista, que morreria em Dezembro daquele ano com 74 anos, terá sido um convertido tardio à linha de acção seguida pela Liga Naval, pois é citado como tendo registado centenas de notas sobre a Liga Naval Alemã, contra nenhuma referente à liga americana[139]

A "Naval Bill" aprovada no Verão de 1916, incluiu o maior e mais ambicioso plano de financiamento da "US Navy", estaleiros construtores de navios, pessoal e logística, da história dos EUA[140]. A aprovação desta lei, alterada no ano seguinte, quando os EUA entraram na guerra, significou que a Liga Naval tinha, em grande parte, alcançado os seus

---

[136] Id., *ibid.*, p. 45.
[137] Robert D. Ward, "The Origin and Activities of the National Security League, 1914-1919." *The Mississippi Valley Historical Review*, vol. 47, no. 1, 1960, pp. 51–65. www.jstor.org/stable/1891278.
[138] Armin Rappaport, *ob. cit.*, p. 42.
[139] Id., *Ibid.*, p. 23.
[140] Eugene Edward Beiriger, "Building a Navy 'Second to None': The U.S. Naval Act of 1916, American Attitudes Toward Great Britain, and the First World War", *British Journal for Military History*, Volume 3, Issue 3, June 2017, pp. 4-30.

objectivos, ainda que com alguns sobressaltos de percurso.

No período que decorreu entre a sua fundação e a Grande Guerra, a "Navy League of the United States" editou o *Navy League Journal* (1903-1906), *The Navy* (1907-1916, que não foi órgão oficial da liga, mas era próximo das suas posições), *Sevens Seas* (1915-1916) e *Sea Power* (1916-1921)[141].

A Liga Naval dos EUA prosseguiu a sua actividade depois da guerra, continuando a apoiar o armamento naval americano, especialmente através de acções de influência junto do Congresso. Embora tenha sido acusada de defender os interesses dos estaleiros e dos fabricantes de armamento, Armin Rappaport sustenta que essas alegações se ficaram a dever a estudos superficiais ou preconceituosos. Ainda que a Liga tenha sempre defendido um poder naval expressivo para os EUA, o mesmo historiador defendeu que a sua influência junto dos legisladores, no que respeita à atribuição de fundos, foi limitada, ainda que tenha exercido um papel importante no apoio aos decisores políticos em matéria de "munições verbais para o debate"[142].

A Liga Naval Brasileira

Entre 1901 e 1906, período cujo termo não foi possível comprovar com exactidão, existiu a Liga Naval Brasileira, que se intitulava a si própria como uma "associação de propaganda". Os seus fins estatutários foram muito semelhantes aos das suas congéneres europeias, designadamente discutir as questões marítimas num boletim distribuído gratuitamente; obter dos jornais diários a publicação de artigos e promover conferências públicas sobre os mesmos temas; interessar os poderes públicos na realização de medidas relativas ao engrandecimento das marinhas militar e mercante.

Uma lista incluída no *Anuário Marítimo* de 1903, uma publicação da Liga brasileira, revelava a existência de 310 sócios contribuintes, 15 sócios cujas quotizações tinham sido feitas de uma única vez, 6 companhias de navegação e 8 firmas comerciais associadas.

A "Directoria" e o "Conselho Superior" da associação, tinham uma composição que também aproximava a Liga Naval Brasileira do modelo europeu, já que a associação era presidida por um senador e tinha um oficial da Marinha do Brasil como secretário-geral[143].

A fundação da Liga Naval Brasileira foi proposta em 15 de Outubro de 1901, numa

---

[141] Armin Rappaport, *ob. cit.*, p. 216.
[142] Id., *Ibid.*, *ob. cit.*, pp. 205-210.
[143] Capitão-tenente J. A. Santos Porto (Organização), *Anuário Marítimo Brasileiro para 1903*, Rio de Janeiro, Companhia Tipográfica do Brasil, 1903, *passim*.

reunião em que participaram 25 senadores da República, 31 deputados, 12 intendentes municipais, 49 oficiais da Marinha do Brasil – entre os quais 13 almirantes, e representantes do Conselho Superior de Regatas, bem como das empresas de navegação Lloyd Brasileiro, Empresa de Sal e Navegação, Empresa Esperança Marítima e Empresa de Navegação do Rio de Janeiro.

A sessão inaugural da nova associação teve lugar no dia 21 de Dezembro do referido ano de 1901. A sua sede ficou então instalada no edifício onde, no Rio de Janeiro, funcionava a Biblioteca de Marinha e a *Revista Marítima Brasileira*. O *Boletim Oficial da Liga Naval Brasileira*, uma aparente réplica do seu congénere português, foi publicado durante a sua relativamente curta existência.

Foi primeiro presidente da Liga Naval Brasileira o almirante Eduardo Vandenkolk, que tinha sido senador e o primeiro ministro da Marinha da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1991), no governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca.

Esta primeira existência de uma associação de apoio ao desenvolvimento naval e à indústria e comércio com ele relacionados, bem como à melhoria da situação dos trabalhadores marítimos, entrou em declínio depois do acidente que, em 21 de Janeiro de 1906, levou à perda do couraçado "Aquidaban".

O primeiro número de 1906 do *Boletim Marítimo* da Liga Naval Portuguesa relatou a explosão no paiol de pólvora que partiu o navio em dois, quando estava fundeado em Angra dos Reis. No desastre, cujas causas exactas permanecem por apurar, morreram 212 membros da guarnição e elementos de uma comitiva ministerial que participavam na escolha do local para um novo porto militar. Entre as vítimas mortais contaram-se três Contra-Almirantes, "muitos outros officiaes envelhecidos ao serviço da pátria"[144], bem como o Capitão-tenente João Augusto dos Santos Porto, um dos fundadores e grande entusiasta da criação da Liga Naval Brasileira cinco anos antes. No acidente, salvaram-se 98 militares da Marinha e civis embarcados.

A catástrofe causou comoção no Brasil e teve um impacto negativo na Liga Naval Brasileira. A morte do comandante Santos Porto e de outros sócios, levou ao declínio imediato da associação, que deixou de existir no mesmo ano de 1906.

O vazio assim deixado, foi ocupado pela criação de uma nova liga. Com o patrocínio

[144] *Boletim Marítimo,* Série V, nº 1 – Janeiro Fevereiro e Março de 1906, p. 3.

do presidente dos Estados Unidos do Brasil, Afonso Pena, dos ministros da Marinha e da Indústria e Viação, foi fundada em 1 de Maio de 1907 a Liga Marítima Brasileira, que anunciava contar com 1.300 associados no final do mesmo mês. A grande ligação que existia entre a nóvel associação e a Marinha – como tinha já sucedido com a Liga Naval – é visível pela circunstância de a Liga se ter igualmente instalado na sala de redacção da *Revista Marítima Brasileira*. O crescimento da Liga Marítima Brasileira terá sido explosivo, já que a mesma revista, publicação oficial da Marinha do Brasil, fazia saber que logo no ano seguinte ao da fundação a nova Liga contava já com "dezenas de milhares de sócios".

Os anos iniciais do séc. XX encontraram a Marinha do Brasil em condições difíceis. Referindo-se ao estado dos navios de guerra, o ministro de Estado dos Negócios da Marinha (1902-1906), almirante Júlio César de Noronha, vincou as dificuldades então vividas, no seu relatório de 1903: "está tão empobrecido que nem sequer conta uma verdadeira unidade de combate, na moderna acepção do termo"[145]. A condição da esquadra brasileira constituía assim um risco para a hegemonia naval no Atlântico Sul, que o Brasil ambicionava manter e via agora ameaçada pela Argentina.

Travou-se então, nos círculos da Marinha e no Congresso, o debate clássico, sobre que modelo de esquadra deveria o Brasil adoptar: navios de grande capacidade militar, ao modo mahaniano ou, ao invés, numa opinião que se apoiava na escassez de recursos financeiros disponíveis para o rearmamento naval, um conjunto mais numeroso de navios de menores dimensões, sobretudo vocacionados para a defesa das extensas costas brasileiras.

Em Dezembro de 1904 o ministro Júlio de Noronha viu aprovada a sua proposta de programa naval, baseado na segunda daquelas opções, não sem receber a oposição de defensores da corrente de pensamento naval favorável à construção de couraçados de grande porte. Como resultado deste confronto, em finais de 1906, os créditos financeiros então concedidos foram anulados, por iniciativa do novo titular da pasta da Marinha (1906-1910), almirante Alexandrino de Alencar. Adepto do princípio do "comando do mar", Alencar conseguiu substituir os navios mais significativos do programa naval aprovado pelo seu antecessor, os couraçados de 15.000 toneladas, por navios de maior porte, correspondentes ao estado da arte, resultante do vertiginoso desenvolvimento das características dos "dreadnought", núcleos das esquadras dos grandes poderes no tempo da

[145] Johny Santana de Araújo, "A construção do Poder Naval brasileiro no início do século XX: dos programas navais à grande guerra (1904-1917)", *Navigator,* V. 1 – N.2, Dezembro de 1905, p. 71.

corrida aos armamentos navais[146].

Em Abril de 1907, em estaleiros ingleses, começaram a nascer os maiores couraçados então construídos, com características também ambicionadas por Portugal no frustrado plano naval de 1909-1912, que abordaremos mais adiante. Eram navios com mais de 21.000 toneladas de deslocamento carregado, 166 metros de comprimento, 21 nós de velocidade máxima, 10.000 milhas de autonomia e com 12 peças de 305 mm como armamento principal.

Estes navios chegaram a ser objecto de especulação nos meios internacionais, sobre se não estaria o Brasil a actuar em nome de uma terceira potência. A imprensa inglesa aventou mesmo que o verdadeiro cliente daqueles navios estaria entre a Alemanha, o Japão ou os EUA.

Na verdade, os couraçados "Minas Gerais" e "São Paulo" entraram ao serviço da Marinha do Brasil em 1910. Um terceiro couraçado, o "Rio de Janeiro", de quase 28.000 toneladas de deslocamento, foi lançado à água em 1913, no contexto da rivalidade naval sul-americana, entre Brasil, Argentina e Chile. No entanto, um conjunto de acontecimentos políticos e militares internos, bem como dificuldades económicas, levaram ao abandono do projecto e o casco, em fase de aprestamento, acabou por ser vendido à Turquia.

A Liga Marítima Brasileira, activamente envolvida na mobilização do poder político e da opinião pública para a construção dos navios, chegou a propor, em 1910, a inclusão de um quarto navio no plano de construção dos couraçados[147].

O Brasil decretou o estado de neutralidade entre o início do conflito europeu e 24 de Outubro de 1917, data em que o país declarou guerra às potência Centrais. No entanto, os couraçados não foram envolvidos nas operações militares do conflito[148].

---

[146] Id., *ibid*., pp. 75-76.
[147] Ian Sturton (Editor), *Conway´s All the World´s Battleships 1906 to the Present*, London, Conway Maritime Press, 1986, pp. 14-16.
[148] As informações iniciais sobre a criação da Liga Naval Brasileira e da Liga Marítima Brasileira foram prestadas ao autor deste estudo pelo Departamento Histórico da Marinha do Brasil,.

1.4 O período de ouro da Liga Naval Portuguesa: os grandes congressos

As colónias e "o vapor de Cacilhas"

No seu número centenário, surgido em 11 de Dezembro de 1901, o semanário *A Paródia* publicou um desenho de Rafael Bordalo Pinheiro[149] intitulado "Congresso Colonial". Em forma de caricatura foram representadas figuras anónimas de dignitários em casaca e faixas de gala, erguendo as suas taças de champanhe, dois criados que fazem saltar as rolhas das garrafas e as figuras do rei D. Carlos I e de Ernesto Hintze Ribeiro, então presidente do Conselho de Ministros. Na parte superior do desenho são também caricaturados Cecil Rhodes, antigo primeiro-ministro da Colónia do Cabo e, ao tempo, presidente da "British South Africa Company," Leopoldo II, rei dos Belgas, Joseph Chamberlain, secretário de Estado das Colónias e o primeiro-ministro inglês, Lord Salisbury. Os ingleses e o belga pairam sobre uma nuvem, que lhes permite presidir, sem serem vistos mas comandando do alto, às alegres libações a que se entregavam os portugueses, que celebravam a realização do seu primeiro Congresso Colonial. Acompanhava os colonialistas estrangeiros um risonho e emplumado chefe africano.

Sem recurso a palavras, o desenho de Bordalo Pinheiro resumia a situação colonial portuguesa, subordinada à dinâmica internacional emergente da Conferência de Berlim (1884-1885), marcada pela criação do Estado Livre do Congo, debaixo da soberania pessoal de Leopoldo II (1885) e depois pela humilhação representada pelo Ultimato inglês de 1890. O novo direito internacional colonial saído de Berlim, fazia prevalecer a ocupação territorial efectiva sobre alegados direitos históricos, forçando Portugal a conduzir prolongadas e duras campanhas militares contra os poderes tradicionais, em vários casos apoiados ou estimulados pelos seus aliados europeus de circunstância, centradas sobretudo no período 1894-1907, bem como a procurar empreender reformas administrativas e económicas.

A criação das ligas navais pioneiras, a liga britânica (1894) e a liga alemã (1898), tiveram como um dos principais factores a constituição de plataformas de apoio das opiniões públicas ao investimento nas marinhas de comércio e de guerra, que deveriam garantir a circulação de bens entre as metrópoles e os respectivos domínios coloniais. A segurança das colónias era essencial à manutenção do poder global britânico, bem como às

[149] *A Paródia*, que se publicou em Lisboa entre 1900 e 1907, era propriedade de Rafael e Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, pai e filho. No número inaugural, em 17 de Janeiro de 1900, tinha-se apresentado como "a caricatura ao serviço da grande tristeza pública".

ambições expansionistas da "Weltpolitik", lançada pelo kaiser Guilherme II na década de 1890, que deveriam tornar a Alemanha uma potência global.

Em Portugal, o problema das linhas de navegação para as colónias fez-se sentir, em especial, a partir da generalização das máquinas a vapor na propulsão dos navios, que aumentaram a velocidade e a regularidade das viagens. Ausente da Revolução Industrial, o País revelou-se incapaz de criar e manter carreiras com bandeira portuguesa para os seus territórios ultramarinos, designadamente para África, e sobretudo para Angola.

Às duas e meia da tarde de 2 de Dezembro de 1901, na sala Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa, o rei D. Carlos, acompanhado pela rainha e pelo seu primogénito D. Luís Filipe, presidiu à sessão inaugural do Congresso Colonial Nacional. A sua realização tinha sido decidida a partir de uma proposta de um grupo de onze sócios daquela Sociedade, entre os quais se contavam quatro oficiais da Marinha de Guerra: Nuno Queriol (almirante), Francisco da Silva Teles (médico naval e professor universitário), José Francisco da Silva (lente da Escola Naval) e António Maria Cardoso (explorador africano, entretanto falecido). Queriol, Teles e Francisco da Silva seriam sócios da Liga Naval Portuguesa.

A proposta de realização do Congresso, que visava celebrar o 25º aniversário da Sociedade de Geografia, proclamava dois fins principais:

> "promover um largo inquérito, sob a forma de monografias, das condições e do estado actual das colonias [e] estudar, quanto possível minuciosamente […] os variadíssimos problemas da colonização e da administração ultramarina"[150].

O congresso contou com representações de associações de natureza económica, profissional e cultural, bem como de companhias coloniais e de empresas de têxteis do Norte do País. Neste conjunto salientou-se a delegação da Liga Naval Portuguesa, a cargo do almirante Luís Morais e Sousa (antigo governador colonial), de Joaquim Basílio Garraio (fundador da empresa de equipamentos marítimos com o seu nome) e do então Segundo-tenente António Pereira de Matos, um ano antes designado secretário-perpétuo da Liga Naval Portuguesa e seu grande animador até à sua morte, em 1930[151].

---

[150] "Parecer e proposta para um Congresso Colonial Nacional", Sociedade de Geografia de Lisboa, *Pareceres e Projectos*, nº 16 (Nova Série), 12 de Junho de 1900.
[151] *Congresso Colonial Nacional – Actas das Sessões*, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, A Liberal – Oficina Tipográfica, 1902.

Foram debatidas vinte e duas teses, seis das quais defendidas por oficiais da Marinha de Guerra. Dois deles seriam membros muito activos na Liga Naval Portuguesa, casos do já referido José Francisco da Silva e de Vicente Almeida d´Eça.

O Segundo-tenente Pereira de Matos foi relator de uma tese intitulada "Navegação colonial", objecto de um debate que se vinha prolongando ao longo das três décadas anteriores. A relevância do problema foi também confirmada por lhe sido dedicado um dos vinte e três votos emitidos no final do Congresso. Interessa ainda lembrar que, para além das teses que foram discutidas durante as sessões, tinham já sido realizadas, entre Abril e Novembro de 1901, dezasseis "conferências preliminares"[152], seis das quais foram apresentadas por oficiais da Marinha.

Para além da participação oficial da Liga Naval Portuguesa, da contribuição individual de vários oficiais da Marinha nas conferências preliminares e na qualidade de relatores de teses, interessa registar, do rol dos participantes no Congresso Colonial, figuras que já faziam parte ou iriam contribuir para a futura actividade da Liga. Foram esses, designadamente, os casos das seguintes personalidades, directamente envolvidas na sua estrutura e funcionamento:

- Júlio Marques de Vilhena, presidente da 1ª sessão do Congresso Colonial, então presidente da Liga Naval, funções que ocupou entre 1901 e 1904.
- António Teixeira de Sousa, um dos três presidentes honorários do Congresso, que era ao tempo ministro da Marinha e Ultramar e que sucederia a Júlio de Vilhena na presidência do Conselho Geral da Liga.
- Almirante Pedro do Rio Carvalho, um dos dois vice-presidentes honorários do Congresso, que era então Director-Geral da Marinha e também presidente da Assembleia Geral do Clube Militar Naval, que dirigiu as primeiras reuniões em que se falou da criação de uma liga naval em Portugal.
- Capitão-tenente José Francisco da Silva, secretário da comissão organizadora do congresso[153].

[152] O peso da participação de oficiais da Marinha no Congresso Colonial reflectiu a realidade da época. De facto, desde a criação, em 1736, da secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, a Marinha e o seu pessoal tinham um intenso envolvimento no serviço colonial, em ambas as vertentes, militar e de administração. Culminando um debate que vinha do tempo da monarquia, a situação foi alterada por decreto de 23 de Agosto de 1911 da Assembleia Nacional Constituinte, que criou os ministérios da Marinha e das Colónias.
[153] "Congresso Colonial Nacional – Actas das sessões", […], pp. 5-12.

O modelo organizativo do Congresso Colonial, foi depois adoptado pela Liga Naval no Congresso Marítimo Nacional que se reuniu em 1903. Nenhumas destas circunstâncias representa surpresa, no quadro da relação íntima que Oliveira Martins tinha, em 1885, condensado na frase "Sem marinha não há colónias"[154]. Estas preocupações do animador da Geração de 70 não reflectiam uma situação nova. Em 1871, em *Uma Campanha Alegre*, Eça de Queirós fazia, de forma mordaz, um juízo negro sobre o estado daquela relação de dependência:

> "Nós só temos marinha pelo motivo de termos colónias – e justamente as nossas colónias não prosperam porque não temos marinha […] Todavia a nossa marinha, ausente dos mares, sulca profundamente o orçamento […] A nossa esquadra é uma colecção de jangadas disfarçadas! E este grande povo de navegadores acha-se reduzido a admirar o vapor de Cacilhas"[155]

Duas décadas e meia depois, a relação entre as colónias e as marinhas de guerra e mercante não tinha melhorado substancialmente. Ambas as questões foram objecto da atenção especial na primeira grande realização da Liga Naval, o Congresso Marítimo Nacional de 1903.

1.4.1 O Congresso Marítimo de 1903

"Um passo luminoso da iniciativa portuguesa no caminho do futuro"

Os primeiros estatutos da Liga Naval, de Janeiro de 1901, previam que a sua assembleia geral reunisse em

> "congresso-maritimo, quanto possível na primeira quinzena do mez de Janeiro, para apreciação do relatório anual e de todos os trabalhos que [lhe] forem apresentados"[156].

Este acontecimento, reunindo os sócios com aquele objectivo e periodicidade, constituiria o ponto alto de cada ciclo anual da actividade da Liga Naval, no qual deveriam confluir estudos e reflexões sobre as questões do mar e da sua influência na economia e na sociedade.

---

[154] Oliveira Martins, *Política e Economia Nacional*, Porto, Magalhães e Moniz, 1885, p. 233. Na verdade, esta locução referia-se ao estado da marinha mercante. No entanto, p. 241, fez menção à Armada Real: "sem forças navaes não se podem defender os estabelecimentos coloniaes". A locução vale, portanto, para a Marinha de Guerra e para a marinha mercante.

[155] Eça de Queirós, *Uma Campanha Alegre*, pp. 102-103, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., pp. 102-103 [1ª edição 1890].

[156] "Estatutos da Liga Naval Portuguesa", Decreto de 17 de Janeiro de 1901, artigo 24º.

Na primeira revisão dos Estatutos, em finais de 1902[157], os congressos marítimos surgiram como uma realização autónoma da assembleia geral da Liga, explicitamente alargada a outras associações, entidades e personalidades cujos fins estivessem ligados aos da própria associação. Ganhava assim corpo a constituição da Liga Naval como grupo de interesses da sociedade civil ligados às questões marítimas, destinado a influenciar o poder nas suas decisões.

Os novos estatutos alargavam-se na enumeração dos potenciais congressistas, com um detalhe que nos permite atestar a intenção de envolver nos debates um grande número de pessoas e instituições ligadas ao mar:

> "Poderão ser congressistas effectivos os ministros que tenham gerido as pastas da Marinha, Fazenda e Obras Publicas; os membros das comissões de marinha das duas casas do Parlamento; os funcionários civis e militares do Ministerio da Marinha e Ultramar e suas dependências; officiaes da armada e da marinha mercante; lentes das escolas superiores; representantes da Academia Real das Sciencias, do Instituto de Coimbra e das associações de imprensa; os directores de jornaes ou revistas especiaes; associações scientificas, marítimas, commerciaes, industriaes, agrícolas e coloniaes; bancos, companhias coloniaes e empresas de navegação ou pescarias nacionais; negociantes, industriaes e agricultores coloniais; proprietários ou capitães de embarcações de commercio ou yachts, e os autores de trabalhos sobre assumptos marítimos apresentados ao congresso".

No entanto, foi ainda antes desta revisão estatutária, em Maio de 1901, quando a Liga tinha escassos meses de existência, que foi lançado o primeiro congresso:

> "Em 17 de Maio de 1901, foi recebida por S.M. El-Rei uma deputação do Conselho Central, que obteve de S. M., como Alto Presidente da Liga, a autorização precisa para a convocação de um Congresso Maritimo, nos termos dos Estatutos"[158].

A expectativa inicial do então designado Conselho Central da Liga Naval era que o Congresso Marítimo pudesse vir a ser realizado em Janeiro de 1902. No entanto, enquanto a Liga anunciava a sua iniciativa, a Sociedade de Geografia aprovava a proposta interna que iria conduzir à realização do já referido I Congresso Colonial, que se reuniria em Dezembro daquele ano de 1901. A falta de instalações próprias[159] foi a razão apontada pela Liga Naval para o adiamento do congresso[160], ainda que se admita que pode ter tido alguma

---

[157] "Estatutos da Liga Naval Portuguesa", Decreto de 24 de Dezembro de 1902.
[158] *Liga Naval Portuguesa - Breve relação [...],* p. 158.
[159] A Liga Naval acolhia-se então na sede do Clube Militar Naval, no nº 43 da rua do Carmo, em Lisboa. Mudou-se para o palacete Ferreira Pinto Basto, rua Garrett, nº 95, em Dezembro de 1902.
[160] *Liga Naval Portuguesa - Breve relação [...],*p. 173.

influência a proximidade de datas com o Congresso Colonial, por causa do envolvimento cruzado de membros da Liga Naval nesta realização, e dos da Sociedade de Geografia no Congresso Marítimo.

Os documentos que serviram para promover o Congresso Marítimo denotam uma preparação muito cuidada. Em 1 de Julho de 1901 foi enviada uma circular aos "associados e agremiações filiadas", na qual se fazia uma caracterização dramática da economia marítima:

> "Graves e importantíssimas são as questões de que o congresso tem de ocupar-se. Em Portugal, nem sequer existem os fundamentos de uma solida organização marítima. Escólas, portos, companhias seguradoras e instituições officiaes, tudo é fóra do espirito da época, desigual e apoucado, por não obedecer a uma orientação superiormente definida".

A Liga, no entanto, respirava optimismo quanto aos resultados da sua intervenção, quando escrevia que "O congresso representa […] um passo luminoso da iniciativa portuguesa no caminho do futuro".

Entre 20 de Junho e 20 de Agosto de 1901 foram enviados cerca de 500 convites para apresentação de trabalhos, acompanhados por uma brochura que continha o inventário das quinze teses, em torno das quais se previa então que o congresso iria ser organizado, cada uma delas descrita com um pormenorizado desenvolvimento das questões em que se iriam fixar os debates.

A enumeração das teses, dá-nos uma percepção do pensamento da Liga quanto ao elenco dos temas mais importantes para Portugal enquanto país marítimo:

- "I – O ressurgimento da Marinha e o poderio nacional.
- II – Esboço de um plano geral de revivescência da Marinha nacional.
- III – Pescarias nacionais.
- IV – Condições de concorrência de Portugal no mercado internacional dos fretes.
- V – Expansão do comércio marítimo português.
- VI – Linhas postais que deve cobrir a bandeira portuguesa.
- VII – A navegação livre a coberto da bandeira portuguesa.
- VIII – A construção naval portuguesa.
- IX – Constituição das equipagens da marinha mercante, registo e seguro dos navios.

- X – Protecção do Estado à marinha mercante nacional.
- XI – Organização dos serviços públicos que interessam a marinha mercante.
- XII – Criação de um "yatching" nacional.
- XIII – Segurança da navegação – salvação marítima.
- XIV – Problemas urgentes da Marinha de Guerra.
- XV – Esboço para um programa de acção para a Liga Naval"[161].

Tratava-se de um programa ambicioso que, a ser concretizado, realizaria o levantamento dos problemas que afectavam áreas cruciais para a economia do País.

O último ponto do programa do Congresso Marítimo deveria definir o papel a desempenhar futuramente pela Liga, sendo claramente visível a já referida intenção de se constituir como o principal grupo de interesses para influenciar os poderes públicos nas questões relacionadas com o mar. Estes propósitos estavam declarados no final do ponto XV do programa:

> "b) Diligenciar […] que a Liga […] tenha uma acção consultiva, semelhante á dos conselhos superiores da marinha mercante da França e da Itália. c) […] a Liga deverá representar a opinião collectiva do paiz e a opinião isolada das diferentes localidades, em todas as questões marítimas."[162]

Pelo renascimento marítimo, "Beijemos, como Antheu, a terra da pátria e teremos novas forças para o combate"[163]

O Congresso Marítimo Nacional foi aberto no dia 2 de Fevereiro de 1903 pelo rei D. Carlos, em sessão realizada na sala Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa.

A edição de 20 de Fevereiro da revista *O Occidente* faz-nos saber que a inauguração

> "teve a assistência de SS. MM el rei e a rainha, S.A. o sr. infante D. Affonso, todo o ministério á excepção do sr. Ministro da guerra[164], os representantes diplomáticos de todas as nações extrangeiras, etc.".

À porta do edifício, uma força de 65 marinheiros, o presidente da Sociedade de Geografia, Almirante Ferreira do Amaral e a comissão organizadora do congresso

---

[161] *Ibid.*, pp. 161-172.
[162] *Ibid.*, p. 172.
[163] Excerto da frase com que Júlio de Vilhena fechou o seu discurso de abertura do Congresso Marítimo. Ver *Boletim Oficial*, Série II, nº 3 – Fevereiro de 1903, p. 27. Anteu é uma figura da mitologia grega, filho de Gea e Posídon, um gigante que obrigava os viajantes a lutar contra ele e ornamentava o templo de deu pai com os despojos das suas vítimas. Recebia ajuda e renovava as forças através do contacto com a Mãe-Terra.
[164] O ministério era presidido por Hintze Ribeiro e tinha o médico e político António Teixeira de Sousa na pasta da Marinha.

aguardavam os convidados reais. A mesa da presidência, onde se sentaram o rei, o infante D. Afonso, o secretário-perpétuo da Liga Naval, Primeiro-tenente António Pereira de Matos e Júlio Marques de Vilhena, presidente do seu Conselho Geral, contou com uma guarda de honra de 34 aspirantes da Escola Naval.

O discurso inaugural ficou a cargo de Júlio de Vilhena. doutorado em Direito, várias vezes deputado pelo Partido Regenerador, que iria chefiar entre 1907 e 1909, par do reino a partir de 1880 e que tinha ocupado por três vezes a pasta da Marinha e Ultramar (1881, 1890 e 1891-1892). Estas circunstâncias podem tê-lo recomendado para dirigir a Liga Naval entre 1901 e 1904.

No discurso que pronunciou perante o rei, traçou um panorama pungente sobre o estado das marinhas de Guerra e mercante

> "É visível a decadência da marinha mercante; os nossos estaleiros sucumbem […] o pessoal desanimado refugia-se no exercício de outras industrias; os fretes retribuem o transporte estrangeiro […] O navio deteriorado esconde muitas vezes debaixo do nome da matricula os vícios da procedência […] sem transporte marítimo e sem marinha de guerra, o nosso imperio colonial não será mais que a recordação saudosa dos velhos tempos"[165].

O estado das questões marítimas tinha uma natureza estrutural, um dos resultados da ausência ou entrada tardia da revolução industrial em Portugal, agravada pela crise económica e financeira, que se arrastava desde o início da década de 1890.

Depois de Júlio de Vilhena falou o Segundo-tenente António Pereira de Matos, sendo a sessão inaugural encerrada pelo rei, que preenchia também as funções estatutárias de "presidente e protector da Liga".

As sessões de trabalho do congresso realizaram-se nos dias 4, 5 e 6 de Fevereiro, sempre na Sociedade de Geografia de Lisboa, com início às oito e meia da noite. No dia 3 fez-se a recepção aos congressistas que, nessa noite assistiram a um concerto no S. Carlos. O período diurno dos dias de trabalho foi ocupado com visitas às obras do porto de Lisboa, acompanhada por cerca de 200 pessoas, senhoras incluídas; ao Arsenal da Marinha, onde foram recebidos pelo almirante Ferreira do Amaral, seu inspector e também presidente da Sociedade de Geografia; ao cruzador "D. Carlos I", acompanhados pelo seu comandante, o Capitão-de-mar-e-guerra Morais e Sousa e ao "entreposto colonial de Santa Apolonia", onde foram acolhidos pelos representantes do empreiteiro francês H. Hersent, que desde

[165] *Boletim Marítimo,* Série II, nº 2, Fevereiro de 1903, p. 25..

os finais da década de 1880 imperava nas obras da zona ribeirinha de Lisboa e que deteve a concessão do seu porto até 1907.

Como mostra a lista de participantes, estiveram activamente envolvidos no Congresso Marítimo de 1903, a primeira iniciativa de vulto da Liga Naval Portuguesa, cerca de oito dezenas de delegados oficiais, que representaram os órgãos regionais da Liga, autarquias e trinta e uma associações profissionais, comerciais, industriais e de carácter social, todos do litoral com excepção do caso da Sociedade Martins Sarmento, uma associação vimaranense dedicada aos estudos arqueológicos.

Tabela 2 – Delegados ao Congresso Marítimo Nacional de 1903[166]

Nº de ordem		Instituição representada	Delegados
1		Clube Militar Naval	Capitão-de-mar-e-guerra Amaro de Azevedo Gomes
2		Sociedade de Geografia	Almirante Ferreira do Amaral (presidente), Ernesto de Vasconcelos, Nuno Queriol, Silva Telles, Hipácio de Brion
3		Associação Comercial de Lisboa	A. J. Simões de Almeida (presidente), António Marques de Freitas, José de Oliveira Soares
4		Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa	Miguel Bombarda, Alfredo José de Almeida Ribeiro, João Alberto Pereira de Azevedo Alves, Ayres José Kopke Corrêa Pinto
5		Associação dos Jornalistas de Lisboa	Pedro Wenceslau de Brito Aranha
6		Associação dos Engenheiros Maquinistas Portugueses	Alfredo de Brito, General Eduardo Ferrugento Gonçalves, José Maria da Silva, Joaquim Antunes, Joaquim José d´Orey, Carlos Victor Ferreira Alves
7		Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa	Eduardo Nunes, Manuel Soares Guedes
8		Clube Naval Madeirense	Visconde da Ribeira Brava, Frederico dos Santos Martins, João da Costa Talone
9		Associação dos Engenheiros Civis Portugueses	Conselheiro Joaquim Pires de Sousa Gomes, João Veríssimo Mendes Guerreiro, José Cecílio da Costa, Manuel Francisco da Costa Serrão,

[166] *Boletim Marítimo*, Série II, nº 1, Janeiro de 1903, p. 19.

Nº de ordem		Instituição representada	Delegados
			José Maria Cordeiro de Sousa, José Maria de Mello e Matos
10		Associação Industrial Portuguesa	Henrique Pereira Taveira (presidente), Alfredo de Brito, António Tomé Dias da Silva, Joaquim Vieira Júnior
11		Associação dos Condutores de Obras Públicas	Luiz Filipe de Almeida Couceiro (presidente), João Rodrigues Fernandes, António Birne Pereira
12		Associação Comercial de Aveiro	Gustavo Ferreira Pinto Basto
13		Gazeta dos Caminhos de Ferro	L. de Mendonça e Costa, Fernando de Sousa
14		Grémio Marítimo Ilhavense	José Marques
15		Sociedade Martins Sarmento (Guimarães)	Fernando da Costa e Freitas
16		Associação Comercial do Porto	Guilherme Wandschneider
17		Ateneu Comercial do Porto	José Saraiva (presidente)
18		Associação Industrial Portuense	A. A. Calém Júnior
19		Centro Comercial do Porto	Ezequiel A. R. Vieira de Castro
20	Órgãos regionais e locais da Liga Naval Portuguesa	Conselho Regional do Porto	Antero de Araújo (presidente), Bernardino Vareta, David Pinho, A. Eduardo Glama
21		Conselho Regional de Faro	visconde do Cabo de Santa Maria, dr. Virgílio Ramos Inglês, João José da Silva Ferreira Neto, Ventura Coelho de Vilhena, Joaquim Vieira Botelho da Costa Júnior, A. Marinha de Campos
22		Junta Local de Vila Real de Santo António	Manuel Adelino Nunes de Sousa, Frederico Ramires, Joaquim Garcia, Francisco Gomes Sanches, Jacinto de Andrade
23		Junta Local de Lagos	Manuel José Barbosa, Manuel Cássio de Almeida Tovar, Henrique de Mendonça, João Maria Parreira da Cruz, Pedro Judice Cabral
24		Junta Local de Olhão	Carlos Fuzeta, dr. João Lúcio Pereira
25		Junta Local de Portimão	Francisco Carapeto, Luiz Ramalho Ortigão
26		Junta Local de Viana do Castelo	Manuel Afonso de Espregueira

Nº de ordem	Instituição representada		Delegados
27	Autarquias	Câmara Municipal de Arcos de Valdevez	dr. Félix Bernardino da Costa Alves Pereira
28		Câmara Municipal de Barcelos	José Júlio Vieira Ramos (presidente), Carlos Alberto Machado Pais de Araújo Felgueiras Gaio
29		Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira	José António da Silva
30	Associação Marítima de Viana do Castelo		António de Lomba (presidente)
31	Associação Marítima de Âncora		Faustino Gevicho

O elenco dos delegados ao Congresso permite aventar duas conclusões, quanto à confirmação do propósito original da Liga Naval de federar os interesses ligados às actividades marítimas, através das associações mais relevantes e, em conexão, atrair para este desiderato a elite profissional, industrial e comercial do País.

Agrupando os trabalhos apresentados sobre as teses que tinham sido propostas pela Liga, as quatro sessões em que se organizou o Congresso foram presididas pelo Vice-almirante conde de Paço de Arcos (Carlos Eugénio Correia da Silva), Contra-almirante Pedro do Rio Carvalho, Conselheiro António Eduardo Vilaça[167] e Almirante Francisco Ferreira do Amaral[168]. Para além dos "relatórios" discutidos nas sessões formais, o congresso incorporou também treze "trabalhos de valor [que] foram enviados á comissão organizadora", da autoria de economistas, oficiais da Marinha, do Exército e da marinha mercante[169].

Tabela 3 – Trabalhos apresentados ao Congresso Marítimo Nacional de 1903

Sessão	Tese	Relator
1ª - Pescarias	O ensino profissional das pescas e a educação das populações marítimas	A. Ramos da Costa
	Protecção aos pescadores	João Braz de Oliveira
	Progressos a introduzir na pescaria costeira. Como convém orientá-los para não despovoar as águas nacionais	A. A. Baldaque da Silva

[167] Oficial do Exército e político, antecedeu Teixeira de Sousa na pasta da Marinha e Ultramar, no governo de José Luciano de Castro (1898-1900).
[168] Francisco Joaquim Ferreira do Amaral (1844-1923) foi oficial da Armada, administrador colonial e político. Governou Angola e chefiou o governo "da acalmação" que se seguiu ao regicídio, em 1908. Foi ministro da Marinha e Ultramar nos governos de Dias Ferreira em 1892-1893. Aderiu à República e foi deputado e depois senador pelo Partido Democrático. Em 1903 era Contra-Almirante, sendo promovido a Vice-Almirante em 1906.
[169] *Liga Naval Portuguesa - Breve resenha dos seus trabalhos no decennio 1902-1902*, Porto, Typographia Pereira, 1912, pp. 29.

Sessão	Tese	Relator
	Organização dos serviços públicos que interessam a marinha mercante e as pescarias nacionais	João de Freitas Ribeiro (ausente)
2ª – Marinha mercante	A marinha mercante como função do desenvolvimento comercial	Anselmo Vieira
	Protecção do Estado à construção naval e ao armamento marítimo nacional	Bernardino C. A. Vareta
	Educação do pessoal da marinha mercante	J. Francisco da Silva
	Pescarias longínquas. A pesca do bacalhau	José Francisco da Silva
3ª – Marinha mercante	Melhoramento dos portos nacionais	A. A. Baldaque da Silva
	Protecção ao pessoal da marinha mercante. Sua utilização para a constituição de uma reserva naval.	J. D. Leote do Rego (ausente)
	Navegação para as colónias	A. de Sousa Lara
	A navegação nacional para o Brasil, os Açores e a América do Norte	A. J. Simões de Almeida
4ª – Liga Naval – Marinha de guerra - Yatching	Programa de trabalhos da Liga Naval	Comissão Executiva da Liga Naval[170]
	A marinha colonial. Bases para a sua organização independente da marinha da metrópole.	A. Pereira de Matos
	A marinha de guerra. Quais os seus objectivos e método a seguir na sua realização.	João Baptista Ferreira
	Impulsionamento do *Yatching* nacional. Sua utilização possível na organização da reserva naval.	João Perestrelo de Vasconcelos (pela Real Associação Naval)
	Impulsionamento do *Rowing* nacional. Sua utilização possível na educação física do povo português.	Joaquim Leote (pelo Real Clube Naval)
Fora do programa das sessões de trabalho	Duas palavras sobre o comércio marítimo de Portugal	J. C. de Oliveira Leone
	Curso para maquinistas mercantes. Modo de regular a admissão destes nos navios nacionais.	E. A. Ferrugento Gonçalves
	Considerações sobre o congresso marítimo	Um grupo de oficiais da marinha mercante
	Couraçados e torpedeiros	J. Baptista Ferreira
	Adopção de um sistema único de artilharia na Marinha	J. Baptista Ferreira

[170] De acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Liga aprovados em Janeiro de 1901, a Comissão Executiva era constituída pelo "presidente do conselho central, os dois secretários em exercício, o tesoureiro e um representante de cada uma das [seis] secções do conselho". Esta Comissão desapareceu na revisão dos Estatutos aprovada em 24 de Dezembro de 1902, na qual o Conselho Central passou a designar-se Conselho Geral.

Sessão	Tese	Relator
	A reserva naval	J. C. de Oliveira Leone
	Liga naval – Breve relação dos seus trabalhos, até à reunião de 15 de Outubro de 1902, para a aprovação dos novos estatutos.	Comissão Executiva da Liga Naval

As conclusões, os seus "votos finais", foram preparadas por uma comissão nomeada na sessão inicial do congresso. Presidida por Júlio de Vilhena, esta comissão ficou composta por Antero Ferreira de Araújo e Silva, visconde do cabo de Santa Maria (Francisco Augusto da Silveira e Almeida), Luiz António Morais e Sousa, Vicente Almeida d´Eça, Albert Girard, Bernardino Vareta, Manuel Adelino Nunes de Sousa, J. M. Parreira da Cruz, António Pereira de Matos e Quirino da Fonseca, um elenco de civis e militares da Marinha, em que estes últimos predominavam.

Dos debates resultaram 57 votos que, afirmou a organização do congresso, "consubstanciam um programa de acção, essencialmente para seguimento dos destinos marítimos do paiz". As locuções "urgente", "absolutamente necessário", "indispensável" dominavam o fraseado, com larga predominância sobre as mais suaves "muito para desejar" ou "da maior conveniência".

Tratou-se, na verdade, de um inventário dos problemas que então afligiam as actividades ligadas ao mar, desde as questões mais gerais, como era a da necessidade de que fosse "revista, refundida e simplificada toda a nossa legislação marítima", até à protecção social a pescadores e pessoal da marinha mercante[171]. As quase seis dezenas de propostas aprovadas no final do Congresso Marítimo Nacional constituíram, em enumeração minuciosa, a agenda da acção futura da Liga.

A revista *O Occidente*[172] de 20 de Fevereiro de 1903, dedicou-lhe duas fotografias na capa e três das suas quarenta páginas. Uma das imagens era do conselheiro Júlio Marques de Vilhena, que mereceu destaque no texto que antecedia a reprodução do programa das sessões do Congresso e dos seus 57 "votos finais".

O Congresso Marítimo Nacional encerrou dia 7 de Fevereiro de 1903, com um jantar oferecido aos delegados no hotel Avenida Palace[173] que, para a ocasião, vestiram "casaca ou farda" Durante o repasto foram servidas iguarias de ressonância tão patriótica como

[171] *Liga Naval Portuguesa - Breve resenha […]*, pp. 30-36.
[172] Foi publicada em Lisboa entre 1878 e 1915, saindo três vezes por mês.
[173] Ao tempo o hotel mais luxuoso de Lisboa

“bouchées Adamastor”, “filet de boeuf navigation”, “poularde rotie Don Carlos I”, “salade Dona Amelia” e “bombe Vasco da Gama”. Presidiu o ministro da Marinha, António Teixeira de Sousa[174], sendo muitos os oradores que se elogiaram mutuamente. A banda do Corpo de Marinheiros tocou, entre outros compositores, Leoncavallo, Puccini, Saint-Saens e Carlos Gomes.. Trocaram-se igualmente numerosos brindes sendo “11 horas da noite quando terminou o banquete e com elle as solemnidades que acompanharam o Congresso Maritimo Nacional de 1903”[175].

Nos meses seguintes ao congresso, as secções do Conselho Geral criaram comissões para dar andamento aos votos que cabia à Liga desenvolver, designadamente os que diziam respeito ao pessoal da marinha mercante – incluindo a sua “educação”, às pescarias, à construção naval, melhoramento dos portos, marinha de guerra e propaganda marítima. A estas comissões caberia

> ”estudar e apresentar as bases em que, depois de discutidas, devem assentar as representações que, pelo Conselho Central, tenham de ser dirigidas ao governo de Sua Majestade, ou[…] junto das associações de qualquer classe, para que se tornem práticos aquelles votos e proveitosa a acção da Liga”[176].

1.4.2 O Congresso Internacional de Lisboa em 1904

Os congressos precursores e a Associação Marítima Internacional

Entre 4 e 12 de Agosto de 1900, por ocasião da Exposição Universal, reuniu em Paris o Congresso Internacional da Marinha Mercante. Não se tratou da primeira grande reunião internacional para debater os seus problemas, mas este encontro do primeiro ano do novo século decorreu num contexto de aceleração do comércio, de competição colonial, de consolidação dos avanços técnicos da revolução industrial e, mais relevante ainda, como o futuro se encarregaria de demonstrar, do desafio alemão à supremacia britânica nos mares. Fizeram-se representar Alemanha, Inglaterra, França, Rússia, Bélgica, Itália, Espanha, Dinamarca, Noruega, para além do Japão, Estados Unidos e México. De acordo com a documentação do congresso Portugal não enviou um delegado oficial[177].

---

[174] A revista satírica *Paródia: Comédia Portuguesa* de 11 de Fevereiro de 1903 publicou para a ocasião um desenho do seu director Rafael Bordalo Pinheiro, caricaturando as figuras do rei, de Hintze Ribeiro e Teixeira de Sousa, com o título “Projecto de centro de mesa em prata … da casa,- oferecido pela PARODIA em comemoração do Congresso Maritimo”.
[175] *Boletim Oficial*, Série II, nº 2 – Fevereiro de 1903, pp. 38-40.
[176] *Boletim Oficial*, Série II, nº 4 – Abril de 1903, p. 76.
[177] *Congrès International de la Marine Marchande – 4 au 12 Août 1900, Compte rendu des travaux et des séances*, Paris, Imprimerie Paul Dupont, 1901, p. 6.

O congresso debateu o que pode considerar-se como a totalidade das questões relacionadas com a marinha mercante da época: a sua situação e evolução; os avanços técnicos; a protecção dos Estados – sob a forma de subvenções – aos serviços postais e às linhas regulares; a influência dos regimes alfandegários; os sistemas de cálculo da tonelagem dos navios; a farolagem e a balizagem; a pilotagem nas barras e portos; a exploração comercial dos navios; o desenvolvimento dos cabos submarinos; a situação das equipagens e formas de melhorar as suas condições material e moral. Todas estas problemáticas diziam também respeito a Portugal, de uma forma agravada pelo atraso económico e pela crise do início da década de 1890. De acordo com os documentos do Congresso de Paris, a marinha mercante portuguesa, que ocupava, em 1873, o 14º lugar do ordenamento internacional, em termos de tonelagem da frota, estava em 1899 na 18ª posição, já que, naquele período, tinha ficado praticamente estagnada[178].

Um dos votos aprovados no final da reunião[179] apelou à criação de uma associação marítima internacional para se ocupar da realização anual de um congresso, no qual seriam debatidos os problemas das marinhas de comércio dos países aderentes. Foi, ao mesmo tempo nomeada uma "comissão de estudos" para pôr em marcha o projecto.

Embora, como já se referiu, não exista notícia da presença de qualquer delegado nacional ao congresso, a verdade é que Portugal foi membro fundador da "Association Internationale de la Marine" (Associação Marítima Internacional), cujos estatutos foram aprovados ainda em 1900 e publicados em conjunto com as actas do Congresso Internacional da Marinha Mercante de que nos vimos ocupando.

Com sede em Paris, tendo por fins representar os interesses das instituições e empresas com actividades relacionadas com o mar, a navegação e as pescas, a nova associação internacional reunia representantes da Alemanha, Áustria e Hungria, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália, Espanha, Grécia, Itália, Mónaco e Portugal, por intermédio da Liga Naval Portuguesa.

A sua criação foi tornada necessária pela generalização da navegação a vapor e o incremento do transporte marítimo, tendo como antecedentes na conferência diplomática marítima realizada em Washington, em 1888 e, mais tarde, no Congresso de Navegação,

[178] *Ibid.*, pp. 36-38.
[179] *Ibid.* , p. 357.

que em 1898 reuniu em Bruxelas bem como, no mesmo ano, no Congresso de Direito Marítimo que reuniu em Antuérpia[180].

Em 1900 foram, como já referimos, aprovados os seus estatutos e, simultaneamente, designados os seus órgãos dirigentes e os representantes dos estados aderentes. Foi nomeado seu secretário Cardozo de Bethencourt[181], que acompanhou o Segundo-tenente António Pereira de Matos na representação de Portugal na Comissão Internacional da nova associação.

João Leão Cardozo de Bethencourt foi um erudito de origem hebraica, nascido em Nantes em 1865. Dele apenas se conhece, com algum detalhe, a actividade em Portugal, a partir de 1905, quando foi encarregado por D. Carlos de fazer o catálogo dos manuscritos da biblioteca do palácio da Ajuda, ocupando depois, entre 1907 e 1911, o lugar de bibliotecário da Academia das Ciências de Lisboa, de que pediu a exoneração com a implantação da República. Foi paleógrafo e historiador, com uma interessante bibliografia publicada. Sabe-se que ainda vivia em 1938, estando estabelecido em Bordéus, onde desenvolvia actividade de investigação sobre a "acção histórica, literária, económica e diplomática dos judeus"[182].

O primeiro congresso da Associação Marítima Internacional teve lugar no Mónaco, em 1901, discutindo múltiplas questões relativas às actividades marítimas como, entre outras, a assistência ao seus trabalhadores; o salvamento no mar; a farolagem e balizagem; os portos francos; a oceanografia e a meteorologia[183]; a telegrafia e a telefonia sem fios e, curiosamente, a demonstrar o período de transição que se atravessava quanto a algumas tecnologias, o correio marítimo por pombos-viajantes[184].

---

[180] Association Internationale de la Marine, *Congrès de Copenhague – 1902*, Paris, Imprimerie Lahure, 1902, p. 26.

[181] *Breve Relação […]*, p. 87.

[182] "Bettencourt (João Leão Cardozo de)", *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 37 Volumes, 1 Apêndice e 10 volumes de Actualização, Volume 4, Lisboa/ Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, [s.d.], p. 618. Ver também Ana Isabel Ferraz de Oliveira Pinto de Abreu, "J. L. Cardozo de Bethencourt, sua ascendência e descendência portuguesa", *Gerações/ Brasil*, Boletim da Sociedade Genealógica Judaica do Brasil, Volume 12, Fevereiro de 2004, pp. 18-19, que refere 1861 como a data do seu nascimento.

[183] O príncipe Alberto I do Mónaco apresentou uma tese sobre o estabelecimento de um observatório meteorológico nos Açores, que tinha sido criado em 1901 pelo governo de Hintze Ribeiro, no culminar de um projecto que teve como um dos patronos o soberano monegasco e o meteorologista Coronel Afonso Chaves como impulsionador. O assunto está estudado em Maria da Conceição da Silva Tavares, *Viagens e diálogos epistolares na construção científica do mundo atlântico. Albert I do Mónaco (1848-1922), Afonso Chaves (1857-1926) e a Meteorologia nos Açores*, Dissertação de mestrado em História e Filosofia das Ciências, apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa - Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências, 2007.

[184] Association Internationale de la Marine, *Congrès de Monaco 1901 – Compte rendu des travaux*, Imprimerie de Monaco, 1901, *passim.*

Os trabalhos decorreram no Museu Oceanográfico do principado, com a contribuição de delegações oficiais de apenas quatro países: França, Itália, Montenegro e Portugal, enquanto Alemanha, Inglaterra, Áustria-Hungria e Holanda estiveram presentes através de companhias ou associações marítimas. As ligas navais alemã, inglesa, italiana, belga e espanhola investiram na sua presença, através dos respectivos presidentes, no "Comité de Patronage" da Associação Marítima Internacional, no qual estavam representados, para além dos países com delegações oficiais, Dinamarca, França, Mónaco, Noruega e Suécia. A Liga Naval Portuguesa integrava a representação nacional, através do Segundo-tenente António Pereira de Matos, de João Leão Cardozo de Bettencourt e de Cordeiro de Sousa, do Porto de Lisboa[185].

O Comité português da Associação foi constituído em Dezembro de 1902: presidido por Júlio de Vilhena, teve como vice-presidentes os Contra-almirantes Pedro Inácio do Rio Carvalho e Joaquim Ferreira do Amaral; como vogais os oficiais da Armada D. Fernando de Serpa Pimentel, Vicente Almeida d´Eça, Guilherme Arnaud e António Jervis de Atouguia Ferrreira Pinto Basto e como secretário, António Pereira de Matos. O Comité ficou instalado na sede da Liga Naval.

Durante a viagem particular que fez a Paris em 1902 – partiu de Lisboa em 16 de Outubro usando o nome de conde de Barcelos[186], o rei D. Carlos recebeu o vice-presidente da Associação Marítima Internacional, Charles Roux, que convidou o soberano para aceitar o título de seu "haut protecteur". O convite, que tinha sido anteriormente formulado pelas vias diplomáticas, foi aceite por D. Carlos[187], valendo a pena assinalar que o rei Afonso XIII de Espanha só foi convidado para ser investido naquela dignidade em 1904[188].

No mesmo ano de 1902 o congresso da Associação reuniu em Copenhaga. O príncipe Henrique da Prússia, irmão mais novo de Guilherme II e neto da rainha Vitória, encabeçava então a lista dos "Altos Protectores" da associação, onde também figuravam, entre outros, Leopoldo II, rei dos Belgas, Émile Loubet, presidente francês e o grão-duque Alexis Alexandrovich, filho de Alexandre II que fora avô do czar Nicolau II, e o rei D. Carlos.

Este congresso debateu os temas da meteorologia, oceanografia, pesca marítima, regulamentos internacionais, legislação, tanques de ensaios de modelos, navios

---

[185] *Ibid.*, pp. 11-12, 508.
[186] Rui Ramos, *D. Carlos*, Lisboa, Temas e Debates, 2007, p. 480.
[187] *Boletim Oficial*, Série I – Outubro de 1902, p. 10.
[188] Ricardo Arroyo Ruiz-Zorilla, Juan Pérez de Rubín e Alexandro Anca Alamillo, *La Real Liga Naval Española. […]*, p. 147.

insubmergíveis, portos e maquinarias, telegrafia e telefonia sem fios e, finalmente, a conveniência da criação de uma rede de organismos para promover o desenvolvimento do diálogo internacional sobre todas as questões marítimas. Esta rede envolveria um "Bureau Maritime International Permanent", os congressos marítimos internacionais, uma "Comission Permanente Internationale Officielle", bem como conferências diplomáticas, cujos esforços deveriam terminar com a aprovação da Carta para uma "Union Maritime Internationale". Seria o culminar de esforços que decorriam havia já trinta anos, que contavam agora com a colaboração das ligas navais dos países envolvidos[189].

A participação de Portugal nas actividades da Associação Marítima Internacional em 1902 contava com um bom número de personalidades, alguns a título meramente nominal, mas na sua maior parte envolvidos nas actividades da Liga Naval Portuguesa. Vejamos:

- No elenco dos "Presidents d´Honneur", incluíam-se os nomes do chefe do governo, Hintze Ribeiro; do ministro da Marinha e Ultramar, António Teixeira de Sousa; do presidente da Liga Naval, Júlio de Vilhena e do almirante Francisco Ferreira do Amaral, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Dos "Membres d´Honneur", faziam parte o director-geral de Marinha, Almirante Pedro do Rio Carvalho; Guilherme Arnaud, director da Empresa Insulana de Navegação e dirigente da Real Associação Naval de Lisboa; e ainda José Adolfo de Melo e Sousa, presidente da Associação Comercial de Lisboa, que fora em 1901 o primeiro dirigente máximo da Liga Naval Portuguesa.
- Na "Comission Internationale", surgiam o então Capitão-de-fragata Vicente Almeida d´Eça, professor da Escola Naval e vice-presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa; o Capitão-de-fragata D. Fernando de Serpa Pimentel, comandante do Iate Amélia e ajudante de campo do rei, bem como o secretário-perpétuo da Liga Naval, Primeiro-tenente António Pereira de Matos.

Entre as múltiplas e ambiciosas conclusões aprovadas pelo Congresso de Copenhaga - 1902, na grande maioria respeitantes à harmonização de normativos e

[189] Association Internationale de la Marine, *Congrès de Copenhague – 1902 […]*, p. 33.

práticas do comércio marítimo, marinha mercante e portos, contavam-se ainda duas outras, uma das quais com especial interesse nacional:

- A determinação da Associação na "disparition de ces animaux [les rats] dans tous les pays du monde", seguindo assim a recomendação formulada pelo "Comité pour l´extermination des rats en Danemark".
- A decisão de realizar em Lisboa o próximo congresso da Associação, recebida pela audiência com "applaudissements prolongés".

O relatório que o primeiro-tenente Pereira de Matos, secretário da Liga Naval e único delegado português presente em Copenhaga, apresentou ao ministro da Marinha e Ultramar António Teixeira de Sousa, forneceu um testemunho directo sobre os fins da nova associação, que tinham em vista procurar as melhores soluções para as questões marítimas com natureza internacional bem como a sua divulgação[190].

O mesmo documento chamou também a atenção para as posições da Alemanha e da Inglaterra: enquanto em 1901, o kaiser se tinha manifestado entusiasticamente em relação ao novo conclave internacional, "a que daria todo o apoio da sua Alta influência e Rara energia", a Inglaterra ainda não tinha aderido "a este sympathico movimento".

Esta divergência de perspectivas entre os dois maiores poderes europeus, relativamente às questões marítimas, reflectia a competição entre a potência global e marítima, a Inglaterra, e a potência terrestre com ambições mundiais que era a Alemanha. Estávamos então nas vésperas do novo alinhamento dos países europeus, nas alianças que se iriam defrontar na Grande Guerra.

O Congresso Marítimo Internacional de Lisboa – 1904

A Ordem da Armada do dia 27 de Março de 1904[191], dava conta da nomeação pelo rei de uma comissão de quinze membros para proceder à organização e recepção do Congresso Marítimo Internacional, que se deveria reunir em Lisboa nesse ano.

Esta realização, inicialmente prevista para o período da Páscoa, mas já com local designado – a Sociedade de Geografia de Lisboa, tinha sido decidida quase dois anos antes, em Outubro de 1902, como já assinalámos[192].

---

[190] A. Pereira de Matos, *O Congresso Internacional Marítimo de Copenhague em 1902 – Relatório*, Porto, Typographia Pereira, 1903.
[191] *Ordem da Armada*, Série B, nº 5, 1904.
[192] *Boletim Oficial*, Série I, nº 1 – Outubro de 1902, p. 11.

Presidida pelo Contra-Almirante Guilherme de Brito Capelo, a comissão organizadora do novo congresso ficou constituída por

- Sete oficiais da Armada: Capitão-de-mar-e-guerra João Augusto Botto, Capitão-de-fragata D. Fernando de Serpa Pimentel, Capitão-de-fragata Vivente Almeida d´Eça, Capitão-de-fragata Hipácio de Brion, Capitão-tenente António Ferreira Pinto Basto, Capitão-tenente Policarpo de Azevedo e Primeiro-tenente Pereira de Matos;
- Um oficial do Exército, o major Cordeiro de Sousa;
- Cinco civis: o naturalista Albert Girard; o banqueiro Jorge O´Neill; o director da Empresa de Navegação para a África Portuguesa, Pedro Gomes da Silva; o representante da Empresa Insulana de Navegação, Germano Arnaut; e o director das obras do Porto de Lisboa Luís Strauss.

A organização do Congresso foi repartida entre a Sociedade de Geografia de Lisboa, onde decorreram as sessões, e a Liga Naval Portuguesa. A minuciosa preparação envolveu o empenhamento das companhias de caminhos de ferro e dos melhores hotéis de Lisboa, que praticaram preço especiais para os congressistas.

À margem das sessões e das visitas oficiais ao Museu Colonial[193] e ao Porto de Lisboa, o dia 26 de Maio foi reservado para uma excursão a Sintra, com almoço no parque da Pena e regresso por Cascais. A criação da Sociedade Propaganda de Portugal, uma iniciativa privada, estava ainda a dois anos de vista, mas era já tempo de aproveitar as oportunidades para divulgar, de uma forma organizada, os locais de lazer mais popularizados junto das elites de que eram parte os 180 congressistas e os acompanhantes que aproveitaram a deslocação recreativa. O documento final do Congresso relatou a excursão com colorido entusiasmo:

> "A 10 heures du matin, à la gare principale de Rocio, un train spécial emmenait les Congressistes […] environ 180 personnes, parmi lesquelles de nombreuses dames en elegantes toilettes, jusqu´à Cintra […] De la gare une soixantaine de voitures conduisirent les excursionnistes jusqu´au château royal […] à 1 heure on parvint sur un plateau […] et là sous de grandes tentes enguirlandées, étaits dressées les tables"[194].

[193] A designação Museu Colonial sucedeu em 1892 à de Museu Etnográfico e Colonial da Sociedade de Geografia de Lisboa. Até então e desde 1894, funcionou na Escola Naval, na rua do Arsenal.
[194] Association Internationale de la Marine, *Congrès de Lisbonne – 1904*, Paris, Imprimerie Lahure, 1904, pp. 230-233.

As sessões do Congresso tiveram lugar, como referimos, na Sociedade de Geografia, onde tinha sido preparada uma exposição, principalmente constituída por peças das colecções oceanográficas de D. Carlos I, a que faremos referência mais adiante. A abertura fez-se com a presença do rei, da rainha D. Amélia, da rainha D. Maria Pia, do duque do Porto (irmão do rei, o "Arreda" nas crónicas pitorescas) e de um luzido elenco de membros do governo, diplomatas, delegados oficiais dos EUA, Espanha, França, Grécia, Itália, Mónaco e Montenegro, para além de representantes de colectividades marítimas e múltiplos e menos notórios convidados.

A delegação oficial portuguesa era, naturalmente, a mais numerosa: encabeçada pelo presidente do Conselho Geral da Liga Naval, Júlio de Vilhena, contava com o Contra-almirante Ferreira do Amaral (presidente da Sociedade de Geografia), o General Pina Vidal (director do Observatório Meteorológico D. Luís I), António Eduardo Vilaça (ministro da Marinha entre 1898 e 1900), Contra-almirante Chagas Roquete (presidente da Comissão Central de Pescarias), Contra-almirante Morais e Sousa (comandante da Divisão Naval e membro do Conselho Geral da Liga Naval), Capitão-de-fragata Schultz Xavier (engenheiro hidrógrafo), Capitão-de-fragata Ernesto Vasconcelos (engenheiro hidrógrafo, secretário-geral da Sociedade de Geografia), Capitão-de-fragata Hipácio de Brion (chefe do gabinete do ministro da Marinha, Inspector dos Socorros a Náufragos), Capitão-tenente Ramos da Costa (engenheiro hidrógrafo), João Mendes Guerreiro (Inspector de Obras Públicas) e Albert Girard (naturalista, colaborador do rei D. Carlos I nas actividades oceanográficas).

Para além da delegação oficial, os países participantes enviaram representantes de empresas, associações e diferentes colectividades com actividades ligadas ao mar. De Portugal estiveram presentes a Academia Real das Ciências, Associação Comercial de Lisboa, Associação dos Engenheiros Civis, Associação dos Engenheiros Maquinistas, Associação dos Lojistas de Lisboa, Real Associação Naval, Biblioteca e Arquivos Nacionais, Centro Comercial do Porto, Clube Naval Madeirense, Clube Militar Naval, Escola Naval, Instituto de Coimbra, Real Instituto de Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa e Liga Naval Portuguesa, que na sua qualidade de instância co-responsável pela organização do congresso se apresentou com a representação mais numerosa.

Os temas discutidos ao longo do evento não diferiram dos que tinham sido objecto de debate nas anteriores reuniões magnas da "Association Internationale de la Marine": meteorologia, oceanografia e hidrografia, mar territorial e litoral, profilaxia sanitária internacional, assistência e salvamento marítimo, legislação marítima internacional, pesca

marítima, "yachting", calados e linhas de carga, luzes e sinais de navegação, equipamento marítimo, equipamento dos portos, telegrafia e telefonia sem fios, projecto de criação da "Union Maritime Internationale" e do Bureau "Maritime International Permanent"[195].

Durante o congresso esteve patente na Sociedade de Geografia uma exposição de colecções, modelos e aparelhos relativos à oceanografia e hidrografia e às artes e indústrias de pesca. As peças exibidas foram da responsabilidade do ministério da Marinha, Comissão Central de Pescarias, Sociedade de Geografia, Biblioteca e Arquivos Nacionais, Escola de Hidrografia, Sociedade Oceanográfica do Golfo de Gasconha e Compagnie du Gaz Clayton (devotada à extinção de ratos e desinfecções sanitárias). Estiveram ainda em exposição quadros representando espécies piscícolas de Sesimbra[196].

O futuro sombrio da "Association Internationale de la Marine"

Os dois primeiros congressos da Associação Marítima Internacional, a que já nos referimos, foram realizados no Mónaco, em 1901, e em Copenhaga, em 1902. O objecto principal dos trabalhos do terceiro congresso da Associação, que teve lugar em 1904, em Lisboa era, na esteira do que tinha sido realizado em Copenhaga, a criação da União Marítima Internacional, uma aspiração que parecia caminhar em ritmo lento. Na reunião na capital portuguesa não terão sido alcançados avanços e o assunto foi remetido para o congresso seguinte, que deveria ter lugar em Liège, por ocasião da Exposição Universal que ali iria acontecer em 1905. Ainda no Congresso de Lisboa foi também aventada a hipótese de a reunião de 1906 vir a ser realizada em Milão, por ocasião da Exposição Universal que ali iria ter lugar.

A realidade, tal como neste momento é possível representá-la, é que a partir de 1904 se perdeu o rasto documental da Associação Marítima Internacional, não se tendo encontrado notícia de qualquer Congresso Marítimo depois daquele ano. Dos principais poderes europeus, apenas a França enviou uma delegação oficial ao Congresso de Lisboa, fazendo-se notar pela ausência Inglaterra, Alemanha e Rússia.

A Inglaterra, senhora indisputada dos mares, parecia não ter necessidade de se sentar à mesa com outros países que poderiam ambicionar, nas circunstâncias, serem tratados como seus pares. Nos princípios de Abril de 1904, mês anterior ao da realização do Congresso de Lisboa, a aproximação diplomática entre Inglaterra e França culminou no estabelecimento de um conjunto de acordos que ficou com o nome de "Entente Cordiale",

[195] *Ibid., passim*.
[196] Association Internationale de la Marine, *Congrès de Lisbonne – 1904 […],* pp. 235-236.

uma das alianças participantes na guerra europeia que se anunciava. De entre eles, com grande importância geopolítica e impacto a médio prazo, contava-se a concessão de liberdade de acção da Inglaterra no Egipto e da França em Marrocos, entendimentos que não podiam deixar de ser considerados pela Alemanha como um obstáculo à sua política colonial.

Neste contexto, o kaiser Guilherme II fez uma visita a Marrocos, inesperada e delicada no plano diplomático. Na sua viagem fez escala em Lisboa, onde se apresentou no seu uniforme de Coronel honorário do Regimento de Cavalaria nº 4 (Calçada da Ajuda), como descreveu Rocha Martins: "Guilherme II com o seu uniforme português, com a face golpeada, o olhar brando, o bigode menor de que nos seus retratos consagrados"[197].

Foi recebido com vistosas honras oficiais, capas inteiras de jornais[198] e festivas decorações na baixa de Lisboa, entre as quais se contou a ornamentação da fachada da sede da Liga Naval Portuguesa, ao tempo instalada no palacete Ferreira Pinto Basto, na rua Garrett[199].

A Alemanha era olhada com admiração por diversos sectores da vida nacional, designadamente por fazer frente a Inglaterra, cuja afronta no Ultimato não estava esquecida que se refere à Armada Real e à Liga Naval Portuguesa, a política naval do kaiser, inerente às ambições expansionistas da Alemanha, era vista com admiração. O lema adoptado pela Liga Naval Portuguesa - "O futuro de Portugal está no Mar" – foi apropriado do discurso recorrente de Guilherme II, sobre a necessidade de construir uma marinha de guerra e uma marinha mercante à medida das ambições alemãs no domínio da sua "Weltpolitik". Portugal era um pequeno poder, aliado antigo da Inglaterra, todavia queixoso dos agravos sofridos em 1890, mas não surpreende que existissem núcleos significativos, na Marinha, na Liga Naval e noutros círculos, que admiravam a Alemanha.

---

[197] *Apud* Ana Leal de Faria, "A imagem do país na diplomacia de D. Carlos. Política externa e protocolo na troca de visitas de Estado entre o rei de Portugal e o kaiser da Alemanha (1895-1905)", *Política Diplomática, Militar e Social do Reinado de D. Carlos no Centenário da sua Morte*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2009, p. 38.

[198] Ver, p.e., *O Século* e *O Diário Ilustrado* de 27 de Março de 1905. Ver também Joshua Benoliel, *Arquivo Gráfico da Vida Portuguesa (1903-1918)*, Fascículo nº 2, 1932, pp. 33-42, para uma larga cobertura fotográfica da visita.

[199] *Boletim Marítimo*, Série IV, nº 4 – Abril de 1905 e *Ilustração Portuguesa*, nº 73, 27 de Março de 1905. A decoração festiva foi também dedicada à visita que a rainha Alexandra, consorte do rei Eduardo VII, fez a Lisboa entre 22 e 25 de Março de 1905, poucos dias antes do kaiser.

Importa, de tudo isto, sublinhar que a chamada "Primeira Crise de Marrocos", em cujo desenvolvimento aconteceu a passagem do kaiser por Lisboa, pode ser incluída na fita de tempo dos factos que conduziram à Grande Guerra.

A conjuntura a que acabamos de aludir deve ter contribuído para levar a Associação Marítima Internacional à irrelevância, enquanto fórum de discussão das questões marítimas do tempo.

O seu Congresso de Lisboa, em 1904, terá sido o último que foi realizado.

1.4.3 "Estes gloriosos trabalhadores do Oceano"[200]: o Congresso Nacional de Pescarias de 1904

A culminar o período de intenso empenhamento da Liga Naval em congressos relativos a assuntos marítimos em Portugal e no estrangeiro, sobretudo devido à energia do então Primeiro-tenente Pereira de Matos, foi realizado em Viana do Castelo, entre 4 e 8 de Setembro de 1904, o Congresso Nacional de Pescarias[201], que se iria revelar inteiramente diferente dos outros, na medida em que pretendeu juntar nos mesmos debates o Estado, os armadores, os comerciantes e os pescadores. Ao secretário-perpétuo da Liga Naval e co-organizador da reunião pareciam interessar, em particular os "gloriosos trabalhadores dos oceanos" como, num seu discurso a que adiante aludiremos, se referiu aos pescadores.

As "pescarias" foram uma das preocupações centrais da Liga Naval ao longo do primeiro período da sua existência, tendo sido um dos temas do Congresso Marítimo Nacional de 1903. A ambição da Liga, tal como foi discutida na reunião de 16 de Janeiro de 1904 do seu Conselho Geral[202], era que

> "o Estado [lhe] deve entregar, mediante um conveniente subsidio, a educação, organização e protecção das populações marítimas, base fundamental do poderio marítimo d´um povo".

Para defender esta posição perante o poder, a Liga invocava, na mesma reunião do seu órgão máximo, os exemplos das suas congéneres de Espanha, França e Alemanha, que

---

[200] Passagem do discurso de António Pereira de Matos na abertura do congresso. Ver *Boletim Marítimo*, Série III, nº V-VI e VII – Outubro, Novembro e Dezembro de 1904, p. 145

[201] Para contribuir para a compreensão do contexto e da própria substância, bem como para uma síntese do papel desempenhado pela Liga Naval no Congresso Nacional de Pescarias, Viana do Castelo, 1904, ver Inês Amorim, "A pesca pacificada – ou os primórdios da questão das pescarias no quadro de uma reflexão sobre os recursos naturais", *GeoInova – Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa*, nº 11, 2005.

[202] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 16 de Janeiro de 1904.

detinham larga influência sobre as questões da marinha mercante e da actividade pesqueira nos respectivos países.

A Liga Naval não foi pioneira nesta iniciativa de procurar soluções para uma questão que permaneceu na longa duração, marcada por diversas vertentes, como eram as da regulamentação da actividade, e a das artes empregues, bem como a fiscalização da pesca praticada por embarcações estrangeiras, espanholas em particular.

Na verdade, a Liga procurava então inscrever-se no conjunto restrito de entidades que se interessavam pelo problema. Era o caso:

- No âmbito oficial, inserido no ministério da Marinha e Ultramar, da Comissão de Pescarias, criada em 1878 e reorganizada em 1895 com a nova designação de Comissão Central de Pescarias, responsável pelo estabelecimento das regras das pescas marítimas e fluviais;
- De uma comissão criada em 1888 na Sociedade de Geografia de Lisboa, que se ocupou daqueles assuntos e conseguiu obter alguns resultados que, no entanto, não foram além da realização de inquéritos e estudos[203], todavia importantes para ampliar os que o comandante Baldaque da Silva tinha publicado em 1892 no seu monumental *Estado Actual das Pescas em Portugal*[204].

De acordo com as estatísticas oficiais, o produto da pesca marítima, expresso pela média dos anos 1899 a 1903, valia cerca de 3.900 contos[205], uma quantia pouco expressiva em termos da média do PIB no mesmo período, já que correspondia apenas a 0,4% do produto[206]. Quanto ao referido valor do pescado, é interessante notar o que o futuro almirante Vicente Almeida d´Eça tinha escrito na sua comunicação ao Congresso Marítimo Nacional de 1903[207], alvitrando que as minuciosas estatísticas publicadas pelo ministério da Marinha e Ultramar não contavam, afinal, a história toda:

> "O produto da pesca, em 1901, foi de 5.640 contos. Devo dizer que, para chegar a este número, tomei o produto da pesca, tal como o dá a estatística, 4.512 contos, e

[203] Inês Amorim, *ob. cit.*, pp. 113-116.
[204] A. A. Baldaque da Silva, *Estado Actual das Pescas em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.
[205] Ministério da Marinha, *Estatística das Pescas Marítimas no Continente do Reino e Ilhas Adjacentes no Anno de 1903*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, p. 1.
[206] Nuno Valério (Coordenação), *Estatísticas Históricas Portuguesas*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001, p. 533.
[207] Vicente M. M. C. Almeida d´Eça, *Sobre o estado actual das pescas marítimas em Portugal*, Conferência preparatória do Congresso Marítimo Nacional de 1903, Lisboa, Papelaria La Bécarre, 1903.

> augmentei-o de 25% [para, de acordo com a experiência] corrigir as deficiências provenientes das fraudes das declarações, dos favores da fiscalização e do valor da alimentação dos próprios pescadores".

Em 1903 Portugal tinha 5.613.000 habitantes[208], dos quais cerca de 0,6% (37.500) ocupados na pesca marítima[209]. A quantidade de embarcações envolvidas, cerca de dez mil, indica que a actividade era essencialmente costeira, dentro do domínio da pesca artesanal. Esta era uma das questões que mais penalizavam as comunidades piscatórias, que se queixavam da concorrência desleal, quando não era ilegal, dos arrastões estrangeiros, muito deles a vapor, equipados para uma muito maior rentabilidade da pesca. Segundo a argumentação de Vicente Almeida d´Eça "O arrasto é um aparelho antagónico com outros mais simples, e por isso os pescadores não o querem"[210].

Quanto à pesca do bacalhau, ocupava – também em 1903, 430 tripulantes de 16 navios, registados nos portos de Lisboa, Figueira da Foz e Aveiro. O bacalhau desembarcado rendeu, naquele ano, cerca de 153 contos[211], um valor negligenciável quando comparado com o da pesca das outras espécies.

As estatísticas da pesca que acima referimos, sublinham o que escreveu em 1903 o então comandante Almeida d´Eça:

> "A industria das pescas marítimas é uma das mais importantes de Portugal, não tanto pelas quantias que representam e que são inferiores ás representativas de algumas outras industrias, como pela importante função social que as pescas marítimas exercem no nosso paiz"[212].

Para além das questões relacionadas com as técnicas de pesca, nas quais Portugal revelava também atraso na integração dos avanços da revolução industrial, o sector tinha outros problemas. Um deles, era o problema social, que haveria de fazer parte da alocução que António Pereira de Matos proferiu na sessão inaugural do congresso de Viana do Castelo, a que faremos referência mais adiante.

---

[208] Nuno Valério (Coordenação), *Estatísticas Históricas […]*, 2001, p. 533.
[209] Ministério da Marinha, *Estatísticas das Pescas Marítimas […]*, 1905, pp. 88-91.
[210] Vicente M. M. C. Almeida d´Eça, *Sobre o estado actual das pescas […]*, p. 12.
[211] Ministério da Marinha, *Estatísticas das Pescas Marítimas […]*, pp. 128-129.
[212] Vicente M. M. C. Almeida d´Eça, *Sobre o estado actual das pescas […]*, p. 25.

O problema social, ou a "questão social", na formulação corrente, traduzia-se nas preocupações com os impactos da industrialização sobre as condições de vida e de trabalho dos operários e dos trabalhadores em geral.

O seu peso nas comunidades marítimas não era visto por todos de igual maneira, no interior da Liga Naval. Neste contexto, vale a pena dar a voz, de novo, ao comandante Almeida d´Eça:

> "Todo o problema económico tem um problema social correlativo, ou antes toda a questão económica é tambem uma questão social […] No nosso paiz a questão social não tem toda a acuidade que ella atinge n´outros por motivo, sobretudo, desta qualidade tão especial do povo portuguez; povo que, realmente, quando se compara […] com o de outros paizes não pode deixar de nos causar a maior consideração e o maior respeito; povo maleável, sofredor, trabalhador, como não há nenhum, bem ao contrario do que dizem estrangeiros, os quaes imaginam que pela vivacidade e pelo espalhafato, é que se trabalha […] Em relação á industria de pesca, alguma coisa de grave se passa […] não deixa de ser certo que a situação social do pescador apresenta muitos pontos fracos. Os antigos *compromissos* e *irmandades*[213] perderam a força de protecção d´outros tempos; conviria remodelar essas instituições".

Almeida d´Eça considerava assim, que era nestas associações tradicionais, de inspiração religiosa, que se deveriam buscar os apoios com vista à procura de um certo equilíbrio social, de que as comunidades piscatórias estavam de todo arredadas. Uma das vertentes da realidade tinha raiz na relutância em se converterem ao uso de artes de pesca modernas, por razões de atavismo cultural, possivelmente acompanhado pela inexistência de armadores com capacidade para investirem em técnicas novas.

Ainda em 1903, a propósito dos abusos praticados pelas embarcações espanholas no Algarve que, com desrespeito pela "lettra do tratado"[214] invadiam as águas territoriais portuguesas, a Associação dos Operários Marítimos reuniu 1800 pessoas em Sesimbra, no dia 8 de Janeiro,

---

[213] Associações de fins assistenciais e natureza mutualista, com existência multisecular e raízes nas confrarias religiosas medievais. Os "compromissos" existiram em localidades portuárias de Norte a Sul do País, com presença mais expressiva no Algarve, designadamente em Faro e Tavira. Ver Jorge Manuel da Conceição Rodrigues, *Confraria das Almas do Corpo Santo de Massarelos e suas Congéneres de Mareantes*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, *passim*.

[214] Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e Espanha, de 27 de Março de 1893, segundo o qual cada um dos estados contratantes tinha o direito de regular a pesca até 6 milhas das respectivas linhas de costa.

> "para se tomar conhecimento de um officio recebido do compromisso marítimo de Olhão, com respeito ao movimento ali iniciado contra a pesca de arrasto a vapor". Esse grupo de pescadores e, provavelmente, famílias e outras pessoas com ligações à actividade, em quantidade impressionante, decidiu "representar ao governo [e] solicitar de El-Rei a sua intervenção [e finalmente] representar á Liga Naval Portuguesa para que também apoie tão justo pedido"[215].

Pouco tempo depois, em 3 de Maio do mesmo ano, realizou-se na Póvoa de Varzim um novo "grande" comício, presidido por António dos Santos Graça, comerciante, jornalista não-profissional, etnógrafo e político poveiro[216], demonstrando o envolvimento de certos poderes locais no protesto contra o uso de artes de pesca que consideravam nocivas à sobrevivência dos pescadores da região. Em causa, desta vez, estavam não os "vapores espanhóis" mas as "armações à valenciana", umas "armadilhas" colocadas em fundos baixos que tinham grande capacidade de captura e pouco deixavam para as artes tradicionais[217]. Na comissão então designada para entregar uma representação ao rei, estavam representadas a Real Irmandade de Nossa Senhora de Assumpção dos Pescadores, a Câmara Municipal, a Associação Comercial e "todas as agremiações, proprietários, negociantes, industriaes e em geral todos os habitantes d´esta povoação marítima"[218]. Eram as forças vivas a reclamar a atenção do poder real para as dificuldades dos pescadores, pelas quais a Liga Naval também se interessava.

Não se conhece uma lista das associações de pescadores em actividade no momento da realização do Congresso de Pescarias. Como resultado da "Inquirição pelas Associações de Classe sobre a situação do Operariado", mandada fazer em 1909, surgem referências a algumas associações, constituídas ao abrigo de uma lei de 9 de Maio de 1891[219], que responderam à "Inquirição" e cuja designação indicia a filiação de pescadores e, nalguns

---

[215] *Boletim Oficial*, Série II, nº 1 – Janeiro de 1903, p. 11.

[216] António dos Santos Graça (1882-1956) abandonou a monarquia e filiou-se no Partido Republicano cerca de 1909. Segundo Victor de Sá, "Santos Graça, político. Um "democrático", típico de republicano conservador", Separata do *Boletim Cultural Póvoa de Varzim*, Vol. XXI, nº 2, Póvoa de Varzim, 1982, Santos Graça foi "um típico de republicano pequeno-burguês". Foi defensor do mutualismo, tendo contribuído para a criação, em 1904, na Póvoa, da associação de pescadores "A Marítima" que, no ano seguinte, contava com 225 associados.

[217] São armadilhas fixas ao fundo, instaladas em fundos baixos, destinadas à captura de espécies migratórias. Muito antigas em Portugal, as deste tipo surgiram no País na década de 1880.

[218] *Boletim Oficial*, Série II, nº 5 – Maio de 1903, p.111.

[219] Estas associações podiam ser constituídas apenas por trabalhadores ou por entidades patronais, ou por ambos.

casos, possivelmente, de outros trabalhadores ligados à actividade portuária e às indústrias das conservas. É o caso das seguintes[220]:

- Associação de Classe dos Trabalhadores Marítimos de Matosinhos e Leça da Palmeira (128 associados).
- Associação da Classe Piscatória do Seixal (290).
- Associação de Classe dos Marítimos de Lagos (281).
- Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal (1900).

Como já referimos, entre o inventário de problemas que afligiam a pesca em Portugal, avultava a problemática da concorrência luso-espanhola que, embora regulada por um tratado relativamente recente, era muitas vezes uma fonte de atritos ibéricos e de descontentamentos portugueses, em especial na classe piscatória algarvia. Para serem compreendidos para além da superfície das águas, estes problemas têm de ser analisados no contexto da génese do tratado de comércio e navegação luso-espanhol de 1893, e da sua importância para ambos os países. Como escreveu Teresa Nunes:

> "Em vigor desde então, este tratado constituía, por um lado, o vínculo institucional de maior estabilidade alcançado entre os dois estados ibéricos em Oitocentos – viria a ser denunciado nos finais de setembro de 1913. Por outro, correspondia ao início de uma nova fase da diplomacia económica portuguesa, caracterizada pela lógica do bilateralismo comercial estrito, subsidiário das opções alfandegárias consagradas em 1892 e de um novo esforço de diversificação de mercados externos, tão relevante quanto urgente perante a indisponibilidade inglesa em renovar os acordos comerciais denunciados em janeiro de 1892"[221].

Esta relevância pode ajudar a compreender os condicionalismos a que se sujeitavam os pescadores portugueses das costas do Algarve e do Norte do País, regiões vizinhas da Espanha, que acresciam ao seu atraso tecnológico quanto a barcos e artes de pesca, para os quais procuravam então o apoio da Liga Naval Portuguesa. Sobre a questão, escreveu-se numa pequena peça surgida no *Boletim Oficial* de Março de 1903:

> "Reconhecendo […] os dois estados, quão prejudicial é o emprego das artes de arrastar […] que no tratado mui propriamente são denominadas de *efeito nocivo*, convencionou-se que taes artes só poderiam ser empregadas fóra da linha das 12

[220] "Inquirição pelas Associações de Classe sobre a Situação do Operariado", *Boletim do Trabalho Industrial nº 49*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910, em Manuel Villaverde Cabral, *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*, Lisboa, Editorial Presença, 1977, pp. 174-180.

[221] Teresa Nunes, "A Espanha na diplomacia comercial portuguesa do séc. XIX e o tratado de comércio e navegação de 1893", História (São Paulo), 36, e14. Epub 17 de agosto de 2017, em https://dx.doi.org/10.1590/1980-436920170000000014 (Consultado em 12 de Fevereiro de 2019).

> milhas. Exhausta, como está, por completo, a costa S. de Hespanha […] o que principalmente é devido ao abuso das artes de arrastar […] os pescadores d´aquella nação nada encontrando nas suas empobrecidas aguas, invadem totalmente a zona das nossas […] desprezando por completo convenções de pesca e linhas limite".

Esta "invasão", queixavam-se os armadores e os pescadores, corroborados pela Liga, parecia passar impune, já que o tratado convencionava a extraterritorialidade para o julgamento e penalização das infracções. Deste modo, prosseguia o mesmo texto,

> "Invadir a nossa costa e ahi fazer os seus lances, é uma partida que aos pescadores hespanhoes, nas actuaies circunstancias, vale a pena tentar, visto que na peior das hypotheses só terão a receiar pequena multa, e no caso de sucesso, os lucros são fartos e abundantes"[222].

Era, segundo tudo indica, uma questão melindrosa para o relacionamento entre os estados ibéricos, da qual Portugal parecia sair sempre a perder.

Viana do Castelo, cidade que acolheu o congresso, não era um porto de pesca especialmente importante, não figurando em 1900 na lista dos 18 principais portos portugueses de pesca marítima. Não são claras as razões que levaram a escolher a cidade para a realização do Congresso de Pescarias de 1904, admitindo-se que tenham estado ligadas à consolidação da Junta Local da Liga Naval, a que presidia Manuel Cândido Loureiro, que era então funcionário dos Correios e Telégrafos de Viana do Castelo, pessoa de alguma influência, designadamente junto da câmara municipal. Depois de ter sido designado "agente de propaganda da Liga Naval"[223], pertenceu a Manuel Cândido a iniciativa de, em Março, obter o apoio da autarquia para a realização do congresso que se realizaria em Setembro: a reunião camarária de 17 daquele mês concedeu o seu aval, que fez então acompanhar por um voto de louvor ao peticionário[224].

A iniciativa reuniu 530 participantes no teatro Sá de Miranda, de entre os quais 200 pescadores e delegados de associações operárias, das armações de pesca, do comércio e da indústria, sendo a sua presidência confiada ao secretário-perpétuo da Liga Naval.

A sessão de abertura, realizada em 4 de Setembro de 1904, foi presidida pelo naturalista Albert Girard que, na circunstância, representou a Comissão Central de Pescarias, e foi acompanhado na mesa pelo presidente da Câmara da cidade e pelo

---

[222] *Boletim Oficial*, Série II, nº 3 – Março de 1903, pp. 71-72.
[223] *Boletim Oficial*, Série III, nº 3 – Março de 1904, p. 89.
[224] Arquivo Municipal de Viana do Castelo, *Livro de Actas das sessões da Câmara de 1904*, folhas 26v-27.

representante da Associação Comercial do Porto. Seguiram-se seis sessões de trabalho, durantes as quais foram discutidas as nove teses enumeradas na tabela seguinte.

Tabela 4 – Teses debatidas no Congresso Nacional de Pescarias de 1904[225]

Tese nº	Título
1	Modos de evitar a diminuição da pesca (águas marítimas e águas fluviais).
2	Repovoamento das águas piscosas.
3	Aperfeiçoamento dos engenhos e embarcações.
4	Protecção do Estado à indústria da pesca.
5	Instrução das populações marítimas.
6	Melhoramento da condição das classes marítimas pelo cooperativismo.
7	União de esforços da classe dentro da Liga Naval (criação de uma Liga Defensora das Pescarias, caixa de pensões e seguro de vida).
8	Criação imediata de escolas regionais com auxílio da Liga Naval
9	Instituição do seguro mútuo para embarcações e engenhos de pesca

Não temos uma lista dos participantes no congresso, apenas sendo possível mencionar alguns nomes dos que intervieram mais activamente nas sessões[226]. De entre eles, para ilustrar o universo social e político representado, vale a pena referir Manuel Cândido Loureiro, que presidiu à Comissão Organizadora; o Primeiro-tenente António Pereira de Matos, secretário-perpétuo da Liga Naval Portuguesa; o naturalista Albert Girard, em representação da Comissão Central de Pescarias; o presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, António Cerqueira Lima; o Primeiro-tenente João das Dores Quadros, capitão do Porto da Figueira da Foz; o presidente da Câmara Municipal de Póvoa de Varzim, David José Alves[227]; Soares Guedes, da Associação dos Lojistas de Lisboa; Francisco dos Santos, em representação da Associação dos Pescadores de Matosinhos; o padre Rodrigo Tavares, da Murtosa; Manuel Joaquim Rodrigues, representante da Câmara de Melgaço; o presidente da Câmara Municipal de Ílhavo Dinis Gomes; o "capitalista"

[225] *Boletim Marítimo*, Série III, nº 6, 7 e 8 – Outubro, Novembro e Dezembro de 1904, p. 19.
[226] *Boletim Oficial*, Série III, nº 6, 7 e 8 – Outubro, Novembro e Dezembro, 1904, *passim.*
[227] David José Alves (1866-1924), foi presidente da Câmara da Póvoa de Varzim, chefe local do Partido Regenerador e presidente da Junta Local da Liga Naval Portuguesa. Ver Jorge Barbosa, *Toponímia da Póvoa de Varzim*, *Boletim Cultural*, Vol. X, nº 1, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1971, pp. 121-123.

António dos Santos Graça, da Póvoa de Varzim e o socialista Tomás Judice Bicker[228]. O relato do Congresso, registado pelo *Boletim Oficial* da Liga Naval, mencionou ainda outros nomes associados à actividade da pesca que intervieram no Congresso, tanto pelo lado do armamento, como pelo lado dos pescadores.

Os participantes no Congresso Marítimo pertenciam a diferentes categorias profissionais e diferentes classes sociais, com interesses claramente opostos no âmbito das actividades ligadas às pescas. A organização, na qual era visível a mão, sempre presente, do secretário-perpétuo da Liga Naval, procurou, sem o conseguir por completo como veremos, limitar a ocorrência de manifestações de conflitos entre os presentes e, em especial, relativamente às "autoridades". Para o efeito, o "Regulamento dos trabalhos" estipulou que não seriam "permitidas no congresso referencias desagradáveis ás auctoridades, reservando-se a presidência o direito de retirar a palavra aos oradores que usarem d´ellas". A restrição não foi aceite pacificamente entre os congressistas, cabendo ao representante da Associação de Lojistas de Lisboa e ao socialista Tomás Bicker, fazerem-se intérpretes desse descontentamento, apenas apaziguado – parece – depois de "explicações" do presidente do congresso[229].

Os pescadores e a questão social nas teses e propostas do Congresso Nacional de Pescarias

O discurso que, em 4 de Setembro de 1904, inaugurou o congresso, ficou a cargo do seu primeiro organizador, o secretário-perpétuo da Liga Naval, Primeiro-tenente António Pereira de Matos[230]. As suas palavras iniciais deram o tom das mensagens que pretendeu passar aos participantes, marcadas por alguns dos temas e preceitos da encíclica *Rerum Novarum* (1891): o progresso no mundo moderno e no mundo do trabalho, no caso particular dos pescadores "que arrancavam do Oceano um misérrimo salário", não podiam ignorar as novas correntes de pensamento social, emergentes dos combates entre o capitalismo e as diferentes expressões do socialismo; como consequência, o "incremento

[228] Tomás Bicker tinha sido membro da União Socialista (1898-1899) e seria, em 1910, director de *O Povo Marítimo – Jornal defensor da indústria da pesca, dos pescadores portugueses.* A União Socialista foi uma formação política de vida curta, que procurou a convergência entre possibilistas (que defendiam uma via alternativa à via revolucionária, para a concretização do socialismo) e anarquistas. Ver António Ventura, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal – as convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. 117-122.
[229] *Boletim Oficial*, Série III, nº 6, 7 e 8 – Outubro, Novembro e Dezembro, 1904, pp. 140-141, 149.
[230] *Ibid.*, pp. 143-150.

das pescarias" impunha que a "grave questão social" fosse atendida, na "confraternização dos elementos dirigentes, com a mais humilde classe da sociedade portuguesa".

Os escritos então recentes do economista belga Gustave Molinari[231], foram a referência teórica de Pereira de Matos que, logo a abrir o seu discurso, citou "a revolução silenciosa de mr. de Molinari". Este autor foi, em breve síntese, um defensor do combate à desigualdade na repartição dos frutos do progresso industrial, do livre cambismo e das bolsas de trabalho[232]. A "revolução silenciosa" de que falou António Pereira de Matos, era justamente o título da última parte ("Livre IV") de uma obra que Gustave Molinari publicou em 1896[233], que se ocupava de questões de natureza económica que pareciam interessar o secretário-perpétuo da Liga Naval, ainda no âmbito da doutrina emanada do papa Leão XIII: o livre comércio, a concorrência e a lei do valor.

---

[231] Deste autor conhecem-se duas obras editadas em Portugal: uma das mais precoces, defendendo o livre cambismo, *Os monopolistas – Conversações familiares a´cerca do commercio de cereaes*, Lisboa, Typographia do Jornal do Comércio, 1856, tradução (sem indicação de tradutor) de *Conversations familieres sur le commerce des grains*, Paris/ Bruxelles, Guillaumin & Cie/ Auguste Decq, Libraire, 1855; e uma das mais tardias, *Problemas Sociais*, Lisboa, Livraria Internacional, 1912. Esta segunda obra foi publicada como uma "tradução livre" de Ribeiro de Carvalho de *Problèmes du XXe Siècle*, Paris, Guillaumin, 1901. Nela, em síntese do seu pensamento, Molinari tratou dos problemas religioso, económico e do governo individual, do militarismo, do "estatismo" e do proteccionismo. *Problemas Sociaes* foi editado como volume XI da "Biblioteca de Educação Moderna", uma colecção de temas contra-corrente dirigida pelo já referido Joaquim Ribeiro de Carvalho (1880-1942), que foi carbonário e maçon, personagem multifacetado, político, jornalista, escritor e tradutor, um dos fundadores do jornal *A República Portuguesa – Diário Republicano Radical da Manhã* (1910-1911). Ver Jorge Trigo e Luís Miguel Baptista, *Ribeiro de Carvalho - Um republicano com alma de sonhador*, Lisboa, Sete Caminhos, 2005.

[232] Estruturas surgidas em meados do séc. XIX para pôr em contacto trabalhadores e empresários. Gustave Molinari foi seu precursor em 1851, ainda que a ideia tenha sido então recebida com desconfiança e mesmo hostilidade. Ver Fernand Pelloutier, *Histoire des bourses du travail : origine, institutions, avenir*, Paris, Alfred Costes Editeur, 1921 [http://kropot.free.fr/Pelloutier-Bourses.htm#IV (Consultado em 7 de Junho de 2018): "En 1845, M. de Molinari, rédacteur en chef du *Journal des Économistes*, retrouva — conçut peut-être — l'idée d'une Bourse ouvrière sur le modèle qu'il en a tracé dans son célèbre ouvrage [G. Molinari, *Les Bourses du Travail*, Paris, Librairie Guillaumin et Cie., 1893], et, pour la réaliser, se mit en rapports avec les associations populaires et les entrepreneurs parisiens. Pourquoi ni les uns ni les autres ne comprirent-ils son idée? Parut-elle aux entrepreneurs de nature à compromettre le droit que revendique tout patron de fixer lui-même et souverainement le taux de ses salaires? Les associations le crurent-elles inconciliable avec le développement de la coopération productrice, à quoi elles dévouaient si complètement leurs efforts? En tout cas, M. de Molinari, qui s'était heurté ici à l'indifférence, ailleurs à une hostilité évidente, dut ajourner d'abord, puis (sept ans plus tard, après essai de publication d'un *Bulletin hebdomadaire de la Bourse du Travail)* abandonner ses desseins". A ideia seria retomada pelo mesmo Molinari em 1893. O aparecimento oficial das bolsas de trabalho em Portugal data de 1892, mencionadas num decreto de 1 de Dezembro, regulamentado no ano seguinte como parte do diploma que organizou os serviços do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. A República recuperou o tema, com a criação de uma Bolsa de Trabalho em Lisboa, para o ano económico de 1913-1914 e depois, com o decreto nº 5639 de 10 de Maio de 1919 que, relembrando a legislação de 1892 e 1893, criou as Bolsas Sociais do Trabalho como "modernos templos do direito e da educação das populações activas […] sem ódios, sem lutas violentas para a conquista das aspirações generosas que a justiça assegura [aos que] dão o seu mais poderoso concurso para a criação de todas as fontes de riqueza". Não se conhecem desenvolvimentos desta legislação e o seu desaparecimento terá acontecido no contexto da organização do trabalho no Estado Novo.

[233] G. Molinari, *Comment se résoudra la Question Sociale*, Paris, Guillaumin et Cia., 1896, pp. 271-412.

António Pereira de Matos pretendeu transmitir uma mensagem da necessidade de uma mudança sem violência – de onde o aparente paradoxo da expressão "revolução silenciosa", que rejeitava qualquer aproximação ao socialismo revolucionário. O seu discurso, alongou-se depois na explicação do seu entusiasmo pela "nova ideia" :

> "a difusão da instrução da nova ideia, que se expandia em multíplices e variadas ramificações. Do socialismo christão ou catholico [transferido] ás indiferentes espécies de socialismos ethicos […] socialismo de Estado, monarchico, republicano, imperialista e demagogo; aos socialismos tolstoyano e anarchista, etc num movimento de tal ordem, que forçou as classes dirigentes a olhar com desvelo para as condições do povo. E assim vimos surgir, a par do cooperativismo e do mutualismo […] notáveis instituições de assistência publica, o seguro para os acidentes de trabalho, e muitas outras medidas de protecção, que em si consubstanciam o advento progressivo da nova ideia".

Inscrevendo-se claramente na que seria futuramente designada doutrina social da Igreja, Pereira de Matos fez a apologia de uma filosofia política liberal, de fundo social, com um moderado apoio tutelar do Estado, defensora de uma melhoria do nível de instrução como factor de progresso dos trabalhadores. O secretário da Liga Naval falou para uma audiência que incluía grupos de uma elite composta por dirigentes da administração do Estado e de representantes dos trabalhadores da pesca. Essa elite, pouco numerosa, seria capaz de compreender o essencial das referências teóricas de que fez uso, que não estariam ao alcance dos grupos de pescadores que eram incultos, ainda que conscientes das questões que os tornavam na classe mais pobre dos trabalhadores portugueses:

> "se são enormes as desigualdades sociaes em relação ao proletariado terrestre, que dizer, meus senhores, das que se praticam para com estes gloriosos trabalhadores dos Oceanos!"[234]

O apoio aos pescadores fazia parte dos fins da Liga Naval, logo desde os seus primeiros Estatutos, aprovados em 17 de Janeiro de 1901[235]. O objectivo manteve-se nas revisões seguintes da sua lei fundamental, sempre com a mesma formulação, na qual, na verdade, tudo cabia, para que todos a pudessem aceitar: "Dispensar à população marítima o possível auxílio moral e material".

---

[234] *Boletim Oficial*, Série III, nº 6, 7 e 8 – Outubro, Novembro e Dezembro, 1904, pp. 144-145.
[235] *Diário do Governo*, nº 19, 24 de Janeiro de 1901, p. 237.

Parece então plausível que as temáticas deste Congresso de Pescarias de 1904 tivessem, de certo modo, girado em torno da questão social dos pescadores. Com efeito, das nove teses propostas para discussão no congresso, já acima enumeradas, seis ocuparam-se daquelas questões[236]:

- Tese nº 5 – "Instrucção das populações marítimas", que partia do reconhecimento do analfabetismo na "classe piscatória" e da ausência de "remedio para este mal", para propor uma organização vertical em torno de três níveis de ensino, que deveria ser gratuito para os patamares das escolas primária e profissional.
- Tese nº 6 – "Melhoramento da condição da classe marítima pelo cooperativismo", defendendo que "[através dele] o pescador, sem perder a sua independencia, isto é, sem passar a ser um assalariado da *empreza*, adoptará os engenhos de pesca e as embarcações que lhe permitam mais rendimento para o seu trabalho". As cooperativas de pesca (de "consumo" e de "construção") seriam uma emanação da Liga Defensora das Pescarias Nacionais (ver parágrafo seguinte) e uma sua federação seria administrada pelo Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa.
- Tese nº 7 – "União de esforços da classe dentro da Liga Naval". "Para que a classe piscatória e as pescarias nacionais recebessem o máximo auxilio da prestante e patriótica Liga Naval Portuguêsa", esta tese propunha a criação de uma Liga Defensora das Pescarias Nacionais[237], com "estatuto e regulamento semelhante a Liga Naval", mas formada por pescadores. Os sócios desta Liga contribuiriam para uma caixa de pensões, para o seguro de vida em caso de sinistro e para a cooperativa da classe piscatória.
- A Tese nº8 – "Criação imediata de escolas regionais com o auxilio da Liga Naval", propôs ao Congresso a criação de escolas de "ensino profissional theorico e pratico, com oficinas, museus, laboratório, gabinete com os aparelhos indispensáveis, biblioteca, pequena farmácia – ambulancia, barcos de pesca, redes, etc.". As escolas deveriam ser instaladas em Faro, Sesimbra,

[236] *Boletim Oficial*, Série III, nº 6, 7 e 8 – Outubro, Novembro e Dezembro, 1904, pp. 137-140.
[237] A criação da Liga Defensora das Pescarias Nacionais não fez parte dos "votos finais" do Congresso de 1904. Na sua intervenção final no congresso, Pereira de Matos declarou que essa iniciativa não seria necessária "desde que a Liga saiba cumprir a sua missão". Ver *Boletim Oficial*, Série III, nº 6, 7 e 8 – Outubro, Novembro e Dezembro, 1904, p. 159.

Buarcos, Aveiro e Póvoa de Varzim e todo o pescador, "como dever sagrado", deveria frequentá-las.

- Finalmente, a Tese nº 9 "Instituição do seguro mutuo para embarcações e engenhos de pesca", destinava-se a suprir a ausência em Portugal de uma instituição que segurasse os barcos de pesca. A nova "caixa de previdência" seria "anexa à caixa cooperativa", administrada pela Liga Defensora das Pescarias e contaria com um subsídio do Estado "até adquirir vida desafogada".

As seis sessões em que se desdobraram os debates das teses assistiram a diálogos animados, em diversos momentos marcados por divergências locais ou mesmo pessoais. O congresso teve alguns episódios de "discussão confusa", "tumultos e protestos", "palavras ofensivas" e mesmo "desacatos", que se estenderam à rua, como sucedeu no final de sessão de 6 de Outubro quando uma "selvagem atitude do mulherio"[238] investiu contra o dr. David Alves, personalidade prestigiada da Póvoa de Varzim. A causa da desavença estava, mais uma vez, na questão da modernização das artes de pesca, que os mais esclarecidos defendiam e a maioria da comunidade piscatória combatia[239].

A pouco abonatória referência ao "mulherio" está longe de constituir um retrato instantâneo da participação da mulher na pesca. Partindo do *Inquérito sobre a* pesca *em Portugal Continental e Ilhas no ano de* 1890, publicado nesse ano pelo Ministério da Marinha, Inês Amorim[240] menciona a larga participação feminina na actividade, detalhando para o caso da Póvoa de Varzim, caso que nos interessa pela sua representação no Congresso de 1904:

> "A primeira constatação é a de que mais de 50% da população vive da pesca, directa ou indirectamente. O universo feminino activo na pesca (ou ligado a família de pescador) representa quase 45% da população total. O Relatório especifica as funções que lhe eram próprias no complemento do trabalho masculino, juntamente com os menores de 12 anos masculinos que não iam ao mar: eram responsáveis pela beneficiação das redes (fabricá-las e preservá-las), pelo transporte do pescado, pela apanha de polvo e moluscos (especialmente na colheita do mexilhão) e pelo varar das embarcações na praia (1890, 110). A rede era uma garantia de aumento do

[238] *Boletim Marítimo*, Série III, nº 6, 7 e 8 – Outubro, Novembro e Dezembro, 1904, pp. 154-156.
[239] Na sessão do dia seguinte, Tomás Bicker viu acolhida uma sua proposta para substituir a colorida expressão "protestar contra esse acto de selvageria", por "um voto de profundo reconhecimento" dirigido, naturalmente, ao ofendido David Alves.
[240] Inês Amorim, "Mulheres no sector das pescas na viragem do século XIX – formas de participação na organização do trabalho", *Arquipélago – História*, 2ª série, nº IX, 2005, pp. 657-679.

> rendimento familiar, e toda a estrutura familiar entrava no processo do trabalho, directa ou indirectamente."

Constata-se, deste modo, a relevante intervenção das mulheres na pesca - "feias e espessas, de pernas como trancas […] cheirando a fartum de sardinha", como as descreveu Raul Brandão[241], que terá sustentado o seu direito de intervir ruidosamente no Congresso das Pescarias.

No entanto, as sessões de trabalho também contaram com momentos de uma mais serena apresentação de pontos de vista. Discutiram-se as técnicas piscatórias – em torno das "artes novas" e "antigas" e da adopção de redes de arrasto, a necessidade de não impor mais impostos sobre a actividade e também as soluções para os problemas sociais das comunidades de pescadores.

António dos Santos Graça, organizador do já referido comício de 3 de Maio de 1903, na Póvoa de Varzim, interveio em favor do investimento em novos aparelhos de pesca: "seis capitalistas", desinteressados e "verdadeiros beneméritos", comprometiam-se com o capital necessário, de modo a que "as vantagens recaiam apenas nos pescadores, que por sua vez irão amortizando a dívida"[242].

Na quinta sessão de trabalho, no dia 7 de Outubro, o socialista Tomás Bicker falou em representação da Associação de Classe dos Catraeiros do Porto de Lisboa[243], para invocar os ideais de

> "Carlos Marx, Kropotkine e tantos outros, que defenderam extremosamente os direitos legítimos dos trabalhadores de todo o mundo [adiantando que] só dentro dos princípios enumerados por esses homens podem os trabalhadores melhorar a sua situação económica".

Bicker referiu-se ainda à Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional) e invocou a memória de José Fontana"[244]. Apesar de algum afastamento nas referências ideológicas de ambos, Tomás Bicker, um representante de operários, convergia com Pereira de Matos na "obrigação que o Estado tem de desenvolver as instituições de previdência, assistência, protecção ao trabalho".

---

[241] Raul Brandão, *Os Pescadores*, Livrarias Aillaud e Bertrand, Paris e Lisboa, 1923, p. 52.
[242] *Boletim Oficial*, Série III, nº 6, 7 e 8 – Outubro, Novembro e Dezembro, 1904, pp. 155-156.
[243] Fundada em 1897 para representar os interesses dos catraeiros do porto de Lisboa, os barqueiros que prestavam serviços junto dos navios ali atracados ou fundeados. Ver http://arquesoc.gep.msess.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Catraeiros%20do%20Porto%20de%20Lisboa.pdf (Consultado em 13 de Junho de 2018).
[244] *Boletim Oficial*, Série III, nº 6, 7 e 8 – Outubro, Novembro e Dezembro, 1904, pp. 156-157.

Ainda na primeira sessão do congresso, para protestar contra a utilização dos "vapores de pesca", falou um representante da "associação dos Pescadores de Matosinhos", uma possível antecessora da associação de marítimos local, recenseada na Inquirição de 1909-1910. Na mesma sessão, interveio também um "representante dos pescadores de Val Bom", para defender a proibição de todas as redes de arrasto. Nas quatro sessões seguintes, foram muitos os oradores que intervieram em nome dos pescadores desta e daquela localidade, o que nos permite aventar que as associações de classe legalmente constituídas, não esgotavam o universo do associativismo nas comunidades piscatórias.

Uma "comissão de votos", composta pelos organizadores António Pereira de Matos e Manuel Cândido Loureiro, por Albert Girard, representante da Comissão Central de Pescarias, por representantes de cada uma das localidades piscatórias presentes no congresso, e por quatro outros participantes na reunião, foi encarregue de preparar as suas conclusões finais. Também esta questão não ficou isenta de uma expressão pública de divergências, na circunstância uma disputa quanto ao participante a quem cabia a representação dos pescadores de Matosinhos.

Na última sessão foram aprovados 25 votos, propostos pela respectiva comissão que, designadamente, se ocuparam das questões a seguir referidas[245]:

- Necessidade de cumprimento dos regulamentos de pesca em vigor "especialmente no que diz respeito ao emprego de explosivos e substancias venenosas".
- Necessidade de um inquérito sobre as espécies piscícolas.
- Estabelecimento das Comissões Defensoras da pesca nas águas interiores.
- Emprego em todas as embarcações de "systemas modernos, destinados a torna-las insubmersiveis e que sejam obrigatórios os colletes de salvação".
- Simplificação dos documentos de pesca, reduzindo o seu número a um só.
- Desenvolvimento da pesca longínqua.
- Criação de escolas profissionais de pesca.
- Criação, pela Liga Naval Portuguesa, de associações de classe e cooperativas de pescadores.
- Estabelecimento de um seguro de vida "contra os acidentes de mar ou serviço das pescarias".

[245] *Ibid.*, pp. 159-160.

- Melhoria dos portos de pesca e aperfeiçoamento da sua farolagem.

Em Fevereiro de 1905, numa resolução do seu Conselho Geral, a Liga Naval chegou a deliberar a realização em Lisboa, na sua sede, de um novo congresso de pescarias. Estes planos foram anunciados à Assembleia Geral da Liga por António Teixeira de Sousa, que presidia ao órgão máximo da associação desde os finais do ano anterior. A comunicação foi recebida "com entusiasmo" e mereceu "um voto de congratulação pela boa vontade posta por sua exª ao serviço da Liga Naval"[246]. Um segundo congresso de pescarias, é plausível admiti-lo, pretenderia projectar na capital do reino o sucesso que tinha alcançado na longínqua Viana do Castelo. Desta vez, provavelmente e porque se estaria em Lisboa, seria possível prevenir as manifestações quase tumultuosas que ali tinham sucedido e que, de certo modo, ensombraram uma actividade tão bem intencionada.

Apenas duas associações de trabalhadores ligados ao mar responderam à "Inquirição pelas Associações de Classe", de 1909-1910, a que já aludimos: a Associação da Classe Piscatória do Seixal e a Associação de Classe de Trabalhadores do Mar de Setúbal[247]. Entre as associações então inquiridas, não se encontrava nenhuma das que participaram nos congressos promovidos pela Liga Naval em 1903 e 1904. As informações e opiniões que então prestaram as associações do Seixal e de Setúbal, revelaram, no entanto, a pertinência das questões debatidas em Viana do Castelo, cinco anos antes.

Nas duas respostas à "Inquirição", os vapores de arrasto estrangeiros e nacionais foram confirmados como o grande factor de transformação da pesca na primeira década do séc. XX, a par da associada questão do regime pautal aplicável à pesca desembarcada pelas embarcações estrangeiras.

As respostas fornecidas pelas associações de Setúbal e Seixal, foram mais ricas na identificação das condições de trabalho dos pescadores: inexistência de contratos, horários e salário estabelecido; casas de habitação com condições de salubridade "regulares" (caso do Seixal) ou "péssimas" (Setúbal); ausência de emigração; falta de assistência - "o hospital público só recebe doentes a dois passos da morte"; maioria de analfabetos; as associações de socorros mútuos ligas a ambas as Associações de Classe concediam subsídios em casos de impossibilidade de trabalho e, finalmente, conflitos laborais "raros".

---

[246] *Boletim Marítimo,* Série IV, Fevereiro de 1905, p. 60.
[247] "Inquirição pelas Associações de Classe […]", pp. 335-346.

Quanto ao salário, é interessante notar que, em 1914, o grupo de operários empregues na actividade de "Pesca e salinas", tinha um salário médio de 600 réis, que se situava entre os 900 réis que ganhavam os da "Construção eléctrica", e os 370 réis pagos aos que se ocupavam da "Agricultura"[248]. Estes números devem, no entanto, ser olhados com prudência, pois o grupo das "Pescas e salinas" devia ser demasiado variado (pesca, sal, conservas de peixe, pelo menos) para que possa ser tomado como indicador seguro do que seria o rendimento mensal dos pescadores.

É necessário ainda sublinhar que as duas únicas respostas à "Inquirição" (1909-1910), ambas do sul do País, não fazem qualquer referência à intervenção da Liga Naval nos problemas das pescas e dos pescadores. Se, por um lado, é legítimo que, a partir desta realidade, se levantem dúvidas relativamente à sua penetração e à eficácia da sua mensagem no meio piscatório, por outro é bom lembrar que a actividade da Liga neste campo foi principalmente concentrada no norte de Portugal, em grande parte resultado do trabalho de Manuel Cândido Loureiro, que ali tinha a sua actividade profissional.

Exposição de aparelhos de pesca: um "catecismo para a difusão de uteis e essenciaes princípios"

Nas "quatro galerias que circundavam o grande páteo central do novo hospital de Nossa Senhora da Caridade" abriu, no dia 4 de Setembro, dia da inauguração do Congresso Nacional de Pescarias, uma exposição de aparelhos de pesca, que incluiu artefactos em tamanho real e reduzido, mapas, gráficos, tanques com peixe e conselhos aos pescadores, que constituíam "uma espécie de catecismo para a diffusão de uteis e essenciaes princípios"[249]. Em pequenos quadros e dísticos impressos, podiam ler-se incitamentos aos pescadores:

> "Defendei as pescarias. Protegei o peixe ovádo […] Não apanheis a bodelha e outras algas uteis ás pescarias […] Pescador, ensina o teu filho a lêr e a escrever […] Abraçando o mutualismo e o cooperativismo o pescador viverá feliz"[250].

A descrição e algumas fotografias da exposição publicadas no *Boletim Oficial* da Liga Naval, indicam que a mostra se ocupou essencialmente dos aparelhos e instrumentos de pesca tradicionais - "redes das mais rotineiras, a indicar o atrazo do nosso pescador do

---

[248] Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na alvorada do século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1915*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 184.
[249] *Boletim Oficial*, Série III, nº 6, 7 e 8 – Outubro, Novembro e Dezembro, 1904, pp. 141-142.
[250] *Ibid.*, pp. 142-143.

norte", apesar da presença, infelizmente não descrita com detalhe, de "muitos aparelhos extravagantes, que foram a admiração dos visitantes".

Os heróis das pescarias estavam representados numa galeria de "retratos em tamanho natural d´alguns pescadores beneméritos e notáveis"[251]. Um deles, "adorado pela classe piscatória da Póvoa" representava o Cego do Maio, lendário pescador poveiro, condecorado com a Ordem da Torre e Espada, pelas mãos do rei D. Luís, em reconhecimento das suas corajosas acções de salvamento de outros pescadores em risco no mar[252].

O retrato do Cego evocava também a condição dos pescadores. Sobre ela, tinha escrito Oliveira Martins, cerca de três décadas antes do Congresso de Viana do Castelo, no seu pungente "Requerimento dos póveiros"[253], que pode servir para evidenciar o mar de equívocos e contradições em que navegavam a condição dos pescadores e as condecorações reais:

> "Passivos, calados, pedintes em terra, heroes sobre o mar […] Taes são, Senhor, os selvagens vossos súbditos […] O mais celebre d´entre eles é o Mayo, que ao lado de V. M. foi condecorado pela Humanitaria do Porto. Ora as condecorações, Senhor, são como as esmolas e os discursos: não se lhes exagere o valor! Estão no seo lugar como consagração ou complemento das coisas, mas tornam-se um escarneo, até uma indignidade, quando se quer com ellas evitar o cumprimento dos deveres. Condecorar o poveiro que tem salvado tantos náufragos sem dar um passo para evitar a causa dos naufrágios, é um proceder que nem a justiça, nem o bom-senso mais elementar aprovam".

"Festas em que o povo não entra não teem sinceridade"

O congresso foi intenso, com debates acesos e, como vimos, alguns momentos de acrimoniosas manifestações de rivalidades locais. Uma vez terminados os trabalhos, houve lugar a um dia de "diversões", iniciado com uma deslocação ao monte de Santa Luzia, onde "foi servido um pic-nic, reunindo-se sob as magníficas e grandiosas árvores do jardim da estância"[254]. Seguiu-se um passeio a Âncora, onde "estrondejaram os foguetes" para receber os congressistas.

---

[251] *O Século*, 1 de Setembro de 1904, p. 1, col. 3.
[252] Joaquim Rodrigues Maio (1817-1884), o Cego do Maio, foi pescador e salvador de náufragos, figura de coragem lendária, evocado num monumento pago por poveiros emigrados no Brasil, inaugurado em Agosto de 1909. Nunca foi cego, ganhando a alcunha por ter uma membrana translúcida ou mesmo opaca num dos olhos.
[253] Oliveira Martins, *Política e Economia Nacional*, Porto, Magalhães & Moniz Editores, 1885, pp. 192-202.
[254] *Boletim Oficial*, Série III, nº 6, 7 e 8 – Outubro, Novembro e Dezembro, 1904, p. 162.

Na Associação de Pescadores, foi a vez dos discursos finais, iniciados pelo dinâmico Manuel Cândido Loureiro, representante da Liga Naval em Viana do Castelo e organizador do Congresso. Tomás Bicker discursou também em nome da "classe piscatória" e Diniz Gomes, presidente da câmara de Ílhavo, "terra de pescadores e marinheiros" fez um apelo a que constituíssem uma associação. Outro participante lançou um convite no mesmo sentido, instando "com os pescadores a filiarem-se na sua associação de classe. Só o povo é sincero. Festas em que o povo não entra não teem sinceridade".

Cada um dos oradores teceu considerações sobre assuntos a que os pescadores eram sensíveis, sendo recorrentes as críticas tecidas sobre o farol de Âncora. Quando chegou a sua vez de se fazer ouvir, a concluir a pequena sequência de discursos, o secretário-perpétuo da Liga Naval fez sua a causa das associações de pescadores: "o pharol nunca foi um pharol, pelo menos nunca viu um pharol sem lentes. Veio vêr um, a primeira vez, a Âncora". Assumiu então o compromisso "solemne" de, chegado a Lisboa, empregar todos os seus esforços para que este mal seja remediado. O apoio da Liga a esta ambição, pode ter influenciado a satisfação, em Maio de 1910, do desejo dos pescadores de Âncora[255].

O acto final do Congresso encerrou "as diversões do último dia" e teve a forma de um banquete no Hotel Central, em Viana do Castelo, com brindes inumeráveis: "á imprensa […] a Albert Girard […] á marinha portuguesa e ao promotor do Congresso, etc, etc, etc.".[256]

Uma síntese do Congresso Nacional de Pescarias de 1904

O Congresso de Pescarias recebeu atenção significativa dos jornais da capital, o que dá nota do seu impacto. O jornal *O Século* acompanhou as notícias sobre a reunião de Viana com alguns editoriais em que abordou questões relacionadas com os principais temas ali discutidos. Uma dessas notícias dizia respeito à presença de vapores estrangeiros em actividades de pesca nas costas portuguesas, tema que o referido diário republicano escolheu para as suas edições de 31 de Agosto, 1 e 3 de Setembro de 1904: a "pesca intensiva" praticada com redes de arrasto dizimava o peixe, cujo custo nos mercados portugueses aumentava por via da escassez; barcos espanhóis e ingleses tinham liberdade

[255] O farol de Montedor, a infraestrutura de assinalamento marítimo relevante mais a Norte na costa portuguesa, fez parte da lista de faróis mandados edificar em 1758. Nem o de Montedor nem algum dos outros cinco foram então luzes na noite. Em 1902, dois anos antes da realização do Congresso de Pescarias, foi nomeada uma nova comissão para determinar a sua localização e características, entrando finalmente em funcionamento em 20 de Março de 1910. Ver "Os Faróis de Portugal na Revista da Armada", Lisboa, Revista da Armada, 2006.

[256] *Boletim Oficial*, Série III, nº VI, VII e VIII - Outubro, Novembro e Dezembro, 1904, p. 162.

para depredar as águas portugueses, porque não havia fiscalização "permanente e eficaz […] para evitar a continuação d´estas invasões"[257].

A Liga Naval Portuguesa tinha-se interessado por este assunto logo nos momentos iniciais da sua existência. Quando se fundou, com sede em Huelva, a companhia "La Atlantica", cujo objectivo era a pesca em barcos a vapor na costa Sul de Espanha e Portugal e na costa de Marrocos, o então Primeiro-tenente Henrique Quirino da Fonseca publicou, em 1902, um pequeno texto no *Boletim Oficial* da Liga, no qual escreveu:

> "fácil é de prever quanto este assumpto tem alarmado as classes piscatórias do Algarve, ameaçadas tão gravemente com a projectada concorrência dos nossos vizinhos, que a julgar pelos antecedentes abusivos, há de ser exercida por forma violenta e feroz. A causa dos nossos pescadores não pode ser alheada da consideração e vigilância dos poderes públicos […]".

Escrevia ainda o mesmo autor que a fiscalização da pesca nas costas algarvias estava então entregue a "uma só e exausta canhoneira"[258], incapaz portanto de impedir que a superioridade dos equipamentos de pesca do reino vizinho fosse causa de grande prejuízo relativamente a quem praticava a actividade de uma forma eminentemente artesanal, um sinal mais do atraso técnico e cultural do País.

Apesar das limitações da fiscalização da pesca, apresentadas com um certo dramatismo, mas que, provavelmente, traçavam um bom retrato da situação, sabemos, através de uma pequena local no *Boletim* da Liga, que na primeira quinzena de Março de 1903, a canhoneira "Faro" apresou "42 barcos parelhas, encontrados e exercer a pesca a pequena distancia da nossa costa"[259].

O Congresso Nacional de Pescarias, distinguiu-se das outras grandes reuniões promovidas no seu tempo. Se o tema das pescas já tinha sido objecto da atenção do Congresso Marítimo Nacional de 1903 e do Congresso Marítimo Internacional de 1904, ambos realizados em Lisboa, o Congresso de Pescarias, levado a cabo neste último ano em Viana do Castelo, centrou-se nos pescadores que eram, de entre o operariado, a classe mais iletrada e mais pobre, "uma classe tão misera", como lhe chamou o jornal *O Século* de 31 de Agosto de 1904, quando anunciou a realização do congresso. Os seus problemas foram debatidos sem especiais restrições, sendo plausível classificar a iniciativa como singular,

---

[257] *O Século*, 1 de Setembro de 1904, p. 1, col. 1.
[258] *Boletim Oficial*, Série I, nº 2 – Novembro de 1902, p. 20.
[259] *Boletim Oficial*, Série II, nº 3 – Março de 1903, p. 51.

no contexto de uma associação – a Liga Naval Portuguesa – que agrupava uma certa parcela das elites nacionais.

De entre os votos aprovados no Congresso de 1904, a criação das Comissões Defensoras das Pescarias – às quais adiante faremos mais demorada referência – de cuja actividade existem notícias a partir de 1907, terá sido o mais bem sucedido, ainda que não se lhe conheçam desenvolvimentos a partir da implantação da República. No entanto, foi uma iniciativa que alcançou uma dimensão apreciável, durante o relativamente curto período em que se lhe conhece existência.

O ano de 1906 foi de intensa actividade para os diferentes grupos com actividades ligadas às pescas, cujos interesses eram muito frequentemente opostos. Manifestaram-se então, todos em tom de protesto, apresentando propostas aos diferentes poderes públicos[260]:

- Câmaras Municipais: delegados de câmaras municipais, de 31 concelhos, que – reunidos na Liga Naval – representaram ao rei, pedindo a proibição da pesca por arrasto a vapor, praticada por nacionais, e pela imposição de pesados impostos sobre o peixe pescado por estrangeiros.
- Pescadores: delegados dos pescadores que, em reunião na Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa, se dirigiram aos deputados, para que atendessem uma longa lista de medidas de protecção – incluindo limitações ao arrasto, extinção ou redução do imposto sobre a pesca por nacionais e seu aumento aos estrangeiros, sem as quais "em curto prazo, luctarão com a miséria 60.000 pescadores e suas famílias".
- Comerciantes: representação dirigida ao parlamento, assinada por "mais de três mil interessados", ligados à venda de peixe, reunidos no mercado da Ribeira Nova, em defesa da pesca por arrasto.
- Armadores portugueses: duas reuniões, no Porto e em Vila Nova de Gaia, que pediram ao rei "ampla liberdade para o embandeiramento dos vapores portugueses", e que não fosse aumentado o imposto aos estrangeiros "enquanto o numero [de] vapores nacionais não fôr suficiente para suprir as necessidades dos mercados de Lisboa e Porto".
- Agentes de barcos estrangeiros: representação dirigidas às duas Câmaras, pelos agentes dos vapores estrangeiros, sustentando o não aumento dos

[260] *Boletim Marítimo,* Série V, nº 6 – Setembro-Dezembro de 1906, pp. 90-100.

impostos, em favor do benefício nos preços, que representava a abundância de peixe nos mercados.

Este movimento, que interessou a Liga Naval, ilustra a complexidade do problema das pescas, pela quantidade de interesses contraditórios em jogo. O governo de João Franco acabou por se decidir por uma certa protecção aos pescadores e proprietários nacionais, através de duas peças legislativas que foram sendo preparadas e discutidas nas Câmaras durante o ano de 1906, e publicadas em Novembro. Ambas assinadas pelo ministro da Marinha Aires de Ornelas, determinaram:

- A proibição da pesca por estrangeiros nas águas territoriais – impondo medidas sancionatórias para a sua contravenção.
- A fixação de um imposto sobre o peixe "que entrar nos portos do reino sob bandeira estrangeira".

Todos estes elementos se inscrevem num conjunto de acções que envolveram, de uma forma ou de outra, a Liga Naval Portuguesa[261].

CAPÍTULO 2 - ORGANIZAÇÃO, IDENTIDADE E ACÇÃO

2.1 A rede geográfica e social

Não se encontraram dados sistemáticos nem abundantes relativos aos associados da Liga Naval, que pusessem permitir uma análise com um mínimo de rigor sobre a sua origem social e geográfica, a distribuição etária e a sua actividade profissional. A relação de sócios que figura no Apêndice 8, essencialmente construída a partir das relações e outras referências nominais registadas no *Boletim Oficial* da Liga, é incompleta e reúne quase 3.000 nomes que, na maioria, carecem de caracterização, para que, do seu conjunto, possam ser objecto de uma desejável futura análise de natureza prosopográfica. As listas publicadas no órgão de imprensa da Liga Naval não foram além dos anos iniciais da associação, praticamente desaparecendo depois de 1904. A partir de certa altura, esta publicação sistemática foi abandonada e a colecção de nomes passou a ser tributária da sua referência noutras fontes, escassas e esparsas, como as que se ocuparam das actividades da associação, e depois também das suas emanações políticas, a União Patriótica (1913) e a

[261] Para uma perspectiva especializada do problema ver, da já citada Inês Amorim, "A pesca pacificada […]" pp. 103-124. Da mesma Autora, vale a pena referir também "A organização do trabalho da pesca, em finais do séc. XIX, na Póvoa de Varzim", *Estudos de Homenagem a João Francisco Marques*, 2 volumes, Volume I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 113-134.

Liga Nacional (1915-1918). Identificou-se, até agora, um único caderno de registo da cobrança de quotas, relativo ao período 1926-1935, que arrola cerca de centena e meia de aderentes.

Os registos e identificação dos sócios da Liga Naval Portuguesa são, em síntese, dispersos quanto às fontes, e fragmentários quanto ao tempo. Não é, assim, possível ir além de uma identificação muito simplificada e genérica do seu universo, que pode classificar-se como composto por uma elite pertencendo às camadas sociais mais altas e mais próximas do poder, na qual estavam representados oficiais da Armada, jornalistas e publicistas, oficiais do Exército, armadores da marinhas mercante e das pescas, alguns membros de clubes da náutica de recreio e políticos. Para além dos sócios individuais, os estatutos da Liga Naval contemplavam também a categoria de "associações filiadas ou aderentes" que, como veremos, será instrumental na fase política da Liga.

De acordo com o seu órgão oficial, o ano de 1906, com 6.200 membros, parece ter correspondido ao de maior número de sócios da existência da Liga[262]. A actividade da associação estendia-se através de uma rede que dispunha de Conselhos Regionais em Lisboa, Porto, Faro, Ponta Delgada, Quelimane e Lourenço Marques, Timor e Rio de Janeiro; e de Juntas Locais em Caminha, Viana do Castelo, Esposende, Varzim, Leixões, Arcos de Valdevez, Valença, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Melgaço, Aveiro, Ílhavo, Nazaré, Sesimbra, Cascais, Sines, Milfontes, Lagos, Portimão, Albufeira, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Horta, Funchal, Chinde, Cidade da Praia, e Manchester, no Reino Unido.

Esta lista correspondia, quase inteiramente, à das principais localidades onde se desenvolviam actividades marítimas no Continente e nas Ilhas, em Cabo Verde e em Moçambique. No entanto nota-se, sem que, de momento, seja possível oferecer uma explicação, as ausências de qualquer representação em Angola, bem como em Setúbal, Peniche e Figueira da Foz. Ao invés, em 1902 e 1903, a Liga Naval tinha designado correspondentes em Havana, em Cuba, Antuérpia – na Bélgica e Aalborg – na Dinamarca.

As fontes consultadas não permitem avaliar, com rigor, a expressão da actividade desenvolvida pela Liga em cada uma das cidades e vilas onde constituiu as suas representações, mas tem-se por certo que existiria em cada uma delas, pelo menos, um

[262] *Boletim Marítimo*, Série V, nº 1 – Janeiro-Fevereiro-Março de 1906, p. 10, que também refere a quantidade de associados das principais Ligas Navais europeias: Alemanha – 810.000 sócios; Inglaterra – 20.000; Espanha – 13.000; Itália – 10.000; França – 5.000.

ponto de contacto, como foi o caso dos capitães de portos e delegados marítimos, ou de civis, leigos e religiosos.

Dois casos notáveis: Horta e Lourenço Marques

De entre as representações regionais e locais, de que se ocupam os Apêndices 4 e 5, com algumas dúvidas quanto ao esgotamento do seu universo, vale a pena registar alguns elementos relativamente a duas delas, que se salientam por razões diversas: a da Horta, pela maior longevidade e a de Lourenço Marques, de que há notícia até 1910, mas merece atenção por se tratar de uma das mais distantes do Continente. As referências que se seguem ajudam também – através de exemplos – a compreender a natureza e propósitos da actividade das representações locais da Liga, dispersas pelo País.

A Junta Local da Horta, então dirigida pelo deputado progressista Miguel António da Silveira distinguiu-se entre as demais, não apenas porque foi a última a desaparecer quando a Liga Naval suspendeu a actividade em 1939, mas também pela relevância de algumas contribuições que ofereceu ao Conselho Geral. Neste âmbito, inscreveram-se as propostas, formuladas em Maio de 1903, para a aprovação de um Regimento da Marinha Mercante que integrasse as disposições dispersas por numerosos instrumentos legais, e ainda a proposta de alteração do regulamento da pesca costeira da baleia, ambos instrumentos jurídicos e normativos tecnicamente complexos.

Em Janeiro do ano seguinte foi apresentada pela Junta Local uma detalhada Memória sobre o porto da Horta e o seu movimento[263]. A cidade dependia, no plano económico, quase exclusivamente do movimento de navios no seu porto, como em Fevereiro de 1904 afirmava o presidente da sua Associação Comercial, numa representação endereçada ao rei, para a qual pedia o apoio da Liga Naval. A escala de navios mercantes na Horta implicava que se instalassem novos faróis, capazes, afirmavam os comerciantes, de estancar a êxodo massivo de população que então se verificava, chegando a referida representação ao ponto de considerar que

> "é inadiável que o governo de Vossa Majestade providenceie de fórma a pôr um dique á sahida da população para os Estados Unidos da Republica Norte-Americana, que dia a dia se vae tornando assustadora, havendo nas freguesias ruraes um crescido numero de casas fechadas, ao abandono"[264].

[263] *Boletim Oficial*, Série III, nº 1 – Janeiro de 1904 e nº 2 – Fevereiro de 1904, pp. 9-12, 43-49.
[264] *Boletim Oficial*, Série III, nº 2, Fevereiro de 1904, pp. 59-60.

A Junta Local da Horta deu apoio a este anseio dos comerciantes, fazendo acompanhar a representação, de um estudo com propostas para a melhoria da "phararolisação" das ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo.

Em 1905 foram enviados para Lisboa, por aquela Junta Local, relatórios referentes a duas outras questões: o desassoreamento do porto artificial, e a organização de uma empresa para a exploração da pesca, em bancos localizados num raio de cerca de 50 milhas da ilha do Faial[265].

Nos primeiros tempos da República, talvez mesmo nos últimos anos da Monarquia, a Junta Local da Horta esteve sem actividade, mas o seu funcionamento foi recuperado em 1913, com a eleição de novos corpos sociais. Em 1936 realizou o que deve ter sido o derradeiro acto eleitoral para os seus corpos gerentes. Foi, como já referimos, a última Junta Local a desaparecer, quando a Liga Naval suspendeu a actividade em 1939[266].

O Conselho Regional de Lourenço Marques, Moçambique, foi criado durante a estada do Primeiro-tenente Pereira de Matos na colónia, no comando da canhoneira "Bengo", entre Março e Outubro de 1903. Teve como primeiro presidente o Capitão-de-mar-e-guerra César Valssassina, uma personalidade com influência local, pois tinha sido nomeado Capitão dos Portos de Lourenço Marques e Inhambane em 1902, presidente da Câmara Municipal de Lourenço Marques, no mesmo ano, e governador interino do distrito do mesmo nome em princípios do ano seguinte.

A segunda reunião deste Conselho Regional, realizada em 24 de Agosto de 1903, contou com a presença de 600 pessoas, "uma manifestação de vitalidade do elemento portuguez n´esta colonia" que, é plausível afirmar, deve ter sido a maior concentração de pessoas interessadas numa iniciativa directa da Liga Naval Portuguesa.

Esta reunião teve origem numa decisão tomada quatro dias antes, ao ser aprovada uma moção na qual o Conselho Regional de Lourenço Marques pedia ao Conselho Geral da Liga, o seu órgão máximo, sedeado em Lisboa, para instar "junto dos poderes públicos por

---

[265] *Boletim Marítimo*, Série IV, nº 5 – Maio de 1905, p. 148.

[266] O Clube Naval da Horta, oficialmente criado em 26 de Setembro de 1947, herdou o património da Junta Local da Liga Naval, designadamente a "Ilha Azul", uma embarcação cabinada, de vela, construída em Santo Amaro do Pico, em 1938, conhecida como a Chalupa da Liga. Herdou ainda outras embarcações e uma pequena biblioteca. O Clube Naval da Horta começou a funcionar seguindo o anterior linha de orientação da Junta Local da Liga Naval. Ver https://www.cnhorta.org/index.php/arquivo/noticiasarq/2444-clube-naval-da-horta-estabilidade-e-crescimento-desde-os-anos-80-uma-instituicao-fundamental-para-a-ilha-do-faial-2014.html (Consultado em 16 de Dezembro de 2018)

que seja concedida a esta colonia uma autonomia administrativa […] que se vá alargando com o seu progressivo desenvolvimento". A importância deste assunto para a elite branca era grande. Sinal disso, as intervenções "entusiásticas" na reunião do Conselho de 20 de Agosto e a convocação de uma "grande reunião", nos Paços do Concelho, para quatro dias depois.

No citada concentração do dia 24, o presidente do Conselho Regional sentiu necessidade de advertir as seis centenas de presentes que a "reunião se regia pelos Regulamentos da Liga Naval, sem o menor caracter politico". No entanto, foi esse o tom da intervenção do primeiro orador, o secretário-perpétuo da Liga que, salvaguardando a "situação especialíssima em que se encontra", tomou o partido de quantos reclamavam uma alteração do "systema de administração" no sentido de uma maior autonomia da colónia:

> "o que toda a gente quer, é ver os seus negócios resolvidos aqui pelo governador ou por um conselho especialmente organizado; é acabar com a ingerência da Metropole em todas as questões coloniaes; é obter que a colonia se administre a si mesma"[267].

Para além de Lourenço Marques, também o Conselho Regional de Quelimane tomou posição em defesa das necessidades de desenvolvimento do distrito, para cuja concretização era, consideravam, indispensável o aumento da autonomia das autoridades locais:

> "A Administração Central, em Lisboa, sem embargo da sua vontade, do seu provado patriotismo, das indiscutíveis inteligências que alli estudam e decretam, dificilmente, e quasi só por acaso pode fazer obra durável. Nenhum medico […] se prestará a tratar d´alguma doença grave por informações epistolares"[268]

Não estava em causa uma questão nova. O aumento da autoridade dos governadores na resolução dos assuntos locais, acompanhada de um certo grau de autonomia legislativa e financeira, tinham sido já reivindicadas por António Enes (1891-1895) e Mouzinho de Albuquerque (1896-1898), que promoveram algumas medidas de reorganização administrativa, procurando conjugá-las com as acções militares de pacificação. A mudança da capital da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques, em 1902, foi uma daquelas medidas[269].

---

[267] *Boletim Oficial*, Série II, nº 10 – Outubro de 1903, pp. 277-278.
[268] *Boletim Oficial*, Série III, nº 2 – Fevereiro de 1904, pp. 62-63.
[269] Malyn Newitt, *História de Moçambique*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1995, pp. 340-341.

Apesar dos esforços de ambos, quando Mouzinho abandonou o seu lugar de Comissário Régio não parecia ter conseguido mais do que uma autonomia muito mitigada, para resolver questões que estivessem ao nível do despacho do ministro dos Negócios da Marinha e Ultramar[270]. Nas linhas que abrem o livro *Moçambique 1896-1898*[271], Mouzinho de Albuquerque retratou amargamente o estado de coisas em Moçambique:

> "a culpa é do sistema que se tem seguido, reflexo do sistema de administração e governo que tão mau resultado tem tido na metrópole […] Os processos administrativos pelos quais se tem governado ou antes desgraçado as nossas colónias cifram-se em *convenções* e *ficções* […] Pensam que passei os meus dois anos de governo à cutilada aos pretos. É um engano; a maior e a melhor parte das cutiladas foram assentes nas convenções e nas ficções, no enredo de falsidades com que nos pretendíamos iludir".

Em Janeiro de 1904, saiu o nº 1 do semanário bilingue português-inglês *Jornal do Commercio*, que seria órgão da Associação Comercial e do Conselho Regional de Lourenço Marques da Liga Naval Portuguesa[272]. Propriedade de dirigentes da Associação Comercial[273], o jornal foi publicado até ao nº 47, de 15 de Fevereiro de 1905[274], escassos dois meses depois de António Pereira de Matos ter regressado a Portugal. Ainda que não se tenha identificado uma relação explícita entre estas duas circunstâncias, parece plausível admitir que essa ligação pode ter existido, dando nota da influência que o secretário-perpétuo da Liga exerceu durante a sua permanência em Moçambique, bem como, paralelamente, de um esmorecimento do entusiasmo em torno da Liga Naval quando terminou a sua comissão de serviço na colónia.

Na edição de 7 de Maio de 1904 daquele *Jornal do Commercio* foi feita menção à existência, na época, de uma associação de classe dos trabalhadores do mar em Moçambique[275], a Associação Marítima de Lourenço Marques, essencialmente constituída por trabalhadores das capitanias dos portos, agremiação que se terá instalado "definitivamente" a 1 de Maio de 1904. Não se encontrou qualquer ligação entre a criação

---

[270] Decreto de 7 de Julho de 1898.
[271] Mouzinho de Albuquerque, *Moçambique 1896-1898*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1934 [1ª edição 1899], pp. 17-19.
[272] *Boletim Oficial*, Série III, nº 1 – Janeiro de 1904, p. 31.
[273] Eduardo de Almeida Saldanha, Ernesto Torre do Vale, Henrique Moral e Henrique César da Costa.
[274] Raul Neves Dias (Coordenação e notas), *A Imprensa Periódica em Moçambique (1894-1954)*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1956, p. 68.
[275] José Capela, *O movimento operário em Lourenço Marques 1898-1927*, Porto, Edições electrónicas do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto - www.africanos.eu, 2009, p. 116 (Consultado em 1 de Agosto de 2018).

desta associação e a coeva actividade local da Liga Naval. Essa associação tinha um carácter burguês, procurando promover os interesses de comerciantes e industriais e não os das camadas operárias.

Apesar das cautelas públicas que Pereira de Matos assumiu durante a grande reunião pública de 24 de Agosto de 1903, é certo que a sua intervenção e a moção subsequentemente aprovada, conferiram "plenos poderes" ao Conselho Regional de Lourenço Marques para "dentro das prescripções da lei orgânica da Liga Naval, tratar junto dos poderes públicos de tão importante assumpto".

Neste caso, a Liga estendeu o seu campo de acção para além das questões estritamente ligadas ao mar, assumindo a representação de outros interesses, claramente mais vastos dos que pareciam encerrar-se nos seus propósitos fundadores. Este momento, ainda que localizado e distante da Metrópole, terá sido um dos que prenunciaram as tendências para uma deriva política da Liga Naval Portuguesa, do "ressurgimento marítimo" para o "ressurgimento nacional", claramente identificáveis a partir de Fevereiro de 1908.

2.2 As sedes: lugares de memória da Liga Naval

Como referimos acima, a Liga Naval foi fundada por iniciativa de um grupo de sócios do Clube Militar Naval, lançada em 1899 na sua sede, então situada no primeiro andar do nº 43 da rua do Carmo, em Lisboa, onde a nova associação se acolheu em 1900, numa coabitação relativamente breve.

Depois de aprovados os seus estatutos, em 1901, a Liga Naval procurou instalações próprias, mudando-se em 1902, em data que não foi ainda possível apurar com exactidão, para um 1º andar, no largo de Camões, nº 6, onde permaneceu por um período muito curto. Esta morada figura no frontiscípio do número inaugural do *Boletim Oficial*, que começou a ser editado pela Liga em Outubro de 1902.

Logo em Janeiro de 1903, o órgão oficial da Liga informava que o Conselho Regional de Lisboa, em cujas instalações funcionava o Conselho Central – ambos então presididos pelo conselheiro Júlio de Vilhena, tinha resolvido transferir a sede para o "palacete da sra. Viscondessa de Valmor, ao Chiado". Esta deliberação foi tomada em função do

> "continuo aumento do numero dos seus associados [e da] necessidade de receber os sócios das Ligas Navais Estrangeiras […] e bem assim á preparação da sua

instalação para o Congresso internacional de 1904, e funcionamento do gabinete de consulta náutica, escolas e outras dependências que a Liga vae crear"[276].

"Uma casa excelente": os anos na rua Garrett, 95

O palacete onde a Liga Naval teve a sua segunda sede social, localizado no nº 95 da então designada rua Garrett, hoje Largo do Chiado[277], tinha sido construído em finais do séc. XVIII e em 1827 tinha passado para as mãos do industrial José Ferreira Pinto Basto[278], cujos herdeiros o venderam, em 1902, à viscondessa de Valmor[279]. De acordo com as fontes a Liga Naval terá ocupado o 2º andar do palacete, não se tendo apurado o destino dos restantes espaços, se é que não se encontravam vagos.

Parece plausível admitir que a transferência da sede da Liga Naval para o palacete da rua Garrett, possa não ter sido estranha à circunstância de a família Pinto Basto ter negócios ligados à navegação marítima e incluir alguns oficiais da Marinha, designadamente, ao tempo, o Capitão-de-fragata António Aluísio Ferreira Pinto Basto e o Capitão-tenente Alberto Ferreira Pinto Basto.

Em Maio de 1903, a Liga Naval lançou uma campanha para angariação de novos associados, invocando os seus fins patrióticos, dirigidos ao engrandecimento das marinhas de comércio, de pesca e de guerra, bem como dos desportos náuticos. O sucesso da sua ainda breve existência tinha ficado demonstrado no Congresso Marítimo Nacional, acabado de realizar. Um dos argumentos invocados na circular mandada distribuir "largamente, em Lisboa", assinada pelo presidente do Conselho Geral e pelos secretários marquês do Lavradio e Quirino da Fonseca, dizia respeito à sua nova sede, instalada no

---

[276] *Boletim Oficial*, Série II, nº 1 – Janeiro de 1903, p. 17.

[277] Através de edital municipal de 14 de Junho de 1880, "a rua do Chiado, em todo o seu prolongamento [desde a rua das Portas de Santa Catarina] até à Praça Luiz de Camões, passa a denominar-se Rua Garrett". O local onde estava implantado o edifício designa-se actualmente Largo do Chiado, por edital camarário de 1925. Ver http://www.cm-lisboa.pt/toponimia (Consultado em 13 de Junho de 2016).

[278] É hoje designado como palacete Ferreira Pinto Basto. Ver Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7131 (Consultado em 13 de Junho de 2017). Na época, em frente do palacete estava implantada uma estátua de Neptuno, da autoria do escultor Joaquim Machado de Castro, em 1771. A estátua ornamentava o chafariz do Loreto, entretanto desaparecido e, depois de outras localizações, está hoje no Largo da Estefânia. Ali esteve sedeada a Liga Naval, entre 1903 e 1909 e, em 1913, lá se instalou a primeira sede da Companhia de Seguros A Mundial. Ver Miguel Figueira de Faria e José Amado Mendes (Coordenação), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa. Séculos XIX-XX*, 2 volumes, Volume II (Seguradores), Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa/ INCM, 2013.

[279] Josefina Clarisse de Oliveira (1840-1910), viúva do 2.º visconde de Loures, Ângelo Francisco Carneiro (1837-1870), que se tornou 2.ª viscondessa de Valmor pelo seu casamento com Fausto de Queirós Guedes (1837-1898). Mandou construir em 1906, com risco do arquitecto Ventura Terra, um novo palacete, situado na esquina das avenidas hoje designadas da República e Visconde de Valmor.

coração do Chiado, por onde circulavam as elites que interessava conquistar. Lia-se na referida circular:

> "o socio da Liga Naval […] dispõe, na sede do Conselho Central, em Lisboa, rua Garrett nº 95, d´uma casa excelente onde, além de todos os elementos de consulta náutica que já existem […] encontrará desde já uma instalação completa para diversões e para conversas, salas para jogos de vasa, biblioteca, bilhar, todas as revistas e ilustrações as mais importantes da especialidade e outras, e brevemente sala d´armas, carreira de tiro de espingarda e pistola […] não falando no *sport* náutico de remos e vella a que a liga vae dedicar toda a sua actividade, afim de incutir no espirito dos novos o gosto pelo mar e a necessidade que há para a nossa Patria de ter um marinheiro em cada um dos seus filhos"[280].

A sede da Liga acolhia muitas das suas actividades regulares, como refere a transcrição anterior, existindo instalações dedicadas ao lazer dos sócios, que dispunham de jogos de cartas ("boston, bridge, manilha, solo, voltarete, whist e bluff"), de tabuleiro ("xadrez, damas, gamão") e o bilhar, por cuja prática era devida uma taxa[281]. No entanto, eram expressamente proibidos os "jogos denominados de parar"[282]. Existia ainda uma biblioteca e uma sala dedicada a aulas de pilotagem, ministradas a pessoal da marinha mercante por sócios da Liga tecnicamente habilitados.

Em 1903 a sede da Real Associação Naval[283] passou a ocupar uma sala cedida pela Liga no palacete Ferreira Pinto Basto[284], o mesmo acontecendo com o Real Automóvel Clube[285], mediante pedido aprovado pelo Conselho Geral na sua reunião de 1 de Março de 1904[286].

A sede no palácio Calhariz-Palmela (1909-1932)

Logo desde os primeiros momentos da sua actividade, a Liga Naval Portuguesa procurou obter apoio do governo para a construção de um edifício para a sua sede. Em diligência realizada em Janeiro de 1909, o Conselho Geral pediu ao ministro da Marinha e Ultramar, António Pais do Amaral, que lhe fosse concedido um terreno no qual pudessem ser construídas instalações para o Museu Marítimo – a que faremos referência mais adiante

---

[280] *Boletim Oficial*, Série II, nº 5 – Maio de 1903, pp. 117-118.
[281], *Boletim Oficial*, série II, nº 10 – Outubro de 1903, "Disposições regulamentares da sede em Lisboa", pp. 270-271.
[282] Jogos de fortuna ou azar, praticados nos casinos.
[283] A Real Associação Naval foi fundada em 30 de Abril de 1856, data dos seus primeiros estatutos. Em 1911, por decisão da sua Assembleia Geral, alterou o nome para Associação Naval de Lisboa,.
[284] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A, Acta da reunião dos Conselhos Geral e Regional de Lisboa da Liga Naval Portuguesa de 4 de Novembro de 1903.
[285] Fundado em 1903, passou a ser designado Automóvel Clube de Portugal em Março de 1911.
[286] *Boletim Oficial*, Série III, nº 3 – Março de 1904, p. 88.

neste estudo – e para sede da associação. O governante pareceu "bem disposto a fazer esta concessão", e comprometeu-se a analisar o assunto com a Sociedade Propaganda de Portugal[287].

Esta diligência foi uma renovação do pedido de apoio anterior para construir instalações próprias, devendo-se então à circunstância de os espaços arrendados à viscondessa de Valmor na rua Garrett serem considerados insuficientes para acolher tanto o Museu como a sede da Liga, pelo que se tornava necessário encontrar um novo local com as características adequadas.

Foram então desenvolvidos contactos com o duque de Palmela, com vista ao aluguer de dois andares no palácio no Largo do Calhariz, designado palácio Calhariz-Palmela, do Calhariz, dos Sousa-Calhariz ou ainda, mais simplesmente, palácio Palmela[288].

Nesta mudança do local da sede, parece poder identificar-se de novo, a existência de ligações entre o senhorio e membros da Armada Real, sócios da Liga Naval: o duque, António Sampaio e Pina de Brederode, tinha sido Oficial da Marinha e era sócio da Liga, tendo sido, em 1900, membro da sua comissão instaladora[289].

Estes contactos entre a Liga Naval e a Casa Palmela, através do seu administrador, foram levados a cabo por António Pereira de Matos e pelo naturalista Albert Girard, que dirigia a colecção oceanográfica que tinha sido prometida à Liga em vida do rei D. Carlos I[290].

---

[287] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 18 de Janeiro de 1909.

[288] O *Boletim Marítimo* e as actas do Conselho Geral e do Conselho Regional de Lisboa, referem a localização da sede da Liga Naval no Palácio Palmela. De referir, para efeitos de clarificação, a existência em Lisboa do outro palácio Palmela, situado na freguesia de Santo António, onde está hoje instalada a Procuradoria Geral da República. As outras designações correntes da sede da Liga – palácio Calhariz ou Sousa-Calhariz – são menos ambíguas.

[289] António de Sampaio e Pina de Brederode (1834-1910), foi oficial da Armada, abandonando o serviço activo em 1876, no posto de Capitão-tenente. Usou o título por mercê de D. Pedro V, dada no dia do seu casamento com a 3ª duquesa de Palmela e 3ª condessa de Calhariz, Maria Luísa Domingas de Sales de Borja de Assis de Paula de Sousa Holstein, mulher culta, escultora e filantropa. O título de conde de Calhariz, concedido em 1823 pelo rei D. João VI ao primogénito dos então marqueses de Palmela, referia-se à linha dos Sousa, com palácio e quinta do mesmo nome no concelho de Sesimbra. O topónimo foi dado ao sítio de Lisboa ao cimo da Calçada do Combro, onde no início do séc. XVIII foi edificado o palácio que foi sendo conhecido pelo nome de Calhariz, Sousa-Calhariz ou Palmela. Ver Afonso Eduardo Martins Zúquete (Direcção, coordenação e compilação), *Nobreza Portuguesa*, 3 volumes, Volume II, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961, p. 465 e Volume III, 1961-1984, pp. 99-106.

[290] A colecção estava instalada em frente do Palácio das Necessidades, no edifício conhecido por Paço de D. Fernando. Ver *Diário Ilustrado*, 1 de Março de 1907, p. 2.

O duque respondeu pouco depois às pretensões da associação dizendo que "em vista do fim para que era destinado o edifício […] o alugaria por cerca de 2 contos e 200 mil reis, annuaes, com excepção da sobre-loja".

Paralelamente, a Liga Naval escreveu ao conde de Sabugosa[291], mordomo-mor da Casa Real, pedindo-lhe que intercedesse junto do rei D. Manuel para que fosse satisfeita a promessa, feita em vida de D. Carlos, de lhe ceder, "em deposito o Museu Oceanographico do mallogrado soberano com tudo que com elle se correlacione. Dar-lhe-há a Liga Naval desde já uma instalação condigna do nome do Seu Illustre Fundador".

Também não tardou a resposta do Paço quanto à questão das colecções oceanográfica e ornitológica que tinham sido constituídas pelo rei D. Carlos, com o apoio do seu dedicado Albert Girard. Através de dois ofícios do mordomo-mor, lidos nas reuniões do Conselho Geral de 25 de Fevereiro e 13 de Março de 1909, D. Manuel II e a rainha D. Amélia faziam saber que tinham resolvido ceder "a titulo de deposito à […] Liga Naval o Museu Oceanographico do seu Augusto Pae e Esposo", bem como "os exemplares do museu ornithologico que interessam directamente à oceanografia"[292].

Na reunião do mesmo Conselho realizada em 16 de Fevereiro de 1909, sob a presidência de Jacinto Cândido da Silva[293], foi decidido que as mudanças da rua Garrett para o largo do Calhariz deviam começar de imediato[294].

Na transferência de instalações, a Liga Naval acordou com a Real Associação Naval a cedência de uma sala na nova sede[295], o mesmo acontecendo com o Real Automóvel Clube prolongando, em ambos os casos, a já referida situação das instalações anteriores.

Sabe-se que, como contrapartida da cedência da sala, o acordo então celebrado com a Associação Naval, previa a inscrição na Liga Naval de vinte dos seus sócios. A verdade é que o cumprimento desta disposição, que representava alguma receita adicional para a Liga, não se fez sem dificuldades, tendo que se chegar ao ponto de a Liga comunicar à

---

[291] António Maria José de Melo Silva César e Menezes (1854-1923), 5º conde de Sabugosa, foi o último mordomo-mor da Casa Real.

[292] Actas do Conselho Geral, 25 de Fevereiro e 13 de Março de 1909, Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa* - Caixa 1387/A.

[293] Em breve nota, que desenvolveremos mais adiante, Jacinto Cândido da Silva (1857-1826) foi bacharel em Direito, magistrado e político, membro de relevo do Partido Regenerador. Foi ministro da Marinha e Ultramar entre 1895 e 1897. Em 1903, com o conde de Bertiandos (presidente da Liga Naval a partir de 1915) e outros, fundou o Partido Nacionalista, que desapareceu em 1910.

[294] Acta do Conselho Geral, 16 de Fevereiro de 1909, Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa* - Caixa 1387/A.

[295] Viriam a ser "dois gabinetes", como se lê na Acta da reunião do Conselho Geral de 28 de Setembro de 1909.

Associação Naval que, todos os meses, lhe enviaria a cobrança das quotas em causa[296]. Esta associação veio a ocupar uma sala no "pavimento nobre" que, durante a preparação da mudança, seria dividida com um "tabique", para ali se instalar a sala das aulas de pilotagem promovidas directamente pela Liga Naval[297].

A situação financeira da Liga estava, em 1909, longe de ser desafogada, até pelas novas despesas implicadas na instalação e conservação da colecção oceanográfica de D. Carlos: contabilizando apenas o pessoal, eram 85 mil reis mensais para o director do Museu, Albert Girard, 30 mil para o preparador e 15 mil para o ajudante[298]. Para fazer face a esta situação, a Liga dirigiu repetidos apelos ao governo para obter a concessão de um subsídio dedicado à manutenção do Museu, que viria a conseguir apenas em períodos muito limitados, até à completa extinção daquele estipêndio em 1913.

As obras de adaptação do palácio Palmela, para as quais o Conselho Geral da Liga fixou um limite de 500 mil reis[299], ficaram prontas em Junho de 1909, para que pudesse ser inaugurado o Museu Marítimo, a que o Conselho Geral, por proposta de Albert Girard, decidiu chamar "Museu Oceanográfico D. Carlos I"[300]. Através do contrato de renovação do arrendamento, celebrado em 1929 entre a Casa Palmela e a Liga Naval, ficamos a saber que o Museu ficou instalado em três salas do edifício.

A ocupação da nova sede deve ter-se verificado entre Abril e Maio de 1909, já que o *Boletim Marítimo* (designação assumida pelo *Boletim Oficial* a partir de 1905) de Abril mostrava a sede na rua Garrett, 95 e o do mês seguinte já no Largo do Calhariz nº 29.

Feitas as obras, cuja descrição não é conhecida, foi necessário preencher as paredes com a dignidade adequada. Deste modo, em Novembro de 1909, foi endereçado ao ministro das Obras Públicas, António Barjona de Freitas, um pedido para a cedência de um busto em bronze de D. Carlos I, um retrato do príncipe D. Luís Filipe, por José Malhoa, fotografias "de vários assumptos e locaes do paiz e estantes giratórias para exposição das

---

[296] Acta do Conselho Geral, 8 de Junho de 1909, Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa* - Caixa 1387/A.
[297] Acta do Conselho Geral, 18 de Maio de 1909, Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa* - Caixa 1387/A.
[298] Acta do Conselho Geral, 8 de Junho de 1909, Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa* - Caixa 1387/A.
[299] Ver Acta do Conselho Geral, 28 de Maio de 1909, Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa* - Caixa 1387/A.
[300] Acta do Conselho Geral, 28 de Maio de 1909, Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa* - Caixa 1387/A.

ditas", e de cinco telas de João Vaz[301], representando "Barreiro", "Olhão", "Minho", "Douro" e a "Nau São Gabriel".

Um "salão nobre" iria, até 1932, acolher uma vasta diversidade de actividades promovidas pela Liga, como conferências de temática marítima e naval, política, científica e cultural, concertos e récitas, exposições, jogos, bailes e actividades com fins caritativos.

Nos finais de 1909 foi criado o Museu Nacional de Marinha, com a Liga alojada em espaços mais amplos do que nos anos anteriores, ainda que lhe faltasse o prometido edifício próprio, que não chegou nunca a ser construído. Com propósitos inicialmente muito ambiciosos, o novo museu acabou por ficar exclusivamente dedicado à colecção oceanográfica de D. Carlos, que ali permaneceu até 1929, como será referido adiante neste estudo.

As despesas com o arrendamento do "segundo, terceiro andares e algumas dependências"[302] no palácio Palmela, constituíam um encargo pesado para o bolso da Liga e o desequilíbrio orçamental chegou ao ponto de, em Outubro de 1916, ter acumulado oito meses de pagamento em atraso. O senhorio chamou a atenção do inquilino para esta situação, numa carta assinada pelo procurador do duque de Palmela, na qual recordou a evolução do valor da renda anual: dois contos e duzentos no contrato inicial, em 1909, valor reduzido para um conto e duzentos, a pedido da Liga, a partir de 1912[303].

Para liquidar os meses de renda em atraso, sem o que seria obrigada a "pôr escritos", a Liga foi forçada a contrair um empréstimo de um conto de reis, para o qual deu como garantia "a hypotteca dos trastes pertencentes ao Conselho Regional, um piano, uma machina de escrever mais dois ou trez moveis que o mesmo Conselho adquirira"[304].

---

[301] João Vaz (1859-1931) foi um pintor naturalista, discípulo de José da Anunciação e de Silva Porto. Participou com pinturas a óleo e aguarela em exposições da Sociedade Promotora de Belas-Artes, do Grémio Artístico, da Sociedade Nacional de Belas-Artes. Pertenceu ao Grupo do Leão, com Silva Porto, José Malhoa e os irmãos Bordalo Pinheiro, entre outros. Dedicou parte da sua obra a motivos marinhos, estando hoje representado em diversos museu nacionais, incluindo o Museu de Marinha.

[302] O "segundo andar" deve referir-se ao piso superior à sobreloja, excluída do arrendamento inicial e cuja ocupação se desconhece. Estas "dependências" ficaram descritas na renovação do contrato de arrendamento celebrada em 23 de Outubro de 1929, como dependências no nascente do átrio da entrada pela rua das Mercês, nº 3. Este contrato foi assinado por Luís de Medeiros da Câmara, filho segundo dos marqueses do Faial, enquanto administrador dos bens da sua mulher Helena Maria de Sousa e Holstein, 4ª duquesa de Palmela, e pelo doutor Francisco Miranda da Costa Lobo, presidente do Conselho Regional de Lisboa da Liga Naval Portuguesa.

[303] Arquivo Histórico da Marinha, Acta de 11 de Novembro de 1912, *Livro de Actas do Conselho Geral 1908 a 1913*, Caixa 1387/A – Maço 6.

[304] Carta de E. Reis, em nome do duque de Palmela, ao Primeiro-tenente António Pereira de Matos, secretário da Liga Naval Portuguesa, em Acta do Conselho Geral, 25 de Outubro de 1909, Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa* - Caixa 1387/A.

O episódio valeu uma áspera troca de palavras entre o Conselho Geral, então presidido pelo conde de Bertiandos, e o Conselho Regional de Lisboa, cuja primeira figura era António Sardinha[305], numa pendência que demorou alguns meses a ser resolvida.

A sede do palácio Calhariz-Palmela ficou na história de dois acontecimentos marcantes na vida cultural e política portuguesa, do seu tempo: foi no seu salão-nobre que, em Abril e Maio de 1915, tiveram lugar as "Conferências da Liga Naval", um dos primeiros momentos constituintes do movimento do Integralismo Lusitano, e também que Amadeo de Souza-Cardoso realizou, em Dezembro de 1916, a sua segunda e última exposição em Portugal, em vida. Adiante faremos menção mais desenvolvida a ambos os acontecimentos.

Depois de em 1930 ainda ter vivido um tempo de alguma animação, ao ser-lhe pedido o apoio para a divulgação do plano naval que o governo da Ditadura Nacional tinha lançado, o ano de 1932 assistiu ao início do declínio da Liga Naval. Alguns sócios abandonaram a Liga, outros deixaram de pagar as suas quotas, restando então apenas "duas ou três dezenas" de associados[306].

Em Janeiro de 1932, o Conselho Geral viu-se forçado a abandonar a sede arrendada no palácio Palmela, como consequência de uma combinação da míngua de receitas – designadamente da quotização dos poucos sócios que restavam, com as despesas fixas que tinha de suportar.

A casa da Liga Naval: local de cultura, debate político e encontros inesperados

Em 1920, foi na Liga Naval que António Ferro conheceu Fernanda de Castro[307], com quem casaria dois anos depois[308], encontro que a escritora relatou mais tarde, numa carta imaginariamente escrita ao futuro marido:

> "Tu, como Unamuno, que tão bem conheceste, dizias como ele: "Eu sou eu e mais ninguém", embora fosses a mais generosa das pessoas. E dizia-lo com uma certa petulância, um certo convencimento. Lembras-te do dia em que nos vimos pela

[305] António Maria de Sousa Sardinha (1887-1925), bacharel em Direito e escritor, primeiro nome na lista dirigente do Conselho Regional de Lisboa, eleita na sua Assembleia de Abril de 1915. Neste ano, com Hipólito Raposo e Alberto de Monsaraz fundou a revista *Nação Portuguesa*, de carácter nacionalista, que estaria na base da fundação do movimento do Integralismo Lusitano.

[306] Acta do Conselho Geral, 5 de Agosto de 1933, Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa* - Caixa 1387/A.

[307] Maria Fernanda Teles de Castro e Quadros Ferro (1900-1994) era filha do então Capitão-tenente João Filipe das Dores de Quadros (1874-1943).

[308] Orlando Raimundo, *António Ferro: o inventor do salazarismo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2015, p. 102.

> primeira vez? Foi na Liga Naval, naquela tarde em que fizeste uma conferência sobre a Colette. Gostei, gostei até muito da conferência, mas gostei menos da maneira um pouco arrogante como me perguntaste, quando nos apresentaram. "Então? Gostou?". Irritou-me essa pergunta que era mais uma afirmação do que uma pergunta e respondi então, com uma falsa, mas bem imitada indiferença: "Da conferência? Não desgostei. Adoro a Colette."[309]

O episódio mostra a sede da Liga como um local de encontro da Lisboa culta, muito provavelmente, em parte, porque se situava no coração do Chiado, o centro da capital.

Foi possível arrolar a realização nos "salões" das sedes da Liga Naval, no período 1900-1931, de mais de cento e oitenta actividades públicas de diversas naturezas, temáticas e origens (Apêndice 6). Estas actividades podem ser classificadas em três grandes agregados:

- As que se relacionaram com os fins próprios da Liga, e foram por si promovidas. De entre os conferencistas, seleccionamos, pela sua notoriedade:
    - As dos oficiais da Marinha António Pereira de Matos, Augusto de Castilho, Jaime Leote do Rego, Filomeno da Câmara, José Carlos da Maia, Álvaro Nunes Ribeiro, Guilherme Ivens Ferraz, Vicente Almeida d´Eça, Jaime do Inso e Fernando Pereira da Silva.
    - As dos oficiais do Exército Aires de Ornelas e Fernando Freiria.
- As que tiveram natureza política, resultando da iniciativa de personalidades associadas da Liga Naval, ou de entidades exteriores, envolvendo um maior ou menor empenho e acolhimento explícito por parte da sua direcção. Referem-se, a título de exemplo, as conferências que foram feitas por Ladislau Batalha, Fernando de Sousa/ Nemo, Francisco Miranda da Costa Lobo, Alfredo Pimenta, António Sardinha, António Lino Neto e José Hipólito Raposo.
- As actividades de conteúdo cultural e científico, designadamente exposições de artes plásticas, concertos e recitais, cursos e conferências sobre temas musicais. Vale a pena sublinhar os nomes de Ruy Coelho, padre Himalaia,

[309] Fernanda de Castro, *Cartas para além do tempo*, [s.l.], Círculo de Leitores, 2006, p. 147. Segundo uma sua biografia (1915-1921), Fernanda de Castro namorou, antes de António Ferro e também na Liga Naval, com um "guarda-marinha loiro, de olhos azuis, bela aparência e muito simpático; mas o que começou por ser um namoro de janela acabou num noivado desinteressante". Ver http://www.fundacaoantonioquadros.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=36&Itemid=60&limit=1&limitstart=2 (consultado em 27 de Outubro de 2019).

António Xavier Cordeiro, Amadeo de Sousa-Cardozo, Diogo de Macedo, Francine Benoit, José de Almada Negreiros e Luís da Câmara Reis.

Algumas destas actividades foram realizadas por entidades exteriores à Liga, que cedia o salão, normalmente a troco de uma compensação monetária destinada a suportar os custos adicionais com o mordomo, a luz, a limpeza e o desgaste dos equipamentos.

No dia 4 de Dezembro de 1916, foi inaugurada uma exposição de pintura e desenhos de Amadeo de Souza-Cardoso (113 obras, no total), que incluía praticamente as mesmas que tinha mostrado no Porto (114), no mês anterior, no pavilhão do Jardim de Passos Manuel, um local de características populares entretanto desaparecido. Ao invés, o salão nobre do palácio Calhariz-Palmela tinha um ambiente "selecto", como o classificou o pintor[310].

A sede da Liga Naval não foi a primeira escolha de Amadeo que, possivelmente, não conhecia a sua localização e condições para acolher a mostra. De facto, em 11 de Novembro de 1916, escrevia a José Pacheko[311]: "Mais de 25.000 pessoas têm visitado a minha exposição no Porto […] Quer […] abrir na Galeria uma exposição minha? […] Tenho grande urgência […] de uma resposta sua concreta"[312]. Uma resposta presumivelmente pouco favorável do arquitecto-galerista, "não impediu o pintor de partir de comboio para Lisboa com 113 obras"[313].

O contacto de Amadeo com a Liga Naval, que conduziu o pintor a expor no palácio Palmela, foi intermediado pelo comandante Policarpo de Azevedo[314], fundador da Liga e

---

[310] Carta de 4 de Dezembro de 1916 ao seu tio Francisco Cardoso, Fernando Pamplona, *Chave da Pintura de Amadeo. As ideias estéticas de Souza-Cardoso através das suas cartas inéditas*, Lisboa, Guimarães Editores, 1983, p. 69.

[311] José Pacheco (1885-1934) "designava-se a si próprio "arquitecto pela graça de Deus" e assinava «Pacheko». Realizou poucas obras como arquitecto e como pintor, mas teve intensa actividade como animador cultural e artista gráfico". Ver https://modernismo.pt/index.php/j/225-jose-pacheco-1885-1934. Abriu, em 1916, uma galeria arte no Salão Bobone, pertença do fotógrafo Augusto Bobone, situado na rua Serpa Pinto, próximo da Liga Naval.

[312] Maria João Vasconcelos (Coordenação), *Amadeo de Souza Cardoso. Porto-Lisboa 2016-1916*, Catálogo de exposição, Anexo nº 3 – Correspondência seleccionada, Porto/ Lisboa, 2016, p. 295.

[313] Para as questões relacionadas com a exposição na Liga Naval, ver Marta Soares, "A pintura entre o cinematógrafo e a colecção oceanográfica", Maria João Vasconcelos (Coordenação), *Amadeo de Sousa-Cardozo […]*, pp. 67-85.

[314] Policarpo José de Azevedo nasceu em Lisboa em 1862, segundo filho do 3º visconde de Rio Seco, título a que ficou associado no livro de assentos na Marinha. Alistou-se em 1877 e serviu até 1924 quando, no posto de Capitão-de-mar-e-guerra, pediu a demissão da Marinha. Foi Ajudante de Campo honorário do rei D. Carlos e, em 5 de Outubro de 1910, comandava o cruzador "S. Rafael", tendo sido ferido quando se opunha aos marinheiros sublevados em favor da República. Foi membro fundador e dirigente proeminente da Liga Naval Portuguesa, ocupando em diversas ocasiões, entre 1906 e 1926, funções no Conselho Geral e no Conselho Regional de Lisboa da Liga Naval. Morreu em 1928.

amigo de Francisco Cardoso, o tio do pintor que sempre tinha apoiado a sua carreira artística.

As pinturas e desenhos, no já referido total de 113 obras, foram expostas no 4º andar do edifício da Liga, "espaço pequeno, segundo o pintor, que terá dificultado bastante a montagem. Sabemos, graças a Alfredo Pimenta, que os desenhos estavam dispostos numa mesa e que a iluminação era muito fraca"[315].

Em finais de 1914 a Liga tinha aprovado um "Regulamento para cessão temporária dos seus salões a diversões estranhas á Liga Naval"[316]. Entre actividades de outros tipos, por "soirée ou raout[317]" eram cobrados 40 mil reis (mais 10 mil por hora, depois da primeira), e por exposições no salão nobre, com entrada paga, eram arrecadados 10% da receita. Através das contas que o pintor fez da sua exposição, sabemos que Amadeo de Souza-Cardozo pagou 38 mil reis à Liga Naval pelo "aluguer das salas", que não estava tabelado no Regulamento pois a exposição era de acesso livre. O pintor pagou ainda mais 30 mil reis pelo "consumo de luz durante 15 dias", e 7 mil por "empregados"[318].

O significado da exposição de Amadeo na Liga Naval Portuguesa, em Lisboa, foi reforçado com o manifesto que José de Almada Negreiros, "poeta futurista", então publicou, com data de 12 de Dezembro de 1916, e o título "Exposição amadeo de souza cardoso Liga Naval de Lisboa", no qual afirmava:

> "Amadeo de Souza-Cardoso pertence à Guarda Avançada na maior das lutas que é o Pensamento Universal. Amadeo de Souza-Cardoso é a primeira Descoberta de Portugal na Europa no século XX. O limite da Descoberta é infinito porque o sentido da descoberta muda de substância e cresce em interesse – por isso que a Descoberta do Caminho Marítimo p´rá Índia é menos importante que a Exposição de Amadeo de Souza-Cardoso na Liga Naval de Lisboa […] começa já hoje, vai à Exposição na Liga Naval de Lisboa, tapa os ouvidos, deixa correr os olhos e diz lá que a Vida não é assim? Não esperes, porém, que os quadros venham ter contigo, não! Eles têm um prego atrás a prendê-los. Tu é que irás ter com eles. Isto leva 30 dias, dois meses, um ano mas, se tem prazo, vale a pena seres persistente porque depois saberás também onde está a Felicidade"[319].

---

[315] Marta Soares, *ob. cit.*, p. 70.
[316] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação* Avulsa, Caixa 1387/B – Maço 1.
[317] Termo francês, caído em desuso, que significava reunião mundana.
[318] Marta Soares, *ob. cit.*, p. 70.
[319] José de Almada Negreiros, *Textos de intervenção. Obras completas. Volume VI*, Lisboa, Editorial Estampa, 1972.

Entre a provocação e a afirmação de ruptura com o pensamento artístico dominante, Almada definiu assim a mostra de Amadeo como um manifesto de modernidade.

Foi a última exposição individual, a única em Lisboa, realizada em vida do pintor. Nascido em 14 de Novembro de 1887, em Manhufe, Amarante, morreu em Espinho, vítima da gripe espanhola, em 25 de Outubro de 1918.

Ao longo de 1916 e 1917, para além da exposição de Amadeo de Souza-Cardoso, tiveram lugar na sede da Liga Naval Portuguesa diversas manifestações culturais dignas de serem realçadas, incluindo as de outros representantes da corrente modernista. Entre elas contaram-se, em 1916, um concerto e um bailado de Ruy Coelho e uma exposição do escultor Diogo de Macedo, que trouxe para a Liga Naval (ainda em 1916, logo depois de Amadeo) os trabalhos que tinha acabado de expor na Sociedade Portuense de Belas-Artes[320]. No ano seguinte tiveram lugar na sede da Liga, um novo concerto de Ruy Coelho e um curso de música a cargo do mesmo compositor, de João Passos e António Thomaz de Lima.

Em 1921, em Abril ou Maio[321], foi na Liga Naval que Almada Negreiros realizou uma "leitura", a apresentação de *A Invenção do Dia Claro*, que conheceria edição impressa em Novembro na Olisipo, a editora criada por Fernando Pessoa nesse mesmo ano.

Maria José Almada Negreiros, nas suas *Conversas com Sarah Afonso*, relatou assim uma ocasião em que se cruzou com Almada: "Eu vinha do Calhariz a descer o Camões e vinha ele e o Santa Rita. Deviam ir à Liga Naval […] que era um sítio onde se faziam exposições e conferências, e lá iam os dois, o José à frente e o Santa Rita atrás, andam sempre em fila"[322].

Acolhendo exposições de artes plásticas, recitais de música e apresentações de literatura, a Liga Naval foi, durante este período da sua vida, um local de divulgação de cultura entre uma certa elite lisboeta, promovida pela geração que ambicionava afirmar uma estética nova ao mesmo tempo que marcava distâncias em relação à República.

---

[320] Ana Paula Machado e Elsa Soares, "Porto 1916", Maria João Vasconcelos (Coordenação), *Amadeo de Sousa-Cardozo […]*, pp. 134-135.
[321] O convite para a leitura, feito por António Ferro, não menciona a data, remetendo para a "próxima quinta feira, às cinco da tarde, na Liga Naval". Ver Biblioteca de Arte Gulbenkian, "Convite para a conferência A invenção do Dia Claro", 1921, cota DM 341/88.
[322] Maria José Almada Negreiros, *Conversas com Sarah Affonso*, Lisboa, Arcádia, 1982, p. 32.

2.3 Identidade

2.3.1 Símbolos e divisa

O lema da Liga Naval – "O Futuro de Portugal está no mar" – acompanhou-a desde muito cedo, como já acima referimos. A locução foi adaptada da frase "O futuro da Alemanha está no mar", referenciada como tendo feito parte de alocuções do kaiser quando se referia à política naval do seu país.

Pedro dos Santos Dinis, Capitão-de-fragata reformado desde 1887, sócio fundador da Liga Naval e um dos seus mais entusiastas colaboradores, popularizou a expressão numa conferência proferida na Liga Naval, em 11 de Dezembro de 1902, remetendo a sua origem para o imperador Guilherme quando inaugurou o canal que ligou o porto franco de Stettin (hoje na Polónia) com a capital do imperio" [323].

A primeira revisão dos Estatutos, aprovada por decreto de 24 de Dezembro de 1902, dedicou o seu capítulo XIII às "Insígnias da Liga Naval", mandando adoptar em bandeiras, galhardetes de embarcações e escudetes de uso dos sócios "o escudo das armas nacionais sobre a cruz de Christo, em encarnado". Em nova revisão estatutária, promulgada por decreto de 11 de Maio de 1905, foi aberto um capítulo (XV) dedicado a "Distinctivos e medalhas", que solenizou os símbolos exteriores de pertença à associação. Deste modo:

- Os sócios passaram a poder usar na lapela "um escudete branco, com a cruz de Christo, em encarnado, encimado pela coroa real, em ouro".
- Os sócios contribuintes, correspondentes e fundadores, ficaram com direito ao uso do mesmo distintivo, em maiores dimensões, para suspender ao pescoço, de uma fita de seda encarnada.
- Os membros do Conselho Geral, dos Conselhos Regionais e das Juntas Locais, passaram a poder usar um colar, constituído por uma sucessão de elos de amarra, com estai[324], âncoras do tipo "Almirantado"[325], sobrepostas a quadrantes náuticos seiscentistas e do principal símbolo da Liga, a cruz de Cristo, a que se sobrepunha o escudo das armas nacionais, encimado de coroa. Do colar, pendia

[323] Pedro Dinis, *O Futuro de Portugal está no Mar*, Lisboa, Liga Naval Portuguesa – Congresso Marítimo de 1902, 1903, p. 1.
[324] Reforço transversal a meio do elo.
[325] Com braços curvos e cepo, que entra em ângulo recto num furo no extremo livre da haste. O cepo é um varão forte destinado a obrigar o ferro (a âncora) a unhar, isto é, a enterrar-se no leito marinho onde o navio pretende fundear.

uma medalha com o mesmo símbolo atrás descrito "e, em volta, a legenda Talent de bien faire, e no reverso se leia: Liga Naval Portuguesa".

- Foi criada a "medalha de honra […] como alta distinção e singular homenagem de reconhecimento e aplauso social por assinalados serviços á sciencia, á nação portuguesa ou á Liga Naval". A medalha seria feita em ouro, de toque monetário legal, com o modelo que fazia parte do colar acima descrito. Não se conhecem registos da sua atribuição.

As edições de 1902 e 1903 do Boletim Oficial ostentavam no seu frontispício, uma figura de sereia, de longos cabelos e torso desnudo, que empunhava um tridente na mão direita e apoiava a esquerda no escudo nacional, um misto de Tágide e émulo feminino de Neptuno. Em fundo, silhuetas de navios à vela de grande porte e de outros tantos navios de perfil moderno.

Esta imagem romântica, com a qual, admitimos, os fundadores da Liga Naval terão pretendido evocar as glórias passadas, que era necessário fazer "ressurgir", evoluiu no sentido em que navegava a evolução das marinhas. Em 1905, quando o órgão oficial da Liga alterou o nome para *Boletim Marítimo*, a capa passou a ostentar uma representação de dois navios da sua contemporaneidade, um de guerra, o outro mercante, cujas chaminés emitiam aparatosas colunas de fumo negro, símbolo de velocidade e da tecnologia que tudo permitia alcançar.

No que pode ser tomado como uma metáfora de um certo apagamento da fase de "ressurgimento marítimo" da Liga, o reaparecimento do *Boletim*, em 1913, por breves meses, mostrava um frontispício graficamente discreto, não dando destaque a mais do que ao nome da Liga Naval Portuguesa.

A parafernália administrativa – designadamente cartões de identidade de dirigentes, papel de carta, envelopes, cartões e folhetos de divulgação de actividades – faziam uso de uma estilizada roda de leme de doze malaguetas, na qual se lia o lema "O Futuro de Portugal está no Mar". Nesta roda de leme, inscrevia-se o símbolo principal da Liga, com o escudo das armas nacionais (sem coroa, a partir da República), sobreposto à cruz de Cristo.

A Liga Nacional (1915-1918), criada no seio da Liga Naval e a que adiante aludiremos, viria a fazer uso do mesmo símbolo.

2.3.2 Divulgação e propaganda: do *Boletim Official* (1902-1904) ao *Boletim Marítimo* (1905-1913)

A publicação de um *Boletim*, "tanto quanto possivel mensal […] destinado a elucidar os seus associados sobre todos os trabalhos realizados", ficou consagrada na revisão dos Estatutos aprovada por um decreto de 24 de Dezembro de 1902.

O primeiro número do então chamado *Boletim Oficial* viu a luz do dia em Outubro de 1902. Tinha doze páginas e uma estrutura que, essencialmente, se iria manter durante o período da sua publicação, que decorreu com algumas intermitências até Outubro de 1910. Interrompida pela proclamação da República, a publicação foi retomada em 1913, por alguns meses, sendo depois suspensa em razão das dificuldades que a Liga então atravessava.

O aparecimento do *Boletim Oficial* da Liga Naval Portuguesa, em 1902, foi saudado em Portugal e, logo depois, em círculos militares de Espanha e França, que se desdobraram em referências elogiosas à obra que por cá se pretendia construir[326], a que se seguiram alusões igualmente lisonjeiras oriundas dos EUA[327]. O *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro e o *Heraldo*, de Goa, fizeram também menções aos textos surgidos nos números iniciais da revista da Liga[328].

O *Boletim* foi criado como órgão de divulgação e propaganda das actividades da Liga Naval Portuguesa, e de ligação entre a direcção e os associados. Foi, no entanto, sempre mais do que isso, constituindo um repositório de textos de natureza histórica, tratamento das problemáticas das marinhas de comércio, pescas e recreio, bem como relativos à acelerada evolução dos navios militares, impelida pela não declarada, mas evidente, preparação de um grande conflito armado na Europa.

Entre os meados de oitocentos e 1913, ano do fim da publicação do *Boletim Oficial*, designado *Boletim Marítimo* a partir de 1905, foram também publicadas as seguintes revistas, que se ocupavam das questões do mar e das colónias[329]: *Memorial Marítimo e Ultramarino* (número único, em 1836); *Anais Maritimos e Coloniais* (1840-1846); *Marinha e Colónias* (1856-1857?); *Revista Militar* (1840-); *Marinha e Ultramar* (1863);

---

[326] *Boletim Oficial*, Série II, nº 1 – Janeiro de 1903, p. 12.
[327] *Boletim Oficial*, Série II, nº 3 – Março de 1903, p. 53.
[328] *Boletim Oficial*, Série II, nº 7 – Julho de 1903, p. 175.
[329] Usamos, como base, a informação fornecida em António José Duarte Costa Canas e Alexandre Manuel Ribeiro Cartaxo, "Revistas marítimas publicadas no séc. XIX", *Revista Militar*, II Século, 51º Volume, nº 11/99, nº 2374, Novembro de 1999, pp. 1647-1667.

Revista das Colónias (1863-?); *Anais do Clube Militar Naval* (1870-), *Boletim da Sociedade de Geografia* (1876-); *Revista do Exército e da Armada* (1893, depois fundida com a *Revista Militar*) e *Revista Portuguesa Colonial e Marítima* (1897-1910).

Em virtude dos conteúdos de natureza cultural, técnica e profissional, o *Boletim* da Liga Naval Portuguesa pode ser considerado, a par das suas precursoras, acima referidas, no quadro descrito por Sérgio Campos Matos e Luís Aguiar Santos[330]:

> "O contributo dos oficiais da marinha para a cultura portuguesa contemporânea é a diversos títulos significativa. Das ciências humanas, com destaque para a história, aos múltiplos géneros literários (romance, drama, poesia), da tecnologia e estratégia militar ao cálculo náutico passando por diversos ramos das ciências da natureza (física, astronomia, meteorologia, oceanografia, hidrografia), da política ao direito internacional, da construção de portos e faróis às múltiplas actividades ligadas ao mar, pode dizer-se que em todos estes domínios os homens ligados à marinha marcaram presença".

Acompanhando o que se verificou em Espanha, o *Boletim Oficial* da Liga Naval Portuguesa apresentou-se com evidentes semelhanças com uma das publicações da "Liga Marítima Española", o semanário *La Vida Marítima – Revista de navegación, pesquerias e industrias de mar* (1902-1925)[331]. Estas analogias verificaram-se não apenas no âmbito e natureza do seu conteúdo, como também na estrutura gráfica. No entanto, não vão mais longe os paralelos entre os órgãos oficiais de ambas as ligas ibéricas: o *Boletim Oficial* português era "tanto quanto possível" mensal, enquanto o *La Vida Marítima* saía semanalmente, com um número de páginas muito superior ao seu equivalente português. Por outro lado, para além do semanário, a liga espanhola editava um *Boletín Oficial*, no qual publicava as actas das sessões e as "memórias" anuais.

Num outro ponto de contacto entre as associações portuguesa e espanhola, regista-se a nunca concretizada intenção da Liga Naval Portuguesa de publicar também uma Revista Marítima, prevista na revisão de 1902 dos seus Estatutos.

O *Boletim*, distribuído gratuitamente a todos os sócios que pagavam quotas, era dirigido por uma Comissão de Redacção de três membros. Estas funções foram preenchidas

---

[330] Sérgio Campos Matos e Luís Aguiar Santos, MATOS, Sérgio Campos e SANTOS, Luís Aguiar, "A Marinha e a cultura histórica em Portugal: entre tradição e modernidade (séculos XIX e XX), *Revista de História das Ideias*, Vol. 29 (2008), p. 431.

[331] Ricardo Arroyo Ruiz-Zorilla, Juan Pérez de Rubín e Alexandro Anca Alamillo, *La Real Liga Naval Española. Breve Historia de su Creación y de sus Primeras Iniciativas en Defensa de la España Marítima*, Madrid, Real Academia Española de la Mar, Plafix & Pezuela Editores, 2005, p. 142.

com grande estabilidade ao longo da primeira década do século, salientando-se os nomes do Primeiro-tenente Pereira de Matos e dos comandantes Guilherme Ivens Ferraz, Elísio Vieira dos Santos e Henrique Quirino da Fonseca.

Por decisão do Conselho Geral[332], tomada no último dia do ano de 1904, o *Boletim Oficial* surgiria, no primeiro mês do ano seguinte, com a designação de *Boletim Marítimo*, que iria conservar até ao seu desaparecimento em 1913. O *Boletim Marítimo*, que em 1908 tirava dois mil exemplares, também era distribuído pelos navios e outras unidades da Marinha, pelos jornais, Câmaras dos Pares (até à implantação da República) e dos Deputados, bem como por publicações de associações científicas nacionais e estrangeiras.

Com periodicidade teoricamente mensal, foi surgindo com alguns hiatos, sendo 1903 o único ano em que se publicaram 12 números, numa certa irregularidade que reflectiu o pulsar da vida da Liga Naval Portuguesa. Com o desaparecimento do *Boletim*, deixou também de existir uma fonte importante para a sua história.

Ao longo da sua existência, saíram 79 números, que totalizaram 1701 páginas (Apêndice 7).

2.3.3 Actividade editorial

A edição de monografias dedicadas a temas marítimos, integradas numa coleção designada Biblioteca da Liga Naval "onde se expusessem, com precisão e clareza, todos os conhecimentos indispensáveis aos officiaes da marinha mercante", foi decidida em 1901. Este propósito inicial evoluiu, a partir de 1908, com a publicação dos volumes V a VII, cujos conteúdos colocaram a colecção para além do universo de leitores que originalmente pretendia atingir[333].

A seguinte lista, das monografias editadas com a chancela da Liga Naval, indica também o seu preço de venda em 1909, sobre o qual os sócios gozavam de desconto:

Tabela 5 – Monografias editadas para a colecção "Biblioteca da Liga Naval Portuguesa"

[332] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, caixa 1387/ A – Maço 2, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 31 de Dezembro de 1904.
[333] *Liga Naval Portuguesa - Breve resenha […]*, pp. 75-76.

Nº	Autor	Título	Impressão	Ano	Preço (réis)
I	Capitão-de-mar-e-guerra João Braz de Oliveira,	*Apparelho e Manobra dos Navios* [334]	Lisboa, Tipografia da Livraria Férin	1903	500
II	Capitão-de-mar-e-guerra J. [José] Nunes da Mata,	*Rápido Estudo da Origem e Constituição da Terra. Elementos de meteorologia náutica e previsão do tempo*	Lisboa, Tipografia da Livraria Férin	1903	500
III	Segundo-tenente Joaquim Costa,	*Natação*[335]	Lisboa, Tipografia da Livraria Férin	1908	300
IV	Primeiro-tenente Carvalho Brandão Júnior,	*Elementos de Astronomia e Navegação*[336]	Lisboa, Tipografia da Livraria Férin	1908	1.000
V	Capitão-de-mar-e-guerra João Braz de Oliveira	*Narrativas Navais*[337]	Lisboa, Tipografia da Livraria Férin	1908	Fora do circuito comercial, destinou-se a ser entregue sob a forma de prémio.
VI	Primeiro-tenente António Pereira de Matos	*O Problema Naval Português*	Porto, Tipografia Pereira, 2 volumes	1908-1909	800
VII	Primeiro-tenente [Fernando] Pereira da Silva	*O nosso plano naval*	Lisboa, Tipografia Castro Irmão	1909	400
VIII	Ayres d´Ornelas	*A Política Marítima Nacional*	Lisboa, Centro Tipográfico Nacional	1910	

Todos os textos foram cedidos gratuitamente pelos seus autores e, com as oito edições, a Liga despendeu 4.800 reis, realçando mais tarde este bom emprego dos fundos da associação: "O que é mister apresentar aos maldizentes, para que possam ver como se gasta o dinheiro da Liga, e deixar de chorar o estipendio que ella recebia do Estado"[338].

[334] Foi publicada uma 2ª edição: Contra-almirante João Braz de Oliveira, *Aparelho e Manobra dos Navios*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1943.
[335] Segundo a Liga, foi o único livro impresso sobre o "moderno método devido ao Dr. Schäfer de chamar á vida um asfixiado [por afogamento]".
[336] Foram impressos 500 exemplares, para servirem de manual nas aulas de pilotagem, do curso ministrado na Liga Naval.
[337] Foi reeditado em 1970 com a chancela do Ministério da Marinha, na Colecção Documentos, na qual não é feita referência à edição de 1908.
[338] *Liga Naval Portuguesa - Breve resenha [...]*, pp. 75-76.

2.4 Principais áreas de actividade da Liga Naval

2.4.1 Ligações marítimas para África e Brasil

Tentativas de solução

As ligações marítimas para o Ultramar realizadas por navios com pavilhão nacional foram uma das bandeiras iniciais da Liga Naval Portuguesa. Era, aliás, um dos fins definidos nos primeiros estatutos, aprovados em 1901, e assim se conservou mas suas alterações posteriores (1902, 1905 e 1914).

A navegação para a África Oriental, constituiu o título do artigo assinado por António Pereira de Matos no número inaugural do *Boletim Oficial*, surgido em Outubro de 1902. Tratava-se de uma questão com permanência no tempo, pois o mesmo tinha acontecido mais de três décadas antes, em Dezembro de 1870, quando o primeiro número dos *Anais do Clube Militar Naval* foi integralmente ocupado com uma "Memória sobre o serviço das linhas de navegação por vapor para os portos d´Africa"[339].

A mesma problemática tinha já sido desenvolvidamente tratada pelo secretário-perpétuo da Liga na obra em dois volumes, de quase mil páginas, sobre a marinha mercante – *A Marinha de Comércio*, publicada em 1900-1901 quando tinha apenas 25 anos de idade[340]. Prefaciado pelo então Capitão-de-mar-e-guerra Augusto de Castilho, ao tempo director da Escola Naval, o texto tratava os navios de comércio sob os pontos de vista técnico, económico e jurídico e traçava o panorama internacional do transporte marítimo. O segundo volume era dedicado ao problema português, alargando-se pelo que designou como "o ressurgimento da marinha de commercio portugueza", e dedicando um capítulo ao papel do Estado e da iniciativa privada nas companhias de navegação. Defendeu então um plano de protecção à marinha mercante nacional, e propôs, em mais um sinal dos propósitos federadores que reservava para a então recém-criada associação, que a Liga Naval Portuguesa funcionasse como "Conselho Superior da Marinha Mercante", o que não veio a acontecer.

A marinha de comércio portuguesa tinha conhecido, em 1880, um arranque prometedor, ainda que o futuro se viesse a revelar pleno de sobressaltos. As ligações marítimas regulares para a África Ocidental, foram inauguradas, com pavilhão português,

---

[339] "Memória sobre o serviço das linhas de navegação por vapor para os portos d´Africa", *Anais do Clube Militar Naval*, nº 1, Lisboa, Typographia do Futuro, Dezembro de 1870.
[340] A. Pereira de Matos, *A Marinha de Commercio. Estudo*, 2 volumes, Porto, Magalhães e Moniz Editores, 1900-1901.

pelos navios da Empresa Nacional de Navegação a Vapor para a África Portuguesa, um nome que era um programa, quanto à tecnologia empregue[341]. Foram seus accionistas as famílias Bensaúde, de S. Miguel, Açores, Lima Mayer, António José Gomes Neto e Ernesto George[342]. As famílias Bensaúde e Mayer eram então também accionistas do banco Lisboa & Açores que, fundado em 1875, participava igualmente no capital da nova companhia de navegação, que assinou, com o Estado, um contrato de exclusividade do transporte marítimo para a África Ocidental.

Sete anos após a criação da Empresa Nacional de Navegação, foi constituída a Empresa Africana de Navegação a Vapor, para praticar os mesmos portos de Cabo Verde e Angola. Foi depois necessário esperar até 1889, o ano seguinte ao da constituição da Mala Real Portuguesa, para que tivesse lugar a primeira viagem para os portos da África Oriental, carreira que, a partir de 1891, passou a realizar-se pelo canal do Suez, estando longe de ter constituído um sucesso. A Mala Real tinha sido o produto de uma parceria entre o governo e dois comerciantes da praça de Lisboa, Sousa Leal e Sousa Lara, mas a concorrência da Empresa Nacional e a insuficiência do capital investido acabaram por arrastar a Mala para um declínio "que só um largo favor do Estado sustentava"[343].

Depois da falência da Mala Real, em 1893, a carreira foi realizada por empresas estrangeiras, mediante acordos com o governo português até que, em 1903, foi celebrado um novo contrato com a Empresa Nacional de Navegação, que se manteve até à remodelação do armamento nacional nos anos a seguir à Guerra.

Em 1891 foi criada a Companhia de Vapores para a África Ocidental, conhecida como a Linha Benchimol & Sobrinho, que teve vida curta, depois de ter tentado ainda a carreira do Brasil com a denominação de Empresa de Navegação Cruzeiro do Sul.

Vale a pena determo-nos mais um pouco sobre o caso de Moçambique, que era mais complicado do que o das colónias do Atlântico, pois sofria a concorrência dos mais bem apetrechados concorrentes ingleses e alemães, especialmente interessados no comércio marítimo com a África do Sul e a Rodésia, em cujo contexto escalavam os portos de

[341] Em 1918 a empresa transformou-se e passou a designar-se Companhia Nacional de Navegação (1918-1985).
[342] Luís Miguel Correia, *Paquetes Portugueses*, Lisboa, Edições Inapa, 1992, pp. 25-54. Quando não é indicada outra fonte, esta obra foi usada como referência para outras informações sobre a história de navios mercantes e companhias portuguesas de navegação, no período que interessa a este estudo.
[343] A. Pereira de Matos, *A Marinha de Commercio […]*, Tomo I, p. 40.

Lourenço Marques e da Beira[344]. Todos os compromissos assumidos por estas companhias, tinham como contrapartida o desembolso de subsídios pelo tesouro público.

Numa sua deslocação a Lisboa em 1897, o Comissário Régio Mouzinho de Albuquerque procurou influenciar aquela questão defendendo o que designou como a nacionalização do comércio externo de Moçambique, cuja concretização dependeria também de estarem em mãos portuguesas os transportes marítimos. Escreveu depois, no livro em que relatou a sua comissão naquelas funções:

> "cheguei à conclusão que as companhias portuguesas exigiam um subsídio mínimo de 270 contos anuais para fazer essas carreiras pelo canal do Suez e, nem o governo da metrópole se acha em circunstâncias de dar tamanho subsídio, nem o da província pode por agora fazer face a uma parte importante de tão grande encargo. Quere-me parecer entretanto que da Empresa Nacional, que tão grandes lucros aufere na África Ocidental, não seria muito difícil obter uma carreira mensal para Moçambique, a troco de lhe conservar a sua situação privilegiada na outra costa"[345]

"Estamos sem marinha mercante": a contribuição da Liga Naval para os transportes marítimos para África e Brasil

Como acentuou o comandante Pedro Dinis, um dos mais proeminentes sócios da Liga Naval, num texto publicado no *Diário de Notícias* de 23 de Novembro de 1903, a necessidade de uma carreira frequente para a África Oriental não se justificaria com o volume do comércio externo moçambicano

> "porque não superabundem actualmente os géneros de exportação, ou porque a importação seja tão intensa que exija maior numero de navios; mas para que a falta de vapores portugueses não dê razão aos carregadores para procurarem os navios estrangeiros, com os quaes virão por fim habituar-se".

Eram, portanto, razões de soberania que a Liga Naval invocava para que a carreira para Moçambique permanecesse com uma regularidade pelo menos mensal.

A Índia era um problema à parte, pois lá não chegavam navios de bandeira portuguesa, sendo que a navegação entre Goa, Damão e Diu estava igualmente sujeita a pequenos navios de bandeira inglesa. Em Dezembro de 1903, a Secção de Propaganda Marítima da

---

[344] Jorge M. Pedreira, "Imperialismo e economia", Francisco Bethencourt e Kirti Chaudiri (Direcção), *História da Expansão Portuguesa*, Volume V – Do Brasil para África (1808-1930), [.s.l.], Círculo de Leitores, 1998, pp. 286-287.

[345] Mouzinho de Albuquerque, *Moçambique 1896-1898*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1934 [1ª edição 1899], p. 189.

Liga, enviou ao Conselho Geral um estudo da situação, no qual defendia a constituição de uma companhia de navegação luso-indiana:

> "a nossa India é pobre e não avultam n´ella os grandes capitalistas, mas há os gentios ricos e parsees[346] de origem e nacionalidade portuguesa que não duvidarão entregar capitaes a uma exploração que saibam protegida pelo governo português e que seja dirigida por indivíduos sérios, honestos e com pratica dos serviços de navegação commercial"[347].

Na sessão da Câmara de 17 de Fevereiro de 1902, o deputado Anselmo Vieira, sócio da Liga Naval, apresentou uma representação da associação pedindo o restabelecimento da navegação a vapor para o Brasil[348]. Por iniciativa de Júlio de Vilhena, que presidia à Comissão Executiva da Liga Naval, esta representação foi, no dia seguinte, remetida às comissões de Comércio e Indústria e de Marinha[349], onde deve ter ficado a acumular pó.

Em Março de 1903, a Liga Naval regressou ao assunto, através do seu *Boletim Oficial*, com os argumentos habituais da ruína do comércio nacional e da morte anunciada das colónias, por ausência de marinha mercante de bandeira portuguesa, um vazio preenchido por navios de pavilhão estrangeiro, largamente subsidiados pelo governo. Não obstante um tão negro panorama, o autor – o Capitão da marinha mercante Guilherme Augusto Vidal Júnior, optimista sócio da Liga Naval, ainda invocava:

> "o Principe Perfeito e Vasco da Gama, para depositar as suas esperanças que estando reunidas importantes individualidades na benemérita Liga Naval, o ressurgimento da marinha mercante não tardará"[350].

Nos princípios de 1904, o assunto continuava sem solução e regressou à primeira linha das preocupações da Liga, através de uma conferência do oficial da marinha mercante Marcos Vieira da Silva, e de uma carta dirigida à redacção do *Boletim Oficial*, na qual se acusava a Empresa Nacional de Navegação, monopolista das carreiras para as colónias, de

---

[346] Ou "Parses" constituíam uma comunidade originária da Pérsia, de onde partiram no séc. VII em sucessivas migrações. Os que se estabeleceram na Índia contactaram com os portugueses quando da integração de Baçaim no Estado da Índia, em 1534. Os parses concentraram-se depois em Bombaim, onde ascenderam na escala social e nos negócios.
[347] *Boletim Oficial*, Série II, nº 12 – Dezembro de 1903, pp. 328-329.
[348] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 17 de Fevereiro de 1902, p. 18.
[349] *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, Sessão de 18 de Fevereiro de 1902, p. 140.
[350] G. A. Vidal Júnior, "Navegação para o Brasil", *Boletim Oficial*, Série II, nº 3 Março de 1903, pp. 67-69.

não se interessar pelo movimento de passageiros entre Portugal e o Brasil, por ser "rotineira e agarrada ao dinheiro"[351].

A questão das carreiras de bandeira portuguesa para Angola e Moçambique continuou, em 1905, a constituir uma das principais questões de combate da Liga Naval. Em Maio desse ano, a Liga apresentou um relatório que, em causa própria, considerou como "um extenso e valioso documento"[352]: Nele abordava o assunto das ligações marítimas da metrópole com as colónias africanas e asiáticas, sendo que para estas últimas deveriam ser contratadas companhias estrangeiras, inglesas no caso de Índia, japonesas nos casos de Macau e Timor. O relatório propunha destinos, escalas, periodicidade de viagens, duração dos contratos e subsídios a conceder.

A Comissão da Marinha Mercante do ministério da Marinha e Ultramar publicou, em 1906 um estudo para o lançamento de diversas carreiras para portos do Brasil[353], no qual analisou os respectivos custos e apontou algumas vias para o seu financiamento. Mais uma vez, nem se colocava a possibilidade de aquelas linhas serem rentáveis, pelo que tudo passaria por desembolsos do tesouro sob a forma de subsídios que, é preciso sublinhar, constituíam também a prática americana, francesa e italiana, como assinalava a autoria do estudo.

O Capitão-tenente José Francisco da Silva, professor da Escola Naval, sócio fundador da Liga Naval e secretário da Comissão da Marinha Mercante, realizou, na sede da Liga em Março de 1907, uma conferência sobre a navegação para o Brasil. Assistiram "o sr. ministro da Marinha, o cônsul d´esta nação, grande numero de negociantes e numerosos officiaes da armada". Segundo o orador, o País registava então cerca de cem mil toneladas de arqueação, estando longe do topo de uma lista encabeçada pela Inglaterra, que presidia aos mares, com quase 11 milhões. "Estamos sem marinha mercante", disse o comandante José Francisco da Silva, adiantando que a navegação para o Brasil, seria capaz de alterar a situação, pois o comércio entre ambos países atingia 122.000 toneladas de bens e 30.000 portugueses, em média, emigravam anualmente para a república sul-americana. Apesar das muitas dificuldades que tinham atravessado as experiências anteriores, quanto às companhias que armavam navios com pavilhão nacional para as carreiras da América do Sul, e apesar da "guerra de tarifas" que os estrangeiros não deixariam de mover, aqueles

[351] *Boletim Oficial*, Série III, nº 3 Março de 1904, pp. 82-83.
[352] *Boletim Marítimo*, Série IV, nº 5 – Maio de 1905, pp. 137-139.
[353] Comissão da Marinha Mercante - Ministério da Marinha e Ultramar, *Navegação para o Brasil*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1906.

valores encorajaram-no a proclamar a marinha mercante, a par dos caminhos de ferro, como "a base indispensável do fomento do commercio e portanto da riqueza nacional"[354].

Os esforços da Liga Naval junto dos governos não terão sido alheios à iniciativa tomada em princípios de 1907 pelo governo de João Franco, ao apresentar uma proposta de lei que deveria conceder-lhe autorização para atribuir um subsídio anual no valor máximo de 444 contos, durante quinze anos, "à sociedade anonyma que se constituir para fazer carreiras regulares entre os portos de Portugal e os dos Estados Unidos do Brasil"[355]. A proposta entregue ao parlamento foi assinada pelo ministro da Fazenda Ernesto Diesel Schröter e pelo ministro da Marinha Aires de Ornelas, sócio da Liga Naval.

Cerca de um mês depois, a Liga procurou influenciar o desfecho da proposta, ao enviar uma representação à Câmara dos Deputados, pedindo a sua aprovação[356], mas o ambiente político e económico, por um lado, e a pressão das companhias de navegação estrangeiras que dominavam as rotas para o Brasil, por outro, não pareciam favorecer uma nova tentativa de entrada em operação de uma companhia portuguesa. O contrato ficou, uma vez mais, por concretizar.

A questão da navegação com bandeira portuguesa para o Brasil foi sendo recorrentemente levantada, designadamente no parlamento, em conferências públicas e nas páginas dos *Anais do Clube Militar Naval*, continuando também a ser objecto da atenção da Liga Naval. No rol de conferências realizadas na sua sede, encontramos algumas iniciativas directamente ligadas ao problema: em 1902, da autoria de António Zeferino Cândido[357]; em 1908, por João Carlos de Oliveira Leone[358]; em 1909, pelo mesmo autor, em réplica a críticas à sua conferência do ano anterior; em 1913, ainda por João Carlos Leone. Para além destas iniciativas, a Liga acolheu, na sua sede, outras conferências de natureza mais global sobre a temática da marinha mercante. A última delas, teve lugar em 1910.

---

[354] *Boletim Marítimo*, Série VI, nº 3 – Março de 1907, pp. 48-49.
[355] *Boletim Marítimo*, Série VI, nº 2 – Fevereiro de 1907, pp. 36-38.
[356] *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Sessão nº 37, de 6 de Março de 1907, p. 11.
[357] António Zeferino Cândido foi professor de matemáticas na Universidade de Coimbra. Viveu depois durante 20 anos no Brasil, onde foi proprietário de um colégio e fundou e dirigiu jornais. Regressado a Lisboa em 1901, fundou e dirigiu o jornal *A Época* (1902-1909).
[358] Oficial da marinha mercante e sócio da Liga Naval Portuguesa.

2.4.2 A actividade assistencial da Liga Naval Portuguesa

Até à República, a assistência em Portugal teve um carácter quase exclusivamente caritativo através, designadamente, das Misericórdias e de outras, menos numerosas, associações particulares.

Embora a Carta Constitucional já referisse o assunto dos "socorros públicos", a assistência pública como um direito surgiu consagrada na Constituição de 1911:

> "Título II – Artigo 3 - A Constituição garante a portugueses e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade nos termos seguintes: […] 29.º É reconhecido o direito à assistência publica.".

O preceito constitucional, bem como as medidas legislativas subsequentes, incluindo o estabelecimento em 1919 dos seguros sociais obrigatórios "não passaram do papel ou tiveram escassa aplicação"[359].

Quanto às associações de socorros mútuos, surgidas em meados do séc. XIX, conheceram algum desenvolvimento – em 1903 existiam 589 instituições com este fim – ainda que tivessem um âmbito predominantemente urbano[360].

Como acima referimos, um dos fins estatutários da Liga Naval era "Dispensar á população marítima o possível auxilio moral e material". Ainda que não mencionando explicitamente as formas que aquele auxílio deveria assumir, a prática cedo revelou uma vontade de melhorar o ambiente social nas marinhas de comércio e das pescas. Se, em Portugal, não era ainda o Estado a ocupar-se do apoio social às classes trabalhadores – designadamente as mais pobres, como era a dos pescadores – a Liga Naval, seguramente sob o impulso dos ideais do seu secretário- perpétuo, procurou intervir no referido domínio.

Um plano de assistência para os que "envelheceram no mar"

Em 15 de Novembro de 1902, a direcção da Liga Naval recebeu um relatório que tinha encomendado a personalidades ligadas à marinha mercante, sobre "a instituição de um

---

[359] Irene Flunser Pimentel, "A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40", *Análise Social,* vol. XXXIV (151-152), 1999 (2.º-3.º), p. 478.

[360] A. H de Oliveira Marques e Luís Nuno Rodrigues, *Nova História de Portugal*, Capítulo VI – A Sociedade e as Instituições Sociais, Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Volume XI – *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 237.

asylo para inválidos do mar, e uma caixa de pensões aos necessitados que, tendo envelhecido no mar, a ellas tenham direito"[361].

As condições de admissão propostas, requeriam sessenta anos de idade, quarenta de "inscripto marítimo" e trinta de embarque, para que oficiais, marinheiros, moços, fogueiros, chegadores e criados, nacionais ou estrangeiros que preenchessem os requisitos exigidos aos portugueses, tivessem direito a uma pensão, diferenciada por categorias. O seu financiamento, teria como base descontos de 2% nas soldadas das equipagens dos navios, bem como parte dos emolumentos cobrados pelo exercício de actos legais a bordo. Acresceria a contribuição voluntária dos armadores e, finalmente, o "produto de quaisquer receitas voluntarias eventuais, dos "amigos do mar"".

A uma circular então enviada pela Liga Naval aos armadores, respondeu prontamente a Empresa Nacional de Navegação, cuja carta nos fornece elementos interessantes para contextualizar o questão da assistência aos marítimos. Assinada pelas firmas Bensaúde & Cª e Gomes Neto & Cª, lembra a Liga que

> "a maioria das equipagens da marinha mercante, não é da capital; naturaes de vários pontos do continente, ilhas adjacentes e Africa, os marinheiros, em regra, ao retirarem-se da vida activa, por causa da velhice ou inhabilidade, sacrificariam todo o seu bem estar no asylo, pelo regresso, embora em condições precárias á terra natal, na esperança de alli acabarem os seus dias junto a qualquer parente ou amigo. Assim […] a creação de um fundo para auxiliar esta gente, seria o que mais conviria […] Houve, em tempo, em Lisboa, um monte-pio marítimo; rara, porem, foi a gente do mar que n´elle se inscreveu".

A empresa dispôs-se a colaborar, mas a carta que escreveu à Liga evidenciou que a questão tinha especificidades a considerar: melhor do que a via directa das casas de acolhimento na velhice e da concessão de pensões, seria uma solução que tivesse em conta o ambiente social que os "inválidos do mar" mais desejariam para se acolherem no final da vida.

Uns meses depois, foi a vez de escreverem à Liga outras empresas de navegação – a Parceria Geral de Pescarias e a Empresa Insulana de Navegação, e um armador – o capitão e proprietário do patacho "Viajante II", manifestando a sua adesão à ideia do asilo para

[361] *Boletim Oficial*, nº 2 – Novembro de 1902, pp. 24-25.

"marinheiros velhos", ainda que a Parceria, como antes a Empresa Nacional de Navegação, tivessem manifestado dúvidas quanto à sua concordância com tal proposta:

> "É, porem, nossa convicção que aos interessados repugnaria instinctivamente o internato n´um asylo, mesmo que na própria terra da sua naturalidade"[362].

Em Julho de 1903, o grupo de sócios encarregados de desenvolver a decisão tomada no Congresso Marítimo Nacional sobre a organização de uma caixa de pensões para marítimos inválidos, apresentou as suas propostas ao Conselho Geral da Liga Naval. Sobre a criação de um asilo, os membros da comissão foram unânimes:

> "os marinheiros antes veriam [nele] uma prisão, do que um logar onde, no ultimo quartel da vida, já exaustas as forças para as fainas do mar, viessem a encontrar repouso e conforto. A creação de um asylo seria, pois, um gasto inútil, de aluguer de casa, de instalações e de pessoal".

Deste modo, o projecto avançou apenas com a caixa de pensões, que deveria beneficiar quem contribuísse monetariamente, para "habituar os menos previdentes a cuidar do seu futuro e dos seus filhos, e ao mesmo tempo a interessar todos os marítimos na Liga Naval"[363]. A criação da Caixa de Pensões a Marítimos Inválidos foi decidida na reunião do Conselho Geral da Liga de 5 de Agosto daquele ano, na qual foi igualmente aprovado o respectivo regulamento. O seu financiamento seria essencialmente assegurado pela quotização dos associados, pelos donativos dos armadores e pela afectação de 10% do subsídio que, provindo das receitas fiscais do bacalhau desembarcado em Portugal, os cofres públicos entregavam à Liga Naval[364].

Dois anos mais tarde, em Janeiro de 1905, a Caixa começou a admitir os primeiros sócios. Presidida pelo marquês do Faial[365], ficou instalada na sede da Liga Naval Portuguesa, então localizada no palacete Ferreira Pinto Basto[366] e funcionou nos termos gerais em que tinha sido concebida em 1902. As fontes de financiamento da sua actividade, agora definidas em pormenor, incluíam também o "produto liquido de quaisquer festas realizadas para esse fim beneficente", bem como "10 por cento das receitas liquidas

---

[362] *Boletim Oficial*, Série I, nº 3 – Dezembro de 1902, pp. 67-68.
[363] *Boletim Oficial*, Série I, nº 7 – Julho de 1903, pp. 181-182.
[364] *Ibid.*, pp. 210-211.
[365] António Sampaio e Pina de Brederode, oficial da Armada na Reserva e 3º duque de Palmela, por casamento com Maria Luísa Holstein.
[366] *Boletim Marítimo*, Série IV, nº 1, Janeiro de 1905, pp. 30-31.

provenientes dos jogos e outras diversões que se realizem na sede da Liga Naval", ou "a bordo dos navios mercantes". Esta última disposição é curiosa, na medida em que define a arrecadação de receitas obtidas num local – os navios mercantes – sobre o qual nem a Liga Naval nem a Caixa de Pensões tinham jurisdição, mas sugerindo já o carácter oficioso que a Liga viria a adquirir no ano seguinte.

A "Grande Pesca" e o apoio da Liga Naval à "Societé des Oeuvres de Mer"

A "Societé des Oeuvres de Mer" foi fundada em França, em 1894, por iniciativa de Bernard Bailly, oficial da "La Royale", como também era conhecida a Marinha francesa, em ligação com a Congregação dos Agostinianos da Assunção. A "Societé" tinha como fins o apoio aos pescadores franceses, ao largo da Terra Nova e da Islândia que, nos finais do século XIX, eram entre dez e doze mil, embarcados em cerca de 450 navios[367].

Para além dos franceses, também pescavam bacalhau os ingleses, dinamarqueses, noruegueses e portugueses. Diferiam, de nação para nação, as técnicas empregues e as águas de pesca. No vasto estudo que, em 1900-1901, publicou sobre a marinha mercante[368], António Pereira de Matos tinha incluído umas páginas relativas à pesca do bacalhau, uma questão que dominava com segurança, ainda que tenha modestamente afirmado que lhe faltava autoridade na matéria, pelo que o texto que lhe dedicava seria apenas singelo. No entanto, forneceu informações importantes. Uma das mais curiosas, refere-se ao facto de os navios portugueses nunca se terem aventurado na pesca nos bancos da Islândia "porque n´ella são as dificuldades e riscos muito maiores que na Terra Nova", porventura porque os navios empregues não o aconselhavam.

Outra questão dizia respeito ao número de navios portugueses, que estava limitado devido a uma "celebre portaria de 14 de Abril de 1886". Este preceito legal, que regulava a fiscalidade aplicável ao bacalhau desembarcado por navios portugueses em portos nacionais, restringia na prática o número de navios empregues naquela faina aos doze então existentes. Esta limitação foi sendo desmantelada, até que, em 1910, estava abolida aquela "anti-liberal" disposição legal, o que permitiu o aumento dos navios do bacalhau, que já

[367] R. W. H. Miller, "The Societé Oeuvres de Mer: Welfare Work among French Fishermen off Newfoundland and Iceland", *Newfoundland and Labrador Studies*, Volume 20, nº 2, 2015 (https://journals.lib.unb.ca/index.php/nflds/article/view/5613/6583 (Consultado em 28 de Setembro de 2018).

[368] A. Pereira de Matos, *A Marinha de Commercio. Estudo*, 2 volumes, Porto, Magalhães e Moniz Editores, 1900-1901. Ver também Ricardo Lisboa da Graça Matias, *Arrastões do Bacalhau (1909-1993)*, Dissertação de Mestrado em História Marítima, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Escola Naval, 2016, não-publicado, especialmente pp. 16-28, para o nosso período de interesse

eram trinta e dois naquele ano[369]. Este aumento foi reclamado pela Liga Naval como um resultado da sua acção junto dos poderes públicos.

A "Societé des Oeuvres de Mer" mantinha um navio-hospital nos mares da "grande pêche", o "grand métier", como a apelidavam também os franceses[370]. O navio prestava "carinhosa assistência aos marítimos empregados na pesca do bacalhau", razão pela qual a Liga Naval contribuía anualmente com 500 francos, para que a "Societé" estendesse o seu apoio aos pescadores portugueses.

O Instituto de Socorros a Náufragos partilhava com a Liga Naval a condição de subscritor "dans la généreuse nation portugaise", como anunciou o boletim anual da "Societé" de 1909. Neste ano, a Liga fazia um balanço positivo do apoio prestado pelos navios-hospitais franceses à pequena frota portuguesa, que deram assistência a 18 marinheiros, embarcados em 11 dos 32 navios que pescavam bacalhau nos bancos da Terra Nova[371]. O *Bulletin* da "Societé" de Fevereiro de 1913[372], fazia menção ao salvamento de toda a equipagem do palhabote português "Figueira", que se tinha afundado durante uma violenta tempestade, referindo ainda o reconhecimento que era manifestado pelos marinheiros portugueses à assistência que recebiam do navio de apoio francês.

Não foi possível apurar com exactidão o período em que a referida contribuição foi paga, sabendo-se que estava ainda em vigor em 1912[373].

2.4.3 As Comissões Defensoras das Pescarias: "Sede amigo dos pequenos peixes"

As Comissões Defensoras das Pescarias foram criadas a partir de um dos votos aprovados no Congresso Nacional de Pescarias, que decorreu em Viana do Castelo, em 1904, organizado pela Liga Naval. Inspiradas em iniciativa congénere da Liga Naval Alemã, constituíam um desdobramento das Juntas Locais, procurando garantir a presença da Liga Naval nas localidades piscatórias de menor dimensão, designadamente as de águas interiores.

Um inventário daquelas Comissões, publicado em Janeiro de 1907, contabilizou a existência de sessenta e três, todas referentes a localidades do norte do País e, na maioria,

---

[369] Id., *ibid.*,.
[370] Em Portugal foi corrente a expressão "Faina Maior".
[371] *Boletim Marítimo*, Série IX, nº 4, 1910, pp. 80-81.
[372] *Boletim Marítimo*, Série X, nº 4, Abril de 1913, pp. 9-10.
[373] *Liga Naval Portuguesa – Breve resenha […]*, pp. 68-69.

constituídas por três membros. A instalação das Comissões contou com o apoio do Arcebispo de Braga e a ajuda do clero foi crucial: trinta daquelas comissões tinham como primeiro nome o do pároco, abade ou reitor[374], mostrando como então a pesca das almas parecia convergir com a do alimento. O *Boletim Marítimo* de Janeiro de 1913, dava conta que tinham sido instaladas, até 1911, quinhentas e vinte e cinco daquelas comissões[375].

O grande obreiro desta iniciativa foi Manuel Cândido Loureiro, funcionário dos correios em Viana do Castelo e grande entusiasta da Liga, ao ponto de ter sido nomeado chefe da Missão de Propaganda da Liga Naval no Norte do País, em 1904, e de ter desempenhado um papel crucial na organização do Congresso de Pescarias, ali realizado naquele ano[376].

A criação das missões de propaganda ficou estabelecida nos estatutos da Liga revistos em 1905, ocupando todo o seu capítulo XIII. Nele se dispunham, com detalhe, as respectivas competências, entre as quais se encontrava a de "instalar" as comissões de defesa das pescarias. A estas cabia um extenso e ambicioso elenco de responsabilidades, designadamente:

- Zelar pelo impedimento do despovoamento das águas marítimas e fluviais.
- Promover a piscicultura.
- Estudar a flora e fauna aquática.
- E por último, uma tarefa que tinha um curioso meio de concretização: "interessar o povo pelas pescarias, promovendo o desenvolvimento da pesca sportiva"[377].

As instruções dadas às comissões eram minuciosas até à exaustão, um verdadeiro manual dos tipos de peixes e seus ovos, bem como da vegetação que completava o seu habitat. O detalhe era notável, como vemos no exemplo seguinte: "Durante as primeiras semanas […] lance-se ás trutazinhas, pela manhã cedo e á tardinha, sangue ou fígado de boi", a que se seguia o modo de preparação deste tónico alimentar dos jovens peixes. É plausível que o vasto elenco de instruções em causa não tenha sido obra da Liga, antes devendo ter sido transcrito de textos produzidos por pessoas ou organismos especializados – possivelmente fruto do labor anterior da Comissão Central de Pescarias, o que, todavia,

[374] *Boletim Marítimo*, Série VI, nº 1, Janeiro de 1907, pp. 19-20.
[375] *Boletim Marítimo*, Série X, nº 1, Janeiro de 1913, p. 3.
[376] *Liga Naval Portuguesa – breve resenha […]*, pp, 25-26.
[377] *Estatutos da Liga Naval Portuguesa*, 11 de Maio de 1905.

não retiraria o mérito da sua divulgação, mesmo que os párocos tivessem que o recitar, ao estilo de catecismo, aos mais de 75% da população que era analfabeta[378].

Não existe rasto documental da criação ou actividade de outra Missão de Propaganda, para além da que Cândido Loureiro chefiou no Norte de Portugal. Também neste domínio, prevaleciam a iniciativa, o esforço e o interesse individual.

O "incansavel dirigente da 1ª missão de propaganda no norte de Portugal" apresentou, com data de 28 de Dezembro de 1907, um relatório detalhado sobre a actividade desta extensão da Liga Naval, de que era "dirigente e único colaborador"[379]. A descrição de Manuel Cândido Loureiro procurava dar conta das iniciativas que lançou e que, na quase totalidade, esbarraram no abandono a que estavam votadas a pesca e os pescadores. Tal é visível nas situações seguintes:

- Tentativa de estabelecer uma aula de pesca, que fosse capaz de suprir a ausência de ensino profissional, para "melhorar as condições de vida do pescador do norte – sempre na miséria, sempre imprevidente, sempre rotineiro […] Rude e ignorante, não vê. Na sua cegueira é desconfiado e prejudica o paiz, porque não produz o que podia e devia produzir". Aberta a matrícula, apareceram-lhe 12 alunos, nas aulas que decorriam aos domingos, a hora que não perturbasse as actividades da pesca. Tudo correu bem, até ao dia em que Manuel Cândido defendeu as "armações à valenciana", usadas na pesca da sardinha: "no dia seguinte nenhum voltou á aula […] Por ordem das famílias!…". A ignorância, defendia o chefe da missão, estava na raiz da rejeição de novas técnicas de pesca, mais produtivas e menos nocivas para a conservação das espécies. O tema do ensino profissional das pescas, que tinha sido anteriormente levantado, tanto no Congresso de Pescarias, em 1904, como no anterior Congresso Marítimo Nacional de 1903, foi retomado num texto publicado no órgão oficial da Liga, em Abril de 1908[380]. O autor, que assinou C. L. [Cândido Loureiro], levantou então a necessidade da sua existência, determinante para o progresso da indústria que, em 1905, ocupava mais de

[378] Em 1900, nos distritos ribeirinhos, o analfabetismo era superior a 85% em Leiria e situava-se entre 75 e 85% em Viana do Castelo, Braga, Aveiro, Coimbra e Faro. Apenas Porto, Lisboa e Setúbal se situavam no intervalo entre 50 e 75%. Ver Luís Alberto Marques Alves, "O ensino", *Nova História de Portugal*, Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 12 Volumes, Volume X, *Portugal e a Regeneração (1851-1900)*, Coordenação de Fernando de Sousa e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 2004, p. 315.
[379] *Boletim Marítimo*, Série VII, nº 1, Janeiro de 1909, pp. 13-16.
[380] *Boletim Marítimo*, Série VII, nº 4, Abril de 1908, pp. 49-50.

quarenta e cinco mil pessoas e produzia um valor de 4.334 contos de réis. O ensino, prosseguia no seu escrito, era indispensável para que o pescador deixasse de rejeitar as "artes novas", mais produtivas e rentáveis. Para além das convicções e das práticas ancestrais, temia ainda que "explorando taes artes a partilha do lucro se não fará nas mesmas circumstancias que actualmente". A insistência no tema não surpreende, pois o ensino profissional, que tinha as suas raízes na reforma de Fontes Pereira de Melo, em 1852, cobria as áreas agrícola e industrial (e comercial, a partir de 1866), mas excluía as pescas. Tanto esta iniciativa, que constituiu a "principal novidade do sistema educativo português da segunda metade do século XIX", como as alterações posteriores, da responsabilidade de António Augusto de Aguiar (1884), Emídio Navarro (1888), João Franco (1891) e Bernardino Machado (1893), proporcionavam ensino a profissionais como os pintores, bordadeiras, serralheiros civis, encadernadores, fundidores, tecelões e fogueiros, mas deixaram sempre de fora os pescadores[381]. A grande reforma do ensino técnico, realizada pela República em 1916-1918, também não chegou a estes profissionais do mar[382].

- Inspirado nas propostas que tinha feito no Congresso de Pescarias de 1904, o chefe da missão de propaganda promoveu a organização de uma companhia de seguros de barcos e aparelhos de pesca. Fez campanhas na imprensa local e tentou colher o apoio da Associação dos Marítimos, iniciativa em que não foi bem sucedido: "Resultado pratico: nem um pescador segurou o barco ou as redes!".
- Criação de "varias caixas económicas escolares" e organização da "liga districtal d´instrução" que, escrevia o autor do relatório, seria um "valioso auxiliar" para o desenvolvimento da instrução primária.
- Promoção da "riqueza piscícola fluvial" do Norte do país, através das Comissões Defensoras das Pescarias, da criação de um "núcleo" – que se presume da missão de propaganda, em Tui, com a intenção de alargar a iniciativa a outras localidades da Galiza, como A Guarda, Ourense e Lugo.

[381] Luís Alberto Marques Alves, *ob. cit.*, pp. 324-329.
[382] A. H. de Oliveira Marques (Coordenação), *Portugal da Monarquia para a República*, Joel Serrão e A. F. de Oliveira Marques (Direcção), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 518-576.

- Edição de 1.000 exemplares do folheto *Sede amigos dos pequenos peixes*, distribuído "como premio" às crianças das escolas, com um custo de doze mil réis.
- Diversas iniciativas para a melhoria do Estabelecimento Aquícola do Ave, designadamente com vista ao repovoamento dos rios do Norte, incluindo o pagamento de dois guardas, com fundos da missão de propaganda.
- Criação de Juntas Locais da Liga Naval.

O esforço realizado em prol do povoamento piscícola do Norte do país não parece ter encontrado no governo uma resposta à altura das ambições da Liga. Na sinopse da sua obra, que publicou em 1912, fez-se um balanço negativo dos resultados obtidos. A Liga Naval tinha pretendido que aos membros das comissões defensoras das pescarias, os "1.700 guarda-rios", fosse concedida licença de uso e porte de arma, para que lhes fosse possível exercer a "policia de pesca […] de acordo com as leis e regulamentos em vigor".

Em 22 de Novembro de 1907, o Conselho Geral enviou ao ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, uma representação relativa àquele desiderato[383], da qual não obteve resultados. Um projecto de lei apresentado nesse sentido, defendido na Câmara dos Deputados pelo conde de Azevedo[384], que então presidia à Junta Local de Monção, também não colheu o apoio do governo, nem o acordo do parlamento. Soçobrou assim "esta brilhante iniciativa"[385].

Apesar das resistências enfrentadas, parece certo que o chefe da Missão de Propaganda do Norte da Liga Naval Portuguesa conseguiu alguns sucessos, ainda que, confessadamente, não tenha logrado ultrapassar parte dos obstáculos que se manifestaram sob a forma da parca dotação financeira que a Liga atribuía à sua actividade, ou da falta de resposta das autoridades administrativas a algumas das suas iniciativas.

A Missão de Propaganda no Norte e as Comissões Defensoras das Pescarias não sobreviveram aos primeiros anos da República. A impossibilidade de continuar a apoiar financeiramente as suas actividades, devido ao não pagamento do subsídio público à Liga Naval, foi apenas o primeiro constrangimento. A transferência para os Açores de Manuel

---

[383] *Boletim Marítimo*, Série VI, nº 11-12, Novembro-Dezembro de 1907, p. 227.
[384] Entusiasta da Liga Naval, participou activamente, em 1904 e 1905, no movimento de defesa do repovoamento e das pescas fluviais. Fundou as Juntas Locais de Monção e Vila do Conde. Ver Afonso Eduardo Martins Zúquete, *Nobreza […]*, Volume II, p. 362.
[385] *Liga Naval Portuguesa – breve resenha […]*, p. 56.

Cândido Loureiro, que era funcionário dos correios, grande animador de todas aquelas iniciativas, pôs-lhes fim, para grande pesar do Conselho Geral da associação[386]

2.4.4 Ao rei, às Câmaras e ao governo: as "representações" de interesses

As "representações" endereçadas ao governo, exposições ou reclamações fundamentadas sobre assuntos que preocupavam ou afectavam comunidades ou associações, constituíram uma das formas de intermediação entre os interesses a que a Liga Naval se encontrava ligada e os poderes – o rei, as cortes ou o governo – que tinham a capacidade de legislar ou simplesmente decidir em seu favor.

O direito de representação era, aliás, acolhido na Carta Constitucional (artº 145, § 28) e foi conservado na Constituição de 1911 (artº 8º, 18º). Na grande maioria dos casos, não dispomos das versões originais dos textos enviados ou reencaminhados com o apoio da Liga, mas a observação de algumas das questões envolvidas, permite construir uma imagem do âmbito e da natureza da actividade realizada pela Liga Naval no domínio da representação de interesses. Sem esgotar o universo das representações que foram apresentadas aos poderes públicos, a lista seguinte pretende ilustrar a natureza dos assuntos tratados e dos objectivos pretendidos:

- 1902 - Na sessão da Câmara de 17 de Fevereiro de 1902, o deputado Anselmo Vieira[387], sócio da Liga Naval, apresentou uma representação subscrita pela associação, pedindo o restabelecimento da navegação a vapor para o Brasil[388]. No dia seguinte, Júlio de Vilhena, que presidia à Comissão Executiva da Liga Naval, apresentou a mesma petição na Câmara dos Pares, que decidiu remetê-la às comissões de Comércio e Indústria e de Marinha[389]. A representação assim apresentada às duas casas do parlamento foi reproduzida no número de Dezembro de 1902 do *Boletim Oficial* da Liga, acompanhada de um pequeno texto, no qual Pereira de Matos salientava a gravidade e melindre de um problema, sobre o qual se tinha feito "Nada, absolutamente nada…".
- 1903 - Solicitação de que na revisão, então em curso, dos serviços de pilotagem, fossem incluídas cláusulas de benefício à marinha mercante nacional.

---

[386] Arquivo Histórico da Marinha, Acta de 31 de Outubro de 1912, *Livro de Actas do Conselho Geral 1908 a 1913*, Caixa 1387/A – Maço 6.
[387] Anselmo Augusto Vieira (1866-?), com o Curso Superior de Letras, foi professor na Escola de Comércio e na Escola Ferreira Borges. Foi deputado na Monarquia e colaborou na *Revista Brasil-Portugal*, publicada entre 1900 e 1913.
[388] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 17 de Fevereiro de 1902, p. 18.
[389] *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, Sessão de 18 de Fevereiro de 1902, p. 140.

- 1903 – Representação relativa à conveniência de limitar aos navios nacionais as regalias da navegação de cabotagem[390].
- 1903 – Representação dirigida ao governo, pedindo a redução dos encargos que recaíam sobre a marinha mercante[391].
- 1903 – Ainda no sentido da protecção à marinha mercante nacional, foi pedida ao governo a exclusividade aos navios de bandeira nacional, para o tráfego entre os portos do continente e também com as ilhas da Madeira[392].
- 1903 – Pedido, em nome da "classe marítima", para ser reformado o sistema de emolumentos e "fianças" que os tripulantes embarcados em navios mercantes portugueses, eram obrigados a pagar quando se encontravam em condições de serem recrutados para o serviço militar, consideradas excessivas e injustas[393].
- 1903 – Solicitação ao governo para que fossem "escrupulosamente exigidas aos tripulantes dos navios nacionais registados em Cabo Verde, as habilitações que a lei impõe"[394].
- 1904 – Representação da Associação de Classe dos Fogueiros e Chegadores do Mar e Terra, pedindo que a admissão à matrícula destes profissionais ficasse dependente do exame realizado no Arsenal da Marinha.
- 1904 - Transmitida aos "poderes públicos" uma representação da Junta Local de Ílhavo, sobre a contribuição industrial aplicada às "classes marítimas".
- 1904 – Pedido ao governo relativo aos emolumentos impostos aos vapores de pesca não empregando redes de arrasto[395].
- 1905 – A Liga Naval pediu ao governo que tomasse medidas relativas ao desenvolvimento do porto de S. Vicente de Cabo Verde.
- 1906 – Um vasto movimento de petições ao rei, ao parlamento e ao governo, no qual se envolveram os grupos de interesses envolvidos nas pescas, a que antes, neste texto, demos realce.

---

[390] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/ A – Maço 1, Acta da reunião dos Conselhos Geral e Regional de Lisboa, de 3 de Junho de 1903.
[391] *Boletim Oficial*, Série II, nº 6 – Junho de 1903, p. 146.
[392] *Ibid.*, p. 147.
[393] *Ibid.*, pp. 147-148.
[394] *Ibid.*, pp. 148-149.
[395] *Boletim Oficial*, Série III, nº 1 – Janeiro de 1904, p. 25.

- 1907 – O Conselho Regional de Cabo Verde dirigiu ao rei o pedido de cinquenta dos principais comerciantes e agricultores da ilha de S. Tiago, para que fossem realizados os estudos necessários ao melhoramento do porto da Praia.
- 1907 – A marinha mercante, uma das causas que a Liga Naval tinha assumido desde a sua fundação, foi objecto de uma representação do Conselho Geral ao ministro da Marinha e Ultramar, Aires de Ornelas e Vasconcelos, em Novembro de 1907. A questão era, desta vez, a do treino prático dos candidatos a pilotos, "sobretudo na navegação á vela"[396]. Uma das vias possíveis, dizia a Liga, passava pela utilização do transporte à vela da Marinha "Pero de Alenquer".
- 1907 – Assinada pelo seu presidente, o visconde de Montelavar, a Junta Local da Liga Naval de Viana do Castelo, enviou ao rei em Outubro de 1907, uma representação pedindo que aos membros das Comissões Defensoras das Pescarias fosse concedida a condição de "agente da autoridade". Pedia-se, paralelamente, que fossem "melhoradas as condições da estação aquicola do Ave, de modo a permitir-lhe o fornecimento de criação suficiente para o repovoamento dos rios nos districtos do Norte". No mês seguinte, sobre o mesmo assunto, foi a vez do Conselho Geral se dirigir, com nova representação, ao ministro das Obras Públicas, que também não obteve sucesso.
- 1907 – A Junta Local de Braga pediu ao governo o aumento da dotação financeira da Estação Aquícola do Ave, bem como a concessão de "regalias e prerrogativas" aos membros das Juntas Locais e das comissões ribeirinhas da Liga Naval.
- 1908 – A Junta Local de Vila Verde, concelho de Braga, pediu a concessão de prerrogativas aos membros das Juntas locais e das "Comissões Parochiaes, com o fim de tornar eficaz a defesa das pescarias e repovoamento dos rios".
- 1909 – Pedido da Liga de Oficiais da Marinha Mercante, para ver alteradas as contribuições e impostos que recaiam sobre a classe. A representação foi atendida.
- 1909 – Pedido da Empresa Caboverdeana de Pescarias, para a alteração do impostos e direitos alfandegários, bem como para a realização de melhoramentos no Porto de S. Vicente, recuperando o tema de uma sua representação submetida em 1905.
- 1909 – Reclamação do Conselho Regional de Cabo Verde, sobre as más condições do vapor que realizava o serviço de transporte entre o arquipélago e a Guiné.

[396] *Boletim Marítimo*, Série VI, nº 11-12 – Novembro e Dezembro de 1907, p. 222.

- 1909 – A Liga Naval dirigiu uma nova representação ao governo, através do ministro das Obras Públicas, regressando às nunca resolvidas ambições da Missão de Propaganda do Norte, respeitantes a prerrogativas a conceder aos membros das Comissões Defensoras das Pescarias, bem como às relações entre a referida Missão e a Estação Aquícola do Ave, visando a cedência de salmões para lançamento no rio Lima.
- 1909 – A Liga enviou uma representação ao presidente do Conselho de Ministros e ao ministro da Marinha, pedindo a atribuição de 4 contos de réis anuais, para a guarda, conservação, manutenção e desenvolvimento da secção oceanográfica D. Carlos I. O pedido foi atendido através de um decreto de 16 de Dezembro de 1909.
- 1910 – A Junta Local da ilha da Boavista, Cabo Verde, dirigiu uma representação ao rei, pedindo direito exclusivo para a empresa de pescarias então em constituição no arquipélago. Só esta medida, alegava a Junta, seria capaz de modificar a situação das populações das ilhas: "A provincia de Cabo Verde […] arrasta uma existência miserável, porque não tem outra industria alem da agricultura e do comercio […] Não se apaga da memoria o quadro pungentíssimo de miséria que em 1903 e 1904 assolou a ilha de S. Tiago […] só por terem sido escassas as chuvas"[397].

Através das fontes consultadas, apenas conhecemos alguns dos resultados alcançados com as representações e petições feitas pela Liga Naval, por seu intermédio ou com o seu mero apoio.

Um dos casos bem sucedidos, foi o referente às fianças devidas pelos tripulantes de navios mercantes que estivessem em condições de serem chamados ao serviço militar activo. A pretensão da Liga Naval, levantada em Junho de 1903 junto do governo, foi atendida por uma portaria de Setembro do mesmo ano[398]. Ainda que o texto da portaria não mencione a intervenção da Liga, esta associação chamou a si o papel instrumental que a sua representação tinha assumido nesta medida governamental[399].

De igual modo, a questão relativa às habilitações que deviam ser exigidas aos tripulantes nacionais dos navios saídos dos portos de Cabo Verde, foi objecto de diligências da Direcção Geral de Marinha junto da Direcção Geral do Ultramar (no interior do

[397] *Boletim Marítimo*, Série IX, nº 4 – Abril de 1910, pp. 65-66.
[398] *Diário do Governo*, nº 193, de 1 de Setembro de 1903.
[399] *Boletim Marítimo*, Série X, nº 10 – Outubro de 1913, pp. 278-279.

ministério da Marinha e Ultramar), que mencionou a representação originalmente realizada pela Liga Naval[400].

O ministério da Marinha preocupou-se, pelo menos num caso que ficou registado, em fazer saber à Liga que prestava atenção à sua intervenção no domínio da representação de interesses: em resposta ao envio do relatório do Conselho Geral da Liga referente a 1908, o Director-Geral de Marinha, respondendo em nome do ministro, afiançou – singelamente – a consideração que mereciam as representações, directas ou intermediando as de terceiros "e que se algumas vezes se não teem satisfeito esses pedidos, é porque as informações officiaes lhes são contrarias"[401].

Em Fevereiro de 1910, o *Boletim Marítimo* publicou um pequeno texto, assinado pelo comandante Jaime Serpa Pimentel, sócio fundador da Liga Naval, no qual saudava a eleição de António Teixeira de Sousa para a chefia do Partido Regenerador. Teixeira de Sousa que, em Junho, iria tomar posse como presidente do que se revelaria o último ministério da Monarquia, tinha presidido ao Conselho Geral da Liga Naval entre 1904 e 1906, sucedendo a Júlio de Vilhena, a mesma sequência verificada na chefia dos Regeneradores. O texto do *Boletim* recordou a necessidade de "melhorar" o estado da Marinha de Guerra, como tinha sido pedido ao governo numa representação da Liga, entregue em 1907 a João Franco, então presidente do ministério. Nada tinha acontecido desde então e este foi o mote para o autor do artigo chamar a atenção para "o enorme perigo que corremos se não se atenderem as representações da Liga Naval no consoante ao engrandecimento do poder marítimo nacional"[402].

A mudança do regime, em 5 de Outubro de 1910, constituiu um abalo para a Liga Naval, fazendo declinar drasticamente a sua capacidade de influenciar os poderes públicos. Na nova conjuntura, era muito estreita a margem para prosseguir com os anteriores esforços de procuradoria de interesses regionais e locais ligados ao mar.

Só em Fevereiro de 1917, temos notícia de a Liga ter recuperado a que foi uma das vertentes desta sua acção, quando resolveu pedir ao governo que "todos os navios ex-alemães, ainda não cedidos á Furness Line sejam entregues a entidades nacionais […] para,

---

[400] *Boletim Oficial*, Série II, nº 11 – Novembro de 1903, p. 305.
[401] *Boletim Marítimo*, Série VIII, nº 4 – Abril de 1909, p. 64.
[402] *Boletim Marítimo*, Série IX, nº 2 – Fevereiro de 1910, pp. 30-31.

sem demora iniciarem as carreiras precisas á normalização da nossa actividade económica"[403].

Esta representação da Liga ao governo, a última de que há registo, teria satisfação em Setembro seguinte, quando o governo pediu a Inglaterra que deixasse ficar com pavilhão português, os navios que ainda não lhe tinham sido entregues[404]. No entanto, não se identificou qualquer fonte que permita relacionar, peremptoriamente, este pedido do governo português a Londres, com a representação feita no mesmo sentido, meses antes, pela Liga Naval Portuguesa.

"Um patriótico empenho" - a propaganda do culto da bandeira

Uma das conferências realizadas na Liga Naval em 1907, em 14 de Maio, foi feita a convite de Jacinto Cândido, então presidente do Conselho Geral. Foi seu autor o Capitão-tenente Jaime Leote do Rego, que lhe deu o título "O culto da bandeira".

Leote do Rego, que adquiriu notoriedade acrescida com a liderança da participação da Marinha na revolução de 14 de Maio de 1915, era sócio da Liga, integrando então a sua "secção de Marinha Guerra" [405].

A propaganda do culto da Bandeira Nacional, a que a Liga ficou associada a partir daquele acontecimento, foi inicialmente orientada para a sua importância nas forças militares, colhendo inspiração nos melhores exemplos de países europeus, com largos

---

[403] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 6, Actas da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 12 de Fevereiro de 1917. Estavam em causa catorze navios, dos setenta e dois que tinham sido apresados à Alemanha e à Áustria-Hungria, setenta em 23 de Fevereiro e dois em 9 de Março de 1916, razão essencial invocada pela Alemanha para declarar guerra a Portugal, em 16 de Março do mesmo ano. Dos navios apresados, treze estavam, no referido mês de Fevereiro de 1917, ao serviço nacional, enquanto trinta e três estavam cedidos à Inglaterra, através da "Furness Whithy", a companhia a que o governo britânico tinha entregue o arrendamento dos navios. Dos restantes, nove tinham sido perdidos, quatro afundados por submarinos alemães e cinco por outras causas, enquanto os catorze reclamados pela Liga Naval estavam em reparação em Lisboa (10) e nas colónias (4).

[404] António José Telo e Augusto Alves Salgado, *A Grande Guerra no Atlântico Português*, 2 volumes, Volume I, Lisboa, Fronteira do Caos, 2018, pp. 152-166. De acordo com o contrato assinado em Julho de 1916, os navios a entregar à exploração pela Inglaterra, deviam corresponder a 80% dos que tinham sido apresados.

[405] Jaime Leote do Rego (1867-1923) nasceu em Lagos em 1867, concluiu o curso da Escola Naval com vinte anos de idade para, pouco depois, seguir para Moçambique. Ali comandou uma lancha fluvial e, mais tarde, uma canhoneira, e foi, em 1891, secretário do governador António Enes. Em 1895, de regresso à metrópole, foi agraciado com a Ordem da Torre e Espada e foi ajudante de ordens do ministro Jacinto Cândido. Um seu biógrafo, o jornalista e publicista Maurício de Oliveira, citou o que futuro almirante João de Azevedo Coutinho pensava, nas suas Memórias, sobre o jovem Primeiro-tenente: "oficial muito hábil e inteligente, mas que tinha alguns inimigos e não os poupava […] Reconhecia-lhe muito valor, mas não posso deixar de confessar que lhe reconhecia algumas fraquezas.". Ver Maurício de Oliveira, *Leotte do Rego – no primeiro centenário do nascimento de um marinheiro ilustre. Reportagem de uma vida*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, 1967, p. 35 – nota.

elogios à Alemanha, país em que "encontraremos o culto da bandeira da Pátria levado até ao sublime"[406].

Leote do Rego, no entanto, não limitava a questão do culto da bandeira à representação da Pátria junto das forças militares, antes defendendo também o seu papel na cultura cívica dos portugueses, que os republicanos usavam igualmente como uma forma de mobilização para os seus ideais. No seu entender, a cultura cívica haveria de espalhar-se transversalmente às diferentes camadas sociais, para ser depois o esteio do patriotismo dos militares portugueses. A situação em Portugal, quanto à questão, era, disse então, apenas comparável à da Turquia onde "como em todos os países musulmanos, o passado é quase letra morta".

Na sua conferência, o comandante Leote do Rego procurou referências na Alemanha, em Inglaterra e nos EUA, encontrou raízes nos feitos e também nos fracassos das armas nacionais, ao referir, sem preocupação cronológica, a "guerra do Gungunhana", Duarte de Almeida e a batalha de Toro, a ofensa sofrida às mãos da esquadra do almirante Roussin em 1831, a campanha do Cuamato[407] – então em curso e, para terminar bem, a redenção do 24 de Julho de 1832 – e o "o brado uníssono sahido dos corações de milhares de portugueses".

O "avigoramento das […] forças moraes e o culto da bandeira" seriam pilares para a "grande obra de resurgimento do nosso paiz", tanto mais necessário quanto, escreveu ainda Leote do Rego

> "estamos assistindo aos preparativos para uma guerra tremenda […] as potencias lançam-se febrilmente no caminho dos grandes armamentos e de todos os progressos da arte da guerra […] agigantam-se os couraçados, eriçam-se os navios de canhões, cada vez mais monstruosos".

Cerca de um mais tarde, nos finais de Fevereiro de 1908, o Capitão-de-fragata reformado Pedro dos Santos Dinis, ao tempo vice-presidente da Liga, apresentou ao Conselho Geral um conjunto de propostas relativas ao culto da bandeira[408]:

---

[406] *Boletim Marítimo*, Série VI, nº 7 – Julho de 1907, p. 150.
[407] O regresso a Lisboa, em 12 de Dezembro de 1907, da coluna de soldados e marinheiros comandada pelo Capitão Alves Roçadas, "os heróis do Cuamato", foi objecto de uma extensa referência no número de Novembro/ Dezembro do *Boletim* da Liga Naval.
[408] *Boletim Marítimo*, Série VII, nº 3 – Março de 1908, pp. 43-44.

- Levar a cabo a oferta de "bandeiras portuguesas e respectivas hastes ás escolas publicas e particulares de todo o paiz".
- Pedir ao governo um diploma, determinando que se ensinasse nas escolas o significado da "bandeira da nação".
- Solicitar a colaboração da imprensa para a divulgação deste "patriótico empenho", pedindo a divulgação das quantias doadas numa subscrição pública aberta pela Liga, com destino à compra de bandeiras.
- Apelar a que a entrega de bandeiras se revestisse de solenidade, e que, na escola em que decorresse, o dia fosse "feriado e festivo".

O director-geral de Instrução Primária respondeu favoravelmente ao apelo da Liga, protestando o seu empenho em que, uma vez recebidas as bandeiras, tudo se viria a desenrolar como sugerido.

A anunciada subscrição pública, teve nos membros do Conselho Geral os primeiros doadores, com uma entrega individual de 500 mil réis. Dos cofres da Liga saíram 150 mil réis e, entre os associados, destacou-se o duque de Palmela, António de Sampaio e Pina de Brederode, com uma subscrição de 50 mil réis. As listas de contribuintes, que foram sendo publicadas no *Boletim Marítimo*, incluíram, entre outros, doadores anónimos, membros da aristocracia – que figuravam em lugar de destaque pelos montantes oferecidos, oficiais da Armada, jornais, bancos e companhias de seguros. Os valores doados situaram-se entre 50.000 réis dos "ricos" e os 20 réis dos "pobres", como referiu o órgão oficial da Liga em Janeiro de 1909. Quinhentos réis, "Importância achada no chão de um gabinete da Direcção dos Caminhos de Ferro", também fizeram parte dos valores subscritos para a propaganda do culto da bandeira[409].

A Liga afirmava então que as bandeiras pedidas excediam largamente as que mandava fazer, pelo que a iniciativa terá sido considerada um grande sucesso: das 200 que tinha encomendado, no final de 1908 já tinham sido distribuídas cem bandeiras nacionais[410]. Sabemos que algumas dezenas foram entregues pessoalmente pelo rei D. Manuel, na "festa das escolas" realizada no Jardim Zoológico de Lisboa, no dia 22 de Outubro de 1908, relatada pelo *Boletim Marítimo* como "imponente e enternecedora", tendo a ela assistido

[409] *Boletim Marítimo*, Série VIII, nº 1 – Janeiro de 1909, p. 7.
[410] "Relatório dos trabalhos da Liga Naval Portuguesa durante o ano de 1908", *Boletim Marítimo*, Série VIII, nº 2, 1909, p. 28.

"milhares de pessoas", com "entusiasmo louco"[411]. No mês seguinte, durante a viagem que realizou ao Norte do País, o rei voltou a distribuir pessoalmente bandeiras a alunos das escolas primárias do Porto, Braga e Viana do Castelo.

A iniciativa da Liga Naval embarcou no cruzador "São Gabriel", na viagem de volta ao mundo que o navio realizou entre 11 de Dezembro de 1909 e 20 de Abril de 1911, durante a qual navegou cerca de 42.000 milhas e visitou 72 portos, incluindo os de todos os territórios ultramarinos. O Capitão-de-fragata António Pinto Basto, comandante do navio e sócio da Liga Naval, escreveu depois um relato detalhado de toda a viagem, que fixou no livro *Cruzador S. Gabriel. Viagem de Circumnavegação*, editado em Lisboa, em 1912.

Sobre a escala em Honolulu escreveu o comandante Pinto Basto

> "Visitámos ainda n´este dia [12 de Maio de 1910] mais duas escolas: Center Grammar School e a escola portugueza de Santo Antonio, a única onde se ensina a nossa língua. N´esta escola tivemos uma sympathica recepção, cantando as alumnas o hymno portuguez […] Offereci a esta escola uma bandeira das que recebi da Liga Naval em Lisboa, e alguns livros".

A referência que o comandante do "São Gabriel" fez à entrega de uma bandeira que lhe tinha sido confiada pela Liga Naval, não se repete no seu texto, ainda que se considere plausível admitir que não tenha sido a única[412].

Num dos seus primeiros actos, o governo provisório da República fez publicar em 24 de Novembro de 1910 um decreto determinando que "se solemnize o dia 1º de Dezembro com a festa da Bandeira Nacional". A organização da que foi " a primeira festa cívica do novo regime e a sua primeira liturgia de consagração política"[413], deveria caber às municipalidades, a sua "grandeza moral" deveria ser explicada nas escolas, e deveria passar a realizar-se, na capital, "um grande cortejo cívico" comemorativo.

A iniciativa da República deu, assim, continuidade aos propósitos da Liga Naval, ainda que devam notar-se as diferenças nos meios de os alcançar.

---

[411] *Boletim Marítimo*, Série VII, nº 10 – Outubro de 1908, p. 152.
[412] A. J. Pinto Basto, *Cruzador S. Gabriel. Viagem de Circumnavegação*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1912, pp. 35, 168, 421-429.
[413] Nuno Severiano Teixeira, "Do azul-branco ao verde-rubro. A simbólica da Bandeira Nacional", Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (coordenação), *A Memória da Nação* - Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 de Outubro 1987, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991, p. 325.

2.4.5 O Museu Nacional de Marinha: do Congresso Marítimo Internacional (1904) ao Aquário Vasco da Gama (1935)

A colecção reunida pelo rei D. Carlos no decurso das suas actividades oceanográficas, especialmente das campanhas marítimas que realizou a partir de 1896, foi apresentada publicamente pela primeira vez no ano seguinte, na Escola Politécnica de Lisboa.

O interesse de D. Carlos pela investigação do mar era já antigo, podendo ser datado de 1882, por ocasião de uma das passagens por Lisboa do "Travailleur", navio francês que desde o ano anterior realizava operações científicas ao longo da costa portuguesa. Nessa escala, os investigadores foram recebidos pelo rei D. Luís, e o príncipe-herdeiro, presente na audiência, fez-lhes saber que já tinha lido tudo quanto tinha sido publicado sobre as suas actividades.

Os trabalhos dos franceses inspiraram também o príncipe Alberto I do Mónaco, que iniciou em 1885 as suas próprias actividades de investigação marítima, prolongando-as pelos trinta anos seguintes, durante os quais realizou importantes expedições na costa de Portugal e nos Açores.

Esta rede de interesses pela investigação do mar, fecha-se com as ligações entre D. Carlos e o príncipe do Mónaco. Para além de possíveis contactos anteriores, Alberto I visitou Lisboa em 1894, encontrando-se com o rei português e descobrindo os interesses comuns pelo mar, pela fotografia e pelos progressos da ciência e da técnica. A convivência prosseguiu, designadamente a propósito das campanhas seguintes do príncipe, a bordo do seu iate "Hirondelle" e depois do "Princesse Alice".

Pelo seu lado, o rei D. Carlos utilizou os quatro sucessivos iates reais, todos baptizados "Amélia", bem como navios da Marinha de Guerra, para a realização das suas campanhas oceanográficas. Albert Arthur Alexandre Girard, um engenheiro civil e experiente naturalista francês, que tinha começado a carreira no Museu de Zoologia da Escola Politécnica de Lisboa e tinha adquirido a nacionalidade portuguesa, foi escolhido por D. Carlos para colaborador próximo nas suas tarefas oceanográficas. Entre 1896 e 1907, D. Carlos conduziu doze campanhas no mar, que foi reduzindo progressivamente, por motivo das dificuldades políticas internas: uma apenas em 1906 e as últimas quatro em 1907[414].

[414] Luís Vieira Caldas Saldanha, "D. Carlos no dealbar da Oceanografia", Comunicação apresentada na Academia de Marinha, 5 de Novembro de 1996, Lisboa, 1996, pp. 27-66.

Em 1898, a colecção do rei foi exposta no Aquário Vasco da Gama, inaugurado em 20 de Maio desse ano, no contexto das comemorações do Quarto Centenário da chegada de Vasco da Gama à Índia. Terminado o jubileu, o Aquário foi entregue ao Estado, que o confiou inicialmente à Sociedade de Geografia de Lisboa. As dificuldades encontradas para fazer face às despesas de funcionamento e de manutenção do novo museu, dependentes das receitas que arrecadava e de um subsídio dos cofres públicos, levou à transferência da sua tutela para a Marinha, consagrada em portaria de 20 de Fevereiro de 1901[415].

Os obstáculos enfrentados durante o curto período em que que o Aquário esteve a cargo da Sociedade de Geografia levaram, entretanto, a que o vasto e valioso espólio até então reunido pelo rei D. Carlos, tivesse sido transferido para instalações do palácio das Necessidades, possivelmente o edifício que Possidónio da Silva designou como "o barracão"[416], aguardando a construção de um espaço expositivo que lhe fosse dedicado.

Em Maio de 1904, promovido pela "Association Internationale de la Marine" e com organização da Liga Naval Portuguesa, realizou-se em Lisboa o terceiro Congresso Marítimo Internacional, cujas sessões decorreram na Sociedade de Geografia, entre 22 e 28 de Maio. Satisfazendo um pedido que a Liga Naval dirigiu ao rei, uma parte da colecção por si reunida esteve exposta na sala da Sociedade de Geografia onde que decorreu o Congresso. Como foi mais tarde recordado pelo secretário-perpétuo da Liga Naval Portuguesa, a mostra de 1904 foi "organizada no intuito de mostrar aos congressistas estrangeiros quanto, n´este ramo especial das sciencias naturaes, havia nos últimos tempos avançado o nosso paiz"[417].

Um sinal da importância e significado da colecção, é-nos dado pelo facto de o seu conservador, o naturalista Albert Girard, vogal da Comissão Central de Pescarias, sócio da Liga Naval, membro da comissão organizadora Congresso[418], ter sido eleito para uma das duas vice-presidências[419].

---

[415] Elsa Maria Soares de Andrade Santos, "O Aquário Vasco da Gama – um património cultural, científico e museológico", *Memórias 2012*, Lisboa, Academia de Marinha, pp. 489-509 (Comunicação apresentada em 13 de Novembro de 2012), *passim.*

[416] Manuel H. Côrte-Real, *O Palácio das Necessidades*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1983, pp. 97-98. Não foi possível apurar se este "barracão" era o mesmo edifício que surgiu designado como Paço de D. Fernando no *Diário Ilustrado* de 1 de Março de 1907, p. 2, como acima referimos.

[417] Discurso do Primeiro-tenente António Pereira de Matos na sessão solene da inauguração da Secção Oceanográfica do Museu Nacional de Marinha, em 27 de Fevereiro de 1910. Ver *Boletim Marítimo*, Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa, nº 1, 1910, p. 13.

[418] Decreto de 27 de Fevereiro de 1904.

[419] *Boletim Oficial*, Série III, nº 5 – Maio de 1904, p. 113.

De acordo com um outro relato que, anos mais tarde, deixou o secretário da Liga Naval, a ideia da criação de um Museu Oceanográfico em Portugal nasceu durante uma audiência que o rei D. Carlos I lhe concedeu em 1904, para definir como deveria ser realizada a exposição que acompanharia o Congresso Marítimo Internacional. Como conta Pereira de Matos, a inspiração chegou do Mónaco, da actividade do príncipe Alberto I, próximo do rei português em tudo quanto dizia respeito à investigação marítima:

> "O Museu Oceanográfico de Monaco[420]! Como seria bello instalar as preciosas collecções de Sua Majestade n´um edificio semelhante, construído sobre a margem do Tejo, a dominar o nosso formoso porto! […] da aprovação do governo dependia a cedência do terreno preciso para a construção de um edifício em que, juntamente com a Liga Naval, se poderia instalar o Museu Oceanográfico portuguez. Fizera-se o pedido em 1901, logo no primeiro ano de actividade da Liga, e esperava-se, mais dia menos dia, o seu deferimento"[421].

Na mesma ocasião foi ainda evocada a aspiração da Liga Naval na criação de um museu de marinha "no qual se concentrassem não só as relíquias da nossa tradição marítima, mas ainda tudo quanto pudesse servir de norma á expansão das industrias marítimas nacionais"[422], que integraria o espólio oceanográfico do soberano.

A divulgação pública da colecção, que em 1897 e 1898, tinha conhecido os momentos importantes a que já nos referimos, teve uma nova ocasião marcante com uma presença na Exposição Internacional de Milão de 1906. Conta o Primeiro-tenente António Pereira de Matos, que a colecção atingiu em Itália "fóros de verdadeira celebridade"[423].

Em 1907, durante o festival marítimo realizado em Cascais por iniciativa da Liga Naval, a ideia da construção de uma sede para a associação, que deveria albergar o desejado museu de Marinha e a colecção científica de D. Carlos, foi objecto de nova insistência da Liga junto do rei. O episódio foi assim relatado pelo secretário-perpétuo:

---

[420] O Museu Oceanográfico do principado mediterrânico foi criado em 1899, e inaugurado em edifício próprio em 29 de Março de 1910, cerca de um mês depois de a colecção de D. Carlos ter sido instalada na sede da Liga Naval, no palácio Palmela, no largo de Calhariz.

[421] *Boletim Marítimo*, Série V, Janeiro-Fevereiro-Março de 1904, pp. 86-87.

[422] *Liga Naval Portuguesa – Breve resenha […]*, pp. 91-92. Este museu não teve relação com o Museu de Marinha que viria a ser criado em 1935.

[423]O Capitão-de-fragata Jaime Forjaz de Serpa Pimentel, membro do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa, faz-nos saber no mesmo *Boletim Marítimo*, que a colecção do rei obteve na Exposição de Milão "quatro *grands-p*rix nas quatro secções em que expôz alguns dos produtos das suas excursões scientificas, mas tambem, uma medalha de ouro, expressamente cunhada para tal fim, que uma comissão veio a Lisboa trazer a El-Rei".

> "De pé, sobre o parapeito da Cidadella, olhando serenamente a bahia, em que já estava fundeada a esquadra portuguesa, ouviu El-Rei, com muito agrado, o plano em que a Liga baseava a execução do seu desígnio; e, apoiando-o sem reservas, não hesitou Sua Majestade em auctorizar-nos a declarar que podíamos contar com o Seu incondicional apoio. Construido o edifício em projecto, com muito prazer n´elle instalaria as suas collecções".

Depois da morte do rei D. Carlos, D. Manuel II, "Alto Presidente e Protector da Liga Naval", honrou o compromisso do seu Pai, confiando-lhe a colecção oceanográfica, como por ele tinha sido prometido em diversas ocasiões[424].

Um decreto de 16 de Dezembro de 1909, criou o Museu Nacional de Marinha,

> "destinado a coleccionar tudo o que interesse á conservação da tradição marítima e assim promover o desenvolvimento da pesca nacional e industrias correlativas".

Seria pois uma instituição com um certo sentido utilitário, pela ligação directa dos objectos a expor com as actividades económicas ligadas ao mar. Do novo museu faria parte "uma secção de oceanografia destinada especialmente ao estudo da fauna marítima nacional". De acordo com o referido decreto, à Liga Naval competiria a "direcção administrativa" do novo museu, bem como promover a construção de um edifício próprio para o instalar.

Complementarmente, outra disposição legal da mesma data, reconhecendo as dificuldades ligadas à construção de um edifício dedicado ao novo museu, atribuiu quatro contos a título de subsídio à Liga Naval, válido para aquele ano, para "guarda, conservação e desenvolvimento da secção oceanográfica do museu nacional de marinha"[425].

A decisão de criar o Museu Nacional de Marinha, que passou a coexistir com o museu criado por D. Luís na Escola Naval, em 1863, foi tomada já no contexto da mudança da sede da Liga Naval para o palácio Calhariz-Palmela, que tinha melhores condições para acolher a exposição permanente da colecção legada por D. Carlos I. A ambição de se instalar num edifício próprio, localizado à beira Tejo, que alojaria o museu, as escolas de Pilotagem e de Armamentos Marítimos, "sustentadas pela Liga Naval" e, do lado da Marinha, a Capitania do Porto de Lisboa[426], nunca chegou a ser concretizada.

---

[424] *Boletim Marítimo*, Série IX, nº 4 – Abril de 1910, pp. 86-87.
[425] Decreto de 16 de Dezembro de 1909.
[426] Ver *Boletim Marítimo*, Série IX, nº 4 Abril de 1910, p. 87.

Deste modo, a "Secção Oceanográfica D. Carlos I do Museu Nacional de Marinha" foi inaugurada na nova sede da Liga Naval, em 17 de Fevereiro de 1910, em sessão solene presidida pelo rei D. Manuel II. Nela discursaram, para além do soberano, o vice-presidente da Liga Naval, comandante Pedro Dinis, o Primeiro-tenente António Pereira de Matos e o conservador da colecção, Albert Girard.

O *Boletim Marítimo* dedicou o seu primeiro número de 1910 ao acontecimento[427]. Na crónica que relatava a cerimónia de inauguração, falou-se em "imponência", referindo que

> "Assistiu em espirito a elle – pode bem dizer-se – Portugal inteiro, representado pelo nosso Augusto Soberano, El-Rei D. Manuel II, por sua Alteza o infante D. Affonso, pelo governo, pelas corporações scientificas e literárias do paiz, pela armada, pelo exercito, pelo elemento oficial, por poderosos esteios da nacionalidade portugueza nos diversos ramos da sua manifestação vital, e por inúmeras senhoras […] Assistiu rambem […] a Europa culta, representada pelo alto corpo diplomático e por individualidades de destaque no elemento estrangeiro residente".

Albert Girard foi último orador da cerimónia, evocando os trabalhos científicos de D. Carlos e apresentando a exposição:

> "Vereis os mais curiosos aparelhos usados a bordo do yatch Amelia; vereis um mappa que tracei por ordem do nosso Augusto Presidente [da Liga Naval, Jacinto Cândido], e em que as sondas reunidas no yatch […] mostram como os grandes fundos do Oceano penetram até junto da costa através do já reduzido planalto continental [no mar da Arrábida]. Vereis ainda os principais typos de fauna marítima […] desde o negro e disforme habitante do abysmo até ao ovo flutuante e pelágico de quase todos os peixes […] Podereis, ainda, vêr as obras publicadas […] que se relacionavam com as investigações".

Pouco tempo depois da inauguração do museu, como sinal da ligação estreita que no domínio dos estudos oceanográficos tinha existido entre os soberanos de Portugal e do Mónaco, o Conselho Geral da Liga Naval propôs que se convidasse Alberto I para vir a Lisboa, para visitar a nova exposição e realizar uma conferência na sede da Liga[428]. Não se conhecem os desenvolvimentos desta proposta sabendo-se, no entanto, que a visita não se realizou.

---

[427] *Boletim Marítimo*, SérieIX, nº 1 – Janeiro de 1910, pp. 2- 8.
[428] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Geral de 28 de Abril de 1910.

A mudança de regime em 5 de Outubro de 1910 e as consequentes vicissitudes políticas e económicas do País, deram uma contribuição decisiva para que a colecção oceanográfica tenha constituído o único acervo museológico alguma vez exposto no Museu Nacional de Marinha.

Albert Girard, conservador da colecção exposta na Liga Naval e director do Museu Nacional de Marinha, morreu em 2 de Setembro de 1914. Expresso o seu pesar pelo desaparecimento de um "homem de sciencia que na sua especialíssima maneira de ser coadunava os atributos de um caracter nobilíssimo", o Conselho Geral decidiu confiar ao comandante Jaime de Serpa Pimentel, sócio fundador da Liga, a direcção superior daquele acervo museológico, entregando a direcção técnica ao naturalista e lente da Universidade de Lisboa Baltazar Osório[429].

No testamento que assinou no exílio em 1915, o rei deposto reservou uma disposição para a colecção oceanográfica que fora de seu pai:

> "10.° Deixo à Liga Naval Portuguesa de Lisboa, a cuja guarda se encontram, todos os objectos que constituem o Museu de Oceanografia, que herdei de meu Pai. Esta disposição é subordinada à condição de, entre os meus testamenteiros portugueses e as autoridades competentes, se fazerem os acordos necessários para ficar assegurado que nenhum dos objectos incluidos neste legado seja em qualquer tempo vendido ou retirado do dito Museu de Oceanografia de Lisboa, e também à condição de este ser sempre designado pelo nome do meu Pai, o Rei Carlos I"[430].

O desaparecimento, no orçamento para o ano económico de 1913-1914, do subsídio que vinha sendo concedido à Liga Naval, provocou sérias dificuldades para a secção oceanográfica do Museu Nacional de Marinha.

Uma das reacções a estas dificuldades saiu da revista *A Ideia Nacional*[431], dirigida por Homem Cristo Filho. Na sua edição de 12 de Maio de 1915, lançou um "Apelo aos Monarchicos", motivado pela "supressão do subsidio, arrancado brutalmente ao orçamento elaborado por Affonso Costa, na ancia de tentar aniquilar essa obra grandiosa d´um Rei". A invocação era dirigida a empresas e particulares, para que se inscrevessem como sócios da associação ou como sócios "protectores" do museu. A revista publicou uma longa lista

---

[429] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação* Avulsa, Caixa 1387/A – Maço 6. Acta da reunião do Conselho Geral de 9 de Dezembro de 1914. Baltasar Machado da Cunha Osório (1852-1938) foi médico cirurgião e professor de Geologia na Escola Politécnica.

[430] Rocha Martins, *D. Manuel II : História do seu Reinado e da Implantação da República*, Lisboa, Edição do Autor, 1931, p. 668.

[431] *A Ideia Nacional*, Ano I, nº 17, 12 de Maio de 1915, pp. 541-542.

de personalidades que já se tinham comprometido com o pagamento de quotas naquelas condições, um bom repositório de opositores à República. Entre eles, encontramos o duque de Palmela, os marqueses de Gouveia, de Ávila e Bolama, do Alegrete e de Val-Flor, os condes de Tarouca, de Alcáçovas, de Sabugosa, dos Olivais, de Penha Longa, de Sucena e de Cuba, D. Tomás de Melo Breyner, António Carneiro Pacheco, Capitão Vasco de Carvalho, Rui Enes Ulrich, João de Azevedo Coutinho, António Sardinha, Alberto Monsaraz, Alfredo Pimenta, Adriano Xavier Cordeiro e o comandante Policarpo de Azevedo.

O "Apelo" foi publicado ainda no ambiente politicamente favorável do breve consulado do General Pimenta de Castro, mais concretamente escassos dois dias antes da revolução que lhe poria termo.

Catorze anos depois, em 1929, em resultado do agravamento das dificuldades financeiras da Liga Naval que, impossibilitada de pagar a renda à Casa Palmela, se viu na necessidade de preparar o abandono da sede do Largo do Calhariz, a colecção oceanográfica de D. Carlos I foi transferida para a custódia da Câmara Municipal de Cascais, onde ficou guardada no palacete Castro Guimarães.

Seis anos mais tarde, em 1935, nos termos de um decreto-lei do governo[432], foi

> "autorizado o Aquário Vasco da Gama, Estação de Biologia Marítima, a aceitar […] a cessão gratuita, que lhe deseja fazer a Liga Naval Portuguesa, de todos os objectos que constituem o Museu Oceanográfico do Rei D. Carlos I, que a esta última foram legados em testamento do senhor D. Manuel II".

2.4.6 Outras áreas da actividade da Liga Naval

A "Unificação do Direito Commercial Maritimo" e a Liga Naval

O Primeiro-tenente António Pereira de Matos, secretário-perpétuo da Liga Naval, foi nomeado delegado do Governo à sessão de 1909 da Conferência Internacional de Direito Marítimo, realizada em Bruxelas.

Os problemas da unificação do direito marítimo, designadamente os que se relacionavam com os seus aspectos comerciais, que representavam tarefas complexas e demoradas, foram tomados em mãos pelo Comité Marítimo Internacional, formalmente criado em 1897.

[432] Decreto-lei nº 25601, de 11 de Julho de 1935.

Em 1902 foi decidido entregar à Bélgica a convocação de uma conferência diplomática sobre a matéria, que se desdobrou em quatro sessões, realizadas em 1905, as duas primeiras, e em 1909 e 1910, as duas restantes. Em 23 de Setembro deste último ano foi, finalmente, aprovado o texto definitivo da Convenção de Bruxelas, limitada à unificação de algumas regras sobre o direito de abordagem[433].

Fizeram-se representar em Bruxelas vinte e quatro nações, das primeiras potências como Inglaterra, Alemanha, França e Rússia, aos poderes menores como Hungria, Grécia, Roménia e Portugal. Os delegados, em que Pereira de Matos se incluía, foram por ele descritos, numa conferência, mais tarde realizada na sede da Liga Naval[434]:

> "Todas as grandes summidades em matéria de Direito Commercial ali appareceram […] a iluminar com o seu profundo saber as discussões da conferencia. Houve excepções [..] o nosso paiz não enviou […] quem fosse manifesta autoridade no assunto".

A reunião de peritos discutiu regras de abalroamento, regras de assistência e salvação marítimas, delimitação da responsabilidade de proprietários de navios, hipotecas e privilégios marítimos.

Um dos encargos que Pereira de Matos assumiu, na sessão de 1909 em que participou, foi promover a criação de um comité português, que se filiaria no Comité de Antuérpia, criado em 1890, ficando encarregado de definir "a adesão definitiva do nosso Paiz a este sympathico movimento internacional". A missão foi bem sucedida e, em 17 de Abril de 1910, depois de uma reunião presidida por Jacinto Cândido da Silva, dirigente máximo da Liga Naval, foi constituída a representação nacional "a uma obra pacifica de sciencia e progresso".

O comité português ficou encabeçado por Francisco Veiga Beirão, que chefiava o Governo desde 22 de Dezembro do ano anterior e era jurista de renome e político influente. Acompanhavam-no especialistas em direito marítimo, representantes do armamento, corretores de navios, agentes de companhias de navegação, oficiais da marinha mercante, "professorado naval", membros da administração do Porto de Lisboa e o Instituto de Socorros a Náufragos, bem como um conjunto de civis e oficiais da Marinha, que eram, na

---

[433] Massimiliano Rimaboschi, *L´Unification du Droit Maritime*, Aix-en-Provence, Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2006, pp. 225-255, https://books.openedition.org/puam/958 (Consultado em 8 de Outubro de 2018).
[434] *Boletim Marítimo*, Série IX, nº 5, 1910, pp. 78-81.

quase totalidade, sócios da Liga Naval. A constituição da representação nacional junto do Comité de Antuérpia, foi depressa reconhecida pelo presidente do seu "bureau" permanente, que saudou a qualidade dos membros portugueses.

Apesar de a presença do Primeiro-tenente Pereira da Matos, como delegado do Governo à conferência, não ter sido em representação da Liga Naval, não deixou de significar a notoriedade que a associação tinha então alcançado. Com efeito, como referimos, coube à Liga a iniciativa de organizar o comité português, que ficou secretariado pelo seu secretário-perpétuo, bem como tomar a seu cargo a contribuição anual de 250 francos para o comité internacional[435].

No ano anterior ao fecho da Conferência de Bruxelas, em 1909, realizou-se na capital britânica uma reunião dedicada ao direito internacional marítimo em tempo de guerra, que ficou conhecida como Conferência Naval de Londres. Estiveram representados dez países: Áustria-Hungria, Reino Unido, Itália, França, Rússia, França, Holanda, Espanha, Japão e Estados Unidos da América. Portugal não foi convidado, o que melindrou o comité português presidido por Veiga Beirão e a Liga Naval, que tinha sido autora da iniciativa de adesão aos fóruns internacionais sobre a questão: "Tendo-se, a pedido da Liga Naval, perguntado se havia esquecimento, foi respondido que só haviam sido convidadas as grandes potências. Ora na conferência, estiveram representadas a Hespanha, e outras potencias de menor categoria"[436]. argumentou sem sucesso a Liga Naval.

A Conferência Naval de Londres de 1908-1909[437] não produziu efeitos, pois a codificação então proposta para o direito internacional marítimo em tempo de guerra não foi ratificada por nenhum estado, a despeito, segundo ficou registado no *Boletim Marítimo* de Janeiro de 1913, dos esforços desenvolvidos pelo comité português, que não logrou "ver satisfeitos os seus patrióticos desejos".

Sabemos que, em Abril de 1914, a Liga ainda se encarregava do comité português da Conferência Internacional de Direito Marítimo, não se sabe se por indigitação do governo, se por sua exclusiva iniciativa. O seu presidente, Francisco Veiga Beirão, retirado da vida pública desde o fim da Monarquia, tinha sido substituído por Vicente Rodrigues Monteiro,

---

[435] *Liga Naval Portuguesa, Breve Resenha […]*, pp. 70-73.
[436] Não sendo considerada uma potência naval, na época, a Holanda foi convidada para a Conferência por ter sido o país de acolhimento das Conferência da Haia sobre as leis da guerra de 1899 e 1907.
[437] C. H. Stockton, "The International Naval Conference of London, 1908-1909", *The American Journal of International Law*, Vol. 3, No. 3 (July 1909), pp. 596-618, https://www.jstor.org/stable/2186684.

jurista e advogado, um dos autores do Código Comercial de 1888, no qual tinha colaborado com o agora seu antecessor.

Apesar do seu percurso aventuroso na República, em 2 de Abril de 1924, no governo de Álvaro de Castro, António Pereira de Matos foi nomeado pelo governo como vogal da comissão encarregada de "proceder ao estudo das questões do Direito Marítimo Internacional" e, em 1928, já na Ditadura, foi de novo designado para integrar a Comissão Permanente de Direito Marítimo Internacional[438].

Uma "festa militar e patriótica"

Ao longo de 1907, a Liga Naval multiplicou-se em actividades, procurando recuperar energias, depois da crise interna que a tinha deixado abalada. Para além das conferências que promoveu na sua sede, no ano mais fértil neste tipo de iniciativa, a Liga "iniciou" a ideia da realização de um festival marítimo em Cascais, que seria organizado "pela grande comissão de oficiaes da Armada, valiosamente secundada pelo Club Militar Naval e pela Sociedade de Geografia de Lisboa".

Uma autora atribuiu a realização do Festival à homenagem que a rainha D. Amélia pretendia fazer à Marinha, oferecendo-lhe uma bandeira nacional. Para conferir uma solenidade festiva à ocasião, as "autoridades" terão então resolvido realizar um Festival Marítimo na baía de Cascais[439]. Não subscrevemos esta interpretação, ainda que não seja incompatível com a circunstância de ter cabido à Liga Naval o lançamento inicial da ideia, sobre a qual não parecem restar dúvidas:

> "O justificado anceio com que a Liga Naval procura servir a causa nacional, levou-a a pensar na realização de qualquer coisa em grande […] foi a efectivação d´este pensamento, que se traduziu no tão justamente celebrado festival marítimo de Cascaes"[440]

O evento assumiu uma grande proporção, no que respeita à participação de navios de guerra – toda a Divisão Naval de Instrução[441], ao programa militar e civil, e à presença da Família Real, exigindo a colaboração entre múltiplas entidades. A Liga Naval, a quem coube o primeiro impulso para a sua realização, ofereceu troféus para os vencedores das

---

[438] Ver, respectivamente, decreto de 2 de Abril de 1924 e portaria de 7 de Novembro de 1928.
[439] Maria José Pinto Barreira Rego Sousa, *Cascais 1900*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais/ Caixa Geral de Depósitos/ Edições Inapa, 2003, pp. 178-186.
[440] Liga Naval Portuguesa, *Breve Resenha […]*, p. 82.
[441] Então constituída pelos cruzadores "D. Carlos", "Vasco da Gama" e "São Rafael", e canhoneira "Tejo". Ver *Diário de Navegação dos Iates Amélia*, AHM, Cofre, folha 204 verso.

regatas. A Liga estava informada das iniciativas das suas congéneres estrangeiras e terá, decerto, tomado conhecimento da anterior realização das "semanas marítimas" promovidas pela "Ligue Maritime Française". Através do cartaz de "Semaine Maritime de 1908"[442], que teve lugar em Nantes, ficamos a saber que se tratava já do quarto festival anual. O programa de 1908, foi preenchido com regatas e contou com a presença de navios da "La Royale" e de marinhas de guerra estrangeiras, não identificadas no referido cartaz. Esta realização da liga francesa deve ter servido de inspiração para a liga portuguesa.

Segundo se escreveu então no órgão oficial da Liga, o festival foi uma "festa militar, o mesmo que é dizer uma festa patriótica"[443]. Para além da componente da propaganda naval, o festival também acolheu manifestações desportivas, com regatas de "barcos à vela, a remos e automóveis", que se realizaram entre 29 de Setembro e 6 de Outubro.

É plausível admitir que esta "festa naval de propaganda, pelo nosso resurgimento marítimo" tivesse como um dos propósitos melhorar a imagem da Marinha junto do País, que tinha sido afectada, cerca de um ano e meio antes, com as insubordinações ocorridas em navios fundeados no Tejo, a que faremos referência adiante neste estudo.

A comissão nomeada pelo governo para organizar o Festival de 1907, foi presidida pelo Major-general da Armada – Vice-almirante Guilherme de Brito Capelo, acompanhado pelo Contra-almirante José Cesário da Silva e pelo Primeiro-tenente António Pereira de Matos, todos sócios da Liga Naval, como eram também a maioria dos quinze vogais.

O alinhamento da festa dividia-se em quatro partes: a "Festa da Bandeira"; corridas de remos, natação e "water-polo"; exercícios com torpedos moveis; e, a fechar, um "exercício geral".

Em Cascais, o programa de 13 de Outubro de 1907, um dia de bom tempo pelo meio de um Outono agreste, "de noite calma e aragem de SW", como registou o diário náutico do iate "Amélia"[444], abriu com a entrega ao cruzador "D. Carlos I", de uma bandeira oferecida pela rainha. O "pedaço de seda feita das cores do céu […] padrão da gloria […]

---

[442] https://millefeuillesdebretagnesite.files.wordpress.com/2018/11/frac44109_6fi12412.jpg (Consultado em 18 de Dezembro de 1918).
[443] *Boletim Marítimo*, Série VI, nº 10, Outubro de 1907, pp. 197-202.
[444] O Iate real "Amélia" (o quarto com este nome) não participou na mostra naval, que se concentrou nos navios armados. Esteve fundeado em frente do farol de Santa Marta, registando no seu diário de navegação, no dia 13 de Outubro: "Festa Naval. Realizou-se a bordo do D. Carlos a entrega da bandeira oferecida por S. M. A Rainha á Marinha Portugueza. De noite calma e aragem de SW. Chuva e vento refrescando". Ver *Diário de Navegação dos Iates Amélia*, Arquivo Histórico da Marinha, Cofre, folha 205 verso.

mortalha de heróis, symbolo da Patria", foi transportado para bordo do maior navio da Armada pelo infante D. Manuel, Aspirante da Marinha.

De acordo com o *Boletim Marítimo,* toda a Família Real e as individualidades presentes acompanharam um "luzido cortejo" marítimo, assistido por "milhares de espectadores vivamente interessados" e no meio do "troar da artilharia". O cortejo foi aberto por dois torpedeiros, navegando a par, seguidos pela "saveira"[445] do ministro da Marinha, que também levava a bordo o ministro da Guerra[446], pelas galeotas e pelo bergantim real, onde se faziam transportar a Família Real e a sua comitiva. A bordo do bergantim, seguia o cofre com a bandeira, e a ele se seguiram a canhoneira "Tejo", os vapores da Marinha de Guerra "Lidador" e "Fulminante", guigas dos clubes navais, barcos de recreio, desportivos e salva-vidas, escaleres dos navios de guerra e um torpedeiro, que encerrava o cortejo[447].

Içada a bandeira no cruzador "D. Carlos I", tiveram lugar regatas de remos, torneios de natação e "jogo da bola", nos quais competiram marinheiros dos navios fundeados na baía de Cascais. Findas as actividades físicas, começaram as demonstrações navais, com o lançamento de um torpedo "Whitehead"[448] por um dos torpedeiros presentes, que afundou o casco do navio de vela "Pedro Nunes"[449].

Caída a noite, tiveram lugar exercícios de ataques simulados entre navios, com vistosos movimentos dos projectores, que procuravam identificar os alvos e representar disparos de artilharia, que, se não revelaram uma Marinha poderosa, deram que contar a quem assistiu.

A avaliar pela quantidade de espectadores, o Festival – "uma data gloriosa na existência da Liga" – foi um sucesso: "Por mar foram a Cascaes muitos milhares de

---

[445] Saveiro: uma embarcação de fundo chato, com a proa mais erguida do que a popa, normalmente usado para cabotagem nos rios ou próximo da costa para conduzir as redes lançadas em frente da praia.
446 Respectivamente, Aires de Ornelas e Vasconcelos e António Vasconcelos Porto.
[447] *Liga Naval Portuguesa, Breve Resenha […]*, pp. 84-85.
[448] Eram torpedos autopropulsionados, ou automóveis. Foram introduzidos em Portugal no fim do séc. XIX.
[449] Era o antigo clipper "Thermopylae", que tinha sido comprado por Portugal em 1886 para servir como navio de treino de vela, função que não desempenhou por mais do que um ano. Foi abatido em 1887 e empregue como pontão de carvão, numa metáfora da definitiva transição entre a velha e a nova forma de propulsão dos navios. Quando foi deliberadamente afundado por um dos torpedeiros presentes no Festival Marítimo organizado pela Liga Naval, ainda ostentava a efígie do rei Leónidas como figura de proa e memória da sua breve mas antiga grandeza. Ver António Manuel Gonçalves, "A lenda e o mito – 1. Thermopylae", *Revista Armada*, nº 385, Ano XXIV, Abril de 2005, pp. 14-16.

pessoas, e por terra basta dizer que para aquella estação só na linha marginal se venderam 25.000 bilhetes"[450].

O festival marítimo foi objecto de uma ampla reportagem fotográfica, publicada na *Ilustração Portuguesa* de 7 e 21 de Outubro. No entanto, a componente militar do acontecimento não mereceu ali grande destaque. Pelo contrário – num curioso critério editorial – a notícia que ocupou a página seguinte às que foram dedicadas ao festival marítimo, na segunda daquelas datas, relatou "um passeio em burros de Lisboa a Cascaes promovido pela classe dos barbeiros […] um belo record burrical, que será decerto difícil de exceder" [451]. Os burros, que divertiam os artesãos, pareciam merecer mais atenção do que a Marinha de Guerra.

Apesar da referida menorização noticiosa, o festival marítimo terá procurado representar um momento de afirmação do poder régio, com uma dupla manifestação, militar e civil, procurando apoio popular a um trono em dificuldades.

Durante o festival, a Liga distribuiu dez mil exemplares de um "manifesto ao Paiz"[452], no qual apelava aos portugueses:

> "Urge que o vosso patriotismo faça ressurgir, sem delongas, do abandono a que tem sido votada, a marinha de guerra nacional [pedindo] a todos os portugueses que se inspirem no amor da sua querida pátria, concorrendo para que a defeza do paiz se torne efectiva e completa, com a organisação d´uma boa marinha de guerra"[453].

O manifesto defendeu que o País precisava de uma "esquadra moderna", com capacidade ofensiva, pois "Só ella poderá dar-vos prestigio no concerto internacional". A Liga fazia um apelo em favor de uma Marinha com capacidade ofensiva, desvalorizando a opção, defendida por alguns, de uma pequena Marinha na Metrópole, acompanhada de uma Marinha Colonial, dedicada a acções de "fiscalização, policia e transportes, ao longo das costas das coloniais". Ora o ministro da Marinha e Ultramar Aires de Ornelas, tinha, meses antes, em 23 de Maio de 1907, assinado um decreto que se comprometia com a construção de dois pequenos contratorpedeiros, seis torpedeiros, dois submarinos e um vapor para "regulação de torpedos e fundeamento de minas".

Era pouco, deve ter entendido a Liga Naval, proclamando:

---

[450] *Liga Naval Portuguesa, Breve Resenha […]*, p. 82.
[451] *Ilustração Portuguesa*, IV Volume, nº 85 e 87, 7 e 21 de Outubro de 1907, pp. 27-28 e 13-15.
[452] *Boletim Marítimo*, Série VI, nº 10 – Outubro de 1907, pp. 201-202.
[453] *Boletim Marítimo*, Série VII, nº 4 – Abril de 1908, p. 61.

> "Precisaes de uma esquadra moderna […] Só ella poderá dar-vos prestigio, no concerto internacional […] só ella poderá restaura […] á bandeira das quinas, o seu glorioso esplendor". e "restaurar, enfim, á bandeira das quinas, o seu glorioso esplendor".

Na verdade, estava em causa uma divergência de fundo, quanto à escola de pensamento naval que devia presidir à reformulação da esquadra portuguesa, opondo:

- a escola que tinha sido teorizada em 1890 pelo americano Alfred Mahan, futuro Almirante, que preconizava um núcleo constituído por couraçados, grandes navios capazes de decidir a sorte dos combates navais;
- à "Jeune École", com origem em França, no princípio da Terceira República, que defendia uma marinha baseada em cruzadores para a guerra de corso e em torpedeiros e outras pequenas unidades para a guerra defensiva, cuja figura emblemática tinha sido o almirante Théophile Aube.

Ainda que as restrições de natureza financeira estivessem na base das escolhas de Aires de Ornelas que, apesar de modestas, não foram concretizadas, a Liga imputava-lhe uma pequenez que seria quase uma ofensa à memória do "império maravilhoso das Índias". Sem o afirmar explicitamente, a Liga Naval Portuguesa defendia uma Marinha que pudesse contribuir para que o País escapasse à tutela que, em termos de defesa naval, era exercida pelo Reino Unido, nas áreas e nas questões que se inscrevessem no seu próprio interesse nacional.

A Liga Naval iria retomar a defesa de uma Marinha de Guerra muito robusta quando colaborou activamente na propaganda do plano naval de 1912, ao qual, adiante, faremos referência.

Um "club-house" para os "yatchmen"

O desenvolvimento da marinha de recreio era um dos fins estatutários de Liga Naval. Dedicadas aos desportos náuticos, existiam em Lisboa, à data da criação da Liga, a Real Associação Naval de Lisboa, fundada em 1856; o Clube dos Aspirantes de Marinha, que datava de 1888 e o Real Clube Naval de Lisboa, de 1892.

Em Dezembro de 1902, Jaime de Vasconcelos Thompson, presidente do Real Clube Naval, publicou no *Boletim Oficial* da Liga, de que era sócio, um longo artigo sobre o

"ressurgimento do sport náutico em Portugal"[454]. O seu ponto mais interessante era a proposta de fundir "O Real Clube Nautico (RCN) e a Liga Naval Portugueza n´uma única instituição", que explicava pelo facto de o RCN, que tinha 500 sócios, não dispor de um "club-house" onde pudessem ser consultados livros e mapas, ler revistas e receber "yatchmen" estrangeiros, no fundo um local de sociabilidade à altura do seu estatuto social. Outra razão invocada, foi que o "nosso meio é acanhado para os quatro clubs que já existem", nenhum deles com uma sede condigna, nenhum deles vivendo desafogadamente. Com a fusão, tudo isto poderia ser melhorado.

A Liga Naval deve então ter entendido que não tinha chegado o momento oportuno para chamar a si a representação do desporto náutico em Portugal. Primeiro, foi necessário criar o seu próprio Grémio de Sport Náutico, o que aconteceu em meados de 1903[455]. Depois de instalados postos náuticos em Paço de Arcos e Cascais, em Junho do mesmo ano, a rainha Maria Pia autorizou o uso da sua guiga[456] "Vega" pelos sócios da Liga[457]. No mês seguinte, o rei D. Carlos aceitou o cargo honorário de "comodoro-mor"[458] e a rainha D. Maria Pia, o príncipe-herdeiro D. Luís Filipe e o infante D. Afonso, o de comodoros da secção náutica da Liga Naval[459].

Em 1904 a ambição agregadora da Liga Naval em relação aos desportos náuticos, conheceu um novo episódio. Desta vez, a proposta chegou do outro clube de Lisboa, a Real Associação Naval, a mais antiga das colectividades de recreio náutico. Assinada por 40 sócios, propunha a constituição, "no seu Gremio de Sport Nautico [de] um grupo autonomo, com o nome de Real Associação Naval[460]". Deste modo, passaria ser um "agrupamento autonomo subordinado á direcção do grémio", com a sua sede na Liga Naval, para onde se transferiria com "os tropheus do seu glorioso passado [que] serão religiosamente conservados nas salas da Liga Naval". A confirmar a união de facto, a assembleia magna da Real Associação, reunida para eleger os corpos gerentes para 1905-

---

[454] Jaime de Vasconcelos Thompson, "O ressurgimento do sport náutico em Portugal", *Boletim Oficial*, Série I, nº 3 – Dezembro de 1902, pp. 54-60. O autor enumerou ainda outras agremiações dedicadas ao "yatchting" e ao "rowing", fora da capital: Oporto Rowing Club, Ginásio Aveirense, Cricket Clube de Carcavelos e do Clube Naval Madeirense.
[455] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/ A – Maço 1, Acta da reunião do Conselho Geral e Conselho Regional de Lisboa de 3 de Junho de 1903.
[456] Embarcação fluvial, esbelta e muito leve, usada em competições de remo.
[457] *Boletim Oficial*, Série II, nº 6 – Junho de 1903, p. 152.
[458] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/ A – Maço 1, Acta da reunião do Conselho Geral e Conselho Regional de Lisboa da Liga Naval Portuguesa de 22 de Julho de 1903. A designação de comodoro é dada, na náutica de recreio, ao presidente de um clube.
[459] *Boletim Oficial*, Série II, nº 7 – Julho de 1903, p. 180.
[460] *Boletim Oficial*, Série III, nº 1 – Janeiro de 1904, p. 31.

1906, decidiu nomear seus sócios honorários António Teixeira de Sousa, presidente do Conselho Geral da Liga, e António Pereira de Matos, seu incansável secretário-perpétuo[461].

O Real Clube Naval de Lisboa, por seu lado, nunca concretizou a fusão com a Liga Naval que tinha defendido em 1902, pela pena do seu presidente. Dois anos depois, fez mesmo saber à Liga que não aceitaria essa integração, por considerar que apenas faria sentido se se tratasse de uma fusão com uma associação exclusivamente devotada à marinha de recreio[462].

As fontes consultadas[463] não permitiram esclarecer a génese e a natureza dos movimentos internos de ambos os clubes, que os conduziram, em certos momentos, a procurar a tutela ou mesmo a integração na Liga Naval. Sabemos que a Real Associação Naval, com queda do Real depois de implantada e República, teve a sua sede na Liga Naval, primeiro no palacete Ferreira Pinto Basto e depois, até 1932, no palácio Calhariz-Palmela.

Na segunda cidade do País, foi constituído, em Abril de 1905, o Grémio de Sport Náutico do Porto, que iria funcionar junto da sede do Conselho Regional da Liga Naval, o qual estava instalado no Palácio da Bolsa, em espaço cedido pela Associação Comercial da cidade. A sua direcção ficou entregue a personalidades pertencentes à burguesia comercial do Porto. João Eduardo de Brito e Cunha, antigo presidente do Oporto Boat Club[464] foi investido na presidência do novo Grémio, acompanhado pelos vogais Bernardino Vareta, Guilherme Faria, António Domingos de Oliveira, Francisco Albuquerque Cáceres, José da Cunha Lima, Anyas Xarre, Albert Feuerheerd[465] e David José de Pinho[466].

Ainda no campo dos desportos náuticos, merecem referência as regatas realizadas durante o Festival Marítimo de Cascais, em 1907, iniciativa da Liga Naval objecto de tratamento separado neste estudo.

Em Cabo Verde, foram organizadas regatas, todos os anos, desde 1907, ano da criação do Conselho Regional da colónia. Estas actividades náuticas envolviam embarcações de remos e de vela pertencentes a navios de guerra em estação ou de passagem pelo arquipélago, bem como a firmas locais. No dia de Natal de 1909 foi realizado um destes

---

[461] *Tiro e Sport – Revista de Educação Physica e Actualidades*, Ano XI, nº 306, 15 de Maio de 1905, p. 11.
[462] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 18 de Maio de 1905.
[463] Designadamente *Associação Naval de Lisboa – 150 Anos de História*, Lisboa, Associação Naval de Lisboa, 2005.
[464] Clube fundado por ingleses da cidade em 1866.
[465] Proprietário, produtor de vinho do Porto.
[466] *Boletim Marítimo*, Série 4, nº 4 – Abril e 1905, pp. 121-122.

conjuntos de regatas, no porto da Praia, que contou com embarcações amadoras e pertencentes à canhoneira "Zambeze" e ao cruzador "S. Gabriel", então em viagem à volta do mundo. No dia seguinte, realizou-se uma festa nocturna, que contou com a presença do governador, da oficialidade dos navios, dos membros do Conselho Regional da Liga e da elite dos comerciantes locais. Distribuição de prémios e baile, encerraram as festividades.

Ginástica, esgrima e equitação: para combater o "caracter mórbido e doentio da nossa raça"

Em 1907, começou a funcionar, na sede da Liga, uma aula de ginástica sueca, que foi regida pelo Segundo-tenente Joaquim Costa, utilizando equipamentos transferidos do palacete da viscondessa de Valmor[467]. Inicialmente destinada aos sócios, a sua frequência foi estendida aos filhos dos oficiais da marinha mercante[468]. O relatório do presidente do Conselho Geral referente aquele ano, adiantava as razões para a iniciativa, admitindo que

> "parecerá um pouco estranho aos fins da Liga a quem não atender ao caracter mórbido e doentio que tirou á nossa raça toda a força de vontade e energia para a lucta, terrivel mal do nosso povo, que só poderá curar-se pelo exercício physico que robustece o individuo, tornando-o apto para o desempenho das diversas funções sociaes".

Na Liga funcionou ainda uma aula de esgrima que ficou inicialmente a cargo de A. de Sousa Magalhães. Mais tarde, em data que não foi possível precisar, foi celebrado um contrato com o Centro Nacional de Esgrima, que ocupou instalações na Liga até 1932.

Em Novembro de 1909, já na nova sede, no palácio Calhariz-Palmela, começou a funcionar uma aula de esgrima "dirigida pelo eminente mestre d´armas sr. Franco Vega". O italiano era um prestigiado mestre de esgrima, que estava em Portugal desde Março de 1906, ocupando-se com aulas individuais e colectivas[469]. Logo depois da sua chegada, tornou-se professor do príncipe-real D. Manuel e "El-Rei D. Carlos deu a Franco Vega a honra de assaltar com elle". O italiano correspondia à sua aceitação pela Casa Real e pelas elites de Lisboa e do Porto, considerando que os portugueses eram "intelligentes, fortes [e] resistentes [e dotados de] excepcionaes qualidades para a esgrima"[470]. Por decisão do Conselho Geral, a Sala de Armas não deveria representar qualquer despesa para a Liga

---

[467] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa, 8 de Junho de 1909,.
[468] *Boletim Marítimo*, Série IX, nº 4 – Abril de 1910, p. 84.
[469] *Diário Ilustrado*, 1 de Março de 1907, p. 1.
[470] *Ibid.*, pp. 1-2.

Naval e as aulas seriam gratuitas para os oficiais da Armada que fossem sócios da Liga[471]. A aula era então frequentada por 18 oficiais[472].

A equitação era desporto sem afinidades com o mar, mas próximo do modo de estar de uma certa elite que compunha, em grande parte, o corpo dos oficiais da Marinha, também fez parte das actividades oferecidas pela Liga aos seus associados, em período que as fontes não permitiram definir. Em 1903 os sócios da Liga Naval passaram a contar com a possibilidade de frequentarem aulas de equitação mediante condições especiais propostas por João Gagliardi, professor da arte equestre, com picadeiro em Lisboa na rua D. Pedro V[473].

"Le mal de mer a le don de torturer ses victimes" – a Liga Naval no combate ao enjôo

Em 1930, o capelão dos navios franceses na "grande pesca", na Terra Nova, o capuchinho padre Yvon, explicou tudo em poucas palavras: "Le mal de mer a le don de torturer ses victimes et de faire rire les témoins qui en sont préservés"[474].

Meio século antes, na década de 1870, o engenheiro metalúrgico, inventor, e industrial britânico Henry Bessemer, que sofria do terrível mal de enjôo, concebeu e fez construir por um célebre arquitecto naval do tempo, uma cabina para passageiros assente numa suspensão "cardan", que instalou num navio que fazia transporte de passageiros através do canal da Mancha. Com a solução de Bessemer, o módulo, de 21x9 metros de dimensão e luxuosamente decorado ao estilo vitoriano, deveria manter-se paralelo à superfície da água, enquanto o navio balançava ao arbítrio do estado do mar. Se a solução era engenhosa, os resultados foram decepcionantes, já que o navio se tornava ingovernável. O "SS Bessemer", construído em 1875, foi desmantelado em 1879. No entanto, a cabina experimental foi salva e transportada para casa de Edward Reed, o construtor do navio, transformada em sala de bilhar.

Até que, décadas mais tarde, os estabilizadores de balanço tivessem sido aperfeiçoados, outras soluções foram ensaiadas, mitigando mas não evitando que

---

[471] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa* - Caixa 1387/A Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 20 de Outubro de 1909.
[472] *Boletim Marítimo*, Série IX, nº 4 – Abril de 1910, p. 84.
[473] *Boletim Oficial*, Série II, nº 11 – Novembro de 1903, p. 304 e *O Tiro Civil*, Ano VI, nº 200, 4 de Dezembro de 1900, p. 3.
[474] Guy le Moint, *Petite Histoire du mal de mer et de ses traitements*, Rennes, Infomer, 2013, contracapa.

passageiros e tripulantes de navios mercantes e guarnições de navios de guerra, fossem afectados no seu conforto e nas suas obrigações profissionais, em dias de mar agitado.

Esta realidade era uma preocupação dos meios marítimos e navais dos princípios do século XX. Tanto assim, que se constituiu, em França, em data que não foi possível determinar, mas que podemos situar nos primeiros anos do século, a "Ligue Contre le Mal de Mer". Esta liga surgiu no contexto das companhias marítimas de transporte de passageiros, que concorriam entre si pelas viagens mais rápidas e mais confortáveis. Com a sua chancela, publicou-se, em 1905, uma monografia que tratou os vários aspectos do enjoo marítimo, desde a sua fisiologia, até às medidas que podiam ser tomadas para mitigar o desconforto dos passageiros e as limitações das tripulações, incluindo um extenso e minucioso inquérito aos sofredores com o balanço, tudo para melhorar o conhecimento sobre o mal[475].

Terá sido nos princípios de 1906, que a "Ligue Contre le Mal de Mer" convidou a Liga Naval a formar um comité português. O encargo que foi entregue ao médico naval José Pocariça da Costa Freire, sócio desde, pelo menos, 1903, que obteve a colaboração de quatro dos seus colegas e produziu um estudo sobre o assunto, no qual aconselhava, porventura pouco convicto da eficácia de outros processos científicos:

> "No nosso entender o mais eficaz de todos os meios será a sugestão, incutindo no animo dos indivíduos a ideia de que não teem predisposição para o enjôo […] Se o individuo não pode aguentar-se de pé […] está indicado o decúbito dorsal, como meio profícuo n´esta espécie de enjôo"[476].

Para complementar a criação do comité português da associação francesa, esteve previsto um encontro entre ambas as partes em Lisboa que, no entanto acabou por não se realizar e deve ter frustrado qualquer hipótese de futuro para o estudo do dr. José Pocariça e seus colegas da Armada:

> "Não teve seguimento este trabalho, porque a Liga Francesa não realisou a sua projectada excursão até Lisboa, mas d´elle ficou aquelle valioso estudo, com a demonstração do manifesto empenho da Liga Naval em bem servir uma tão interessante causa internacional"[477].

---

[475] Madeuf, Dr. (Direcção), *Le Mal de Mer. Comment on s´en preserve, comment on en guérit, comment on le soigne*, Paris, Comité da La Ligue Contre le Mal de Mer, 1905.
[476] *Boletim Marítimo*, Série IV, nº 5 – Agosto de 1906, pp. 69-71.
[477] *Liga Naval Portuguesa, Breve Resenha […]*, p. 68.

Contactos no estrangeiro

O que deve ter sido o primeiro dos contactos directos entre a Liga Naval Portuguesa e as suas congéneres estrangeiras, que ficaram registados, teve lugar quando da viagem a Londres, em Março de 1905, do Primeiro-tenente Pereira de Matos, na sua qualidade de secretário-geral da Associação Marítima Internacional. Conta o *Boletim Marítimo*, no seu número de Março daquele ano, que a deslocação se realizou "a propósito de dissidências que surgiram no seio da mesma associação", sobre as quais as fontes consultadas são silenciosas.

Para além dos contactos relacionados com os fins da deslocação, o secretário-perpétuo da Liga Naval Portuguesa foi convidado pela "Navy League" para alguns convívios sociais e de trabalho. Para narrar estes acontecimentos, o *Boletim Marítimo* socorreu-se das locais publicadas sobre a visita no *Daily Dispatch*, publicado em Manchester[478]. Ficamos assim a saber que, em 20 de Março, Pereira de Matos foi o convidado de um "primoroso lunch" oferecido pela secção de Liverpool da "Navy League", a que se seguiu uma visita a uma escola da associação britânica.

No dia seguinte, Pereira de Matos foi a Manchester, onde foi convidado para almoçar, desta vez por Sebastião Clemente, 1º barão de Sousa Deiró e presidente da Junta Local da Liga Naval Portuguesa. Estiveram também presentes o cônsul, comerciantes nacionais ali estabelecidos e Edgard Prestage, que exercia então advocacia na cidade[479], ainda que estivessem já em pleno desenvolvimento os seus trabalhos relacionados com a história e literatura portuguesas. No final do jantar trocaram-se "enthusiasticos brindes", cabendo a Prestage a saudação à "bandeira das quinas".

---

[478] *Boletim Marítimo*, Série IV, nº 3 – Março de 1905, p. 76.

[479] O barão de Sousa Deiró e o historiador britânico Edgar Prestage tinham sido os fundadores da Câmara de Comércio Anglo-Portuguesa, que agrupava meia centena de empresas de Londres, Liverpool e Manchester. Ver Afonso Eduardo Martins Zúquete, *Nobreza […]*, Volume III, p. 404. Edgar Prestage (1869-1951), especialista em Literatura portuguesa e membro da Academia das Ciências de Lisboa (189?), seria depois professor na Universidade de Manchester e no King´s College de Londres, onde foi titular da cátedra Camões entre 1923 e 1936.

CAPÍTULO 3 - AS CRISES INTERNAS, A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E A PROCURA DE NOVOS RUMOS

3.1 Uma crise "dolorosa": rendição do comando e a passagem para uma tutela oficiosa

Os primeiros sinais de ruptura da unanimidade em torno dos objectivos fundadores da Liga Naval Portuguesa surgiram em 1904, quando Júlio de Vilhena era seu presidente. As fontes são discretas na abordagem dos problemas internos que acabaram por conduzir a uma crise no ano seguinte. Existem, no entanto, alusões à questão da aplicação do subsídio que a Liga recebia dos cofres públicos que, mais do que as quotizações dos associados, lhe garantiam a possibilidade de manter a sua sede central num prestigiado local de Lisboa, bem como a de realizar os grandes congressos de 1903 e 1904 e sonhar com a instalação de um museu marítimo nacional.

A acta da reunião da Assembleia Regional de Lisboa, de 15 de Maio de 1904, registou uma declaração feita em ocasião anterior pelo presidente do Conselho Geral, relativa à inconveniência de se tratar "da aplicação dada ao subsídio do Governo, pois que isso prejudicaria a Liga desde que lá fóra houvesse conhecimento do que aqui se dizia"[480]. Na mesma reunião, o sócio Artur Carvalho da Silva – político monárquico e jornalista – criticou "asperamente a administração do Conselho e a maneira como estavam a ser feitas as contas", chegando mesmo a afirmar que "a Liga estava fóra do seu papel, e que o conselho não passava d´um club instalado á custa d´um subsidio que o Estado dera para acorrer ás necessidades das populações marítimas". Estas declarações agrestes foram feitas em dia de eleições e, apesar do tom agitado em que prosseguiu a assembleia, os membros dos órgãos sociais foram reconduzidos, não sem deixar um desconforto latente e uma sensação de que o pior ainda estava para chegar.

Em Fevereiro de 1905 estavam por regularizar dívidas que o Conselho Regional de Lisboa tinha contraído junto do Conselho Geral da Liga Naval, provavelmente resultantes da realização de despesas excessivas, que acabavam por recair sobre os cofres do órgão central[481].

---

[480] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/ A – Maço 1, Acta da reunião da Assembleia Regional de Lisboa da Liga Naval Portuguesa de 15 de Maio de 1904.
[481] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/ A – Maço 1, Acta da reunião da Assembleia Regional de Lisboa da Liga Naval Portuguesa de 28 de Fevereiro de 1905.

Um ano depois, no entanto, o *Boletim Marítimo* referente ao primeiro trimestre de 1906, anunciava o regresso da bonança:

> "Após uma crise que, se foi dolorosa, muito contribuiu, comtudo, para robustecer-lhe o organismo, a Liga Naval Portuguesa entra n´uma nova phase […] Não veem para aqui as causas d´essa crise […] uma questão interna, e de somenos valia […] Foi um mal a crise? Todos assim o viram, no abandono lastimável a que foi votada a grande instituição nacional."[482].

Apesar de uma certa ligeireza que transparece daquelas frases, a crise tinha feito duas vítimas aparentes: António Teixeira de Sousa, figura de primeira grandeza do Partido Regenerador, cuja chefia iria assumir em Agosto seguinte, depois da morte de Hintze Ribeiro, foi substituído por Jacinto Cândido da Silva na presidência do Conselho Geral; ao mesmo tempo, a independência que os estatutos tinham assegurado à Liga desde a sua criação, foi substituída por uma certa forma de tutela do governo, através do poder de nomeação de seis vogais daquele Conselho, consagrado na revisão dos estatutos aprovada por decreto de 31 de Janeiro de 1906.

A direcção da Liga Naval passava a ser assim constituída:

- um presidente;
- dois vice-presidentes, eleitos pelos vogais do Conselho para mandatos de um ano;
- um primeiro secretário, função preenchida pelo secretário-perpétuo;
- um segundo secretário e um tesoureiro;
- dois vogais designados por cada um dos Conselhos Regionais, que eram dez, ao tempo, ainda que não seja possível asseverar se estavam todos activos;
- seis vogais nomeados pelo ministério da Marinha, o que era uma novidade.

Dado que apenas três dos dez Conselhos Regionais então existentes se localizavam no Continente, é verosímil admitir que a designação do presidente e dos dois vice-presidentes, acabasse por ficar nas mãos dos vogais nomeados pelo governo. Esta solução parecia satisfazer ambas as partes: por um lado o governo, que adquiria capacidade para intervir no funcionamento da Liga Naval, precavendo-se contra a sua intervenção em esferas mais delicadas; por outro, a Liga que, como se escreveu no texto de abertura do número de Janeiro-Fevereiro-Março de 1906 do *Boletim Marítimo*, adquiria

[482] *Boletim Marítimo*, Série V – nº 1, Janeiro, Fevereiro e Março 1906, p. 1.

> "um caracter oficial que ella não tinha […] Separado completamente o Conselho Geral de todos os Conselhos Regionaes, não mais as crises d´este poderão influenciar a vida d´aquelle […] Quando estas crises parciais se derem […] ao Conselho Geral é dado o direito de intervir e impor a solução mais consentânea com os interesses e o bom nome da Liga".

Em princípios de 1906 parecia, portanto, terminado um período de instabilidade, de que não se conhecem muitos pormenores, mas que terá certamente afectado o percurso vincadamente ascendente que a Liga Naval tinha conseguido entre 1900 e 1904.

A publicação do *Boletim Marítimo* foi retomada em Janeiro de 1906, depois de seis meses de interrupção, dando um sinal de que o pior da tempestade teria sido ultrapassado. Ao longo do novo ano, o órgão oficial da Liga ocupou as suas páginas com matéria essencialmente informativa, dizendo respeito ao comércio marítimo, à questão das ligações marítimas com as colónias africanas e a América do Sul, às pescas e à evolução da construção de navios de guerra nas potências europeias – com destaque para a entrada em serviço do HMS[483] "Dreadnought", que iria revolucionar o futuro dos grandes couraçados.

No entanto, nos finais daquele ano, existiram novas perturbações no Conselho Regional de Lisboa a que, como já se tornava um hábito, as fontes se referem de um modo circunspecto pois, como ditou o futuro almirante Almeida d´Eça para a acta: "nada se ganha em recordar horas tristes da Liga Naval". No entanto, a gravidade da situação ficou registada, falando-se em "tumultos" numa reunião do Conselho, que terão mesmo impedido que fosse feita a respectiva acta, em resultado da agitação em si mesma ou da conveniência em não a registar nos anais da Liga Naval. O mais próximo que estamos de apreender aquela realidade, pelo menos num dos seus elementos, é-nos dado pela acta da primeira reunião da assembleia geral do Conselho Regional de Lisboa realizada em 1907, em que se fala na necessidade de discutir a questão dos "jogos e diversões", que eram razão para o afastamento de "muitos e bons sócios"[484].

Anos mais tarde, Júlio de Vilhena, que fora presidente da Liga entre 1901 e 1904, parecia aludir aqueles acontecimentos, quando escreveu no seu livro *Antes da República*:

> "Aconteceu á Liga Naval o que geralmente acontece a todas as colectividades nacionais […] as dissenções internas gangrenaram a instituição […] e, por maiores

[483] His ou Her Majesty Ship, um designativo dos navios de guerra britânicos com origem nos finais do séc. XVIII.
[484] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/ A – Maço 1, Acta da reunião de 12 de Janeiro de 1907 da Assembleia Regional de Lisboa da Liga Naval Portuguesa.

> que sejam os esforços dos seus associados, jámais deixará de ser no futuro um grémio literário e científico para conferencias de estudiosos”[485].

É muito possível que, com esta visão um pouco pessimista, o antigo presidente Júlio Vilhena se estivesse a referir às convulsões cuja natureza e desenvolvimento foram dadas a conhecer através de sóbrios escritos no *Boletim Marítimo*.

As “dissenções internas” de 1905-1906 não transformaram ainda a Liga no “grémio” de que falou Vilhena, mas talvez tenham contribuído para a opção por uma nova rota, depois do Regicídio.

O estado da Liga Naval em 1907: “Trabalhando patrioticamente para o restabelecimento do nosso poderio marítimo”:

A instrução de pessoal da marinha mercante – através das aulas de pilotagem e de armamentos marítimos, as conferências públicas, as festas desportivas e os manifestos ao país, foram as actividades que a Liga Naval considerou “mais importantes”, num relatório que Jacinto Cândido da Silva, presidente do seu Conselho Geral, dirigiu em 6 de Abril de 1908 ao ministro da Marinha e Ultramar, comandante Augusto de Castilho.

Jacinto Cândido proclamou orgulho no trabalho realizado:

> “vou ter a honra de relatar a V. Exª, ainda que sumariamente, os serviços mais importantes desta benemérita instituição no decurso de 1907, trabalhando patrioticamente para o restabelecimento do nosso poderio marítimo, do qual dependem em grande parte o progresso e a riqueza de Portugal”[486].

A primazia nesta prestação de contas foi para a temática da instrução, na qual se destacavam as aulas de pilotagem, “habilitando gratuitamente para pilotos um numero relativamente considerável de indivíduos”. Para apoio a essas aulas, a Liga tinha encomendado ao Segundo-tenente Carvalho Brandão, o livro *Elementos de Astronomia e Navegação*, editado em 1908 e distribuído gratuitamente aos alunos[487].

O ensino da pilotagem na segunda metade do século XIX tinha sido uma sequência de soluções falhadas. Em 1864, quando da primeira grande reforma da Escola Naval, que tinha sido criada em 1845, começou a ser aí ministrado um “curso para Pilotos de Navios

---

[485] Júlio de Vilhena, *Antes da República (notas autobiográficas)*, 2 volumes, Volume I, Coimbra, França & Arménio Editores, 1916, p. 313.
[486] *Boletim Marítimo*, Série VII, nº 4 – Abril de 1908, pp. 60-62.
[487] Liga Naval Portuguesa, *Breve Resenha […]*, p. 74.

de Commercio", com a duração de um ano lectivo[488]. Dois anos depois, as cartas de piloto passaram a depender de provas essencialmente práticas, e numa nova reforma da Escola Naval, em 1867, foram criadas Escolas de Pilotagem, na sua dependência, nos Departamentos Marítimos do Norte, Centro e Sul[489].

Aos pilotos, num sistema pouco escrutinado, bastava então serem habilitados com a instrução primária e fazerem prova de terem andado a bordo de navios, em funções que podiam nada ter a ver com a sua pilotagem. O ensino de pilotos só voltou a merecer a atenção dos poderes públicos em 1903, com uma nova reforma da Escola Naval, na qual foi criada – na condição de anexa, a Escola Auxiliar de Marinha, à qual passou a caber – entre outras áreas, a formação de capitães e pilotos da marinha mercante[490].

O novo curso destinava-se a ser "complementar" da formação anterior, adquirida no exercício da profissão. As fontes consultadas não permitem extrair conclusões quanto aos resultados alcançados pela nova escola. Sabemos, no entanto, que a solução do governo mereceu a crítica da Liga Naval, através de um artigo assinado pelo Capitão da marinha mercante Guilherme Vidal Júnior, na edição do *Boletim Marítimo*, de Junho de 1908. A discordância centrava-se na concorrência que se tinha estabelecido entre os pilotos mais antigos, que subiam na carreira em função de provas dadas no exercício da profissão, e os novos pilotos, habilitados com o curso da Escola Auxiliar de Marinha:

> "Quando os officiaes que possuírem o diploma complementar se queira impor aos armadores para os novos comandos [de navios de comércio], não ficarão prejudicados alguns antigos antigos officiaes com largo tirocínio e confiança?"[491].

Pelo seu lado, a Escola de Pilotagem que a Liga Naval mantinha, desde 1903, destinava-se "á habilitação dos candidatos á carta de piloto", que deveriam depois apresentar-se a exame na Escola Auxiliar de Marinha.

O resultado deste curso foi considerado pela própria Liga Naval "devéras lisonjeiro", que o avaliou pela quantidade de alunos: no período entre 1903 e 1912, frequentaram anualmente os dois anos do curso entre 7 e 12 candidatos a piloto, que alcançaram uma

---

[488] Decreto de 7 de Julho de 1864.
[489] Funcionaram até 1936, ano em que foram integradas na Escola Náutica, que tinha sido criada em 1924.
[490] Nuno Valdez dos Santos, "Setecentos Anos de Estudos Navais em Portugal", Comunicação apresentada à Academia de Marinha em 21 de Fevereiro de 1982, Lisboa, Academia de Marinha, 1985, pp. 54-57.
[491] G. A. Vidal Júnior, "Marinha mercante", *Boletim Marítimo*, Série VII, nº 6, Junho de 1908, pp. 81-82.

taxa de aprovação próxima de 80%[492]. As últimas notícias que temos deste curso, datam de 1913, quando o *Boletim Marítimo* de Junho nos faz saber que

- em 1911 tinham estado matriculados, nos 1º e 2º anos, doze alunos, sendo nove aprovados no exame feito na Escola Auxiliar de Marinha;
- no ano lectivo 1912-1913, estavam matriculados setenta e quatro alunos no 1º ano e doze no segundo.

A Liga ministrava também um curso de "armamentos marítimos comerciais" que, inaugurado em Janeiro de 1906, regido pelo Capitão-tenente José Francisco da Silva, ao tempo professor da Escola Naval, era, afirmava a associação, o único existente em Portugal. O curso desdobrava-se em matérias relativas à construção e equipamentos dos navios, bem como às que se referiam à sua natureza jurídica e ao direito comercial, às sociedades de registo, e ainda a seguros, avarias e sua classificação, destinando-se

> "a dar aos officiaes da marinha mercante e a todos que por dever ou por gosto se dediquem ás questões do mar, umas noções geraes sobre o navio e a sua economia, de direito comercial marítimo, da legislação que mais especialmente respeita ás relações do Capitão da marinha mercante com as auctoridades marítimas, alfandegarias, sanitárias, etc." [493].

Em 1924 foi aprovada uma nova reforma da Escola Naval e da Escola Náutica, que partilhavam o comandante, o secretário escolar e o corpo docente. Foi extinta a Escola Auxiliar da Marinha, continuando a funcionar as escolas de pilotagem dos departamentos marítimos (Ilhas, Cabo Verde e Macau), objecto de atribuições pouco explícitas[494]. Por esta altura, já não existe qualquer tipo de referência à escola de pilotagem criada na Liga Naval em 1903.

Ainda no domínio do ensino, a Liga Naval patrocinava os custos de uma "aula de instrucção primaria", destinada a filhos de pescadores de Vila Real de Santo António, que funcionava, segundo o relatório do presidente, "com muito boa frequência".

O ano de 1907 foi o mais fecundo em termos de conferências na sede da Liga Naval, abordando os temas à volta dos quais se organizava o objectivo do "renascimento marítimo" de Portugal: marinha mercante, navegação para o Brasil, porto de Lisboa,

---

[492] Liga Naval Portuguesa, *Breve Resenha […]*, pp. 73-74 e Anexo.
[493] *Boletim Marítimo*, Série V, nº 1 – Janeiro-Fevereiro-Março de 1906, p. 4.
[494] Decreto nº 10084, de 20 de Agosto de 1924, era ministro o então Capitão-tenente Fernando Pereira da Silva.

Marinha de Guerra e educação nacional. Como autores daquelas conferências, encontramos oficiais da Armada, como eram Guilherme Ivens Ferraz, futuro Vice-almirante e futuro presidente do Conselho Regional de Lisboa da Liga Naval; o Primeiro-tenente António Pereira de Matos, autor de mérito sobre assuntos de Marinha e grande animador da Liga; o Primeiro-tenente Matta e Oliveira, futuro Vice-almirante, deputado na monarquia, procurador à Câmara Corporativa no Estado Novo e governador de Macau; e ainda o Primeiro-tenente Leote do Rego, o Segundo-tenente Carlos da Maia, nomes notórios da República, e Fernando de Sousa/ Nemo[495], engenheiro, escritor, jornalista e político.

Das insubordinações nos cruzadores ao Regicídio: A Liga Naval e a Marinha na crise do regime

Em Abril de 1906, ocorreram insubordinações a bordo do cruzador "D. Carlos I" e, com menos gravidade, por solidariedade e contágio, no cruzador "Vasco da Gama", canhoneira "Tejo", torpedeiro nº 4, fragata "D. Fernando II e Glória", Arsenal da Marinha e Quartel de Marinheiros.

As manifestações de indisciplina, obra de praças que não contaram com a participação de sargentos e oficiais, não tiveram uma liderança clara nem revelaram evidentes intuitos políticos, parecendo ter tido como motivo abusos disciplinares cometidos pelos comandantes dos navios. O motim no "D. Carlos I", o maior navio da Armada, onde se manifestou o foco de descontentamento mais importante, terminou depois da intervenção do Major-general da Armada, almirante Francisco Ferreira do Amaral[496].

A agitação na Marinha não foi um exclusivo português, já que nos primeiros dias de Junho do mesmo ano de 1906 se verificaram acontecimentos semelhantes em dois cruzadores da Marinha francesa – o "Amiral Aube" e o "Jeanne d´Arc" – e num torpedeiro. Relatos da época[497] referem actos de indisciplina de umas dezenas de marinheiros. Ainda que as mesmas fontes mencionem que durante os acontecimentos terá sido cantada a "Internacional", não questionam que as insurreições tenham estado ligadas a questões de

---

[495] José Fernando de Sousa (1855-1942), oficial do Exército, engenheiro e jornalista, de pensamento conservador, foi director de diversos jornais católicos. Usava o *nom de plume* Nemo.

[496] A questão foi analisada por João Freire, *A Marinha e o poder político em Portugal no séc.* XX, Lisboa, Edições Colibri, 1910, pp. 23-30, e por Carlos Manuel Valentim, "A revolta do cruzador D. Carlos I (1906). Uma Marinha republicana?", *Política Diplomática, Militar e Social no reinado de D. Carlos I no centenário da sua morte*, XVIII Colóquio de História Militar, Lisboa, 3 a 6 de Novembro de 2008, pp. 173-188. Pode-se ver também, para uma descrição abreviada dos acontecimentos, António Marques Esparteiro, *Três Séculos no Mar (1640-1910)*, X Parte/ Cruzadores/ 1º Volume, Lisboa, Marinha, 1986, pp. 35-36 e 197-198,.

[497] Ver p.e. o jornal católico *La Croix* de 7 de Junho de 1906,
em gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k256469z/f1.item.zoom (Consultado em 7 de Setembro de 2018).

disciplina, julgada pelos revoltosos como injusta e excessiva. Os acontecimentos nas marinhas de guerra francesa e portuguesa foram precedidos pela revolta do couraçado "Potemkin", que aconteceu em Junho de 1905, no contexto da sangrenta revolução russa desse ano. Esta revolta, ocorrida no mar Negro em Junho de 1905, não foi objecto de referência no *Boletim Marítimo*[498], ao contrário da insubordinação que se deu em Brest, a bordo do novíssimo cruzador-couraçado "Amiral Aube", que mereceu uma notícia, ainda que sucinta, no órgão oficial da Liga Naval. O texto era curto e neutro, valendo, no plano informativo, esta pequena passagem:

> "No dia 6 de Maio foi condemnado pelo conselho de guerra de Brest um fogueiro que se insubordinou contra os afficiaes gritando "Viva a anarchia" Se nós quisermos quem manda aqui somos nós e não os almirantes"[499].

Ainda que não tenha sido proposta a ligação entre as revoltas nestes três países, parece poder afirmar-se que a questão da disciplina prepotente e mesmo desumana exercida a bordo[500], se conjugava com a agitação social vivida no exterior dos navios. A influência mútua entre estas questões pode ter conduzido a que fossem curtos os pavios que depois inflamavam a pólvora, nas ruas e a bordo. Em Lisboa, a imprensa concedeu largo espaço à questão, tratando-a segundo as suas obediências ou simpatias políticas e houve manifestações de apoio aos insurrectos por população que se juntou no Arsenal e no quartel do Corpo de Marinheiros, em Alcântara.

O que se passou no cruzador "D. Carlos" não tem sido considerado como uma manifestação de natureza republicana, mas parece certo que dois dos instigadores da acção pertenciam a uma associação de socorros mútuos, que Rocha Martins associou ao carbonarismo e ao republicanismo conspirativo[501]:

> "no movimento do *D. Carlos* havia a parte secreta e a que saltava aos olhos, os motivos aparentes e os outros, os reais, os preparados pela sociedade da Cruz Negra [a União Naval, que tinha uma tal cruz por símbolo]. Tem um sabor de mistério e de carbonarismo o título da agremiação […] os marinheiros, seus fundadores,

[498] Talvez porque o *Boletim Marítimo* não foi publicado entre Maio de 1905 e Janeiro de 1906.
[499] *Boletim Marítimo*, Série V, nº 3 – Maio de 1906, p. 65.
[500] João Freire, *A Marinha e o poder político […]*, p. 29, cita o que um ex-marinheiro escreveu sobre o assunto, em 1913: "quando esses escravos modernos protestaram contra o procedimento [do] comandante do *D. Carlos I* que era a encarnação feroz da disciplina, teve o povo uma noção […] de como eram os seus filhos tratados no interior desse matadouro da liberdade – os navios de guerra".
[501] Rocha Martins, *João Franco e o seu tempo*, Lisboa, Edição do Autor, 1925, pp. 38-39.

> tinham ideias republicanas […] trabalhavam para revolucionar a armada, destinando-a a um grande golpe".

Do lado republicano, Sebastião de Magalhães Lima e António Maria da Silva consideraram, mais tarde, que estas revoltas foram importantes no quadro do descontentamento relativamente ao regime[502].

Estes desenvolvimentos tiveram eco no número de Junho-Julho de 1906 do órgão oficial da Liga, e estiveram na base de uma "representação" dirigida ao Governo, num texto de reflexão não assinado que traduzia "as idéas que se apuraram no estudo feito pelo conselho geral da Liga Naval Portuguesa". Demorando-se na análise de temas relacionados com a organização, a formação do pessoal e a disciplina o escrito proclamava a necessidade de mudanças, ainda que não reconhecendo as causas directas da vaga de indisciplina:

> "os recentes acontecimentos sucedidos a bordo de alguns dos nossos navios de guerra [que] se bem que não estejam ainda sufficcientemente conhecidos nas suas causas, demonstram claramente a necessidade de se realisarem modificações radicaes dos serviços da armada" [503],

3.2 A Liga Naval e os projectos de reforma das marinhas

Da "revolta dos cruzadores" aos "plano Aires de Ornelas"

A Liga Naval terá entendido a forte perturbação sofrida pela Marinha em 1906 como uma encruzilhada. Se os seus cinco primeiros anos de vida tinham sido mais dedicados à vertente económica das questões marítimas (ligações marítimas para África e Brasil, pescas, portos, como já referimos), via agora chegado o momento de procurar exercer a sua influência relativamente às necessidades de reforma da marinha de guerra, sempre prometidas mas sempre adiadas pelo poder político.

A contribuição da Liga para este objectivo foi exercida sob a forma de uma representação ao governo, datada de Maio de 1906, a que acima já nos referimos. A oportunidade foi suscitada pelos motins desencadeados no cruzador "D. Carlos I":

> "Estes acontecimentos sobressaltaram extraordinariamente a opinião publica; e assim natural era que eles chamassem também a atenção da Liga Naval Portugueza,

[502] João Freire, *A Marinha e o poder político […]*, pp. 35-40.
[503] *Boletim Marítimo*, Série V, nº 4 – Junho-Julho de 1906, pp. 60-63.

> que […] pelo sentimento patriótico de bem servir, não podia de modo algum ficar indiferente a tão momentosa questão" [504].

Uma síntese dos problemas que afligiam a Marinha, foi então elaborada pela "secção de marinha de guerra" e apreciada pelo Conselho Geral da Liga, do qual faziam então parte diversos oficiais experientes e prestigiados, como eram os casos do almirante João Augusto Boto e dos comandantes Vicente Almeida d´Eça, Hipácio de Brion, Pedro dos Santos Dinis, Jaime Serpa Pimentel, José Francisco da Silva, Guilherme Ivens Ferraz, Elísio Vieira dos Santos e Policarpo José de Azevedo. Para além destes nomes, importa mencionar ainda os mais jovens sócios activos da Liga, como o Segundo-tenente António Pereira de Matos, o Capitão-tenente Leote do Rego, o Primeiro-tenente Filomeno da Câmara e os segundos-tenentes Nunes Ribeiro e José Carlos da Maia, personalidades que se iriam revelar influentes no futuro próximo da Marinha e do País.

Em termos globais, uma das característica mais relevantes do documento enviado ao governo, era o de não se ocupar directamente da composição da esquadra, não tanto porque os seus autores considerassem que a Marinha estava então suficientemente dotada de navios capazes de enfrentar as ameaças do seu tempo, designadamente quando todos os poderes internacionais se empenhavam em reforçar os seus meios navais, mas porque a Liga considerava – assim transparece do texto – que os aspectos relacionados com a organização e o pessoal, prevaleciam sobre a questão do reequipamento em navios.

A primeira questão levantada no estudo de 1906, dizia respeito à separação dos assuntos da Marinha e do Ultramar, que estavam organicamente juntos na mesma secretaria de Estado, desde a sua criação em 1736. O argumento principal – que a Liga Naval não era a única entidade a levantar – era a grande complexidade que rodeava as questões das marinhas de guerra, mercante e das pescas, bem como as referentes à farolagem e às capitanias dos portos, que justificava a constituição de dois ministérios separados[505].

Paralelamente, era necessário clarificar a divisão de competências entre a Majoria-General da Armada, a que cabiam as questões militares, e a Direcção-Geral da Marinha, onde se integravam as capitanias e os assuntos das pescas e portos[506]. À Liga, preocupava

---

[504] *Boletim Marítimo*, Série V, nº 4 – Junho-Julho de 1906, pp. 60-63.
[505] A separação foi consagrada por decreto da Assembleia Nacional Constituinte, de 23 de Agosto de 1911.
[506] Para melhor compreensão do conflito orgânico em causa, ver João Freire, *O Jornal da Marinha […]*, pp. 60-73, em especial p. 67.

sobretudo o facto de o Major-General não ter poder de decisão sobre a componente financeira:

> "Quem tenha de gerir e responder superiormente pelos negócios da armada, precisa evidentemente de poder dispor dos recursos necessários e regular a sua aplicação", reclamava o a representação dirigida pela Liga ao governo[507].

Ainda no plano orgânico, a Liga aconselhava que se adoptasse o modelo inglês, suscitando a conveniência da criação de um Estado-Maior da Armada. Dependente do comando único que preceituava, o novo organismo deveria ocupar-se dos "planos estratégicos e de mobilização, compra […] do material [naval], regulamentos […]"[508].

A necessidade de descentralização administrativa nos diversos serviços da Armada, era aplicável aos estabelecimentos fabris (designadamente o Arsenal da Marinha e a Real Fábrica de Cordoaria), escolas e, noutro plano, às pequenas reparações do material naval. Sem que deixassem de se situar na cadeia de comando da Armada, tal descentralização iria, na opinião da Liga Naval, conduzir a uma "aplicação mais perfeita das verbas e respectiva fiscalização", em resumo, um melhor uso dos dinheiros que o Orçamento Geral do Estado consagrava à Marinha.

Quanto à questão da instrução, directamente ligada à da disciplina, que tinha estado em causa na "revolta dos cruzadores"

> "julga a Liga Naval Portuguesa que alguma coisa há a fazer para aperfeiçoar [a] dos seus officiaes e muito pelo que diz respeito ás suas guarnições, saídas das camadas mais pobres de um paiz tão tristemente falto de instrução"[509].

Para o ensino dos oficiais, a Liga aconselhava uma nova reforma da Escola Naval

> "onde com assídua aplicação, possam adquirir os conhecimentos práticos para a utilização de uma marinha moderna, embora modesta, como convém a potencia da nossa categoria".

Na sua "conclusão", o estudo defendeu a necessidade do reforço de meios navais para a defesa das costas do continente e ilhas adjacentes. Neste domínio o passo foi dado pelo ministro da Marinha e Ultramar do governo de João Franco, Tenente-coronel Aires de

---

[507] *Boletim Marítimo*, Série V, nº 4 – Junho e Julho de 1906, p. 61.
[508] *Ibid.*, p. 61.
[509] *Ibid.*, p. 61.

Ornelas, sócio da Liga Naval que, em 1 de Fevereiro de 1907 apresentou nas Cortes um plano de construção de novos navios para a Armada Real.

O panorama então traçado pelo ministro era pouco menos do que desastroso. O programa naval que Jacinto Cândido tinha assinado quando, dez anos antes, sobraçava a pasta, foi arrasado por Aires de Ornelas:

> "as unidades que actualmente constituem a nossa marinha de guerra são de uma utilidade bastante restricta. Os nossos dois mais fortes navios são o "Vasco da Gama" e o "D. Carlos". Ao "Vasco da Gama"[510] [falta] velocidade para cruzador e artilharia e protecção para couraçado, é navio de valor militar muito limitado como unidade de combate. O "D. Carlos", útil na paz para representação politica […] é hoje de typo abandonado [de] pequeno poder ofensivo [que não lhe permite] entrar em combate. Quanto aos outros cruzadores[511] não merecem referência especial como unidades de combate"[512].

A esta pungente situação acresciam as limitações do orçamento, que não iriam permitir mais do "conseguir-se uma organização naval modesta, sem duvida, mas com um certo valor defensivo e sem augmentos de encargos orçamentais". Este plano foi asperamente criticado pela Liga Naval que, com a mesma data de 1 de Fevereiro de 1907, através do seu Conselho Geral, endereçou aos Dignos Pares do Reino uma moção, na qual se pronunciava contra o plano do governo:

> "as propostas […] relativas aos meios de defesa por meio da sua marinha de guerra estão longe de satisfazer as necessidades de nos precavermos com tempo e de a tempo termos navios em que officiaes e marinheiros possam lutar com vantagem ou sucumbir com honra".

A moção da Liga abrangia um conjunto de questões pelas quais se vinha batendo desde a sua: a navegação para o Brasil; a remodelação da marinha colonial; a organização do Campo Entrincheirado de Lisboa, relativamente ao qual pretendia reverter o papel subalterno que era atribuído à Marinha e, finalmente, "uma remodelação do material naval que satisfaça as necessidades da marinha de guerra, de que a proposta do Governo […] é um modesto principio do que anualmente conviria fazer"[513]".

---

[510] Navio de 3.100 toneladas, foi construído em 1876 como corveta e sujeito a uma modernização limitada em 1903, sendo então reclassificado como cruzador-couraçado.
[511] "S. Gabriel" e "S. Rafael", aumentados ao efectivo em 1900 e "Adamastor", que entrou ao serviço em 1897. Este último foi construído com parte da receita da Subscrição Nacional de 1890, promovida em reacção ao Ultimato, não pertencendo ao plano Jacinto Cândido.
[512] *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, nº 22, 5 de Fevereiro de 1907, pp. 6-8.
[513] *Boletim Marítimo*, Série VI, nº 3 – Março de 1907, pp. 59-60.

Adicionalmente, a Liga lançou mão de outro dos seus instrumentos de influência e, numa conferência intitulada "Portugal precisa e pode ter uma marinha activa", realizada na sua sede, em Março de 1907, o futuro almirante Guilherme Ivens Ferraz, comparava a Marinha portuguesa com a de outros pequenos poderes europeus, avaliando-as em relação às respectivas populações, receitas do Estado, despesas com a Marinha e um curioso ratio de

> "toneladas com valor militar por oficial", no qual Portugal apresentava um valor de 46, enquanto os restantes cinco países do conjunto estudado, mostravam valores acima de 268. A Marinha portuguesa ocupava o último lugar no ordenamento das forças navais "de 20 nações que teem marinha"[514].

Um decreto de 23 de Maio do mesmo ano de 1907, aprovou o plano de Aires de Ornelas, segundo o qual se deveriam construir, no prazo de trinta meses, dois contratorpedeiros, seis torpedeiros, dois submarinos, um vapor para regulação de torpedos e fundeamento de minas e uma vedeta. A este programa era atribuída uma verba de cerca de 1.860 contos, cuja ordem de grandeza pode avaliar-se comparando-a com o orçamento do ministério da Marinha e Ultramar para o ano económico de 1906-1907: 3,725 contos, dos quais 1,130 cabiam ao Ultramar[515]. Nenhum destes navios passou do papel.

A conferência que o Capitão-tenente Ivens Ferraz realizou na Liga, foi uma das quatorze que a Liga Naval promoveu, na sua sede, em 1907, que se enumeram na tabela seguinte.

Tabela 6 – Conferências efectuadas na Liga Naval em 1907

Mês	Dia	Título da conferência	Autor
1	24	Defesa Nacional	Contra-almirante Augusto de Castilho
3	4	Navegação Portuguesa para o Brasil	Capitão-tenente José Francisco da Silva
3	25	Portugal precisa e pode ter uma Marinha activa	Capitão-tenente Guilherme Ivens Ferraz
4	10	O porto de Lisboa	Conselheiro Fernando de Sousa
4	11	O porto de Lisboa	João Carlos de Oliveira Leone (oficial da Marinha mercante)
4	12	A marinha de guerra e a educação nacional	Segundo-tenente Silvério da Rocha e Cunha

[514] *Boletim Marítimo*, Série VI, nº 4 – Abril de 1907, p. 73.
[515] "Orçamento da despesa ordinária do ministério da Marinha e Ultramar para o Exercício de 1906-1907", http://purl.sgmf.pt/OE-1906/1/OE-1906_item1/index.html (Consultado em 2 de Fevereiro de 2018).

Mês	Dia	Título da conferência	Autor
4	13	Princípios gerais em que pode assentar uma organização de educação e ensino na Armada Portuguesa	Segundo-tenente Arnaldo Coelho de Magalhães
4	17	Política marítima de Portugal na História	Capitão-de-fragata Vicente Almeida d´Eça
4	24	Política Marítima	Primeiro-tenente António Pereira de Matos
5	8	A Defesa Naval e a opinião pública	Segundo-tenente José Torres
5	14	O culto da bandeira	Capitão-tenente Jaime Leote do Rego
5	23	A nossa situação geográfica, suas vantagens e inconvenientes	Primeiro-tenente Joaquim Matta e Oliveira
6	5	Algumas considerações sobre a marinha de guerra	Segundo-tenente José Carlos da Maia
6	1	O Problema Naval. Estudo político e económico	Primeiro-tenente Filomeno da Câmara Melo Cabral

"Actions, not words" – das aspirações do "santo patriotismo" à "má sina"

Em 1908 a Liga Naval promoveu a elaboração de um projecto de lei "por acordo entre o Ministério da Marinha e o Conselho Geral [que] tornava a Liga intermediaria entre o Governo e as populações marítimas". Era tempo da "decisiva afirmação do aforismo saxão – *action, not words*" [516].

O extenso e ambicioso documento abrangia sete grandes áreas referentes a este objectivo:

- Educação das populações marítimas.
- Educação dos oficiais e maquinistas da marinha mercante.
- Instituição do crédito marítimo.
- Criação dos albergues marítimos.
- Instituição, a nível oficial, da Caixa de Pensões a marítimos inválidos.
- Criação de um fundo de propaganda e socorros marítimos.

Adiantava ainda a Liga que a primazia dada à educação das gentes do mar, reflectida nesta enumeração de assuntos, tinha colhido inspiração nas escolas regionais da Suécia, nas escolas da "Navy League" e nas da francesa "Societé pour l´Enseignement des Pêches Maritimes".

[516] *Ibid.*, pp. 123-139.

O projecto de diploma instituía escolas regionais, nas quais a população marítima receberia a instrução primária elementar, a par de instrução "completa na arte de marinheiro e industria da pesca". Para os oficiais da marinha mercante, era prevista a criação, em Lisboa, de um Instituto Marítimo, que deveria substituir as escolas de Pilotagem e Armamentos Marítimos que a Liga mantinha na sua sede central. A nova instituição encarregar-se-ia dos cursos de piloto, capitão e maquinistas da marinha mercante, cujas cartas de curso seriam concedidas mediante exames de provas públicas.

A criação de um Museu Nacional de Oceanografia e Marinha, inscrever-se-ia também no domínio educativo e seria confiado a um dos delegados do governo no Conselho Geral da Liga.

O crédito marítimo, destinando a empréstimos a cooperativas de pescadores – estabelecidas a partir das juntas Locais da Liga Naval, seria financiado através de um fundo, a constituir por entradas anuais de capital pelo orçamento da Marinha,

Quanto aos albergues, seriam concebidos à imagem das "*Saylor´s Homes* da Inglaterra e da Alemanha", tendo por fim dar abrigo e proporcionar "guarida […] toda a espécie de recreação licita [e] desenvolver a instrução e o nível moral das equipagens da marinha mercante". A instituição, a criar em Lisboa, devia ainda ser adaptada para uso das praças da Armada "em moldes semelhantes aos da "Casa do Marinheiro Militar" de Kiel [Alemanha]".

A Caixa de Pensões a marítimos inválidos, objecto de teses anteriormente apresentadas ao Congresso Marítimo Nacional (1903) e ao Congresso Nacional de Pescarias (1904), já criada pela Liga Naval através de uma portaria de 1906, ambicionava, no projecto de lei de que nos vimos ocupando, converter-se em "instituição oficial". Teria um oficial da Armada como secretário, e os capitães dos portos e delegados marítimos como agentes.

Finalmente, era proposta a atribuição de uma verba anual pelo ministério da Marinha que sob administração da Liga teria uma dupla aplicação: uma parte seria destinada a subsídios a publicações, outra reservada para um cofre de socorros marítimos, em casos de naufrágios e perdas de embarcações.

O texto completo da proposta de lei é-nos dado a conhecer na já mencionada *Breve Resenha* de actividades, que a Liga deu à estampa em 1912, quando já se conhecia o seu malogro:

> "não quis a má sina das nossas coisas que ao tempo se fizesse do projecto uma realização pratica. E desde então tem elle andado de mão em mão, no gabinete dos sucessivos Ministros da Marinha, com o aplauso de uns e a condemnação de outros, sem lograr sair das aspirações theoricas [mas] a Liga tem vivido de pé, á luz do santo patriotismo que ilumina a sua obra, e de pé há-se morrer"

De todas as propostas de se ocupava o projecto de lei da Liga Naval, apenas vingou a da criação do museu, que abriu em 1909, com a designação de Museu Nacional da Marinha, quedando-se, como já referimos, pela sua Secção Oceanográfica.

A presidência de Jacinto Cândido

Jacinto Cândido da Silva assumiu a presidência da Liga Naval em 1906, no contexto da crise ocorrida naquele ano, a que já fizemos referência. O seu nome parecia estimado pela comunidade naval, apesar de um certo insucesso que se tinham revelado os cruzadores adquiridos entre 1895 e 1897, no seu mandato como ministro da Marinha e Ultramar no governo de Hintze Ribeiro.

Para a Marinha, os meados da década de 1890 tinham representado a necessidade de mais uma viragem, em particular porque a rápida evolução das tecnologias navais tinha acelerado a obsolescência das corvetas de propulsão mista, espinha dorsal da esquadra, que datavam das décadas de 1850 e 1860. Uma conjuntura de alguma melhoria das finanças públicas, associada ao crescimento da produção agrícola e industrial e às medidas de reestruturação da dívida que se seguiram à bancarrota parcial do tesouro português em 1892, permitiu afectar 2,800 contos para a renovação da Marinha[517]. Tratava-se de um valor relativamente pequeno, que apenas recuperava intenções anteriores, bloqueadas pela crise financeira e económica[518]. Foi então possível mandar construir 3 cruzadores: o "D. Carlos I", o "S. Gabriel" e o "S. Rafael", que atenuaram as vulnerabilidades da Armada no seu tempo. O ministro tomou também a iniciativa de mandar vir de França um engenheiro[519] e alguns ajudantes, para procurar ultrapassar as dificuldades de construção em aço do Arsenal da Marinha.

Estas medidas contribuíram para a popularidade de Jacinto Cândido no seio da Armada o que, conjugado com o seu posicionamento político, facilitou a sua eleição para presidente do Conselho Geral da Liga Naval. Quando em 1907 atravessou uma grave crise

---

[517] Carta de lei de 21 de Maio de 1896, *Diário do Governo*, nº 117 de 26 de Maio de 1896.
[518] Decreto de 10 de Fevereiro de 1890, que previa a aquisição de navios cancelada pela crise financeira.
[519] Alphonse Croneau, que permaneceu em Portugal até 1905. Devem-se-lhe várias inovações no Arsenal da Marinha, entre as quais a construção em aço. O cruzador "Rainha D. Amélia" (depois "República"), aumentado ao efectivo em 1901, foi construído sob a sua direcção.

de saúde e mesmo descontando o elogio quase obrigatório à figura máxima da Liga, o *Boletim Marítimo* escreveu:

> "o sr. Conselheiro Jacintho Candido, é modelo de perfeito homem de bem, é um caracter tão austero quanto bondoso. Amigo da Marinha […] Depois de Sá da Bandeira, Mendes Leal, Andrade Corvo, nenhum outro ministro o igualou ainda".

Jacinto Cândido da Silva, que presidiu à Liga Naval até 1910, tinha sido em 1903 fundador e figura principal do Partido Nacionalista, uma das formações surgidas na conjuntura de reconfiguração dos partidos políticos do princípio do século. O antigo ministro da Marinha foi o primeiro a procurar desafiar o rotativismo dos partidos Regenerador e Progressista que, por impulso do rei, viciava o sistema eleitoral, como tinha satiricamente caracterizado o poeta João de Deus:

> "Há entre el-rei e o povo/ Por certo um acordo eterno/ Forma el-rei governo/ Logo o povo é do governo […] O governo, o ministério/ Ganha sempre as eleições/ Por enorme maioria/ Havendo tantas facções/ É realmente um mystério"[520].

O jurista e magistrado, nascido em Angra do Heroísmo, em 1857, tinha entrado na política aos 24 anos, através do Partido Regenerador e também cedo se tinha ligado aos meios católicos. José Lopes Dias, seu médico e amigo, dele evocou

> "a silhueta de gentil-homem, de tipo germânico, a estatura meã, a face quadrada e larga, uma bigodeira farta, os olhos de límpido azul […] admirável conversador"[521].

Antes e depois da sua curta passagem pelo ministério da Marinha e Ultramar, em 1895-1897, Jacinto Cândido foi deputado, foi depois elevado ao pariato e mudou de Câmara em 1901. Neste ano, com o conde de Bertiandos (que iria ser presidente da Liga Naval entre 1915 e 1929) e outros, fundou o movimento dos Centros Nacionais, um grupo de intervenção católica, que procurava contrariar as manifestações de laicismo e anticlericalismo que ganhavam força na sociedade portuguesa.

Ainda que esse caminho não tivesse sido consensual entre os fundadores dos Centros Nacionais, a politização do grupo surgiu aos olhos de alguns como a forma de vencer a inoperância do movimento inicial, e Jacinto Cândido foi, em 1903, um dos principais promotores da criação e o primeiro líder do Partido Nacionalista, que agrupou a maior parte

---

[520] João de Deus, *Campo de Flores*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, p. 431.
[521] José Lopes Dias, "Prefácio", em Jacinto Cândido da Silva, *Autobiografia*, Separata de *Estudos de Castelo Branco – Revista de História e Cultura*, 1962, p. 8.

dos companheiros de percurso do nacionalismo católico[522]. O seu pensamento polarizava-se na necessidade de encontrar uma resposta para a crise desencadeada em 1890, que os dois partidos do rotativismo não tinham conseguido oferecer.

A formação liderada por Jacinto Cândido da Silva contava no seu interior com três correntes de pensamento político: a monárquico-constitucionalista, a legitimista e miguelista, e a corrente clerical dos eclesiásticos do Norte do País. Cândido defendia a primeira daquelas correntes, representada num partido católico, conservador e constitucional[523].

O grupo constituiu uma dissidência no Partido Regenerador e o seu programa defendia

> "a religião base da moral, a moral fundamento da ordem e a condição do progresso [e a] necessidade de restaurar as antigas e heroicas virtudes do povo português, de conservar cuidadosamente as suas tradições gloriosas e de respeitar a sua índole própria e característica"[524].

Este programa colocou o Partido Nacionalista, a par com o Partido Legitimista, na corrente de onde sairiam outros movimentos políticos que se iriam encontrar nas raízes de onde nasceria o Estado Novo[525].

Nas eleições de Agosto de 1906, já depois de no início do ano Jacinto Cândido ter assumido a presidência do Conselho Geral da Liga, o Partido Nacionalista obteve a maior votação da sua existência, colocando seis dos seus membros na Câmara dos Deputados. No entanto, como discutiremos adiante, não se libertou do turbilhão político e, em aparente paradoxo em relação aos resultados eleitorais que obteve em 1906, declinou após o Regicídio, desaparecendo com a mudança do regime em 1910.

---

[522] Nuno Olaio, "Jacinto Cândido da Silva (1857-1926): o nacionalismo católico através das memórias de um dos seus fundadores", *Lusitânia Sacra*, 2ª série, nº 16, 2004, *passim*.
[523] Amaro Carvalho da Silva, "Convergências e divergências do nacionalismo católico: "Centro Nacional" ou "Partido" (1901-1910)", António Matos Ferreira e João Miguel Almeida, *Religião e cidadania: protagonistas, motivações e dinâmicas sociais no contexto ibérico*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2011, pp. 469-488.
[524] "Programa do Partido Nacionalista", artigos 7º e 34º, em Jacinto Cândido, *Memórias Íntimas para o meu Filho (1898-1925)*, Castelo Branco, Edição de *Estudos de Castelo Branco – Revista de História e Cultura*, 1963, pp. 369-382.
[525] A. H. de Oliveira Marques, "Programação e estrutura política", *Nova História de Portugal*, Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Volume XI – *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 370.

Em princípios de 1908, a Liga Naval Portuguesa era liderada pelo chefe do Partido Nacionalista, cuja matriz ideológica, conservadora, católica e monárquica, era também a de António Pereira de Matos, seu secretário-perpétuo, bem como a dos seus dirigentes.

Ao tempo, o ambiente em Lisboa era de agitação social, provocada pela luta partidária, expressa na imprensa e na rua. Em 1 de Fevereiro daquele ano, o rei D. Carlos e o príncipe real D. Luís Filipe, foram alvos de um atentado. A sua morte foi confirmada no posto de socorros do Arsenal da Marinha, para onde se precipitou a carruagem que os transportava.

3.3 A ruptura: "eis de repente um lar, um throno, e uma nação de luto!..."[526]

A morte violenta do rei D. Carlos e do príncipe-herdeiro, terá posto termo definitivo às aspirações de quem ainda acreditava na capacidade de regeneração da monarquia constitucional.

A tragédia culminou um período de desagregação do rotativismo governamental, marcado pela necessidade da substituição dos velhos nomes de Hintze Ribeiro e José Luciano de Castro, que se tinham revezado na presidência do ministério entre 1893 e 1906. O predomínio destas lideranças partidárias foi, no mesmo período, desafiado pelas cisões chefiadas por políticos que reclamavam diferentes visões sobre o papel do Estado – casos de Jacinto Cândido (fundou o Partido Nacionalista em 1903), de João Franco (criou o Partido Regenerador-Liberal em 1901) e de José Maria de Alpoim (fundou a Dissidência Progressista em 1905).

Os fracassos das soluções políticas do rotativismo eram atribuídos aos vícios do funcionamento do sistema partidário tradicional, mas a realidade demonstrava que a questão do regime assumia uma importância cada vez maior.

A acção de João Franco, nomeado em 1906 para a chefia de um governo inteiramente composto por novas figuras, depressa foi manchada pela questão dos adiantamentos à Casa Real. No dia 20 de Novembro, o problema foi debatido na Câmara dos Deputados, através de um longo discurso do republicano Afonso Costa[527], que terminou com a sua expulsão do parlamento, depois de ter concluído a sua intervenção com várias frases directamente dirigidas ao rei, entre as quais se contou a bem conhecida "Por muito menos crimes do que os cometidos por D. Carlos I, rolou no cadafalso, em França, a cabeça de Luís XVI".

---

[526] Excerto de um poema de Branca de Gonta Colaço, parcialmente publicado no número de Fevereiro de 1908 do *Boletim Marítimo*.
[527] *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Sessão nº 34, 20 de Novembro de 1906, pp. 8-17.

Ao longo do consulado de João Franco, que desde 1907 governava sem eleições, as atenções dos adeptos da mudança do regime, acompanhados por monárquicos descontentes e por camadas do Exército e da Marinha, viraram-se para o rei. Segundo Raul Brandão, jornalista e, ao tempo, também militar, ouvia-se em todo o lado "Venha tudo, venha o peor, venha o diabo do inferno, que nos livre disto"[528].

A gorada intentona de 28 de Janeiro de 1908 (o "golpe do elevador da Biblioteca"), que juntou personalidades de vários sectores de republicanos e monárquicos da oposição ao regime representado pelo rei e por João Franco, terminou com a prisão e exílio de alguns deles e precedeu, de poucos dias, a morte violenta de D. Carlos I e do príncipe real.

"Quem foi?", perguntou Júlio de Vilhena, antigo presidente da Liga Naval, a João Franco, pouco depois de o rei e o herdeiro terem sido atingidos. "Rapazes do comércio", respondeu-lhe o presidente do ministério, e "Vilhena notou que ninguém chorava. No Paço das Necessidades, às 9 horas, o mesmo abandono e frieza se depararam a Teixeira de Sousa. Ninguém aparecia, ninguém parecia especialmente comovido"[529].

Como veremos, nem todos partilharam desta indiferença. O regicídio provocou nos dirigentes da Liga Naval uma impressão suficientemente forte para provocar uma inflexão no rumo que vinha seguindo até então. Na primeira página da edição de Fevereiro de 1908 do *Boletim Marítimo*, tarjada de negro, fazia-se uma breve descrição do acontecimento: "Foi assim o assombroso crime, planeado e levado a cabo por algumas féras humanas". Jacinto Cândido, presidente do Conselho Geral da associação, assinou uma mensagem de "profundíssimo pezar e pungentíssima dôr, em que se abismou perante o horroroso atentado de 1 de Fevereiro"[530]. As restantes páginas, das trinta e uma que constituíram esta edição do *Boletim*, foram integralmente ocupadas com o mesmo assunto: notas biográficas, reacções no estrangeiro e uma breve descrição das exéquias.

As condolências da Liga foram apresentadas numa audiência concedida por D. Manuel II, em 11 de Fevereiro, a uma numerosa deputação do seu Conselho Geral, encabeçada pelo seu presidente, e composta ainda pelo almirante José Augusto Botto, pelos comandantes Vicente Almeida d´Eça, Jaime Serpa Pimentel, António Ferreira Pinto Basto, e Hipácio de Brion, pelo Segundo-tenente António Pereira de Matos e por António Gomes Neto, Luís

---

[528] *Apud* Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Volume X, Lisboa, Editorial Verbo, 1989, p. 128.
[529] Rui Ramos, *História de Portugal*, Direcção de José Mattoso, Sexto Volume, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, s.l., Círculo de Leitores, 1994, p. 292.
[530] *Boletim Marítimo*, Série VI, nº 1 – Janeiro de 1908, p. 18.

Strauss, Guilherme Arnaud, Henrique Taveira e Elísio dos Santos. O diálogo travado terá sido breve, mas com tempo suficiente para que o rei tivesse aceite ser "alto presidente da Liga Naval, da qual como Infante era já vice-presidente"[531].

Sucedendo a seu pai, D. Manuel II recebeu o trono quando tinha apenas 18 anos. João Franco depressa foi substituído na presidência do ministério. A palavra-chave passou a ser "acalmação", uma vontade da rainha-viúva, procurando que a nova situação não favorecesse os críticos de sempre e os desiludidos mais recentes. Para chefiar o novo governo, foi chamado o almirante Francisco Ferreira do Amaral, que era até então Major-general da Armada.

O almirante era uma personalidade prestigiada, com serviços prestados ao País nas campanhas de pacificação e na governação colonial, no ministério, no parlamento, na Sociedade de Geografia e no comando da Armada. Não vinculado partidariamente, tinha a reputação de ser capaz de dialogar com os republicanos, a cuja causa aderiu depois de 1910, vindo a ser deputado e senador pelo Partido Democrático. No entanto nenhuma destas qualidades lhe valeu uma permanência longa na chefia do governo, que caiu no final de 1908 debaixo da pressão do líder regenerador Júlio de Vilhena, antigo ministro da Marinha presidente do Conselho Geral da Liga Naval entre 1901 e 1904, o primeiro presidente depois da aprovação dos seus estatutos fundadores.

Entre Dezembro de 1908 e Junho de 1910 sucederam-se quatro ministérios, num ambiente político e social agitado. O que seria o último governo da monarquia constitucional, tomou posse em Junho de 1910 e foi chefiado por António Teixeira de Sousa, que tinha sido ministro da Marinha entre 1900 e 1903 e tinha presidido à Liga Naval entre 1904 e 1906.

3.4 O "Grande Congresso Nacional" de 1910

À mesa no Hotel Bragança

O Regicídio agudizou a crise do sistema político e do regime, e foi, como escreveu António José Telo, o início da "guerra civil intermitente" que se prolongou até 1927[532].

A Liga Naval Portuguesa reagiu com rapidez à alteração da conjuntura. No dia 6 de Março de 1908, pouco mais de um mês depois da morte de D. Carlos, reuniu o seu Conselho

[531] *Boletim Marítimo*, Série VIII, nº 3 – Fevereiro de 1908, *passim*.
[532] António José Telo, "Erros e Ilusões sobre a beligerância Portuguesa", *Actas do Colóquio Internacional "A Grande Guerra – Um Século Depois"*, Academia Militar, 2015, pp. 230-231.

Geral, em sessão presidida pelo conselheiro Jacinto Cândido. Numa deliberação, durante a qual foi pedida a ausência de António Pereira de Matos, o Conselho decidiu "oferecer no próximo dia 21 no Hotel Bragança um jantar ao nosso secretario perpetuo". Este agradeceu "comovidamente e pediu que se desistisse d´essa manifestação, o que não foi aceite"[533].

No seu número de Maio, o *Boletim Marítimo* publicou, sem especial destaque, a lista dos participantes no jantar "não indo mais longe a inscripção, por ter sido limitada exclusivamente ás pessoas que teem assento no Conselho Geral da Liga"[534]: Jacinto Cândido (Par do Reino, presidente do Partido Nacionalista e presidente do Conselho Geral), Contra-almirante João Augusto Botto, Vicente d´Almeida d´Eça (lente da Escola Naval), Pedro Dinis (Capitão-de-fragata reformado), conselheiro Serpa Pimentel, António de Atouguia Ferreira Pinto Basto, José Francisco da Silva, Hipácio de Brion, Elísio dos Santos, Joaquim Vieira Botelho da Costa, Pedro Gomes da Silva e Guilherme Ivens Ferraz (todos oficiais da Marinha), Guilherme Arnaud (armador da marinha mercante), Luiz Strauss (director das Obras do Porto de Lisboa), Henrique Pereira Taveira (presidente da Associação Industrial Portuguesa), António José Gomes Neto (visconde dos Olivais, armador das pescas, um dos fundadores do Banco Lisboa & Açores em 1875) e João Carlos de Oliveira Leone (oficial da marinha mercante). Estes nomes inscreviam-se na rede de interesses que tinha estado na origem da Liga Naval Portuguesa: os da marinha de guerra, do armamento mercante e das pescas, os interesses coloniais, comerciais, agrícolas e industriais.

Tal como relatado pelo órgão oficial da Liga, o jantar centrou-se na pessoa de António Pereira de Matos, pondo em relevo

> "os [seus] altos dotes de intelligencia, erudição e caracter [o] trabalho infatigavel do secretario perpetuo da Liga Naval [a sua] independencia e patriotismo".

Seguiram-se duas intervenções finais: a de Jacinto Cândido, presidente do Conselho Geral, que "descreveu a situação do paiz, fixando a necessidade de uma enérgica intervenção de todos os patriotas para dar-lhe remedio", e a da Pereira de Matos, que "num tom de justificada emoção", se referiu ao papel da Liga Naval

---

[533] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 6 de Maio de 1908.
[534] *Boletim Marítimo*, Série VI, nº 5 – Maio de 1908, pp. 72-73.

> "perante a situação actual da marinha e do paiz, acentuando que aquella festa intima devia ser um signal de combate, no desenvolvimento de uma extraordinária e bem orientada actividade"

Os últimos brindes não encerraram o dia, pois

> "Quando terminou este jantar, que no espirito de todos deixou a mais agradável impressão, todos os convivas se dirigiram para a sede da Liga Naval, assentando na resolução de um grande congresso nacional, em que se fixe a marcha a seguir, para dar solução aos grandes problemas da politica interna e externa do paiz, que tem na sua dependência o engrandecimento nacional".

Ainda que não tenha sido objecto de uma referência explícita durante os discursos e brindes, ficou clara a necessidade de, na perspectiva dos dirigentes da Liga Naval, combater o bloqueio de soluções políticas e sociais que afligia o País, através da iniciativa de realização de um congresso para um debate global dos grandes problemas nacionais.

Contexto e preparação para a descoberta de "males e remédios"

Em Agosto de 1908 a estrutura temática de um "grande congresso nacional" já estava consolidada e aprovada pelo Conselho Geral da Liga, desdobrando-se em teses que prometiam descobrir os "males e remedios" do País: demografia e vigor da raça, situação das classes trabalhadoras, analfabetismo e educação, anacronismos das leis, organização política, situação económica e financeira, agricultura, indústria, comércio e pescarias, o problema colonial, o papel da imprensa, a situação internacional, defesa nacional, marinha de guerra e exército.

Reconhecendo "a vastidão dos assuntos a tratar", foi afirmada a necessidade de "não prolongar indefinidamente a duração do Congresso", atribuindo a tarefa de relatar as teses às "associações mais importantes" que, para o efeito, deveriam organizar congressos parciais, cabendo a cada um que "sahisse um parecer formal".

Para tanto a Liga Naval decidiu convidar "as associações mais importantes" do país: Clube Militar Naval, Sociedade de Geografia, Liga Nacional de Instrução, Revista Militar, Associação Comercial de Lisboa, Real Associação de Agricultura Portuguesa, Associação Industrial Portuguesa, Associação Industrial Portuense, Associação Comercial do Porto, Liga Latino-Eslava e Liga de Educação Nacional.

Em Junho de 1909, a preparação ia adiantada e já estavam definidos temas, títulos e relatores para as teses a debater, enumeradas na tabela seguinte.

Tabela 7 – Teses debatidas no Congresso Nacional de 1910

Tese	Título	Entidade relatora	Representada por	Notas
I	Situação demográfica do país sob o ponto de vista da densidade da população; Males e remédios	Sociedade Propaganda de Portugal	José Fernando de Sousa	Jornalista e publicista monárquico e católico.
II	Situação demográfica do país sob o ponto de vista do vigor da raça	Sociedade Promotora da Educação Física	António Aurélio da Costa Ferreira	Ministro na República (1912-1913), licenciado em medicina e em filosofia. Precursor do ensino de crianças com deficiência em Portugal. Fundador da Casa Pia. Maçon.
III	Reclamações operárias	Congresso Nacional Operário	Azedo Gneco	Operário, maçon, fundador do Partido Socialista.
IV	A extinção do analfabetismo e o problema nacional	Liga Nacional de Instrução	Manuel Borges Grainha	Maçon, professor, republicano.
V	O problema educativo	Liga de Educação Nacional	José de Magalhães	Maçon, médico, professor, político republicano.
VI	O problema jurídico nacional		António Macieira	Advogado, foi defensor dos acusados na revolta dos cruzadores Vasco da Gama (1906) e mais tarde ministro na República.
VII	Situação económica do país	Associação Comercial de Lisboa	António Maria de Oliveira Belo	Foi colaborador de João Franco e deputado do Partido Regenerador (1907-1908). Regressou ao Parlamento com Sidónio Pais. Economista, gastrónomo e escritor.
VIII	Situação da agricultura nacional. Males e remédios	Real Associação Central da Agricultura Portuguesa	Joaquim Rasteiro	Professor do Instituto Superior de Agronomia, foi o primeiro director-geral da

Tese	Título	Entidade relatora	Representada por	Notas
				Agricultura na República
IX	Situação da indústria nacional	Associação Industrial Portuense	F. Xavier Esteves	Engenheiro e político, foi deputado republicano na Monarquia e ministro com Sidónio Pais.
X	Situação do comércio nacional	Centro Comercial do Porto	Carlos Afonso	
XI	O problema das pescarias e da marinha mercante. Bases para uma decidida intervenção do Estado	Liga Naval Portuguesa	José Francisco da Silva	Oficial da Armada, professor da Escola Naval. Fundador da Liga Naval.
XII	O problema colonial português	Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel.		Oficial da Armada, foi administrador colonial. Fundador da Liga Naval.
XIII	Situação financeira do país. Males e remédios	Associação Comercial do Porto	Júlio da Fonseca Araújo	Comerciante, foi presidente da Associação Comercial do Porto 1906-1911.
XIV	O problema internacional. Definição da política externa a seguir	Liga Naval Portuguesa	António Pereira de Matos	Secretário-perpétuo e fundador da Liga Naval. Monárquico, na Monarquia e na República. Fundador da Liga Naval.
XV	A produção, o trabalho e a questão social em Portugal	Grupo Português da Societé Internationale de Science Sociale[535]	J. [José] de Matos Braancamp	Engenheiro, diplomata em curtos períodos, deputado do Partido Progressista eleito em 1909.
XVI	Situação da Marinha de Guerra. Males e remédios	Clube Militar Naval	Policarpo José de Azevedo	Oficial da Armada, monárquico na Monarquia e na República.

535 A Sociedade foi fundada em 1904, tendo por fins "encourager par des bourses de voyages ou d'études, par des subventions à des publications ou à des cours, les travaux de science sociale". Ver http://lasciencesociale.org/la-sess.html (Consultado em 7 de Dezembro de 2018).

Tese	Título	Entidade relatora	Representada por	Notas
				Fundador da Liga Naval.
XVII	A organização da defesa nacional, sob o ponto de vista terrestre, segundo a orientação da política externa nacional	Revista Militar	Fernando Freiria	Oficial do Exército, seria ministro da pasta e deputado entre 1921 e 1926. Opôs-se ao 28 de Maio, participando nas revoltas de 1927 e 1931. Esteve deportado e preso em diversas ocasiões entre 1931 e 1936. Maçon.
XVIII	Papel da imprensa na grande obra de regeneração nacional. Alvitres práticos	Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses	M. V. [Manuel Veloso] de Armelim Júnior	Jurista, jornalista e escritor.
Extra A	Urgência de estabelecer portos francos em Lisboa, Porto, Faial, S. Vicente, Madeira, Lobito e Lourenço Marques. Influência do Canal do Panamá no movimento dos portos portugueses	Liga de Defesa dos Interesses Públicos	António de Jesus Lopes e António Ferreira de Serpa	A Liga de Defesa dos Interesses Públicos foi dada como "tutelada" pelo Partido Republicano[536].
Extra B	Considerações fiscais sobre o estabelecimento de armazéns gerais e portos francos em Portugal	Sociedade de Ciências Económicas e Sociais	J. V. [José Vitorino] Damásio Ribeiro	Republicano e maçon.
Extra C	Influência da tradição monumental e local no desenvolvimento do turismo no País	Real Associação dos Arqueólogos Portugueses	Victor Ribeiro	Historiador e publicista. "Figura de nomeada no tempo, em 1911, integrou as seguintes comissões comemorativas: Grande Comissão Patriótica, Comissão de Comemoração a Sousa Viterbo e Comissão da

[536] Daniel Alves, *A República atrás do balcão (1870-1910). Os lojistas de Lisboa e o fim da monarquia*, Lisboa, Edições Cosmos, 2012, p. 217, nota 575.

Tese	Título	Entidade relatora	Representada por	Notas
				Academia das Ciências para a celebração em 1915 dos Centenários da Conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque"[537].
Extra D	A organização da defesa nacional, sob o ponto de vista terrestre, segundo a orientação da política externa nacional	Liga Latino-Slava[538]	António Cabreira	Matemático e polígrafo.
Extra E	A instrução educativa e a organização geral do Estado	Real Instituto de Lisboa	João Lopes Carneiro de Moura	Advogado e professor de História, foi deputado na Monarquia. Aderiu à República. Maçon. Preocupou-se e publicou sobre a questão social.
Extra F	O teatro português na actualidade	Associação [de Classe] dos Artistas Dramáticos	António Pinheiro	Fundador da Associação de Classe dos Artistas Dramáticos.
Extra G	A situação do estudante em Portugal sob o ponto de vista intelectual, moral-social e físico	Sociedade Científica de Lisboa	Raul de Sousa Leal e Eduardo Bettencourt Ferreira	Raul Leal cursou Direito em Coimbra. Foi poeta e escritor futurista.
Extra H	Estado geral das bibliotecas e arquivos nacionais	Academia das Ciências de Portugal	Xavier da Cunha	Médico, escritor e bibliófilo. Foi director da Biblioteca Nacional no período 1902-1910.

[537] Maria de Fátima Reis, "Victor Maximiano Ribeiro", *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*, http://dichp.bnportugal.gov.pt/ (Consultado em 7 de Dezembro de 2018).

[538] Não foi possível determinar o período de actividade da Liga Latino-Eslava, que era então dirigida pelo académico e General Schiappa Monteiro. O relator da tese, o também professor e militar Tomás Cabreira, que seria ministro das Finanças entre Fevereiro e Junho de 1914, era secretário-geral da Liga. A tese apresentada ao Congresso Nacional apontava os perigos do pangermanismo e, com base nas afinidades de interesses, defendia que era "logica e necessária uma alliança dos povos latinos e slavos, alliança que tem ainda a vantagem de afastar o perigo hespanhol". Ver *Boletim Marítimo*, Série IX, nº 7, 1910, pp. 115-116.

A Liga Naval, sobretudo através de Pereira de Matos, responsável pela elaboração deste programa, ambicionava que a iniciativa fosse capaz de

> "discutir com ardor os mais graves problemas que tem na sua dependência a prosperidade nacional" [e de estabelecer] planos de acção bem definidos, que hão-se consolidar o nosso poderio"[539].

Pelos meados de 1908, a Liga ainda pensava que o Congresso pudesse vir a ter lugar em Março de 1909. Na verdade, todo aquele ano foi ocupado com a sua organização, que envolveu a realização de "conferências preparatórias" e a publicação de parte das teses, certamente com a expectativa que a sua divulgação fosse capaz de estimular um debate alargado e aprofundado durante o Congresso.

Outras forças, do campo republicano ou próximas dele, podem também ter interferido com o calendário desejado pela Liga. Com efeito, em Abril de 1909 decorreram diversas reuniões importantes. Por ordem cronológica: no dia 13 abriu o II Congresso Pedagógico, promovido pela Liga Nacional de Instrução; entre 16 e 21 reuniu-se em Lisboa o Congresso Municipalista; finalmente, nos dias 23 e 24 realizou-se em Setúbal o 10º Congresso do Partido Republicano.

Neste último conclave, acentuou-se a disposição do Partido Republicano para promover a queda da Monarquia com recurso à força. Aquela reunião magna elegeu um directório que passou a ter, como elementos efectivos, Teófilo Braga, Basílio Teles, José Relvas, Eusébio Leão e José Cupertino Ribeiro. Por sua vez, este grupo designou um comité revolucionário, que recebeu o nome de Comissão Executiva de Lisboa, do qual passaram a fazer parte João Chagas, Afonso Costa, António José de Almeida e o almirante reformado Carlos Cândido dos Reis.

A Liga Nacional de Instrução, promotora do Congresso Pedagógico, era então presidida pelo republicano Consiglieri Pedroso que, no ano seguinte, iria também dirigir os trabalhos do Congresso Nacional. Aquele congresso, contou com cerca de 2.500 participantes e da sua comissão organizadora fizeram também parte outras figuras republicanas, como Manuel Borges Grainha, Luís Filipa da Mata e Eduardo Lima Basto[540],

---

[539] *Boletim Marítimo*, Série VII, nº 8 – Agosto de 1908, pp. 121-122.

[540] Ana Lúcia Fernandes, "Liga Nacional de Instrução", Maria Fernanda Rollo (Coordenação geral), *Dicionário de História da República e do Republicanismo*, 3 volumes, Volume II, Lisboa, Assembleia da República, 2014, p. 678 ---- pp.675-679.

tendo sido notória a influência exercida pelo campo republicano nas questões debatidas e nas soluções propostas.

Ainda em Abril de 1909 reuniu o I Congresso Municipalista, que juntou 161 câmaras, tendo como tema central a autonomia municipal[541]. Foi uma iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa que, em 1 de Novembro de 1908, tinha elegido a primeira vereação republicana, dirigida por Anselmo Braancamp Freire e da qual fazia parte o mesmo Luís da Mata que tinha defendido o ensino laico no Congresso Pedagógico.

Os Congressos Municipalista e Pedagógico tiveram um peso importante de republicanos, na sua organização e participação. Nenhum deles colheu a simpatia do poder, embora não tenham excluído liminarmente participantes ligados aos partidos monárquicos. Ainda que não seja possível estabelecer um nexo de causalidade entre o arrastamento da preparação do Congresso Nacional para 1910, parece plausível admitir que as diversas reuniões magnas que tiveram lugar em Abril de 1909 tenham tido algum peso naquela prolacção. Com efeito, algumas das questões nelas debatidas, designadamente a instrução e a autonomia municipal, incluíam-se nos grandes problemas nacionais que o congresso organizado pela Liga Naval pretendia discutir, para encontrar caminhos de convergência entre as diferentes forças políticas e sociais.

Em 4 e 25 de Julho do mesmo ano de 1909 reuniu-se ainda, em Lisboa e no Porto, o Congresso Nacional Operário[542]. Nas sessões de Lisboa estiveram representadas vinte e oito associações de classe, algumas cooperativas e quatro centros socialistas. Foram debatidas as 8 horas trabalho, a protecção de crianças e mulheres e as relações entre os movimentos sindical e cooperativo. A reunião ficou marcada por divergências entre sindicalistas socialistas e revolucionários, que abandonaram o Congresso. O Centro Nacional Operário apresentaria uma tese no Congresso Nacional de 1910, por intermédio do socialista Azedo Gneco.

Ainda em Julho de 1909, Zófimo Consiglieri Pedroso foi eleito presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, acto em que teve como opositor Carlos Roma du Bocage, monárquico, oficial do Exército, diplomata e membro da comissão formada em

---

[541] O II Congresso Municipalista reuniu em Junho de 1910, depois do Congresso Nacional.

[542] Joana Dias Pereira, "Congressos operários", Maria Fernanda Rollo (Coordenação geral), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume I, Lisboa, Assembleia da República, 2013, p. 873 --- pp. 873-877.

1900, em Lisboa, para instalar a Liga Naval Portuguesa. Uma importante instituição científica ficava assim entregue a um republicano.

O contexto político de 1909 foi turbulento, em particular quando se olha para o governo. O ministério da "acalmação", chefiado pelo almirante Ferreira do Amaral, que tinha funcionado com um entendimento entre José Luciano, líder progressista, e Júlio de Vilhena, chefe dos regeneradores e antigo presidente da Liga Naval, tinha caído no dia de Natal de 1908. Seguiu-se-lhe o governo de Artur Campos Henriques, que, afastando-se de Júlio de Vilhena, chefiou o ministério durante escassos quatro meses, fazendo bloco com os progressistas. O General Sousa Teles, afecto ao Partido Progressista, chefiou depois o ministério durante um mês, entre Abril e Maio de 1909, sendo sucedido por Wenceslau de Lima, personalidade próxima de D. Manuel. Em Dezembro de 1909 foi a vez de Francisco da Veiga Beirão, progressista, ocupar a chefia do que seria o penúltimo ministério da Monarquia Constitucional, que governou até 26 de Junho de 1910.

Tal vertigem, decerto acentuou a convicção dos dirigentes da Liga Naval quanto aos benefícios de uma iniciativa conciliadora e agregadora dos principais campos e forças políticas, como desejavam que fosse o "Grande Congresso Nacional". Na verdade, este Congresso não iria conduzir ao consenso ambicionado e a queda da Monarquia contribuiu para o remeter a um esquecimento que, no entanto, se revelaria temporário.

A Liga Naval vira de bordo: "Falta-nos, apenas, a noção de um destino"

A decisão tomada em 1908 pelos dirigentes da Liga Naval, de promover a realização de um congresso que, juntando personalidades de um largo leque do espectro político e representantes de interesses económicos, sociais e culturais, em torno de um grande desígnio de "ressurgimento nacional", constituiu um ponto de viragem na vida da associação.

Com efeito e apesar de a Liga não ter abandonado as suas actividades estatutárias, a realidade é que a partir de então a associação adquiriu duas dimensões – uma, a original, orientada para as questões do Mar, outra, a que emergiu depois do Regicídio, com uma natureza vincadamente política.

O calendário do Congresso Nacional voltou a ser discutido na reunião da comissão organizadora de 2 de Abril de 1910[543], na qual foi alvitrado que se realizasse em Outubro, para não se aproximar da data das comemorações do centenário do nascimento de

[543] *Diário de Notícias*, 2 de Abril, p. 1, col. 5.

Alexandre Herculano[544]. No entanto, outros membros da comissão objectaram que já estavam adiantados os trabalhos preparatórios e realizadas várias conferências de apresentação das teses, alegando ainda que não existiria grande sobreposição entre os interessados em cada uma das iniciativas[545]. Tudo pesado, ficou assente que o congresso teria início em 14 de Maio, depois das festas do centenário do escritor, chegando a ser afirmado que seria o seu "digno coroamento".

Depois de alguns adiamentos o Congresso Nacional teve finalmente lugar nas instalações da Sociedade de Geografia de Lisboa, entre 14 e 24 em Maio de 1910, decorrendo sob a presidência do republicano Consiglieri Pedroso, assessorado na comissão organizadora por Pereira de Matos, pelo industrial António Maria de Oliveira Belo (que foi designado tesoureiro), o comandante Vicente Almeida d´Eça, o médico Carlos Belo de Morais, o industrial Henrique Pereira Taveira e Francisco Reis Santos[546].

Zófimo José Consiglieri Pedroso Gomes da Silva (1851-1910), político e deputado republicano, foi escritor e professor do Curso Superior de Letras. Em 1871 iniciou a sua actividade jornalística, colaborando no jornal *República* (1874-1875) e nos folhetos da *Biblioteca Republicana Democrática*. Concorreu e obteve uma regência no Curso Superior de Letras, em 1878, tendo como opositores José Maria da Cunha Seixas e Manuel de Arriaga. Ocupou diversos cargos académicos e foi director daquele Curso em 1881-1883 e depois entre 1901 e a data da sua morte, em 1910. Foi maçon destacado, tendo aderido em Lisboa, em 1888. Foi, em 1876, um dos fundadores do primeiro directório do Partido Republicano, no mesmo ano em foi eleito vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Colaborou com Barjona de Freitas, no movimento que este liderou, a Esquerda Dinástica, na cisão de 1877 do Partido Regenerador, que teve duração curta e escassa influência na vida política do tempo. Etnógrafo, escritor, ensaísta e publicista, por vezes panfletário, foi, na verdade, um político moderado. Abandonou a vida política activa em 1889, ainda que se tenha mantido como membro do Partido Republicano.

A discrição que adoptou, a anterior colaboração na Esquerda Dinástica e a sua prestigiada posição de director do Curso Superior de Letras, a que se somava a

[544] Iniciadas em Lisboa, em 29 de Abril de 1910, com um cortejo cívico entre o Terreiro do Paço e os Jerónimos.
[545] Com a excepção de Consiglieri Pedroso, que presidia à comissão executiva do centenário e à comissão organizadora do Congresso Nacional.
[546] Pode tratar-se de Francisco de Paula Reis Santos, que foi membro da Academia de Estudos Livres, instituição fundada em 1889 com influência republicana e maçónica. Seria em 1916 um dos primeiros assistentes e depois professor da Faculdade de Letras de Lisboa.

circunstância de presidir à Sociedade de Geografia, em cujas instalações iriam decorrer as sessões. Foram factores que devem ter contribuído para a solicitação que lhe foi dirigida pela Liga Naval Portuguesa, para presidir à organização e à realização do Congresso Nacional de 1910.

Ao convite da Liga para participarem na reunião tinham respondido 39 associações: Sociedade de Geografia de Lisboa, Associação Comercial de Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, Real Associação Central da Agricultura, Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, Academia das Ciências de Portugal, Real Instituto de Lisboa, Liga da Educação Nacional, Liga Nacional de Instrução, Sociedade Científica de Lisboa, Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, Sociedade dos Arquitectos Portugueses, Sociedade Nacional de Belas Artes, Liga de Defesa dos Interesses Públicos, Sociedade Propaganda de Portugal, Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, Associação dos Advogados, Clube Militar Naval, Revista Militar, Liga Latino-Eslava, Liga Nacional contra Tuberculose, Sociedade das Ciências Médicas, Sociedade das Ciências Económicas e Sociais, Grupo Português da Societé Internationale de Science Sociale, Associação dos Artistas Dramáticos, Academia de Estudos Livres, Sociedade das Ciências Agronómicas, Associação Comercial do Porto, Associação Industrial Portuense, Centro Comercial do Porto, Instituto de Estudos Sociais (Porto), Associação Comercial de Braga, Associação Comercial da Figueira da Foz, Associação Comercial de Luanda, Associação Comercial e Industrial de Viseu e Associação Comercial e Industrial da Guarda[547].

Em representação destas associações ou a título individual, estavam inscritos 1.300 participantes[548], que representavam uma larga faixa da elite portuguesa, pertencente a vários sectores do pensamento político: republicanos, entre os quais Consiglieri Pedroso, Ricardo Jorge, Fernando Freiria e Borges Grainha; monárquicos, como António Pereira de Matos, Anselmo de Andrade, Paiva Couceiro, Jacinto Cândido, Mendes Leal e ainda Caeiro da Mata e Carneiro de Moura, que aderiram ao republicanismo depois de 5 de Outubro; e socialistas como Azedo Gneco e Ladislau Batalha[549].

---

[547] *Boletim Marítimo*, Série IX, nº 9, 1910, p. 139.
[548] Jornal *O Século*, 14 de Maio de 1910, p. 1, cols. 6 e 7.
[549] Ernesto Castro Leal, "Liga Nacional", Maria Fernanda Rollo (Coordenação geral), *Dicionário de História da República e do Republicanismo*, 3 volumes, Volume II, Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp. 672-673.

Marcando a posição que lhe cabia enquanto originador do "Grande Congresso Nacional", a Liga Naval apresentou uma delegação qualificada e numerosa. Encabeçada por Jacinto Cândido da Silva, presidente do Conselho Geral, foi composta por trinta membros e incluía os seus sócios mais representativos, como eram, entre outros, Pedro Dinis, Vicente Almeida d´Eça, Aires de Ornelas, João Boto, Luís Strauss, João Carlos Leone, Hipacio de Brion, Ferrugento Gonçalves e Joaquim Garraio[550].

A sessão inaugural foi realizada na sala Portugal da Sociedade de Geografia: "Eram nove horas e dez minutos da noite, quando Sua Majestade El-rei o Senhor D. Manuel II chegou […] acompanhado de Sua Alteza o Senhor Infante D. Affonso e dos seus dignitários de serviço"[551]. O rei presidiu ao acto, sentando-se o infante D. Afonso à sua esquerda e Consiglieri Pedroso à direita. Pereira de Matos também teve honras da mesa da presidência, acompanhando os membros do governo e a direcção da Sociedade de Geografia. Os trajes usados foram contidos, já que a Corte estava de luto pela morte do rei Eduardo VII: casacas com botões pretos na camisa, os militares de uniforme com "fumo" preto no braço e as senhoras com "toilettes pretas e em cabelo"[552].

O discurso inicial de Consiglieri Pedroso sublinhou a novidade da iniciativa, ao afirmar que "pela primeira vez íamos assistir á discussão dos interesses nacionais; pela primeira vez íamos ter uma noção da economia nacional". Retomou palavras e conceitos chave das intenções dos organizadores do Congresso: a recusa da "nação em decadência" que via "passar ao longe a civilização mundial", a necessidade de – a exemplo da Inglaterra – criar uma opinião pública, que indique aos governos o caminho a seguir. O trabalho a desenvolver, concluiu, era "benemérito […] para que o presente Congresso se tornasse uma instituição nacional"[553].

O Segundo-tenente António Pereira de Matos, falou depois na sua condição de secretário-geral do congresso, para passar em revista as conferências preparatórias e as secções em que se repartiam os trabalhos mas, sobretudo, para enunciar o espírito que pretendia que ficasse reflectido nas sessões que se iam iniciar:

> "Homens das mais diversas cores politicas […] não hesitaram em reunir-se, pondo acima de tudo […] o amor da sua pátria […] podemos hoje contar com o amor de

[550] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 8, Ofício da Liga Naval Portuguesa ao Secretariado da Comissão Organizadora do Congresso Nacional, 30 de Abril de 1910.
[551] *Boletim Marítimo*, Série IX, nº 9 – Setembro de 1910, p. 138
[552] Jornal *O Século*, 14 de Maio de 1910, p. 1, cols. 6 e 7.
[553] *Ibid.*, p. 139.

> El-Rei […] podemos também contar com o patriotismo da Nação! Falta-nos apenas a noção de um destino"[554].

O rei, de partida para as exéquias de Eduardo VII, fechou a cerimónia de abertura com uma breve alocução, na qual relevou o "grande papel" e os "serviços valiosos" que esperava do acontecimento.

A revista *Alma Nacional*[555] de 19 de Maio de 1910, na sua secção "Commentarios", adiantou a sua perspectiva, anunciadora da rejeição do Congresso Nacional por parte substancial dos republicanos:

> "Teve lugar, uma noite d´estas, a abertura solemne do Congresso Nacional. Compareceram o rei e o principe herdeiro, ex-infante D. Affonso, que, como se sabe, é um intelectual tirado das canelas[556] […] a majestade […] também pregou com o seu discurso nas bocheças do auditório […] os jornais monarchicos dizem que o rei foi felicissimo […] De facto, o discurso do chefe de estado é o que mais infeliz se pode imaginar […] Sua majestade, pois, está dentro das leis do reino, que hoje obedecem em toda a linha aos padres, - conhecendo bem o seu catecismo e não sabendo… ler nem escrever".

"O sonho de valsa": as sessões do Congresso Nacional

O censo populacional de 1911, mostrou que quase 70% dos portugueses com mais de 7 anos de idade, eram analfabetos[557]. Ao longo da década anterior, a última da Monarquia, aquele valor tinha melhorado uns meros 4%. Esta questão, a par da que tratou do problema económico, foi a que acolheu um maior número de teses. Como sinal da importância que lhe foi atribuída, as sessões que se ocuparam do "Problema educativo" foram dirigidas pelo próprio presidente do Congresso Consiglieri Pedroso, tendo como vice-presidentes o Coronel Marques Leitão[558], José Maria de Almeida Lima[559], António Waddington[560] e António Joaquim Sá e Oliveira[561].

---

[554] *Ibid.*, p. 140.
[555] *Alma Nacional*, 16 de Maio de 1910, p. 234. Publicou-se entre 10 de Fevereiro e 29 de Setembro de 1910, tendo António José da Almeida como proprietário, editor e director.
[556] Em sentido figurado, "atrevido".
[557] *Censo da população de Portugal no 1º de Dezembro de 1911*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, p. XXII.
[558] Carlos Adolfo Marques Leitão, Oficial do Exército, tinha sido professor de Matemática de D. Manuel II enquanto Infante.
[559] José Maria de Almeida de Almeida Lima, advogado, professor universitário e publicista. Foi diversas vezes deputado às Cortes.
[560] Pode tratar-se de António Waddington, oficial do Exército que fazia parte do cortejo real quando do Regicídio.
[561] Deve tratar-se do professor que foi o primeiro reitor do Liceu Pedro Nunes em 1911.

Na sessão de 23 de Maio, dedicada aquele problema, interveio a única mulher cuja voz se fez ouvir no Congresso Nacional. Tratou-se de Amália Luazes, professora do ensino primário, pedagoga e publicista[562], que falou "como professora, como mãe e como mulher, e n´essas qualidades entristece-se por vêr que a comissão do congresso não destinasse uma these para ser relatada pelo seu sexo", afirmando que "É preciso que se pense na educação da mulher. Portugal é um país desgraçado, mas a maior desgraça pesa sobre os hombros da mulher"[563]. A intervenção de Amália Luazes não mereceu mais do que alguns parágrafos na imprensa, já que nem os documentos oficiais do congresso que chegaram até nós, nem as sínteses com origem na Liga Naval Portuguesa, lhe fazem qualquer espécie de referência.

Foram apresentadas e discutidas teses oficiais, objecto de articulação entre a organização do congresso e cada uma das instituições, para além de teses "extra", propostas ou aceites pelo seu secretariado. A Tabela 7, anterior, enumera os seus títulos e relatores.

O programa do congresso incluiu um conjunto de visitas que envolveram a Casa Pia (16 de Maio de 1910), o Porto de Lisboa (17 de Maio), o Entreposto Colonial (18 de Maio), a Casa da Moeda (19 de Maio), o Museu de Artilharia (21 de Maio), a Escola Politécnica e a Escola Oficina nº 1 (23 de Maio).

No dia 15 de Maio teve lugar no teatro da Trindade uma récita de homenagem ao Congresso Nacional, com "O sonho de valsa"[564].

Os votos finais

Quando o Congresso se aproximava do seu termo, designou uma comissão encarregada de formular as conclusões, que ficou constituída por cerca de quatro dezenas de participantes incluindo, entre outros Consiglieri Pedroso (que presidiu), Pereira de Matos (secretário), Azedo Gneco, Caeiro da Mata, Fernando Freiria, Pedro Muralha, Borges Grainha e Fernando de Sousa[565]. Esta composição, reflectia uma certa diversidade ideológica que, todavia, não colocou o produto dos seus trabalho a salvo de críticas acérrimas, oriundas de alguns sectores republicanos.

---

[562] Amália Luazes dos Santos Monteiro Leite (1865-1938). Em 1901 iniciou em Lisboa cursos noturnos para operários. Participou nos Congressos Pedagógicos onde defendeu teses sobre a educação da mulher e a extinção do analfabetismo. Ver *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, […], Volume 15, p. 544.
[563] *Diário de Notícias*, 24 de Maio de 1910, p. 1, col. 8.
[564] *A Lucta*, 16 de Maio de 1910, p. 2, col. 8. Deve tratar-se da opereta "Ein Waltzertraum", de Oscar Strauss (1870-1854), estreada em 1907.
[565] *O Século*, 20 de Maio de 1910, p. 2, col. 3.

Em 24 de Maio, encerrada a apresentação das teses, foram redigidas as conclusões, designadas "votos finais", cujo preâmbulo entendia que

> "sem demora, deve iniciar-se uma larga obra de reorganização económica e social, que, integrando a nacionalidade portugueza no movimento das ideias modernas, possa conduzil-a ao caminho de um real engrandecimento".

A comissão organizadora do Congresso Nacional, presidida por Consiglieri Pedroso, dissolveu-se no dia 2 de Junho de 1910. Distribuiu pelo taquígrafos, pelo pessoal da Liga Naval e da Sociedade de Geografia, o saldo das contas, no valor de 175$830 reis. Nesta sua reunião final, resolveu ainda divulgar os votos finais por todas as associações aderentes, e dar por finda a missão da mesa "logo que reconstituída a comissão […] que proceda á eleição da que deve presidir aos trabalhos do futuro congresso".

A comissão chamou ainda a atenção para o último dos 128 votos[566], que declarava o propósito de manter o Congresso com carácter permanente, enquanto órgão de diálogo na sociedade, como tinha sido anunciado no discurso inaugural do seu presidente.

A intenção foi, no entanto, ultrapassada pela revolução de 5 de Outubro provocando, dois anos passados, as lamentações da Liga Naval, que não escondia o desgosto que, à sua direcção, tinha causado a implantação da República:

> "se, em summa [o País] tivesse prestado a devida atenção ao que no Congresso se fez e disse; talvez fosse outra e bem diversa, a situação actual […] Mas este não teve conhecimento da alta significação que o Congresso teve […] Póde mesmo dizer-se que de todo esse passado, que a Revolução destruiu em poucas horas, só escaparam as conclusões por elle elaboradas, a definir a aspiração de um Portugal novo, que possa impor-se, poderoso e altivo, no concerto dos povos cultos"[567].

"O que lhe importa é ir vivendo em quanto isto der": a recepção do Congresso Nacional na imprensa

O jornal *O Século* foi o que dedicou mais atenção aos trabalhos do Congresso, aos quais chegou a atribuir duas colunas na primeira página. As sínteses diárias que publicou permitiram aos leitores o acompanhamento das teses apresentadas bem como as suas discussões, que ficaram relatadas de forma viva, sobretudo quando envolveram participantes ligados ao campo republicano.

---

[566] *Ibid.*, 3 de Junho de 1910, p. 2, col. 6.
[567] *Liga Naval Portuguesa – Breve resenha […]*, p. 119.

O mesmo diário, na sua edição de Sábado 14 de Maio, anunciou a sessão de abertura, colocando a tónica nas "corporações" que tinham aderido à ideia da Liga Naval, nos 1.200 congressistas inscritos e nas teses recentemente enviadas para o secretariado, que funcionava na sede da Liga, recentemente instalada no palácio Calhariz-Palmela.

A atenção que *O Século* prestou ao Congresso não desapareceu com o seu encerramento, em 24 de Maio, já que foram depois publicados alguns textos de opinião, em geral pouco generosos para a iniciativa. A edição de 31 de Maio, incluiu um artigo assinado por Carlos de Mello[568], que acusou o Congresso Nacional de ter produzido "resultados anódinos [pelo] receio de ferir susceptibilidades", bem como de ter sido afectado por "um desdem olympico por todas as emendas e aditamentos [resultando que] as theses ficaram só valendo o que os seus redactores queriam". O autor deste texto foi muito crítico para a forma como a iniciativa da Liga Naval foi concebida e conduzida, revelando a sua mágoa por não terem sido aprovadas conclusões sobre temas caros aos republicanos, como

> "os votos da obrigatoriedade do registo civil, da lei do divorcio e da separação da Egreja do estado, em os quaes andaremos ligados ao conservatismo do passado".

João Chagas também denunciou este facto, numa das suas *Cartas Políticas*:

> "Foram rejeitadas as teses do sr. António Macieira, sobre obrigatoriedade do registo civil e laicização do casamento; as propostas de separação da Egreja do Estado […] a proposta de creação de uma guarda civil subordinadas aos municípios".

Chagas refere ainda o comentário do republicano *O Mundo* que afirma sobre as conclusões do Congresso:

---

[568] Pode tratar-se de Carlos de Mello Geraldes (1878-1962), agrónomo e professor catedrático da secção colonial no Instituto Superior de Agronomia em 1912, ainda que a temática do texto publicado pel´*O Século* não se inscreva na sua área de actividade. Esteve ausente em missão no estrangeiro entre Agosto e Outubro de 1910, pelo que se encontrava em Lisboa quando o artigo foi dado à estampa. Ver Maria de Fátima Nunes, "Entre a J.E.N e o I.S.A.: um eixo colonial na política científica do Estado Novo?", dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/10069/1/M.F.Nunes_%20Entre%20a%20JEN%20e%20o%20ISA.Eixo%20%20colonial%20-%20Estado%20Novo_.pdf, (Consultado em 19 de Abril de 2018).

> "foram excluidas […] algumas das mais importantes e legitimas aspirações manifestadas nesta assembleia […] uma nota triste a assignalar um espirito regressivo onde seria para desejar que só se afirmassem idéas de progresso" [569].

Em 2 de Junho, *O Século* publicou uma pequena local, dando voz às intervenções de António Cabreira[570] e, de novo, de Carlos de Mello, desta vez na Academia das Ciências de Portugal[571], comentando também a falta de acolhimento da organização do Congresso Nacional a propostas e aditamentos às teses, tal como tinham sido apresentadas, acusando-a de "vaidade" e "intolerância". António Cabreira propôs ainda que a Academia das Ciências de Portugal estudasse "o projecto de um verdadeiro congresso nacional".

Nos dias seguintes, o mesmo diário fez saber que "os delegados da Federação Operária"[572] decidiram "assentar a atitude a manter no […] congresso nas conclusões da tese sobre reclamações operárias" que ali iriam apresentar. Esta tese foi a única que, no Congresso Nacional, se ocupou da temática. Integrada no tema "Problema Económico", demonstrou a intenção de debater os diferentes ângulos de uma das grandes questões nacionais, bem como o confronto de interesses nele representados. De acordo com o relato que fez *O Século* de 19 de Maio, a discussão sobre a questão operária foi animada e anunciadora dos tempos que se avizinhavam. Durante o debate

> "o sr. Azedo Gneco diz que no congresso cada um tem procurado puxar a brasa à sua sardinha e nada mais. Ora isso é uma vergonha. Tem-se demonstrado que não há ideias assentes e definitivas sobre o problema económico […] critica a forma como se faz o recrutamento de menores nas fabricas e nas officinas e diz que desde que se continue a praticar os erros de que vimos sendo victima, se caminhará não para a ressureição do paiz, mas para uma revolta".

---

[569] João Chagas, "Carta sobre o Congresso Nacional e os seus fins. Lisboa, 16 de Maio de 1910" e "Nova carta sobre o Congresso Nacional e o seu fim. Lisboa, 23 de Maio de 1910", *Cartas Políticas*, 4ª Série, Lisboa, Oficina Bayard, 1908-1910, pp. 257-258.

[570] Tomás Antonio da Guarda Cabreira de Faria e Alvellos Drago da Ponte (1868-1953) foi matemático e polígrafo.

[571] A Academia das Ciências de Portugal foi fundada em 1907, dando corpo ao "Plano Orgânico" que Teófilo Braga traçou para uma associação que pretendeu criar uma alternativa à Academia das Ciências de Lisboa, que acusava de rotineira e pouco produtiva. Teófilo Braga foi seu presidente até à morte, em 1924, tendo-lhe sucedido António Cabreira. De pendor vincadamente republicano e maçónico, a Academia das Ciências de Portugal desapareceu, com esta designação, em 1925. Ver A. H. de Oliveira Marques, "Valores e realizações culturais", *Nova História de Portugal*, A. H. de Oliveira Marques (Coordenação), Volume XI – *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 584.

[572] A Federação Operária de Lisboa (1908-1914), afecta ao Partido Socialista Português, era então secretariada pelo socialista Azedo Gneco. Foram seus delegados ao Congresso Nacional António Pereira, Margarida Marques, Ladislau Batalha, Oliveira Pombo, César Nogueira, Pedro Muralha, Tavares Pecegueiro, António Augusto Marques e Azedo Gneco.

As questões militares, segundo informou ainda *O Século* em 22 de Maio, foram também objecto de um debate mais aceso, colocando posições monárquicas e republicanas em oposição. Em resposta à intervenção do comandante Almeida d´Eça, na qual lamentou "que a classe civil não dedique mais atenção aos problemas militares", retorquiu o republicano João de Meneses (que seria, pouco depois, ministro da Marinha e membro dos órgãos sociais da Liga Naval), enumerando as iniciativas que os deputados seus correligionários tinham apresentado na Câmara, para que "a nação se arme para a defesa".

Sobre o tema das pescas, o *Diário de Notícias* de 18 de Maio, relatou o que tinha sido discutido na noite anterior, na sessão presidida por Francisco Oliveira Feijão[573] e à qual assistiram personalidades de peso na vida política como Manuel de Arriaga, José Maria de Alpoim, Augusto Barjona de Freitas, o conde de Penha Garcia e José Relvas. No período antes da "ordem da noite", Carlos de Mello mandou para a mesa um protesto dos pescadores, que andava a ser distribuído por Lisboa, reclamando da míngua de protecção do Estado: faltava o peixe porque os estrangeiros cá vinham pescá-lo, não podiam ir buscá-lo longe porque os seus barcos não o permitiam, os vapores sugavam os mares fornecendo peixe de má qualidade, tudo debaixo da indiferença dos poderes públicos. Ao orador foi permitido que se alongasse nas referências às reclamações da classe piscatória, mas a mesa remeteu outras considerações para "quando se discutir a questão marítima".

A Lucta, então dirigida por Brito Camacho e que contava com Consiglieri Pedroso entre os seus colaboradores, era porta-voz do Partido Republicano[574]. Nesta condição, fazendo um relato circunstanciado do decorrer das sessões, sem abandonar o tom noticioso, deu maior destaque às intervenções dos participantes do campo político a que era afecto. No entanto, alguns subtítulos e comentários em aparte, foram dando nota de afastamento e desconfiança relativamente à forma como o congresso se desenrolava.

Na edição de 25 de Maio, em introdução ao relato da sessão de encerramento do Congresso Nacional, escreveu *A Lucta*:

> "A sessão d´encerramento, que hontem se realizou na sala Portugal, da Sociedade de Geographia, foi uma das menos concorridas do Congresso. Apesar do adeantado da hora, não se conseguiu uma assembleia digna da importância que ao assunto se

[573] Francisco Augusto de Oliveira Feijão (1850-1918) foi cirurgião, médico da Casa Real, professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, proprietário rural e dirigente da Real Associação da Agricultura Portuguesa.
[574] Mário Matos e Lemos, *Jornais Diários Portugueses do século XX. Um dicionário*, Coimbra, Ariadne Editora, 2006, pp. 422-423. Com o mesmo director seria depois órgão de imprensa do Partido da União Republicana.

> quis atribuir. Parece que toda a gente se desinteressou, por completo, da questão, nada esperando d´ella".

Mais adiante, a fechar, tornou claro que os portugueses não deveriam iludir-se quanto aos resultados do congresso:

> "Em 1880 realizou-se em Lisboa, por ocasião do centenário de Camões, um congresso muito importante – o congresso das Associações. Os votos expressos foram muitos e, todavia, para os governos elles não tiveram o menor significado. Agora sucederá o mesmo e, tão bem como nós, o sabem os promotores do Congresso […] O Estado, os governos, a monarchia […] não quer saber de nada que interesse verdadeiramente á nação […] O que lhe importa é ir vivendo em quanto isto der"[575].

Estas frases não foram especialmente violentas para o regime, quando comparadas com outras objurgatórias, em textos da imprensa ou em discursos na Câmara, mas ilustram claramente que mesmo os republicanos ainda disponíveis para o diálogo dentro do regime já não esperavam nada dele.

Apresar daquele evidente cepticismo, *A Lucta* continuou a escrever sobre questões debatidas no Congresso Nacional, já depois do seu encerramento, publicando alguns textos nas primeiras colunas da primeira página, todos em tom muito crítico para o regime e os seus governos. Foram os casos de "Acerca do Congresso", publicado em 26 de Maio de 1910; "A propósito d´uma these" (28 de Maio); "Echos do Congresso Nacional" (30 de Maio); "O problema educativo" (6 de Junho); "A pesca de arrasto" (8 de Junho); "Ainda o Congresso Nacional" (7 de Agosto).

Outro periódico republicano que se interessou pelo Congresso Nacional foi, como já referimos, a *Alma Nacional*. Usando uma linguagem mais afiada do que *A Lucta*, escreveu em 26 Maio, atacando a Família Real e a Monarquia:

> "Ir para um congresso fazer sciencia, explorando teorias e despertando a fumarada de pyrotechnias de palavras mais ou menos mirabolantes, será bonito e espectaculoso, mas, francamente, não dá resultados práticos. Para fazer alguma coisa em termos, é preciso mudar de regime. É preciso proclamar a republica. Tudo o mais é, na hora presente, anedocta, zero, coisa nenhuma."[576].

---

[575] *A Lucta*, 25 de Maio de 1910, p. 2, col. 1.
[576] *Alma Nacional*, nº 16, 26 de Maio de 1910, p. 250.

O tema Congresso Nacional continuou a ser glosado na revista dirigida por António José de Almeida. Foi o caso dos escritos de António Ferrão, na edição de 2 de Junho, e logo a seguir, Gomes Lima, com uma série de quatro textos sobre "O exercito e a monarchia", saídos em 9 e 23 de Junho, e em 7 e 21 de Julho[577], que criticaram asperamente a tese apresentada pela *Revista Militar* ao Congresso.

Alguma imprensa virada para temáticas especializadas, também se ocupou do Congresso. O *Boletim Marítimo*[578], deu conta de quatro casos: a revista *Portugal em África*, no seu nº 227, de 5 de Junho de 1910; o *Heraldo* de Goa, de 12 e 18 Junho; e *O Colonial*, de 4 de Julho, que se ocuparam em comentar a tese "O Problema Colonial"; finalmente, o *Povo Marítimo*[579], de 29 de Maio, que escreveu sobre a questão da pesca de arrasto.

No final do Congresso, João Chagas voltou ao tema, fazendo-se eco de todas as reservas quanto a resultados das reuniões dirigidas por Consiglieri Pedroso. Sem surpresa, concentrou a sua atenção na circunstância de o Congresso ter afastado as questões políticas dos seus debates, escrevendo "O pensamento d´esse congresso é […] o de distrahir as atenções publicas da questão politica. Assim também, não é em rigor um congresso, mas uma diversão".

Chagas não se queda por aquilo que lhe surgia como uma evidência, acusando directamente o Congresso de estar ao serviço dos monárquicos, "realizado com a cooperação e o aplauso das instituições monarchicas e dos seus homens". O republicano histórico Consiglieri Pedroso, presidente do Congresso Nacional, foi poupado por Chagas, merecendo-lhe uma única e seca referência:

> "Ao encerrar a ultima sessão, o presidente, sr. Consiglieri Pedroso, disse – *Au revoir*. Esperemos que não seja assim. Esperemos não tornar a ver outro congresso nacional".

Estas críticas ilustram as desconfianças que rodearam o conclave, oriundas sobretudo do campo republicano. Parecia assim comprometida, à partida, a convergência de todas as forças políticas, em torno das grandes questões nacionais, que era ambicionada por António Pereira de Matos e pela Liga Naval Portuguesa.

---

[577] Gomes Lima, "O exercito e a monarchia", *Alma Nacional*, nº 18, 9 de Junho de 1910, pp. 273-277; nº 20, 23 de Junho de 1910, pp. 305-310; nº 22, 7 de Julho de 1910, pp. 337-341; nº 24, 21 de Julho de 1910, pp. 369-374.
[578] *Boletim Marítimo*, Série IX, nº 6 e nº 8, 1910.
[579] Periódico que não foi possível identificar.

3.5 A Liga Naval nas vésperas da República

No princípio de 1910 a Liga tinha alcançado um pico quanto à quantidade de associados e à cobertura territorial. Segundo o *Boletim Marítimo* de Fevereiro desse ano, estavam arrolados 6.500 sócios e a actividade estendia-se através de nove Conselhos Regionais, quarenta e seis Juntas Locais e quinhentas e vinte e cinco Comissões Defensoras das Pescarias.

A Liga fazia então um balanço favorável dos resultados da sua acção[580]:

- A abolição da "anti-liberal disposição de lei que limitava a doze o numero de navios portugueses que podiam ir à pesca do bacalhau á Terra Nova, numero […] que é hoje de trinta e dois".
- Os esforços junto do governo para "que fosse restabelecida a navegação portuguesa para a África Oriental" e para o restabelecimento da navegação portuguesa para o Brasil.
- A defesa dos "melhoramentos sollicitados pela classe dos officiaes da marinha mercante".
- A acção em prol do desenvolvimento dos portos e da farolagem nas costas de Portugal e das suas colónias.
- A reclamação de "providencias dos poderes públicos" para resolver os problemas de repovoamento dos rios do Norte do País.
- A defesa do "incremento da nossa marinha de guerra".
- O funcionamento de uma aula de pilotagem e outra de "armamentos marítimos, única no paiz", funcionando gratuitamente na sua sede.
- O apoio à realização de regatas e festividades marítimas, bem como a outras competições, como as que se realizavam na Armada, de lançamento de torpedos ou lutas de tracção.
- A realização do Grande Congresso Nacional, com o qual pretendia iniciar o "ressurgimento do País".

A Liga Naval Portuguesa inscrevia-se num conjunto, de dimensão apreciável, de associações congéneres na Europa, nas Américas e na Ásia Estavam então criadas ligas

[580] *Boletim Marítimo*, nº 2 – Fevereiro de 1910, p. 25.

navais, na Alemanha, Inglaterra, França, Itália, Espanha, Rússia, Áustria, Bélgica, Turquia, Brasil, Argentina, Estados Unidos da América e Japão.

A maior delas, a liga alemã contava, em 1910, com mais de um milhão de sócios, uma indicação da sua importância no Reich[581], um sinal claro do peso que o Mar representava na estratégia nacional da Alemanha, que procurava desafiar o ancestral domínio do mar exercido pela Inglaterra e concorrer com esta potência no comércio marítimo de bandeira. Os seus planos navais tinham o objectivo de afirmar o Reich como uma potência, que lhe conferisse, no mar, uma dimensão à altura da que assumia como maior poder terrestre da Europa.

A dimensão da Liga Naval alemã e a estratégia marítima que o país vinha adoptando desde a década de 1890 eram objecto de especial admiração dos dirigentes da Liga Naval Portuguesa e dos redactores do seu *Boletim Marítimo*, que apontavam a "Deutscher Flottenverein" como um exemplo a seguir.

CAPÍTULO 4 - A DERIVA POLÍTICA DA LIGA NAVAL

4.1 "Saúde e fraternidade": o choque da República

A implantação da República colocou um fim abrupto às ambições de institucionalização do movimento proposto no Congresso Nacional, no qual se deveriam rever todas as formações políticas, cujo propósito central passaria a ser o do ressurgimento do País. A realidade posterior a 5 de Outubro confirmou que os republicanos não viam essa tarefa como prioritária, sendo ainda certo que já antes da revolução tinham encarado com muita desconfiança as incursões da Liga nos terrenos da política partidária.

Proclamado o novo regime, o Conselho Geral, órgão máximo da Liga Naval, apresentou cumprimentos ao presidente do governo provisório e chefe do Estado, Teófilo Braga, e ao ministro da Marinha e Colónias, Capitão-de-fragata Amaro de Azevedo Gomes.

Os dirigentes da Liga, no entanto, eram monárquicos e assim continuaram. Alguns deles, como foram os casos de Jaime de Serpa Pimentel e Policarpo de Azevedo, chegaram a abster-se de participar nas reuniões do Conselho que se seguiram aos "últimos acontecimentos". Ambos eram monárquicos indefectíveis e Policarpo de Azevedo tinha mesmo razões particulares de agravo em relação à República, pois tinha sido ferido por um

[581] No censo de 1910 a Alemanha apurou uma população de quase 65 milhões.

tiro de revolver quando, na manhã de 5 de Outubro de 1910, a bordo do cruzador "S. Rafael", procurava impedir que praças amotinadas tivessem acesso a um paiol de munições.

Outra nota do impacto imediato da mudança de regime é o facto de a palavra república estar ausente da todas as actas das suas reuniões mais próximas do acontecimento, como se o silêncio fosse capaz de apagar uma circunstância que era desagradável à associação e adversa aos seus tradicionais meios de acção.

Em Novembro de 1910, o Capitão-de-fragata Pedro dos Santos Dinis, reformado desde 1887, 1º vice-presidente e presidente em exercício depois do afastamento de Jacinto Cândido, invocou a "idade avançada" para passar o cargo ao comandante Vicente Almeida d´Eça.

Pouco depois, uma portaria do ministro da Marinha e Ultramar, de 20 de Janeiro de 1911, nomeou os seis novos representantes do governo no Conselho Geral da Liga, a que tinha direito nos termos dos seus Estatutos de 1906. Ficaram assim a fazer parte do órgão máximo da associação, cuja presidência tinha ficado vaga com o afastamento de Jacinto Cândido da Silva depois da revolução de 5 de Outubro: João Duarte de Meneses e Sebastião de Magalhães Lima, dois republicanos históricos; Luiz Strauss, engenheiro civil, mais tarde ligado ao Integralismo Lusitano; os oficiais da Armada e sócios da Liga Naval Pedro Gomes da Silva, Policarpo José de Azevedo, e Hermogénio António Calvo da Silva.

O novo Conselho Geral teve vida atribulada, pois dois dos membros nomeados pelo governo não chegaram a tomar posse. O engenheiro Strauss foi para o estrangeiro e o comandante Policarpo de Azevedo pediu escusa do cargo, através de uma carta na qual não apontava motivos, mas em que se mostrou irredutível na sua decisão[582]. As posições dos demissionários apenas foram ocupadas quando, por uma portaria de 3 de Fevereiro de 1912, do ministro da Marinha Celestino de Almeida, foram designados membros do Conselho, em representação do governo, o Coronel Cordeiro de Sousa, director dos Serviços Fluviais e Marítimos do Porto de Lisboa, e o Segundo-tenente Álvaro Numes Ribeiro, que era então deputado.

[582] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 6, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 1 de Julho de 1911.

Entretanto, na sua reunião de 8 de Julho de 1911, o Conselho Geral entendeu que estava em condições para proceder à eleição dos principais cargos estatutários[583], escolhendo, de entre os vogais, os dois nomes fortes da República que tinham sido designados pelo governo. Preencheram assim a presidência e a vice-presidência, respectivamente João Duarte de Meneses[584] e Sebastião de Magalhães Lima[585]. Com estes dirigentes máximos, a Liga parecia a caminho de poder ser institucionalmente republicanizada, ainda que os restantes membros do Conselho Geral permanecessem fiéis à causa do rei exilado. As fontes não adiantam as razões, mas pode ter sido este o propósito do ministro da Marinha, o Capitão-de-mar-e-guerra Amaro de Azevedo Gomes, ao proceder à nomeação de dois republicanos de sempre para representar o governo na direcção da Liga Naval.

Existem, adicionalmente, indicações de que ambos tinham um bom relacionamento com a Marinha, em cujo contexto se movia a Liga. Magalhães Lima tinha sido alvo de uma tocante homenagem por parte de mil e trezentos marinheiros que, no seu regresso de Paris em Outubro de 1910, desfilaram perante a sua casa e lhe "ofereceram a primeira bandeira republicana que tinha sido içado a bordo do *São Rafael*"[586]. Sebastião de Magalhães Lima foi um dos fundadores da Liga Portuguesa da Paz, em 1899[587], data muito próxima do nascimento da Liga Naval. A interrogação pode colocar-se: sendo o Grã-mestre do GOLU um adepto das soluções pacíficas para resolução de conflitos, existiria alguma contradição com a sua aceitação para, em 1911, integrar o Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa? Pensamos que não, na medida em que, embora defensora do rearmamento da Marinha, a Liga nunca se afirmou claramente como belicista, como veremos adiante ao referir as suas posições durante a Grande Guerra.

---

[583] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 6, Acta da reunião do Conselho Geral de 8 de Julho de1911.

[584] João Duarte de Meneses (1868-1918) foi advogado e jornalista. Figura importante do Partido Republicano, foi deputado durante a monarquia. Eleito pelo Funchal, serviu na 39ª legislatura, entre 29 de Setembro de 1906 e 27 de Fevereiro de 1908). Foi deputado à Assembleia Constituinte (1911), sendo eleito para a comissão encarregue de elaborar o projecto da Constituição. Foi ministro da Marinha entre 13 de Setembro e 12 de Novembro de 1911, no governo de João Chagas. Foi membro da Maçonaria. Ver João Tavares, "Meneses, João Duarte de (1868-1918), *Dicionário de História da República e do Republicanismo*, Maria Fernanda Rollo (Coordenação geral), 3 volumes, Volume II, Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp. 851-852.

[585] Sebastião de (1850-1928) foi jurista, jornalista e político. Republicano, foi várias vezes candidato a deputado durante a Monarquia e integrou o Directório do Partido Republicano a partir de 1883. Foi membro da Maçonaria, ascendendo a Grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido em 1907. Foi deputado às Constituintes e senador a partir de Agosto de 1911. Ver António Ventura, *Magalhães Lima: um Idealista Impenitente*, Lisboa, Assembleia da república, 2011, pp. 17-34.

[586] Id., *ib.*, pp. 29-30.

[587] Id., *ib.*, pp. 141-149.

No entanto, a solução que o governo tinha encontrado para o Conselho Geral não se mostrou consistente nem duradoura. João de Meneses começou por exercer a presidência, durante o curto período que decorreu até à sua chamada para o efémero primeiro governo constitucional chefiado por João Chagas – Setembro a Novembro de 1911 – ainda que depois tivesse regressado ao Conselho Geral até 1913. O vice-presidente Magalhães Lima, por seu lado, pouco ou nada terá acompanhado a actividade da Liga, primeiro por doença, depois porque esteve fora do país, em serviço político, entre Setembro de 1911 e Fevereiro de 1912, o que voltou a acontecer, ainda que mais episodicamente, no decurso deste último ano. Nestas circunstâncias, enquanto João de Meneses esteve ausente no governo, o cargo acabou por ser temporariamente exercido pelo segundo vice-presidente, o sempre disponível secretário-perpétuo, Primeiro-tenente António Pereira de Matos.

Preparavam-se, em Setembro de 1911, as comemorações do 1º aniversário do 5 de Outubro, dia feriado decretado em 12 de Outubro de 1910, para comemorar os "heroes da República". A Liga Naval tinha sido convidada pela Comissão dos festejos e fazer-se representar no desfile de carros alegóricos, e a fornecer bandeiras. Declinou ambas as solicitações, alegando que não tinha bandeiras e que preparava "outras manifestações"[588].

Apesar das escusas de participação nestas celebrações e passados os primeiros tempos de maior choque, a Liga Naval começou a participar na nova vida cívica. Foram muitos os convites endereçados à sua direcção, para colaboração e representação em conferências, cerimónias e celebrações, tanto de associações privadas, como de organismos do Estado. Em alguns casos, foram-lhe pedidos subsídios para festividades, fins assistenciais ou monumentos evocativos. Na generalidade foram rejeitados, com a invocação da penosa situação financeira que a Liga atravessava[589].

Em Abril de 1912, o presidente da República Manuel de Arriaga, chegou a visitar o Museu Nacional de Marinha, reduzido à secção oceanográfica D. Carlos I, ainda que o tenha feito quando da sua deslocação ao edifício da sede para inaugurar uma exposição de artes decorativas promovida pelo *Jornal da Mulher*, a que a Liga tinha cedido o local.

Esta ocasião poder ter sido a última de uma certa complacência nas relações entre a Liga Naval e a República.

---

[588] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 6, Acta de 13 de Setembro de 1911,.
[589] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 6, Actas de 1910 a 1013, *passim*.

4.2 A "cruzada santa da restauração da Marinha": o programa naval de 1912 e a Liga Naval Portuguesa

Não tinha sido necessário chegar à República para que se percebesse o estado anémico em que se encontrava a Marinha. Isto, apesar de terem sido muito gabados, em alguns círculos mais optimistas, os cruzadores que Jacinto Cândido da Silva, presidente da Liga Naval entre 1906 e 1910, tinha mandado contruir quando tinha sido ministro da Marinha e Ultramar, durante dezoito meses, de 1895 a 1897, questão que foi já objecto de referência anterior neste estudo.

Em Janeiro de 1910, a *Ilustração Portuguesa* publicou extensas entrevistas com três oficiais da Marinha, que se resguardaram num anonimato que, explicou a revista, "nos foi delicadamente indicado e todos compreenderão as valiosas razões por que o fazemos". O mote da revista para os testemunhos recolhidos, era "Portugal necessita de se armar".

O perigo, segundo o primeiro "oficial de alta patente" ouvido pelo redactor da *Ilustração*, podia vir de Espanha ou da Alemanha:

> "Todos nós sabemos que ameaça a Europa uma conflagração internacional e não seria a primeira vez que o nosso paiz, estando a Europa em fogo, servisse de tabuleiro a uma partida do jogo".

Outra preocupação era a aproximação anglo-espanhola, abordada com o terceiro entrevistado, "pertencente á pleiade de moços officiaes que com fervoroso patriotismo se vem dedicando a pregar […] a cruzada santa da restauração da marinha de guerra". O anónimo "moço oficial", afirmou então:

> "ameaça-nos não pelo facto, pouco provavel, de sermos por ellas atacados […] mas porque é uma fortíssima razão para a Inglaterra prescindir de alguns serviços que nós podíamos prestar-lhe. A culpa é nossa […] consumimos uma dúzia de anos a construir um pequeno caes de desembarque em Lagos para os escaleres ingleses [enquanto] a Hespanha respondeu á amizade inglesa remodelando os arsenais e construindo uma esquadra".

Segundo a *Ilustração Portuguesa*, o País, com quase seis milhões de habitantes, tinha uma Marinha com um deslocamento total de 14.500 toneladas, perdendo na comparação com a Dinamarca que, com dois milhões e meio de habitantes, tinha uma esquadra com mais de 25.000 toneladas, e também com o Chile, cuja marinha de guerra ascendia a quase 45.000 toneladas, para uma população de três milhões. Escrevia a *Ilustração* que a Marinha

portuguesa era "pequena [e] composta na sua totalidade de barcos de nullo ou insignificante valor militar"[590].

As fotografias de alguns navios, que ilustravam as entrevistas, eram acompanhadas por legendas desanimadoras: a corveta Afonso de Albuquerque (1884-1909) era "um apodrecido pontão soçobrando ao peso de um grande nome"; o cruzador "S. Rafael" (1900-1911) tinha "10 annos de vida e 9 annos de concerto"; o torpedeiro nº 1, era "o mais velho e mais inofensivo dos nossos torpedeiros, 30 annos de idade e de inutilidade". Toda a tonelagem dos navios da Marinha portuguesa "cabiam" dentro de um dos novos couraçados espanhóis. O descontentamento dos entrevistados era visível, refutando que a escassez de recursos financeiros fosse razão suficiente para o abandono em que se encontrava a Armada.

Quando a *Ilustração Portuguesa* publicou estas entrevistas, já estava em preparação uma iniciativa do ministro da Marinha, o comandante João de Azevedo Coutinho – na pasta entre 22 de Dezembro de 1909 e 26 de Junho de 1910, para um plano de reformas e de rearmamento naval. A proposta foi apresentada na Câmara dos Deputados, na sessão de 8 de Junho de 1910[591], com a forma de um programa global, que abrangia três grandes domínios:

- O domínio organizacional, destinado a substituir a grande reforma de 1892[592].
- O da remodelação da esquadra e seu financiamento, que seria feito através da criação de um Fundo de Defesa Marítima, e previa a construção de um novo arsenal na margem Sul do Tejo, que se libertasse dos constrangimentos relativos à sua localização na Ribeira das Naus.
- O do ensino, estando planeada uma reforma da Escola Naval, bem como da formação e treino do pessoal.

Nem todas as ideias que João de Azevedo Coutinho incorporou no seu programa eram novas e não eram, decerto, uma emanação exclusiva do seu próprio pensamento, antes correspondendo à reflexão e a algumas propostas que vinham sendo amadurecidas na década e meia anterior. Deveu-se-lhe, no entanto, a sua apresentação ao parlamento, uns exactos dezoito dias antes da queda do governo a que pertencia, chefiado pelo progressista

[590] *Ilustração Portuguesa*, nº 205, 24 de Janeiro de 1910, pp. 97-104 e nº 206, 31 de Janeiro de 1910, pp. 129-134.
[591] "Relatório acerca da reorganização dos principais serviços da marinha de guerra", *Acta da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 28 de 8 de Junho de 1910, pp. 19-24.
[592] Decreto de 14 de Agosto de 1892.

Francisco Veiga Beirão, que deu lugar a António Teixeira de Sousa, o último presidente do ministério da Monarquia. Com o governo, caiu também o plano.

Na proposta que João Coutinho tinha defendido na Câmara dos Deputados, no que respeitava à aquisição de novos navios[593], o ministro afirmara que a Marinha "tem […] que incluir na sua composição, unidades capitaes, cruzadores, destroyers e submersíveis", explicitando que esse tipo de navio constituiria a primeira linha de defesa; que os cruzadores se destinavam a assegurar a manutenção das relações da primeira linha de defesa com o inimigo, e "os seus portos de baseamento"; que os destroyers dariam apoio às unidades dos outros tipos; e, finalmente, que os submersíveis teriam como missão completar a acção dos destroyers, no apoio à primeira linha de defesa e no estabelecimento do "traço de união entre a defesa maritima e a territorial".

O plano configurava uma Marinha equilibrada e moderna, procurando corrigir os erros do anterior programa naval de Jacinto Cândido e mesmo das propostas mais recentes. O seu racional ancorava nas ideias do almirante Alfred Mahan que vinham sendo defendidas por jovens oficiais, como eram os casos de António Pereira de Matos, José Carlos da Maia, Álvaro Nunes Ribeiro e Fernando Pereira da Silva, sócios da Liga Naval, e Alfredo Botelho de Sousa. Todos defendiam uma Marinha moderna, dotada de couraçados do tipo "dreadnought" e encontraram na Liga Naval uma instituição aberta à propaganda das suas ideias.

Já quando João Coutinho titulava a pasta da Marinha, foi publicado, em finais de 1909 o segundo volume d´*O Problema Naval Português*[594], obra encomendada pela Liga Naval ao seu secretário-perpétuo. O pensamento que António Pereira de Matos expôs no seu texto, citado no *Boletim Marítimo*[595], acompanhava o do ministro, sustentando que Portugal deveria dispor de uma esquadra capaz de "manter o domínio do mar, em relação á Hespanha […] garantir uma efficaz cooperação com as esquadras inglesas [e de] ser, em quaisquer circumstancias, o determinante da nossa acção no concerto internacional".

Para a concretização destes princípios, o Segundo-tenente António Pereira de Matos recomendava a aquisição de um conjunto de navios que se aproximava do que João Coutinho iria propor na Câmara dos Deputados em meados de 1910: uma Esquadra do

[593] *Diário da Câmara dos Deputados*, nº 28, 8 de Junho de 1910, Proposta de lei nº 12-X, pp. 62-66.
[594] António Pereira de Matos, *O Problema Naval Português*, Porto, Tipografia Pereira, 1909. O primeiro volume tinha sido lançado no ano anterior.
[595] *Boletim Marítimo*, Série IX, nº 5 – Maio de 1910, pp. 75-77.

Atlântico, composta por quatro "dreadnoughts" de 16.000 toneladas, quatro cruzadores couraçados de 7.100 toneladas, um cruzador ligeiro de 4.200, quatro "destroyers" e quatro cruzadores-auxiliares. A completar este núcleo, deveriam ser aumentados ao efectivo outros navios, incluindo quatro submersíveis. Aos controversos cruzadores do programa de Jacinto Cândido, então existentes, estaria reservada a incorporação numa Divisão Colonial.

Para grande ambição, grande despesa: o autor d´*O Problema Naval Português* estimou o custo da "nova" Marinha em cerca de 53.000 contos

> "mais 17.000 contos que a do plano do sr. Ministro da Marinha. O paiz que diga se não valerá a pena gastar mais essa quantia, para ocupar um lugar distinctissimo entre as potencias de segunda ordem, logo em seguida á Austria".

A proposta de João Coutinho integrava o "Relatório acêrca da reorganização dos principaes serviços da marinha de guerra"[596] que, como já referimos, foi apresentado na Camara em 8 de Junho de 1910, pela voz do deputado António Cabral e assentava em quatro elementos

> "por sua ordem logica, o objectivo incumbido á força naval, a situação estratégica, os recursos disponíveis para constituir o poderio marítimo e a situação internacional relativa do país" [597].

A partir destes considerandos, invocou o debate entre duas concepções para a composição da esquadra: uma opção baseada em torpedeiros e submersíveis; outra, com uma marinha apta para defender as linhas de comunicação com as colónias e, ao mesmo tempo, capaz de fazer valer a posição geográfica do país, assente no triângulo Continente - Açores - Cabo Verde. A Marinha, prosseguia o texto submetido ao parlamento, "tem de incluir na sua composição, unidades capitaes, cruzadores, destroyers e submersíveis".

Destes pressupostos, o governo tinha deduzido a sua proposta de programa naval, que envolvia a aquisição de duas "unidades capitaes", seis "cruzadores protegidos", dezasseis "contra-torpedeiros" e seis submersíveis. A sua concretização deveria ser feita em "três secções", de uma forma faseada em períodos de quatro anos, ficando os dois couraçados, com um custo estimado em 30 mil contos, para comprar "quando o Governo o julgar conveniente". A título de comparação, o HMS "Dreadnought", o couraçado revolucionário que a Inglaterra fizera construir em 1906, tinha, quatro anos antes, custado cerca de 9.000

[596] *Diário da Câmara dos Deputados*, nº 28, 8 de Junho de 1910, Proposta de lei nº 12-X, pp. 62-66.
[597] Id., *ibid.*, pp. 62-66.

contos aos contribuintes britânicos[598]. Mesmo sem uma avaliação mais desenvolvida, pode considerar-se razoável a previsão inscrita por Azevedo Coutinho para a aquisição dos dois couraçados.

Ao mesmo tempo, como escreveu João Freire, a chefia militar da Marinha vinha sendo preenchida na primeira década do século por

> "nomes [que] têm, quase todos, boa ressonância no imaginário memorial da Marinha […] praticamente todos estes almirantes [tiveram] uma trajectória profissional de verdadeiros oficiais e comandantes de mar"[599].

Este grupo de Majores-Generais da Armada incluía, entre os que preencheram o cargo por tempo significativo, os almirantes Correia da Silva, Cipriano Lopes de Andrade, Francisco Ferreira do Amaral, Guilherme de Brito Capelo e José Cesário da Silva[600].

O plano de João Coutinho surgia portanto no seio de gerações bem preparadas para absorver as novas doutrinas e as transformações mais relevantes e necessárias.

Do último plano da Monarquia às "legítimas aspirações da Armada republicana"

Do programa de novas construções proposto pelo ministro João de Azevedo Coutinho, apenas sobreviveu então a encomenda do primeiro submersível da Marinha: o "Espadarte", contratado em Junho de 1910 e aumentado ao efectivo em Abril de 1913. Os restantes navios ficaram em suspenso, bloqueados pela queda do governo e quatro meses depois pela implantação da República.

A revolução que em 5 de Outubro de 1910 mudou o regime, contou com a participação de unidades e militares da Marinha, oficiais, sargentos e praças. Não sendo legítimo asseverar que a Marinha era republicana, no seu todo, foi, no entanto, isso mesmo que pretendeu fazer crer o governo provisório, presidido por Teófilo Braga, no qual era ministro da Marinha o Capitão-de-mar-e-guerra Amaro de Azevedo Gomes. Visando, afirmou, "satisfazer as legítimas aspirações da armada republicana, que sempre foram, é justo dizê-

---

[598] 1.786.000 £ ao câmbio de 4,873 réis por libra. Ver Séries históricas das estatísticas cambiais do Banco Portugal em www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/.

[599] João Freire, *Jornal da Marinha […]*, Lisboa, Edições Colibri, 2016, pp. 156-157.

[600] Este, o único dos Vice-Almirantes que não foi afastado do serviço na sequência da revolução de 5 de Outubro de 1910, mantendo-se como Major-General da Armada até Julho do ano seguinte. Ver João Freire, "A Marinha e a República", *Ler História* [Online], nº 59, 2010. http://journals.openedition.org/lerhistoria/1402 ; DOI : 10.4000/lerhistoria.1402..

lo, as da alma nacional"[601], o governo nomeou, em 25 de Outubro de 1910, uma comissão para apresentar uma proposta de reorganização da Marinha, que deveria incluir a renovação da Esquadra[602]. Tal como anunciava o preâmbulo do decreto, a tarefa de que a Comissão foi incumbida teria como ponto de partida os estudos anteriores realizados sobre o assunto, numa referência clara, ainda que não explícita, aos que tinham sido apresentados no parlamento, poucos meses antes pelo ministro João Coutinho.

A "grande comissão", assim ficou conhecida, foi constituída pelo Vice-Almirante reformado Domingos Tasso de Figueiredo, que presidiu, e por quase meia centena de oficiais de diferentes postos e especialidades. Entre eles contaram-se, para referir apenas alguns nomes mais relevantes na história do seu tempo, o Capitão-tenente Alfredo Rodrigues Gaspar; os primeiros-tenentes Victor Hugo de Azevedo Coutinho, Fernando Pereira da Silva, e António Pereira de Matos[603]; os segundos-tenentes Álvaro Nunes Ribeiro e Armando da Gama Ochôa; o médico naval Capitão-de-fragata Alexandre de Vasconcelos e Sá e um único civil, o jurista e republicano João Duarte de Meneses.

Em 15 de Agosto de 1911, o ministro da Marinha, comandante Azevedo Gomes, anunciou na Câmara que os trabalhos da comissão estavam concluídos[604]. Ainda que se desconheçam registos ou relatos sobre o seu desenvolvimento, sabemos que o governante revelou então aos deputados que existiam discordâncias entre as orientações que o próprio tinha dado à "grande comissão", quando da sua instalação, e a proposta que o grupo apresentou. Por um lado, o ministro defendia a construção de seis couraçados ligeiros (ou "reduzidos", como lhes chamou), navios de 13.000 toneladas, 6 peças de 305 mm e 16 nós de velocidade máxima, a colocar em Lisboa, Açores, Cabo Verde e África Oriental. Esta posição foi contrariada pela comissão chefiada pelo almirante Tasso de Azevedo, que propunha três couraçados de 20.000 toneladas, com 8 peças de 343 mm como armamento principal e 21 nós de velocidade máxima.

O ministro Azevedo Gomes chegou ao ponto de afirmar que os grandes couraçados propostos pela comissão "não seriam um reforço, mas sim um tropeço". Admitimos que estas discordâncias traduzissem correntes de opinião divergentes no interior da Marinha, que acabaram por se manifestar no parlamento com alguma crispação. Neste confronto,

---

[601] Decreto de 25 de Outubro de 1910.
[602] Decreto de 25 de Outubro de 1910, na versão publicada no *Diário do Governo* de 27 de Outubro, p. 187.
[603] Nomeado para a comissão um pouco mais tarde, por decreto de 27 de Novembro de 1910.
[604] Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 48ª sessão, 15 de Agosto de 1911, pp. 6-7.

acabou por vingar a opção da "grande comissão".

A comissão foi dissolvida por um decreto de 16 de Agosto de 1911, no dia seguinte àquele em que o ministro anunciou que os seus trabalhos estavam dados por terminados. Louvou então os seus membros, "pelo zêlo e proficiência que demonstraram na missão que lhes foi cometida" e o plano foi apresentado à Câmara dos Deputados em Novembro de 1911[605], para ser submetido às suas comissões de Finanças e de Marinha.

Coube ao 3º ministério da República (1911-1912) presidido por Augusto Vasconcelos, em que era ministro da Marinha o médico e político Celestino de Almeida, defender na Câmara a proposta da "grande comissão". No seu discurso de 15 de Dezembro de 1911, o ministro traçou um retrato profundamente deprimente da Marinha do seu tempo, que representava "um triste e desolador quadro", adiantando, em momento de exaltação republicana, que "o mal de que enferma a nossa marinha se deve exclusivamente ao abandono a que a votou o extinto regime, abandono dos mais criminosos e revoltantes". Nesse arrebatamento de antimonarquismo, Celestino de Almeida apontou o dedo aos

> "áulicos da monarquia, alguns dos quais passaram pelo Ministério da Marinha, [que] não tinham dúvida, nos seus cavacos, de dizer que navios nunca os teria a marinha de guerra portuguesa"[606].

Em datas posteriores a esta apresentação, a proposta da Comissão voltaria ao parlamento e iria ao Senado por mais do que uma vez, com pequeníssimas alterações de conteúdo quanto aos navios que deveriam ser adquiridos.

Em 26 de Julho de 1912, foi publicada a lei do Congresso, que autorizou o governo a

> "proceder à organização das forças navais que deverão constituir a marinha de guerra nacional [e que] deverá ter o material para constituir uma esquadra de operações, defesa do pôrto de armamento, os navios para serviços de fiscalização e auxiliares, e serviço de soberania nas colónias"[607].

A "esquadra de operações" deveria ser "inicialmente e pelo menos" constituída por

- 3 couraçados de 21.500 toneladas, tendo como armamento principal 8 peças de

[605] Diário da Câmara dos Deputados, 12ª sessão, 18 de Novembro de 1911, pp. 4-5. A Assembleia Nacional Constituinte, saída das eleições realizadas em 28 de Maio de 1911, terminou os seus trabalhos em 25 de Agosto do mesmo ano. Por aplicação das disposições constitucionais transitórias, os seus membros transitaram para o Senado e Câmara dos Deputados sem que se realizassem novas eleições, ficando em efectividade de funções até 1915.
[606] Diário da Câmara dos Deputados, 11ª sessão, 15 de Dezembro de 1911, p. 4.
[607] Diário do Governo, nº 175 de 27 de Julho de 1912.

343, para além de 12 de 150 mm e 2 tubos lança-torpedos, 21 nós de velocidade máxima e 7.500 milhas de "raio de acção";

- 3 "exploradores" (cruzadores ligeiros) de 4.000 toneladas;
- 9 contratorpedeiros;
- 6 submersíveis e 1 navio-apoio para submersíveis;
- 1 navio hidrográfico;
- 3 navios "anexos às escolas-práticas";
- um número indeterminado de navios lança-minas.

Cada couraçado tinha um custo que a comissão estimou em 9.353 contos, os cruzadores ligeiros tinham um custo unitário previsto em 1,52 mil contos, e cada contratorpedeiro 672 contos. Tudo somado, a lei autorizou o governo a despender cerca de 37 mil contos com os novos navios, mais 840 contos com duas "escolas de preparação", adaptações nas escolas de torpedos, artilharia e máquinas e no "serviço de hospitalização".

Para aferir o impacto deste valor, comparemo-lo com as despesas totais (ordinárias e extraordinárias) do ministério da Marinha para o ano económico 1913-1914, que ascendiam a cerca de 4.600 contos, e ainda com o total de 264 mil contos orçamentado para as despesas do Estado. O valor total com o ambicioso e – como se veria – irrealista plano da República, correspondia assim a cerca de nove anos da despesa anual então atribuída ao ministério da Marinha.

A Liga Naval e a propaganda ao plano naval de 1912

A Liga Naval apoiou o plano "Azevedo Coutinho "grande Comissão", quer através da pena de António Pereira de Matos, na sua obra de fins de 1909 *O Problema Naval Português*, quer por via da propaganda. Um cartaz com um formato de 136x90 cm, impresso a cores em 1912, na Tipografia A Photolito, em Lisboa, representava uma antevisão de quase todos os navios que faziam parte de um plano naval arrojado, supostamente capaz de fazer ressurgir a Marinha de Guerra e, com ela, o País. Eram 3 couraçados "dreadnought", 3 "exploradores", 12 contratorpedeiros e 6 submersíveis. De um e outro lado, nos cantos inferiores, duas naus seiscentistas encimavam o lema da Liga Naval – "O futuro de Portugal está no mar", e a expressão "Sem Marinha não há colónias", adaptação de uma locução de Oliveira Martins, a que já nos referimos. O título do cartaz, impresso em papel fino, destinado a uma ampla distribuição, ostentando no canto superior

esquerdo, a esfera armilar da bandeira nacional, explicava o restante: "Liga Naval – Programa naval portuguez aprovado no Congresso da Republica em 1912". Ao seu criador, Alberto Sousa[608], foram pagos vinte mil reis, sendo decidido imprimir mil exemplares, e outros tantos em "formato duplo". A impressão foi feita pelo valor de 190$000 e teve supervisão do autor[609].

O almirante Francisco Ferreira do Amaral, monárquico convertido ao Partido Democrático, foi um dos convidados na reunião do Conselho Geral da Liga Naval, realizada em 20 de Setembro de 1912. Acompanharam-no, na mesma condição, o major Sá Cardoso, que era vereador da Câmara Municipal, o dr. Afonso de Lemos[610] e o Capitão-de-mar-e-guerra Ernesto Vasconcelos, representando a Sociedade de Geografia de Lisboa. O Capitão-tenente Tito de Morais, chefe de gabinete do ministro da Marinha, e o General Carvalhal[611], embora convidados, não puderam comparecer.

De acordo com a proposta de Ferreira do Amaral, a Liga Naval, invocando o seu papel na realização do Congresso Nacional de 1910 e a defesa ali realizada quanto à necessidade de prestar atenção à defesa nacional, deveria aspirar a ser

> "a sede da propaganda [do novo programa naval] e marcharem ella e o seu grupo unidos n´essa patriótica cruzada, afastados da politica partidária ou parcialidade de qualquer caracter".

O *Diário de Notícias* de 18 de Outubro publicou, na primeira página, uma entrevista com António Pereira de Matos, na qual o secretário da Liga Naval e da comissão de propaganda da defesa nacional, colocou ênfase no que chamou o problema moral da nação. Ainda que a "restauração do nosso poder marítimo" tivesse sido abordada, a sua maior preocupação era o "edifício social" que, declarou, apenas podia ser reconstruído "através de um governo de moderação, ordem e justiça [e de] uma politica que a todos se imponha pela grandeza dos seus benefícios". Pereira de Matos falou na necessidade de armar o País,

---

[608] Deve tratar-se do pintor e desenhador Alberto Sousa (1885-1961), da geração dos pintores de "ar livre", autor de paisagens marinhas e temas tradicionais. Foi colaborador de Roque Gameiro nos *Quadros da História de Portugal*. Como etnógrafo trabalhou com Sebastião Pessanha e Virgílio Correia.

[609] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação* Avulsa, Caixa 1387/A – Maço 6. Acta de 16 de Novembro de 1912.

[610] Médico e político, tinha sido deputado à Assembleia Constituinte. Era membro do Directório do Partido Republicano Português. Ver Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 30.

[611] Deve tratar-se do General António Carvalhal da Silveira Teles de Carvalho que, designado pelos republicanos, substituiu o General Gorjão Henriques como comandante da guarnição do Exército em Lisboa durante a revolução de 5 de Outubro. Seria, em 1915, comandante da Guarda Nacional Republicana.

perante os riscos anunciados pela tensão entre as potências europeias e a guerra nos Balcãs. Mas o seu olhar focava-se nas crises domésticas, política e social. António Pereira de Matos definiu, desta forma, a hierarquia das questões com que se deparava o País, em república: o problema político, o problema social e o problema militar militar-naval.

Segundo a edição do mesmo diário de 22 de Outubro, uma nova reunião realizada na sede da Liga, para acordar as medidas de propaganda, juntou oficiais da Marinha e do Exército, bem como representantes de "varias colectividades"[612]. Por proposta de João Duarte de Meneses, presidente do Conselho Geral, foi escolhido o almirante Ferreira do Amaral para conduzir os trabalhos, que abriu com uma declaração na qual defendeu o investimento em novos navios, alegando que

> "a paz será um grande ideal, mas enquanto a casa Krupp e outras semelhantes continuarem a fabricar canhões, os que quiserem ir contra esse movimento serão esmagados como aquelle que se lembrar de ir de encontro a uma locomotiva"[613].

Foi então aprovada a constituição de uma "grande comissão central de propaganda para o armamento do pais", presidida pelo almirante Ferreira do Amaral – que presidiria, secretariada por Pereira de Matos, e tendo como vogais Álvaro de Lacerda[614], o economista e publicista Manuel Emídio da Silva, o major Alfredo Sá Cardoso, o Capitão Vitorino Pereira Garcia e os Capitães-tenentes Leote do Rego e Santos Fradique.

De acordo com o regulamento aprovado por aquela comissão, deveria constituir-se um órgão semelhante no Porto, ao qual caberiam as iniciativas a realizar a norte do Mondego. Para dar andamento ao programa de propaganda, deveria ainda ser eleita uma comissão executiva de nove membros composta, "sempre que as circumstancias o permitam", por mais civis do que militares.

Os seus propósitos eram ambiciosos e incluiriam a formação de núcleos de propaganda em todo o continente, ilhas e colónias, "interessando […] a imprensa e as pessoas de bom conselho e influencia local, de forma […] que o paiz aceite […] os sacrifícios que para a realização [do] armamento teremos todos que fazer". Os meios a usar queriam-se vastos e variados, interessando os jornais, conferências, fitas cinematográficas e "dramas patrióticos".

---

[612] *Diário de Notícias*, 22 de Outubro de 1912, p. 2, cols. 3-4..
[613] *Boletim Marítimo*, Série X, nº 1 – Janeiro de 1913, pp. 11-12.
[614] Deve tratar-se de Álvaro de Lacerda que viria a ser ministro da Agricultura durante seis dias, em Janeiro de1920, no curto governo de Domingos Leite Pereira.

Segundo a já referida edição do *Diário de Notícias* de 22 de Outubro, usaram a palavra representantes do Grupo Pro-Pátria[615], Câmara Municipal de Lisboa, Centro Colonial[616], Liga de Oficiais de Marinha[617], Associação Comercial de Lisboa e União Colonial[618]. A restante imprensa da capital também dedicou atenção à iniciativa, como foram os casos de *O Século* e *A Lucta* do mesmo dia 22.

Na data em que esta reunião teve lugar, já estavam prontos e preparados para distribuição os "elegantes cartazes elucidativos do programma naval aprovado pelo Congresso da República", mandados fazer pela Liga Naval "que assim ensaia um novo meio de propaganda de tão proveitosos resultados n´outros paízes". Os cartazes destinavam-se a serem afixados em locais públicos, bem como em hotéis, restaurantes, estações de caminho de ferro e casas de espectáculos[619].

Em Novembro do mesmo ano de 1912, a imprensa de Lisboa noticiou a realização de conferências sobre a defesa nacional. Só no dia 20 daquele mês, foram noticiadas palestras na Associação Comercial de Lisboa, Associação Comercial de Víveres a Retalho e Associação dos Médicos. Anunciavam-se ainda, para os dias seguintes, novas sessões públicas no Centro Republicano de Belém, Imprensa Nacional, Centro Latino Coelho e Centro Escolar Republicano dr. Magalhães Lima[620].

A edição de 29 de Novembro do *Diário de Notícias*, divulgou a realização de outras conferências sobre o "momentoso assunto", na Comissão Municipal Republicana, Associação Industrial, Associação do Registo Civil, Centro Miguel Bombarda e Centro Castelo Branco Saraiva.

O plano naval aprovado pelo Congresso da República, claramente apoiado nas propostas feitas em 1909 pelo comandante João Coutinho, penúltimo ministro da Marinha da Monarquia, acabou por se mostrar irrealizável, naufragando – sem possibilidade de

---

[615] Deve tratar-se da Associação Pró-Pátria - Grupo de propaganda de Educação Cívica, fundada em Outubro de 1910, de inscrição maçónica. Pereira Cacho, que falou na reunião em nome da Associação, comprometeu-se em interessar na propaganda os quinhentos núcleos que teria na província.
[616] O Centro Colonial de Lisboa foi fundado em 28 de Março de 1899, por iniciativa de um grupo de agricultores, proprietários, negociantes e industriais da África Ocidental. Ver *Boletim do Centro Colonial de Lisboa (Associação de classe)*, Ano I, nº 1, Lisboa, 15 de Abril de 1909.
[617] Deve tratar-se da Liga de Oficiais da Marinha Mercante, fundada em 19 de Abril de 1909.
[618] A União Colonial Portuguesa foi fundada em 1911 por António José Pires Avelanoso, depois director do Arquivo Colonial.
[619] *Boletim Marítimo*, Série X, nº 1 – Janeiro de 1913, p. 12.
[620] *Diário de Notícias*, 21 de Novembro de 1912, p. 4.

salvamento – nas medidas de saneamento financeiro assumidas pelo governo de Afonso Costa e, logo a seguir, pelo início da Grande Guerra.

4.3 Do "facalhão das economias do sr. Affonso Costa" à primeira Outubrada

Vida financeira da Liga Naval

A regularidade da vida financeira da Liga Naval, contava com as quotizações dos associados, mas dependia principalmente de um subsídio concedido pelo Estado. Nos primórdios da sua vida associativa, através de um decreto de 12 de Junho de 1901, a Liga passou a ver entrar anualmente nos seus cofres, um terço do valor apurado com um imposto já existente mas então elevado para 12 reis por quilograma, que incidia sobre todo "o bacalhau fresco, em salmoura ou simplesmente salgado, pescado por navios portugueses com tripulação completamente portuguesa" entrado em portos portugueses a bordo de navio nacionais.

Esta receita foi arrecadada "com mais ou menos facilidade"[621] até 1908, quando, em Setembro, o governo alterou a contribuição pública para o orçamento da Liga, que passou a ser fixa, com o valor anual de 5 contos de reis[622]. O restante, até que se completasse o terço do imposto, seria depositado na Caixa Geral de Depósitos, à ordem do governo, consignado à futura construção de um Museu Nacional de Marinha[623].

Quando, em 1909, foi aberta ao público a Secção Oceanográfica do Museu Nacional de Marinha, o ministério da Marinha atribuiu 4 contos de réis anuais para a sua guarda e conservação[624]. Apesar deste compromisso, a Liga não recebeu um único real durante o ano económico de 1910-1911 ainda que, curiosamente, os mapas relativos aos valores cobrados pela Alfândega de Lisboa, tivessem registado a cobrança de 21.118$880 reis, relativo ao terço do imposto sobre o bacalhau pescado por navios portugueses.

Em 24 de Outubro de 1911, o comandante Vicente Almeida d´Eça, então vice-presidente do Conselho Geral, expôs a situação financeira da Liga ao ministro da Marinha, João Duarte de Meneses. O ofício alegava que, depois do progressivo emagrecimento da

---

621 "Ofício da Liga Naval ao Ministro da Marinha e do Ultramar, 24 de Outubro de 1911", *Boletim Marítimo*, Série X, nº 2, Fevereiro de 1913, pp. 16-17.
622 Lei orçamental, Carta de lei de 9 de Setembro de 1908, artº 78ª, § 1º.
623 Um edifício com este fim nunca chegou a ser construído. Em 1908-1909, a Liga recebeu 4 contos de réis para o Museu, valor que utilizou para transferir e manter, nos primeiros tempos, a colecção oceanográfica de D. Carlos, que o rei D. Manuel II confiou em 1909 à Liga.
624 *Boletim Marítimo*, Série X, nº 6 – Junho de 1913, p. 3.

contribuição do tesouro para o orçamento da Liga Naval, a associação encontrava-se próximo de se ver constrangida à dissolução, "entregando a quem de direito a secção oceanográfica do museu". O vice-presidente da Liga esperava que o ministro da Marinha persuadisse o seu colega das Finanças para que o Estado voltasse a apoiar a sua actividade[625]. Ainda que não tenha sido encontrada prova documental do facto, tudo indica que o subsídio fixo de 5 contos de reis instituído em 1908 ainda tenha sido mantido em 1911 e 1912.

No entanto a situação piorou em Março de 1913, a partir da publicação da lei-travão – na realidade, um conjunto de leis integradas nas medidas saneadoras das finanças públicas tomadas por Afonso Costa, presidente do ministério e titular das Finanças do 5º governo da República. Esta legislação, proibiu as câmaras do parlamento de aprovarem qualquer medida que aumentasse a despesa ou diminuísse a receita[626]. Em finais de Maio, durante o subsequente debate do orçamento para o ano económico 1913-1914, o chefe do governo anunciou a supressão do subsídio à Liga Naval[627], através de uma norma que revogava as leis de 1901, 1902 e 1908, que tinham, até então, regulado a sua atribuição.

Na sessão da Câmara dos Deputados de 4 de Junho de 1913, ainda se discutia o orçamento, João de Meneses, com o apoio de alguns outros parlamentares, fez a defesa da Liga e da manutenção do subsídio. No entanto, Afonso Costa mostrou-se irredutível:

> "o estado não póde conceder subsídios a associações particulares, porque precisa realizar as maiores economias […] devemos animar essa instituição [a Liga] não por subsídios de dinheiro mas de outras iniciativas […] Estou certo que os sócios da Liga Naval continuarão a auxiliar essa benemérita associação […] e que a Liga Naval há-de trabalhar para fazer alguma cousa em benefício do paiz"[628].

A questão chegou a ser debatida no Senado, pela voz do Capitão-de-mar-e-guerra José Arantes Pedroso, um monárquico convertido à República[629], eleito pelo Partido Democrático que, em 6 de Junho, defendeu que o subsídio de Estado continuasse a ser atribuído à Liga Naval[630].

---

[625] *Boletim Marítimo*, Série X, nº 2 – Fevereiro de 1913, pp. 16-17.
[626] Lei de 15 de Março de 1913.
[627] *Diário da Câmara dos Deputados*, 30 de Maio de 1913, pp. 47, 49.
[628] *Diário da Câmara dos Deputados*, 4 de Junho 1913, pp. 16-18.
[629] A. H. Oliveira Marques (Coordenador), Paulo Guinote, Pedro Teixeira Mesquita e João José Alves Dias, *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Lisboa, Assembleia da República/ Edições Afrontamento, 2000, pp. 337-338.
[630] *Apêndice ao Diário das Sessões do Senado*, Sessão nº 121, 6 de Junho de 1913, pp. 18-19.

Vingou, no entanto, a vontade do chefe do governo e ministro das Finanças, e a supressão do estipêndio público deixou a Liga Naval entregue às quotizações dos seus associados, como receita de natureza mais permanente. O monárquico *O Dia*, de 17 de Julho de 1913, inseriu um pequeno comentário sobre o assunto:

> "Agora demitiu-se o conselho geral da Liga Naval, benemérita instituição, cujo subsidio ficou cortado pelo facalhão das economias do sr. Affonso Costa. Presidente desse conselho era o sr. Deputado João de Meneses. Nem assim escapou […] Nem á Liga Naval, nem á Sociedade de Geographia valeu adesivarem. Consultem uma e outra as listas dos seus sócios […] e hão-de ver também quanto ganharam na submissão com que puzeram á sua frente […] estes famigerados vultos do regímen[631]. Que diferença no tempo e nos homens!"

Derrotado na questão, João de Meneses apresentou a demissão do seu cargo de delegado do governo, através de uma carta que, em 10 de Junho de 1913, dirigiu ao Conselho Geral[632]. Três semanas mais tarde, na reunião de 3 de Julho, alvitrou ainda que o Conselho Geral se demitisse em bloco "como protesto pela imerecida injustiça"[633], proposta que foi unanimemente aceite no plenário seguinte, realizado em 15 de Julho. João de Meneses foi então proclamado sócio honorário da Liga Naval, com "o testemunho da [sua] imperecível gratidão".

A Liga Naval Portuguesa tinha, em 1913, cerca de 200 sócios[634], bem longe dos 6.200 que reclamava fazerem parte do seu rol apenas três anos antes. Menos quotas, subsídio reduzido a zero, houve que apertar despesas, despedir alguns empregados, reduzir os vencimentos dos restantes e contar com a boa vontade do senhorio para a redução da renda da sede, dois andares no palácio Palmela, no Largo do Calhariz, que ocupava desde 1909.

Perante a demissão do dr. João de Meneses e mediante decisão tomada na reunião de 19 de Julho[635], António Pereira de Matos, "fundador e alma da Liga", assumiu a presidência do Conselho Geral. O secretário-perpétuo ainda invocou razões de saúde e a sua breve partida para "águas", mas acabou por aceitar. De seguida, o Conselho deliberou reactivar a actividade da Liga, com a regularidade possível nas novas circunstâncias: reconstituiu-se

---

[631] No caso da Sociedade de Geografia, o jornal de João Moreira de Almeida referia-se a Anselmo Braancamp Freire, que dirigiu os destinos da associação entre 1913 e 1921.
[632] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 6. Acta de 10 de Junho de 1913
[633] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 6, Acta de 3 de Julho de 1913.
[634] *Boletim Marítimo*, Série X, nº 6, Junho de 1913, p. 3.
[635] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 6, Acta de 19 de Julho de 1913.

o Conselho, fizeram-se planos para admitir uns ambiciosos 800 sócios novos, reformulou-se o orçamento, preparou-se a reforma dos estatutos, planearam-se conferências, retomaram-se alguns cursos, bem como a acção de representação dos interesses marítimos, voltando a reclamar, junto do governo, a solução do problema da navegação com bandeira portuguesa para o Brasil. Resolveu ainda o órgão máximo da Liga, recomeçar a propaganda da Marinha de Guerra "para popularizar a marinha e divulgar o conhecimento dos princípios capitaes da escola de "sea-power""[636].

No entanto, o Conselho Geral apenas voltaria a reunir em Abril de 1914, depois da publicação dos novos Estatutos, que eliminaram a presença de vogais nomeados pelo governo, em vigor desde 1906: uma crise os tinha trazido, uma crise os levava agora.

O orçamento da Liga Naval para 1915[637] previa, nas rubricas mais significativas do capítulo das receitas, 1.620$00 provenientes da quota de uma "media de 300 socios", mais 960$00 dos sócios do Museu Oceanográfico. Ainda neste domínio, deveriam receber 432$00 do Centro Nacional de Esgrima e 300$00 de "jogos e bilhar". As despesas, por seu lado, ascendiam a cerca de 3.500$00, nas quais avultava a renda da casa - 1.200$00 depois de a Casa Palmela ter acedido a uma redução importante, e o pessoal – do conservador do Museu, aos contínuos, mordomo e moços.

A "Outubrada de 1913" e a prisão do secretário-perpétuo da Liga Naval

A substituição da Monarquia pela República provocou algumas alterações imediatas na hierarquia da Armada, com o afastamento voluntário, ou imposto por razões políticas, de cerca de seis dezenas de oficiais[638]. A par destas demissões e passagens à reforma, foram promovidos uma dezena de outros oficiais, premiando a sua participação na revolução republicana e nas anteriores actividades conspirativas[639].

A República procurou cativar os militares através de medidas reformadoras, que começaram pela Marinha, com a nomeação, logo em 25 Outubro de 1910, da já referida "grande comissão" para estudar as necessidades em novos meios navais. Seguiu-se o Exército, com a publicação, em 25 de Maio de 1911, de um decreto para a sua

[636] *Boletim Marítimo*, Série X, nº 7 – Julho de 1913, pp. 1-6.
[637] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/B – Maço 1, Liga Naval Portuguesa – orçamento geral para 1915.
[638] A Marinha tinha cerca de 700 oficiais e 5.000 sargentos e praças. Ver A. H. de Oliveira Marques, "As Forças Armadas e a Guerra", *Nova História de Portugal*, Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Volume XI – *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 461-463.
[639] Para nomes e circunstâncias, ver João Freire, *A Marinha e o poder político […]*, pp. 23-30.

reorganização. Importa, no entanto, que se diga que nem a Marinha foi dotada com os navios novos que, na sequência dos trabalhos da referida comissão, foram aprovados pelo Congresso em 26 de Julho de 1912, nem a reestruturação do Exército atingiu os objectivos definidos.

As medidas tomadas pela jovem República não evitaram a participação de elementos da Armada nos levantamentos militares e nas incursões a partir de Espanha, realizados com o propósito de restaurar o regime deposto. Mas é preciso notar que a participação da Marinha nestas acções foi limitada, qualificada por João Freire como "de alheamento" ou "participação secundária"[640].

Numa daquelas intentonas envolveu-se o secretário-perpétuo da Liga Naval Portuguesa. António Pereira de Matos, monárquico que não se converteu ao novo regime, permaneceu nas fileiras e em Abril de 1911 pediu para se retirar do activo, através da passagem a licença registada e, em Julho, à licença ilimitada[641]. Ainda que a sua nova situação não o subtraísse à sujeição aos códigos e regulamentos militares, a saída do serviço activo ter-lhe-á dado margem de acção para o envolvimento em acções de oposição à República.

O Primeiro-tenente António Pereira de Matos, secretário-perpétuo da Liga Naval Portuguesa e, desde Julho de 1913, presidente provisório do seu Conselho Geral, não se envolveu nas incursões monárquicas de Outubro de 1911 e Julho de 1912. Não estaria na sua natureza o envolvimento em aventuras militares e admitimos que ainda esperava que a Liga tivesse condições para atravessar, incólume, os primeiros embates da República e as primeiras manifestações contra-revolucionárias. Essas expectativas, se existiram, decerto que se foram dissipando ao longo de 1913, com a chegada ao poder de Afonso Costa, em 9 de Janeiro, chefiando o primeiro governo de natureza partidária.

Já ia adiantado um ano fértil em incidentes insurreccionais quando, em 20 de Outubro daquele ano, foi lançada mais uma rebelião monárquica na qual, finalmente, esteve envolvido o secretário-perpétuo da Liga Naval. A acção revolucionária foi chefiada pelo Capitão-de-fragata João de Azevedo Coutinho, penúltimo ministro da Marinha e do Ultramar da Monarquia, reformado compulsivamente pela República[642]. Foi levada a cabo

---

[640] João Freire, *A Marinha e o poder político (...)*, pp. 46-49.
[641] Arquivo Histórico da Marinha, *Livros-Mestres de Oficiais*, "António Pereira de Matos", Livros .D-folha 56, E-folha 122, F-folha 192, H-folha 120, J-folha29.
[642] Foi reintegrado e promovido a Vice-almirante pelo Estado Novo, em 1942

por uma mistura de militares, polícias e civis, mas fracassou em antecipação, já que a conspiração estava infiltrada por um espião que se tinha introduzido nos meios realistas. A acção inicial coube aos polícias da esquadra do Caminho Novo (actual rua das Francesinhas), que invadiram o museu da Revolução, no Quelhas, destruindo todo o seu espólio. Mas, por outro lado, não chegou a ser realizado o assalto ao Quartel de Marinheiros, em Alcântara, que devia ser chefiado pelo comandante João Coutinho, que acabou por se acolher num navio inglês, no Tejo, "sem sequer se aproximar do centro da conjura". O malogrado chefe da conjura acabou, no entanto, premiado pelo rei exilado, com a designação como seu lugar-tenente[643].

O Primeiro-tenente António Pereira de Matos, entretanto envolvido na criação da União Patriótica, movimento político a que adiante faremos referência, pertencia à rede dos revoltosos, desorganizada e frágil. Ainda que não se conheça o papel exacto que nela preenchia, é certo que foi mandado apresentar na Majoria-General da Armada e colocado sob prisão no Hospital da Marinha, para averiguações e "tratamento médico".

Em 22 de Fevereiro de 1914 teve alta do hospital, por já não precisar de "tratamento" nem de detenção, pois tinha-lhe tido aplicado o decreto de amnistia publicado nesse mesmo dia[644]. Este perdão abrangeu, entre outras situações, todos quantos tinham sido julgados e condenados, ou ainda não julgados por crimes políticos. Previa, no entanto, a medida de expulsão do País de "chefes, dirigentes e instigadores", entre os quais se contou o Capitão-de-fragata João de Azevedo Coutinho.

Em liberdade, Pereira de Matos retomou a situação de licença ilimitada e a presidência provisória da Liga Naval. Desempenhou estas funções até à eleição, em 6 de Abril de 1915, de Gonçalo Pereira da Silva de Sousa e Menezes, 3º conde de Bertiandos, monárquico e militante católico, que fora companheiro de percurso de Jacinto Cândido da Silva no Partido Nacionalista. Foi o presidente do Conselho Geral com o mandato mais longo, funções que apenas cessou na sua morte, em 29 de Junho de 1929.

---

[643] Miguel Dias dos Santos, *A Contra-Revolução na República 1901-1919*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 173.
[644] Lei nº 114, de 22 de Fevereiro de 1914.

4.4 O regresso ao "Voto 128": a União Patriótica e a Liga Nacional

A União Patriótica, primeira tentativa de criação de um movimento político

A conjuntura que acabamos de descrever em muito breve síntese, decerto contribuiu para a revisão dos estatutos da Liga Naval, aprovada pelo governo em Março de 1914[645], que deixaram de contemplar a nomeação governamental de metade dos vogais do Conselho Geral, pondo fim à natureza semi-oficial de que a associação gozava desde 1906.

Passaram então a integrar o órgão máximo da Liga dois vogais por cada um dos Conselhos Regionais, devendo um destes ser o respectivo presidente. O presidente do Conselho Geral, seria depois eleito numa Assembleia Geral, por aqueles vogais, com a condição de ser residente em Lisboa.

A Liga Naval Portuguesa ficou assim entregue a si própria, livre de assumir projectos de cariz político, caros aos seus dirigentes, que claramente os perseguiam desde 1908.

Como já referimos, a revolução de 5 de Outubro impôs um golpe severo nas ambições que os organizadores do Congresso Nacional realizado em Maio de 1910 tinham deixado expressas no último dos seus "votos finais", que se referia à institucionalização da iniciativa: "[…] o Congresso resolve manter, com caracter permanente, a sua organização inicial".

Sob impulso do enérgico Pereira de Matos, o "voto 128" reapareceu sob a forma da intenção de criar "uma associação destinada a continuar os trabalhos do Congresso Nacional de 1910"[646].

Depois de "*démarches* varias" efectuadas em "fins de 1912", realizou-se na sede da Liga Naval Portuguesa, em 12 de Janeiro de 1913, uma reunião presidida pelo doutor Costa Lobo[647], secretariada por António Pereira de Matos e Fernando Emídio da Silva[648]. A lista das restantes presenças não é conhecida, ainda que se admita que, pelo menos, terão

---

[645] Decreto nº 366, de 17 de Março de 1914.

[646] *Liga Nacional – Trabalhos realizados para a sua fundação*, Lisboa, Tipografia A Editora, 1915, que a par do número único do seu *Boletim Oficial*, publicado em 1916 e das actas do Conselho Geral da Liga Naval, seguimos como fonte principal nesta passagem do estudo.

[647] Francisco Miranda da Costa Lobo (1864-1945) era doutor em Matemática e professor em Coimbra. Oficial do Exército, foi pioneiro da astrofísica em Portugal. Presidiu ao Conselho Regional de Lisboa da Liga Naval entre 1928 e 1933. Foi deputado entre 1905 e 1910 e, mais tarde, durante o Sidonismo. Foi membro da Causa Monárquica a partir da sua organização em 1914, e presidente da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira no período 1931-1935.

[648] Fernando Emídio da Silva (1886-1972) foi professor da Faculdade Direito de Lisboa, de que foi director entre 1950 e 1956. Foi administrador de empresas e do Banco de Portugal. Foi procurador à Câmara Corporativa em todas as legislaturas até 1972, excepto na IIª (1938-1942).

também participado António Lino Neto[649] e Ruy Ferro Mayer[650], já que ambos foram designados para a comissão encarregada de dar andamento à criação da "União Patriótica", a associação que estava em preparação.

A nova organização que, à exacta semelhança da Liga Naval, seria dirigida por um Conselho Geral e dilataria a sua acção através de juntas locais, tinha como principais objectivos promover a restauração da unidade moral da Nação "combatendo todas as causas que teem separado em campos adversos a família portuguesa", e contribuir para "a grande obra de reconstrução nacional".

Como método de trabalho adoptou a divisão em secções, retomando a estrutura de repartição pelos "grandes problemas nacionais" que tinha sido adoptada no Congresso de 1910. Como associados poderiam juntar-se-lhe "todos os portugueses, n´um completo alheamento da politica sectária".

A divisa da União Patriótica foi apresentada por António Pereira de Matos no discurso que fez no dia 19 de Fevereiro de 1913, durante a segunda reunião preparatória da criação da nova associação:

> "Termina fazendo votos por que todos os partidos políticos resolvam o problema nacional […] n´estes votos, consubstancia todas as aspirações que a União Patriótica condensou no seu lemma divino – Acima de tudo – a Patria!"[651].

Ainda no mesmo encontro, Pereira de Matos discorreu sobre a sua visão para o novo movimento político, que entrava em ruptura com os propósitos de convergência que, no plano dos princípios publicamente declarados, tinham estado na base do Congresso Nacional:

> "A Revolução de 5 de Outubro lançou por terra o que ainda restava do passado. E agora, que a demolição é completa, urge iniciar, com methodo e perseverança, uma grande obra de reconstrução nacional […] Tal é obra a realizar, em que aos elementos conservadores cabe um papel preponderante"[652].

---

[649] António Lino Neto (1873-1961), jurista e desde 1911 professor na Escola Politécnica de Lisboa, depois de concurso em que Afonso Costa foi um dos adversários. Tinha sido membro do Partido Progressista e era militante e dirigente católico.
[650] Rui Ferro Mayer (1888-1959) foi engenheiro agrónomo e professor da Escola Politécnica de Lisboa e do Instituto Superior de Agronomia.
[651] *Liga Nacional – Trabalhos realizados para a sua fundação […]*, p. 25.
[652] *Ibid.*, pp. 16-25.

O ideário e o plano de acção da União Patriótica ficavam assim marcados por um carácter nacionalista conservador, centrados na oposição à luta partidária, considerada desagregadora da sociedade.

Naquela reunião foi também designada a comissão encarregada de dirigir a União Patriótica que, entre outros, contava com António Lino Neto, António Maria de Oliveira Belo, Francisco da Costa Lobo, Fernando Emídio da Silva, o major João Sinel de Cordes, e os oficiais da Armada José Francisco da Silva e Policarpo de Azevedo.

Ainda que tenha anunciado "numerosas adesões á nascente instituição", a União Patriótica teve vida curta. Os seus dirigentes atribuíram o seu fim prematuro a "falsos intuitos políticos", queixando-se de uma "violentíssima campanha" na imprensa, circunstâncias que teriam impedido a aprovação dos seus estatutos[653]. No entanto este incidente não provocou o abandono dos projectos políticos da Liga Naval.

O breve consulado de Pimenta de Castro e a Liga Naval

Um decreto de 17 de Março de 1914 promoveu, como já acima aludimos, alterações nos estatutos da Liga Naval. Duas dessas modificações teriam impacto significativo no futuro da associação[654]:

- a que tornava possível considerar "como associações filiadas […] aquelas cujos sócios sejam sócios contribuintes da Liga Naval", podendo estas associações "estabelecer-se na [sua] sede";
- a que eliminou os vogais do Conselho Geral nomeados pelo governo, colocando um ponto final numa relação tutelar que tinha sido estabelecida na revisão dos estatutos de 1906.

A segunda destas alterações provocou a necessidade de reconstituir o órgão máximo da Liga, assunto de que se ocupou a sua reunião de 3 de Abril de 1914[655]. Não tendo sido apresentada uma proposta para a presidência, o lugar ficou vago, uma situação que se prolongou por cerca de um ano, sendo o Vice-almirante Almeida d´Eça eleito vice-presidente. O vazio permaneceu até 6 de Abril de 1915 quando, em pleno consulado de Pimenta de Castro, foi eleito para o lugar o 3º conde Bertiandos.

---

[653] *Ibid.*, pp. 27-28.
[654] Decreto nº 366, de 17 de Março de 1914.
[655] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 3 de Abril de 1914.

Na mesma ocasião foram também preenchidos os lugares de vogais, entre os quais se contaram nomes sempre fiéis ao projecto cívico e político da Liga Naval: os oficiais da Armada Hipácio de Brion, Guilherme Ivens Ferraz, Jaime Forjaz de Serpa Pimentel, António Jervis Ferreira Pinto Basto, Policarpo de Azevedo e José Francisco da Silva; o oficial da Marinha Mercante João Carlos Leone, o arqueólogo José Maria Cordeiro de Sousa e o armador das pescas António Gomes Neto.

Apesar de em 1913 ter sido definitivamente despojada do subsídio que recebia desde o início da sua existência, bem como da protecção governamental que lhe era dada pela sua anterior natureza semioficiosa, e abalada pelos desenvolvimentos políticos que naquele ano e no seguinte lhe foram adversos, a Liga Naval procurou em 1914 retomar algumas das suas actividades tradicionais: pugnar junto do governo pelo problema das ligações marítimas para o Brasil com navios de bandeira portuguesa; proceder à "reabertura do Museu da Liga"[656]; traçar planos para o reaparecimento do *Boletim Marítimo*[657] e para a realização de debates sobre a conflagração europeia e o problema social.

Foi então concebida uma série de oito conferências sobre o problema social, destinado a "justificar um plano de protecção ás populações marítimas"[658]:

Tabela 8 – Conferências da Liga Naval sobre o problema social planeadas para 1914

Ordem	Conferencista	Título	Notas[659]
1ª e 2ª	Anselmo Vieira	O espírito revolucionário do século XX e a grande obra de pacificação social	Realizadas em Abril de 1914
3ª	Francisco Miranda da Costa Lobo	A obra social do Estado	Realizada em Abril ou Junho de 1914
4ª	D. Luís de Castro[660]	A obra social do Estado	Não se realizou
5ª	Fernando Emídio da Silva	A obra social dos municípios	Não se realizou
6ª	Pedro Muralha	A obra da iniciativa particular, no campo da reformas sociais	Não se realizou
7ª	José Fernando de Sousa	A obra social da Igreja	Realizada em Abril ou Junho de 1914

656 O Museu Nacional de Marinha, criado em 1909.
657 A sua publicação tinha sido suspensa em Julho de 1913 e, desde então, não voltou a ver a luz do dia.
658 A. Pereira de Matos, *Palestras Sociais*, Porto, Tipografia Pereira, 1916, p. 84
659 A. Pereira de Matos, *Palestras Sociais* […], pp. 319-325.
660 Luís Filipe de Castro, 3º conde de Nova Goa (1868-1928), foi professor de Agronomia, tinha sido ministro na Monarquia nos breves governos de Campos Henriques e do General Sousa Teles. Colaborou com Manuel Brito Camacho, quando este foi ministro do Fomento no 1º Governo Provisório da República.

Ordem	Conferencista	Título	Notas[659]
8ª	António Pereira de Matos	O problema das reformas sociais, nas suas relações com a população sea-working	Não se realizou

Das oito conferências, previstas para decorrerem entre Abril e Junho, apenas três tiveram lugar, não se tende encontrado referências às causas de tal razia. De facto, do catálogo das boas intenções anunciadas no retomar da actividade da Liga Naval, apenas uma pequena parte foi concretizada no restante do ano de 1914, até porque o começo da guerra, em Agosto, veio alterar tudo de novo.

A Liga teve de esperar por melhores dias, que surgiram com o governo de Pimenta de Castro que, com as suas posições de abertura à actividade dos monárquicos e da Igreja, criou, como já referimos, um ambiente favorável a uma nova tentativa de recuperação do "voto 128" do Congresso Nacional de 1910, gorada a anterior em 1913, com a União Patriótica.

A conjuntura de 1915 era muito diferente da de Maio de 1910, quando existiam ambições de ser possível alcançar uma plataforma de "convergência", que então juntou alguns monárquicos, republicanos e socialistas, católicos e maçons no Congresso Nacional[661]. Desde então, o regime político tinha sido alterado, o campo republicano tinha-se fraccionado e alguns monárquicos tinham orientado uma parcela dos seus esforços para a restauração pela força do regime deposto em 1910.

Agora, durante o consulado governativo do General Pimenta de Castro, quando monárquicos e católicos beneficiavam de circunstâncias que lhes permitiam reaver a liberdade de acção perdida, os dirigentes da Liga Naval procuraram, uma vez mais, recuperar o "voto 128" para o domínio da acção política. No entanto, o caminho era, em princípios de 1915, bem mais estreito do que em 1910, a conjuntura era mais crispada do que em 1913 e grande parte dos republicanos e socialistas já não surgiam no limitado rol de hipotéticos parceiros da Liga Naval Portuguesa.

Em Maio de 1915, com toda a probabilidade na primeira quinzena do mês, a Liga Naval acolheu na sua sede um série de conferências sobre Nuno Álvares Pereira, promovidas pela Juventude Católica de Lisboa. Foram palestrantes, o cónego José Pereira

[661] Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos [...]*, pp.94-102.

dos Reis, Domingos Pinto Coelho, António Lino Neto, Alberto Pinheiro Torres, António Sardinha e Álvaro Zuzarte de Mendonça[662].

As conferências, inscritas no movimento de renascimento do culto de Nun´Álvares, foram activamente apoiadas pela Liga, como nos faz saber a acta da reunião de 27 de Abril de 1915 do seu Conselho Regional de Lisboa. Jaime Forjaz de Serpa Pimentel, o seu presidente, referiu então

> "que tendo pensado em realizar uma serie de conferencias sobre Nun´Alvares e sabendo que a Juventude Catholica de Lisboa vae muito brevemente iniciar o seu programma de propaganda do Santo Condestavel […] alvitrou que que se puzesse á disposição daquela organização o salão nobre da Liga Naval] para n´elle se realizar a elevada e patriótica iniciativa".

A proposta foi acolhida com a unanimidade dos membros do Conselho. Este episódio pôs, uma vez mais em relevo, a orientação política dos órgãos directivos da Liga Naval, desta vez no contexto do que Ernesto Castro Leal designou a

> "convergência dos católicos com os monárquicos em torno do cultualismo cívico a Nun'Álvares, nestes primórdios da I República [que] revestiu um claro sentido de resistência político-religiosa à prática vigente de republicanização laicista do Estado e da sociedade"[663].

"A politica da Patria" na Liga Naval - do "parágrafo onze" à Liga Nacional

No dia 5 de Março de 1915 reuniu o Conselho Geral da Liga Naval, dirigido pelo Capitão-de-mar-e-guerra Hipacio de Brion, uma vez que a presidência estava vaga desde há cerca de um ano. A reunião foi longa e o assunto mais importante foi deixado para o seu final, pela voz do Primeiro-tenente Pereira de Matos. Dirigindo-se ao Conselho "em termos de grande elevação patriótica", referiu-se ao que considerava ser a crise gravíssima que o País atravessava, que punha em risco a sobrevivência das colónias e a "própria existencia nacional". Para ultrapassar a situação, o secretário-perpétuo apresentou

> "um plano para o estabelecimento [de uma] organização permanente, funcionando dentro da Liga Naval, sob a designação de Comité Nacional, explicando como elle cabe dentro do paragrapho onze do artigo segundo dos Estatutos"[664].

---

[662] Ernesto Castro Leal, "Símbolo e Mito nos séc. XIX e XX", *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, Tomo XII, 2000, p. 169.
[663] Id., *ibid.*, p. 146.
[664] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa, de 5 de Março de 1915, Caixa 1317/A – Maço 6.

O artigo 2º - "Natureza e fins da Liga Naval Portuguesa", dos estatutos reformulados em 1914, definia no seu "parágrafo onze", que a Liga devia

> "Estudar o problema marítimo nas suas relações com todos os outros problemas nacionais, empenhando-se junto do pais e dos poderes públicos pela realização pratica das soluções que melhor possam convir ao seu desenvolvimento".

A invocação desta disposição estatutária para dar cobertura à criação de uma organização de cariz político, surgiu assim como um arranjo de ocasião que, afinal nem era novo, já que se procurava recuperar a via seguida em 1910, ainda na Monarquia. Perante o Conselho, sugerindo a existência de anteriores acções preparatórias de que não se encontrou documentação, o secretário-perpétuo expôs "as suas ideias sobre a continuação dos trabalhos do Congresso Nacional de mil novecentos e dez, resultado de uma iniciativa da Liga Naval".

Protestou ainda "contra o boato, de que se fez echo um jornal da noite, de que a Liga havia tomado uma orientação monarchica", afirmando que ali se nunca "se tinha feito "politica sectária". Antes pelo contrário, registou a acta, a política que ali se praticava era "do engrandecimento nacional, a politica da Patria!".

Era necessário, afirmou Pereira de Matos, dar continuidade ao voto cento e vinte e oito do Congresso Nacional, "que foi redigido por Consiglieri Pedroso, de saudosa memoria, com o fim de manter uma organização permanente [para] contribuir para a salvação do Paiz".

Nessa reunião, Pereira de Matos recebeu plenos poderes do Conselho Geral da Liga Naval para pôr em prática o seu "patriótico plano". Estava assim lançada a nova iniciativa para converter em programa e numa base de acção política, as ideias – ou algumas delas, saídas do Congresso Nacional de 1910. A paternidade era assumida sem ambiguidade, pois a nova organização permanente funcionaria "dentro da Liga Naval, sob a designação de Comité Nacional"[665].

A reunião de 5 de Março de 1915 foi seguida de outros encontros preparatórios, que se terão desenrolado de forma autónoma do Conselho Geral da Liga Naval, pois não foi feita qualquer referência à nova organização no seu Livro de Actas. Na verdade, com excepção da curta acta de 6 de Abril, relativa à eleição do conde de Bertiandos para a

[665] *Liga Nacional – Trabalhos realizados para a sua fundação […]*, pp. 34-35.

presidência, só voltou a existir registo de uma reunião formal do órgão máximo da Liga, em Dezembro do mesmo ano de 1915.

A matriz do Comité Nacional reproduzia a do Congresso Nacional de 1910, repartindo por trinta "secções de estudo" os sete grandes problemas nacionais então identificados: demográfico, económico, colonial, financeiro, jurídico, defesa nacional e educativo. Estas secções, enumeradas na tabela seguinte, ficariam entregues a personalidades cuja "alta competencia" não fosse colocada em dúvida.

Tabela 9 – Comité Nacional – Secções de estudo (1915)

Problema	Secções	Título
Demográfico	1ª	Revigoramento da raça
	2ª	Barateamento do custo de vida e Habitações operárias
	3ª	Instituições de previdência social
	4ª	Seguros sociais e Aposentações operárias
	5ª	Assistência
Económico	6ª	Agricultura
	7ª	Indústria e Minas
	8ª	Comércio, Tratados e Pautas
	9ª	Estradas, Caminhos de ferro, Correios e Telégrafos
	10ª	Hidráulica e Navegação interior
	11ª	Pescarias
	12ª	Marinha mercante
Colonial	13ª	Colonização e Fomento colonial
	14ª	Administração colonial
Financeiro	15ª	Finanças
Jurídico	16ª	Reforma constitucional
	17ª	Reforma administrativa
	18ª	Código Civil
	19ª	Código Penal
	20ª	Código Comercial
	21ª	Reforma Judiciária
	22ª	Separação das Igrejas do Estado
Defesa Nacional	23ª	Relações exteriores
	24ª	Exército
	25ª	Marinha de Guerra
Educativo	26ª	Educação física
	27ª	Instrução primária
	28ª	Ensino técnico, industrial e agrícola
	29ª	Ensino médio e secundário
	30ª	Instrução especial e universitária

A passagem à prática das decisões do Comité e o "exercício da sua acção directa junto da sociedade portugueza", caberia a uma comissão composta por "enérgicos e ilustrados

elementos da nova geração", dirigida em "união dos seus trabalhos com os da Liga Naval", pelo secretário-perpétuo António Pereira de Matos.

A "muito concorrida" reunião realizada em 12 de Março de 1915, revelou que a preparação para a organização do Comité Nacional já se encontrava num estado avançado, quer quanto à sua formulação ideológica, quer no que se referia às personalidades que iriam incorporar as secções de estudo.

De acordo com a intervenção inicial de Pereira de Matos naquela segunda reunião preparatória, era necessário constituir uma elite para dar continuidade à obra "patriótica" do Congresso Nacional, indo "buscar ao isolamento a que se votaram […] os *representative men* da sociedade portuguesa".

Usaram depois da palavra figuras ligadas ao monarquismo e aos movimentos católicos, entre as quais José Lobo d´Ávila Lima[666], José Fernando de Sousa/ Nemo, Lourenço Caiola[667], João Perestrelo de Vasconcelos[668] e os também sócios da Liga Naval comandantes Hipácio de Brion e Hugo de Lacerda Castelo Branco – que tinha sido companheiro de Jacinto Cândido no Partido Nacionalista (1903-1910).

"Em nome dos novos", falou António de Monforte[669], que defendeu a necessidade de definir um "ideal nacional, assente sobre a continuidade da tradição histórica". Na mesma ordem de ideias, usaram a palavra Hipólito Raposo e Alberto de Monsaraz, que ofereceu

> "á mesma iniciativa [a do Comité Nacional] a valiosíssima colaboração dos elementos que se agrupam em torno da revista *Nação Portuguesa*[670], […] na consciência segura e certa de que ella há de conduzir-nos a uma verdadeira renascença portuguesa"[671].

Para dar corpo ao seu propósito, Monsaraz apresentou então "o schema de uma serie de conferencias sobre a questão ibérica […] aprovado por unanimidade, n´uma exaltação

---

[666] José Caetano Lobo de Ávila da Silva (1885-1956) doutor em Direito e professor na Universidade de Coimbra, lugar de que foi exonerado em 1913, sob acusação de participar nas conspirações monárquicas. Maçon desde 1911, foi eleito deputado em 1918 nas listas monárquicas.
[667] Lourenço Caldeira da Gama Caiola (1863-1935), foi oficial do Exército e jornalista. Deputado na Monarquia, afastou-se da política partidária com a República, a que regressou no Estado Novo, filiando-se na União Nacional.
[668] Capitão de engenharia. Monárquico e católico, sócio da Liga Naval.
[669] Pseudónimo literário de António José de Sousa Sardinha (1887-1925), membro de primeira hora do grupo que fundou o Integralismo Lusitano.
[670] *Nação Portugueza – Órgão do "Integralismo Lusitano" – Revista de philosophia, litteratura e arte, sociologia, educação, instrucção e actualidades*, publicou onze números na sua 1ª série, entre 1914 e 1916. Foi dirigida neste período por Alberto de Monsaraz.
[671] *Liga Nacional – Trabalhos realizados para a sua fundação […]*, pp. 38-39.

de vibrante patriotismo". Estas conferências, que ficariam conhecidas como "da Liga Naval", foram assim anunciadas por nomes notórios do nóvel movimento do Integralismo Lusitano no decurso dos passos iniciais da organização do Comité Nacional, o que parece demonstrar que a Liga Naval se encontrou na sua génese. As mesmas circunstâncias também ilustram uma certa proximidade entre a Liga e o Integralismo, ambos preocupados em intervir na vida política em oposição ao republicanismo.

O relato da reunião de 12 de Março de 1915 deu também destaque a um artigo de propaganda do Comité Nacional, preparado pela Liga Naval para ser publicado no dia 13 no jornal católico e monárquico do Porto *A Liberdade*, no qual se colocava o imperativo de uma "regeneração nacional":

> "Para continuar os trabalhos do Congresso Nacional de 1910, vae instalar-se uma organização permanente, inspirada na doutrina do seu voto nº 128, que tomará o nome de *Comité Nacional* […] A Liga Naval, com a autoridade dos homens que a constituem […] poz assim á consciência publica o *problema portuguez*. O momento é grave; estão em jogo os mais sagrados interesses da Patria, que é preciso salvar […] é urgente um *movimento consciente de regeneração nacional*. É d´elle que a Liga Naval toma a iniciativa"[672]

Na semana seguinte foi feita uma relação das adesões ao Comité, da qual salientamos os nomes de Aires de Ornelas, Augusto Camossa Saldanha, Egas Moniz, Carneiro Pacheco, José Soares Cunha e Costa[673], Fidelino Figueiredo[674], Francisco Miranda da Costa Lobo e dos oficiais da Marinha José Francisco da Silva , António Pinto Basto e Policarpo de Azevedo. Ornelas, Saldanha, Lobo e os oficiais da Marinha nomeados, eram sócios da Liga Naval. Como traço de união entre estas personalidades, identificamos a pertença à área de pensamento conservador, monárquico e católico.

O "critério conservador"

Os organizadores do Comité Nacional juntaram-se de novo em 26 de Março de 1915 e, sob proposta de António Pereira de Matos, definiram o "critério conservador", uma

[672] *Ibid.*, pp. 40-43.
[673] José Soares da Cunha e Costa (1868-1928), advogado e jornalista, aderiu à Maçonaria na Monarquia. Tornou-se monárquico com a República, sendo adversário da sua política em geral e religiosa em particular. Seria, anos mais tarde, colaborador de Sidónio Pais.
[674] Fidelino de Sousa Figueiredo (1886-1967), professor, historiador, crítico literário e político, foi deputado na legislatura de 1918-1919. Com o Comandante Filomeno da Câmara, participou em 12 de Agosto de 1927 na tentativa de golpe militar que ficou conhecido como a "revolta dos Fifis".

enumeração dos princípios aos quais se deveriam subordinar os trabalhos da nova associação:

> "defesa do princípio aristocrático do governo pelos mais aptos; da moral cristã […] da harmónica concorrência [de] propriedade, capital e trabalho, da continuidade da tradição nacional, consubstanciada na ideia da Patria, e, portanto, do militarismo, da expansão colonial e marítima, e, portanto, do imperialismo, baseado no poder marítimo"[675].

Para além desta delimitação, o autor do "critério" defendeu a sua natureza liberal e declarou desejos de que envolvesse movimentos políticos e sociais diversos, afirmando "que, abraçando as reformas sociaes postas em vigor nos países mais avançados, pode abranger até o socialismo moderado e o syndicalismo reformista".

Pereira de Matos remetia, deste modo, para o modelo de convergência proposto na organização do malogrado Congresso Nacional de 1910 que, no entanto, tinha acabado por ser recebido com reservas – e mesmo rejeitado – por largos sectores do pensamento político republicano. Ainda que no quadro abrangente que afirmou ambicionar, a convergência delineada debaixo do grande princípio "conservador" tinha limites. O secretário-perpétuo da Liga Naval e impulsionador da criação do Comité Nacional, foi incisivo quanto a uma certa demarcação de fronteiras, ao afirmar que "é preciso não baralhar os defensores da sociedade actual, com os elementos que lhe são hostis", vincando, numa linguagem que não lhe era comum, que "Fartos de personalismos, intrigas e habilidades saloias estamos nós".

A divulgação dos princípios que ficaram agrupados debaixo de designação de "critério conservador" foi objecto da atenção da imprensa. O fundo de *A Capital* de 1 de Abril referiu-se à questão, merecendo uma resposta de António Pereira de Matos numa carta que foi depois transcrita "com amáveis referencias aos trabalhos do *Comité*", pelos jornais *Nação*, *Jornal do Comércio* e *Liberdade*, todos do Porto. O objecto da carta foi, sobretudo, fazer a defesa da educação religiosa, abolida pela República, bem como rejeitar que existisse um qualquer abismo entre os princípios definidos pelo "critério" e a sociedade do seu tempo[676].

Como escreveu Ernesto Castro Leal, chamando a atenção para a importância da formulação do critério conservador que presidia à criação do Comité Nacional e, pouco

---

[675] *Liga Nacional – Trabalhos realizados para a sua fundação […]* , pp. 49-50.
[676] *Ibid.*, pp. 53-55.

depois, da Liga Nacional: "Firmam-se, deste modo, os tópicos essenciais da matriz sincrética nacionalista: governo de técnicos, moral cristã, corporativismo, patriotismo, império colonial"[677].

A reunião de 26 de Março de 1915 terá sido a mais fecunda de quantas se realizaram, no limitado prazo de cerca de dois meses, para concretizar a ideia de criação de uma nova plataforma política, a Liga Nacional.

A Liga Nacional: uma "sociedade nova" sobre "o chaos revolucionário"

O primeiro ponto da ordem da noite do Conselho Geral da Liga Naval de 29 de Março de 1915, foi a escolha de um novo presidente, cargo que se encontrava vago desde 3 de Abril de 1914. Foi então eleito por unanimidade o conde de Bertiandos, da "Academia das Sciencias de Lisboa", que ficou acompanhado na vice-presidência pelo conselheiro Aires de Ornelas e Vasconcelos, "antigo ministro da marinha e ultramar"[678].

Gonçalo José Pereira da Silva de Sousa e Meneses (1851-1929), 3º conde de Bertiandos, bacharel em Direito, deputado às cortes entre 1875 e 1878, tinha sucedido neste último ano a seu pai como Par do Reino, a cuja Câmara presidiu por um curto período, entre 1909 e 1910. Depois de romper com o Partido Regenerador, Gonçalo Meneses foi, com Jacinto Cândido da Silva e o conde de Samodães, um dos fundadores do Partido Nacionalista[679] (1903-1910). Proprietário senhorial em Ponte de Lima, tinha presidido à Real Associação Central de Agricultura Portuguesa e fora sócio correspondente da Academia Real das Ciências, também durante a Monarquia.

Um recorte de *O Dia*[680], com data que não foi possível referenciar, mas que é possível situar entre 5 de Março e 6 de Abril, noticiou a eleição, fazendo o elogio do novo presidente da Liga:

> "monarchico de sempre, o conde de Bertiandos ficou sempre fiel n´esta adversidade aos seus ideais políticos, como ás suas crenças religiosas […] A Liga Naval tem á sua frente um portuguez de velha raça".

Com a eleição de um monárquico impenitente para a presidência do seu Conselho Geral, a Liga Naval, como outras instituições, aproveitou a oportunidade que lhe foi

---

677 Ernesto Castro Leal, "A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)", *Análise Social*, Vol. XXXIII (148), 1998 (4º), p.830.
678 *Ibid.*
679 António de P. de M. dos Reis, *Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima 1530-1980. Homenagem ao conde de Bertiandos*, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, Braga, pp. 7-10.
680 Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/B – Maço 1 (Recortes).

oferecida pelo General Pimenta de Castro, que deu voz a grupos proscritos pelos governos anteriores. Existiam agora condições para que a Liga Naval, mais uma vez através de António Pereira de Matos, reforçasse os seus esforços para dar corpo ao voto 128 do Congresso Nacional de 1910, naturalmente com a sua própria interpretação.

A decisão de constituir a Liga Nacional, culminando os trabalhos antes desenvolvidos em nome do Comité Nacional, foi tomada na mesma reunião de 29 de Março do Conselho Geral da Liga, que conhecemos através de uma peça da edição do *Diário de Notícias* do dia seguinte, mais tarde reproduzida na detalhada sinopse publicada sobre os trabalhos de constituição da nova associação. Depois da eleição do novo presidente do Conselho Geral, foi a vez de António Pereira de Matos anunciar a sua intenção de propor a criação da Liga Nacional "como associação filiada [na Liga Naval]", recebendo a confiança dos seus pares "para proceder pela forma que tiver por melhor para servir os interesses do Paiz"[681].

Os organizadores do Comité Nacional voltaram a reunir no dia 2 de Abril de 1915, sob a presidência de José Fernando de Sousa/ Nemo, para tomarem nota de novas inscrições nas secções de estudos, bem como para renovarem o voto de confiança em Pereira de Matos, para organizar a comissão executiva da nova formação política.

De entre os novos aderentes relevamos os nomes de sócios já antigos da Liga Naval, como o republicano Capitão-de-fragata engenheiro hidrógrafo Augusto Neuparth, engenheiro hidrógrafo[682]), os Capitães-de-mar-e-guerra Eduardo Pinto Basto (na altura, director da Empresa Nacional de Navegação), Jaime Forjaz de Serpa Pimentel (antigo governador do Congo), o Capitão-de-fragata José Francisco da Silva (lente da Escola Naval) e o Primeiro-tenente Augusto Carlos Saldanha, mais um monárquico resistente à República.

Seguiram-se novas reuniões, em 8 de Abril com a presidência de Carlos Roma do Bocage, e em 16 de Abril com a de Francisco Miranda da Costa Lobo. Foi nesta reunião que surgiu, pela primeira vez, uma 31ª secção de estudos: designada "Cultura histórica", que contou, naquele dia, com as adesões dos integralistas António Sardinha e Alberto Monsaraz, bem como de Afonso de Dornelas, oficial do Exército e arqueólogo.

No dia 21 de Abril de 1915, três semanas depois de anunciada, foi eleita a Comissão Executiva dos trabalhos preparatórios da criação da Liga Nacional. António Pereira de

[681] *Liga Nacional – Trabalhos realizados para a sua fundação […]*, p. 57.
[682] O então Capitão-de-mar-e-guerra Augusto Eduardo Neuparth (1859-1925) foi republicano e maçon, tendo ocupado a pasta da Marinha em 1914 no governo de Bernardino Machado.

Matos foi designado para a presidência e João Perestrelo de Vasconcelos para a vice-presidência. Como vogais, encontramos personalidades como os integralistas António Sardinha, Alfredo Pimenta e Xavier Cordeiro, Rui Ulrich, e os monárquicos Álvaro Ferreira Roquette e Fernando Cortês Pizarro de Sampaio e Melo[683]. Destes, Vasconcelos, Sardinha, Roquete e Sampaio e Melo estão documentados como sócios da Liga Naval.

De acordo com o relato de Pereira de Matos, na síntese dos trabalhos preparatórios da criação da Liga Nacional, as adesões corriam a um ritmo muito significativo. Na reunião em que foi designado para presidir à Comissão Executiva daqueles trabalhos, fez saber aos presentes que as secções de estudo já integravam 250 nomes, "dos mais cotados do nosso meio intelectual" e que, atendendo à "convenção de filiação na Liga Naval", os trabalhos de Liga Nacional se iniciariam com cerca de mil sócios[684].

Deste modo se confundiam as duas associações, ficando clara uma simbiose que os dirigentes da Liga Naval Portuguesa desejavam manter com a Liga Nacional: esta integrando a primeira, cujos fins estavam agora orientados para o pensamento e a intervenção política, ambicionando o "ressurgimento nacional", muito mais do que para os objectivos iniciais de promover o "ressurgimento marítimo" de Portugal.

Em 23 de Abril de 1915, em nova reunião da Comissão Executiva, animada por múltiplos oradores[685], foram anunciadas cerca de quatro dezenas de novas adesões às secções de estudos, valendo a pena sublinhar algumas das que se referiam à 32ª secção, que iria ocupar-se da "Cultura esthetica", lista em que encontramos representantes de várias correntes: Ramalho Ortigão, José de Figueiredo, António Arroio, Columbano Bordalo Pinheiro, Carlos Reis, Constantino Fernandes, Raul Lino e Luís de Freitas Branco.

Na mesma reunião foi finalmente deliberada a constituição da Liga Nacional. António Pereira de Matos, na qualidade de presidente da Comissão Executiva que preparara o momento, voltou a sintetizar a sua visão sobre as referências que a iniciativa deveria adoptar:

---

683 *Liga Nacional – Trabalhos realizados para a sua fundação […]*, p.67.
684 *Ibid.*, p. 67.
685 Entre os quais o monárquico Tomás de Vilhena e os integralistas João Ulrich, António Sardinha, Hipólito Raposo e Pequito Rebelo, Afonso de Dornellas, Tenente-coronel Seabra de Lacerda e Constâncio da Costa Roque (conspirador da Outubrada de 1913).

- "A inspiração de um critério conservador" para uma "solução nacional, completa, harmónica e perfeita", definida por uma "elite, em que reúnam as mais altas capacidades do paiz;
- a primazia das reformas sociais, nos trabalhos a iniciar;
- a organização de uma "sociedade nova", sobre o "chaos revolucionário", a "necessidade de reunir todos os elementos da intelectualidade conservadora"[686].

Pereira de Matos ainda propôs que fosse dado o nome de "União Patriótica" à associação política que vinha sendo preparada, recuperando a curta e malograda experiência que tinha lançado em 1913. A sugestão foi rejeitada pelos circunstantes, alegando que sobre ela se tinham levantado suspeições, naturalmente infundadas.

A Liga Nacional ficaria dirigida por uma Junta Nacional, substituta do Comité, cuja eleição viria a acontecer apenas em 2 de Julho, numa conjuntura política muito mais desfavorável do que aquela em que foi criada.

Entretanto, os organizadores da Liga Nacional reuniram-se com frequência até 10 de Maio de 1915, quando se juntaram para ultimar a discussão dos estatutos[687]. A Liga declarou que os seus fins seriam "Trabalhar pela unidade moral da Nação, combatendo todas as causas que possam separar em campos adversos a família portuguesa" e "Promover o engrandecimento nacional".

A estrutura e modo de funcionamento da nova associação assentava largamente no modelo da Liga Naval Portuguesa, sua reconhecida progenitora. A sua direcção superior ficaria entregue a uma Junta Nacional, constituída pelos presidentes eleitos das secções de estudo e pelo presidente da Comissão Executiva que, por sua vez, ficava encarregue do expediente e outros serviços necessários ao funcionamento da associação, tarefas entre as quais avultava a animação da actividade das Juntas Locais.

A exemplo da Liga Naval, os estatutos da Liga Nacional prescreviam a edição de um *Boletim Oficial*, do qual se conhece um único número, publicado em Junho de 1916[688].

A ligação entre as duas associações seria consagrada através de "uma convenção de filiação [da Liga Nacional] com a Liga Naval Portuguesa, sua fundadora", acrescentando

---

[686] *Liga Nacional – Trabalhos realizados para a sua fundação […]*, pp. 70-71.
[687] *Ibid.*, pp. 95-121.
[688] *Liga Nacional - Boletim Oficial publicado pela Comissão Executiva*, Série 1 – nº 1, Tipografia A Editora, Junho de 1916.

a súmula mais tarde publicada que "a filiação da Liga Nacional na Liga Naval [dispensaria] a aplicação do critério conservador, cuja aceitação está implicitamente contida na iniciativa que a segunda tomou para organizar a primeira"[689].

A divisa adoptada para Liga Nacional, foi a mesma da malograda União Patriótica - "Acima de tudo a Pátria", e o seu distintivo "a antiga bandeira branca dos galeões da India, com o escudo das armas nacionais sobre a Cruz de Cristo".

"Uma nova e brilhante iniciativa": um malogrado projecto de participação feminina

Numa data que é possível situar entre os finais de Abril e os primeiros dias de Maio de 1915, "tendo algumas senhoras, da nossa melhor sociedade, manifestado o desejo de colaborar na obra eminentemente patriótica que a Liga Nacional se propõe levar a efeito", foi elaborado o projecto de estatutos de uma União Patriótica das Mulheres Portuguesas.

Esta associação feminina tinha fins assistenciais, através dos quais, escrevia-se no projecto dos seus estatutos, se visava "promover, por todos os meios ao seu alcance, uma obra consciente de regeneração nacional". Os seus fins seriam alcançados através de

> "uma obra de propaganda […] exaltando a função moral da nossa existência […] uma obra de protecção ás raparigas […] assistência á maternidade e á primeira infância […] de protecção ás creanças [e] de assistência aos indigentes e enfermos"[690].

A sua organização e regimento seriam idênticos aos da Liga Nacional que, recordemos, eram como que decalcados dos da Liga Naval. As suas ambições eram de conceber uma associação "em moldes muito superiores aos da Union des Femmes de France"[691]. No entanto, um olhar mais próximo revela que se tratava de organizações com fins distintos: enquanto a União Patriótica das Mulheres Portuguesas perseguiria fins assistenciais, a associação francesa, criada em 1881, dedicava-se ao apoio aos feridos de guerra e ao seu repatriamento.

Em 1916 seria criada em Portugal, a partir do sector mais aristocrático da sociedade, uma associação com propósitos próximos dos da "Union des Femmes", a Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra. Hostilizada pela facção mais radical do republicanismo,

---

[689] *Liga Nacional – Trabalhos realizados para a sua fundação […]*, pp. 93-121.
[690] *Ibid.*, pp. 87-92.
[691] https://data.bnf.fr/12191634/union_des_femmes_de_france/ (Consultado em 19 de Dezembro de 2018).

esta iniciativa teve uma existência discreta até princípios de 1917. Neste ano surgiu a Cruzada das Mulheres Portuguesas que, presidida por Elzira Dantas, republicana e feminista, mulher do presidente da República Bernardino Machado e tendo Ana de Castro Osório como secretária da comissão de propaganda, iria ter os favores do governo[692].

Ao contrário da Liga Nacional, que teve existência, ainda que efémera, a União Patriótica das Mulheres Portuguesas, por ela anunciada como "uma nova e brilhante iniciativa", nunca passou do papel.

A oportunidade perdida pela Liga Nacional pode, no entanto, ser considerada como precursora da constituição, em 1918, de uma Comissão Central de Damas na Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira. Espalhada por delegações regionais, esta comissão estava focada nas "virtudes morais do Condestável", destinando-se a promover "em íntima ligação com as comunidades católicas paroquiais e diocesanas […] festejos, récitas, verbenas ou solenidades religiosas"[693], propósitos que não é difícil considerar como semelhantes aos que estavam planeados para a malograda União Patriótica das Mulheres Portuguesas.

A Junta da Liga Nacional

Herdeira do "modelo de convergência" adoptado no Congresso Nacional de 1910, ultrapassada a experiência fracassada da União Patriótica em 1913, a decisão de criar a Liga Nacional foi tomada em 23 de Abril de 1915, quando vigorava o consulado de Pimenta de Castro. A partir de então, os seus criadores esperavam que a nova associação pudesse iniciar a sua actividade regular. Na verdade tal não veio a acontecer, já que a revolução que pôs fim à "afrontosa ditadura" também forçou a suspensão de mais este projecto político da Liga Naval.

Até essa interrupção, tinha sido possível constituir quase integralmente a Junta Nacional que iria dirigir a nova Liga. Restando eleger o presidente e os dois secretários, ficou conhecida a quase totalidade dos membros do seu órgão directivo, composto, como já referimos, pelos presidentes das secções de estudo e pelo presidente da Comissão

---

[692] Lúcia de Brito Moura, "Assistência das Portuguesas às Vítimas de Guerra", Maria Fernanda Rollo (Coordenação Geral), *Dicionário de História do republicanismo*, 3 volumes, Volume I – A-E, Lisboa, Assembleia da República, 2013, pp. 225-230. A Cruzada das Mulheres Portuguesas foi, por sua vez, herdeira da Comissão Feminina "Pela Pátria" que, fundada em 1914, tinha os mesmos propósitos de assistência às vítimas da guerra. Ver Isabel Lousada, "Pela Pátria: A Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916-1938)", *100 anos do Regime Republicano : políticas, rupturas e continuidades: actas* do XIX Colóquio de História Militar. Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2011, pp. 667-688.
[693] Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos […]*, p. 302.

Executiva, o sempre presente António Pereira de Matos, então Capitão-tenente na situação de licença ilimitada.

A longa lista dos membros das secções de estudo[694] permite-nos identificar, como referiu Ernesto Castro Leal[695] a matriz do "compromisso político estabelecido na Liga entre 1915 e 1918", tecida por representantes do pensamento católico como Jacinto Cândido da Silva e o conde de Bertiandos (antigo e actual presidentes do Conselho Geral da Liga Naval); membros da Causa Monárquica como José Fernando de Sousa, Aires de Ornelas e Francisco da Costa Lobo; do campo republicano, através de personalidades que eram filiados ou afectos ao Partido Republicano Evolucionista, como Egas Moniz e Caeiro da Mata, ou à União Republicana, como Jacinto Nunes e Fidelino de Figueiredo; e, finalmente, do movimento do Integralismo Lusitano, como António Sardinha, Hipólito Raposo, Xavier Cordeiro, Rui Ulrich e o então Capitão Vasco de Carvalho.

A demonstrar a profunda intimidade entre a Liga Naval Portuguesa e a Liga Nacional, a sua transmutação política, encontramos ainda os nomes de oficiais da Marinha profundamente envolvidos nas actividades da Liga Naval, como os Capitães-de-mar-e-guerra Pinto Basto, Vicente Almeida d´Eça, Policarpo de Azevedo, José Francisco da Silva, os Capitães-de-fragata Macedo e Couto e Pedro de Azevedo Coutinho (futuro presidente do Conselho Geral), os Capitães-tenentes Fontoura da Costa e, como já referimos, António Pereira de Matos, que tinha presidido a todo o processo constitutivo da nova associação política.

Acompanhando Pereira de Matos na Comissão Executiva, estavam o professor de Comércio Anselmo Vieira, o engenheiro João Perestrelo, António Sardinha, o engenheiro Teles da Silva, o dr. Bravo Falcão e, como vogais, os integralistas Alfredo Pimenta, Rui Ulrich, Xavier Cordeiro, e os monárquicos constitucionalistas Álvaro Ferreira Roquete, Fernando de Sampaio e Melo e Manuel Teles de Vasconcelos.

A Junta Nacional ficou presidida pelo conde de Bertiandos, também presidente da Liga Naval Portuguesa, tendo como vice-presidentes Anselmo de Andrade, Domingos Pinto Coelho e Guilherme Alves Moreira. Entre os vogais, podemos encontrar Ernesto Diesel Schroeter, Egas Moniz, Rui Ulrich, Alfredo da Silva, Fernando de Sousa, José Francisco da Silva, António Pinto Basto, Policarpo José de Azevedo, Aires de Ornelas e

[694] *Liga Nacional – Trabalhos realizados para a sua fundação […]*, pp. 125-150.
[695] Ernesto Castro Leal, "A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo […], p. 829.

Vasconcelos, António Cabral, Jacinto Cândido da Silva, Francisco Costa Lobo, José Soares da Cunha e Costa e António Pereira de Matos. Todos eles, personalidades que tinham participado na vida da Liga Naval[696].

As Conferências da Liga Naval - a voz do Integralismo Lusitano no palácio Calhariz

Em Outubro de 1915, no prefácio não assinado do volume que deu à estampa os textos das "Conferências da Liga Naval", um dos seus promotores explicou a escolha do tema:

> "Os desvarios da República de Portugal alentam de novo a questão ibérica […] Espanha […] no princípio deste ano renovou mais claramente do que nunca as suas aspirações fusionistas […] Deante da campanha iberista, intensa e demorada, que fizeram os nossos políticos que para aí andam numa cabra céga trágica? […] Que fizeram os professores, os economistas, os militares de galões largos, os colonialistas os … patriotas?"[697].

Segundo o jornal monárquico *O Dia*, a iniciativa constituía uma resposta à publicação do livro do deputado espanhol José del Nido y Segalerva, que questionava a autonomia política de Portugal no contexto peninsular[698] retomando, aliás, debates que vinham do século anterior. O assunto teve significativa repercussão em toda a imprensa. A *Ilustração Portuguesa* também se referiu à polémica[699], transcrevendo a seguinte passagem da obra de José del Nido:

> "Admitimos na península um Portugal que se governe a si próprio; não admitimos um Portugal em que domine a Inglaterra. Se Portugal tem de ser governado, - então, que o seja pela Hespanha".

Propostas por António Sardinha na reunião preparatória da criação da Liga Nacional realizada em 12 de Março, organizadas em íntima colaboração com a Liga Naval Portuguesa, iniciou-se em 7 de Abril de 1915 no salão nobre da sede de ambas as associações, a série de conferências designadas "A Questão Ibérica", promovidas pelo

---

696 *Liga Nacional - Boletim Oficial […],* Contra-capa.
697 António Sardinha, Hipólito Raposo, Luís de Freitas Branco e outros, *A questão ibérica*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1916.
698 *O Dia*, 13 de Março de 1915 *apud* Bruno Navarro, *Governo de Pimenta de Castro. Um general no labirinto político da I República*, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2011, p. 17. Tratava-se do livro *La Unión Ibérica: estudio crítico, histórico de este problema, formado con cuanto acerca de él han escrito los historiadores, así portugueses como españoles, y los defensores de ella*, Madrid: Tipografías de Prudencio P. de Velasco, 1914.
699 *Ilustração Portuguesa*, 5 de Abril de 1915, nº 476, p. 417.

grupo inicial dos integralistas, no que seria o seu "primeiro grande momento de exposição pública"[700].

O calendário inicialmente pensado para as conferências, era o seguinte:

Tabela 10 – "Conferências da Liga Naval" – 1915

Conferencista	Título	Data
António Sardinha	O Território e a Raça	7 de Abril
Vasco de Carvalho	Aspectos Político-Militares	14 de Abril
Hipólito Raposo	A Língua e a Arte	21 de Abril
Luís de Freitas Branco	Música e Instrumentos	5 de Maio
José Pequito Rebelo	Aspectos Económicos	Não se realizaram
Rui Enes Ulrich	Colonizações Ibéricas	
Xavier Cordeiro	Direito e Instituições	
Luís da Almeida Braga	Lição dos Factos	
Alberto Monsaraz	Democracia Peninsular[701]	

O propósito central dos seus organizadores, quase todos colaboradores da revista *Nação Portuguesa* e membros da Junta Central do novo movimento, era, como escreveria anos depois Leão Ramos Ascensão, opor-se às correntes integradoras, ou mesmo mais singelamente federadoras que se manifestavam, de um e outro lado da fronteira que separava os dois países ibéricos, ao mesmo tempo que faziam depender da questão do regime o sucesso daquela posição:

> "as razões da nossa autonomia política, da independência da Pátria identificada com a Monarquia, da dualidade peninsular, enfim justificada super-abundantemente pela lição da História e ainda imposta por diferenças étnicas e geográficas, tudo convergindo para demonstrar que Portugal constituía uma individualidade nacional característica, definida e inconfundível"[702]

A série pensada para as referidas conferências foi abruptamente interrompida pela revolução de 14 de Maio de 1915, cujos propósitos eram inteiramente contrários aos de António Sardinha e seus companheiros. No dia 15 de Maio a sede da Liga Naval foi

[700] José Manuel Quintas, *Filhos de Ramires. As Origens dos Integralismo Lusitano*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2004, p. 218.
[701] "Por motivos estranhos à vontade de todos", a conferência "não pôde ser incluída no presente volume", lê-se numa nota de rodapé da introdução não-assinada a *A Questão Ibérica […]*.
[702] Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano*, Lisboa, Edições Gama, 1943, pp. 25.

assaltada por um dos grupos de civis e militares que realizaram acções semelhantes na cidade de Lisboa, em igrejas, jornais e centros monárquicos, demonstrando com violência onde residia o novo poder.

No entanto, mesmo antes da revolução que depôs Pimenta de Castro, a Liga sofreu consequências daquele seu envolvimento com os integralistas. É exemplo disso o ofício dirigido ao presidente do Conselho Regional de Lisboa pelo comandante do Regimento de Infantaria 16, Coronel Gomes da Costa, que afirma que, tendo oficiais daquela unidade assistido à conferência do Capitão Vasco de Carvalho, uma vez que tinha tido um "caracter acentuadamente politico […] de futuro nenhum oficial deste regimento assistirá, como delegado oficial, a conferencias análogas"[703].

A interrupção prematura das Conferências da Liga Naval foi atribuída pelos seus organizadores aos "desvarios da República", acusando o regime de simpatias pelo iberismo:

> "Ninguem ignora que desde a vinda do humanitarismo revolucionário e romântico, todo o apóstolo da panaceia democrática se julgava com direito de chamar o seu país independente á união ou á federação ibérica"[704].

4.5 O tempo da Guerra

4.5.1 A Grande Guerra e a política interna portuguesa

A eclosão da guerra, em Julho de 1914, dominou a cena continental e agravou as preocupações portuguesas com as suas colónias, que vinham sendo declaradamente tratadas como mercadoria de troca entre a Inglaterra e a Alemanha, como se comprovara pelas convenções que ambos os poderes tinham rubricado em 1898 e 1913[705].

Apesar do consenso quanto à questão colonial não impediu que existisse falta de uniformidade no seio do executivo de Bernardino Machado (Fevereiro e Dezembro de 1914) relativamente à guerra, um dos factores que contribuiu para o desgaste, dando lugar a uma sucessão de acções de agitação na rua, greves e motins, a que se somou uma nova intentona monárquica, em 20 de Outubro. Desencadeada em Mafra e Bragança, a nova

---

[703] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Regional de Lisboa da Liga Naval Portuguesa de 27 de Abril de 1915, Caixa 1317/A – Maço 6.
[704] *A Questão Ibérica […]*, Introdução.
[705] Para uma síntese desta questão, ver Luís Alves de Fraga, "A Alemanha e as colónias portuguesas", Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coordenação), *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*, Lisboa, Verso da História, 2010, pp. 14-16. Para desenvolvimento, ver José de Almada, *Convenções anglo-alemãs relativas às colónias portuguesas*, Lisboa, Edições do Estado Maior do Exército, 1946.

acção insurreccional ficou conhecida como a "revolta da água-pé" ou a "segunda outubrada". Desta vez, António Pereira de Matos não se envolveu na aventura.

As eleições para renovar a Câmara dos Deputados e metade do Senado, constitucionalmente convocadas para 1 de Novembro de 1914, foram suspensas em 19 de Setembro, com o argumento de "que ainda persistem os motivos de ordem internacional que aconselharam aos partidos republicanos a patriótica suspensão das questões políticas internas"[706]. Fazia-se assim apelo a uma acalmia nos conflitos partidários e a uma plataforma de entendimento entre as facções políticas, com exclusão dos monárquicos, naturais, impenitentes e activos opositores da República.

Para além de dar lugar a que se passasse a governar sem eleições, o desencadear da guerra aprofundou a clivagem entre "guerristas" e "antiguerristas". Os adversários da beligerância abrangiam quase todos os monárquicos, parte dos republicanos, dos socialistas, dos católicos e dos sindicalistas. De acordo com Ernesto Castro Leal:

> "são a ampla maioria política e social em Portugal […] ao contrário do que acontece na Europa, os "antiguerristas" em Portugal são no essencial conservadores, moderados e favoráveis à Grã-Bretanha"[707].

O governo de Bernardino Machado acabou por cair em 12 de Dezembro de 1914 e foi substituído por um ministério chefiado pelo Capitão-tenente Vítor Hugo de Azevedo Coutinho. Antes de recorrer ao oficial da Armada, o presidente Manuel de Arriaga já tinha feito convites, sem resultados, a Anselmo Braancamp Freire (que tinha sido presidente da Assembleia Nacional Constituinte), Sebastião de Magalhães Lima (antigo vice-presidente da Liga Naval, grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido) e ao Capitão-de-mar-e-guerra António Machado Santos (herói da Rotunda, que tinha uma agenda política própria). Para além destes desaires, os principais chefes partidários, Afonso Costa, António José de Almeida e Manuel de Brito Camacho não se mostraram interessados em formar um governo de união[708].

Em última instância, Manuel de Arriaga convidou para formar governo o presidente do Senado, comandante Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, que tomou posse em 12 de Dezembro, à frente de um elenco inteiramente afecto ao Partido Democrático. Vítor Hugo

---

[706] Decreto nº 878, de 19 de Setembro de 1914.
[707] Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas […]*, p. 60.
[708] Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Volume XI, Lisboa, Editorial Verbo, 1989, p.152.

encarregou-se também da pasta da Marinha, ficando Augusto Soares, um guerrista, nos Estrangeiros.

Esta experiência governativa, que ficou conhecida como a dos "miseráveis" em directa alusão ao nome do seu primeiro responsável, e que contou com o exclusivo apoio dos Democratas, foi ruindo mal foi constituída debaixo da pressão dos Unionistas, dos Evolucionistas e de Machado Santos, e ainda do "desastre de Naulila" que, se saldou por 70 mortos e uma derrota portuguesa, num combate travado a 18 de Dezembro, contra os alemães e nativos sublevados no Sul de Angola.

Em princípios de 1915, oficiais do quadro permanente do Exército, opositores da beligerância portuguesa nos termos em que os partidários de Afonso Costa a defendiam, fizeram sentir o seu descontentamento junto de Manuel de Arriaga. A pretexto de se manifestarem contra a mudança de colocação de um oficial, foram a Belém entregar-lhe as espadas, símbolo da sua condição e autoridade militar, numa expressão de confiança e fidelidade ao Presidente da República, mas que sugeria a sua ruptura com o governo.

Manuel de Arriaga, que chegou a ponderar a sua própria demissão, acabou por chamar para formar governo o General Joaquim Pimenta de Castro, seu amigo, que tinha sido ministro da Guerra no II governo da República. O General constituiu um ministério no qual predominavam oficiais do Exército (seis governantes em nove), contando inicialmente com o apoio da União Republicana de Brito Camacho, de Machado Santos e do seu grupo do Centro Reformista e do jornal *O Intransigente*, bem como com a mais relutante concordância de António José de Almeida e dos seus Evolucionistas.

O novo governo tomou posse em 28 de Janeiro de 1915, começando por prometer eleições, que tinham sido suspensas por Bernardino Machado em Setembro do ano anterior. No entanto, logo em Fevereiro o General chefe do governo se apressou a adiá-las para Junho, com protesto dos Democratas de Afonso Costa, cujos deputados e senadores, impedidos de se reunirem em S. Bento, tiveram que ir fazê-lo a S. António do Tojal. Ficou assim declarada uma guerra aberta entre o presidente do ministério e o Partido Democrático, que afirmou então que o governo estava "fora da lei". A imprensa republicana passou a designar o governo de Pimenta de Castro como a "afrontosa ditadura"[709].

[709] "uma imprensa mercenária e desclassificada", assim a qualificou o presidente do ministério, já deposto e exilado, em *O Dictador e a Affontosa Dictadura pelo próprio general Joaquim Pereira Pimenta de Castro*, Weimar, Imp. Wagner G. Humbold, 1915.

Quanto ao conflito europeu, o General não se opôs declaradamente à beligerância, mas deixou de pressionar os aliados para a entrada de Portugal na guerra e mandou desmobilizar as praças das unidades expedicionárias, com excepção das que destinavam a Angola.

Com o governo de Pimenta de Castro, os monárquicos e os católicos adquiriram maior liberdade para se organizarem sem perseguições, na verdade num certo aprofundamento do já vinha acontecendo desde a amnistia de Fevereiro de 1914[710], uma das expressões do desejo de apaziguamento manifestado por Bernardino Machado. A Igreja também recuperou liberdade de acção, com a reabertura de templos e o regresso de sacerdotes à actividade[711].

Este ambiente, como veremos, para além de ter sido favorável aos anti-guerristas, monárquicos e católicos, também foi benéfica à recuperação dos planos de intervenção política dos dirigentes da Liga Naval Portuguesa, que tinham sido forçados a suspendê-los em 1913.

4.5.2 A "segunda proclamação da República" e a Liga Naval

Na manhã de 15 de Maio de 1915, da varanda dos Paços do Concelho de Lisboa, o major Sá Cardoso anunciou a vitória da revolução contra a "afrontosa ditadura" do General Pimenta de Castro. O poder foi exercido durante três dias por uma Junta Constitucional composta pelo engenheiro António Maria da Silva, o Capitão Álvaro de Castro, o Capitão-de-fragata José de Freitas Ribeiro, e pelos Majores José Norton de Matos e Alfredo Sá Cardoso, todos afectos ao Partido Democrático.

O órgão de poder transitório, que ficou conhecido como Junta Revolucionária, apresentou-se ao povo de Lisboa numa réplica cénica da proclamação da República, uma representação simbólica de uma nova vitória do Partido Republicano Português, ainda que este não fosse já a formação de carácter frentista que tinha chegado ao poder em 5 de Outubro de 1910.

A revolução de 14 de Maio de 1915 saiu à rua através de uma componente militar expressiva, de que a Marinha foi a parcela mais activa. A luta entre unidades militares terminou no dia 15 de Maio, mas a agitação prosseguiu com a participação de civis, frequentemente em grupos conjuntos com militares, que assaltaram a Escola de Guerra, o

[710] Lei nº 114, de 23 de Fevereiro de 1914.
[711] António José Telo, *Primeira República I – Do sonho à realidade*, Queluz, Editorial Presença, 2002, p. 316-321.

quartel de Lanceiros, o Governo Civil, o Palácio de Belém[712] e residências, e saquearam centros e jornais monárquicos.

A deposição do General Pimenta de Castro e a recuperação do poder e do domínio do aparelho eleitoral pelo Partido Democrático significou, entre outras questões, o derrube de obstáculos internos à beligerância portuguesa na Grande Guerra, um desígnio de Afonso Costa e seus companheiros de percurso que, todavia, só viria a concretizar-se quase um ano mais tarde.

O processo de criação da Liga Nacional, trazida à luz do dia em Março de 1915, piorou a reputação da Liga Naval junto do novo poder, cuja imprensa depressa procurou denunciá-la, de novo, como um polo de actividades monárquicas713.

O assalto à Liga Naval: onde entram um retrato roubado e (talvez) um fadista corajoso

Do assalto à sede da Liga Naval, que era também a da Liga Nacional, ficou o relato de um roubo, provavelmente simbólico. Encontramos referência ao crime num ofício de 29 de Maio de 1915[714], dirigido pelo Conselho Regional de Lisboa ao ministro do Interior, no qual se pedia a devolução de um quadro

> "do falecido principe D. Luis Filippe de Bragança, pintado pelo grande artista portuguez José Malhôa[715] […] levado d´esta patriótica agremiação, quando do assalto realizado na noite de 15 do corrente, para a redacção do jornal *O Mundo*[716], conforme consta dos jornais de 16 […] e onde julgo encontrar-se".

Seguiam-se os protestos da Liga junto do ministro, relativamente ao interesse em prosseguir a sua missão "alheia a qualquer politica partidária".

O quadro, que representava o príncipe com a farda de Capitão de Lanceiros e tinha ficado inacabado pela sua morte trágica no Terreiro do Paço, estava cedido à Liga desde Novembro de 1909, quando foi dirigido ao ministro das Obras Públicas uma solicitação nesse sentido. O pedido também tinha envolvido um busto em bronze de D. Carlos I, do

---

712 António José Telo (Coordenação), *O Assalto à Escola de Guerra 1915-2014*, Lisboa, Academia Militar, 2015, p. 48

713 Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*,Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa, 5 de Março de 1915.

714 Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Regional de Lisboa da Liga Naval Portuguesa de 29 de Maio de 1915".

715 O quadro, representando o príncipe em uniforme de oficial do Exército, pertence ao inventário do Palácio Nacional da Ajuda e está exposto no Museu José Malhoa, nas Caldas da Rainha.

716 Publicado entre 1900 e 1927, era então dirigido pelo republicano António Vitorino da França Borges. Era o órgão do Partido Democrático.

qual não há notícia de ter sido molestado pelos revolucionários de 14 de Maio e pela "rua", nos dias seguintes.

António Montês, fundador em 1933 do Museu José Malhoa nas Caldas da Rainha e seu primeiro director, relatou, dez anos mais tarde, um episódio relacionado com este quadro. Fê-lo de uma forma curiosa, que temos por romanceada e desfasada no tempo:

> "Quando da implantação da República, o quadro estava exposto na Liga Naval, onde entrou um bando de revolucionários que, de escopeta em punho, se dispôs a retalhar a famosa tela. Inesperadamente, avança uma figura popular, um fadista que abre os braços e se coloca à frente do quadro, como a protege-lo da ameaça, proferindo então as seguintes palavras: - Aqui ninguém toca. É um quadro de Malhoa […] Quem sabe se este fadista, tão ao facto da obra do Mestre, não seria o Amâncio ciumento que posou para *O Fado*".!"[717]

Este Amâncio tinha sido representado n´*O Fado* em 1910, cantando e dedilhando a guitarra sob o olhar embevecido e lânguido da Adelaide "da facada", retratada com um cigarro abandonado na mão esquerda.

Tenha ou não o Amâncio, patriótico rufião e reputado fadista, estado envolvido na protecção do quadro, em 1910 ou em 1915, o certo é que este não tardou a adornar as paredes da redacção d´*O Mundo*, já que terá sido prontamente remetido ao Governo Civil de Lisboa, que "se resolveu entrega-lo á inteligente guarda do Museu de Arte Contemporania, até que se produzisse uma reclamação fundamentada do seu legitimo proprietario"[718].

A sede da Liga Naval e da Liga Nacional não esteve sozinha nestas provações, pois a revolução de 14 de Maio de 1915, cujas vítimas estão estimadas em 200 mortos e um milhar de feridos, deu lugar a um grande número de assaltos levados a cabo por grupos de civis armados, a centros monárquicos, esquadras de polícia, quartéis, governo civil, à Escola de Guerra – tida por "monárquica" e onde houve fuzilamentos de alunos, e à redacção do jornal *O Intransigente*, fundado e dirigido por António Machado Santos[719].

---

[717] António Montês, *Malhoa Íntimo*. Conferência proferida nas Caldas da Rainha, quando do encerramento da Exposição Nacional de José Malhoa, em 30 de Setembro de 1950, Caldas da Rainha, Museu de José Malhoa, 1983, pp. 35-36.
[718] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Regional de Lisboa da Liga Naval Portuguesa de 8 de Julho de 1915.
[719] Rui Ramos, *História de Portugal*, José Mattoso (Direcção), Sexto Volume, *As Guerras da República*, s.l., Círculo de Leitores, 1994, pp. 508-510.

O "Club Tauromachico", popular entre a aristocracia antiga e moderna, também foi alvo da fúria dos referidos grupos, merecendo o lamento e o protesto da Liga Naval, que colocou as suas sedes à disposição da agremiação[720].

O quadro de Malhoa deve ter entretanto regressado aos salões do palácio Calhariz, pois, em 1932, quando a Liga Naval se viu forçada a abandonar a sede ali instalada, foi a sua vez de oficiar ao ministro do Comércio para proceder à "entrega dos quadros que há anos lhe foram cedidos, por empréstimo, pelo extincto Ministério das Obras Publicas".

Janus no palácio Calhariz: as duas faces de uma Liga

Em 13 de Junho de 1915 foram realizadas eleições para o Congresso, que resultaram numa vitória clara do Partido Democrático, com uma robusta maioria de 65%, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado[721]. José de Castro presidiu ao governo até Novembro, sendo então substituído por Afonso Costa, já recuperado do acidente que tinha sofrido em Julho, quando era o candidato natural à chefia do governo.

O Conselho Regional de Lisboa da Liga Naval continuou a reunir com regularidade, ao contrário do que aconteceu com o Conselho Geral, que só em Dezembro de 1915 voltou a juntar os seus membros numa sessão formal. A normalidade de funcionamento do órgão regional deve ser tomada como um sinal das responsabilidades e do protagonismo que estava a procurar assumir na governação da Liga Naval. De facto, poucos meses antes, em Fevereiro daquele ano, o Conselho Geral tinha decidido transferir para o Conselho Regional de Lisboa o valor do seu fundo de reserva financeiro, juntamente com o encargo de, então em diante, se encarregar das despesas com o funcionamento da Liga[722]. O poder estaria então onde estava o dinheiro, ainda que as despesas a pagar continuassem a levar a melhor sobre as receitas, essencialmente arrecadadas com as quotizações dos sócios.

O ponto saliente da ordem da noite da reunião do Conselho Regional de 23 de Junho, foram as recém-realizadas e recém-interrompidas conferências sobre "A Questão Ibérica". A Liga Naval procurou então alijar quaisquer responsabilidades que lhe pudessem ser assacadas no caso. Para o efeito, rejeitou que lhe tivesse cabido a iniciativa de promover as

---

[720] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Regional de Lisboa de 29 de Maio de 1915.

[721] purl.pt/5854/2/documentos/Distribuicao%20partidaria%20dos%20eleitos%20-%20Camara%20dos%20Deputados.pdf
e purl.pt/5854/2/documentos/Distribuicao%20partidaria%20dos%20eleitos%20-%20Senado.pdf
(Consultados em 11 de Novembro de 2018).

[722] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Regional de Lisboa da Liga Naval Portuguesa de 4 de Fevereiro de 1915".

conferências, que alegou ter pertencido à revista *Nação Portuguesa*, alegando que se tinha limitado a ceder a sala aos organizadores. No relato da mesma reunião encontramos uma passagem que vincava a linha de recusa de proximidade entre a Liga e os integralistas:

> "Que se n´essas conferencias, se fizeram, inicialmente, algumas referencias às doutrinas de integralismo lusitano, são ellas da única e exclusiva responsabilidade dos conferentes […] Que n´estas conferencias, ao contrario do que chegou a affirmar-se, não pode ver-se um ataque ás instituições vigentes […] n´estas condições, não póde dizer-se que o integralismo lusitano foi gerado na Liga Naval, que não perfilha as suas teorias".

Não existem elementos que permitam afirmar se se tratou de indignação justificada ou de mero cinismo defensivo. O debate na referida reunião do Conselho Regional de Lisboa não ilumina esta dúvida. As duas faces da Liga Naval, tão nítidas durante o breve mas muito activo governo do general Pimenta de Castro, apareciam agora um pouco desfocadas, mas é seguro afirmar que olhava para o "ressurgimento marítimo" como coisa do passado e para o "ressurgimento nacional" como objectivo futuro, resguardando-se nos seus estatutos, que mandavam que estudasse

> "todos os problemas nacionais, empenhando-se junto dos poderes públicos pela realização pratica das soluções […] E é dentro d´estas atribuições que a Liga Naval tem procedido […] a sua única política, mais uma vez o repete, é a do engrandecimento nacional – a política da Patria!"[723].

Novas crises internas em tempos de incerteza

Nos tempos próximos da revolução de 14 de Maio de 1915, a Liga Nacional, "alter ego" político da Liga Naval, passou por tempos difíceis. Na reunião do Conselho Regional de Lisboa realizada em 29 de Maio, António Sardinha defendeu o uso de prudência, considerando que a Liga Nacional "se deve apagar um pouco […] evitando assim quaes quer dissabores que […] possam advir, em virtude dos últimos acontecimentos políticos"[724].

Na compilação sobre os trabalhos preparatórios da criação da Liga Nacional, António Pereira de Matos confirmou a adopção da posição recomendada por António Sardinha:

---

[723] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Regional de Lisboa da Liga Naval Portuguesa de 23 de Junho de 1915, Intervenção de António Pereira de Matos.

[724] Arquivo Histórico da Marinha, Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Regional de Lisboa da Liga Naval Portuguesa de 29 de Maio de 1915.

> "A revolução de 14 de Maio, determinando uma exaltação em que nem a benemérita Liga Naval Portugueza foi poupada, veio entravar esta acção [criação da Junta Nacional, máximo órgão estatutário da Liga Nacional], aconselhando o seu adiamento para o próximo inverno. É mais uma demora, mas a ella não há que fugir"[725].

A Comissão Executiva da Liga Nacional só voltou a reunir em 4 de Dezembro. Nesse encontro, António Pereira de Matos começou por lembrar a necessidade de insistir no "principio da seleccionação das competências, aplicado á constituição da elite a que devem ser confiados os destinos do Paiz". Intervieram também os monárquicos Anselmo Vieira, João Perestrelo de Vasconcelos, Fernando Pizarro Sampaio e Melo, João Bravo Falcão e os integralistas Xavier Cordeiro e António Sardinha[726].

Como já referimos, só em princípios de 1916 se pôde fazer a publicação integral dos textos das conferências sobre "A Questão Ibérica", assim como o pedido de aprovação dos estatutos da Liga Nacional[727], que teve vinte e um subscritores, numa lista encimada pelo Capitão-tenente Pereira de Matos, na qual avultavam ainda os nomes de João Perestrelo, António de Sande e Castro Barros, Alberto de Monsaraz e Hipólito Raposo[728].

Os estatutos definiram então a Liga Nacional como uma associação "que tem por fim promover, por todos os meios ao seu alcance, o engrandecimento nacional", que seria obtido através da promoção

> "[do] "robustecimento da raça" [de] levantar o caracter nacional, como elemento primário da nossa evolução histórica […] avigorando o culto da tradição nacional [e] estudando todos os problemas nacionaes […] á luz do criterio conservador".

O lema da Liga Nacional – "Acima de tudo – a Pátria", foi recuperado do que, em 1913, tinha sido adoptado para a frustrada União Patriótica, e que também tinha já estado presente no discurso realizado por António Pereira de Matos na abertura do Congresso Nacional de 1910. Deste modo, ficava simbolicamente vincada a continuidade de pensamento entre as três iniciativas.

---

[725] *Liga Nacional – Trabalhos realizados para a sua fundação […]*, 1915, p. 125.
[726] *Liga Nacional - Boletim Oficial […]*, pp. 9-10.
[727] Que não foi deferido, por desnecessário perante a lei. Ver *Liga Nacional - Boletim Oficial […]*, p. 11.
[728] Museu de Marinha, Centro de Documentação, nº 388.

A guerra dos Conselhos

O clima político de 1914 e 1915 afectou a Liga Naval também na sua situação financeira, que continuava muito periclitante. Em Julho de 1914 as receitas correspondiam às quotas de apenas 71 sócios, número "sempre decrescente". Não havia receitas de jogos, por falta de jogadores, e o contrato de cedência de salas com o Automóvel Clube de Portugal tinha sido interrompido em Abril daquele ano. Do lado das despesas, tinha-se mantido suspensa a publicação do *Boletim Marítimo*, bem como a actividade da Escola de Pilotagem. Apenas se encontrava em funcionamento o Museu Marítimo, corporizado na Secção Oceanográfica D. Carlos I, que vivia também com dificuldades dado que dependia apenas das receitas que conseguia arrecadar.

No entanto, em finais de 1915, alguma coisa parecia ter melhorado. A Liga Naval tinha agora 400 sócios, subida provavelmente resultante das filiações cruzadas com a Liga Nacional e das quotas de 131 "amigos do Museu". A receita dos jogos tinha regressado, bem como a relativa à cedência do salão nobre para conferências e outras iniciativas.

Não obstante este panorama, só na aparência a Liga Naval estava mais desafogada, pois continuavam por satisfazer diversos compromissos, designadamente em relação à Casa Palmela, que reclamava então uns largos meses de rendas em atraso. Estas dificuldades iriam acompanhar a Liga Naval até à suspensão das suas actividades em 1939.

Foi também este o momento em que se acentuou o afastamento de posições entre o Conselho Geral e o Conselho Regional de Lisboa. O dissídio girava em torno da Liga Nacional: enquanto o Conselho Geral, através do secretário-perpétuo António Pereira de Matos, parecia centrado no lançamento da associação de carácter político, o órgão regional criticava abertamente a adopção das insígnias da Liga Naval pela Liga Nacional[729].

Possivelmente procurando o apaziguamento destas divergências, na reunião do Conselho Geral realizada em 4 de Dezembro de 1915 Pereira de Matos reconheceu que, devido à guerra, a Liga Naval não tinha condições para ir além do ressurgimento marítimo:

> "tendo-se […] formado para promover a preparação do nosso paiz para o conflito europeu, que veio a dar-se, como tudo fazia prever, só depois da paz, em harmonia com a nova orientação da política internacional se poderia precisar a nova

[729] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Regional de Lisboa da Liga Naval Portuguesa, de 6 de Dezembro de 1915.

> orientação a dar á obra de propaganda da Liga [Naval]. Até lá, a acção da Liga não podia ir além da revivescência da nossa tradição marítima" [730].

No mesmo encontro ficou decidido que o controlo executivo do Conselho Geral da Liga Naval permaneceria nas mãos do seu secretário-perpétuo, enquanto o do Conselho Regional seria entregue a Rodrigo Samwell Diniz[731]. No entanto a situação não ficou resolvida e em Maio de 1916 as relações entre ambos os Conselhos estavam muito deterioradas. O *casus belli* continuava a ser a Liga Nacional e, ultrapassando a posição que tinha assumido em Dezembro do ano anterior, António Pereira de Matos decidiu mesmo declarar encerrado "o primeiro cyclo de acção da Liga Naval", afirmando que "Só póde agora ocupar-se da Liga Nacional", aclarando assim a linha de acção que queria seguir, que implicava o apagamento da Liga Naval perante o projecto político que tinha sido criado no seu seio. O "ressurgimento nacional", afirmou, apenas podia ser levado a cabo "pela união dos elementos conservadores". Foi a esta obra "de regeneração" que proclamou dedicar "o que lhe resta de vida"[732].

Os conflitos tiveram repercussão no exterior. Nas palavras de Samwell Diniz, secretário do Conselho Regional, "desde a porta da Havaneza até á rua do Ouro a intriga campeia desabridamente". Faziam-se insinuações sobre a probidade de alguns membros, com acusações cruzadas entre ambos os Conselhos, que nem alguns apelos à moderação e à união de esforços, logravam atenuar. Em Junho do mesmo ano de 1916, António Sardinha acabou por se afastar temporariamente do Conselho Regional de Lisboa e da Liga Naval, com uma declaração de alheamento perante

> "as questões de ordem pessoal debatidas [dando] o seu voto no sentido de se harmonizarem as divergências que parecem suscitar-se entre o Conselho Geral da Liga Naval e o seu Conselho Regional de Lisboa"[733].

O Conselho Regional continuou a ser acusado de seguir uma orientação incompatível com o momento histórico que se vivia – a guerra – já que prosseguia a realização de festas,

---

[730] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa, de 4 de Dezembro de 1915".

[731] Rodrigo Samwell Diniz (1878-1972), foi secretário da Companhia dos Caminhos de Ferro até 1918, ano em que enveredou pela carreira de actor. Foi professor e sub-director do Conservatório Nacional e procurador à Câmara Corporativa entre 1938 e 1973.

[732] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 26 de Maio de 1916.

[733] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/B – Maço 2, Acta da reunião do Conselho Regional de Lisboa da Liga Naval Portuguesa de 17 de Junho de 1916.

e de um semanal "Tea–Concert–Dance–Party" que, afirmou o Conselho Geral, transformava a Liga num "casino", o que só lhe trazia desprestígio.

O conflito acabou por ser resolvido a favor do Conselho Geral, que dissolveu os órgãos sociais do Conselho Regional e designou uma "comissão executiva", presidida pelo comandante Policarpo de Azevedo, da qual ficaram fazendo parte o sempre presente e disponível António Pereira de Matos e um regressado António Sardinha. Desta comissão ficou afastado Samwell Diniz[734].

"Ao proletariado portuguez": linhas de força do pensamento de António Pereira de Matos para propaganda da Liga Nacional

António Pereira de Matos publicou em 1916 uma colectânea de textos que, em parte, tinha inicialmente destinado a acções propaganda da Liga Nacional. O volume recebeu o título *Palestras Sociais*[735] e foi dedicado "Ao Proletariado Portuguez – em testemunho de estreita solidariedade, no esforço que há-de produzir o melhoramento das suas condições económicas e sociaes". Monárquico e conservador, o pensamento político e social do secretário-perpétuo da Liga Naval teve como matriz a Doutrina Social da Igreja, com a defesa da propriedade, a rejeição do socialismo e do "sindicalismo revolucionário", a defesa do "sindicalismo católico", de um Estado cuja intervenção não deveria ir muito além da tutela pública sobre os pobres e indigentes e da coexistência pacífica da propriedade, capital e trabalho.

Alguns textos das *Palestras* tivera o mesmo infortunado destino de parte das "Conferências da Liga Naval", por razões que o autor atribuiu às circunstâncias adversas que teve de enfrentar: o assalto à sede da Liga em 15 de Maio de 1915; a "má vontade de certa imprensa contra o movimento nacional que pretendia organizar"; e a "perseguição acintosa que me fizeram, propondo a minha separação do serviço, com o fundamento de que o meu plano, *devéras habilidoso*, devia ser executado por declarados inimigos do regímen"[736]. Depois de gorada a sua oportuna apresentação pública, surgiam agora impressas, acompanhando outros escritos inéditos, numa edição paga pela Liga Naval Portuguesa, num volume com mais de 300 páginas.

---

[734] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A -Maço 6, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa, de 7 de Dezembro de 1916". Samwell Diniz acabaria por ser "eliminado de sócio do Conselho Regional": ver Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/B -Maço 3, Acta da reunião do Conselho Regional, de 2 de Abril de 1916.
[735] A. Pereira de Matos, *Palestras Sociais*, Porto, Typographia Pereira, 1916, p. VII.
[736] Id., *ibid.*, p. VIII.

O autor ocupou-se em demonstrar como as grandes problemáticas do seu tempo girava em torno da questão social. Pereira de Matos colocou em oposição os eixos de pensamento e acção política que se então se debatiam:

- de um lado os "conservadores", defensores do "individualismo", caracterizados nos exactos termos que, havia pouco, tinha usado para definir o "critério conservador", o grande princípio orientador da Liga Nacional; do outro, os "socialistas", adeptos da "fraternidade" traduzida em igualdade social.
- Perante esta oposição, era necessário, defendeu, dar combate ao "partidários […] da demagogia apoiada nas multidões, do anti-capitalismo, do anti-militarismo e do anti-imperialismo". Era essencial, escreveu, restaurar a ordem social, saindo da "barafunda" e da "hesitação". A salvação para "esta gloriosa nacionalidade" estava numa "reacção nitidamente conservadora" e na união dos defensores desses princípios, nos quais assentava "a defeza da sociedade actual"[737].

As *Palestras Sociais* que deram título ao volume, eram constituídas por um conjunto de entrevistas concedidas pelo autor ao diário vespertino monárquico *O Dia*, dirigido por José Augusto Moreira de Almeida[738]. As entrevistas tiveram lugar em 20 e 24 de Junho, 2, 16 e 21 de Julho de 1914, interrompendo-se quando o jornal foi suspenso "forçado pelas acintosas perseguições que o impediam de circular"[739].

Para além das entrevistas, o livro de Pereira de Matos incluiu cinco outros blocos de diálogo entre Pereira de Matos e Moreira de Almeida, que não viram a luz do dia no diário monárquico, mas foram publicados nas *Palestras Sociais*. A estas seguiam-se, no livro, três outros textos da autoria do secretário da Liga Naval e da Liga Nacional, que tinham sido já dados à estampa no *Diário de Notícias* de 18 de Novembro de 1912 e n´*O Dia* de 12 e 30 de Dezembro de 1912.

Em todos estes escritos, António Pereira de Matos alongava-se em descrições sobre a questão social, desde "o nascimento dos filhos de Eva" até aos problemas do seu tempo,

---

[737] Id., *ibid.*,, pp. 73-74, 78-79.
[738] José Augusto Moreira de Almeida (1869-925), jornalista e político, era diplomado com o Curso Superior de Comércio. Foi deputado entre 1904 e 1910, e depois em 1918. Foi sócio da Academia das Ciências. O seu jornal teve sempre uma relação muito difícil com a República, atravessando diversas suspensões e vendo presos o director e o seu filho, também jornalista de *O Dia*.
[739] Mário Matos e Lemos, *Jornais Diários Portugueses do século XX. Um dicionário*, Coimbra, Ariadne Editora, 2006, pp. 215-220.

fruto da industrialização e de uma mal medida intervenção do Estado e dos municípios. As mudanças seriam possíveis com "a reacção das forças conservadoras […] condição *sine qua non* para salvar-se a nacionalidade". Havia que estabelecer "uma ordem nova [sobre a qual] seria possível reconstituir a unidade moral da Nação, e sobre ella, todo o edifício social". Era indispensável, insistia, "organizar [a sociedade nova] n´um movimento que ponha termo ás retaliações de caracter jacobino". Era preciso, enfim, aplicar uma "solução conservadora", que só seria possível "quando se puder jugular, de vez, a demagogia"[740].

4.5.3 As posições da Liga Naval Portuguesa perante o conflito

Uma visita à frente

Um despacho ministerial de 21 de Julho de 1914, concedeu autorização ao Primeiro-tenente na situação de licença ilimitada António Pereira de Matos, para "ausentar-se do País para França e Alemanha em continuação do tratamento a que tem estado sujeito". A viagem foi, assim, feita a título particular, para procurar alívio do padecimento de saúde – "pertinaz doença gottosa" – que o levou, mais do que uma vez, a procurar as águas medicinais francesas e alemãs. Ainda que não conheçamos as datas da deslocação, admitimos que tenha sucedido em plena abertura das hostilidades da Grande Guerra, com a declaração de guerra da Áustria-Hungria à Sérvia, em 28 de Julho, e com o início do conflito entre Alemanha e França, em 3 de Agosto. Não se conhecendo as circunstâncias exactas, sabe-se que Pereira de Matos esteve no Leste de França "onde teve ocasião de apreciar *de visu* alguns dos lances da conflagração europeia". O seu regresso incólume de uma viagem que se deve ter mostrado acidentada foi saudado pelo Conselho Geral na sua reunião de 9 de Dezembro do mesmo ano de 1914.

A gravidade do momento histórico, quando se discutia também a possível passagem de Portugal à condição de beligerante, levou a que nesta reunião fosse aprovado um apelo à "união de todos os patriotas e defesa dos interesses nacionais"[741].

Anunciada em 4 de Fevereiro de 1915, teve início no dia 18 a que se designa correntemente como a primeira campanha submarina irrestrita, por parte da Alemanha. De acordo com a declaração do Reich, passavam a ser alvos dos submarinos todos os navios mercantes inimigos e mesmo os neutrais, presentes nas águas circundantes do Reino Unido, sem pré-aviso que permitisse o desembarque de passageiros e tripulação antes do ataque.

---

[740] A. Pereira de Matos, *Palestras Sociais*, Porto, Tipografia Pereira, 1916, pp. 314-316.
[741] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 6, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 9 de Dezembro de 1914.

Esta estratégia, cujo resultado mais espectacular foi o afundamento do navio britânico de passageiros "Lusitania", na manhã de 7 de Maio de 1915, 18 milhas ao largo da costa irlandesa, foi prosseguida ao longo de sete meses, com intensidade variável, debaixo dos protestos dos Aliados.

No início daquela campanha, a "Navy League" dirigiu à Liga Naval Portuguesa o pedido de que reclamasse "energicamente contra as recentes façanhas dos submarinos allemães", como registou a acta da reunião do Conselho Geral de 5 de Março de 1915. António Pereira de Matos fez, nesse encontro, uma intervenção extensa sobre o assunto condenando a acção à luz do direito humanitário, ainda que apontando subtilmente o dedo à Inglaterra, que não tinha ratificado as leis saídas da Conferência Naval de Londres de 1909, a que acima nos referimos. Apresentou, de seguida, uma moção de alcance genérico, condenando o ataque a civis e "contra o Direito das Gentes […] fazendo votos sinceros por que os sentimentos humanitários o imponham, em conformidade com o espirito da civilização contemporânea".

Depois de outras intervenções, "em atenção aos tradicionais sentimentos de amizade e alliança que ligam Portugal á grande nação inglesa", o Conselho decidiu enviar à "Navy League" uma tradução do seu memorando[742], que a Liga tinha mandado fazer e divulgado em Portugal sobre o assunto.

A timidez da resposta oferecida ao pedido de solidariedade formulado pela liga naval inglesa, pode ser lida à luz de duas interpretações: por um lado, a memória amarga de Portugal não ter sido convidado pelo Reino Unido para participar na Conferência Naval de Londres, em 1909; por outro, a admiração que Pereira de Matos votava à Alemanha, muitas vezes expressa, no passado, a propósito da criação e da expansão da "Deutscher Flottenverein", ao ponto de, como já referimos, a Liga portuguesa ter escolhido como sua divisa a frase "O futuro de Portugal está no mar", adaptada de um locução usada pelo kaiser em múltiplas ocasiões. Nada permite, no entanto, afirmar que esta perspectiva do secretário-perpétuo, possa ser confundida com qualquer tipo de germanofilia, no contexto da guerra europeia.

Quando, em Abril de 1916, já existia um estado de beligerância entre Portugal e a Alemanha, o Conselho Regional de Lisboa, que então mantinha uma acentuada frieza nas

[742] *Memorandum da Liga Naval Ingleza*, 28 de Fevereiro de 1915, Edição de *Anais do Clube Militar Naval*, 1915.

suas relações com o Conselho Geral, adoptou uma posição claramente favorável aos Aliados. Por um lado, decidiu eliminar dos seus registos todos os sócios de nacionalidade alemã e os das "nações aliadas dos impérios Centraes"; por outro, convidou o chefe da missão naval inglesa então presente em Portugal, almirante de Sallis e os seus oficiais[743], a frequentarem as salas da sua sede[744].

O alinhamento com os Aliados

Quando Portugal já alinhava activamente na causa dos Aliados, o Conselho Geral registou na acta da sua reunião de 23 de Abril de 1917 a aceitação de um convite da "Ligue Maritime Française", encaminhado através da Legação de Portugal em Paris, para participar num

> "congresso de todas as Ligas Navaes dos aliados, para fixar um programma de realizações praticas relativas á reparação dos prejuízos causados pela guerra e ás garantias a obter para o futuro, em tudo o que dizia respeito ao uso do mar".

O Conselho deu a sua adesão à proposta francesa e António Pereira de Matos chegou a disponibilizar-se para suportar os custos da deslocação[745]. As fontes consultadas não permitiram, no entanto, esclarecer os desenvolvimentos posteriores desta questão.

No que respeita ao desenrolar da guerra, os EUA tinham-se assumido como beligerantes apenas alguns dias antes, em 7 de Abril, um factor decisivo para o desfecho da conflagração. Para além do "telegrama Zimmerman", uma indiscrição diplomática que revelava a intenção alemã de arrastar o México para um conflito com os EUA, no que toca à guerra no mar, a Alemanha tinha lançado em 1 de Fevereiro a segunda campanha de ataques submarinos sem restrições, que conduziria ao afundamento de transportes mercantes em águas internacionais. Mas estes acontecimentos, que levaram à entrada dos EUA na guerra, se ajudam a compreender a convicção dos Aliados quanto à vitória no conflito, não permitem, de todo, deduzir as intenções do referido "congresso de todas as ligas navais" que, repete-se, não se sabe se chegou a ter lugar.

---

[743] A missão inglesa tinha chegado muito recentemente, acompanhando algumas redes e material para a rocega de minas. A sua chefia esteve a cargo do almirante William de Sallis, que chegou com dois tenentes e um guarda-marinha auxiliar, permanecendo cerca de cinco meses em Portugal, até finais de Setembro de 1916.

[744] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Acta do Conselho Regional de Lisboa de 19 de Abril de 1916, Caixa 1387/A – Maço 6.

[745] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 6, Acta do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 23 de Abril de 1917.

Uma conclusão é, todavia, possível: com a entusiástica aceitação do convite para se juntar às suas congéneres dos principais poderes Aliados – a Rússia não foi mencionada – a Liga Naval Portuguesa afirmou-se, claramente, a favor do seu esforço de guerra.

Do Armistício às conferências de paz

O Conselho Geral da Liga celebrou o Armistício, assinado em 11 de Novembro de 1918, evocando os "bravos tripulantes do "Augusto de Castilho"[746] e enviando saudações às ligas inglesa, francesa e italiana[747].

O fim da Grande Guerra traduziu-se numa oportunidade para a Liga Naval Portuguesa procurar recuperar o seu papel de representação dos interesses marítimos portugueses, quer junto dos poderes públicos domésticos, quer nas instâncias internacionais. Logo a seguir à cessação das hostilidades, partiu da "Ligue Maritime Française" um novo convite para que a Liga Naval Portuguesa se fizesse representar na "sessão solemne que, para estabelecer uma sancção contra as violações do Direito das Gentes, iria ter lugar na Sorbonne no dia vinte e seis de Dezembro, com a assistência de S. Exª o Presidente da Republica Francesa". O convite foi aceite e, de novo, foi designado o secretário-perpétuo para representar a Liga, ignorando-se se a deslocação chegou a ser realizada.

No dia 25 de Novembro, Pereira de Matos apresentou ao Conselho Geral os assuntos que a representação portuguesa deveria discutir, no quadro das negociações pós-guerra, uma agenda que já tinha colhido a concordância do secretário de Estado da Marinha[748], o monárquico almirante Canto e Castro[749]:

- Sistemas de comunicações marítimas, entrepostos comerciais, taxas e impostos.
- Necessidade de recompor a tonelagem mercante mundial[750].
- Adopção de legislação internacional sobre segurança da navegação.
- Unificação do Direito Comercial Marítimo – questão em que a Liga tinha estado envolvida antes da guerra.

---

[746] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 6.
[747] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 6, Acta do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 25 de Novembro de 1918.
[748] Assim se designaram os ministros dos governos de Sidónio Pais.
[749] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 6, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 25 de Novembro de 1918.
[750] As perdas totais atingiram quase quinze milhões de toneladas de arqueação bruta. A Inglaterra tinha perdido quase nove milhões de toneladas, mais de metade da sua marinha mercante. Ver William Oliver Stevens e Allan Westcott, *A history of sea power*, ebook (3ª edição, 1942) em www.gutenberg.org/ebooks/24797.

- Criação de um “Bureau International de la Marine”, recuperando as propostas dos Congressos Marítimos Internacionais de Copenhaga (1902) e Lisboa (1904).
- Ampliação do Direito das Gentes, no que diz respeito ao emprego de submarinos, aviões e dirigíveis.
- Revisão dos trabalhos da Conferência de Haia (1907) e da Conferência Naval de Londres (1909).

A posição portuguesa na Conferência de Paris, que abriu em 18 de Janeiro de 1919, concentrou-se na salvaguarda dos territórios coloniais, relativamente aos quais viu reconhecida a posse do “triângulo de Quionga”, uma parcela de terra com menos de 400 km^2, na foz do Rovuma, em Moçambique.

É interessante notar que nenhum dos pontos propostos pela Liga Naval dizia respeito à reivindicação de navios para a Marinha de Guerra. No entanto, a agenda da Marinha para as reparações de guerra era ambiciosa, envolvendo inicialmente doze contratorpedeiros, quatro cruzadores ligeiros, quatro submarinos, seis a oito cruzadores para serviço colonial e alguns hidro aviões. O País sairia maltratado dos acordos de paz nesta questão, recebendo apenas seis torpedeiros de 245 toneladas, que tinham pertencido à Marinha austríaca, e que apresentavam como aspecto de interesse o facto de a sua propulsão usar combustível líquido, uma novidade para a Marinha portuguesa. Os navios foram entregues em 1920, mas dois perderam-se logo no trânsito para Portugal. Mesmo assim, seriam, até aos navios do programa naval da Ditadura, os meios mais modernos da Marinha.

4.6 A Liga Naval e a “República Nova”

A tomada do poder pelo major Sidónio da Silva Pais, lente de Matemática na Universidade de Coimbra e antigo senador, membro do Governo e ministro de Portugal em Berlim, não provocou qualquer tomada de posição da Liga Naval Portuguesa. As actas das escassas reuniões do Conselho Geral e do Conselho Regional de Lisboa então realizadas, não registaram mais do que o tratamento de assuntos correntes e triviais. Tratava-se de uma prática de sempre, pois a associação deixava correr algum tempo para se pronunciar sobre as mudanças de conjuntura. Usou esta prática para aquilo que entendemos como a marcação do seu distanciamento relativamente à política partidária, de que foi sempre crítica depois de 5 de Outubro de 1910.

No dia 8 de Dezembro de 1917, culminando uma acção revoltosa iniciada três dias antes, o major tomou o poder, sendo constituída uma Junta Revolucionária, integrada por Sidónio Pais, pelo Capitão-de-mar-e-guerra António Machado Santos e pelo Capitão José Feliciano da Costa Júnior. O presidente Bernardino Machado foi demitido e autorizado a partir para França, e as figuras mais notórias da República foram presas, exilando-se alguns para escapar ao cárcere.

Sidónio Pais, ainda apenas "comandante das forças revolucionárias", apresentou-se ao País com uma proclamação que a Liga Naval, António Pereira de Matos em particular, poderiam ter subscrito:

> "Cidadãos! Venceu a República contra a demagogia […] cada um [dos cidadãos será] um elemento de ordem […] A Revolução [foi] feita contra a desordem do Poder […] e tendo autoridade moral para conseguir […] estes elementos de paz nacional, tem a força para os tornar efectivos"[751]

O governo formado em 12 de Dezembro contou com quatro elementos afectos à União Republicana (liderada por Brito Camacho), dois ao Partido Centrista (chefiado por Egas Moniz), um sidonista e dois republicanos históricos – Francisco Xavier Esteves e o irrequieto Machado Santos, que ficou com a pasta do Interior.

4.6.1 António Pereira de Matos e Sidónio Pais: uma ligação frustrada

Sidónio Pais foi rápido nas medidas de alteração da face do regime. Nos dois primeiros meses do seu consulado, decidiu, entre outros assuntos[752]: decretar uma amnistia para os implicados na breve "Revolta de Tomar", uma intentona liderada por Machado Santos em 16 de Dezembro de 1916; extinguir o Corpo de Marinheiros e a Divisão Naval de Defesa e Instrução, que era comandada por Leote do Rego, como represália pela resistência activa que uma parte da Marinha opôs à revolução liderada pelo major; encerrar todos os centros republicanos; alterar disposições da lei de separação do Estado das igrejas, rompendo com um dos pilares da linha política do Partido Republicano Português.

Uma das medidas iniciais foi a possibilidade de readmissão no serviço efectivo dos "funcionários militares e civis que, a seu pedido, foram demitidos ou reformados ou que tivessem passado ao quadro de reserva posteriormente a 14 de Maio de 1915, desde que o

---

[751] *Diário do Governo*, nº 215 – 1º Suplemento, 8 de Dezembro de 1917.
[752] Luís Alves de Fraga, *Do intervencionismo ao Sidonismo. Os dois segmentos da política de guerra na Iª República*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 452.

requeiram ao respectivo Ministro"[753]. O secretário-perpétuo da Liga Naval encarou este diploma legal como uma oportunidade para ser reabilitado do que considerava como agravos políticos sofridos às mãos dos governos do Partido Democrático. Foi assim que, em 9 de Fevereiro de 1918, escreveu uma carta a Sidónio Pais, expondo as razões pelas quais não tinha feito uso da referida possibilidade de reabilitação dos derrotados do 14 de Maio, começando com uma declaração de lealdade (e elogio) ao novo Poder e ao seu chefe:

> "A lucta acesa que, desde 1912, mantive contra a demagogia, na Liga Naval, na União Patriótica, na Imprensa, etc, é garantia de quanto as minhas ideias e propósitos se aproximam dos intuitos por que a Revolução de Dezembro, graças ao inteligente e generoso esforço da V. Ex.ª, norteou a sua acção" [754]

Invocou depois a sua passagem à situação de reforma, em 27 de Dezembro de 1915, resultante de um parecer da Junta de Saúde Naval que o tinha considerado incapaz para todo o serviço. A verdadeira razão, opunha, não fora a saúde, mas sim "uma acintosa perseguição por parte dos elementos afectos à revolução de 14 de Maio de 1915".

Pereira de Matos contrapôs, deste modo, a sua razão à razão da hierarquia, uma situação contraditória e delicada que não lhe permitia requerer o usufruto da abertura dada por Sidónio às "vítimas" do movimento revolucionário que tinha apeado o General Pimenta de Castro. Alegou, finalmente, que a sua atitude não representava

> "falta de reconhecimento, ou indiferença, pela nobre intenção do Governo que V. Exª tão dignamente preside […] reformado ou não, continuarei, como no Passado, a servir quanto em minhas forças caiba, a causa nacional".

Vivia-se então a primeira fase do Sidonismo, de "convergência de propósitos" entre os Unionistas de Brito Camacho – grupo a que pertencia o novo chefe do Estado, os Centristas de Egas Moniz, os Reformistas de Machado Santos, Socialistas, Integralistas, Católicos "e até alguns sindicalistas da União Operária Nacional"[755]. Mas nem esta conjuntura favorável fez com que a carta em que Pereira de Matos oferecia a sua lealdade e os seus préstimos a Sidónio Pais tivesse os resultados por si desejados.

Esta diligência foi seguida pela sua participação numa delegação da Liga Nacional recebida por Sidónio Pais, em 16 de Março de 1918. Chefiada pelo conde de Bertiandos,

---

[753] Decreto nº 3665, de 14 de Dezembro de 1917.
[754] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1414/A, Carta de António Pereira de Matos ao Presidente da República, 9 de Fevereiro de 1918.
[755] Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos […]*, p.122.

integrou ainda o vice-presidente Anselmo de Andrade[756], não tendo ficado registo da audiência, para além da sua realização.

Pois outro lado, a expansão da Liga Nacional, perante a qual se apagava a acção da Liga Naval, sua criadora, terá sido travada pelas eleições de 28 de Abril, nas quais Sidónio Pais e o seu recém-criado Partido Nacional Republicano obtiveram vitórias esmagadoras: o presidente correu sozinho; no Congresso, a sua jovem formação política apenas teve a Causa Monárquica como principal opositor, pois os três principais partidos republicanos não se apresentaram às urnas.

4.6.2 Do apagamento da Liga Nacional à Cruzada Nun´Álvares

Em Janeiro de 1918 "sob o signo do "ressurgimento nacional", apareceu "uma nova liga cívica, que recebeu o nome de Liga de Acção Nacional" e criou a revista *Pela Grei* que, dirigida por António Sérgio, publicou sete números entre Março de 1918 e Maio de 1919[757]. Não sendo herdeira da Liga Nacional, nem tendo sido, como esta, uma criação da Liga Naval, nela encontramos nomes que se filiaram ou colaboraram com estas duas organizações, designadamente no Congresso Nacional de 1910 e nas secções de estudo da Liga Nacional.

A República Nova correu em vertigem e, nos finais do 1918, o Sidonismo já não era o dos primeiros meses. O bloco de forças que tinha apoiado o fim do império do Partido Democrático, composto por monárquicos, alguns republicanos, ainda que com reservas dos Evolucionistas, pelos próximos de Machado Santos, por católicos, por alguns sindicalistas da União Operária Nacional e associações empresariais, estava em desagregação. Na sequência de vários atentados contra a sua vida, Sidónio Pais foi morto a tiro em 14 de Dezembro de 1918, em Lisboa, na estação do Rossio, por José Júlio Costa, um jovem antigo sargento do Exército e activista republicano.

Com o seu patrono, desapareceu também o movimento que tinha impulsionado ao longo de um ano. Entretanto, tinha terminado a Grande Guerra, que deixou marcas profundas na sociedade. Entrou-se numa conjuntura nova, que acarretou uma reconfiguração das forças política mas, como escreveu Luís Farinha "A nova República

[756] *Ibid.*, p. 115.
[757] *Ibid.*, p. 116.

Velha nunca mais conseguiu reconstituir um bloco político estável, capaz de dar continuidade aos grandes desígnios nacionais republicanos"[758].

As personalidades envolvidas na Liga de Acção Nacional, bem como outras que tinham estado antes empenhadas na União Patriótica e na Liga Nacional, iriam surgir "no agrupamento político-religioso da Cruzada Nun´Álvares, configurando deste modo novo entrosamento sincrético de militância cívica patriótica e nacionalista"[759]. A nova organização esteve em processo de fundação entre Junho de 1918 e Março de 1921, altura em que, de facto, iniciou as suas actividades com grande audiência pública. A Liga Naval acolheu então, na sua sede, no palácio Calhariz, os seus serviços administrativos e espaços de reunião[760].

Pereira de Matos revia-se na matriz nacionalista e conservadora da Cruzada, tendo-se envolvido nas suas actividades desde os primeiros momentos. Sucedendo a José Jacinto Nunes, foi eleito em Janeiro de 1923 para presidir à sua Direcção-Geral, que exerceu até 1925. Foi substituído pelo Capitão-de-fragata Filomeno da Câmara, que exerceu um curto mandato, na sequência da eleição realizada em Dezembro de 1925, no I Congresso Geral da associação.

Prenunciando o golpe de 28 de Maio de 1926, o ano final da presidência de Pereira de Matos na Cruzada Nun´Álvares assistiu a duas revoltas militares. A primeira, desencadeada em 18 de Abril de 1925, foi liderada pelos Coroneis Sinel de Cordes e Raul Esteves, e pelo Capitão-de-fragata Filomeno da Câmara. A Marinha não se envolveu e o golpe foi derrotado pelo Exército, saldando-se por uma dezena de mortos e cerca setenta feridos. Os chefes da insurreição foram julgados na Sala do Risco do Arsenal da Marinha, de onde saíram com a compreensão dos juízes militares e penas ligeiras.

No último acto militar antes da instauração da Ditadura, o Capitão-de-fragata José Mendes Cabeçadas chefiou um levantamento militar, em 19 de Julho de 1925, em que foi vencido, depois de algumas trocas de tiros entre artilharia do revoltado cruzador "Vasco da Gama" e do Campo Entrincheirado de Lisboa[761].

---

758 Luís Farinha, "Política Externa e Política de Defesa: do Sidonismo à Ditadura Militar", https://books.openedition.org/cidehus/3546.
759 Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos […]*, p. 121.
760 Id., *ibid.*, p. 131.
761 João Freire, *A Marinha e o poder político […]*, pp. 65-66.

É interessante assinalar, finalmente, que entre os dez presidentes que teve a Cruzada Nun´Álvares, encontramos, com o Capitão-tenente na reforma António Pereira de Matos, outros dois oficiais da Marinha: o Capitão-de-fragata Filomeno da Câmara – em 1926 como já referimos, e o almirante D. Bernardo da Costa (Mesquitela), seu último dirigente máximo, em 1937-1938[762].

CAPÍTULO 5 - A PROPAGANDA AO PROGRAMA NAVAL DA DITADURA: DO BREVE RENASCIMENTO AO DECLÍNIO

5.1 Da "Nova República Velha" à Ditadura: os anos de letargia

Depois da guerra e do consulado de Sidónio Pais, a Liga Naval Portuguesa atravessou um longo período de apagamento, que se prolongou até 1930, quando a Ditadura lançou um plano de aquisição de novos meios para a Armada.

Aceitando que as actas das reuniões do Conselho Geral e do Conselho Regional de Lisboa, espelham o essencial da actividade da Liga, é forçoso deduzir que assim aconteceu. De facto, entre os finais de 1918 e Maio de 1930, não existe qualquer referência a encontros formais do Conselho Geral. Quanto ao Conselho Regional de Lisboa, que tudo indica que era o único órgão da Liga em funcionamento regular, os registos das suas espaçadas reuniões são, essencialmente, lacónicos e repetitivos: fazia-se a aprovação da acta da reunião anterior, decidia-se confirmar a realização das actividades previstas e admitiam-se uns poucos sócios. A sua direcção, entregue ao comandante Policarpo de Azevedo, um dos fundadores da Liga Naval, foi pendularmente reeleita, procedendo-se apenas à substituição dos membros impedidos ou entretanto falecidos.

Nos finais de 1921, a situação financeira da Liga Naval, sobretudo centrada nas despesas com a sua sede no palácio Calhariz, parece ter-se tornado asfixiante, ao ponto de o Conselho Regional ter pedido aos sócios, cujo número nem identificação foi possível apurar, um empréstimo para aquele efeito[763].

A cedência de instalações na sede a outras associações e colectividades continuava a ser uma fonte de receita. Em 1924 ocupavam alguns espaços nos andares do palácio

[762] Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos […],* p. 298-299.
[763] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/B – Maço 3, Acta da reunião do Conselho Regional de Lisboa da Liga Naval Portuguesa de 17 de Dezembro de 1921.

alugado à casa Palmela, o Centro Nacional de Esgrima, sublocatário desde há longo tempo, e a Rádio Academia, uma associação de amadores de TSF fundada um ano antes[764].

5.2 "Pregue-se de norte a sul a nova cruzada": a propaganda ao programa naval de 1930

O programa naval de 1930 e a sua génese

Em 18 de Dezembro de 1923, o comandante Pereira da Silva, republicano sem pertença partidária, tomou posse como ministro da Marinha do 40º governo da República, presidido pelo Capitão Álvaro de Castro e composto por democráticos, seareiros e independentes. Manteve-se naquele cargo em seis dos sete governos que exerceram funções até ao golpe de 28 de Maio de 1926. De facto, neste período, só não pertenceu ao efémero ministério chefiado pelo democrático José Domingues dos Santos, que ficou conhecido como "o governo canhoto" (22 de Novembro de 1924 a 15 de Fevereiro de 1925). Não foi convidado para o integrar e, segundo o seu biógrafo e amigo Maurício de Oliveira, não teria aceitado se para tal tivesse sido solicitado[765].

Em 1924, Pereira da Silva publicou *Política Naval e Política Naval Nacional*[766], obra na qual fundamentou e apresentou um programa de renovação dos meios navais, que seria aprovado pelo governo a que pertencia – chefiado pelo Major Vitorino Guimarães, e apresentado em Junho do mesmo ano na Câmara dos Deputados, onde não chegou a ser discutido.

Em síntese, o plano previa umas forças navais estruturadas em duas "esquadras ligeiras", uma flotilha de submersíveis e três centros de aviação naval, dispondo de 2 cruzadores ligeiros (com deslocamento de 8.000 toneladas e 24 nós de velocidade máxima), 2 pequenos cruzadores que designou como "flotilhas-leaders", dezasseis contratorpedeiros e torpedeiros (dos quais oito a construir) e oito submersíveis. Esta proposta afastava-se, em definitivo, daquela em que tinha participado em 1912, pois tomava em conta a aprendizagem da Grande Guerra, bem como a conjuntura dos anos Vinte: se, na festiva infância da República, tudo tinha parecido desejável e possível, em 1924, longe de um unanimismo há muito desaparecido, vivia-se uma conjuntura mais sombria.

---

[764] http://media.rtp.pt/80anosradio/historia/cronologia/ (Consultado em 8 de Janeiro de 2019).
[765] Maurício de Oliveira, *Pereira da Silva. Oficial – Ministro – Doutrinador*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, p. 44.
[766] Fernando Augusto Pereira da Silva, *Política Naval e Política Naval Nacional*, Lisboa, Oficinas Gráficas do Instituto Militar dos Pupilos do Exército, 1924.

A República parlamentar caiu em 28 de Maio de 1926. Os anos que desde então decorreram até à constitucionalização do regime em 1933, têm sido apontados como de confronto entre os que acreditavam que a República podia ser regenerada dos males cujas raízes eram apontadas ao Partido Democrático, apeado do poder pelo golpe militar, e os que ambicionavam instaurar uma nova ordem, assente num Estado autoritário. Este conflito teve expressão na oposição de "militares republicanos e seus apoiantes civis, às direitas antiberais", mobilizando "oficiais de um lado e do outro, uns contra os outros"[767].

O General Óscar Carmona, republicano conservador e maçon, assumiu a presidência do Ministério em 9 de Julho de 1926 sendo, pouco tempo depois, designado presidente da República interino, em razão da primeira função[768]. Venceu as eleições para o cargo supremo, realizadas em 25 de Março de 1928, nas quais foi candidato único. A chefia do governo continuou, até Julho de 1932, entregue a militares do Exército que representavam a linha "regeneradora", até que Carmona a depositou nas mãos de António de Oliveira Salazar.

A ascensão de Salazar, que tinha ocupado a pasta das Finanças pela primeira vez em 18 de Abril de 1928, teve um momento significativo nos princípios de 1930, quando o General Artur Ivens Ferraz propôs a Carmona um novo elenco governamental, em que Manuel Rodrigues ocuparia o seu lugar como ministro das Finanças. O presidente da República respondeu com a troca de um General por outro, dando posse a Domingos Oliveira em 21 de Janeiro. O seu ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar, continuou na pasta, até ele próprio substituir o General, em 5 de Julho de 1932. O Capitão-de-mar-e-guerra Luís António de Magalhães Coreia permaneceu na pasta da Marinha.

Exército e Marinha reclamavam então a necessidade de mais recursos financeiros, para um rearmamento que consideravam imperativo, por obsolescência de quase todo o seu equipamento. A prioridade foi dada à Marinha, por um conjunto de razões, que António José Telo formulou em três factores[769]:

- O primeiro, financeiro e económico, decorrente das limitações impostas pelo ministro das Finanças, que permitiam "avançar com um programa naval, reduzido

[767] Fernando Rosas, "Da ditadura militar ao Estado Novo: a "longa marcha" de Salazar", *História de Portugal*, José Mattoso (Direcção), Oito volumes, Volume 7, *O Estado Novo (1926-1974*, s.l., Círculo de Leitores, pp. 164-176.
[768] Decreto nº 12740, de 26 de Novembro de 1926.
[769] António José Telo (Coordenador e Autor), *História da Marinha Portuguesa. Homens, Doutrinas e Organização 1824-1874 (Tomo I)*, Lisboa, Academia de Marinha, 1999, pp. 332-334.

mas coerente", mas não com a renovação do armamento do Exército, mais caro e que não tinha um racional estruturante;

- o segundo, de carácter político, associado a uma certa forma de premiar a Marinha pela acalmia – relativa, é certo – demonstrada desde o 28 de Maio, bem como à necessidade de assegurar a sua lealdade, pois seria uma força indispensável para acorrer a qualquer turbulência civil nas Ilhas e no Ultramar – como viria a evidenciar na revolta da Madeira, de 1931;
- por fim, um factor de natureza externa, ligado à situação de Macau, no contexto da guerra civil na China, bem como à necessidade de garantir protecção contra quaisquer renovadas ambições externas relativamente a Angola e Moçambique, e ainda às perspectivas de apoio técnico e comercial inglês a um programa de renovação do material naval.

Em 1930, no que respeitava a meios navais, a Marinha estava num estado de acentuado declínio. Dispunha então de:

- 4 cruzadores – categorização generosa para designar navios pequenos e ultrapassados, lentos e mal armados: "Carvalho Araújo" (15 anos), "República" (15 anos), "Adamastor" (33 anos) e "Vasco da Gama" (54 anos).
- 3 contratorpedeiros – "Guadiana", "Vouga" e "Tâmega".
- 3 submarinos – "Foca", "Golfinho" e "Hidra".
- 4 torpedeiros – "Ave", "Liz", "Mondego" e "Sado", Ex-austríacos, transferidos como reparação de guerra.
- 14 canhoneiras e lanchas-canhoneiras, então empregues na fiscalização da pesca no Continente e Ilhas, e no serviço colonial.
- 11 outras pequenas unidades de vários tipos.

Para conquistar a prioridade do governo na repartição das despesas militares, a Marinha contava com os factores favoráveis acima referidos. Outra circunstância, igualmente benéfica, era o de já dispor de um plano, fruto do trabalho anterior do então Capitão-de-fragata Fernando Pereira da Silva.

Quando, em meados daquele ano de 1930, o governo aprovou oficialmente uma iniciativa de renovação dos meios navais, reconheceu que se tratava de "um programa assaz modesto", limitado pela "consolidação do equilíbrio das contas do Estado". Visava, mesmo assim, aquietar os espíritos mais ambiciosos e mais inquietos que, na Marinha, ainda

sonhavam com a proposta que tinha sido formulada em 1925 pelo comandante Fernando Pereira da Silva, que tinha ficado a ganhar pó nas salas do parlamento.

O governo da Ditadura optou por um programa de realização em duas fases, desdobrando ainda a primeira fase em dois períodos. Com base neste princípios, o novo plano naval foi aprovado em 17 de Julho de 1930[770], e pouco depois crismado com o nome do ministro da Marinha de então, Capitão-de-mar-e-guerra Magalhães Correia. Na verdade, tratava-se de recuperar o plano proposto em 1924 pelo comandante Pereira da Silva, quando ocupava a pasta. Baptizando o novo plano com o nome do seu ministro, de uma forma um pouco forçada, o governo de Domingos Oliveira e Salazar terá procurado chamar integralmente a si os louros de uma decisão com a qual pretendia cativar a Marinha e dar relevo público à obra da Ditadura.

Na sua versão mais robusta, o plano naval tinha um custo total calculado em 12 milhões de libras (cerca de 1.200.000 contos)[771], prevendo a aquisição dos seguintes navios:

Tabela 11 – Plano naval "Magalhães Correia" (1930)

Quantidade de navios	Tipo	Tonelagem	1ª fase	1º período da 1ª fase	Plano Pereira da Silva (1924)
2	Cruzadores	5000	1	0	4 com 8000 ton e 6 com 2000 ton
12	Contratorpedeiros	2500	6	4	14 com 1000 ton
4	Avisos	2000	2	2	
8	Avisos	1000	4	4	
10	Submarinos	800 (à superfície)	4	2	8
2	Canhoneiras	Fiscalização da costa	2	0	
1	Transporte de aviões	12 aviões	1	1	1
0	Navio lança-minas	-	-	-	1

A união de esforços e alguns equívocos

Em 17 de Janeiro de 1930, quando se ultimavam os preparativos para a publicação do decreto que daria cobertura legal à aquisição dos novos navios, a assembleia geral do Clube Militar Naval aprovou duas propostas: uma apresentada pelo então Primeiro-tenente Jorge

[770] Decreto nº 18633, de 17 de Julho de 1930.
[771] 1 £=98 escudos. Ver www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/(S(py43hpnrsx1egpa0i4txlw45))/SeriesCronologicas.aspx.

Ramos Pereira, para eleição de uma Comissão de Propaganda da Marinha; outra do Segundo-tenente José Maria Pinto da Costa, para a realização de um conjunto de "conferências técnicas, já anteriormente iniciadas pela Comissão de Redacção dos *Anais*".

Duas semanas mais tarde, no dia 6 de Fevereiro, foi eleita "para os dois fins" uma comissão que ficou inicialmente composta por doze sócios do Clube. A sua presidência foi entregue ao Vice-Almirante Pedro de Azevedo Coutinho, presidente da Mesa da Assembleia-Geral do Clube Militar Naval e que, no dia anterior, tinha sido substituído no cargo de chefe do Estado-Maior Naval, a mais alta posição militar da Marinha[772].

Num episódio que está, ainda hoje, envolto em alguma incerteza, entre a data da proposta aprovada na Assembleia Geral do Clube Militar (17 de Janeiro) e a da eleição da comissão proposta por Ramos Pereira (6 de Fevereiro), formou-se fora do Clube um outro grupo dedicado ao mesmo objectivo.

O jornalista, publicista e escritor de assuntos de Marinha, Maurício de Oliveira, invocou a autoria desta segunda iniciativa:

> "Em meados de Janeiro de 1930, resolvi propor ao meu querido amigo comandante Pereira da Silva, a formação de uma comissão de propaganda […] Falei no caso a Magalhães Correia [ministro da Marinha] que teve palavras de entusiasmo […] e a 24 de Janeiro, formava-se o núcleo fundador da Comissão de Propaganda da Marinha"[773].

Esta segunda comissão, oficialmente acolhida pelo ministro Magalhães Correia, ficou chefiada pelo Capitão-de-fragata Pereira da Silva, tendo Maurício de Oliveira como secretário.

Existiam assim duas comissões com os mesmos objectivos: uma da iniciativa do Clube Militar Naval – uma associação privada, a outra lançada por uma proposta individual e com o beneplácito do ministro. A situação deu lugar a melindres da parte do comandante Pereira da Silva, entretanto resolvidos com a fusão dos dois grupos e a entrega ao antigo ministro da presidência da Comissão Executiva da Comissão de Propaganda da Marinha A completar o apaziguamento, Maurício de Oliveira aceitou o convite que Pereira da Silva lhe dirigiu em Junho de 1930 para integrar a comissão a que presidia.

---

[772] *Anais do Clube Militar Naval*, Ano de MCXXX, Novembro e Dezembro, p. 213.
[773] Maurício de Oliveira, *Armada Gloriosa. A Marinha de Guerra Portuguesa no século XX (1900-1936)*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1936, pp. 214-215

Apesar do incidente que, rodeado por um certo silêncio das fontes, revela um ambiente de alguma desconfiança e ressentimentos, com provável origem política[774], a propaganda da Marinha navegou como inicialmente planeado, recuperando os que tinham sido os objectivos fundadores da Liga Naval Portuguesa, formulados em 1900: "Pregue-se de norte a sul a nova cruzada pelo ressurgimento do explendor da marinharia nacional"[775].

As seis conferências "técnicas" propostas pelo Clube Militar Naval, tiveram lugar entre 4 de Abril e 30 de Maio[776]. A Comissão de Propaganda da Marinha, por seu lado, organizou oito sessões, no período entre 14 de Fevereiro e 14 de Maio. A primeira e a quarta realizaram-se na sede da Liga Naval, com conferências proferidas pelo comandante Pereira da Silva – "A política militar e naval portuguesa e a influência dos pactos e acordos do desarmamento sobre a nossa directriz política", e por José Pontes[777]. Quanto às restantes, três tiveram lugar na Sociedade Geografia de Lisboa, uma nas Termas do Estoril e a terceira em Viana do Castelo.

Deve atribuir-se importância e significado ao facto de a primeira conferência desta série ter sido realizada na sede da Liga Naval, no palácio Calhariz. Pereira da Silva referiu-se à circunstância no início da sua alocução, nos seguintes termos:

> "Quiz a Liga Naval ter a gentileza de me convidar para fazer na sua sede uma conferência sobre o ressurgimento do nosso poder marítimo […] A Liga Naval tem um passado brilhante [e] merece a minha simpatia".

Nesta ocasião, o comandante Pereira da Silva classificou o estado da Marinha como de "zero naval", uma locução que desde então que fez escola, normalmente pelas piores razões:

> "Ainda houve um lampejo de regeneração do nosso poder naval quando o estadista Jacinto Cândido […] tentou […] imprimir à Marinha de Guerra um certo vigor, adquirindo alguns cruzadores […] com a aquisição de alguns destroyers […] hoje

[774] António Telo aventou que o Clube Militar Naval não teria incluído Fernando Pereira da Silva na composição inicial da Comissão de Propaganda "talvez por recear que o seu nome prejudicasse politicamente o projecto". Ver António José Telo (Coordenador e Autor), *História da Marinha Portuguesa. Homens, Doutrinas e Organização 1824-1874 (Tomo I)*, Lisboa, Academia de Marinha, 1999, p. 331.
[775] *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo XXX, nº 5, Maio de 1900, p. 374. É uma passagem da intervenção do então Segundo-tenente António Pereira de Matos, na Assembleia Geral do Clube Militar Naval de 23 de Maio de 1900, na qual foi aprovada a criação da Liga Naval Portuguesa.
[776] *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo LXII, nº 11 e 12, Novembro e Dezembro de 1930, pp. 214-215.
[777] Deve tratar-se de José Joaquim Fernandes Pontes (1879-1961), médico, que prestou serviço em França durante a Grande Guerra e foi jornalista, colaborando, designadamente, no bissemanário *Os Sports* – que dirigiu, *O Século* e *A Capital*. Foi senador em 1922-1926. Cooperou de perto com o Comité Olímpico Português.

já antiquados […] e de alguns submarinos, prestes a desaparecer, houve alguma esperança de ressurgimento naval, mas os anos foram passando […] sem que os nossos velhos cruzadores fôssem substituído por novas unidades. O resultado é termos chegado à posição do zero naval, que é o mesmo que dizer, para uma nação marítima, uma situação inferior à que nos convém na política internacional"[778]

Como já referimos, ainda na introdução à sua conferência, o comandante Pereira da Silva reconheceu o papel pioneiro da Liga Naval e do comandante António Pereira de Matos, que considerou "precursor brilhante […] há já algumas dezenas de anos", elogiando ainda "As suas notáveis obras [que] põem em relevo a sua vasta cultura, grande erudição e brilhante inteligência"[779].

A conferência que Fernando Pereira da Silva realizou na Liga Naval em 14 de Fevereiro de 1930, pode ter sido o último acto público a que António Pereira de Matos compareceu. Ter-lhe-á sido grato o contexto em que isso sucedeu.

A Liga Naval e o novo "ressurgimento marítimo"

O Conselho Geral da Liga Naval regressou à vida na reunião que realizou em 21 de Maio de 1930[780]. Esta foi a última realizada em vida do seu secretário-perpétuo que, já doente, não participou no encontro "por motivos de força maior". António Pereira de Matos, grande animador da criação e de todas as actividades da associação, morreu em 15 de Julho seguinte.

O desaparecimento do secretário-perpétuo foi precedido em alguns meses pelo do presidente do Conselho Geral. Gonçalo Pereira da Silva de Sousa e Menezes, 3º conde de Bertiandos, teve o mandato mais longo naquelas funções, entre a sua eleição em 1915 e a sua morte em 29 de Junho de 1929.

Numa data que não foi possível precisar, provavelmente próxima de 21 de Maio de 1930, foi eleita uma nova direcção para a Liga Naval Portuguesa, que ficou com a seguinte composição:

- Presidente - Vice-Almirante Pedro de Azevedo Coutinho[781].

---

[778] Pereira da Silva, ""A política militar e naval portuguesa e a influência dos pactos e acordos do desarmamento sobre a nossa directriz política", *Anais do Clube Militar Naval*, Anexo ao nº de Maio e Junho, 1930, p. 9.
[779] Id., *ibid.*, pp. 5-6.
[780] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 6, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 21 de Maio de 1930.
[781] Ver Apêndice 2 – Notas biográficas dos presidentes da Liga Naval Portuguesa.

- Vice-presidente – Alfredo da Silva, industrial[782].
- Vogais:
    - Capitão-de-mar-e-guerra Afonso Júlio de Cerqueira[783].
    - Mário de Noronha, comerciante e vice-presidente do Conselho Regional[784].
    - António Maria de Oliveira Belo, capitalista e gastrónomo, director da Companhia Colonial de Navegação[785].
    - Emílio Artur Leote Quintino, Capitão da Marinha Mercante.
    - Fernando Costa, director da Companhia Portuguesa de Pesca.
    - António Almada, tesoureiro.
    - Primeiro-tenente aviador Carlos Gomes de Amorim Loureiro.
    - Primeiro-tenente aviador António Gomes Namorado Júnior.

O novo presidente da Liga Naval tinha antes ocupado cargos de grande importância na Marinha e era, nos seus círculos, um homem influente. O Vice-Almirante Pedro de Azevedo Coutinho tinha, em 5 de Fevereiro de 1930, acabado de deixar o cargo de Chefe

---

[782] Alfredo da Silva (1871-1942) formou-se no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Fundou a Companhia União Fabril que, inicialmente dedicada ao fabrico de sabões e velas, estendeu depois a actividade aos adubos químicos, tecelagem e fiação de juta e produtos químicos industriais. Criou, em 1919, a companhia armadora Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes e, em 1937, o Estaleiro Naval da Administração do Porto de Lisboa. Foi também fundador da Tabaqueira, entre outras companhias comerciais e de serviços. Foi companheiro de João Franco no Partido Regenerador-Liberal, sendo deputado em 1906. Foi eleito senador em 1918, com Sidónio Pais, apoiando depois o regime saído do 28 de Maio de 1926. Foi procurador à Câmara Corporativa em duas legislaturas, entre 1938 e 1942. Foi sócio da Liga Naval desde 1903, condição que manteve até 1939.

[783] Afonso Júlio de Cerqueira (1872-1957), Oficial da Marinha, distinguiu-se no batalhão expedicionário de Marinha, enviado em 1915 para Angola. Comandou o contratorpedeiro "Guadiana" em 1916-1917, que realizou missões de escolta a comboios navais durante a guerra. Foi director da Aviação Naval entre 1917 e 1922, abandonando o cargo por divergências com o poder político. Republicano, comandou as forças de Marinha que se opuseram à incursão monárquica em 1911, bateu-se contra o movimento revolucionário de Sidónio Pais e em 1919, durante a "monarquia do Norte", combateu as tropas sublevadas na Serra de Monsanto. Nunca aceitou um cargo político. Muito condecorado, foi oficial da Ordem da Torre e Espada. Passou à reserva a 1 de Fevereiro de 1934, como Capitão-de-Mar-e-Guerra, tendo, três meses mais tarde, sido promovido, por distinção, ao posto de Contra-Almirante.

[784] Mário López da Vasa César Alves de Noronha (1887-1973) foi eleito vice-presidente do Conselho Regional de Lisboa em 1930. Era filho do oficial do Exército, jornalista e escritor Eduardo de Noronha. Exerceu actividade comercial numa casa bancária e numa companhia de seguros, sendo depois gerente da Sociedade de Reparações Navais. Foi vereador na Câmara Municipal de Lisboa e procurador à Câmara Corporativa, na quarta legislatura (1945-1949). Esgrimista de mérito, foi presidente da Federação da modalidade e membro do Comité Olímpico Português, exercendo ainda outros cargos em clubes desportivos. Foi comandante de Lança na Brigada Naval da Legião Portuguesa.

[785] António Maria de Oliveira Belo (1872-1935), diplomado em Ciências Económicas e Financeiras, foi director da Companhia Colonial de Navegação, da Sociedade Portuguesa de Seguros e da Associação Comercial de Lisboa. Foi colaborador de João Franco e membro do seu Partido Regenerador-Liberal. Com Alfredo da Silva, foi membro do Conselho Superior Económico, um órgão consultivo do governo para a economia, reactivado por Sidónio Pais. Fundador da Sociedade Propaganda de Portugal, fez ainda parte de outros órgãos de conselho ligados aos interesses económicos. Gastrónomo, publicou em 1928, com o pseudónimo Oleboma, o tratado *Culinária Portuguesa* e fundou em 1933 a Sociedade Portuguesa de Gastronomia.

do Estado-Maior Naval, que ocupava desde Junho de 1929. Era, portanto, da confiança do poder. Os seus colaboradores no Conselho geral foram cuidadosamente seleccionados: o comandante Afonso Cerqueira e os tenentes aviadores Amorim Loureiro e Namorado Júnior eram oficiais prestigiados e integravam igualmente a Comissão de Propaganda da Marinha e a sua Comissão Executiva. A presença de Alfredo da Silva na vice-presidência do Conselho Geral, conferia-lhe um peso político e económico significativo.

Para além da colaboração com a Comissão de Propaganda, a Liga realizou em Julho de 1930, na sua sede, uma exposição de Fotografias de Marinha. O seu catálogo[786] não reproduz nenhuma das espécies expostas, mas sabemos que se tratou de uma mostra de alguma dimensão, pois estão listadas 282 fotografias. Pelos títulos descritivos, sabemos que incluiu imagens de navios de guerra, mercantes, de pesca e de recreio portugueses, de aviões da Aviação Naval, da navios mercantes estrangeiros e de paisagens marítimas, cedidas por um largo conjunto de entidades e personalidades, encabeçadas pelo ministro da Marinha, e que incluía, entre outros, os almirantes D. Bernardo da Costa e Gago Coutinho, o Clube Militar Naval, a Companhia Nacional de Navegação, a Companhia Portuguesa de Pesca, o Clube Náutico de Portugal e o estaleiro naval H. Parry & Son, de Cacilhas.

Na ocasião da posse da nova direcção da Liga Naval, em Maio de 1930, o seu Vogal Mário de Noronha acentuou que a Marinha de Guerra e o País "acompanham a sua vida e tentativas de renascimento"[787]. Na mesma reunião, foi aprovado um plano de acção em cinco pontos, para materializar aquele objectivo. Com ênfase em duas questões – o poder marítimo e o Império, enumeravam-se hipóteses, que deveriam ser estudadas por comissões a designar[788]:

- "Escola do Sea Power" – deveria, com a colaboração das "entidades competentes" e, em especial, da Academia das Ciências, realizar a "compilação de todos os documentos que provam que os grandes princípios da Escola do Sea Power, tal

[786] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/ B, *Exposição de Fotografias de Marinha – Catálogo*, Palácio Palmela – Largo do Calhariz, s.d.
[787] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 6, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 21 de Maio de 1930.
[788] Foram, alguns meses mais tarde, nomeadas quatro comissões para estudar as questões propostas, de que não se conhece o seguimento. Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 6, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 9 de Dezembro de 1930.

como os apresentam Mahan, Calwell[789] e Bonamico[790], foram primacialmente estabelecidos pelos nossos grandes almirantes do seculo XVI, que sobre eles fizeram assentar a manutenção do nosso império da Índia".

- "Mapa do Império Português" – Pedir a colaboração da Comissão de Cartografia da Sociedade de Geografia, para a elaboração de um planisfério idêntico ao que tinha sido editado pela "Navy League", com a marcação "de todos os pontos onde tremulou a bandeira de Portugal, com indicação especial de todos os que ainda se conservam sob a nossa suserania".
- "Festa do Império" – Celebrar, anualmente, a batalha naval dos Rumes[791] que, "firmando a nossa supremacia marítima, foi a base do nosso império oriental".
- "Visita anual ás províncias ultramarinas" – Estudar "a maneira de levar ás colónias, anualmente, um grupo dos mais distintos alunos que terminem os cursos nas universidades".
- "Preparação comercial-marítima" – Promover a realização de cursos para as "elites que hão-de dirigir a expansão das nossas energias nacionais".

Nos finais de 1930, o Conselho Geral da Liga Naval constituiu quatro comissões, às quais caberia o estudo de questões diferentes das que se tinham colocado meses antes. Depois de o governo ter tomado a iniciativa de aprovar um programa de rearmamento da Marinha, pareciam agora prioritárias as questões das marinhas mercante e das pescas.

Também nos finais daquele ano, sob o ímpeto da actividade da Comissão de Propaganda da Marinha, o presidente do Conselho Geral deu conta de uma nova tentativa para, junto do ministro, obter um subsídio para "a obra da Liga". A diligência foi mal sucedida, num novo indicador da desconfiança com que, em razão da sua história, a Liga Naval era olhada pelos governos da Ditadura.

---

[789] Charles Edward Calwell (1859-1928) foi oficial do Exército britânico, onde atingiu o posto de Major-general. Foi um prolífico escritor sobre assuntos militares. Entre outros, publicou em 1896 o livro *Small Wars: their principles and practice*, obra na qual também se ocupou das campanhas de ocupação colonial.

[790] Domenico Bonamico (1846-1925) foi oficial da Marinha italiana. Participou em 1866 no combate naval de Lissa, a bordo do "Re di Portugallo", um couraçado de propulsão mista construído nos EUA. Foi autor de obras de reflexão sobre o poder naval.

[791] Foi travada a 3 de Fevereiro de 1509, entre a Armada da Índia, comandada por D. Francisco de Almeida e uma esquadra combinada de forças otomanas e egípcias, de Calecute e de Guzarate. A designação rumes era usada para designar os muçulmanos que faziam oposição aos portugueses nos mares da Índia. O comandante Saturnino Monteiro, em *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, 8 volumes, Volume I (1139-1521), Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1989, p. 192, considerou-a "a mais importante de toda a História da Marinha Portuguesa e uma das mais importantes da História Naval Universal".

A situação financeira da velha associação era de tal forma "aflitiva", que o Conselho Geral deliberou aceitar uma proposta para a venda do quadro pintado por José Malhoa, representando o malogrado príncipe D. Luís Filipe, que fora um dos protagonistas do assalto à Liga Naval durante os distúrbios subsequentes à revolução de 14 de Maio de 1915, a que acima aludimos. A proposta de compra terá sido atractiva e feita por alguém que "apreciaria e respeitaria" o quadro[792]. Tratou-se de uma decisão curiosa, porventura mal informada e felizmente não concretizada, já que o quadro estava em poder da Liga por empréstimo do ministério das Obras Públicas, realizado quando, em 1909, houve necessidade de preencher as paredes da nova sede, no palácio Calhariz-Palmela. O tiro foi corrigido a tempo já que, em 1932, quando a Liga Naval se viu forçada a abandonar a sede ali instalada, foi a sua vez de oficiar ao ministro do Comércio, para proceder à "entrega dos quadros que há anos lhe foram cedidos, por empréstimo, pelo extincto Ministério das Obras Publicas"[793].

No que respeita ao aluguer de salas, o Conselho Regional de Lisboa decidiu vedá-lo a actividades de carácter político ou religioso, optando por acolher iniciativas de natureza, a um tempo, mais mundana e assistencial, como foram os bailes promovidos por "comissões de senhoras", cujas receitas se destinavam a fins de "caridade". As actas do Conselho Regional de Lisboa, de 1930, registaram algumas destas situações, a que faremos referência mais adiante.

5.3 A última década: entre o arriar da bandeira e a suspensão da actividade

António Pereira de Matos morreu em 3 de Julho de 1930, estando já doente quando a Liga Naval aparentava ter condições para ressurgir. O primeiro Conselho Geral realizado depois do seu desaparecimento – em 9 de Dezembro daquele ano, manifestou "profundo pesar" pelo falecimento do "consócio prezadíssimo e ilustre secretário-perpétuo", lembrando "a incomparável acção daquele […] grande amigo da Liga".

Feita nestes termos, a evocação de António Pereira de Matos, iam já decorridos alguns meses sobre a sua morte, parece um preito demasiado económico e austero para quem tinha sido o criador da Liga Naval e o grande animador da sua actividade. É certo que também

[792] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 6, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 9 de Dezembro de 1930.
[793] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Regional de Lisboa da Liga Naval Portuguesa de 29 de Março de 1932.

se lhe ficaram a dever os desvios políticos que a levaram a praticar rotas que, a posteriori, foram julgadas como um abusivo afastamento da sua verdadeira missão.

Com as eleições realizadas em Abril de 1931, Júlio da Silva Nogueira Álvares Pereira de Matos entrou para a direcção do Conselho Regional de Lisboa[794]. Era o filho único do comandante António Pereira de Matos, baptizado com os apelidos de sua mãe, Adalgisa Pinto Leite da Silva Nogueira e do seu pai. Admite-se que tenha sido ungido com o intercalar Álvares, para que soasse como memória do Beato Nuno de Santa Maria, tão da devoção política do falecido secretário-perpétuo da Liga Naval.

Júlio Álvares Pereira de Matos nascido em 1906 e falecido, sem descendência, em 1963, seria um dos fundadores e depois secretário-geral adjunto do Nacional-Sindicalismo[795], cargo em que substituiu Alberto de Monsaraz, quando este foi em Janeiro de 1934, enviado para um breve exílio em Espanha, com Francisco Rolão Preto[796]. Com, entre outros, António Pedro, Dutra Faria, Barradas de Oliveira e Franz de Almeida Langhans, foi também um dos fundadores do jornal *Revolução* (1932-1933), órgão daquele movimento[797]. De certo modo, através do seu filho, homem de acção política como o pai, permaneceu vivo na Liga Naval o espírito do seu fundador.

Depois de em 1930 ainda ter vivido um tempo de alguma animação, ao ser-lhe pedido o apoio para a divulgação do plano naval que o governo da Ditadura Nacional tinha lançado, o ano de 1932 marcou o início do declínio definitivo da Liga Naval. Alguns sócios abandonaram a Liga, outros deixaram de pagar as suas quotas, restando então apenas "duas ou três dezenas" de associados[798]. Chegou mesmo a afirmar-se, numa reunião do Conselho Regional de Lisboa, que se a Liga existia apenas para alugar salas para festas, então não se justificava a sua existência[799]. Este expediente, que contribuía para atenuar os apertos

---

[794] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 6, Acta da reunião do Conselho Regional de Lisboa da Liga Naval Portuguesa de 6 de Abril de 1931.

[795] O Movimento Nacional Sindicalista, os "Camisas Azuis" usava como símbolo a Cruz de Cristo, o mesmo da Liga Naval Portuguesa, que já tinha sido escolhido pela União Patriótica (1813) e pela Liga Nacional (1915-1918).

[796] António Costa Pinto, *As Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal 1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 93, 95, 160.

[797] O Movimento foi proibido por Oliveira Salazar em Julho de 1934. Júlio de Matos casou em 25 de Setembro de 1934 com Maria Cristina Guimarães Rino (28 de Dezembro de 1889-1968), que tinha desposado em primeiras núpcias António Eça de Queirós (1891-1968), monárquico envolvido no golpe militar de 28 de Maio de 1926 e depois próximo do nacional-sindicalismo e apoiante do Estado Novo. Júlio Pereira de Matos, que foi sócio da Liga Naval, morreu em 25 de Setembro de 1963.

[798] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 5 de Agosto de 1933..

[799] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/B – Maço 3, Acta da reunião do Conselho Regional de Lisboa da Liga Naval Portuguesa de 28 de Abril de 1931.

financeiros da associação, era uma prática já antiga, porventura retomada com maior frequência no princípio da década de 1930. Referem-se, neste tempo e a título de exemplo as cedências de instalações para os seguintes efeitos:

- Ocasiões festivas, como o baile do grupo coral da Sociedade Nacional de Música de Câmara, o aniversário do Clube Náutico de Portugal e a festividade carnavalesca promovida pela Liga Naval;
- Iniciativas de natureza caritativa, casos do baile da Associação Académica do Conservatório Nacional de Música a favor da Caixa de Auxílio dos alunos em benefício, do Chá de Caridade organizado pela Casa da Madeira, e da distribuição anual aos beneficiários da Hora dos Pobrezinhos.

Em 1931, o problema dos custos de aluguer do palácio Calhariz-Palmela tornou-se avassalador. Alguns dos sublocatários atravessariam também as suas dificuldades, tendo comunicado à Liga Naval a intenção de abandonar as instalações que ocupavam. Ao contrário, os tempos pareciam correr de feição ao Automóvel Clube de Portugal, que se ofereceu para assumir o arrendamento, com a cedência à Liga de algumas salas no andar inferior.

Numa hipótese que foi negociada, mas depois abandonada, por não ter sido aceite pela Casa Palmela, o Conselho Geral optou por propor ao Clube Militar Naval, de onde nascera a Liga mais de três décadas atrás, que fosse ele a ocupar o edifício do largo do Calhariz[800]. No entanto, depois de conversações com o senhorio, também o Clube se desinteressou pela ocupação do local que a Liga Naval arrendava desde 1909[801].

O Vice-Almirante reformado Guilherme Ivens Ferraz, presidente do Conselho Regional de Lisboa, dirigiu-se em 30 de Março de 1932 ao ministro Magalhães Correia, recordando o "longo período de afastamento do seu objectivo máximo, o desenvolvimento da Marinha", que a Liga Naval tinha atravessado, e a luta que vinha travando, havia dois anos, pelo "renascimento do seu programa, na sua maior pureza naval". Pediu na sua carta que fossem concedidas instalações temporárias para a Liga, já que a "falta de fundos, em

[800] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 6, Acta da reunião conjunta do Conselho Geral e do Conselho Regional de Lisboa da Liga Naval Portuguesa de 11 de Dezembro de 1931. O Clube Militar Naval estava instalado desde 1915 no 1º andar do nº 16 da rua das Pretas. Ver António Costa Canas (Coordenador), *Clube Militar Naval – 150 Anos*, Lisboa, Clube Militar Naval/ Comissão Cultural de Marinha, 2016, pp. 134, 136.

[801] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 3, Acta da reunião conjunta do Conselho Regional de Lisboa e do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 24 de Dezembro de 1931.

conjunção com uma elevada renda da sua sede" não lhe permitia manter-se no palácio Calhariz.

O ministro lançou na carta um despacho em que mandava estudar a possibilidade de albergar, provisoriamente, a Liga Naval no Quartel de Alcântara, ou nas instalações do Tribunal Militar de Marinha, na Cordoaria, com a condição de que "a Liga Naval se limite [ao] que diga respeito a assuntos que se relacionem com o desenvolvimento marítimo do País"[802].

Uma circular aos associados, assinada pelo presidente do Conselho Regional de Lisboa em 23 de Maio do mesmo ano de 1932[803], dava conta de todas estas diligências, apontando o dedo a "erros graves de Conselhos anteriores", dos quais o actual tinha herdado dívidas avultadas e uma renda da sede impossível de satisfazer. Acrescia o abandono das instalações até então onerosamente ocupadas, nos segundo e terceiro andares do palácio Calhariz, pelo Centro Nacional de Esgrima (que ali estava desde 1909), Clube Náutico de Portugal[804] e Aero Clube, que invocaram as suas próprias dificuldades, ou saíram sem aviso prévio, como foi o caso desta última associação, com o consequente desequilíbrio nas receitas da Liga.

O almirante Ivens Ferraz dava ainda conta aos sócios das diligências goradas, que tinham sido realizadas junto do ministro da Marinha para o realojamento "temporário" da Liga enquanto durasse a sua "reorganização".

Decidida a mudança e vendido o mobiliário "antiquado e desnecessário", colocou-se como primeira hipótese a já referida instalação em dependências do Quartel de Marinheiros. Depois de ter sido inicialmente aprovada pelo governo em Conselho de Ministros[805], esta solução acabou por ser inviabilizada, pela alegada "oportunidade de transformar o antigo quartel […] em Hospital da Marinha".

---

802 Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/B – Maço 8, Carta do presidente do Conselho Regional de Lisboa ao ministro da Marinha e despacho do ministro de 4 de Abril de 1932.

803 Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/B, Circular do presidente do Conselho Regional de Lisboa de 23 de Maio de 1932.

804 Foi fundado em 1924, por dissidência de sócios da Associação Naval de Lisboa, sob a designação inicial de Grupo Náutico Português. Extinto em 1969, os seus corpos sociais, sócios e arquivo foram agregados à Associação Naval de Lisboa.
Ver https://arquivodigital.cascais.pt/xarqweb/Result.aspx?id=18435&type=Autoridade (Consultado em 25 de Novembro de 2018)

805 Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 3, Acta da reunião do Conselho Regional de Lisboa, de 7 de Março de 1932.

A falta de entusiasmo do ministro Magalhães Correia em apoiar a Liga Naval nesta situação delicada, potencialmente fatal, terá sido originada na "grande relutância por parte de alguns oficiais da Marinha"[806], segundo o próprio declarou ao almirante Ivens Ferraz. Esta desconfiança teria como base a suspeita de que a Liga Naval pudesse cair na tentação de regressar ao seu passado de intervenção na vida política. Esta seria uma situação inaceitável para a Ditadura, até porque ainda estava fresca a memória da "revolta da Madeira" que, com pequenas extensões nas colónias, tinha levantado alguns militares contra a Ditadura, entre os primeiros dias de Abril e os primeiros de Maio de 1931, insurreição derrotada por uma expedição naval chefiada pelo próprio ministro Magalhães Correia.

O Conselho Geral, presidido pelo Vice-Almirante reformado Pedro de Azevedo Coutinho, realizou a sua última reunião no dia 22 de Abril de 1932. A penúltima decisão tomada, foi de credenciar o comandante Nuno de Brion para representar a Liga Naval na viagem que o ministro das Colónias Armindo Monteiro se preparava para realizar a África. A última, foi proceder ao solene arrear da bandeira da Liga, feito pelos sócios Afonso de Cerqueira e António Almada. O Conselho Regional de Lisboa continuou a realizar encontros formais até Janeiro de 1939 e a Liga Naval passou, por cedência gratuita, a ter a sua sede numa sala da residência do comandante Carlos Gomes de Amorim Loureiro, na rua Vitorino Damásio[807]. Esta solução cessou pouco tempo depois quando aquele sócio partiu para comissão em Angola.

Em Novembro de 1932, pareceram estar finalmente vencidas as resistências que se tinham colocado à instalação da Liga em dependências do Quartel de Marinheiros, onde passaria a ocupar quatro salas[808]. Depois de algumas obras, a instalação em Alcântara teve lugar em Julho de 1933. O mordomo foi depois dispensado e, em seu lugar, contratado um servente para tomar conta das instalações. Não foi possível apurar quanto tempo durou a presença da Liga no Quartel de Marinheiros sabendo-se, no entanto, que a cedência pela Marinha cessou e que a partir de Dezembro de 1936, o Conselho Regional de Lisboa passou

[806]Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 3, Acta da reunião do Conselho Regional de Lisboa, de 29 de Março de 1932.
[807] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 3, Acta da reunião do Conselho Regional de Lisboa, de 23 de Maio de 1932.
[808] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 3, Acta da reunião do Conselho Regional de Lisboa, de 12 de Novembro de 1932.

a registar, de novo, as suas reuniões nas dependências cedidas pelo sócio Carlos Amorim Loureiro[809].

O lançamento, em 1935, de um livro de contos navais – *No Mar, episódios da vida de marinheiros*[810] – da autoria de treze oficiais da Marinha[811], foi a última iniciativa editorial da Liga Naval Portuguesa. A sua preparação tinha sido feita ainda em 1930, no âmbito do impulso de ressurgimento da associação[812].

Em Janeiro de 1939, o mês em que a Liga Naval decidiu suspender a sua actividade, o livro de registo das quotas incluía a cobrança de uns meros 80 escudos a 16 associados: General Eduardo Ferrugento Gonçalves, Vice-Almirante Guilherme Ivens Ferraz, Ricardo O´Neill, António Almada, Fernando Ferreira Pinto Basto, Cândido Sotto-Maior Queirós, Alfredo da Silva, António Gonçalves da Silva e Cunha, Mário de Noronha, Abel Alves Valadares, Gustavo Amarante, comandante Carlos Gomes de Amorim Loureiro, José Simões Vaz, António Francisco Alves Leite, Vice-Almirante Pedro de Azevedo Coutinho e João Sassetti.

Os sócios da Liga Naval Portuguesa optaram por uma mera suspensão, mantendo a sua existência e parecendo, deste modo, conservar uma esperança que, como outras vezes tinha acontecido no seu passado, pudesse ver restabelecidas condições para reatar a sua actividade.

III - CONCLUSÃO

Criada em 1900, a Liga Naval Portuguesa desenvolveu actividade durante quase quatro décadas, atravessando quatro regimes políticos – Monarquia, República, Ditadura e Estado Novo.

Inspirada nas Ligas Navais inglesa e alemã, fundadas em 1894 e 1898, a Liga portuguesa foi uma iniciativa de Oficiais da Armada, criada com a intenção de constituir uma plataforma federadora de personalidades e associações de interesses económicos ligadas às actividades marítimas, sobretudo o comércio e as pescas, bem como de promover

---

[809] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 3, Acta da reunião do Conselho Regional de Lisboa, de16 de Dezembro de 1936.
[810] Alfredo Botelho de Sousa, Pedro de Azevedo Coutinho, Ivens Ferraz e outros, *No Mar, episódios da vida de marinheiros*, Lisboa, Edição da Liga Naval Portuguesa, 1935.
[811] Alfredo Botelho de Sousa, Pedro de Azevedo Coutinho, Ivens Ferraz, D. Bernardo da Costa Mesquitela, Alfredo Caçador, Carvalho Brandão, Mata Oliveira, Agnelo Portela, Cisneiros e Faria, Nuno Telles Pinto, Jaime do Inso, Guilherme de Oliveira e Emilio San Bruno [aliás Filipe Emílio de Paiva].
[812] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A – Maço 6, Acta da reunião do Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa de 9 de Dezembro de 1930.

a renovação da Marinha de Guerra, para apoiar a defesa das posições coloniais e das rotas marítimas entre a metrópole, África e o Brasil.

A Liga Naval nasceu assim com o propósito de levar a cabo o "ressurgimento marítimo" do País, adoptando como divisa a expressão "O futuro de Portugal está no Mar!", adaptação de uma passagem de um discurso do imperador alemão, em 1901, quando se comprometeu com a construção de uma grande Marinha, capaz de romper com o confinamento marítimo da Alemanha e de defender as suas ambições coloniais.

As actividades desenvolvidas ao longo dos seus primeiros anos de vida, cumpriram os fins estatutários inicialmente formulados e a Liga Naval cresceu em número de associados e alargou a presença geográfica das suas delegações. Iniciou em 1902 a publicação de um órgão oficial, que se imprimiu até 1913; promoveu o Congresso Marítimo Nacional (1903) e o Congresso de Pescarias (1904); organizou em Lisboa o Congresso Marítimo Internacional de 1904; representou o país, realizou conferências, editou livros e procurou actuar como representante dos interesses marítimos juntos dos sucessivos governos.

Na primeira década de vida da Liga Naval e última da Monarquia Constitucional, o Conselho Geral, seu órgão máximo, teve como presidentes Júlio de Vilhena (1901-1904), António Teixeira de Sousa (1904-1906) e Jacinto Cândido da Silva (1904-1910), todos antigos ministros da Marinha e Ultramar e figuras de relevo do Partido Regenerador.

O Regicídio constituiu um momento de ruptura no contexto da crise em que o País tinha mergulhado no princípio da década de 1890. Os poderes – o rei, os governos, as Câmaras e os partidos políticos, tinham-se mostrado incapazes de inverter o rumo da situação, de que tiravam partido os republicanos, que viam na mudança de regime a promessa de uma regeneração moral e material da Nação.

Convictos de que era ainda possível agregar as principais forças políticas e sociais do País em benefício da mudança que consideravam indispensável, um grupo de personalidades da Liga Naval Portuguesa, liderados pelo seu secretário-perpétuo, o então Segundo-tenente António Pereira de Matos (1874-1930), lançou em 1908 a realização de um Congresso Nacional que, reunido em Maio de 1910, juntou monárquicos constitucionais, republicanos e socialistas, no que deveria constituir – como os organizadores pretendiam – o primeiro momento de debate global dos grandes problemas nacionais. Não obstante o optimismo manifestado pelos organizadores, a iniciativa não foi bem recebida junto de parte significativa dos republicanos.

A proclamação da República interrompeu os bons propósitos anunciados com este congresso, designadamente os últimos dos seus "votos finais", que apelavam ao "patriotismo de todos, governantes e governados, para que se inicie, sem demora, a grande obra nacional que por estes votos se define". O último deles, o "voto 128", manifestava o desejo de "manter, com caracter permanente, a sua organização inicial".

Os desenvolvimentos políticos da República traduziram-se no estreitamento dos caminhos de convergência propostos no Congresso Nacional, levando os seus organizadores, António Pereira de Matos em particular, a procurarem outras vias para o seu projecto. Com uma presença predominante de monárquicos, debaixo de uma matriz ideológica conservadora, a Liga Naval criou a União Patriótica, de existência breve, em 1913, cujos objectivos recuperou dois anos mais tarde na Liga Nacional (1915-1918), nascida no ambiente favorável do curto consulado do General Pimenta de Castro (Janeiro a Maio de 1915), momento que ficou também marcado por uma aproximação, mutuamente conveniente, com o nascente movimento do Integralismo Lusitano.

As iniciativas políticas da Liga Naval, sempre pela mão do seu secretário-perpétuo, fundaram-se em princípios claros e pré-definidos, em especial no que os seus promotores designaram como "critério conservador", que defendia o governo pelos mais aptos, a moral cristã, a harmonia entre propriedade, capital e trabalho e a continuidade da tradição nacional, do militarismo e do imperialismo, baseados no poder marítimo. Segundo afirmou Ernesto Castro Leal, chamando a atenção para a importância da formulação daquele conceito "Firmam-se, deste modo, os tópicos essenciais da matriz sincrética nacionalista: governo de técnicos, moral cristã, corporativismo, patriotismo, império colonial".

Assentando num elevado grau de coesão ideológica dos seus dirigentes, de carácter conservador e confessional, e tirando partido da sua rede de associados e dos seus órgãos de representação geograficamente disseminados, a Liga Naval Portuguesa revelou, entre 1908 e 1918, uma vertente política que não estava presente nos seus princípios e nos seus objectivos fundadores. Neste período, os ideais de "ressurgimento nacional" prevaleceram claramente sobre os iniciais propósitos de promover o "ressurgimento marítimo" do País.

As alterações de conjuntura representadas pela República Nova (1918), pelo pós-guerra e pela reformulação das formações políticas na Nova República Velha (1919-1926) não favoreceram o desenvolvimento das iniciativas da Liga Naval que, com o seu apoio, viu nascer a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira (1918-1938). A Liga Naval atravessou depois, entre 1918 e 1930, um período de um certo apagamento.

Em 1930, o seu anterior prestígio e influência fizeram com que fosse chamada a participar na propaganda do programa naval lançado pela Ditadura. No entanto, passado o momento, regressou à teia de dificuldades financeiras em que tinha vivido, quase em permanência, desde que Afonso Costa tinha, em 1913, retirado à Liga o subsídio que saía dos cofres públicos desde o início da sua actividade.

É possível propor algumas conclusões sobre a Liga e o seu secretário-perpétuo, como é igualmente necessário reconhecer que muitas perguntas ficam ainda sem resposta.

A primeira destas diz respeito à simbiose entre o criatura e o seu criador: sem a iniciativa de António Pereira de Matos, é muito provável que a Liga Naval Portuguesa não chegasse a existir. Ainda que a História não possa ser construída a partir de contra-factos, admite-se que talvez não, e decerto não com o mesmo percurso.

Ainda que tendo como referência as duas ligas precursoras, inglesa e alemã, a Liga portuguesa não foi, como a primeira, uma emanação da sociedade civil, nem teve o carácter oficioso que marcou a segunda.

Ao contrário da liga inglesa, a ideia da criação da Liga Naval Portuguesa teve origem num grupo de sócios do Clube Militar Naval, associação estatutariamente "formada por oficiais e cadetes da Armada". Portugal não tinha um império, nem uma Marinha, nem a capacidade industrial do Reino Unido, como não tinha também o poder continental imenso da Alemanha, nem as suas ambições expansionistas. Portugal também não tinha uma opinião pública educada e capaz de influenciar as decisões dos governos, pelo que a sua Liga Naval foi criada com objectivos, e sobretudo com meios bastantes distintos da "Navy League" e da "Deutscher Flottenverein".

Ao longo da primeira década da sua existência e actividade, a Liga Naval empenhou esforços em influenciar os poderes públicos para a realização de mudanças em múltiplas áreas "das quatro marinhas", de guerra, comércio, pescas e recreio, no sentido da sua valorização no todo nacional, através da modernização técnica, económica e social. As fontes directas e indirectas permitem asseverar a dimensão dos esforços realizados, mas já não autorizam que se afiram os resultados concretos alcançados.

Depois do Regicídio e sobretudo depois da implantação da República, a Liga Naval Portuguesa entrou numa deriva política, substituindo os fins originais de promoção do "ressurgimento marítimo" do País, pelos do "ressurgimento nacional". Importa a interrogação: que terá levado, após o Regicídio, à criação do Congresso Nacional, realizado

em Maio de 1910? A ideia terá saído da mente do Segundo-tenente António Pereira de Matos ou, como menor probabilidade – defendemos – do grupo de personalidades que o rodeava? Ou de ambos? As fontes não permitem uma escolha peremptória, mas é verosímil admitir que a iniciativa – tal como as seguintes deste mesmo domínio – tenha cabido ao secretário-perpétuo, através de uma rede de afinidades ideológicas que foi variando ao longo do tempo, ainda que tenha conservado a sua matriz eminentemente conservadora e, dentro dela, monárquica e confessional.

A União Patriótica (1913) e a Liga Nacional (1915-1918), emanações da Liga Naval, tendo pelo meio (1915) uma certa intimidade – ainda que não inteiramente assumida – com o Integralismo Lusitano, inscreveram-se na corrente ideológica que desaguou no Estado Novo, como assinalou Ernesto Castro Leal[813]. Os protagonistas da Liga Nacional incorporaram, em grande parte, as fileiras da Liga Naval e as da Cruzada Nun´Álvares, quando esta foi criada em 1918. Faziam parte da elite conservadora da indústria, do comércio e dos militares, e integravam-se nas formações políticas tradicionais.

A Liga Naval Portuguesa suspendeu a actividade em 1939, invocando razões de ordem financeira[814]. A este respeito, permanece também uma questão, que é a de saber se o fez por sua iniciativa, por ter os seus cofres vazios ou se, ao invés, existiu algum tipo de pressão, mesmo que implícita, por parte do poder. Com a constituição do Estado Novo, com a sua "matriz corporativa, antidemocrática e antiliberal do catolicismo conservador do Centro Católico salazarista"[815], princípios que também tinham pautado a acção política da Liga Naval, estavam esgotadas as tarefas dessa natureza que tinha empreendido. O Estado forte e autoritário que Oliveira Salazar tinha começado a construir não tinha lugar para a Liga Naval Portuguesa, em qualquer das suas dimensões, a de federação dos interesses marítimos e a de intervenção na esfera política.

Financeiramente exausta e sem espaço de manobra, a Liga Naval suspendeu, com naturalidade, a sua actividade em 1939.

---

[813] Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos […]*, 1999.

[814] A Confraria Marítima de Portugal, fundada em 2009, que tem como fins estatutários "promover e divulgar actividades relacionadas com o mar, numa perspectiva abrangente, nomeadamente de carácter social, cultural, tecnico e cientifico", alterou a sua designação para Confraria Marítima e Portugal – Liga Naval Portuguesa em Março de 2019.

[815] Fernando Rosas, "Estado Novo", Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (Direcção), *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 volumes, Volume I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p. 317, col. 1.

Notas

1. A autor não adoptou o Novo Acordo Ortográfico.
2. As transcrições respeitam a ortografia original.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Organização:

I – Fontes
I.1 Fontes de arquivo
I.2 Fontes impressas
I.3 Periódicos
II – Bibliografia
I.1 Geral
I.1.1 Obras de referência
II.1.2 Obras gerais
II.1.3 Teoria e Métodos
II.2 Específica
II.2.1 Bibliografia impressa
II.1.2 World Wide Web

I - Fontes

I.1 Fontes de arquivo

Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação avulsa*, Caixas 1387, 1387/A, 1387/B, 1414/A. "Liga Naval Portuguesa".

_____, *Livros-Mestres de Oficiais*.

_____, *Diário de Navegação dos Iates Amélia*.

Arquivo Municipal de Viana do Castelo, *Livro de Actas das sessões da Câmara de 1904*, folhas 26v-27.

I.2. Fontes impressas

"Aos leitores", *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo XXX, nº 3 – Março de 1900, pp. 83-94.

"Chronica do Mez", *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo XXIX, nº 9 – Setembro de 1899, p. 756.

"Informações diversas", *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo XXX, nº 5 – Maio de 1900, p. 360.

"Memória sobre o serviço das linhas de navegação por vapor para os portos d´Africa", *Anais do Clube Militar Naval*, nº 1, Lisboa, Typographia do Futuro, Dezembro de 1870.

"Memória sobre o serviço das linhas de navegação por vapor para os portos d´Africa", *Anais do Clube Militar Naval*, nº 1, Lisboa, Typographia do Futuro, Dezembro de 1870.

Association Internationale de la Marine, *Congrès de Monaco 1901 – Compte rendu des travaux*, Imprimerie de Monaco, 1901.

_____, *Congrès de Copenhague – 1902*, Paris, Imprimerie Lahure, 1902.

_____, *Congrès de Lisbonne – 1904*, Paris, Imprimerie Lahure, 1904.

BENOLIEL, Joshua, *Arquivo Gráfico da Vida Portuguesa (1903-1918)*, Fascículo nº 2, 1932.

Biblioteca de Arte Gulbenkian, "Convite para a conferência A invenção do Dia Claro", 1921, cota DM 341/88.

Boletim Marítimo, Liga Naval Portuguesa, 1906-1913.

Boletim Oficial, Liga Naval Portuguesa, 1902-1905.

CABREIRA, António, *Pangermanismo e Aliança Militar dos Povos Latinos*, Conferência pública realizada no Real Instituto de Lisboa em 2 de Janeiro de 1906, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1906.

CASTRO, Joaquim Pimenta de, *O Dictador e a Affontosa Dictadura pelo próprio general Joaquim Pereira Pimenta de Castro*, Weimar, Imp. Wagner G. Humbold, 1915.

Censo da população de Portugal no 1º de Dezembro de 1911, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.

CHAGAS, João, "Carta sobre o Congresso Nacional e os seus fins. Lisboa, 16 de Maio de 1910 e "Nova carta sobre o Congresso Nacional e o seu fim. Lisboa, 23 de Maio de 1910", *Cartas Políticas*, 4ª Série, Lisboa, Oficina Bayard, 1908-1910.

Compte rendu des travaux et des séances, Congrès International de la Marine Marchande – 4 au 12 Août 1900, Paris, Imprimerie Paul Dupont, 1901.

Congresso Colonial Nacional – Actas das sessões, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, A Liberal – Oficina Tipográfica, 1902.

Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino, 18 de Fevereiro de 1902.

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Fevereiro de 1900 e Novembro de 1906.

Diário do Governo, 1910-1939.

DINIS, Pedro, *O Futuro de Portugal está no Mar*, Lisboa, Liga Naval Portuguesa - Congresso Marítimo de 1902, 1903.

EÇA, Vicente M. M. C. Almeida de, *Sobre o estado actual das pescas marítimas em Portugal*, Conferência preparatória do Congresso Marítimo Nacional de 1903, Lisboa, Papelaria La Bécarre, 1903.

ESPARTEIRO, António Marques, *Três Séculos no Mar (1640-1910)*, X Parte/ Cruzadores/ 1º Volume, Lisboa, Marinha, 1986.

JOÃO DE DEUS, *Campo de Flores*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

LE MOINT, Guy, *Petite Histoire du mal de mer et de ses traitements*, Rennes, Infomer, 2013.

Liga Nacional – Boletim Oficial publicado pela Comissão Executiva, Série 1 – nº 1, Tipografia A Editora, Junho de 1916.

Liga Nacional – Trabalhos realizados para a sua fundação, Lisboa, Tipografia A Editora, 1915.

Liga Naval Portuguesa - Breve relação dos seus trabalhos desde a reunião preliminar até á reunião de 15 de Outubro de 1902 para aprovação dos novos estatutos (1900-1902), Porto, Tipografia a Vapor da Empresa Literária e Tipográfica, 1902.

Liga Naval Portuguesa - Breve resenha dos seus trabalhos no decennio 1902-1912, Porto, Tipografia Pereira, 1912.

Listas da Armada, 1895-1932.

MADEUF, Dr. (Direcção), *Le Mal de Mer. Comment on s´en preserve, comment on en guérit, comment on le soigne*, Paris, Comité da La Ligue Contre le Mal de Mer, 1905.

MAHAN, A. T. [Alfred Thayer], *The influence of Sea Power upon History (1660-1783)*, Boston, Little Brown and Company, 1890.

MARTINS, Oliveira, *Economia e Política Nacional*, Porto, Magalhães & Ramalho Editores, 1885.

MATOS, A. Pereira de, *A Marinha de Commercio. Estudo*, 2 volumes, Porto, Magalhães e Moniz Editores, 1900-1901.

_____, *O Congresso Internacional Marítimo de Copenhague em 1902 – Relatório*, Porto, Tipografia Pereira, 1902.

_____, *Palestras Sociais*, Porto, Tipografia Pereira, 1916.

_____, *A Marinha de Guerra – Estudo*, Porto, Magalhães e Monis Editores, 1897.

_____, *O Congresso Internacional Marítimo de Copenhague em 1902 – Relatório*, Porto, Tipografia Pereira, 1903.

_____, *O Problema Naval* Português, 2 volumes, Porto, Tipografia Pereira, 1908-1909.

_____, *A Marinha de Guerra – Estudo*, Porto, Magalhães e Moniz Editores, 1897.

Memorando do capitão-de-fragata von Heeringen em 24 de Setembro de 1900, germanhistorydocs.ghi-dc.org/pdf/eng/510_German%20Naval%20Office_91.pdf.

Memorandum da Liga Naval Ingleza, 28 de Fevereiro de 1915, Edição dos Anais do Clube Militar Naval, 1915.

millefeuillesdebretagnesite.files.wordpress.com/2018/11/frac44109_6fi12412.jpg.

Ministério da Marinha, *Estatística das Pescas Marítimas no Continente do Reino e Ilhas Adjacentes no Anno de 1903*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, p. 1.

MIRANDA, José António, "A revista naval de Spithead", Anais do Clube Militar Naval, Volume XXVII, nº 7 – Julho de 1897, pp. 637-655 e nº 9 – Setembro de 1987, pp. 755-797.

MOLINARI, G. [Gustave], *Comment se résoudra la Question Sociale*, Paris, Guillaumin et Cia., 1896, pp. 271-412.

_____. *Os monopolistas – Conversações familiares a´cerca do commercio de cereaes*, Lisboa, Tipografia do Jornal do Comércio, 1856, tradução de *Conversations familieres sur le commerce des grains*, Paris/ Bruxelles, Guillaumin & Cie/ Auguste Decq, Libraire, 1855.

_____, *Problemas Sociais*, Lisboa, Livraria Internacional, 1912, tradução livre de Ribeiro de Carvalho de *Problèmes du XXe Siècle*, Paris, Guillaumin, 1901.

MONTÊS, António, *Malhoa Íntimo. Conferência proferida nas Caldas da Rainha, quando do encerramento da Exposição Nacional de José Malhoa*, 30 de Setembro de 1950, Caldas da Rainha, Museu de José Malhoa, 1983.

MOURA, Lúcia de Brito, "Assistência das Portuguesas às Vítimas de Guerra", Maria Fernanda Rollo (Coordenação Geral), *Dicionário de História do republicanismo*, 3 volumes, Volume I – A-E, Lisboa, Assembleia da República, 2013, pp. 225-230.

NAVARRO, Bruno, *Governo de Pimenta de Castro. Um general no labirinto político da I República*, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2011.

Navegação para o Brasil, Comissão da Marinha Mercante - Ministério da Marinha e Ultramar, Lisboa, Imprensa Nacional, 1906.

"Orçamento da despesa ordinária do ministério da Marinha e Ultramar para o Exercício de 1906-1907", http://purl.sgmf.pt/OE-1906/1/OE-1906_item1/index.html0.

NEGREIROS, Maria José Almada, *Conversas com Sarah Affonso*, Lisboa, Arcádia, 1982.

"Parecer e proposta para um Congresso Colonial Nacional", *Pareceres e Projectos*, nº 16 (Nova serie), Sociedade de Geografia de Lisboa, 12 de Junho de 1900.

PARK, Evan, "The Nationalist Fleet: Radical Nationalism and the Imperial German Navy from Unification to 1914", *Journal of Military and Strategic Studies*, Volume 16, Issue 2, 2015.

PIMENTEL, Jaime Forjaz de Serpa, *Em honra de Nun´Alvares Fr. Nuno de Santa Maria*, Lisboa, A Policomercial, 1915.

PINTO BASTO, A. J. [António Jervis], *Cruzador S. Gabriel. Viagem de Circumnavegação*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1912.

PORTO, Capitão-tenente J. A. Santos (Organisação), *Annuario Maritimo Brasileiro para 1903*, Rio de Janeiro, Companhia Tipográfica do Brasil, 1903.

PORTUGALOF, Nicolas, "O futuro da Marinha Russa", *Revista Marítima Brasileira*, Ano XXX, nº 7, Janeiro de 1911, pp. 1229-1240.

REGO, Leote do, *Situação presente de Portugal como potência marítima*, Separata de "O Instituto", Coimbra, Imprensa da Universidade, 1910.

SARDINHA, António, RAPOSO, Hipólito, BRANCO, Luís de Freitas e outros, *A questão ibérica*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1916.

SILVA, A. A. Baldaque da, *Estado Actual das Pescas em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

SILVA, Pereira da, "A política militar e naval portuguesa e a influência dos pactos e acordos do desarmamento sobre a nossa directriz política", *Anais do Clube Militar Naval*, Anexo ao nº de Maio e Junho, 1930.

_____, Fernando Augusto Pereira da, *Política Naval e Política Naval Nacional*, Lisboa, Oficinas Gráficas do Instituto Militar dos Pupilos do Exército, 1924.

SOUSA, Alfredo Botelho de, COUTINHO, Pedro de Azevedo Coutinho, FERRAZ, Ivens e outros, *No Mar, episódios da vida de marinheiros*, Lisboa, Edição da Liga Naval Portuguesa, 1935.

VARETA, Bernardino Carlos de Azevedo, *A Escola de Sagres*, Porto, Tipografia Pereira, 1900.

_____, *A marinha mercante e a economia nacional*, Porto, Oficina do Comércio do Porto, 1903.

_____, *A Escola de Sagres e o projecto de um Instituto Naval Infante D. Henrique*, Porto, Commercio do Porto, 1894.

VIDAL JÚNIOR, G. A., "Marinha mercante", *Boletim* Marítimo, Série VII, nº 6, Junho de 1908, pp. 81-82.

VILHENA, Júlio de, *Antes da República (notas autobiográficas)*, Volume I, 2 volumes, Coimbra, França & Arménio Editores, 1916.

www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/(S(py43hpnrsx1egpa0i4txlw45))/SeriesCronologicas.aspx.

I.3 <u>Periódicos</u>

A Ideia Nacional, Ano I, nº 17, 12 de Maio de 1915, pp. 541-542.

A Lucta, 16 de Maio de 1910.

A Paródia – Comédia Portuguesa, 11 de Fevereiro de 1903.

Alma Nacional, 16 de Maio de 1910, p. 234.

Anais do Clube Militar Naval, 1899-1930.

Annaes Maritimos e Coloniaes, nº 1, Novembro de 1840.

Boletim do Centro Colonial de Lisboa (Associação de classe), Ano I, nº 1, Lisboa, 15 de Abril de 1909.

Contemporânea, nº 10, Ano III, 1934.

Diário de Notícias de 16 de Agosto de 1932.

Ilustração Portuguesa, 1903-1932

Música – Revista de Artes, nº 1, 15 de Julho de 1924.

Novidades, Fevereiro e Março de 1900.

O Dia, Abril de 1915.

O Século, Maio de 1910.

La Croix de 7 de Junho de 1906, gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k256469z/f1.item.zoom.

La Vida Marítima, Ano I, nº 1, 10 de Janeiro de 1902, p. 16.

Nação Portugueza – Órgão do "Integralismo Lusitano" – Revista de philosophia, litteratura e arte, sociologia, educação, instrucção e actualidades, 1ª série, 1914-1916.

O Diário Ilustrado de 27 de Março de 1905.

Pall Mall Gazette, 21 de Novembro e 30 de Novembro de 1894, pp. 1-2.

Tiro e Sport – Revista de Educação Physica e Actualidades, nº 306, 15 de Maio de 1905.

II – Bibliografia

II.1 Bibliografia Geral

II.1.1 Obras de referência

BRANDÃO, Fernando de Castro, *A I República Portuguesa – uma cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

COSTA, Adelino Rodrigues da, *Dicionário de Navios & respectiva relação de efemérides*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2006.

ESPARTEIRO, António Marques, *Dicionário Ilustrado de Marinha*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1936.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 37 Volumes, 1 Apêndice e 10 volumes de Actualização, Lisboa/ Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, [s.d.].

GUIMARÃIS, Alberto Laplaine, AYALA, Bernardo Diniz de, MACHADO, Manuel Pinto e ANTÓNIO, Miguel Félix, *Os Presidentes e os Governos da República no Século XX*, Lisboa, Caixa Geral de Depósitos e Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

LEITÃO, Humberto e LOPES, J. Vicente, *Dicionário de Linguagem de Marinha Antiga e Actual*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1990.

MARQUES, A.H. de Oliveira, GUINOTE, Paulo, MESQUITA, Pedro Teixeira e DIAS, João José Alves, *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Lisboa, Assembleia da República/ Edições Afrontamento, 2000.

RODRIGUES, António Simões (Coordenador), *História de Portugal em Datas*, [s.l.], Círculo de Leitores, 1994.

ROLLO, Maria Fernanda (Coordenação geral), *Dicionário de História da República e do Republicanismo*, 3 volumes, Lisboa, Assembleia da República, 2014.

SANTOS, Manuel Pinto dos, Monarquia Constitucional. Organização e Relações do Poder Governamental com a Câmara dos Deputados 1834-1910, Lisboa, Assembleia da República, 1986.

VALÉRIO, Nuno (Coordenação), *Estatísticas Históricas Portuguesas*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001, p. 533.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (Direcção, coordenação e compilação), *Nobreza Portuguesa*, 3 volumes, Volumes II e III, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961-1984.

II.1.2 Obras gerais

COSTA, Leonor Freire, LAINS, Pedro e MIRANDA, Susana Münch, *História Económica de Portugal 1143-2010*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2012.

MARQUES, A. H. de Oliveira, "A conjuntura", *Nova História de Portugal*, Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Volume XI – *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 678-698.

_____, "Programação e estrutura política", *Nova História de Portugal*, Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Volume XI – *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 368-437.

MEDINA, João (Direcção), *História Contemporânea de Portugal*, Volume I, Lisboa, Amigos do Livro, 2002.

PERES, Damião (Direcção Literária), *História de Portugal – Edição Monumental Comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade*, 7 volumes, Volume VII, Barcelos, Portucalense Editora, 1935.

RAMOS, Rui, *História de Portugal*, Direcção de José Mattoso, Sexto Volume, *As Guerras da República*, s.l., Círculo de Leitores, 1994, pp. 508-510.

ROSAS, Fernando e ROLO, Maria Fernanda (Coordenadores), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Volumes X e XI, Lisboa, Editorial Verbo, 1989.

II.1.3 Teoria e Métodos

ALMEIDA, António Marques de, "A escrita da História. Questões de teoria e de problematização", *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 2000, pp. 9-18.

BLOCH, Marc, *Introdução à História*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997.

BOUREAU, Alain, "Jacques Le Goff", *in* Michel Vovelles e outros, *Os Historiadores*, Lisboa, Editorial Teorema, 2005, pp. 309-325.

LE GOFF, Jacques, LADURIE, Emmanuel Le Roy, DFUBY, Georges e outros, *A Nova História*, Lisboa, Edições 70, 1978.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre, *Fazer História*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1987.

MARROU, Henri I., *Do Conhecimento Histórico*, Lisboa, Editorial Aster, 1976.

MATTOSO, José, *A Escrita da História. Teoria e Métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

VEYNE, Paul, *Comment on écrit l´histoire suivi de Foucault révolutionne l´histoire*, [s.l.], Editions du Seuil, 1979.

II.2 Bibliografia específica

II.2.1 Bibliografia impressa

ABREU, Ana Isabel Ferraz de Oliveira Pinto de, "J.L. Cardozo de Bethencourt, sua ascendência e descendência portuguesa", *Gerações/ Brasil*, Boletim da Sociedade Genealógica Judaica do Brasil, Volume 12, Fevereiro de 2004, pp. 18-19.

ABREU, Edward Luís Ayres d´, *Ruy Coelho (1889-1986): o compositor da geração d'Orpheu*, Dissertação de mestrado em Ciências Musicais – Musicologia Histórica apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1914.

ALAMILLO, Alejandro Anca, "Antecedentes y consecución del programa naval "Maura-Ferrándiz" y la contribución de la Liga Marítima", Ricardo Arroyo Ruiz-Zorrilla, Juan Pérez de Rubin e Alejandro Anca Alamillo, *La Real Liga Naval Española*, Madrid, Real Academia Española de la Mar, 2005.

ALBUQUERQUE, Mouzinho de, *Moçambique 1896-1898*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1934 [1ª edição 1899], p. 189.

ALEXANDRE, Valentim, "Questão colonial e questão nacional em Oliveira Martins", *Análise Social*, Volume XXXI, 1996, pp. 183-201.

ALMADA NEGREIROS, *Textos de intervenção. Obras completas. Volume VI*, Lisboa, Editorial Estampa, 1972.

ALMADA, José de, *Convenções anglo-alemãs relativas às colónias portuguesas*, Lisboa, Edições do Estado Maior do Exército, 1946.

ALMEIDA, João Miguel, "Organização do Centro Católico Português e sociabilidades religiosas dos centristas", João de Almeida e António Matos Ferreira (Coordenação), *Religião e cidadania: protagonistas, motivações e dinâmicas sociais no contexto ibérico*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2011, pp. 489-501.

ALVES, Daniel, *A República atrás do balcão (1870-1910). Os lojistas de Lisboa e o fim da monarquia*, Lisboa, Edições Cosmos, 2012, p. 217 - nota 575.

ALVES, Luís Alberto Marques, "O ensino", *Nova História de Portugal*, Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 12 Volumes, Volume X, *Portugal e a Regeneração (1851-1900)*, Coordenação de Fernando de Sousa e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 2004, pp. 303-339.

AMORIM, Inês, "A pesca pacificada – ou os primórdios da *questão das pescarias* no quadro de uma reflexão sobre os recursos naturais", *GeoInova – Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa*, nº 11, 2005, pp. 113-116.

_____, "Mulheres no sector das pescas na viragem do século XIX – formas de participação na organização do trabalho", Arquipélago – História, 2ª série, nº IX, 2005, pp. 657-679.

_____, “A organização do trabalho da pesca, em finais do séc. XIX, na Póvoa de Varzim”, *Estudos de Homenagem a João Francisco Marques*, 2 volumes, Volume I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 113-134.

ARAÚJO, Johny Santana de, “A construção do Poder Naval brasileiro no início do século XX: dos programas navais à grande guerra (1904-1917)”, *Navigator*, Rio de Janeiro, V. 1 – N.2, Dezembro de 1905, pp. 69-86.

ASCENSÃO, Leão Ramos, *O Integralismo Lusitano*, Lisboa, Edições Gama, 1943.

Associação Naval de Lisboa – 150 Anos de História, Lisboa, Associação Naval de Lisboa, 2005.

BARBERIS, Peter, MCHUGH, John e TILDESLIE, Mike. *Encyclopaedia of British and Irish Political Organizations*, Londres e Nova Iorque, Pinter, 2000.

BARBOSA, David José Alves (1866-1924), *Toponímia da Póvoa de Varzim*, *Boletim Cultural*, Vol. X, nº 1, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1971, p. 121-123.

BEIRIGER, Eugene Edward, “Building a Navy ‘Second to None’: The U.S. Naval Act of 1916, American Attitudes Toward Great Britain, and the First World War”, *British Journal for Military History*, Volume 3, Issue 3, June 2017, pp. 4-30.

BEMBO, Paolo, *La Lega Navale e la sua revista. 120 anni di diffusione della cultura del mare*, s.l., Lega Navale Italiana, 2017.

BORDEJÉ Y MORENCOS, Fernando de, *Vicisitudes de una Politica Naval. Antecedentes – Desarrollo de la Armada entre 1898 y 1936*, Madrid, Editorial San Martin, 1978.

BRANDÃO, Raul, *Os Pescadores*, Livrarias Aillaud e Bertrand, Paris e Lisboa, 1923.

BURKINSHAW, Laura J., “To what extent did the Navy league influence popular naval enthusiasm between 1894-1914?”, The University of Hull, Dissertation submitted for the Degree of Bachelor of Arts – Session 2014-2015, https://www.researchgate.net/publication/325203132_To_what_extent_did_the_Navy_League_influence_popular_naval_enthusiasm_between_1894-1914.

CABRAL, Manuel Vilaverde, *Portugal na alvorada do século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, editorial Presença, 1988.

_____, *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*, Lisboa, Editorial Presença, 1977, pp. 174-180.

CAJARABILLE, Victor M. B. Lopo, "Marinha, Armada ou Marinha de Guerra Portuguesa", *Revista da Armada*, Maio de 2009, pp. 11-13.

CANAS, António Costa, "Revistas marítimas publicadas no séc. XIX", *Revista Militar*, II Século, 51º Volume, nº 11/99, nº 2374, Novembro de 1999, pp. 1647-1667.

CÂNDIDO, Jacinto, *Memórias íntimas para o meu filho (1898-1925)*, Lisboa, Edição de Estudos de Castelo Branco – Revista de História e Cultura, 1963.

CAPELA, José, *O movimento operário em Lourenço Marques 1898-1927*, Porto, Edições electrónicas do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto - www.africanos.eu, 2009, p. 116.

CARTAXO, Alexandre Ribeiro, CANAS, António Costa, BRAGA, Helena Sofia e outros, António Costa Canas (Coordenador), *Clube Militar Naval – 150 anos*, Lisboa, Clube Militar Naval/ Comissão Cultural de Marinha, 2016.

CARVALHO, Tiago Filipe Resende, *História do Museu de Marinha – Um legado de D. Luís*, Dissertação de Mestrado em História Marítima apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014 (não-publicada).

CASTRO, Fernanda de, *Cartas para além do tempo*, s.l., Círculo de Leitores, 2006.

COETZEE, Frans, "Pressure groups, Tory businessmen and the aura of political corruption before the first World War", *The Historical Journal*, Vol. 29, Nº 4, Dezembro de 1986, pp. 833-852.

COETZEE, Marylin Shevin, *The German Army League: Popular Nationalism in Wilhelmine Germany*, New York/ Oxford, Oxford University Press, 1997.

_____, "Pressure Groups, Tory Businessmen and the Aura of Political Corruption before the First World War", *The Historical Journal*, Vol. 29, No. 4 (Dec. 1986), pp. 833-852.

CONLEY, Mary A., *From Jack Tar to Union Jack*, Manchester/ New York, Manchester University Press, 2009.

CORREIA, Luís Miguel, *Paquetes Portugueses*, Lisboa, Edições Inapa, 1992.

CÔRTE-REAL, Manuel H., *O Palácio das Necessidades*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1983, pp. 97-98.

DIAS, José Lopes, "Prefácio", in Jacinto Cândido da Silva, *Autobiografia*, Separata de *Castelo Branco – Revista de História e Cultura*, 1962.

DIAS, Raul Neves (Coordenação e notas), *A Imprensa Periódica em Moçambique (1894-1954)*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1956.

dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/10069/1/M.F.Nunes_%20Entre%20a%20JEN%20e%20o%20ISA.Eixo%20%20colonial%20-%20Estado%20Novo_.pdf, (Consultado em 19 de Abril de 2018).

ELEY, Geoff, "Reshaping the Right: Radical Nationalism and the German Navy League, 1898-1908", *The Historical Journal*, Vol. 21, nº 2 (Junho 1978), p. 327-354.

ELEY, Geoff, *The German Navy league in German Politics, 1898-1914*, Tese para o grau de Doctor of Philosophy, Universidade de Sussex, Abril de 1974.

ESPARTEIRO, António Marques, *Três Séculos no Mar (1640-1910)*, X Parte/ Cruzadores/ 1º Volume, Lisboa, Marinha, 1986.

F. P. S. [Fernando Piteira Santos], "Associação, Direito de", Joel Serrão (Direcção), *Dicionário de História de Portugal*, 6 Volumes, Volume I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, pp. 236-238.

FARIA, Ana Leal de, "A imagem do país na diplomacia de D. Carlos. Política externa e protocolo na troca de visitas de Estado entre o rei de Portugal e o kaiser da Alemanha (1895-1905)", *Política Diplomática, Militar e Social do Reinado de D. Carlos no Centenário da sua Morte*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2009, pp. 87-127.

FARIA, Miguel Figueira de e MENDES, José Amado (Coordenação), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa. Séculos XIX-XX*, 2 volumes, Volume II, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa/ INCM, 2013.

FARINHA, Luís, "Política Externa e Política de Defesa: do Sidonismo à Ditadura Militar", https://books.openedition.org/cidehus/3546.

_____, *O Reviralho – Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

FERNANDES, Ana Lúcia, "Liga Nacional de Instrução", Maria Fernanda Rollo (Coordenação geral), *Dicionário de História da República e do Republicanismo*, 3 volumes, Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp. 675-679.

FERRÃO, Carlos, *O Integralismo e a República – autópsia de um mito*, 3 Volumes, Volume 1, Lisboa, Editorial Inquérito, [s.d.].

FERREIRA, António Matos e ALMEIDA, João Miguel, *Religião e cidadania: protagonistas, motivações e dinâmicas sociais no contexto ibérico*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa - Centro de Estudos de História Religiosa, 2011, pp. 469-488.

FERREIRA, António Mega, PACHECO, João José de Freitas Ribeiro, RAMALHO, Margarida Magalhães e outros, *D. Carlos de Bragança. A paixão do Lisboa*, Parque Expo S.A., 1998.

FERREIRA, José Medeiros, *A República Corrigida e Aumentada*, Lisboa, Edições 70, 2015.

_____, *O Comportamento Político dos Militares – As Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

FLEMING, N. C., "The Imperial Maritime League: British Navalism, Conflict, and the Radical Right, c. 1907-1920", *War in History*, Vol. 23(3), 2016, pp. 296-322.

FONSECA, Henrique Alexandre da, "As escolas de alunos marinheiros", Separata dos *Anais do Clube Militar* Naval, nº 4-6 e 7-9 – Abril/ Junho e Julho/Setembro 1975.

FRAGA, Luís Alves de, "A Alemanha e as colónias portuguesas", AFONSO, Aniceto e Aniceto Afonso e GOMES, Carlos de Matos (Coordenação), *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*, Lisboa, Verso da História, 2010,

FRAGA, Luís Alves de, *Do intervencionismo ao Sidonismo. Os dois segmentos da política de guerra na Iª República*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

FRANÇA, José Augusto, *A Arte e a Sociedade Portuguesa no Século XX (1910-1980)*, Lisboa, Livros Horizonte, 197-.

FREIRE, João, "A Marinha e a República", *Ler História* [Online], 59 | 2010.

_____, João, *A Marinha e o poder político em Portugal no séc.* XX, Lisboa, Edições Colibri, 1910,

_____, *Jornal da Marinha: chefias, mudanças, permanências e desempenhos nos últimos 180 anos*, Lisboa, Edições Colibri, 2016, p. 156.

_____, *Portugal face à Grande Guerra*, Lisboa, Edições Colibri, 2014.

GARDINER, Robert (direcção editorial), *Conway´s all the World´s Fighting Ships (1860-1905)*, Londres, 1979.

GARNEL, Maria Rita Lino, "Lima, Sebastião de Magalhães (1850-1928), *Dicionário de História da República e do Republicanismo*, Maria Fernanda Rollo (Coordenação geral), 3 volumes, Volume II, Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp. 688-689.

GARRIDO, Álvaro, *As pesca em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018.

GATRELL, Peter, *Government, Industry and Rearmament in Russia, 1900-1914: The Last Argument of Tsarism*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

GIBBONS, J. H., "Navy Leagues", *The North American Review*, Vol. 176, Nº 558, Maio de 1903, pp. 758-764.

GOMES, Carlos de Matos (Coordenação), *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*, Lisboa, Verso da História, 2010.

GONÇALVES, António Manuel, "A lenda e o mito – 1. Thermopylae", *Revista Armada*, nº 385, Ano XXIV, Abril de 2005, pp. 14-16.

GOODOLPHIM, Costa, *A Associação*, Lisboa, Seara Nova, 1974 [1ª edição:1876].

HAMILTON, W. Mark, *The Nation and the Navy: Methods and organization of British navalist propaganda*, 1898-1914, New York, Garland Publishing, 1986.

INSO, Jaime Correia do, *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, Lisboa, Comissão Cultural da Marinha, 2006 [1ª publicação: *Anais do Clube Militar Naval*, 1937-1939].

International Encyclopedia of the First World War, https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/pan-german_league (Consultado em 30 de Outubro de 2018).

"La Liga Maritima Española", *Revista General de la Marina*, Tomo XLV, Junho de 1900, pp. 689-694.

LEAL Ernesto Castro, "A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)", Análise Social, Vol. XXXIII (148), 1998 (4º), pp. 823-851.

_____, "Liga Nacional", Maria Fernanda Rollo (Coordenação geral), *Dicionário de História da República e do Republicanismo*, 3 volumes, Lisboa, Assembleia da República, 2014.

_____, "Símbolo e Mito nos séc. XIX e XX", *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, Tomo XII, 2000, pp. 143-184.

_____, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

_____, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

LEMOS, Mário Matos e, *Jornais Diários Portugueses do século XX. Um dicionário*, Coimbra, Ariadne Editora, 2006.

LIMA, Gomes, "O exercito e a monarchia", *Alma Nacional*, nº 18, 9 de Junho de 1910, pp. 273-277; nº 20, 23 de Junho de 1910, pp. 305-310; nº 22, 7 de Julho de 1910, pp. 337-341; nº 24, 21 de Julho de 1910, pp. 369-374.

LOUSADA, Isabel, "Pela Pátria: A Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916-1938)", *100 anos do Regime Republicano : políticas, rupturas e continuidades: actas* do XIX Colóquio de História Militar. Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2011, pp. 667-688.

LOUSADA, Maria Alexandre, "O espírito de associação" em Portugal: dinâmica social e legislação", Luísa Veloso, Maria de Lurdes Rodrigues, Raquel Rego e outros, *Anarquismo, Trabalho e Sociedade. Livro de Homenagem a João Freire*, Lisboa, Almedina, 2017.

LUCAS, Patrícia Gomes, "A Liderança e as Lideranças do Partido Regenerador", *Actas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2014, p. 167-183,

MACHADO, Ana Paula e SOARES, Elsa, "Porto 1916", *Amadeo de Souza Cardoso. Porto-Lisboa 2016-1916*, Maria João Vasconcelos (Coordenação), Catálogo de exposição, 2016.

MARQUES, A. H de Oliveira e RODRIGUES, Luís Nuno, "A Sociedade e as Instituições Sociais", *Nova História de Portugal*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (Direcção), Volume XI, Capítulo VI – *Portugal da Monarquia para a República*, A. H. de Oliveira Marques (Coordenação), Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 188-239.

MARQUES, A. H. de, "As Forças Armadas e a Guerra", *Nova História de Portugal*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (Direcção), Volume XI – *Portugal da Monarquia para a República*, A. H. de Oliveira Marques (Coordenação), Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 461-463.

MARQUES, A. H. Oliveira Marques (Coordenador), GUINOTE, Paulo, MESQUITA, Pedro Teixeira e DIAS, João José Alves, *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Lisboa, Assembleia da República/ Edições Afrontamento, 2000, pp. 337-338.

_____, "Escolas e ensino", *Nova História de Portugal*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (Direcção), Volume XI - *Portugal da Monarquia para a República*, A. H. de Oliveira Marques (Coordenação), Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 519-576.

_____, "Programação e estrutura política", *Nova História de Portugal*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (Direcção), Volume XI – *Portugal da Monarquia para a República*, A. H. de Oliveira Marques (Coordenação), Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 370.

_____, "Valores e realizações culturais", *Nova História de Portugal*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (Direcção), Volume XI – *Portugal da Monarquia para a República*, A. H. de Oliveira Marques (Coordenação), Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 584.

MÁRQUEZ, David Rúbio, "La opósicion al plan naval de Maura. La ley de 7 de enero de 1908", *Revista de Historia Naval*, Instituto de Historia y Cultura Naval – Armada Española, Ano XXXIII, nº 129, 2015, pp. 55-67.

MARTINS, Oliveira, *Política e Economia Nacional*, Porto, Magalhães e Moniz, 1885.

MASSIE, Robert K. Massie, *The Dreadnought – Britain, Germany and the Coming of the Great War*, London, Vintage Books, 2007.

MATOS, Sérgio Campos e SANTOS, Luís Aguiar, "A Marinha e a cultura histórica em Portugal: entre tradição e modernidade (séculos XIX e XX), *Revista de História das Ideias*, Vol. 29 (2008).

MATIAS, Ricardo Lisboa da Graça, *Arrastões do Bacalhau (1909-1993)*, Dissertação de Mestrado em História Marítima, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Escola Naval, 2016, não-publicado.

MCDONOUGH, Frank, *The Conservative Party and Anglo-German Relations (1905-1914)*, Basingstoke, Palgrave-Macmillan, 2007.

MCMILLAN, Margaret, *The War that ended the Peace: the Road to 1914*, Toronto, Penguin Canada Books, 2013.

MILLER, R. W. H., “The Societé Oeuvres de Mer: Welfare Work among French Fishermen off Newfoundland and Iceland”, *Newfoundland and Labrador Studies*, Volume 20, nº 2, 2015.

MONTEIRO, Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, 8 volumes, Volume I (1139-1521), Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1989.

NAVARRO, Bruno, *Governo de Pimenta de Castro. Um general no labirinto político da I República*, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições, 2011.

NUNES, Maria de Fátima, “Entre a J.E.N e o I.S.A.: um eixo colonial na política científica do Estado Novo?”,

dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/10069/1/M.F.Nunes_%20Entre%20a%20JEN%20e%20o%20ISA.Eixo%20%20colonial%20-%20Estado%20Novo_.pdf, (Consultado em 19 de Abril de 2018).

NUNES, Teresa, “A Espanha na diplomacia comercial portuguesa do séc. XIX e o tratado de comércio e navegação de 1893”, *História (São Paulo)*, *36*, e14. Epub, 17 de Agosto de 2017, dx.doi.org/10.1590/1980-436920170000000014.

OLAIO, Nuno, “Jacinto Cândido da Silva (1857-1926): o nacionalismo católico através das memórias de um dos seus fundadores”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, nº 16, 2004.

OLIVEIRA, Maurício de, *Armada Gloriosa. A Marinha de Guerra Portuguesa no século XX (1900-1936)*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1936.

_____, *Leotte do Rego – no primeiro centenário do nascimento de um marinheiro ilustre. Reportagem de uma vida*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, 1967.

_____, *Pereira da Silva. Oficial – Ministro – Doutrinador*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial.

PAMPLONA, Fernando de, Chave da Pintura de Amadeo. As ideias estéticas de Sousa-Cardoso através das suas cartas inéditas, Lisboa, Guimarães Editores, 1983.

PEDREIRA, Jorge M., “Imperialismo e economia”, Francisco Bethencourt e Kirti Chaudiri (Direcção), *História da Expansão Portuguesa*, Volume V – Do Brasil para África (1808-1930), .s.l., Círculo de Leitores, 1998, pp. 286-287.

PEREIRA, Joana Dias, “Congressos operários”, Maria Fernanda Rollo (Coordenação geral), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Volume I, Lisboa, Assembleia da República, 2013, pp. 873-877 .

PIMENTEL, Irene Flunser, “A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40”, *Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), 1999 (2.º-3.º), pp. 477-508.

PINTO, António Costa, “A formação do integralismo lusitano”, *Análise Social*, Vol. XVIII, 1882, pp. 1409-1419.

_____, *As Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal 1914-1915*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

POINSARD, *Portugal Ignorado. Estudo social, Económico e Político seguido de um appendice relativo aos últimos acontecimentos*, Porto, Magalhães e Monis Editores, 1912.

QUEIRÓS, Eça de, *Uma Campanha Alegre*, pp. 102-103, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., pp. 102-103 [1ª edição: 1890].

QUINTAS, José Manuel, *Filhos de Ramires. As Origens dos Integralismo Lusitano*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2004.

RAIMUNDO, Orlando, *António Ferro: o inventor do salazarismo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2015, p. 102.

RAMOS, Rui, *D. Carlos*, Lisboa, Temas e Debates, 2007.

RAPPAPORT, Armin, *The Navy League of the United States*, Detroit, Wayne State University Press, 1962.

REIS, António Matos dos, *Homenagem ao Conde de Bertiandos (1851-1929*), Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, Braga, 1979.

REIS, Maria de Fátima, “Victor Maximiano Ribeiro”, *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*, http://dichp.bnportugal.gov.pt/.

REYS, Ema Romero dos Santos Fonseca da Câmara, *Divulgação Musical – Programas, conferências, críticas*, 6 Volumes, Volumes 1 e 2, Oficinas gráficas da Empresa do Anuário comercial, 1929.

RIBEIRO, António Manuel Fernandes da Silva, “Mahan e as marinhas como instrumento político”, *Revista Militar*, nº 2500 - Maio de 2010, pp 465 - 483.

RIBEIRO, José Silvestre, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarchia*, 18 Tomos, Tomo VI, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Sciencias, 1879, p. 230.

RIMABOSCHI, Massimiliano, *L´Unification du Droit Maritime*, Aix-en-Provence, Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2006, pp. 225-255, https://books.openedition.org/puam/958.

ROCHA MARTINS, *D. Manuel II. História do seu reinado e da implantação da República*, Lisboa, Edição do Autor, 1931.

_____, *João Franco e o seu tempo*, Lisboa, Edição do Autor, 1925.

RODRIGUES, Jorge Manuel da Conceição, *Confraria das Almas do Corpo Santo de Massarelos e suas*. *Congéneres de Mareantes*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

ROSAS, Fernando e ROLO, Maria Fernanda (Coordenadores), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009.

ROSAS, Fernando, "Da ditadura militar ao Estado Novo: a "longa marcha" de Salazar", *História de Portugal*, José Mattoso (Direcção), Oito volumes, Volume 7, *O Estado Novo (1926-1974*, s.l. Círculo de Leitores, pp. 164-176.

_____, "Estado Novo", Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (Direcção), *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 volumes, Volume I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 315-319.

_____, *O Estado Novo nos Anos Trinta (1928-1938)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

RUIZ-ZORILLA, Ricardo Arroyo, RUBÍN, Juan Pérez de e ALAMILLO, Alexandro Anca, *La Real Liga Naval Española. Breve historia de su creacion y de sus primeras iniciativas en defensa de la España Marítima*, Real Academia Española de la Mar, 2005.

SÁ, Victor de, "Santos Graça, político. Um "democrático", típico de republicano conservador", *Boletim Cultural Póvoa de Varzim*, Vol. XXI, nº 2, Separata, Póvoa de Varzim, 1982.

SALDANHA, Luís Vieira Caldas, *D. Carlos no dealbar da Oceanografia*, Comunicação apresentada em 5 de Novembro de 1996 na Academia de Marinha, Lisboa, 1996.

SANTOS, Elsa Maria Soares de Andrade, "O Aquário Vasco da Gama – um património cultural, científico e museológico", *Memórias 2012*, Lisboa, Comunicação apresentada em 13 de Novembro de 2012 na Academia de Marinha, pp. 489-509.

SANTOS, Miguel Dias dos, *A Contra-Revolução na República 1901-1919*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

_____, *Os monárquicos e a República Nova*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003.

SANTOS, Nuno Valdez dos, "Setecentos Anos de Estudos Navais em Portugal", Comunicação apresentada à Academia de Marinha em 21 de Fevereiro de 1982, Lisboa, Academia de Marinha, 1985.

SANTOS, Ricardo Manuel de Carvalho Varandas dos, "O poder instituído e a relação com o Exército entre 1901 e 1914. Aspectos de uma breve caracterização", *Revista Militar*, nº 2485/ 2486, Fevereiro-Março de 2019, www.revistamilitar.pt/revista/2485.

SILVA, Amaro Carvalho da, "Convergências e divergências do nacionalismo católico: "Centro Nacional" ou "Partido" (1901-1910)", *Religião e cidadania: protagonistas, motivações e dinâmicas sociais no contexto ibérico*, António Matos Ferreira e João Miguel Almeida (Coordenação), Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2011, pp. 469-488.

_____, *O Partido Nacionalista no contexto do nacionalismo católico (1901-1910)*, Lisboa, Edições Colibri, 1996.

PINA, Maria Isabel Amaro da Silva, *Neoclassicismo, nacionalismo e latinidade em Luís de Freitas Branco, entre as décadas de 1910 e 1930*, Dissertação de mestrado em Ciências Musicais apresentada à FCSH da UL, 2014.

SOARES, Marta, "A pintura entre o cinematógrafo e a colecção oceanográfica", Maria, *Amadeo de Souza Cardoso. Porto-Lisboa 2016-1916*, João Vasconcelos (Coordenação), Maria João Vasconcelos (Coordenação), Catálogo de exposição, 2016, p. 67-85.

SOUSA, Maria José Pinto Barreira Rego, *Cascais 1900*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais/ Caixa Geral de Depósitos/ Edições Inapa, 2003.

STEVENS, William Oliver e WESTCOTT, Allan, *A history of sea power*, ebook (3ª edição, 1942), http://www.gutenberg.org/ebooks/24797.

STOCKTON, C. H., “The International Naval Conference of London, 1908-1909”, *The American Journal of International Law*, Vol. 3, No. 3 (July 1909), pp. 596-618, www.jstor.org/stable/2186684.

STURTON, Ian (Editor), *Conway´s All the World´s Battleships 1906 to the Present*, London, Conway Maritime Press, 1986.

TAVARES, João, “Meneses, João Duarte de (1868-1918), *Dicionário de História da República e do Republicanismo*, Maria Fernanda Rollo (Coordenação geral), 3 volumes, Volume II, Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp. 851-852.

TAVARES, *Maria da Conceição da Silva, Viagens e diálogos epistolares na construção científica do mundo atlântico. Albert I do Mónaco (1848-1922), Afonso Chaves (1857-1926) e a Meteorologia nos Açores*, Dissertação de mestrado em História e Filosofia das Ciências, apresentado à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa - Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências, 2007.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Do azul-branco ao verde-rubro. A simbólica da Bandeira Nacional”, *A Memória da Nação - Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian*, Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (Coordenação), 7-9 Outubro, 1987, 1991.

TEIXEIRA, Ricardo Miguel Alves, “Liga Naval Portuguesa – Génese e intervenção”, *Anais do Clube Militar Naval*, Volume CXXXVI, Abril-Junho de 2006, pp. 253-298.

_____, *Liga Naval Portuguesa*, Trabalho final de licenciatura em Ciências Militares Navais, policopiado, Escola Naval, 2005.

TELO, António José Telo (Coordenação), *O Assalto à Escola de Guerra 1915-2014*, Lisboa, Academia Militar, 2015.

TELO, António José Telo e SALGADO, Augusto Alves, *A Grande Guerra no Atlântico Português*, 2 volumes, Volume I, Lisboa, Fronteira do Caos, 2018.

TELO, António José, *História da Marinha Portuguesa. Homens, Doutrinas e Organização 1824-1874 (Tomo I)*, Lisboa, Academia de Marinha, 1999.

_____, “Erros e Ilusões sobre a beligerância Portuguesa”, *Actas do Colóquio Internacional “A Grande Guerra – Um Século Depois”*, Academia Militar, 2015, pp. 229-263.

_____, “Um Enquadramento Global para uma Guerra Global”, *Nação e Defesa*, nº 139, 2014.

_____, *Primeira República I – Do sonho à realidade*, Queluz, Editorial Presença, 2002.

THOMPSON, Andrew S., *Imperial Britain: the Empire in British Politics (1880-1932)*, Abingdon, Routledge, 2014.

TRIGO, Jorge e BAPTISTA, Luís Miguel, *Ribeiro de Carvalho - Um republicano com alma de sonhador*, Lisboa, Sete Caminhos, 2005.

VALENTIM, Carlos Manuel, “A revolta do cruzador D. Carlos I (1906). Uma Marinha republicana?”, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, *Actas do XVIII Colóquio de História Militar - Política Diplomática, Militar e Social no reinado de D. Carlos I no centenário da sua morte*, Lisboa, 2009.

VASCONCELOS, Maria João (Coordenação), *Amadeo de Souza Cardoso. Porto-Lisboa 2016-1916*, Catálogo de exposição, 2016.

VENTURA, António, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal – as convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

_____, António, *Magalhães Lima: um Idealista Impenitente*, Lisboa, Assembleia da república, 2011.

WARD, Robert D., “The Origin and Activities of the National Security League, 1914-1919.” *The Mississippi Valley Historical Review*, vol. 47, no. 1, 1960, pp. 51–65, jstor.org/stable/1891278.

WAWRO, Geoffrey, *Warfare and Society in Europe 1792-1914*, Londres, Routledge, 2000.

WESTWOOD, J. N., *Russian Naval Construction (1905-1945)*, Houndmills, The MacMillan Press, 1994.

WHEELER, Douglas, *A Ditadura Militar Portuguesa (1926-1933)*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1988.

II.2.2 World Wide Web

arquivodigital.cascais.pt/xarqweb/Result.aspx?id=18435&type=Autoridade (Consultado em 25 de Novembro de 2018).

data.bnf.fr/12191634/union_des_femmes_de_france/ (Consultado em 19 de Dezembro de 2018).

journals.lib.unb.ca/index.php/nflds/article/view/5613/6583 (Consultado em 28 de Setembro de 2018).

journals.openedition.org/lerhistoria/1402 ; DOI : 10.4000/lerhistoria.1402.

lmb-bml.be/index.html (Consultado em 16 de Julho de 2018).

media.rtp.pt/80anosradio/historia/cronologia/ (Consultado em 8 de Novembro de 2018).

purl.pt/5854/2/documentos/Distribuicao%20partidaria%20dos%20eleitos%20-%20Camara%20dos%20Deputados.pdf(Consultado em 18 de Outubro de 1918).

purl.pt/5854/2/documentos/Distribuicao%20partidaria%20dos%20eleitos%20-%20Senado.pdf (Consultados em 18 de Outubro).

www.arquesoc.gep.msess.gov.pt/Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Classe%20dos%20Catraeiros%20do%20Porto%20de%20Lisboa.pdf (Consultado em 13 de Junho de 2018).

www.arthur-conan-doyle.com/index.php?title=File:The-referee-1909-12-12-p1-the-imperial-maritime-league.jpg (Consultado em 3 de Julho de 2008).

www.cm-lisboa.pt/toponimia (Consultado em 13 de Junho de 2016).

www.cnhorta.org/index.php/arquivo/noticiasarq/2444-clube-naval-da-horta-estabilidade-e-crescimento-desde-os-anos-80-uma-instituicao-fundamental-para-a-ilha-do-faial-2014.html (Consultado em 16 de Dezembro de 1918)

www.modernismo.pt/index.php/j/225-jose-pacheco-1885-1934.

www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7131 (Consultado em 13 de Junho de 2017).

www.portugal1914.org/portal/pt/historia/a-guerra-1914-1918/item/7968-duelo-mortal-a-historia-do-ultimo-e-heroico-combate-do-augusto-de-castilho (Consultado em 14 de Novembro de 1918).

www.royalnavalmuseum.org/info_sheets_navy_league.htm (Consultado em 7 de Julho de 2018).

www.treccani.it/enciclopedia/lega-navale-italiana_%28Enciclopedia-Italiana%29/

APÊNDICES

Apêndice 1 - Nota biográfica de António Pereira de Matos, secretário-perpétuo da Liga Naval Portuguesa (1874-1930)

Notas:

- A vida militar de cada Oficial era então registada nos Livros-Mestres, hoje pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico da Marinha. Os Livros-Mestres incluem dados pessoais e familiares básicos, datas do primeiro alistamento e das promoções, unidades e comissões de serviço, situações extraordinárias, louvores e castigos. A vida militar de António Pereira de Matos está registada nos Livros-Mestre B (folha 165), C (folha191), E (folha 209), G (folha 90) e H (folha 90), bem como no mesmo arquivo, *Documentação Avulsa*, Caixa 1414/A-3-6.
- Como guia inicial, a tabela seguinte mostra algumas datas relevantes na sua vida pessoal e carreira na Armada:

Nascimento	10 de Setembro de 1874
Alistamento na Escola Naval - Aspirante de 2ª classe	5 de Novembro de 1888
Aspirante 1ª classe	14 de Novembro de 1891
Guarda-marinha	28 de Maio de 1892
Segundo-tenente	26 de Novembro de 1893
Primeiro-tenente	28 de Março de 1901
Capitão-tenente (promovido na data da reforma)	27 de Novembro de 1915
Morte	3 de Julho de 1930

António Alves Pereira de Matos Júnior[816] nasceu no Porto em 1874, numa família da burguesia comercial, filho de António Alves Pereira de Matos, um comerciante natural de Barcelos (1846-1890) e de Maria Cândida da Silva Matos (?), natural do Porto.

Assentou praça na Escola Naval em 1888. Terminou o curso classificado em sexto lugar e, em 1892, foi promovido a Guarda-marinha, posto em que foi aumentado ao efectivo da Armada, em 1893.

[816] Deixou de usar o apelido Junior em 1904, a seu pedido.

Foi promovido a Segundo-tenente em 1893 e nos oito ano seguintes cumpriu sucessivas comissões de embarque na corvetas-mistas, Fragata “D. Fernando II e Glória”, canhoneiras e navios de transporte, intercaladas com serviço em terra, na Estação Naval da Índia, em Moçambique, e no Corpo de Marinheiros, onde foi instrutor.

Entre Março de 1899 e Janeiro de 1900 prestou serviço a bordo da corveta “Baptista de Andrade”, em Moçambique,

Em 23 de Maio de 1900 foi designado para as funções de secretário-perpétuo da Liga Naval Portuguesa, criada na nesse mesmo dia.

Promovido a Primeiro-tenente em 1901, foi nomeado para prestar serviço como encarregado do comando da canhoneira “Bengo” e depois para o seu comando, partindo em Março de 1903 para comissão em Moçambique. Por ter caído doente, Pereira de Matos acabaria por regressar à Metrópole em Dezembro do mesmo ano, a bordo do paquete “Portugal”.

Em 1902, foi designado para representar Portugal no Congresso da Associação Marítima Internacional, realizado em Copenhaga, entre 9 e 14 de Julho.

No ano seguinte, por portaria de 27 de Fevereiro de 1904, foi designado para fazer parte da comissão organizadora do Congresso Marítimo Internacional, realizado nesse ano em Lisboa. Também em 1904, em 31 de Maio, foi mandado agregar à comissão incumbida de formular um plano de reconstituição da Marinha de Guerra, quando era ministro da Marinha e do Ultramar o general Manuel Rafael Gorjão.

No ano seguinte, foi nomeado secretário da comissão encarregada dos estudo das ligações dos portos da metrópole com os dos domínios ultramarinos por meio de carreiras regulares. Ainda em 1905, em dois períodos de Março a Agosto, esteve 110 dias na situação de licença, que gozou no estrangeiro, por razões que as fontes não assinalam.

Casou em 11 de Maio de 1906 com Adalgisa Pinto Leite da Silva Nogueira. O seu filho único, Júlio da Silva Nogueira Álvares Pereira de Melo (1906-1963), que seria um dos fundadores e secretário-geral adjunto do Movimento Nacional Sindicalista, por um curto período.

O Primeiro-tenente António Pereira de Matos foi, em 1908, nomeado para o seu segundo comando, desta vez no rebocador “Bérrio”, comissão desempenhada entre Janeiro

e Outubro de 1907. Foi depois designado para uma comissão em terra, na Administração dos Serviços Fabris do Arsenal da Marinha.

Em 1909 e em Setembro de 1910, esteve presente nas duas sessões que a Conferência Internacional de Direito Marítimo realizou em Bruxelas, na qualidade de delegado do ministério da Marinha e Ultramar.

Em 27 de Novembro de 1910, foi mandado agregar à comissão de reorganização da Armada constituída pelo decreto de 25 de Outubro. Apesar desta nomeação, decerto devida à sua acção na Liga Naval e à sua autoria de obras significativas sobre as marinhas de Guerra e mercante, a implantação da República afastou-o de lugares relevantes na orgânica da Armada, motivo provável para que tenha pedido, de novo, para entrar de licença registada entre Abril e Julho de 1911. Logo que terminou o prazo da licença anterior, passou à situação de licença ilimitada e em 5 de Agosto de 1911 pediu, sendo deferida, autorização para se deslocar a França para um tratamento com águas minerais.

Em 12 de Agosto de 1911 foi escolhido para fazer parte do conselho ao qual incumbia a orientação da Repartição de Turismo, criada no ministério do Fomento em 16 de Maio do mesmo ano, que tinha como primeira finalidade o estudo e a promoção das carreiras marítimas internacionais.

Envolveu-se na intentona monárquica de 20 de Outubro de 1913, chefiada em Lisboa pelo então Capitão-de-fragata João de Azevedo Coutinho. A tentativa foi mal sucedida e Pereira de Matos foi mandado apresentar na Majoria-General da Armada no dia 23 e preso em 25 daquele mês, na situação de hospitalizado, até que em 23 de Fevereiro do ano seguinte chegou uma amnistia que o devolveu à Marinha e à Liga Naval. Poucos meses depois, em 28 de Maio de 1914, o Coronel comandante da 1ª Divisão do Exército mandou arquivar, sem procedimento, o auto de corpo de delito em que era arguido. Em consequência, o comandante Pereira de Matos deixou de estar na condição de amnistiado.

Em 1913 e 1915, foi o principal promotor das iniciativas que levaram, respectivamente, à criação da União Patriótica e da Liga Nacional, organizações com carácter vincadamente político, criadas a partir da Liga Naval Portuguesa.

Ainda em 1914, por despacho ministerial de 21 de Julho, foi-lhe concedida autorização para se “ausentar do País para França e Alemanha em continuação do tratamento a que tem estado sujeito”. No regresso da viagem, Pereira de Matos relatou na Liga Naval que tinha estado no leste de França, onde observou algumas acções militares.

Foi mandado passar à situação de reforma no posto de Capitão-tenente, em 27 de Novembro, em virtude de ter sido considerado incapaz para todo o serviço pela Junta de Saúde Naval.

Em 1 de Maio de 1917, um despacho do ministro da Marinha concedeu-lhe 45 dias de licença para ir ao estrangeiro na qualidade de delegado da Liga Naval Portuguesa à conferência oficial das Ligas Marítimas dos Aliados, cuja realização não foi possível confirmar.

De modo que não foi possível esclarecer através das fontes consultadas, terá estado envolvido nas acções anti-republicanas da chamada Monarquia do Norte (Janeiro-Fevereiro de 1919). Em consequência, através de um despacho de 8 de Junho, com base no decreto nº 5368 de 8 de Abril de 1919, foi-lhe aplicada a pena de inactividade por um ano "com o abatimento de 50% dos respectivos vencimentos". Dois anos depois, em 9 de Abril, foi abrangido pela larga amnistia então promulgada através do decreto nº 1144, sendo anulada a pena anterior.

Em 1924, por decreto de 2 de Abril, o Capitão-tenente reformado Pereira de Matos foi nomeado vogal de uma comissão encarregada de proceder ao estudo das questões do Direito Marítimo Internacional[817]. Quatro anos depois, através de uma portaria de 7 de Novembro, foi designado para fazer parte da Comissão Permanente de Direito Marítimo Internacional, nos termos de decreto n- 15139 de 8 de Março de 1928.

António Pereira de Matos enviuvou de Adalgisa da Silva Nogueira em 1 de Dezembro de 1927.

Foi, de novo, ao estrangeiro, presumivelmente para os tratamentos termais que fazia regularmente, depois de ter sido autorizado pelo ministro da Marinha através de um despacho de 14 de Junho de 1930. Aparentemente a deslocação não se terá efectuado e o Capitão-tenente reformado e secretário-perpétuo da Liga Naval Portuguesa morreu em 3 de Julho daquele ano.

Durante a fase activa da sua carreira na Armada, entre 1892, ano da sua promoção a Guarda-marinha e 1915, quando passou à reforma, mereceu informações muito elogiosas dos seus superiores. Foi então considerado pelos seus comandantes e chefes "inteligente e

[817] OA nº 8/1924, pp. 274-276.

estudioso", "muito hábil comandante de quarto", "um dos mais distintos pelos seus conhecimentos profissionais", "um comandante perfeito" e um "oficial ilustradíssimo"[818].

Quando jovem Segundo-tenente, com apenas vinte anos, António Pereira de Matos recebeu a insígnia de Cavaleiro da Ordem Militar de Sant´Iiago da Espada (Ordem, da Armada/ OA nº 7/1894, série B), que lhe foi atribuída por proposta do Conselho do Almirantado, premiando os seus trabalhos na Hidrografia (Douro e Cabinda) e os seus artigos científicos nos *Anais do Clube Militar Naval*. Foi feito Oficial da mesma Ordem em 1901 (AO nº 4B/1901), pelas suas obras *A Marinha de Comércio* (1900 - tomo I) e *A Marinha de Guerra* (1897).

Em 1902 recebeu o grau de Cavaleiro da Real Ordem Militar de S. Bento de Avis (OA nº 2/1902, série B), sendo feito, no mesmo ano, Comendador da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (OA nº 12 – B de 1902). Ainda em 1902 foi louvado pela sua participação nos congressos de Copenhaga e de Nantes (OA nº 23B de 1902), recebendo também a Cruz de 1ª classe do Mérito Naval de Espanha (OA nº 5-B de 1902), concedida pela sua acção como secretário da Liga Naval Portuguesa, e a Medalha Militar de Prata de Comportamento Exemplar (OA nº 3 – B de 1902).

No ano seguinte, foi condecorado com a Medalha Militar de Prata da classe de Bons Serviços (OA nº 5-B de 1903) e em 1904 foi autorizado a usar a insígnia de Oficial da Academia Francesa (OA nº 12 – B de 1904).

Bibliografia de António Pereira de Matos

Monografias

1897, *A Marinha de Guerra – Estudo*, Porto, Magalhães & Moniz Editores, 1897.

1900-1901, *A Marinha de Commercio*, 2 volumes, Porto, Magalhães & Moniz Editores.

1902, *A Marinha Colonial*, Lisboa, Liga Naval Portuguesa, Tipografia da Companhia Nacional Editora.

1903, *Desenvolvimento do Sport Náutico em Lisboa*, Lisboa, s.e.,[819].

1908-1909, *O Problema Naval Portuguez – Estudo*, 2 volumes, Liga Naval Portuguesa, Porto Tipografia Pereira.

[818] Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 754.
[819] BO, nº 3, 1903, p. 55. Não se encontrou qualquer exemplar, nem detalhes editoriais.

1916, António Pereira de Matos, *Palestras Sociaes*, Porto, Tipografia Pereira.

Artigos e conferências

1894, "A Superioridade da Artilharia Canet", *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo XXIV, 1894, pp. 655-662, 717-725

1895, "O Cruzador", *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo XXV, pp. 133-150, 227-238, 297-310, 383-391.

1896, "Armstrong e Canet", *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo XXVI, pp. 7-20, 55-76, 127-135, 613-632.

1896, "A Baía de Cabinda, Plano Hidrográfico", Separata de *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo XXVI.

1897, "Os Cronómetros da «Douro»", Anais do Clube Militar Naval, Tomo XXVII, pp. 1069-1112.

1897, "A Marinha na Defesa das Costas" (excerto de *A Marinha de Guerra*), *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo XXVII, pp. 63-87.

1897, "Marinha Nacional", *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo XXVII, pp. 627-630.

1897, "A Determinação do Ponto de Mar, *pelas* Curvas de Posição e Rectas de Altura", Separata de *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo XXVII.

1898, "Cabinda", *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo XXVIII, pp. 177-187.

1900, "O problema da marinha mercante", Conferência na sede da Associação Comercial do Porto.

1901, "Através da História" (excerto de A Marinha de Comércio), Anais do Clube Militar Naval, Tomo XXXI, pp. 75-92.

1901, "O problema da marinha mercante, nas suas relações com o da agricultura nacional", Conferência na sede da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, 1901.

1901, "A Marinha e o fomento colonial", Congresso Colonial.

1901, "Através da História", *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo XXXI, pp. 75-92.

1902, "A Marinha Colonial (estudo apresentado ao Congresso Marítimo Internacional de 1902)", *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo XXXII, pp. 35-42.

1902 “Uma Arribada Forçada (Vapor «Baptista de Andrade» na Costa de Moçambique”, *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo XXXII, pp. 428-434, 763-768.

1902, “De l'état actuel de l'application des resolutions de la conférence de Washington au Portugal - Comunicação ao Congresso de Copenhaga”, Lisboa, Tipografia do Comércio.

1903, “A teoria do poder marítimo e a criação da Liga Naval Portuguesa”, Conferência na sessão solene de abertura do Congresso Marítimo Nacional.

1904, “As pescarias nacionais, no passado e no estado actual da sua evolução”, Conferência na sessão solene de abertura do Congresso Nacional de Pescarias.

1907, “A marinha de guerra e a politica externa nacional”, Conferência na sede da Liga Naval Portuguesa.

1912, “Evolução dos sistemas coloniais desde o início das colónias portuguesas”, *Boletim Marítimo*, Série X, nº 3, Março de 1913.

Memórias e relatórios

1896, “A baía de Cabinda (com um plano hidrográfico original”, *Anais do Clube Militar Naval*.

1900, “Nas águas de Moçambique, 1889-1900”, Porto, Tipografia Pereira.

1900, António Pereira de Matos, “Comissões desempenhadas pelo vapor "Baptista de Andrade" desde 17 de Março de 1899 a 27 de Janeiro de 1900”, Porto, Tipografia Pereira.

1903, “Operações militares de Angoche – Relatório do comandante da coluna de marinha que desembarcou em Saja no dia 5 de Junho de 1903”, *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. XXXIII, Setembro de 1903, pp. 455-473.

1903, *Na "Bengo" - 1903 - comissões desempenhadas por este navio nas águas de Moçambique*, Lisboa, Tipografia do Comercio.

1903, *O Congresso Internacional Marítimo de Copenhague em 1903 – Relatório*, Porto, Tipografia Pereira.

1903, *O Congresso Marítimo Internacional de Nantes em 1902: relatório*, Porto, Tipografia Pereira.

1904, António Pereira de Matos, *Union Maritime Internationale – De l´etat actuel de la question*, Porto, Tipografia Pereira.

1910, *A unificação do Direito Comercial Marítimo*, Porto, Tipografia Pereira.

Apêndice 2 – Notas biográficas dos presidentes do Conselho Central e do Conselho Geral

Notas

- A bibliografia essencial vai indicada no final de cada uma das notas biográficas.
- A tabela seguinte regista os nomes e datas que as fontes indicam para o mandato de cada um dos presidentes da Liga Naval:

Datas (AAAA-MM-DD)	Nome	Notas
1901-03-02 a 1901-11-28	José Adolfo de Melo e Sousa	Presidente do Conselho Central
1901-12-09 a 1904-12-??	Júlio Marques de Vilhena	Presidente do Concelho Geral - a partir de 1902-12-24
1904-12-14 a 1906-??-??	António Teixeira de Sousa	
1906-??-?? a 1910-10-05	Jacinto Cândido da Silva	
1910-10-05 a 1910-11-20	Pedro Guilherme dos Santos Dinis	Em exercício
1911-01-20 a 1911-07-08	Vicente Almeida d´Eça	Em exercício
1911-07-08 a 1911-09-03	João Duarte de Meneses	Interrompeu quando foi para o governo
1911-09-03 a 1911-11-12	António Pereira de Matos	Em exercício
1911-11-12 a 1913-07-15	João Duarte de Meneses	Retomou depois de sair do governo
1913-07-19 a 1914-04-03	António Pereira de Matos	Em exercício
1914-04-03 a 1915-04-06	Vago	
1915-04-06 a 1929-06-29	Gonçalo de Sousa e Meneses, 3º conde de Bertiandos	
1929-06-30 a 1930-01-24	Vago	
1930-05-21 a 1932-04-22	Pedro de Azevedo Coutinho	

José Adolfo de Melo e Sousa (1858-1925)

Presidente do Conselho Central de 2 de Março de 1901 a 28 de Novembro de 1901

Empresário e político. Trabalhou numa empresa da família enquanto foi mandado completar a formação em Inglaterra e na Alemanha. Foi presidente da Companhia de Seguros Fidelidade, presidente da Administração do Porto de Lisboa, membro da direcção e presidente da Associação Comercial de Lisboa, presidente da Assembleia Geral dos Caminhos de Ferro Portuguesas.

Foi Governador do Banco de Portugal, membro do Conselho Superior de Comércio e Indústria, da Comissão de Superintendência da Bolsa e ainda presidente da secção de Comércio da Sociedade de Geografia de Lisboa

Foi membro do Clube Henriques Nogueira, criado em 1881 e depois membro do Partido Regenerador, aderindo mais tarde ao Partido Regenerador-Liberal, de João Franco.

Adolfo Melo e Sousa foi Deputado e Par do Reino, presidindo à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa entre 8 de Junho de 1907 e 17 de Fevereiro de 1908.

Bibliografia principal:

http:// www.cm-lisboa.pt/municipio/historia/presidentes

Júlio Marques de Vilhena (1845-1928)

Presidente do Conselho Geral de 9 de Dezembro de 1901 a Dezembro de 1904

Natural de Ferreira do Alentejo, onde nasceu e 28 de Julho de 1845, doutorou-se em Direito em Coimbra em 1872.

Foi deputado em consecutivas legislaturas a partir de 1875 e quatro vezes ministro da Marinha e Ultramar: 25 de Março a 14 de Novembro de 1881, no governo de António Rodrigues Sampaio; interino entre 14 de Julho e 23 de Agosto de 1883, no governo de Fontes Pereira de Melo; 5 de Abril a 13 de Outubro de 1890, no governo de António Serpa; 21 de Maio a 30 de Julho e 3 de Setembro de 1891 a 17 de Janeiro de 1892, no governo de João Crisóstomo. Ocupou-se também da pasta da Justiça, no governo de Fontes, entre 14 de Novembro de 1881 e 24 de Outubro de 1883. O rei D. Carlos fê-lo Par do Reino em 1890.

Foi governador do Banco de Portugal entre 1895 e 1907, presidente da Real Academia das Ciências de Lisboa, juiz e depois presidente do Supremo Tribunal Administrativo.

Com morte de Hintze Ribeiro, Júlio de Vilhena sucedeu-lhe na chefia do Partido Regenerador entre Outubro de 1907 e o final de 1909, quando se demitiu e foi substituído por António Teixeira de Sousa, que afirmou, quando se agudizava a luta por aquela posição: "O mal todo da nossa política existe desde que elegemos para chefe o Júlio de Vilhena! êle não faz nada, não se ocupa de nada e não se importa com nada, excepto com ser presidente do conselho".

Publicou *As Raças Históricas da Península Ibérica e a Sua Influência no Direito Português. Em* 1873; *Antes da República. Notas Autobiográficas.* I (1874-1907), Coimbra, França e Arménio, 1916. II (1908-1910), Coimbra, França & Arménio, 1916, *Suplemento. Resposta a um Livro Póstumo.* Coimbra, França & Arménio, 1918, com um suplemento de 1918 e *D. Pedro V e o seu Reinado.* Lisboa, 1921.

Na homenagem que lhe foi prestada pela Academia das Ciências de Lisboa, no centenário do seu nascimento, Fernando Emídio da Silva compôs um retrato de Júlio de Vilhena: "O historiador – guardou o culto da verdade./ O jurista – pugnou pela humanização do direito/ O humanista – soube sempre latim/ O académico – aproveitou do seu distante treino para o magistério/ O escritor – manteve a agilidade moça do seu estilo/

O ministro – beneficiou do costume de ver ao longe/ O próprio exterior do homem – entre altaneiro e vagamente preguiçoso, não conservou, quer pelo aprumo, quer pelo desprendimento, a aparência coimbrã?”.

Júlio de Vilhena era titular de diversas condecorações nacionais e estrangeiras, entre as quais a Ordem Militar de Cristo. Teve duas filhas e quatro filhos, entre os quais se contaram dois oficiais da Armada, os comandantes Júlio Jardim de Vilhena (1878-1964) e Ernesto Jardim de Vilhena (1876-1967). Morreu 27 de Dezembro de 1928, em Lisboa.

Bibliografia principal

Academia das Ciências de Lisboa, *Sessão Solene comemorativa do I Centenário do nascimento de Júlio de Vilhena*, em 30 de Março de 1946, Lisboa, 1946.

LUCAS, Patrícia Gomes, “A Liderança e as Lideranças do Partido Regenerador,” in *Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História*, Coordenação de Ana Catarina Pereira, Ana Rita Pontes, Andreia Fernandes e outros, Porto, Universidade do Porto / Faculdade de Letras / Biblioteca Digital, 2014, pp. 167-183.

António Teixeira de Sousa (1857-1917)

Presidente do Conselho Geral de 14 de Dezembro de 1904 a 1906

Nasceu a 5 de Maio de 1815, na freguesia de Celeirós, concelho de Sabrosa.

Depois dos estudos liceais em Vila Real, licenciou-se em medicina pela Escola Médica do Porto em 1883, sendo o mais classificado do seu curso. Trabalhou como médico até 1889 e, no ano seguinte, foi eleito deputado, num mandato que terminou com o novo escrutínio de 1900.

Teixeira de Sousa foi governador-civil de Bragança (1896-1896), director-geral das Alfândegas do Reino (1904) e governador do Banco Nacional Ultramarino (1909), abandonando estas duas últimas funções em 1909, quando chamado a chefiar o governo.

Designado Par do Reino, por carta régia de 29 de Dezembro de 1900, tomou posse como ministro da Marinha e Ultramar em 14 de Janeiro de 1901, cargo que exerceu até 28 de Fevereiro de 1903. Transitou, no mesmo dia, para a pasta da Fazenda, que ocupou entre 28 de Fevereiro de 1903 e 26 de Março de 1905, e depois entre 20 de Março e 9 de Maio de 1906, em governos de Hintze Ribeiro.

Em 16 de Janeiro de 1910 foi eleito por aclamação para a chefia do Partido Regenerador, sendo chamado em 26 de Junho por D. Manuel II para exercer a presidência do governo, que ocupou até 5 de Outubro, período em que foi também ministro do Reino.

António Teixeira de Sousa era um monárquico liberal e um amigo de diversos republicanos, como Afonso Costa, Brito Camacho e Bernardino Machado.

Publicou, no Porto em 1912, *Para a história da revolução*, Empresa Literária e Tipográfica.

Morreu no Porto a 5 de Junho de 1917.

<u>Bibliografia principal:</u>

Arménio Monteiro, *Conselheiro Dr. António Teixeira de Sousa. Ministro e Secretário de estado da Marinha e Ultramar*, Agência Geral das Colónias, 1937.

sigarra.up.pt - Universidade do Porto - Antigos Estudantes Ilustres do Porto: António Teixeira de Sousa.

Jacinto Cândido da Silva (1857-1926)

Presidente do Conselho Geral de 1906 a 5 de Outubro de 1910

Nasceu em Angra do Heroísmo, em 30 de Novembro de 1857. Cursou o liceu na terra natal e concluiu, com brilho, o curso de Direito na Universidade de Coimbra em 1881.

Exerceu depois advocacia em Lisboa e na ilha Terceira, onde foi também professou no Liceu.

Ainda em 1880, foi eleito deputado pelo Partido Regenerador representando o círculo de Angra do Heroísmo, repetindo o assento na Câmara em diversas legislaturas.

Foi chamado por Hintze Ribeiro à pasta da Marinha e Ultramar em 26 de Novembro de 1895, substituindo o Capitão-de-fragata José Bento Ferreira de Almeida. Ocupou o lugar até à queda do governo, em 7 de Fevereiro de 1897. Durante o seu mandato, foi aprovada a aquisição dos cruzadores "D. Carlos I", "São Rafael" e "São Gabriel", para além de outros navios menores.

Em 1903, com o conde de Bertiandos (presidente da Liga Naval a partir de 1915) e outros, fundou o Partido Nacionalista, que desapareceu em 1910.

Morreu em 26 de Fevereiro de 1926.

Bibliografia principal

CÂNDIDO, Jacinto, *Memórias Íntimas para o meu filho 1898-1925*, Lisboa, Edição de Estudos de Castelo Branco – Revista de História e Cultura, 1963.

OLAIO, Nuno, "Jacinto Cândido da Silva (1857-1926): o nacionalismo católico através das memórias de um dos seus fundadores", *Lusitânia Sacra*, 2ª série, nº 16, 2004.

João Duarte de Meneses (1868-1918)

Presidente do Conselho Geral de 8 de Julho a 4 de Setembro de 1911 e 13 de Novembro de 1911 a 15 de Julho de 1913

Nasceu em Lisboa em 22 de Abril de 1868 e formou-se em Direito na Universidade de Coimbra.

Em 1890, quando do Ultimato inglês, colaborou com o jornal republicano *A Pátria*, então criado como órgão da Associação Académica de Lisboa. Foi um dos activistas da preparação do movimento de 31 de Janeiro de 1891, vindo depois para Lisboa, onde exerceu advocacia.

Participou no Congresso Nacional de 1910, no qual se manifestou a favor da prioridade a dar à questão política, que tinha sido arredada das discussões.

Colaborou na imprensa afecta aos republicanos. Fundou *O Norte*, em 1900, e *O Debate*, em 1903. Mais tarde, em 1912, acompanhou Manuel Brito Camacho na cisão do Partido da União Republicana, colaborando com n´*A Luta*, a partir de então o seu jornal oficioso.

João de Meneses Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1892 na loja "Simpatia", com o nome simbólico de "Oberdank", um patriota e mártir do irredentismo italiano.

Foi eleito deputado pelo círculo do Funchal em 1906, 1908, 1910 e 1911 e ocupou a pasta da Marinha e Ultramar no ministério de João Chagas, entre 3 de Setembro e 12 de Novembro de 1911.

Em 1914 foi secretário e depois presidente do Supremo Tribunal Administrativo.

Morreu em Lisboa a 8 de Abril de 1918.

<u>Bibliografia principal</u>

Fundação Mário Soares, Biografias,

www.fmsoares.pt/aeb/crono/biografias?registo=Jo%C3%A3o%20de%20Meneses, (Consultado em 18 de Fevereiro de 2019).

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 37 Volumes, 1 Apêndice e 10 volumes de Actualização, Volume 16, Lisboa/ Rio de Janeiro, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, , s.d., p. 931.

António Pereira de Matos

Presidente em exercício do Conselho Geral de 9 de Julho de 1913 a 9 de Abril de 1914

Ver Apêndice 1.

Gonçalo Pereira da Silva de Sousa Meneses – 3º conde de Bertiandos (1851-1929)

Presidente do Conselho Geral de 6 de Abril de 1915 a 29 de Junho de 1929

Filho dos segundos condes de Bertiandos, nasceu no Porto, na casa da Torre da Marca, em 3 de Dezembro de 1851. O título de 3º conde foi-lhe atribuído por diploma legal de 13 de Setembro de 1874. Sucedeu a seu pai na Câmara dos Pares em 3 de Maio de 1878, a que presidiu entre 30 de Dezembro de 1909 e 10 de Junho de 1910, data em que pediu a exoneração.

Foi bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, aos 21 anos.

Foi deputado pelo círculo de Braga no período de 1875 a 1878, na lista que se opunha ao candidato afecto a Fontes Pereira de Melo. Durante o ministério do general João Crisóstomo, foi governador-civil de Viana do Castelo entre 1890 e 1891.

Próximo da Corte, foi viador da rainha D. Maria II e aio dos príncipes D. Luís Filipe e D. Manuel.

Com Jacinto Cândido da Silva fundou em 1901 o movimento dos Centros Nacionais, um grupo de intervenção católica e em 1903 o Partido Nacionalista, da mesma linha de pensamento.

Recebeu várias condecorações nacionais e estrangeiras, entre as quais releva a Comenda e depois a Grã Cruz da Ordem da Torre e Espada.

Gonçalo de Sousa e Meneses era proprietário de uma das maiores casas senhoriais do Norte do País. Uma curta biografia publicada na homenagem que a Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima lhe prestou, no cinquentenário da sua morte, considerou-o um "limiano de alma e coração […] amigo da sua terra, a Ribeira Lima, aqui estava na época estival" e um homem de impecável isenção, honestidade de carácter, simples e afável.

Deixou em testamento a sua casa em Bertiandos, com todo o recheio, à Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, para ser fundada uma casa de caridade, que não chegou a acontecer. Teve igual destino, com poucas excepções, o seu património imobiliário.

Morreu em Lisboa a 29 de Junho de 1929.

Bibliografia principal

Afonso Eduardo Martins Zúquete (Direcção, coordenação e compilação), *Nobreza Portuguesa*, 3 volumes, Volume II, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961-1984, p. 418.

Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima 1530-1980 – Homenagem ao Conde de Bertiandos 1851-1929, Ponte de Lima, 1979.

Pedro de Azevedo Coutinho (1865-1942)

Presidente do Conselho Geral de 21 de Maio de 1930 a 22 de Abril de 1932

Nasceu em 1865, alistando-se na Escola Naval com dezassete anos. Foi promovido e Guarda-marinha em 1884, a Segundo-tenente em 1887, a Primeiro-tenente em 1891 e a Capitão-tenente em 1902.

Fez comissões embarcado no Continente e Ilhas, em África e em Macau até 1906, comandando a corveta-mista "Duque da Terceira" e as canhoneiras "Bengo", "Mandovi", "Diu" e "Rio Lima", e o vapor "Lidador".

No curto período de Março a Outubro de 1901 foi governador do distrito do Congo. Com a República, foi nomeado delegado do governo na Empresa Nacional de Navegação a Vapor, funções que desempenhou até 1918.

Foi nomeado para o governo de Macau em Dezembro de 1906, chegando à província em 6 de Abril do ano seguinte. Exerceu o cargo apenas por cerca de um ano num período curto mas muito movimentado, numa conjuntura marcada por tensões diplomáticos e manobras militares do Império chinês, ainda que em pequena escala, para marcar posição relativamente à definição dos limites terrestre e marítimos do território. Durante o seu governo foi retomada a questão da ligação ferroviária, iniciativa privada de macaenses e chineses. O então Capitão-tenente Pedro de Azevedo Coutinho alegou razões de saúde para pedir a exoneração das funções de governador de Macau, que se tornou efectiva em 7 de Maio de 1908.

Regressado a Lisboa, prosseguiu a sua carreira em terra. Em 1926 foi nomeado para integrar o Conselho Superior de Justiça Militar e no ano seguinte, representando o ministério da Marinha, foi designado membro da Comissão de Projecto da Nova Ponte sobre o Tejo.

Em 1927, com o posto de Contra-almirante, foi nomeado para o cargo de Comandante Geral da Armada (Chefe do Estado-Maior Naval a partir de 1928), o mais elevado na hierarquia da Armada. Foi promovido a Vice-almirante em 1929, exerceu aquelas funções até finais de 1930, sendo então nomeado presidente do Supremo Tribunal Militar.

Durante a sua longa carreira recebeu diversas condecorações nacionais e estrangeiras, de que se salientam: Medalha Militar de Ouro dos Serviços Distintos, Medalha Militar de Ouro dos Serviços Relevantes no Ultramar, Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis, Medalha da Vitória (1920), Medalha Militar de Ouro dos Bons Serviços, Grande Oficial da Ordem do Império Colonial, Comendador da Ordem da Legião de Honra da República Francesa, Ordem do Mérito Naval de Espanha, Grã-Cruz da Ordem da Torre-Espada (1894).

Passou à situação de Reforma em 1935 e morreu em 30 de Janeiro de 1942.

Bibliografia principal

Arquivo Histórico da Marinha, Livros Mestres C - folha 37, D - flh. 85, E - flhs. 16 e 115, F – flh. 198, H – folha 165 e K – flh. 66.

Jorge Santos Alves e António Vasconcelos de Saldanha (Coordenação), *Governadores de Macau*, Macau, Livros do Oriente, 2013, pp. 301-304.

Apêndice 3 – Composição do Conselho Geral

Notas:

- Fontes: *Boletim Oficial*, *Boletim Marítimo*, Actas das reuniões dos órgãos sociais.
- Os nomes figuram nas listas tal como foram registados nas fontes, excepto quanto à sua grafia, que foi actualizada e uniformizada.
- Apenas em alguns casos as fontes fazem preceder os nomes do título profissional, nobiliárquico ou honorífico. Nesta lista, mantivemos apenas o título nobiliárquico quando essa foi a única forma usada para identificar o membro do órgão social. Também mantivemos a indicação da função exercida, nos casos em que as fontes a referem.
- Por norma, os nomes registados em primeiro e segundo lugar referem-se, respectivamente, ao presidente e vice-presidente do órgão. Não foi possível garantir que esta regra foi adoptada em todos os casos
- As datas referem-se indistintamente à eleição ou à posse do órgão social, dado que as fontes nem sempre fazem essa diferenciação.

Órgão	Data da eleição ou da posse (aaaa-mm-dd)	Membros
Conselho Central	1901-03-02	José Adolfo de Melo e Sousa Alberto António da Silveira Moreno Albano Mendes de Magalhães Ramalho Edmundo Vasco de Saldanha Mascarenhas A. J. Gomes Neto Júnior Luís António de Morais e Sousa Guilherme Gomes Coelho Policarpo José de Azevedo João Nunes da Silva António Pedro da Costa João Augusto da Silveira Guilherme Arnaud João Velez Caldeira Castelo Branco A. J. Atouguia Ferreira Pinto Basto Abraão Bensaúde António de Sousa Carneiro Lara Luís Teixeira Mendes Pedro Augusto Martins da Silva Pedro Gomes da Silva Joaquim Garraio J. A. Ferreira Luís Strauss Augusto Ramos da Costa
	1901-12-09	Júlio Marques de Vilhena (eleição parcial, para substituir o presidente, que se demitiu alegando "muitos afazeres")
Conselho Geral	1902 -12	Júlio Marques de Vilhena António Pereira de Matos marquês do Lavradio A. J. Gomes Neto Júnior Pedro de Araújo (presidente do Conselho Regional do Porto) visconde do cabo de Santa Maria (presidente do Conselho Regional de Faro) Luís António de Morais e Sousa Vicente de Moura Coutinho de Almeida d´Eça Pedro Guilherme dos Santos Dinis Guilherme Arnaud
	1904-5-14	Júlio de Vilhena Pedro Guilherme dos Santos Dinis Vicente Almeida d´Eça António Pereira de Matos Jaime Thompson Abel Fontoura da Costa Policarpo José de Azevedo Jacinto do Carmo de Sá Penela

Órgão	Data da eleição ou da posse (aaaa-mm-dd)	Membros
		João Augusto Boto J. Velez Caldeira António Pinto Basto João Augusto da Silveira conde do Almarjão José Fialho Lopes Tavares António de Carvalho Brandão Júnior
Conselho Geral	1904-12-14	António Teixeira de Sousa António Pereira de Matos marquês do Lavradio A. J. Gomes Neto Júnior Eduardo Ferreira Pinto Basto Albert Girard marquês do Faial Guilherme Arnaud A. Jervis Ferreira Pinto Basto Zeferino Cândido A. J. Machado Aleixo Ribeiro Jaime Forjaz de Serpa Pimentel J. V. Botelho da Costa Júnior
Conselho Geral	1906	Jacinto Cândido da Silva Pedro Guilherme dos Santos Dinis Vicente Almeida d´Eça António Pereira de Matos Elísio Leitão Vieira dos Santos A. J. Gomes Neto Júnior Hipácio Frederico de Brion Jaime Forjaz de Serpa Pimentel A. J. Ferreira Pinto Basto Aires de Ornelas e Vasconcelos Zeferino Cândido José Francisco da Silva Guilherme Ivens Ferraz João Augusto Boto Guilherme Arnaud Policarpo José de Azevedo Luís Strauss Henrique Pereira Taveira Pedro Gomes da Silva
Conselho Geral	1908	Jacinto Cândido da Silva Pedro Guilherme dos Santos Dinis Vicente Almeida d´Eça António Pereira de Matos Joaquim Vieira Botelho da Costa Junior Elísio Leitão Vieira dos Santos A. J. Gomes Neto Júnior

Órgão	Data da eleição ou da posse (aaaa-mm-dd)	Membros
		Aires de Ornelas e Vasconcelos João Augusto Boto Hipácio Frederico de Brion Jaime Forjaz de Serpa Pimentel A. J. Ferreira Pinto Basto José Francisco da Silva Guilherme Ivens Ferraz Luís Strauss Policarpo José de Azevedo Henrique Pereira Taveira Pedro Gomes da Silva João Carlos de Oliveira Leone Alberto Girard
Conselho Geral	1910	Jacinto Cândido da Silva Pedro Guilherme dos Santos Dinis Vicente Almeida d´Eça António Pereira de Matos José Pocariça da Costa Freire Joaquim Vieira Botelho da Costa Júnior Elísio Leitão Vieira dos Santos A. J. Gomes Neto Júnior Aires de Ornelas e Vasconcelos João Augusto Boto Hipácio Frederico de Brion Jaime Forjaz de Serpa Pimentel A. J. Ferreira Pinto Basto José Francisco da Silva Guilherme Ivens Ferraz Luís Strauss Policarpo José de Azevedo Henrique Pereira Taveira Pedro Gomes da Silva João Carlos de Oliveira Leone Joaquim da Cunha Teles de Vasconcelos
	1910-10-05	Pedro dos Santos Dinis (presidente em exercício)
Conselho Geral	1911-01-20	Vicente Almeida d´Eça (presidente em exercício) A. Pereira de Matos José Pocariça da Costa Freire Joaquim Vieira Botelho da Costa Júnior Elísio Leitão Vieira dos Santos A. J. Gomes Neto Júnior João Augusto Boto Hipácio Frederico de Brion Jaime Forjaz de Serpa Pimentel A. J. Ferreira Pinto Basto José Francisco da Silva Guilherme Ivens Ferraz

Órgão	Data da eleição ou da posse (aaaa-mm-dd)	Membros
		Luís Strauss Policarpo José de Azevedo Henrique Pereira Taveira Pedro Gomes da Silva João Carlos de Oliveira Leone Joaquim da Cunha Teles de Vasconcelos João Duarte de Meneses Sebastião de Magalhães Lima Hermogéneo Calvo da Silva.
	1911-11-22	João Duarte de Meneses Sebastião de Magalhães Lima Hermogéneo Carlos da Silva Vicente Almeida d´Eça A. Pereira de Matos José Pocariça da Costa Freire Joaquim Vieira Botelho da Costa Júnior Elísio Leitão Vieira dos Santos A. J. Gomes Neto Júnior João Augusto Boto Hipácio Frederico de Brion Jaime Forjaz de Serpa Pimentel A. J. Ferreira Pinto Basto José Francisco da Silva Guilherme Ivens Ferraz Henrique Pereira Taveira
	1913-09-03	António Pereira de Matos (presidente em exercício) Vicente Almeida d´Eça A. Pereira de Matos José Pocariça da Costa Freire Joaquim Vieira Botelho da Costa Júnior Elísio Leitão Vieira dos Santos A. J. Gomes Neto Júnior João Augusto Boto Hipácio Frederico de Brion Jaime Forjaz de Serpa Pimentel A. J. Ferreira Pinto Basto José Francisco da Silva Guilherme Ivens Ferraz Henrique Pereira Taveira
	1914-04-03	Presidente: vago Vicente Almeida d´Eça Hipácio de Brion António Pereira de Matos Guilherme Ivens Ferraz João Carlos Leone António José Gomes Neto Júnior Jaime Serpa Pimentel

Órgão	Data da eleição ou da posse (aaaa-mm-dd)	Membros
		António Jervis Ferreira Pinto Basto João José Sinel de Cordes José Maria Cordeiro de Sousa José Francisco da Silva João Perestrelo Henrique Pereira Taveira
	1915-04-06	Conde de Bertiandos Aires de Ornelas e Vasconcelos Vicente Almeida d´Eça Hipácio de Brion António Pereira de Matos Guilherme Ivens Ferraz João Carlos Leone António José Gomes Neto Júnior Jaime Serpa Pimentel António Jervis Ferreira Pinto Basto João José Sinel de Cordes José Maria Cordeiro de Sousa José Francisco da Silva João Perestrelo Henrique Pereira Taveira
	1930-05-21	Pedro de Azevedo Coutinho Alfredo da Silva Afonso Júlio de Cerqueira Mário de Noronha António Maria de Oliveira Belo Emílio Artur Leote Quintino Fernando Costa António Almada Carlos Gomes de Amorim Loureiro António Gomes Namorado Júnior
	1931	Pedro de Azevedo Coutinho Alfredo da Silva Afonso Júlio de Cerqueira Mário de Noronha Emílio Artur Leote Quintino Fernando Costa António Almada Carlos Gomes de Amorim Loureiro António Gomes Namorado Júnior João Lobo Santos Moreira José Vaz de Azevedo e Silva

Apêndice 4 – Composição dos Conselhos Regionais

Notas

- Fontes: Boletim Oficial, Boletim Marítimo, Actas das reuniões dos órgãos sociais.
- Os nomes figuram nas listas tal como foram registados nas fontes, excepto quanto à sua grafia, que foi actualizada e uniformizada.
- Apenas em alguns casos, as fontes fazem preceder os nomes do título profissional, nobiliárquico ou honorífico. Nesta lista mantivemos apenas o título nobiliárquico quando essa foi a única forma usada para identificar o membro do órgão social. Também mantivemos a indicação da função exercida, nos poucos casos em que as fontes a referem.
- Por norma, os nomes registados em primeiro e segundo lugar referem-se, respectivamente, ao presidente e vice-presidente do órgão. Não foi possível garantir que esta regra foi adoptada em todos os casos
- As datas referem-se indistintamente à eleição ou à posse do órgão social, dado que as fontes nem sempre fazem essa diferenciação.

Local	Ano	Membros	
Cabo Verde	1907	Raul	Barbosa
		José Antunes de	Oliveira
		António Joaquim	Ribeiro
		António Nunes de	Aguiar
		Aprígio Serra e	Moura
		Simão	Barbosa
		João Monteiro de	Macedo
		António	Artiaga
		Ernesto	Beaumont
		Joaquim Marrecas	Ferreira
		Isidoro de	Carvalho
Cabo Verde	1909	Raul	Barbosa
		José Antunes de	Oliveira
		José Maria da	Costa
		Álvaro	Levy
		António Nunes de	Aguiar
		Simão	Barbosa
		Francisco de Paula	Rosa
		António de Artiaga Souto	Maior
		Fortunato	Levy
		Isidoro José de Sousa	Carvalho
		Vasco Loff	Fonseca

Local	Ano	Membros	
		João Monteiro de	Macedo
Faro	1903	visconde	Cabo de Santa Maria
		J. V. Botelho da Costa	Costa Júnior
		A. Marinha de	Campos
		dr. Virgílio J. Ramos	Inglês
		J. António Júdice	Fialho
		José Alexandre da	Fonseca
		João José da Silva Ferreira	Netto
		Ventura Coelho de	Vilhena
		Francisco Teixeira dos	Reis
		João Álvaro Pestana	Gião
		J. F. de Sousa	Sousa Júnior
		Bernardo Diniz	Ayala
Faro	1902	Visconde do	Cabo de Santa Maria
		Francisco Augusto da Silveira e	Almeida
		J. V. Botelho da	Costa Júnior
		A. Marinha de	Campos
		dr. Virgílio J. Ramos	Inglês
		J. António Júdice	Fialho
		João Alexandre da	Fonseca
		João José da Silva Ferreira	Netto
		Francisco Teixeira dos	Reis
		João Álvaro Pestana	Gião
		Ventura Coelho de	Vilhena
		João Álvaro	Girão
		J. F. de	Sousa Júnior
		Bernardo Diniz	Ayala
Faro	1905	conde do	Cabo de Santa Maria
		Francisco Augusto da Silveira e	Almeida
		dr. Virgílio J. Ramos	Inglês
		J. António Júdice	Fialho
		José Alexandre da	Fonseca
		João José da Silva Ferreira	Neto
		Ventura Coelho de	Vilhena
		João Álvaro Pestana	Gião
		J. F. de	Sousa Júnior
		Bernardo Diniz	Ayala
Faro	1910	Bernardo António da Costa de Sousa	Macedo
Faro	1910	Manuel de Jesus	Belmarço

Local	Ano	Membros	
		Alexandre de Figueiredo e	Melo
		Henrique Mateus	Cançado
		Domingos António Calado de Branco e	Brito
		Francisco da Silva	Silva Júnior
		Artur A. de	Miranda
		Isidoro Leger Pereira	Leite
		João Alexandre da	Fonseca
		José Crispim de	Sousa
		Manuel Alberto	Soares
		Ventura Coelho de	Vilhena
Lisboa	1902	Júlio de	Vilhena
		Almeida de	Eça
		Pedro	Dinis
		Pereira de	Matos
		Jaime	Thompson
		Jacinto do Carmo de Sá	Penela
		Henrique	Bensaúde
		A. Jervis de Atouguia Ferreira Pinto	Basto
		João Carlos de Oliveira	Leone
		A. J.	Neto Júnior
		João Augusto da	Silveira
		José António Santa	Bárbara
		Augusto Ferreira Pinto	Basto
		J. Velez	Caldeira
		Alberto	Gimenes
		J. Perestrelo de	Vasconcelos
		Carlos	Bleck
		Artur Duarte	Pereira
		João Augusto	Boto
		Ernesto de	Vasconcelos
		Quirino da	Fonseca
		Nestor José de Oliveira	Sampaio
		Bernardino Ferreira dos	Santos
		Manuel Moreira	Feio
Lisboa	1903	Júlio Marques de	Vilhena
		Vicente de Moura Coutinho de Almeida de	Eça
		Pedro Guilherme dos Santos	Dinis
		A. Pereira de	Matos
		Jaime de Vasconcelos	Thompson
		Jacinto do Carmo de Sá	Penela
		Augusto Ferreira Pinto	Basto

Local	Ano	Membros	
		João Augusto	Boto
		João Velez Caldeira Castelo	Branco
		A. Jervis de Atouguia Ferreira Pinto	Basto
		João Augusto da	Silveira
		Henrique Quirino da	Fonseca
Lisboa	1904	António Teixeira de	Sousa
		Guilherme Gomes	Coelho
		Zeferino	Cândido
		Henrique Quirino da	Fonseca
		Joaquim Júdice	Neves
		Luís	Strauss
		Guilherme Ivens	Ferraz
		Guilherme Ferreira Pinto	Basto
		Pedro Augusto Martins da	Silva
		Joaquim	Garraio
		João Augusto da	Silveira
		Joaquim Vieira Botelho da Costa	Costa Júnior
		João Carlos Oliveira	Leone
		Jaime de	Sousa
Lisboa	1905	António Teixeira de	Sousa
		Reis	Torgal
		Zeferino	Cândido
		Henrique Quirino da	Fonseca
		Artur Carvalho da	Silva
		Joaquim Júdice	Neves
		Luís	Strauss
		Guilherme Ivens	Ferraz
		Jaime de	Sousa
		Guilherme Pinto	Basto
		Joaquim	Garraio
		Alexandre Duarte	Holbeche
		João Augusto da	Silveira
		J. V. Botelho da Costa	Costa Júnior
		Oliveira	Leone
Lisboa	1906	António Teixeira de	Sousa
		Reis	Torgal
		Zeferino	Cândido
		Henrique Quirino da	Fonseca
		Artur Carvalho da	Silva
		Joaquim Júdice	Neves
		Luís	Strauss
		Guilherme Ivens	Ferraz

Local	Ano	Membros	
		Joaquim	Garraio
		Alexandre Duarte	Holbeche
		João Augusto da	Silveira
		Guilherme	Arnaud
		Fernando de	Magalhães
		Oliveira	Leone
Lisboa	1910	João Augusto	Boto
		José Pocariça da Costa	Freire
		José Alves	Simões
		João Carlos de Oliveira	Leone
		Joaquim	Garraio
		José Maria Cordeiro de	Sousa
		João Augusto da	Silveira
		Augusto Moreira	Rato
		José	Torres
		Bernardino Ferreira dos	Santos
		Virgílio Marques da	Costa
		José Perestrelo de	Vasconcelos
		Jaime Forjaz de Serpa	Pimentel
		Eduardo Augusto Ferrugento	Gonçalves
		Marcos Vieira da	Silva
		Carlos	Vilar
Lisboa	1914	Jaime Forjaz de Serpa	Pimentel
		João Perestrelo de	Vasconcelos
		Eduardo Augusto Ferrugento	Gonçalves
		Emílio dos Santos	Gil
		João Bravo	Falcão
		Fernando	Costa
Lisboa	1915	Jaime Forjaz de Serpa	Pimentel
		João Perestrelo de	Vasconcelos
		Ferrugento	Gonçalves
		Joaquim	Garraio
		Rodrigo Samwell	Dinis
		António	Almada
		Fernando	Costa
		João Bravo	Falcão
Lisboa	1916	Jaime Forjaz de Serpa	Pimentel
		João Perestrelo de	Vasconcelos
		Fernando Pizarro de Sampaio e	Melo
		Rodrigo Samwell	Dinis
		António	Almada
		Fernando	Costa

Local	Ano	Membros	
		Policarpo de	Azevedo
		Eugénio de	Araújo
		João Bravo	Falcão
		António	Sardinha
		Fernando	Costa
Lisboa	1917	Policarpo de	Azevedo
		José da Rola	Pereira
		João Bravo	Falcão
		conde de	Avilez
		António	Almada
		Alfredo de	Assumção
		Fernando	Costa
Lisboa	1920	Policarpo de	Azevedo
		José da Rola	Pereira
		João Bravo	Falcão
		Eduardo do Couto	Lupi
		António	Almada
		Alfredo de	Assunção
		Fernando	Costa
Lisboa	1930	Francisco Miranda da Costa	Lobo
		Alípio Monteiro	Tovas
		Álvaro Ferreira	Roquete
		António	Almada
		António Santos	Nascimento
		Carlos Filipe	Ribeiro
		Henrique Cunha da	Silveira
		João Bravo	Falcão
		José Augusto de Saldanha Oliveira	Daun
		Júlio da Silva Nogueira Pereira de	Matos
		Mário de	Noronha
		Raul Gomes da	Fonseca
		visconde de	Santarém
		Mário de	Noronha
		João Bravo	Falcão
		António	Almada
		Alípio Monteiro	Tovas
		visconde de	Santarém
Lisboa	1931	Guilherme Ivens	Ferraz
		António Alemão Cisneiros de	Faria
		Mário de	Noronha
		Alípio Monteiro	Tovas

Local	Ano	Membros	
		António	Almada
		Rui Newton da	Fonseca
		Nuno de	Brion
		João Mesquita	Portela
		José dos	Santos
		António Santos	Nascimento
		Gustavo	Amarante
		Júlio Pereira de	Matos
Lourenço Marques	1903	César Alexandre Monte Cembra	Valssassina
		A.	Couto
		Ângelo	Ferreira
		António da Câmara Melo	Cabral
		Carlos Shirley de	Oliveira
		Domingos de Campos	Casaes
		H. C. A. Barahona e	Costa
		A. do Ó da	Silva
		Carlos	Albers
		H. C. L. Castelo Branco Leão	Cohen
		J. E. Viana	Rodrigues
		Rodrigo de	Abreu
		A.	Tudela
		A. F. do	Amaral
		J. J.	David
		A.	Leal
		J. A.	Martins
		H. C. da	Costa
		C. Rogero da	Costa
		Isaac	Levy
		J. J.	Pinto
		J. M. da Guerra	Lage
		A. C.	Pecena
		A. T.	Mendes
		Juvenal E. F.	Santa Bárbara
		Joaquim	Antunes
Lourenço Marques	1904 - 1905	Henrique	Moral
		A.	Couto
		João	Martins
		Joaquim	Antunes
		Juvenal Santa	Bárbara
		Henrique	Costa
		H. C. A. Barahona e	Costa
		H. C. L. Castelo	Branco

Local	Ano	Membros	
		Benjamin	Cohen
		C.	Valsassina
		Egas	Moniz
		Leonel	Cardoso
Lourenço Marques	1910	Henrique	Moral
		A.	Couto
		João	Martins
		Joaquim	Antunes
		Juvenal Santa	Bárbara
		Henrique	Costa
		H. C. A. Barahona e	Costa
		H. C. L. Castelo	Branco
		Benjamin	Cohen
		Egas	Moniz
		Leonel	Cardoso
Moçambique	1903 - 1905	Manuel Álvaro Reis e (Juiz da Relação de Moçambique)	Lima
		José de Oliveira Serrão de (chefe do Serviço de Saúde)	Azevedo
		Albano Mendes de Magalhães (capitão do porto)	Ramalho
		Acúrcio Joaquim José (escrivão da Capitania)	Ferreira
		João Baptista Rangel (presidente da câmara municipal)	Nery
		Francisco José Penedo Nobre de (gerente da sucursal do BNU)	Carvalho
		Júlio Pereira (director da Alfândega)	Garcez
		Henrique de Almeida (gerente da casa Hafemann)	Saraiva
		Manuel do (gerente da Casa Silva, Filhos & Comp[a])	Carmo
		António Maria Gaspar de (secretário do governo do distrito)	Vasconcelos
		Manuel Ribeiro da (tesoureiro do Banco Nacional Ultramarino)	Silva

Local	Ano	Membros	
Ponta Delgada	1903	Júlio Pereira de Carvalho e	Costa
		Victorino	Sequeira
		Albano da	Ponte
		José Pacheco da Costa	Salema
		João Carlos da Silveira	Cordeiro
		António Joaquim	Arruda
		Luís de Bettencourt de Medeiros e	Câmara
		Afonso Gomes de Menezes e	Ferreira
		Abel	Coutinho
		Jayme Moniz	Vieira
		Lourenço	Tavares
		Mariano Victor	Cabral
		José Joaquim de	Sôr
		Alfredo da	Câmara
		Amâncio Júlio	Cabral
		António Augusto	Marais
		Francisco Leite	Carvalho
		Abel de Frias	Coutinho
		Manuel Botelho da Câmara Melo	Cabral
		Sérgio Augusto Álvares	Cabral
		Mariano Victor	Cabral
		conde da	Silva
		Filomeno	Bicudo
		Francisco Maria	Supico
Ponta Delgada	1905	Victorino	Sequeira
		Albano da	Ponte
		José Pacheco da Costa	Salema
		João Carlos da Silveira	Cordeiro
		António Joaquim	Arruda
		dr. Luís de Bettencourt de Medeiros e	Câmara
		Afonso Gomes de Menezes e	Ferreira
		Abel	Coutinho
		Jaime Moniz	Vieira
		Lourenço	Tavares
		Mariano Victor	Cabral
Ponta Delgada	1910	José Maria Raposo de	Amaral
		Duarte de Andrade de Albuquerque	Bettencourt
		José Lopes de	Azevedo

Local	Ano	Membros	
		Evaristo A.	Afonso
		Albano P. da	Ponte
		Luís	Maria
		João de Melo	Abreu
		José Álvares	Cabral
		Francisco M.	Cogumbreiro
		Manuel Tavares de	Sousa
		Procópio Augusto	Pereira
Porto	1902	Antero Ferreira de Araújo e	Silva
		Bernardino	Vareta
		António Eduardo	Glama
		J. Domingues de	Oliveira
		Conselheiro Pedro de	Araújo
		David	Pinho
		Alberto	Andressen
		António da Fonseca	Sarmento
		Francisco de Albuquerque	Cáceres
		Ezequiel Vieira de	Castro
		António José Gomes	Samagaio
Porto	1903	Pedro de	Araújo
		Antero Ferreira de Araújo e	Silva
		José Domingos de	Oliveira
		David José de	Pinho
		António Eduardo	Glama
		Alberto	Andressen
		António da Fonseca	Sarmento
		Francisco de Albuquerque	Cáceres
		Bento de Sousa	Carqueja
		Ezequiel A. R. Vieira de	Castro
		António José Gomes	Samagaio
Porto	1905	Pedro de	Araújo
		Antero Ferreira de Araújo e	Silva
		João Eduardo Brito e	Cunha
		Bernardino Carlos de Azevedo	Vareta
		David José de	Pinho
		António Eduardo	Glama
		Alberto	Andressen
		António da Fonseca	Sarmento
		Francisco de Albuquerque	Cáceres
		Bento de Sousa	Carqueja
		Ezequiel A. R. Vieira de	Castro

Local	Ano	Membros	
		António José Gomes	Samagaio
Porto	1910	Pedro de	Araújo
		Antero Ferreira de Araújo e	Silva
		conselheiro João Eduardo Brito e	Cunha
		Bernardino Carlos de Azevedo	Vareta
		David José de	Pinho
		António Eduardo	Glama
		Alberto	Andressen
		António da Fonseca	Sarmento
		Francisco de Albuquerque	Cáceres
		Bento de Sousa	Carqueja
		Álvaro Gomes	Sá
		António José Gomes	Samagaio
Quelimane (Moçambique)	1903	J. A. Vieira da	Fonseca
		Teodoro Monteiro de	Macedo
		Adolfo Proença	Fortes
		Alexandre da Silva	Magno
		Júlio Botelho	Moniz
		Manuel de Castro	Sepúlveda
		José de	Albuquerque
		Alberto de Vasconcelos	Cid
		Alexandre da Cunha Rola	Pereira
		Dúlio Pereira	Ribeiro
		J. R.	Brusco
		A. Nunes da	Silva
		A. Maria	Martins
Quelimane (Moçambique)	1904	Teodoro Monteiro de	Macedo
		Armando Edene Pereira	Bramão
		Adolfo Proença	Fortes
		Alexandre da Silva	Magno
		Júlio Botelho	Moniz
		Manuel de Castro	Sepúlveda
		José de	Albuquerque
		Alberto de Vasconcelos	Cid
		Alexandre da Cunha Rola	Pereira
		Dúlio Pereira	Ribeiro
		J. R.	Brusco
		A. Nunes da	Silva
Quelimane	1905	Teodoro Monteiro de	Macedo
		Armando Edene Pereira	Bramão
		Adolfo Proença	Fortes
		Alexandre da Silva	Magno

Local	Ano	Membros	
		Júlio Botelho	Moniz
		Manuel de Castro	Sepúlveda
		José de	Albuquerque
		Alberto de Vasconcelos	Cid
		Alexandre da Cunha Rola	Pereira
		Dúlio Pereira	Ribeiro
		J. R.	Brusco
		A. Nunes da	Silva
		A. Maria	Martins
Quelimane	1910	João António Teixeira de	Sousa
		José Joaquim Marques da Silva	Araújo
		António de Carvalho	Saraiva
		Francisco Gravicho Salter de Sousa e Prado de	Lacerda
		José Maria das	Neves
		Alexandre da Silva	Magno
		Raul de Vasconcelos	Cardoso
		Antero Joaquim	Barroso
		Humberto Frederico Castro	Santos
		Joaquim Águas Ferreira	Santos
		Júlio de Carvalho	Fustenau
		João Jorge da Fonseca	Kol
Rio de Janeiro	1903	Narciso Fernandes da Silva	Neves
		João Lopes	Chaves
		José	Barbosa
		visconde Alves	Alves Mateus
		Álvaro F. Thedim	Lobo
		Gabriel Marques	Carregal
		Manuel António da Costa	Pereira
		José António de Castro	Silva
		Angelino	Simões
		José Augusto	Prestes
Rio de Janeiro	1905	Narciso Fernandes da Silva	Neves
		João Lopes	Chaves
		José	Barbosa
		visconde Alves	Mateus
		Álvaro F. Thedim	Lobo
		Gabriel Marques	Carregal
		José António de Castro	Silva
		Angelino	Simões
		José Augusto	Prestes

Local	Ano	Membros	
S. Vicente (Cabo Verde)	1903 - 1905	Aníbal dos Santos	Dias
		Augusto Vera	Cruz
		Roberto Duarte	Silva
		Júlio Augusto Alves da	Veiga
		Maximiliano José	Afonso
		António Vicente	Lima
		Francisco António	Fialho
		Aurélio António	Martins
		Raul	Ferro
		António Inácio	Nobre
		Luís Cândido	Monteiro Júnior
		Isidoro José	Martins
S. Vicente (Cabo Verde)	1909	Raul	Barbosa
		António Maria de Artiaga	Souto Maior
		Francisco Paula	Rosa
		João	Macedo
		Isidro	Carvalho
		Álvaro	Ling
		Fortunato	Ling
		Augusto	Leite
		Ernesto	Beaumont
		António Nunes de	Aguiar
Timor	1903-1905	José Celestino da	Silva[5]
		Júlio Celestino de Montalvão e	Sousa
		Ernesto Pereira	Maestro
		Alberto Augusto de	Oliveira
		Joaquim Romeirão de Sousa e	Brito
		Alberto	Carlos
		António Eduardo da	Silva
		Belarmino	Lobo
		Jacinto Isla dos Santos e	Silva
		João Augusto da Costa	Cabral
		José Filipe de Morais	Palha[6]
		Francisco Joaquim	Alberto
Timor	1910	Eduardo Augusto	Marques
		Gonçalo Pereira Pimenta de	Castro
		Manuel Paulo de Sousa	Gentil
		Francisco António	Salsinha
		José da Costa	Mouzinho
		Alberto	Carlos
		Belarmino	Lobo

Local	Ano	Membros	
		Frederico Xavier da Silveira	Machado
		Augusto Euclides de	Menezes
		António Marques	Monteiro
		Francisco Pedro	Curado
		César Augusto Rocha	Abreu
		Sertório Alarico Eduardo Piedade de	Araújo
		Miguel Lourenço Aleixo Carmo de	Sá
		Raul Dias	Quintas

Apêndice 5 – Composição das Juntas Locais

Notas

- Fontes: Boletim Oficial, Boletim Marítimo, Actas das reuniões dos órgãos sociais.
- Os nomes figuram nas listas tal como foram registados nas fontes, excepto quanto à sua grafia, que foi actualizada e uniformizada.
- Apenas em alguns casos, as fontes fazem preceder os nomes do título profissional, nobiliárquico ou honorífico. Nesta lista mantivemos apenas o título nobiliárquico quando essa foi a única forma usada para identificar o membro do órgão social. Também mantivemos a indicação da profissão ou função exercida, nos poucos casos em que as fontes a referem.
- Por norma, os nomes registados em primeiro e segundo lugar referem-se, respectivamente, ao presidente e vice-presidente do órgão. Não foi possível garantir que esta regra foi adoptada em todos os casos
- As datas referem-se indistintamente à eleição ou à posse do órgão social, dado que as fontes nem sempre fazem essa diferenciação.

Local	Datas	Nomes	Apelidos
Albufeira	1905 - 1906	José Frederico Cortes	Menezes
		Eduardo José Barata	Pinho
		José Joaquim	Vieira
		Daniel Augusto	Exposto
		Francisco de Paula	Carapito
		José Manuel Cavaco	Águas
		João de Freitas	Azevedo
	1909	José Monteiro da	Silva
		Agostinho de Vasconcelos	Monterroso
		Joaquim Navarro de	Queirós
Amarante		Artur de Moura	Bastos
		Amadeu da	Silva
		João Augusto Coelho dos	Santos
		José Custódio de	Pinho
Amares	1909	Domingos José de	Campos
		Arnaldo Augusto da Magalhães	Azambuja
		José de Araújo	Sousa
		Francisco Augusto Teixeira Ferreira	Cruz
		Aurélio Herculano de Amorim Soares de	Azevedo
		José António da Cunha	Santos
Âncora	1910	Luís Inocêncio Ramos	Pereira

Local	Datas	Nomes	Apelidos
		José (padre)	Cardoso
		Rodrigo Lourenço	Rocha
		Celestino	Fernandes
		Camilo	Ramos
		Miguel	Silva
		Abade Bernardo José	Vaz
Arcos de Valdevez	1905	Albano Guilherme de Azevedo de	Amorim
		Aníbal Gomes de	Almeida
		José Alves	Pereira
		Gustavo de Araújo e	Figueiredo
		João Bernardo	Silva
		António Augusto Felgueiras Basto	Pereira
		Estevam Maria Dias	Correia
Arcos de Valdevez	1909	Albano Guilherme de Azevedo de	Amorim
		José Alves	Pereira
		Gustavo de Araújo e Silva	Figueiredo
		João Bernardo	Pereira
		Aníbal Gomes de	Almeida
		António Augusto Felgueiras	Basto
		Estevão Maria Dias	Correia
Arouca	1909	António Correia dos	Santos
		Vicente Teixeira de	Brito
		Avelino Gomes Mendes de	Sousa
		Álvaro de Oliveira e	Vasconcelos
		António Teixeira da Silva e	Vasconcelos
		Feliciano António Ferreira de	Vasconcelos
		José Francisco	Santiago
Aveiro	1903	Gustavo Ferreira Pinto	Bastos
		Jaime	Afreixo
		José Gonçalves	Camelas
		Manuel da	Rocha
		Manuel dos	Reis
		João Pacheco	Polónia
		Francisco António Rodrigues	Brandão
Aveiro	1905 - 1906	Gustavo Ferreira Pinto	Bastos
		Benjamim de Paiva	Curado
		José Gonçalves	Gamelas
		Manuel da	Rocha
		Manuel dos	Reis
		João Pacheco	Polónia
		Francisco António Rodrigues	Brandão
Barcelos	1905 - 1907	José Júlio Vieira	Ramos
		António Miguel da Costa d´Almeida	Ferraz

Local	Datas	Nomes	Apelidos
		José Augusto d´Amorim	Pessoa
		José de Castro Figueiredo	Faria
		Casimiro Alves	Monteiro
		José Luís d´Abreu do Canto Amorim	Novais
		António Martins de Sousa	Lima
Barcelos	1909	José Joaquim Pais de Vilas	Boas
		José Júlio Vieira	Ramos
		visconde de	Fervença
		Júlio de Andrade	Faria
		Domingos Beleza da Costa Almeida	Ferraz
		João Rodrigues de	Faria
		Augusto Gomes	Moreira
Boticas	1909	Acácio Augusto	Martins
		António Joaquim de Freitas	Rebelo
		Avelino Alves de	Miranda
		Albano de Jesus	Dias
		Emílio Manuel	Pereira
		Abílio Ferreira	Caldas
		Joaquim António de	Freitas
Braga	1909	João Teixeira da	Silva
Cabeceiras de Basto	1909	Francisco Botelho de Carvalho e Oliveira	Leite
		Álvaro Herculano Ferreira de Melo e	Andrade
		Bernardino Pereira Leite	Basto
		Teotónio Falcão Ribeiro	Basto
		João de	Oliveira
		Filipe Augusto	Machado
		Cândido José Fernandes	Basto
Caminha	1903	Agripino de Morais Leite (chefe da delegação aduaneira)	Sotto Mayor
		José António Arantes (oficial de Marinha, comandante da lancha “Rio Minho”)	Pedroso
		David Augusto (proprietário)	Fernandes
		Arnaldo de Sousa (presidente da Câmara Municipal)	Rego
		Manuel Nunes da (Juiz de direito)	Silva
		Luís Ramos (médico)	Pereira
		Joaquim Alfredo Gomes (jornalista)	Ribeiro
Caminha	1905 - 1906	José Joaquim Tavares de Almeida	Carvalho
		Camilo Correia do	Amaral

Local	Datas	Nomes	Apelidos
		Domingos de	Amorim
		Luís Ramos	Pereira
		Damião José	Lourenço
		José Ramos	Pereira
		José Maria	Rego
Cascais	1903 - 1906	Jaime Artur da Costa	Pinto
		Joaquim Segurado	Teotónio
		Júlio Ernesto Moreira da	Silva
		Manuel Pereira	Dias
		Rodrigo Luís	Caldeira
		José Joaquim de	Freitas
Celorico de Basto	1909	António Maria	Monteiro
		Francisco Xavier Martins de (padre)	Carvalho
		António Alves de	Moura
		Albânio Abílio de	Moura
		António Augusto Pereira	Afonso
		José Lopes Coelho de	Sousa
		Alfredo Pimenta Ramos de	Farias
Chaves	1909	Lino Teixeira	Pinto
		Arnaldo Pacheco Dias	Torres
		Aníbal de Sousa Pinto de	Barros
		José Correia dos	Santos Junior
		Avelino Gomes de Morais	Sarmento
		António Gualberto da Fonseca	Antunes
		Adolfo Augusto de	Magalhães
Chinde (Moçambique)	1904	Jorge de (negociante e proprietário)	Montesuma
		Herculano (gerente da Companhia do Moribane)	Carneiro
		Eduardo R. da (gerente da Companhia da Zambézia)	Silva
		Ascenso Cordeiro (Companhia da Zambézia)	Peru
		João da Cruz (gerente da Companhia do Luabo)	Coutinho
		Paulo Cartaxa (negociante)	
Chinde (Moçambique)	1905	Eduardo da	Silva
		Herculano	Cordeiro
		Ascenso Cordeiro	Peru
		João Augusto (negociante)	Serrinha
		João R. Cruz	Coutinho
		Júlio Dálio	Ribeiro
Chinde (Moçambique)	1906	Eduardo da	Silva
		José Gomes de	Paiva

Local	Datas	Nomes	Apelidos
		Herculano	Cordeiro
		Ascenso Cordeiro	Peru
		João Augusto	Serrinha
		João R. da Cruz	Coutinho
		Júlio Dálio	Ribeiro
Cinfães	1909-1910	Manuel de Sousa Cochofel	Montenegro
		António Cardoso Pinto	Vasconcelos
		D. Pedro de Castro	Souto Maior
		Alfredo da Silva	Pimenta
		Albano do Amaral de Sousa	Pinto
		Abade de	Nespereira
		Mendes de	Araújo
		Manuel de Sousa e Castro Cochofel	Montenegro
Esposende	1903	João Caetano de Fonseca (advogado e conservador)	Lima
		Domingos Alexandrino da (advogado)	Silva
		Manuel da Costa (Sargento da Armada reformado)	Ferreira
		Ernesto Carvalho de (delegado do procurador régio)	Almeida
		António Dias dos (Construtor naval)	Santos
		Francisco da Silva (capitão da marinha mercante)	Loureiro
Esposende	1906	João Caetano de Fonseca (advogado e conservador)	Lima
		Domingos Alexandrino da (advogado)	Silva
		Ernesto Carvalho de (delegado do procurador régio)	Almeida
		António Dias dos (construtor naval)	Santos
		Francisco da Silva (capitão da marinha mercante)	Loureiro
		Manuel José	Pinto
Esposende	1909	João de	Barros
		padre Manuel Martins	Giesteira
		António Cândido de Carvalho	Granja
		José de Jesus Ferreira	Lima
		José	Pascoal
		João de Miranda	Magalhães
		António Vila Cota	Pinheiro
Fafe	1909	João Leite de	Castro
		Luís Augusto da Silva	Dourado
		Francisco	Bastos

Local	Datas	Nomes	Apelidos
		José Maria Soares de	Oliveira
		José Augusto Ferraz da	Costa
		Francisco Isidoro de Vasconcelos	Correia
		Manuel Rodrigues da Silva	Sarmento
Felgueiras	1909	Eduardo Augusto Soares de	Freitas
		António da Cunha Rola	Pereira
		Adriano Teixeira de Magalhães de	Castro
		Joaquim Ferreira da Silva Sampaio	
		Alberto Jorge de Azevedo Castelo	Castelo
		Joaquim Pereira de	Castro
		Casimiro Francisco da	Fonseca
Funchal	1903	Manuel José	Vieira
		Manuel Gomes	Vilar
		António Pinto	Correia
		visconde de	Cacongo
		Carlos de Vasconcelos	Sobral
		Manuel	Gonçalves
		Jacob	Abudarhan
Funchal	1905	Manuel José	Vieira
		Manuel Gomes	Vilar
		António Pinto	Correia
		visconde de	Cacongo
		Carlos de Vasconcelos	Sobral
		Jacob	Abudarhan
Funchal	1906	Manuel José	Vieira
		Manuel Gomes	Vilar
		António Pinto	Correia
		visconde de	Cacongo
		Carlos de Vasconcelos	Sobral
		Jacob	Abudarhan
		Manuel	Gonçalves
Guimarães	1909	Pedro Pereira da Silva	Guimarães Júnior
		António Augusto	Infante
		Pedro Gaspar da Costa	Rodrigues
		Jerónimo ribeiro da Costa	Sampaio
		Alberto Rodrigues da	Silva
		Domingos Leite Correia Azenhal	Ferreira
		Domingos Ribeiro Martins da	Costa (Aldão)
Horta	1903	Miguel António da	Silveira
		Jorge Fradesso de Salazar	Moscoso
		Visconde de Borges da	Silva
		José Augusto	Sequeira
		Florêncio José	Terra

Local	Datas	Nomes	Apelidos
		Alberto Silveira	Leal
		Francisco Pereira	Ribeiro Júnior
Horta	1905	Miguel António da	Silveira
		Jorge Fradesso de Salazar	Moscoso
		visconde	Borges da Silva
		José Augusto	Sequeira
		Florêncio José	Terra
		José Sebastião	Bettencourt
		Joaquim Crisóstomo da	Silveira
Horta	1906	Miguel António da	Silveira
		Jorge Fradesso de Salazar	Moscoso
		visconde	Borges da Silva
		José Augusto	Sequeira
		Florêncio José	Terra
		António Silveira	Leal
		Francisco Pereira Ribeiro	Júnior
Horta	1913	Francisco Eduardo dos	Santos
		Florêncio José	Terra
		Álvaro Soares de	Melo
		Alberto Silveira	Leal
		Joaquim José de	Azevedo
		Adolfo Goulart de	Medeiros
		António Furtado da Silva	Júnior
Horta	1936	José Estevão da Silva	Azevedo
		Eurico Garcia de Castro e	Silva
		Manuel Emílio dos	Santos
		Manuel Machado Soares de Melo	Meneses
		Eduíno Labescat da	Silva
		Herculano Augusto da	Silveira
		José António	Laranjo
Ílhavo	1905 - 1906	João Fernandes	Matias
		José	Marques
		José Fernandes	Preceito
		João dos Santos Maruto	Toninho
		Guilherme	Marques
		Dinis	Gomes
Lagos	1902 - 1906	Manuel José	Barbosa
		José Maria Pereira	Cruz
		Manuel Cássio d´Almeida	Tovar
		Joaquim Lobo de	Miranda
		João Marreiros	Neto
		Pedro Júdice	Cabral
		Sebastião Luís da	Silva
Leixões	1903	Afonso de Faria da Veiga	Cabral

Local	Datas	Nomes	Apelidos
		Amaro Alfredo de Azevedo Araújo e	Gama
		Agostinho Joaquim da	Silva
		Alfredo António da Costa	Braga
		António Canova de	Faria
		Luís do Souto	Pinto
		José Pacheco	Polónia
Leixões	1905 - 1906	Afonso de Faria da Veiga	Cabral
		Amaro Alfredo de Azevedo Araújo e	Gama
		José Ançã	Júnior
		Alfredo António da Costa	Braga
		António Canova de	Faria
		Luís do Souto	Pinto
		António Pinto de	Oliveira
Manchester (Inglaterra)	1905 - 1906	Sebastião Clemente (barão de Sousa Deiró)	Sousa
		Pedro Zeferino da	Cunha
		João F.	Bastos
		Francisco da Cunha	Pinto
		Carlos A.	Silveira
		A. G. da Costa	Ferreira
		Virgílio Mariano	Goulart
Melgaço	1905	António Pereira de	Sousa
		Amadeu Carlos Ribeiro	Lima
		Augusto Jaime	d´Almeida
		António Carlos	Esteves
		Júlio Cândido Pereira Pinto da	Cunha
		Carlos Alberto de	Sousa
Melgaço	1907	António Pereira de	Sousa
		Amadeu Carlos Ribeiro	Lima
		Augusto Jaime de	Almeida
		António Carlos	Esteves
		Francisco António	Esteves
		João Cândido	Ferreira
		Pinto da	Cunha
		Carlos Alberto de	Sousa
		conde de	Azevedo
		Manuel José de (Presidente da Câmara)	Carvalho
		Luís da Rocha	Torres
		João António de	Pinho
		Joaquim Guimarães Pereira de	Santiago
		Manuel Luís Fernandes	Barreto
		Leonel de A. Dantas de	Sousa
Nazaré	1903-1906	Cândido	Rodrigues
		António Matias	Silvério

Local	Datas	Nomes	Apelidos
		José da Silva	Piriquito
		António Pedro	Damião
		Joaquim Ferreira	Silvério
		António de Carvalho	Laranjo
		Joaquim de Oliveira	Marrafa
Olhão	1902-1906	João Lúcio	Pereira
		João dos Reis	Fonseca
		João Baptista de	Barros
		Manuel António	Soares
		Joaquim Casimiro	Arcanjo
		António dos Santos	Mendonça
		António da Silva	Guerreiro
		João Estevão	Afonso
		Carlos	Fuzeta
Paredes de Coura	1907	António Cândido (Governador Civil do distrito)	Nogueira
		Cândido Alves da	Cunha
		Bartolomeu Kopke Severino de Sousa	Lobo
		José Avelino Pereira	Bacelar
		Domingos Gusmão da Costa	Ribas
		Quintino Tomás	Mendes
Ponte da Barca	1905 - 1907	João Maria Cerqueira (deputado e presidente da Câmara Municipal)	Machado
		José da Costa Guedes de (proprietário)	Brito
		António Pereira de Vasconcelos da Rocha (advogado)	Lacerda
		Manuel Bento da Costa	Peixoto
		Júlio Gomes da Costa Sá	Brandão
		José Joaquim J. Pereira	Viana
		Alfredo do Amaral	Sarmento
Ponte de Lima	1905 - 1907	Francisco de Abreu Pereira (presidente da Câmara Municipal)	Maia
		José Maria Abreu (vice-presidente da Câmara Municipal)	Lima
		Francisco António da Cunha	Magalhães
		Policarpo da Gama de Araújo e	Azevedo
		David	Morais
Portimão	1902	Isidoro Leger Pereira (capitão do Porto de Portimão)	Leite
		Luís	Vieira
		Joaquim d´Almeida	Negrão
		José Joaquim	Fernandes
		Carmo	Mascarenhas

Local	Datas	Nomes	Apelidos
Portimão	1905 - 1906	Isidoro Leger Pereira (capitão do Porto de Portimão)	Leite
		Jerónimo Negrão	Brussel
		Manuel José dos	Santos
		Joaquim d´Almeida	Negrão
		José Joaquim	Fernandes
		António do Carmo	Provisório
		Gabriel Nobre da	Costa
Póvoa de Varzim	1903	David José	Alves
		António Rodrigues da Costa	Silveira
		Caetano Marques de	Oliveira
		Arnaldo	Baptista
		Domingos	Moreira
		Francisco de Pádua	José
		Manuel da (padre)	Silva
Póvoa de Lanhoso	1909-1910	Alfredo António Teixeira	Ribeiro
		Augusto da Conceição Teixeira da	Mota
		Cândido Vaz Pinto de	Miranda
		Manuel Inácio de Matos	Vieira
		Álvaro Ferreira	Guimarãis
		Cirilo Pereira da	Cruz
		Raul de Almeida	Caldas
Póvoa de Varzim	1905 - 1906	David José	Alves
		António Rodrigues da Costa	Silveira
		Caetano Marques de	Oliveira
		Arnaldo	Baptista
		Domingos José	Moreira
		Francisco de	Pádua
		Manuel da (padre)	Silva
Póvoa de Varzim	1909-1910	David José	Alves
		António Rodrigues da Costa	Silveira
		Caetano Marques de	Oliveira
		Arnaldo	Batista
		Alfredo António da Costa	Braga
		António Câmara de	Feria
		Luís do Souto	Pinto
Praia	1905 - 1906	António Pinto de	Oliveira
		Raul	Barbosa
		António Nunes	Aguiar
		Armando Smith Monteiro	Duque
		Armando de Miranda	Abelha
		Tomás Botelho da Costa	Martins
		Ernesto	Beaumont
		Simão José	Barbosa
Ribeira de Pena	1909-1910	Botelho da	Costa Júnior
		António José	Machado

Local	Datas	Nomes	Apelidos
		José Joaquim Afonso	Pereira
		Augusto César de	Carvalho
		Maximiliano	Ferreira
		Bento César de Araújo	Magalhães
		António José	Leite
		Gervásio José Teixeira	Pena
		Armando	Bramão
S. João da Pesqueira	1909-1910	José do	Sobral
	1909-1910	João Fernandes de	Oliveira
	1909-1910	João da Silva	Timóteo
	1909-1910	António Soveral	Costa
	1909-1910	Júlio da Costa	Montenegro
	1909-1910	Sebastião Pinto	Gouveia
Santo Tirso	1909-1910	Abílio Ribeiro de	Miranda
Santo Tirso	1909-1910	Francisco de Sousa	Trepa
Santo Tirso	1909-1910	Joaquim Ferreira de	Moura
Santo Tirso	1909-1910	Alexandre Artur de	Andrade
Santo Tirso	1909-1910	Guilherme Augusto Correia	Guimarães
Santo Tirso	1909-1910	Ismael Gonçalo da	Silva
Sesimbra	1903 - 1906	António Gomes Pólvora	Júnior
		João Ignacio	d´Oliveira
		Carlos Correia	Peixoto
		João Pedro	Frade
		António Carlos	Silva
		Manuel Rodrigues do	Gyro
		Gemeniano José	Franco
Sines	1903	Joaquim de Matos	Coutinho
		João da Silva	Sénior
		João Baptista da Silva	Monteiro
		Eliseu António	Marreiros
		João Soares de	Jesus
		Francisco Inácio da Costa	Palma
		Júlio Gomes Roberto da	Silva
Sines	1905	Joaquim de Matos	Coutinho
		Jacinto Lino	Tavares
		João da Silva	Sénior
		Eliseu António	Marreiros
		João Soares de	Jesus
		José Maria de Oliveira	Negalho
		José Augusto da	Silva
Sines	1906	Joaquim de Matos	Coutinho
		Jacinto Lino	Tavares
		João da Silva	Sénior
		Eliseu António	Marreiros
		João Soares de	Jesus
		Francisco Inácio da Costa	Palma

Local	Datas	Nomes	Apelidos
		Júlio Gomes Roberto da	Silva
Tavira	1903 - 1906	António Crisóstomo	Santos
		José Estevão	Águas
		Sebastião Teixeira Neves	Aragão
		António Fernandes Pires	Padinha
		Francisco António Chagas	Franco
		Álvaro Mendes	Torres
		José Vicente	Cansado
Terras de Bouro	1909 -1910	César Augusto	Fernandes
		Adriano Augusto Leite	Ribeiro
		Manuel José Martins	Barreto
		Gaspar Pereira de Magalhães	Carvalho
		Arménio Augusto	Lira
		Abel Augusto Leite	Ribeiro
		Secundino António de	Aguiar
		Bernardo da	Cunha
		António Augusto de	Oliveira
		Luís	Falcão
		Francisco Eduardo	Veiga
		Aurélio	Saavedra
		Luís	Lopes
		Fernando Marques da	Costa
		João Ruiz de	Carvalho
Valença	1905	Bernardino Joaquim da Silva e Amaral	Amaral
		António Augusto de	Oliveira
		Abílio	Maia
		Aurélio	Saavedra
		Luís	Lopes
		Luís Marinho	Falcão
		Francisco Eduardo da Silva	Veiga
Valença	1907	Bernardo	Cunha
		António Augusto de	Oliveira
		Aurélio	Saavedra
		Luís	Lopes
		Luís Marinho	Falcão
		Fernando Marques da	Costa
		José	Marinho
Viana do Castelo	1902	António Silva S.	Miguel
		António Mário Pereira	Guimarães
		João António Magalhães Viana	Amado
		João José Lourenço de	Azevedo
		Pedro Martins	Bremer
Viana do Castelo	1905	António Silva S. Miguel	
		António Mário Pereira	Guimarães
		João António Magalhães Viana	Amado
		João José Lourenço de	Azevedo

Local	Datas	Nomes	Apelidos
Viana do Castelo	1906	António Silva S.	Miguel
		António Mário Pereira	Guimarães
		João António Magalhães Viana	Amado
		João José Lourenço de	Azevedo
		Pedro Martins	Branco
Viana do Castelo	1909-1910	visconde de	Cortegaça
		D. João Augusto Vieira de	Araújo
		Manuel Cândido	Loureiro
		Manuel Martins do Couto	Viana
		João Augusto Loureiro da Rocha	Páris
		Júlio Sem Pavor	Geraldes
		João da Costa	Jácome
Vieira	1909-1910	Clemente José Silvério Pinto	Guedes
		João Machado	Carneiro
		Abílio Correia de	Vasconcelos
		João Henriques	Pinheiro
		José Maria Ramalho de	Barros
		Camilo José da	Costa
		Manuel Joaquim de	Barros
Vila do Conde	1909-1910	Monsenhor José Augusto	Ferreira
		Joaquim Luís de	Sousa
		dr. José Ferreira da Silva e	Sá
		dr. Manuel da Cunha	Reis
		dr. António Maria	Pereira Júnior
		Henrique Júlio	Fernandes
		João Alves dos	Reis Júnior
Vila Nova de Cerveira	1905 - 1907	António Henriques	Gomes
		António José	Duro
		Manuel Fernandes	Dias
		João Baptista da	Rocha
		Luís Augusto	Gomes
		Gonçalo Emílio Portugal	Marreca
		Basílio Alvim Gomes	Barroso
Vila Nova de Cerveira	1909-1910	dr. António Henriques	Gomes
		António José	Duro
		dr. Manuel Fernandes	Dias
		João Baptista da	Rocha
		Luís Augusto	Gomes
		Gonçalo Emílio de Portugal	Marreca
		Basílio Alvim Gomes	Barroso
Vila Nova de Famalicão	1909-1910	dr. Adelino Adélio dos	Santos
		dr. Álvaro	Sampaio
		Francisco Correia de Mesquita	Guimarães
		Camilo Rodrigues de	Freitas

Local	Datas	Nomes	Apelidos
		padre Manuel da Costa Freitas	Reis
		Plácido Ferreira de	Carvalho
		João Mâncio de	Oliveira
Vila Nova de Milfontes	1903 - 1906	Augusto	Neves
		Agostinho	José
		Joaquim	Inácio
		António	Vicente
		Francisco	Neves
		Hermenegildo	Jacinto
		José	Augusto
Vila Nova de Milfontes	1909-1910	João Inácio dos	Santos
		Manuel Nunes	Godinho
		Henrique da	Silva
		Joaquim Jerónimo	Craveira
		Agostinho	José
		Augusto	Neves
		Joaquim	Inácio
Vila Nova de Paiva	1909-1910	dr. Adolfo de Sá	Cunha
		Manuel Cardoso dos Reis	Fonseca
		Júlio da Fonseca e	Sousa
		José Monteiro de	Frias
		António Morais e	Silva
		padre João Pereira	Guerra
		Augusto de Sá	Marques
Vila Pouca de Aguiar	1909-1910	dr. Caetano José de Madureira e	Castro
		comendador Manuel de Sousa e	Silva
		Abílio Augusto de	Almeida
		Maximiano Augusto de Seixas	Martins
		Bernardo António Teixeira da Costa	Pinto
		Caetano Alberto de Sousa	Canavarro
		Albano Aires de Sousa	Aguiar
Vila Real de Santo António	1902	Manuel Adelino Nunes de	Sousa
		Francisco Gomes	Sanches
		Manuel Jesus de	Sousa
		João António	Carrilho
		José Pedro	Lima
		João da Fonseca	Sá
Vila Real de Santo António	1905 - 1906	Manuel Adelino Nunes de	Sousa
		José António	Carrilho
		Francisco Gomes	Sanches

Local	Datas	Nomes	Apelidos
		Manuel Jesus de	Sousa
		João António	Carrilho
		José Pedro	Lima
		Jacinto José de	Andrade
		Martinho José	Rodrigues
Vila Verde	1908	Gaspar Fernando de	Macedo
		Francisco Ferreira	Monteiro
		João Pimenta de Sousa	Gama
		Francisco José Lopes de	Carvalho
		Gaspar Emílio Lopes	Guimarães
		António José de Araújo	Pimentel
Vila Verde	1909-1910	dr. Gaspar Fernandes de	Macedo
		João Pereira	Leal
		António José de	Araújo
		Francisco José Lopes de	Carvalho
		dr. João Pimenta de Sousa	Gama
		dr. Francisco Pereira	Monteiro
		Gaspar Emílio Lopes	Guimarães

Apêndice 6 – Conferências e actividades culturais realizadas nas sedes da Liga Naval Portuguesa e por sua iniciativa

Ano	Mês	Dia	Autor	Título	Fonte
1900	11	14	Expansão do comércio marítimo e da marinha mercante nacional – Conferência realizada a convite da Associação Comercial do Porto, na sua sede no palácio da Bolsa	António Pereira de Matos	*Liga Naval Portuguesa - Breve relação dos seus trabalhos desde a reunião preliminar até á reunião de 15 de Outubro de 1902 para aprovação dos novos estatutos (1900-1902)*, Porto, Tipografia a Vapor da Empresa Literária e Tipográfica, 1902, pp. 104-114.
1900	12	19	Marinha mercante nacional – Conferência realizada na Associação Comercial de Lisboa, na sua sala das sessões	António Pereira de Matos	*Liga Naval Portuguesa - Breve relação [...], pp. 110-114*
1901	4	16	O problema da marinha mercante nas suas relações com o da agricultura nacional – Conferência realizada na sede da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa	António Pereira de Matos	*Liga Naval Portuguesa - Breve relação [...], pp. 110-115*
1901	11	9	Ressurgimento da marinha mercante nacional – Conferência realizada na sede da Associação Industrial Portuense	António Pereira de Matos	*Liga Naval Portuguesa - Breve relação [...], pp. 110-116*
1901	11	18	A marinha portuguesa no fomento colonial – Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa	António Pereira de Matos	*Liga Naval Portuguesa - Breve relação [...], pp. 110-117*
1902			A luta económica e a marinha mercante	Anselmo Vieira	
1902	11	26	A navegação para o Brasil	António Zeferino Cândido	*Boletim Oficial*, Série I - nº 2, Novembro de 1902.
1902	12	4	Sobre o estado actual das pescas marítimas em Portugal	Vicente M. M. C. Almeida d´Eça	Lisboa, Tipografia La Bécarre, 1903
1902	12	11	O futuro de Portugal está no mar	Pedro Dinis	Lisboa, Tipografia La Bécarre, 1903
1903	1	12	Pela marinha mercante	J. C. de Oliveira Leone	Lisboa, Liga Naval Portuguesa, 1903

Ano	Mês	Dia	Autor	Título	Fonte
1903	1	21	Os portos francos	Marcos Vieira da Silva	Lisboa, Tipografia da Livraria Férin, 1906
1903	3	7	Congresso Marítimo Nacional de Lisboa, em 1903	José Maria de Melo de Matos	*Boletim Oficial*, Série II - nº 10 e 11, Outubro e Novembro de 1903.
1904	1	16	As turbinas de vapor na navegação	Aniceto Xavier Horta	*Boletim Marítimo*, Série IV - nº 1, Fevereiro de 1905.
1905	1	31	O Mar perante a Civilização	Ladislau Batalha	*Boletim Marítimo*, Série IV, nº 1, Janeiro de 1905
1907	1	24	Defesa Nacional	Contra-almirante Augusto de Castilho	*Boletim Marítimo*, Série VI, nº 2, Fevereiro de 1907.
1907	3	4	Navegação Portuguesa para o Brasil	Capitão-tenente José Francisco da Silva	*Boletim Marítimo*, Série VI, nº 3, Março de 1907.
1907	3	25	Portugal precisa e pode ter uma Marinha activa	Capitão-tenente Guilherme Ivens Ferraz	Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1907.
1907	4	10	O porto de Lisboa	Fernando de Sousa	*Boletim Marítimo*, Série VI, nº 4, Abril de 1907.
1907	4	11	O porto de Lisboa	João Carlos de Oliveira Leone	*Boletim Marítimo*, Série VI, nº 4, Abril de 1907.
1907	4	12	A marinha de guerra e a educação nacional	Segundo-tenente Silvério da Rocha e Cunha	*Boletim Marítimo*, Série VI, nº 4, Abril de 1907.
1907	4	13	Princípios gerais em que pode assentar uma organização de educação e ensino na Armada Portuguesa	Segundo-tenente Arnaldo Coelho de Magalhães	
1907	4	17	Política marítima de Portugal na História	Capitão-de-fragata Almeida d´Eça	*Boletim Marítimo*, Série VI, nº 4, Abril de 1907.
1907	4	24	Política Marítima	Primeiro-tenente António Pereira de Matos	*Boletim Marítimo*, Série VI, nº 5, Maio de 1907.
1907	5	8	A Defesa Naval e a opinião pública	Segundo-tenente José Torres	*Boletim Marítimo*, Série VI, nº 5, Maio de 1907.
1907	5	14	O culto da bandeira	Capitão-tenente Jaime Leote do Rego	Lisboa, Livraria Férin, 1907.
1907	5	23	A nossa situação geográfica, suas vantagens e inconvenientes	Primeiro-tenente Joaquim Anselmo Mata e Oliveira	*Boletim Marítimo*, Série VI, nº 8, Agosto de 1907, pp. 161-168.
1907	6	1	O Problema Naval. Estudo político e económico	Primeiro-tenente Filomeno da Câmara Melo Cabral	*Boletim Marítimo*, Série VI, nº 6 e 7, Junho e Julho de 1907.
1907	6	5	Algumas considerações sobre a marinha de guerra	Segundo-tenente José Carlos da Maia	*Boletim Marítimo*, Série VI, nº 9, Setembro de 1907.

Ano	Mês	Dia	Autor	Título	Fonte
1908	5		Portugal Comercial e Marítimo	João Carlos de Oliveira Leone	*Boletim Marítimo*, Série VII, nº 5, Maio de 1908.
1908	6	2	A marinha de guerra e o orçamento	Segundo-tenente Álvaro Nunes Ribeiro	Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1908.
1908	7 ?		Acerca da Hymailite e dos meios de fomentar invenções úteis	Padre M.A. Gomes Hymalaia	*Boletim Marítimo*, Série VII, Julho de 1908.
1908	7 ?		Construção naval, sua relação com outras indústrias e com o meio financeiro	S. J. Maria Furtado de Mendonça e Matos	*Boletim Marítimo*, Série VII, Agosto de 1908.
1908	9	25	A navegação para o Brasil	J. C. de Oliveira Leone	*Boletim Marítimo*, Série VII, nº 9, Setembro de 1908
1909			A navegação para o Brasil (As afirmações do sr. Roque da Costa)	J. C. de Oliveira Leone	*Boletim Marítimo*, Série VIII, nº 5, Maio de 1909
1909			Emigração dos indígenas do sul da província de Moçambique para o Transval	João Bravo Falcão	*Boletim Marítimo*, Série VIII, nº 5, Maio de 1909
1909	4	25	Historiadores Portugueses	Conde de Sabugosa	Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1909.
1910			Influência do canal de Panamá no movimento dos portos portugueses	António Ferreira de Serpa	*Boletim Marítimo*, Série IX, nº 6, Junho de 1910
1910			Situação do estudante em Portugal	Raul de Sousa Leal	*Boletim Marítimo*, Série IX, nº 6, Junho de 1910
1910	2	22	Acção da Liga Naval no norte do país	Manuel Cândido Loureiro	*Boletim Marítimo*, Série IX, nº 5, Maio de 1910
1910	2	26	O problema financeiro	Júlio de Araújo	*Boletim Marítimo*, Série IX, nº 5, Maio de 1910
1910	3	1	A indústria do estrangeiro	J. Bentes Castel-Branco	*Boletim Marítimo*, Série IX, nº 5, Maio de 1910
1910	3	3	A unificação do direito comercial na Conferência de Bruxelas	António Pereira de Matos	*Boletim Marítimo*, Série IX, nº 5, Maio de 1910
1910	3	5	O problema dos portos francos	António de Jesus Lopes	*Boletim Marítimo*, Série IX, nº 5, Maio de 1910
1910	3	21	Situação da indústria nacional	Francisco Xavier Esteves	*Boletim Marítimo*, Série IX, nº 5, Maio de 1910
1910	3	23	A situação do estudante português, sob os pontos de vista intelectual, moral-social e físico	Raul de Sousa leal	*Boletim Marítimo*, Série IX, nº 5, Maio de 1910
1910	4	2	Situação da Marinha de guerra	Policarpo José de Azevedo	*Boletim Marítimo*, Série IX, nº 5, Maio de 1910
1910	4	5	A viação ordinária e acelerada em Portugal	Fernando de Sousa	*Boletim Marítimo*, Série X, nº 7, Julho de 1910
1910	4	9	A organização da defesa nacional, segundo a	António Cabreira	*Boletim Marítimo*, Série X, nº 7, Julho de 1910

Ano	Mês	Dia	Autor	Título	Fonte
			orientação da política externa		
1910	4	14	O problema agrícola português	Joaquim Rasteiro	*Boletim Marítimo*, Série IX, nº 5, Maio de 1910
1910	4	16	O regime fiscal dos armazéns gerais e portos francos	J. V. Damásio Ribeiro	*Boletim Marítimo*, Série IX, nº 5, Maio de 1910
1910	4	20	Situação do Comercio Nacional. Males e remédios	Carlos Afonso	*Boletim Marítimo*, Série X, nº 7, Julho de 1910
1910	4	23	O papel da imprensa na grande obra de regeneração nacional	Armelim Júnior	*Boletim Marítimo*, Série X, nº 7, Julho de 1910
1910	4	25	A instrução educativa e a organização geral do Estado	Carneiro de Moura	*Boletim Marítimo*, Série X, nº 7, Julho de 1910
1910	4	29	Marinha Mercante	João Carlos de Oliveira Leone	*Boletim Marítimo*, Série X, nº 7, Julho de 1910
1910	5		Os problemas internacional e naval. A lição do passado e o caminho do futuro	António Pereira de Matos	*Boletim Marítimo*, Série IX, nº 6, Junho de 1910
1910	5	15	A Defesa Nacional sob o ponto de vista terrestre	Fernando Freiria	*O Século*, 15 de Maio de 1910
1910	6	6	A política marítima nacional	Ayres de Ornelas	*Boletim Marítimo*, Série IX, nº 6, Junho de 1910
1910	6	27	O sport como preparação para a guerra	Jaime do Inso	*Boletim Marítimo*, Junho de 1910
1912	4		Exposição de artes decorativa e trabalhos femininos	*Jornal da Mulher*	*Acta da reunião do Conselho Geral* de 30 de Março de 1912
1912	8	1	Aviação Militar	Carlos Correia Paraíso	*O Século*, 2 de Agosto de 1912.
1912	8	5	Aviação Militar	Carlos Correia Paraíso	*A Luta*, 21 de Agosto de 1912
1912	8	11	Aviação Militar	Carlos Correia Paraíso	*O Século*, 12 de Agosto de 1912.
1912	8	19	Aviação Militar	Carlos Correia Paraíso	*O Século*, 20 de Agosto de 1912.
1912	12	11	Evolução dos sistemas coloniais	António Pereira de Matos	Jornal do Comércio e das Colónias, 13 de Novembro de 1912.
1912	11	15	Defesa Nacional	João Brás de Oliveira	*Boletim Marítimo*, Série X, nº 2, Fevereiro de 1913
1912	11	30	Educação física	Furtado Coelho	*A Luta*, 1 de Dezembro de 1912.
1912			Evolução dos sistemas coloniais desde o início das colónias portuguesas	António Pereira de Matos	*Boletim Marítimo*, Série X, nº 3, Março de 1913
1913	?	?	Concerto de obras de Schumann	Alexandre Rey Colaço	*Eco Artístico*, ?

Ano	Mês	Dia	Autor	Título	Fonte
1913	?	?	Sobre o Problema Nacional	António Pereira de Matos	A. Pereira de Matos, *Palestras* Sociais, Porto, Tipografia Pereira, 1916, p. IV
1913	5	30	A linha do Brasil	Oliveira Leone	Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A - Maço 11 - Recortes de jornais
1913	6	3	A base económica da guerra	Anselmo Vieira	Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, - Caixa 1387/A - Maço 11 - Recortes de jornais
1914			A obra social da Igreja	Fernando de Sousa	7ª conferência "O problema social"
1914			Crise europeia	J. C. de Mello Barreto	*Acta da reunião do Conselho Geral* de 9 de Dezembro de 1914.
1914	4	4	Concerto da Sociedade de Música de Câmara		*A Arte Musical*, 15 de Abril de 1914
1914	4	23	O espírito revolucionário da nova época e a grande obra de pacificação social	Anselmo Vieira	1ª conferência "Série C - O problema social", Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A - Maço 11 - Recortes jornais
1914	5	14	O espírito revolucionário da nova época e a grande obra de pacificação social - Continuação	Anselmo Vieira	2ª conferência "O problema social" - Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A - Maço 11 - Recortes de jornais
1914	5	22	Poetas d´Hontem	Branca de Gonta Colaço	Lisboa, Tipografia Castro Irmão, 1915
1914	5	23	A obra social do Estado	F. M. da Costa Lobo	3ª conferência "O problema social", Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A - Maço 11 - Recortes de jornais
1915	2	18	A Moral política e a beleza espiritual da guerra. I - A Bélgica	José Soares da Cunha e Costa	Biblioteca de Arte Gulbenkian, Cota AP 3688
1915	3	20	A guerra europeia e a sua significação filosófica - parte I	Alfredo Pimenta	Arquivo Histórico da Marinha, *Documentação Avulsa*, Caixa 1387/A - Maço 11 - Recortes de jornais
1915	4	?	Recital de piano	Discípulos de Alberto Sarti	*Acta da reunião do Conselho Regional de*

Ano	Mês	Dia	Autor	Título	Fonte
					Lisboa de 15 de Abril de 1915
1915	4	?	Série de Conferências sobre Nun´Álvares, promovida da Juventude Católica Portuguesa	Domingos Pinto Coelho	Ernesto Castro Leal, "Símbolo e Mito nos séc. XIX e XX", *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, Tomo XII, 2000, pp. 143-184.
1915	4	?	Série de Conferências sobre Nun´Álvares, promovida da Juventude Católica Portuguesa	António Sardinha	Ernesto Castro Leal, "Símbolo e Mito […].
1915	4	?	Série de Conferências sobre Nun´Álvares, promovida da Juventude Católica Portuguesa	Álvaro Alfredo Zuzarte de Mendonça	Ernesto Castro Leal, "Símbolo e Mito […].
1915	4	?	Série de Conferências sobre Nun´Álvares, promovida da Juventude Católica Portuguesa	António Lino Neto	Ernesto Castro Leal, "Símbolo e Mito […].
1915	4	?	Série de Conferências sobre Nun´Álvares, promovida da Juventude Católica Portuguesa	Alberto Pinheiro Torres	Ernesto Castro Leal, "Símbolo e Mito […].
1915	4	7	O território e raça	António Sardinha	António Sardinha, Hipólito Raposo, Luís de Freitas Branco e outros, *A questão ibérica*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1916
1915	4	14	Aspectos político-militares	Vasco de Carvalho (tenente)	António Sardinha, Hipólito Raposo, Luís de Freitas Branco e outros, *A questão ibérica […]*
1915	4	21	A Língua e Arte	Hipólito Raposo	António Sardinha, Hipólito Raposo, Luís de Freitas Branco e outros, *A questão ibérica […]*
1915	5	?	Série de Conferências sobre Nun´Álvares, promovida da Juventude Católica Portuguesa	Cónego dr. José Pereira dos Reis	Ernesto Castro Leal, "Símbolo e Mito […].
1915	5	1	A guerra europeia e a sua significação filosófica - parte II	Alfredo Pimenta	Arquivo Histórico da Marinha - Caixa 1387/A - Maço 11 - Recortes jornais
1915	5	5	Música e instrumentos	Luís de Freitas Branco	António Sardinha, Hipólito Raposo, Luís de Freitas Branco e outros, *A questão ibérica […]*
1915	5	11	Direito e instituições	Xavier Cordeiro	António Sardinha, Hipólito Raposo, Luís de Freitas Branco e outros, *A questão ibérica […]*

Ano	Mês	Dia	Autor	Título	Fonte
1916 (?)	?	?	Nun´Álvares	Branca de Gonta Colaço	Carlos Ferrão, *O Integralismo e a República – Autópsia de um Mito*, 3 Volumes, Vol. I, Lisboa, Editorial Inquérito, 1964, p. 172
1916 (?)			?	José Soares da Cunha e Costa	Carlos Ferrão, *O Integralismo e a República […]*
1916	2	14	Tempos idos, remembrança	Jaime Forjaz de Serpa Pimentel	Lisboa, A Policomercial, 1916.
1916	2	24	Concerto musical	Ruy Coelho, João Passos e Thomaz de Lima	Edward Valeriano de Luiz Gonçalves Ayres de Abreu, *Ruy Coelho (1889-1986): o compositor da geração d'Orpheu*, Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Musicais, FSCH da UNL, 2014
1916	2	24	Conferência de António Ferro	Concerto de Ruy Coelho, João Passos e Thomaz de Lima	Edward Valeriano de Luiz Gonçalves Ayres de Abreu, *Ruy Coelho […]*.
1916	2	24	Alfredo Pimenta	Pequena conversa no concerto de Ruy Coelho	*Palavras de Arte – Pequena Conversa*, Coimbra, França e Arménio, 1916.
1916	5	6	Joana d´Arc e Nun´Álvares	J. Fernando de Sousa	Lisboa, Tipografia César Piloto, 1916
1916	6	25	Bailado	Ruy Coelho, João Passos e Thomaz de Lima	Edward Valeriano de Luiz Gonçalves Ayres de Abreu, *Ruy Coelho […]*.
1916	12		IIIª Exposição	Diogo de Macedo	Biblioteca de Arte Gulbenkian, *Espólio Diogo de Macedo*, Cota DM 001-468
1916	12	3	Exposição de pintura e desenho (3 a 18 de Dezembro)	Amadeo de Souza-Cardoso	Biblioteca de Arte Gulbenkian, *Colecção Ernesto Soares*, Catálogo, cota AHP 1803/30
1917			Curso de Música	Ruy Coelho, João Passos e Thomaz de Lima	Edward Valeriano de Luiz Gonçalves Ayres de Abreu, *Ruy Coelho […]*.
1917			?	Anselmo Vieira	Centro de Documentação do Museu de Marinha, "Relatório e Contas da Liga Naval Portuguesa", 1918
1917			?	Pires de Lima da Fonseca	Centro de Documentação do Museu de Marinha,

Ano	Mês	Dia	Autor	Título	Fonte
					"Relatório e Contas da Liga Naval Portuguesa", 1918
1917	1	29	O Parlamentarismo e o Moderno Teatro	Hemetério Abrantes	Lisboa, Livraria Ferreira, 1917
1917	11	26	O Império Colonial Português perante a guerra actual	Aires de Ornelas	Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1917
1918	2	26	A situação política	Alfredo Pimenta	Lisboa, Livraria Ferreira, 1918
1919	?	?	Exposição de paisagens a carvão	Francisco Casanovas	*Catálogo*, Biblioteca de Arte Gulbenkian, Cota AHP 1781/4
1920			Cesar Franck [vida e obra]	Francine Benoit	*O Século*, 10 de Abril de 1920
1920	?	?	Collete [Collete, Willy, Collete ?]	António Ferro	Fernanda de Castro, *Cartas para além do tempo*, [s.l.], Círculo de Leitores, 2006
1920	3	9 a 15	Exposição de pintura e rendas	Abigail de Paiva Cruz	*Ilustração Portuguesa*, II série, nº 734, 15 de Março de 1920, p. 202
1920	12	?	Concerto de discípulos de Rey Colaço, Aida Roseira e Abílio Roseira		Maria Isabel Amaro da Silva Pina, *Neoclassicismo, nacionalismo e latinidade em Luís de Freitas Branco, entre as décadas de 1910 e 1930*, Dissertação apresentada à FCSH da UL para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Musicais, Anexo "Colaboração de Luís de Freitas Branco na imprensa periódica portuguesa, até 1939", 2016.
1920	12	?	Audição de alunos de Rey Colaço		Maria Isabel Amaro da Silva Pina, *Neoclassicismo, nacionalismo [...]*.
1921	2	21	Concerto musical	Ruy Coelho	Edward Valeriano de Luiz Gonçalves Ayres de Abreu, *Ruy Coelho [...]*.
1921	5		Leitura de *A Invenção do Dia Claro*	José de Almada Negreiros	Gonzalo Armero (Direcção), *Todo Almada*, Lisboa, Editorial Contexto, 1994
1922	?	?	Boria H. Knircha	Th. Dostoiesvsky, sa vie, son oeuvre et sa philosophie	*Contemporânea*, nº 9, Março de 1923.
1922	3	6	Audições de Artistas Portugueses formados por Alexandre Rey Colaço	Helena Coelho, Alice Rey Colaço, Maria Rey Colaço	Audições de Artistas Portugueses formados por Alexandre Rey Colaço, *Programas*.

Ano	Mês	Dia	Autor	Título	Fonte
				e Maldívia Andrade	
1922	3	13	Audições de Artistas Portugueses formados por Alexandre Rey Colaço	Helena Coelho	Audições de Artistas Portugueses […]
1922	3	20	Audições de Artistas Portugueses formados por Alexandre Rey Colaço	Irene Geraldes Barba de Barcelos e Cândido de Carvalho	Audições de Artistas Portugueses […]
1922	3	27	Audições de Artistas Portugueses formados por Alexandre Rey Colaço	Abílio Roseira	Audições de Artistas Portugueses […]
1922	4	3	Audições de Artistas Portugueses formados por Alexandre Rey Colaço	Maria Rey Colaço, Maria Teresa Nogueira, Sara Navarro Lopes e Botelho Leitão	Audições de Artistas Portugueses […]
1922	4	10	Audições de Artistas Portugueses formados por Alexandre Rey Colaço	Maldívia Andrade	Audições de Artistas Portugueses […]
1922	4	15	Audições de Artistas Portugueses formados por Alexandre Rey Colaço	Conferência de M. de Sousa Pinto e recital de Maria Rey Colaço e Felicidade Pereira de Carvalho	Audições de Artistas Portugueses […]
1922	4	17	Audições de Artistas Portugueses formados por Alexandre Rey Colaço	Botelho Leitão	Audições de Artistas Portugueses […]
1922	4	24	Audições de Artistas Portugueses formados por Alexandre Rey Colaço	Irene Gomes Teixeira	Audições de Artistas Portugueses […]
1922	5	?	Concerto de piano	Roger Godier	Maria Isabel Amaro da Silva Pina, *Neoclassicismo, nacionalismo […]*
1922	5	1	Audições de Artistas Portugueses formados por Alexandre Rey Colaço	Irene Gomes Teixeira	Audições de Artistas Portugueses […]
1922	5	8	Audições de Artistas Portugueses formados por Alexandre Rey Colaço	Irene Gomes Teixeira	Audições de Artistas Portugueses […]
1922	12	16	A alma e o corpo. Intenções	Fernando Amado	Lisboa, Livraria Férin, 1923.

Ano	Mês	Dia	Autor	Título	Fonte
1923	4	9	A batalha do Lys	Major João Maria Ferreira do Amaral	*Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.
1923	6	?	Recital de Maria Luísa Schiappa Viana	Maria Luísa Schiappa Viana	Maria Isabel Amaro da Silva Pina, *Neoclassicismo, nacionalismo [...]*
1923	?	?	Objectivo: criação da Ala dos Namorados da Pátria	Veva de Lima [Genoveva de Lima Mayer Ulrich]	http://mulheresilustres.blogspot.com/2015/04/veva-de-lima.html
1924	?	?	Concertos históricos	Ivo Cruz, Evaristo Coelho, Eduardo Libório e Fernando Amado	J. M. Pedrosa Cardoso e Margarida Lopes de Miranda (Coordenação), *Sons do Clássico - No 100º Aniversário de Maria Augusta Barbosa*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 215.
1924	1	31	Recital de piano	Eduardo Libório [Eduardo Claro]	J. M. Pedrosa Cardoso e Margarida Lopes de Miranda (Coordenação), *Sons do Clássico [...]*, 2012, p. 215.
1924	2	1	Concerto musical (série "Concertos históricos")	Eduardo Libório e outros	J. M. Pedrosa Cardoso e Margarida Lopes de Miranda (Coordenação), *Sons do Clássico [...]*
1924	5	24	Concerto de obras de Schumann e Liszt	Oliva Guerra	*Música - Revista das Artes*, nº 1.
1924	5	24	O Asilo de Cegos de Castelo de Vide	P. M. Laranjo Coelho	Lisboa, Tipografia Henrique Torres, 1924
1924	12	?	Exposição de pintura	Ricardo Bensaúde	Biblioteca de Arte Gulbenkian, *Exposição de pintura*, Cota P6494.
1924	12	6	A canção em terras de França (Dos Celtas ao século XVIII)	Alberto Bramão	Ema Santos Fonseca, *Seis Anos de Divulgação Musical: Programas, Conferências, Críticas*, 5 Volumes, Vol. 1, [s.e.], [s.l.], 1929.
1925	?	?	Exposição	Bento Corrêa	FCG Catálogo
1925	1	2	Antologia da música vocal inglesa (desde Richard I Coeur de Lion até Lord Berners)	Arnaldo Malhôa Migueis	Ema Santos Fonseca, *Seis Anos de Divulgação Musical: Programas, Conferências, Críticas*, 5 Volumes, Vol. 2, 1929.
1925	3	?	Recital de canto (?)	Ema Santos Fonseca	Maria Isabel Amaro da Silva Pina, *Neoclassicismo, nacionalismo [...]*

Ano	Mês	Dia	Autor	Título	Fonte
1925	3	7	Os modernos italianos na música vocal	Gastão de Bettencourt	Lisboa, Tipografia da Empresa do Anuário Comercial
1925	3	12	As polémicas de Camilo	António Cabral	Biblioteca de Arte Gulbenkian, Cota AP2070
1925	3	23	Dois nacionalismos: l´Action Française e o Integralismo Lusitano	Hipólito Raposo	Lisboa, Livraria Férin, 1929.
1925	4		Concerto de violino	Francisco Benetó	Maria Isabel Amaro da Silva Pina, *Neoclassicismo, nacionalismo [...]*
1925	4	?	Recital de piano	Florinda Santos	Maria Isabel Amaro da Silva Pina, *Neoclassicismo, nacionalismo [...]*
1925	5	16	Recital lírico	Adelaide Lima Cruz, Irene Gomes Teixeira, acompanhadora	Maria Isabel Amaro da Silva Pina, *Neoclassicismo, nacionalismo [...]*
1925	6	?	Concerto de violino e piano	Maria Júlia Fonseca, violino e Antonina Moreira, piano	
1925	11	?	Concerto de piano	Alexandrowska	Maria Isabel Amaro da Silva Pina, *Neoclassicismo, nacionalismo [...]*
1926	1	?	Concerto	Maria José Borges e Albertina Freire	Maria Isabel Amaro da Silva Pina, *Neoclassicismo, nacionalismo [...]*
1926	3	11	O Padre Sena Freitas	Antero de Figueiredo	Fundação Calouste Gulbenkian, Cota BB8912
1926	5	?	Concerto de piano	Júlio Pietra Torres e Timóteo da Silveira	Maria Isabel Amaro da Silva Pina, *Neoclassicismo, nacionalismo [...]*
1927	2	?	Recital de piano	Nadine Calado	Maria Isabel Amaro da Silva Pina, *Neoclassicismo, nacionalismo [...]*
1927	4	?	Concerto violino e canto	Francisco Benetó, violinista e Corina Freire, canto	Maria Isabel Amaro da Silva Pina, *Neoclassicismo, nacionalismo [...]*
1927	5	29	Concerto de música de câmara Tcheco-Slovaca	Emília da Costa Sousa	*Divulgação Musical*, Vol. 1, pp. 381-396
1928			O dueto na música clássica, romântica e moderna	Camara Reis	*Divulgação Musical*, Vol. 1, pp. 485-500
1928	?	?	Indústrias Coloniais	Visconde de Almeida Garrett	Lisboa, Tipografia da "Ilustração", 1928
1928	3	1	A indústria de lanifícios portugueses	Luís Elias Casanova	Lisboa, Tipografia da "Ilustração", 1928.
1928	3	15	Indústrias hidro-eléctricas	João Alexandre Lopes Galvão	Lisboa, Tipografia da "Ilustração", 1928.
1928	3	22	Indústria algodoeira	Henrique Pereira Taveira	Lisboa, Tipografia da "Ilustração", 1928.

Ano	Mês	Dia	Autor	Título	Fonte
1928	4	22	Organização industrial	José Mendes Leal	Lisboa, Tipografia da "Ilustração", 1928
1928	6	?	Caminhos de Ferro	António Vasconcelos Correia	Lisboa, Sociedade Gráfica Editorial, 1930
1928	7		Recital de canto	Corina Freire	*O Jornal da Mulher* - Julho 1928 p. 481
1928	7		Recital de canto	Hortense Fontana	*O Jornal da Mulher* - Julho 1928 p. 482
1928	11	18	Canções do povo francês	Alberto Bramão	*Divulgação Musical*, Vol. 1, pp. 501-514
1928	12	3	O momento histórico de 1415	F. M. da Costa Lobo	Programa da 1ª série de conferências sobre o Problema Marroquino no passado e na actualidade, s.l., s.e.
1928	12	3	Recital	Marie de Castello Lopes e Marina Dewander Gabriel	Programa da 1ª série de conferências sobre o Problema Marroquino no passado e na actualidade, s.l., s.e.
1929	1	12	A canção mundana francesa no tempo do Rei-Sol	Luís da Câmara Reis	Ema Romero dos Santos Fonseca da Câmara Reys, *Divulgação Musical*, Vol. 2, Oficinas gráficas da Emprêsa do Anuário comercial, 1929
1929	3	4	Costumes, lendas e canções romenas (o espírito latino no Oriente)	Alberto de Morais	Ema Romero dos Santos Fonseca da Câmara Reys, *Divulgação Musical*, Vol. 2, […]
1929	4	28	Um século de música vocal polaca	Adolfo Faria de Castro	Ema Romero dos Santos Fonseca da Câmara Reys, *Divulgação Musical*, Vol. 2, […]
1929	7	4	A originalidade da música russa popular e erudita	Maria Helena Duarte de Almeida	Ema Romero dos Santos Fonseca da Câmara Reys, *Divulgação Musical*, Vol. 2, […]
1929	11	17	Cantos da marinha mercante inglesa	Ludovico de Meneses	Ema Romero dos Santos Fonseca da Câmara Reys, *Divulgação Musical*, Vol. 2, […]
1929	11	30	Flamengos, valões e as suas escolas na música vocal belga	Sousa Costa	Ema Romero dos Santos Fonseca da Câmara Reys, *Divulgação Musical*, Vol. 2, Oficinas gráficas da Emprêsa do Anuário comercial, 1929
1930	2	12	Cantares de Itália	Luís da Câmara Reis	Ema Romero dos Santos Fonseca da Câmara Reys,

Ano	Mês	Dia	Autor	Título	Fonte
					Divulgação Musical, Vol. 2, […]
1930	2	14	A Política Militar e Naval Portuguesa e a Influência dos Pactos e Acordos do Desarmamento sobre a nossa Directriz Política	Capitão-de-fragata Pereira da Silva	*Anais do Clube Militar Naval*, Maio-Junho de 1930, Anexo
1930	11	21	A Holanda e a sua música	Magnus Bergström	Ema Romero dos Santos Fonseca da Câmara Reys, *Divulgação Musical*, Vol. 2, […]
1931	1	18	O espírito alemão e francês na música vocal suíça	Luís da Camara Reis	Ema Romero dos Santos Fonseca da Câmara Reys, *Divulgação Musical*, Vol. 2, […]
1931	3	22	Música húngara	Herculano Levy	Ema Romero dos Santos Fonseca da Câmara Reys, *Divulgação Musical*, Vol. 2, […]
1931	5	3	Quatro sonatinas de Pierre de Bréville sobre poemas de Jean Moréas	Maria Lamas (Rosa Silvestre)	Ema Romero dos Santos Fonseca da Câmara Reys, *Divulgação Musical*, Vol. 2, […]

Apêndice 7 – Lista dos *Boletins* editados pela Liga Naval Portuguesa

Título	Ano	Série	Nº	Mês	Nº de páginas
Boletim Oficial	1902	1	1	Outubro	
			2	Novembro	
			3	Dezembro	72
	1903	II	1	Janeiro	
			2	Fevereiro	
			3	Março	
			4	Abril	
			5	Maio	
			6	Junho	
			7	Julho	
			8	Agosto	
			9	Setembro	
			10	Outubro	
			11	Novembro	
			12	Dezembro	347
	1904	III	1	Janeiro	
			2	Fevereiro	
			3	Março	
			4	Abril	
			5	Maio	
			6/7 e 8	Outubro/Novembro/Dezembro	170
Boletim Marítimo	1905	IV	1	Janeiro	
			2	Fevereiro	
			3	Março	
			4	Abril	
			5	Maio	168
	1906	V	1	Janeiro/Fevereiro/Março	
			2	Abril	
			3	Maio	
			4	Junho/Julho	
			5	Agosto	
			6	Setembro/Novembro/Dezembro	100
	1907	VI	1	Janeiro	
			2	Fevereiro	
			3	Março	
			4	Abril	
			5	Maio	

Título	Ano	Série	Nº	Mês	Nº de páginas
			6	Junho	
			7	Julho	
			8	Agosto	
			9	Setembro	
			10	Outubro	
Boletim Marítimo			11	Novembro/Dezembro	236
	1908	VII	1	Janeiro	
			2	Fevereiro	
			3	Março	
			4	Abril	
			5	Maio	
			6	Junho	
			7	Julho	
			8	Agosto	
			9	Setembro	
			10	Outubro	
			11	Novembro	176
	1909	VIII	1	Janeiro	
			2	Fevereiro	
			3	Março	
			4	Abril	
			5	Maio	
			6	Junho	
			7	Julho	
			8	Agosto	
			9	Setembro	150
	1910	IX	1	Janeiro	
			2	Fevereiro	
			3	Março	
			4	Abril	
			5	Maio	
			6	Junho	
			7	Julho	
			8	Agosto	
			9	Setembro	152
	1913	X	1	Janeiro	
			2	Fevereiro	
			3	Março	
			4	Abril	
			5	Maio	

Título	Ano	Série	Nº	Mês	Nº de páginas
			6	Junho	
			7	Julho	130
Total					1701

Apêndice 8 – Sócios da Liga Naval (uma lista)

Notas:

- A lista não esgota o universo dos sócios da Liga Naval ao longo das suas quatro décadas de existência. Incorpora apenas os que foi possível referenciar nas fontes abaixo indicadas devendo, portanto, ser considerada como "trabalho em curso".
- O conteúdo da lista reproduz exactamente (salvo lapsos) as respectivas ocorrências na fontes, designadamente quanto a título profissional ou honorífico. Exceptuam-se as referências à condição de Oficial da Armada, na maioria colhidas noutras fontes, mas sem que seja possível assegurar que esse universo tenha sido esgotado.
- A coluna "Notas" identifica os fundadores da Liga Naval Portuguesa e, entre estes, os que eram sócios do Clube Militar Naval (CMN), associação onde nasceu a Liga Naval.

Fontes:

- Actas das reuniões do Conselho Geral e do Conselho Regional de Lisboa, 1902-1939.
- "Relação nominal dos sócios do Clube Militar Naval em 31 de Dezembro de 1900", *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo XXX, nº 12, Dezembro de 1900.
- *Boletim Oficial*, Série 2, nº 12, Dezembro de 1903 (primeira lista de sócios publicada).
- *Boletim Oficial* e *Boletim Marítimo* 1902-1913.
- *Liga Naval Portuguesa - Breve relação dos seus trabalhos desde a reunião preliminar até á reunião de 15 de Outubro de 1902 para aprovação dos novos estatutos (1900-1902)*, Porto, Tipografia a Vapor da Empresa Literária e Tipográfica, 1902.

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1252		A. Cagi & Comandita		
1903		1212		Alfredo Teixeira Mendes & Cª		
1904	Quelimane			Clube de Ténis de Quelimane		
1904	Quelimane			Companhias do Borôr, Luabo e Zambézia		
1904	Quelimane			Correia & Carvalho		
1903		83A		Empresa Industrial Portuguesa		
1903	Lisboa	399		H. Parry & Son		
1903		1248		H. W. Weedon & Cª		
		1250		Oost Afrikaans Cº		
1903				H. Bensaúde		Fundador
1902		357		R. Centeno & Cia		
		1202		Ribeiro & Levy		
1904	Quelimane			Sociedade do Nadal		
		1249		Tobler & Cª		
		1269		Torre do Vale & Cª		
		1060		Max	Abecassis	
1903		826		A. de	Abreu	
1903		955	dr.	Abel de Matos	Abreu	
1903		1574		Augusto César de	Abreu	
1910	Timor			César Augusto Rocha	Abreu	
1903		1245		Ernesto de	Abreu	
1910	Ponta Delgada			João de Melo	Abreu	
1903		590	dr.	José Augusto de	Abreu	
1926				José Mendes Leal e	Abreu	
1904				José Rebelo da Costa e	Abreu	
1926				Manuel Silvestre de	Abreu	
1903	Lourenço Marques			Rodrigo de	Abreu	
1903		1383		Alfredo	Abreu Júnior	
1926				Henrique Azancot	Adler	
		1647		Raul Cerqueira	Aflalo	
1913	Celorico de Basto			António Augusto Pereira	Afonso	
1926				Domingos de Araújo	Afonso	
1910	Ponta Delgada			Evaristo A.	Afonso	
1903	Cabo Verde			Maximiliano José	Afonso	
1903				Álvaro Simões	Afra	
1903		157		José Simões de Brito	Afra	
1903		169	Oficial da Armada	Jaime	Afreixo	
		1448		Sérvulo	Agrella	
1909	Vila Pouca de Aguiar			Albano Aires de Sousa	Aguiar	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1904				Alberto L. Fernandes	Aguiar	
1926				António de Melo	Aguiar	
1909	Cabo Verde			António Nunes de	Aguiar	
1926			dr.	Mário de	Aguiar	
1904		2045		Mário Guimarães de	Aguiar	
1909	Terras de Bouro			Secundino António de	Aguiar	
1903	Horta		barão de		Alagoa	
1903	Lourenço Marques	1253	Jornalista	José	Albasini	
1903		1943		Guilherme Monteiro Soares de	Albergaria	
1904		2030		José Monteiro Soares de	Albergaria	
1903	Lourenço Marques			Carlos	Albers	
1903 - 1905	Timor			Francisco Joaquim	Alberto	
1902		543		Alexandre Manuel Medeiros e	Albuquerque	
1903		1735	D.	António de	Albuquerque	
1903		1066		Fernando de	Albuquerque	
1903				Henrique de	Albuquerque	
1903		803		João da Costa Brandão e	Albuquerque	
1904	Quelimane			José Dias de	Albuquerque	
1926				José Lopes da Silva	Alegro	
		1899		Óscar Xavier	Alhadas	
		1676		Mário Pereira de Sequeira Bramão	Allen	
1903	Lisboa	795		António	Almada	
1916			D.	Miguel Vaz de	Almada	
1903		527	conde de		Almarjão	
1903		499		A. Cerdeira de	Almeida	
1909	Vila Pouca de Aguiar			Abílio Augusto de	Almeida	
				Aníbal Gomes de	Almeida	
1913	Arcos de Valdevez			Aníbal Gomes de	Almeida	
1903		1936	dr.	António Maria Pereira de	Almeida	
1903		1775	dr.	Arnaldo de	Almeida	
1903		53		Boaventura Mendes de	Almeida	
1903			conselheiro	Carlos Augusto Morais de	Almeida	
1926			dr.	Delfim Augusto de	Almeida	
1903		1106	dr.	Eduardo de Castro e	Almeida	
1903		1840		Eduardo Germano Ferreira de	Almeida	
1904				Elísio A. Correia Pinto de	Almeida	
1903		941	D.	Fernando de	Almeida	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1926			D.	Fernando de	Almeida	
1903				Fernando Morais de	Almeida	
1905	Faro			Francisco Augusto da Silveira e	Almeida	
1926				Francisco José Pinto de Magalhães e	Almeida	
1903		1127		Francisco Xavier de	Almeida	
1903		830		Frederico Oliveira de	Almeida	
1903		335		J. Joaquim de	Almeida	
1926			dr.	João Moreira de	Almeida	
1903				Joaquim José Belo de	Almeida	
1903				Joaquim Pinto Leite H. de	Almeida	
1903		790		Johannes de	Almeida	
1903		428	Jornalista e político	José Augusto Moreira de	Almeida	
1903		1265		José Francisco de	Almeida	
1903		1905		José Guedes da Silva Rebelo Freire de	Almeida	
1903		158		José Solano de	Almeida	
		430		Manuel Castanheira de	Almeida	
1903				Moreira de	Almeida	
1926				Pedro Mascarenhas de Castro e	Almeida	
1903		917		Sabino de	Almeida	
		1068	D.	Tomás de	Almeida	
1903		1474	conde de		Almeida Araújo	
1903		1602		António Maria de	Almeida Júnior	
1904				Francisco Raposo de Sousa de	Alte	
1904		2021	visconde de		Alto Dande	
		1348	visconde de		Alvalade	
1903		1590		Manuel	Álvares	
1903		1784		Alfredo	Alves	
1903		1702		António	Alves	
1903		1850		António Costa	Alves	
1903		577		António Severino	Alves	
1909	Póvoa de Varzim		dr.	David José	Alves	
1903		1724		Henrique	Alves	
1917				João dos S.	Alves	
		1773		Sílvio Rebelo	Alves	
1903	Rio de Janeiro		visconde de		Alves Mateus	
1903		1606		Carlos de Sommer	Alzina	
1904				Manuel Carlos de Freitas	Alzina	
1903		806		António Dias	Amado	
1903		849	dr.	Ilídio	Amado	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1270			Amador	
1904				Vítor Augusto	Amâncio	
1903	Lourenço Marques		dr.	A. F. do	Amaral	
1903		1004		Álvaro Santar do	Amaral	
			Oficial da Armada	Francisco Joaquim Ferreira do	Amaral	
1903		792		José Albuquerque do	Amaral	
1910	Ponta Delgada			José Maria Raposo de	Amaral	
1903	Horta			Manuel Pereira do	Amaral	
1903		536		Manuel Ribeiro do	Amaral	
1931	Lisboa			Gustavo	Amarante	
1904				António	Amieiro	
1903		1755		Jacinto Leal da Costa	Amoedo	
			dr.	Albano Guilherme de Azevedo	Amorim	
1909	Arcos de Valdevez			Albano Guilherme de Azevedo de	Amorim	
1903		1175		Cassiano Pessoa de	Amorim	
1902		125	Oficial da Armada	João Manuel Guerreiro de	Amorim	Fundador - Sócio do CMN
1904				José de Melo Pessoa de	Amorim	
		418		Manuel Pereira de	Amorim	
		1986		Pedro Francisco Massano de	Amorim	
1904				Rodrigo Alberto de Brito	Amorim	
1903		736		Alfredo	Amzalak	
1903		798		Leão	Amzalak	
1904			dr.	Henrique da Silva e	Anacoreta	
1903		1523		Arão	Anahory	
1903		596		Mimon	Anahory	
		1286		Moyses	Anahory	
1904				Eduardo	Anapaz	
1903		1450		Albino A. Freire de	Andrade	
1909	Santo Tirso			Alexandre Artur de	Andrade	
1903		1593		António Xavier de	Andrade	
1903		313		Cipriano Lopes de	Andrade	
1926				João Augusto Nunes de	Andrade	
1903		618		João Posser de	Andrade	
1904				José Alves de	Andrade	
1926				Manuel Gomes Madeira Guedes de	Andrade	
		764		Miguel Tobin de Paiva e	Andrade	
1926				Narciso Manuel de Sousa Freire de	Andrade	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1902		11	Oficial da Armada	Álvaro de Oliveira Soares de	Andréa	Fundador - Sócio do CMN
1902			Oficial da Armada	Eugénio de Oliveira Soares de	Andréa	Fundador
1910	Porto			Alberto	Andressen	
1904				Fernando Munró dos	Anjos	
1904				Henrique Munró dos	Anjos	
1903		363		João	Anjos	
1903		529		José Eduardo	Anjos	
1903		786		Policarpo José Lopes dos	Anjos	
1902		212	conselheiro	Policarpo Pecquet Ferreira	Anjos	Fundador
1926			dr.	Alfredo	Ansur	
1903		1224		José	António	
1914	Chaves			António Gualberto da Fonseca	Antunes	
1903		117	Oficial da Armada	João do Castro e Castro Silva	Antunes	
1903	Lourenço Marques	133	Oficial da Armada	Joaquim	Antunes	
1910	Lourenço Marques			Joaquim	Antunes	
1926			padre	José Maria	Antunes	
1903		878		Alfredo Leonel	Appleton	
1903				António Leonel	Appleton	
1902		174A	Oficial da Armada	Luís António	Aprá	Fundador - Sócio do CMN
1903		779		Augusto de	Aquino	
1904				Luís A. Teixeira de	Aragão	
1903		1899		Júlio	Aranha	
1902		210	Jornalista	Pedro Wenceslau de Brito	Aranha	Fundador
1909	Vila Verde			António José de	Araújo	
1903		1794		Eduardo Borja de	Araújo	
1916				Eugénio de	Araújo	
1909	Vila Verde			Francisco José Lopes de	Araújo	
1903		472		G. F. Borja de	Araújo	
1903		442		J. Fernandes de	Araújo	
1909	Viana do Castelo		D.	João Augusto Vieira de	Araújo	
1910	Quelimane			José Joaquim Marques da Silva	Araújo	
1909	Cinfães			Mendes de	Araújo	
1902	Porto	202	conselheiro	Pedro de	Araújo	Fundador
1905	Porto			Pedro de	Araújo	
1910	Timor			Sertório Alarico Eduardo Piedade de	Araújo	
1926				Vicente da Cunha	Arêas	
1903		1949	barão de		Areia Larga	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1950		João Baptista de Almeida	Arez	
1904			conde de		Arge	
1902		100	Armador e comerciante de artigos náuticos	Guilherme	Arnaud	Fundador
1903		1081		José Vila Lobos de	Arnedo	
1903		1080	conde de		Arnoso	
1903		1124	dr.	Benjamim	Arrobas	
1926			conde de		Arrochela	
1903		1837		Heitor de	Arrochela	
1903	Ponta Delgada			António Joaquim	Arruda	
1907	Cabo Verde			António	Artiaga	
1903		1349		João Rodrigues de	Ascensão	
		1829	visconde de		Asseca	
1903		632		Augusto Francisco de	Assis	
1917	Lisboa			Alfredo de	Assunção	
1903		869		Francisco Novais de	Ataíde	
1903		280		Henrique de Castro Carvalhosa e	Ataíde	
1903		1789		João	Ataíde	
1903		1788		José de	Ataíde	
1903		788		Luís de Melo e	Ataíde	
1903		112	Oficial da Armada	Jaime Anahory	Athias	
1902		339		Agostinho de Almeida	Atouguia	
1903		415		Carlos Severino de	Avelar	
1903		1373		Joaquim Severino Machado de	Avelar	
1903				Sebastião de	Ávila	
		781	marquês de		Ávila e Bolama	
1917	Lisboa		conde de		Avilez	
1903		576	Átleta e professor	Walter	Awata	
1904		2058		António Diniz	Ayala	
1902	Faro			Bernardo Diniz	Ayala	
1910	Amares			Arnaldo Augusto da Magalhães	Azambuja	
1903		1518		Alberto Carlos de	Azevedo	
1903		1983		Aníbal de	Azevedo	
1903		1257		António Corvas de	Azevedo	
1913	Amares			Aurélio Herculano de Amorim Soares de	Azevedo	
1903		610		Carlos Olavo Correia de	Azevedo	
1903		907		Eugénio Severino de	Azevedo	
?	Barcelos		engº	João José Lourenço	Azevedo	
1903		1032	dr.	João Rodrigues de	Azevedo	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903 - 1905	Moçambique		dr.	José de Oliveira Serrão de	Azevedo	
1903		309		José Feliciano Alves de	Azevedo	
1910	Ponta Delgada			José Lopes de	Azevedo	
1903		819		Manuel	Azevedo	
1902		211	Oficial da Armada	Policarpo José de	Azevedo	Fundador - Sócio do CMN
1903		833		Frederico	Azulai	
1903		837		Isaac	Azulay	
1903		859		José	Azulay	
1903		797		Salvador	Azulay	
1903		1471		José Maria	Bacelar	
1904				Fernando	Baerlin	
1903		382		Domingos Lourenço	Baeta	
1903		662	dr.	António Simões	Baião	
1903		1838		José Martins Simões	Baião	
1903		935		António	Bandeira	
1903		1261		Carlos A. S. de H.	Bandeira	
1903		245		João de Sousa	Bandeira	
1903		640		Francisco Augusto Trindade	Baptista	
1903		1267		João	Baptista	
1902		327		Manuel	Baptista	
1903		782	Oficial do Exército	Sebastião de Sousa Dantas	Baracho	
1903		1854		José Manuel Braancamp de Matos	Baraona	
1902	Lisboa			José António Santa	Bárbara	
1903	Lourenço Marques			Juvenal E. F. Santa	Bárbara	
1903		1200		A.	Barbosa	
1903		956		Artur Teixeira	Barbosa	
1903		1208		Augusto A.	Barbosa	
1903				Guilherme	Barbosa	
1903	Rio de Janeiro			José	Barbosa	
?	Barcelos			José Alfredo Martins	Barbosa	
1903		812		José Pedro	Barbosa	
	Lagos			Manuel José	Barbosa	
1907	Cabo Verde			Raul	Barbosa	
1907	Cabo Verde			Simão	Barbosa	
1903		62		Cristiano de Sena	Barcelos	
1903		1111		Joaquim Inácio	Barcelos	
1903		546		António Casqueiro	Bárcia	
1902				M.	Barnheim	Fundador
1903		756	dr.	João	Barral	
		1861		Mário Humberto Macieira	Barreira	
1903		854		Domingos Pinto	Barreiros	
1909	Terras de Bouro			Manuel José Martins	Barreto	
		1241		Mário Moniz	Barreto	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1911	Chaves			Aníbal de Sousa Pinto de	Barros	
1904		2062	Oficial da Armada	Eugénio Estanislau de	Barros	
1902		364		Eugénio Noronha de	Barros	
1903		553		Horácio Noronha de	Barros	
	Olhão			João Baptista de	Barros	
1903		1630		João de	Barros	
1909	Esposende			João de	Barros	
1903				João José Preto Geraldes de	Barros	
1903		674		João José Vaz Preto Geraldes de	Barros	
1903		1377		Joaquim Afonso da Costa	Barros	
1903		286	Oficial da Armada	Joaquim José de	Barros	
1909	Vieira			José Maria Ramalho de	Barros	
1909	Vieira			Manuel Joaquim de	Barros	
1909	Vila Nova de Famalicão			Adelino Adélio dos	Barroso	
1910	Quelimane			Antero Joaquim	Barroso	
1903		805		José Garcia	Barroso	
1902		25	Oficial da Armada	António Aluísio Jervis de Atouguia Ferreira Pinto	Basto	Fundador - Sócio do CMN
				António Augusto Felgueiras	Basto	
1914	Arcos de Valdevez			António Augusto Felgueiras	Basto	
1903		520	dr.	Augusto de	Basto	
1902	Lisboa			Augusto Ferreira Pinto	Basto	
1903		1542		Carlos Augusto Pereira	Basto	
1903		1393		Eduardo Luís Ferreira Pinto	Basto	
1903		1301		Egas Ferreira Pinto	Basto	
1926				Fernando Ferreira Pinto	Basto	
1904				Fernando Luís Pinto	Basto	
1904		2017		Gastão Ferreira Pinto	Basto	
1904				Guilherme Ferreira Pinto	Basto	
1904	Lisboa			Guilherme Ferreira Pinto	Basto	
1903		717		Henrique Ferreira Pinto	Basto	
1902		109		J. T. da Costa	Basto	Fundador
1903		227		José Viana	Basto	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
		1447		Manuel Jervis da Atouguia Ferreira Pinto	Basto	
1903		700		Ricardo Ferreira Pinto	Basto	
1903		873		Eduardo Ferreira Pinto	Basto Júnior	
1917				A. M. P.	Bastos	
1912	Amarante			Artur de Moura	Bastos	
1903		1981		Egídio Pereira	Bastos	
1911	Fafe			Francisco	Bastos	
1903		699		Guilherme	Bastos	
1926				João Manuel	Bastos	
1903		1536		José Timóteo da Silva	Bastos	
		1230		Mário	Bastos	
		1341		Narciso de Almeida	Bastos	
1904		2015		Agostinho	Batalha	
1902		332		Francisco Pedro	Batalha	
1903			Oficial da Armada	João César	Batalha	
1903		562		Ladislau	Batalha	
1909	Póvoa de Varzim			Arnaldo	Batista	
1926				António Leal	Batoréo	
1907	Cabo Verde			Ernesto	Beaumont	
1904			engº	Albert	Beauvalet	
1903		1792		Adelino Alves	Bebiano	
1903		1453		António Gomes	Bebiano	
1903		501		João Alves	Bebiano	
1926				Bertran	Behr	
1903		1343		António Pereira dos Santos	Beirão	
1926				César da Cunha	Belém	
1903		510		João	Bellard	
1910	Faro			Manuel de Jesus	Belmarço	
1903		2005		Alfredo	Belo	
1930				António Maria de Oliveira Belo	Belo	
1903		753		José Maria da Costa	Belo	
1903		1564		José Mendes de Almeida	Belo	
1903		1439		Manuel	Belo	
1903		1266		Henrique Gouveia	Beltrão	
1903		631		Luís	Beltrão	
		1896		Pepe Benchimol	Benhaon	
1903		2	armador da marinha mercante	Abraão	Bensaúde	
1902	Lisboa	106		Henrique	Bensaúde	Fundador
1903				Valter	Bensaúde	
1915			conde de		Bertiandos	
1910	Ponta Delgada		dr.	Duarte de Andrade de Albuquerque	Betencourt	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1917				G. F. de	Betencourt	
1903		595		Jacinto de Albuquerque	Betencourt	
1903		347		João António	Betencourt	
1903		1138		Joaquim Maria	Betencourt	
1903	Horta			José Sebastião	Betencourt	
1903		1299		Augusto de	Bettencourt	
1904			oficial da marinha mercante	Joaquim Maria	Bettencourt	
1903		566		Francisco da Costa	Biaia	
1903		890	Oficial da Armada	Joaquim Vieira Júdice	Bicker	
1903	Ponta Delgada			Filomeno	Bicudo	
1903		1736		Francisco de	Biscaia	
1903		655		Oscar	Blanc	
1904		2043		F. Carlos	Blanck	
1926				Francisco Cordeiro	Blanco	
1926				Jorge Cordeiro	Blanco	
1903		516		José Maria Peres	Blanco	
1903	Lisboa	391		Carlos	Bleck	
1903		1381		Guilherme	Bleck	
1903		1380		Jorge	Bleck	
1909	Barcelos			José Joaquim Pais de Vilas	Boas	
1903				António Simões	Boca	
1903		59	Oficial do Exército	Carlos Roma do	Bocage	
1903		1762		Augusto Frederico	Boni	
1903		1290		Álvaro de Amorim	Borges	
1904				Aníbal César de Oliveira	Borges	
1903		940		António	Borges	
1903		1146		João António Barreto	Borges	
1903		1211		José C.	Borges	
1902		366		José Ferreira	Borges	
1903		1894		Manuel Bravo	Borges	
		1473		Vasco	Borges	
1903	Horta		visconde de		Borges da Silva	
1903		426	Oficial da Armada	Custódio Miguel de	Borja	
1903		1334		António Carrasco	Bossa	
1903		484		Augusto Emílio Teixeira	Botelho	
1903		2054		Carlos Ferreira	Botelho	
1903		273		Jacinto do Couto	Botelho	
1902		419	Oficial da Armada	João Augusto	Boto	
1903		345		Joaquim Leal	Bouças	
1926			dr.	António de Brito de Carvalho e	Bourbon	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1926				José Peixoto da Silva e	Bourbon	
1903		996		Hermano	Braancamp	
1903		1316		Alberto	Braga	
1903		1403	dr.	Alexandre	Braga	
1909	Póvoa de Varzim			Alfredo António da Costa	Braga	
1903		21	Oficial da Armada	António Augusto de Sequeira	Braga	
1903		1758		António Pinto Dias	Braga	
1903		745		Carlos da Costa Ferreira	Braga	
				Vitorino Feio	Braga	
1905	Quelimane			Armando Edene Pereira	Bramão	
1903		1308	D.	Edmundo	Bramão	
1926			dr.	Vasco	Bramão	
		1083	D.	Vasco Allen Pereira de Sequeira	Bramão	
1903		1291		Agostinho Fernandes	Branco	
1909	Felgueiras			Alberto Jorge de Azevedo Castelo	Branco	
1903		1703		Carlos de Macedo	Branco	
1903		852	dr.	Francisco Ferrão de Castelo	Branco	
1903		1825		Francisco Lopes de Azevedo Coelho de Barros Castelo	Branco	
1904	Lourenço Marques			H. C. L. Castelo	Branco	
1903		243	Oficial da Armada	Hugo Carvalho de Lacerda Castelo	Branco	
1903	Lisboa	129	Oficial da Armada	João Agnelo Velez Caldeira	Branco	
1903		1626		João Bentes Castelo	Branco	
1903				João de Azevedo Castelo	Branco	
1903		1030		João de Azevedo Castelo	Branco	
1903		1926		João de Ornelas Cardoso Moniz Bacelar Castelo	Branco	
1903		859		José Basílio Castelo	Branco	
1903		1177	conselheiro	José de Azevedo	Branco	
1926				Luís de Freitas	Branco	
	Barcelos			Pedro Martins	Branco	
1903		462	dr.	Abel da Cunha Abreu	Brandão	
1903		1186		Alexandre de Paiva de Faria Leite	Brandão	
1903		831		António de Almeida	Brandão	
1903		1182		António Maria de Almeida	Brandão	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1876		Artur	Brandão	
1903		535		Daciano de Melo	Brandão	
1902		114	Oficial da Armada	Jaime Pinto de Almeida	Brandão	Fundador
1903		964		José Salgueiro Esteves	Brandão	
		1079		Manuel de Sousa	Brandão	
1903		1701		António de Carvalho	Brandão Júnior	
1903		63	Oficial da Armada	César Augusto de Oliveira Moura	Brás	
1926				Mário Xara	Brasil	
1903		1961		Eduardo	Brazão	
1926				Manuel José de Sárrea e Garfeas	Brechlanny	
1926				Francisco de Melo	Breyner	
		1652	dr. D.	Tomás de Melo	Breyner	
1903		804		Domingos	Briffa	
1903		461	Oficial da Armada	Hipácio Frederico de	Brion	
1931	Lisboa			Nuno de	Brion	
1903		1289		Alberto António de	Brito	
1903		584		Alfredo de	Brito	
1903		851		António Júlio de	Brito	
1903		1161		António Maria de	Brito	
1910	Faro			Domingos António Calado de Branco e	Brito	
1903		1556		Guilherme de Freitas	Brito	
1904				Jacinto Lúcio de	Brito	
1903	Timor			Joaquim Romeirão de Sousa e	Brito	
1903		1191		Augusto de Ornelas	Bruges	
1903		1217		João de Ornelas	Bruges	
1903	Quelimane			J. R.	Brusco	
1903		1524		Douglas	Bucknall	
1903	Horta			Eduardo Laemmert	Bulcão	
1903		1477		Eduardo	Burnay	
1903		975	Médico e político	Eduardo	Burnay	
1903		89		Frederico José	Burnay	
1904			dr. - conde	Henrique	Burnay	
1904				Jorge	Burnay	
		1168		Roberto	Burnay	
1903		445		Carlos	Buzaglo	
1903		894		Isaac	Buzaglo	
		1864		Maximiano Carlos	Cabedo	
1902	Faro		visconde de		Cabo de Santa Maria	
1903		385	conde de		Cabral	
1903		1791		Álvaro	Cabral	
1903	Ponta Delgada			Amâncio Júlio	Cabral	
1903	Lourenço Marques			António da Câmara Melo	Cabral	
1903		1748	dr.	Baltasar	Cabral	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		267		Bernardo de Alpoim de Sequeira Borges	Cabral	
1903		641		Carlos de Vasconcelos	Cabral	
1903		306		Egas de Alpoim de Cerqueira Borges	Cabral	
1902		84	Oficial da Armada	Filomeno da Câmara de Melo	Cabral	Fundador
1903		1154		Francisco Alberto da Costa	Cabral	
1903		1188		Gonçalo Pereira	Cabral	
1903	Timor			João Augusto da Costa	Cabral	
1910	Ponta Delgada			José Álvares	Cabral	
1903	Ponta Delgada			Manuel Botelho da Câmara Melo	Cabral	
1902		336	dr.	Manuel Joaquim	Cabral	
1903	Ponta Delgada			Mariano Victor	Cabral	
1905	Ponta Delgada			Mariano Victor	Cabral	
		1660	conselheiro	Pedro Benjamim	Cabral	
	Lagos			Pedro Júdice	Cabral	
1903	Ponta Delgada			Sérgio Augusto Álvares	Cabral	
1903		1500		Alberto de Sales	Cabreira	
1903		934		Tomás	Cabreira	
1902	Porto			Francisco de Albuquerque	Cáceres	
1903		1239		Fortunato	Cagi	
1903		1273		Leão	Cagi	
1904				Saul	Cagi	
1903		1000		Joaquim Freire dos Santos	Calado	
1914	Boticas			Abílio Ferreira	Caldas	
1903		136		Joaquim Guilherme da Costa	Caldas	
1909	Póvoa de Lanhoso			Raul de Almeida	Caldas	
1903		1028		António Velez	Caldeira	
1902	Lisboa			J. Velez	Caldeira	
1903		2033		João Pedro	Caldeira	
		1911		Sérgio Lourenço	Caldeira	
1904				Carlos	Calixto	
1903		1387		Ernesto A.	Camacho	
1904				João A.	Camacho	
1903		512		Aires da	Câmara	
1903	Ponta Delgada			Alfredo da	Câmara	
1926			D.	Caetano da	Câmara	
1903		734	D.	Francisco da	Câmara	
1903		1176		Henrique Fernando da	Câmara	
1903		544	dr.	João Betencourt da	Câmara	
1903		720	D.	José do Carmo da	Câmara	
1926				José Luís da	Câmara	
1903		464		José Ventura da	Câmara	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1449	D.	Luís da	Câmara	
1903	Ponta Delgada		dr.	Luís de Bettencourt de Medeiros e	Câmara	
		392		Manuel Figueira Freire da	Câmara	
1903		865	D.	Segismundo da	Câmara	
1926			dr.	Alípio Albano	Camelo	
1903		92	Oficial da Armada	Francisco Assis	Camilo	
1903		1576		José de Assis	Camilo	
1903		625		Porfírio	Caminha	
1903	Faro			A. Marinha de	Campos	
1903		1023		Álvaro Metrass	Campos	
1902		46		Artur de	Campos	Fundador
1902	Faro		Oficial da Armada	Artur Marinha de	Campos	
1903		1069		Caetano da Silva	Campos	
1904				Carlos	Campos	
1909	Amares			Domingos José de	Campos	
1903		1396		Francisco Figueira Freire de	Campos	
1903				José Metroso	Campos	
1903		908		José Reya	Campos	
1903		960		José Silvestre de S.	Campos	
1917				Manuel de Jesus	Campos	
1904				Raul Metrass	Campos	
1909	Vila Pouca de Aguiar			Caetano Alberto de Sousa	Canavarro	
1904		2059		Vasco da Silveira	Canavarro	
1910	Faro			Henrique Mateus	Cançado	
1903				Cosmelli	Cancela	
1903		619		J. Cosmelli	Cancela	
1903		916	dr.	José Paulo Monteiro	Cancela	
		437	doutor	António Zeferino	Cândido	
1904	Lisboa			Zeferino	Cândido	
1903		368		José Francisco	Canha	
1903				Álvaro	Canongia	
1903				António	Canongia	
1903		375		Camilo do	Canto	
1917				António Vaz Pacheco do	Canto e Castro	
1903		101	Oficial da Armada	Guilherme de Brito	Capelo	
1903		1754	Oficial da Armada	Hermenegildo Carlos de Brito	Capelo	
1903		1834		João	Capristano	
1903				Eduardo	Cardenas	
1903		1092		Alberto Ribeiro	Cardoso	
1903		1229		António	Cardoso	
1903		1568		António Soares	Cardoso	
1903		1067		Artur Emílio Marques	Cardoso	
1903		810		Domingos M.	Cardoso	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903				Eduardo Ulrich Maia	Cardoso	
1903		1115		Frederico Carlos de Sena	Cardoso	
1903				João Ribeiro	Cardoso	
1903		995		Joaquim Pereira	Cardoso	
1903		928		José	Cardoso	
1903		793		José de Almeida Brotas	Cardoso	
1903		1539		José Moura	Cardoso	
1903		602		José Ribeiro	Cardoso	
1904				José Vicente Gomes	Cardoso	
1904	Lourenço Marques			Leonel	Cardoso	
		1863		Manuel da Mota Pessoa de Amorim	Cardoso	
		473		Mariano Rodrigues	Cardoso	
1903		689	Oficial da Armada	Pedro Cunha Pinto	Cardoso	
		214		Ramiro Martins	Cardoso	
1910	Quelimane			Raul de Vasconcelos	Cardoso	
		1643		Raul Henrique Torres Gomes	Cardoso	
		1091		Salomão	Cardoso	
		1130		Silvério	Cardoso	
1926				João	Cardoso Júnior	
1903		924	conde de	Bernardo	Caria	
1903	Timor			Alberto	Carlos	
1903	Moçambique		gerente comercial	Manuel do	Carmo	
		1095	visconde de		Carnaxide	
1926				Alberto da Silva	Carneiro	
1903		817		António	Carneiro	
1903		526		António Bernardo	Carneiro	
1903		857		Augusto Braz das Neves	Carneiro	
1904				Carlos A. de Sá	Carneiro	
1904				Fernando António	Carneiro	
1903		797		Francisco da Costa	Carneiro	
1903		564		Francisco de Sousa	Carneiro	
1904	Chinde			Herculano	Carneiro	
1909	Vieira			João Machado	Carneiro	
1903		871		José	Carneiro	
1903		693		José Damásio Ferreira	Carneiro	
1903		1227		José das Neves	Carneiro	
1903		879		Júlio Patrício de Sá	Carneiro	
1926				Júlio Pinheiro de Sá	Carneiro	
		1955	dr.	Manuel	Caroça	
1903	Porto			Bento de Sousa	Carqueja	
1902		162		João Pedro Gomes	Carraça	Fundador
1905	Rio de Janeiro		comendador	Gabriel Marques	Carregal	
1902		328		Fernando Augusto	Carrilho	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1904	Chinde			Paulo Cunha	Cartaxana	
1903		340		Álvaro Pereira	Carvalhal	
1903		732		Armando Pereira	Carvalhal	
1903		291		Albano Augusto Morais de	Carvalho	
1903		565		Alberto Moraes de	Carvalho	
1903		658		Alberto Pedro Tinoco da Silva	Carvalho	
1903		1851		Alexandre Santos Moreira de	Carvalho	
1903		1722		Alfredo de	Carvalho	
1903		827		Alfredo Lopes de	Carvalho	
1903		617		Álvaro	Carvalho	
1903		1214		António B. A. de	Carvalho	
1903		1914		António Braga de	Carvalho	
1903		813		António da Costa	Carvalho	
1903		1887		António de Pádua Pimentel Maldonado de	Carvalho	
1926				António Herculano de	Carvalho	
1903		1907		Carlos Augusto de	Carvalho	
1903				Carlos Augusto Morais de	Carvalho	
1903		1796		Carlos Eugénio Lara de	Carvalho	
1903		246		Carlos Mariano de	Carvalho	
1903		1363		Dionísio de	Carvalho	
1903		1205		Elias M.	Carvalho	
1904				Florindo de	Carvalho	
1903		1659		Francisco de Assis Jara de	Carvalho	
1903		1772	dr.	Francisco Dinis de	Carvalho	
1909	Vila Verde			Francisco José Lopes de	Carvalho	
1903	Moçambique			Francisco José Penedo Nobre de	Carvalho	
1903	Ponta Delgada			Francisco Leite	Carvalho	
1910	Celorico de Basto		padre	Francisco Xavier Martins de	Carvalho	
1909	Terras de Bouro			Gaspar Pereira de Magalhães	Carvalho	
1907	Cabo Verde			Isidoro José de Sousa	Carvalho	
1909	Cabo Verde			Isidro	Carvalho	
1903		1351		João Baptista Belo de	Carvalho	
1903		471		João da Costa Carvalho	Carvalho	
1903		911		João da Silva	Carvalho	
1909	Vila Nova de Famalicão			João Mâncio de	Carvalho	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1902		124	Oficial da Armada	João Manuel de	Carvalho	Fundador - Sócio do CMN
1909	Vila Verde		dr.	João Pimenta de Sousa	Carvalho	
1909	Terras de Bouro			João Ruiz de	Carvalho	
1903				Joaquim Eduardo da Silva	Carvalho	
1903		993		Joaquim Júlio Pereira	Carvalho	
1926				Joaquim Luna de	Carvalho	
1903		172		Jorge Acúrcio Nunes Rego de	Carvalho	
1903		1661		José Estevão Penedo Nobre de	Carvalho	
1902		159	Oficial da Armada	José Gonçalo Vaz de	Carvalho	Fundador
1903		153		José Joaquim Tavares de Almeida	Carvalho	
1903		1340		José Júlio Raposo de	Carvalho	
1904				José Maria do Casal Ribeiro de	Carvalho	
1903		1225		José Pereira de	Carvalho	
1903		719		Luís de Morais	Carvalho	
1903		594		Luís Vaz de	Carvalho	
1904				Manuel Ferreira de	Carvalho	
		1259		Manuel L.	Carvalho	
		1716		Manuel Tomás Penedo Nobre de	Carvalho	
		196		Mário Morais de	Carvalho	
		1877		Miguel Teixeira de	Carvalho	
1903				Óscar Manuel de	Carvalho	
1902		207	Oficial da Armada	Pedro Inácio do Rio	Carvalho	Fundador - Sócio do CMN
1904			D.	José de	Carvalho (Pombal)	
		1531		Manuel dos Santos de	Carvalho Júnior	
1903	Lourenço Marques	1219		Domingos de Campos	Casaes	
		190		Manuel de Oliveira Gomes	Casca	
1903		923	conde de		Cascais	
1903		151		José Goulão da Costa	Cascais	
1903		1945		Cláudio de	Castel-Branco	
1903		468		António Coutinho	Castelo	
1904		2055		Custódio Henriques	Castelo	
1903		400		Eduardo Simões	Castelo	
		1078		Pedro Alberto Sant´Ana da Cunha	Castelo	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
		1832	marquês de		Castelo Melhor	
1909	Felgueiras			Adriano Teixeira de Magalhães de	Castro	
1903		853		Américo Noronha	Castro	
1903		1613	D.	António Avilez de Melo e	Castro	
1903		1508		António Bom de Sousa de Almeida Melo e	Castro	
1903		1104		António Ferreira de	Castro	
1903		1910	D.	António M. Sampaio Melo e	Castro	
1917				António Vaz Pacheco do Canto e	Castro	
1903		1070		Artur de Menezes Correia de Sá e	Castro	
1909	Vila Pouca de Aguiar		dr.	Caetano José de Madureira e	Castro	
1903		1016		Carlos Augusto Ferreira de	Castro	
1903		1305		Eduardo Ferreira de	Castro	
1903	Porto			Ezequiel A. R. Vieira de	Castro	
1903				Fernando Félix	Castro	
1903				Fernando Ferreira	Castro	
1903		776	D.	Francisco de Avilez de Melo e	Castro	
1910	Timor			Gonçalo Pereira Pimenta de	Castro	
1909	Fafe			João Leite de	Castro	
1909	Felgueiras			Joaquim Pereira de	Castro	
1903		2004		Júlio César Sanches Leite de	Castro	
1903		177	D.	Luís de	Castro	
1904		2037		Luís de Melo e	Castro	
1903		1306		Luís de Sousa Ferreira de	Castro	
		1110	D.	Pedro de Almeida Melo e	Castro	
1926				Pedro Meireles do Canto e	Castro	
1903		615		Rafael de	Castro	
1903		1612	D.	José da Cunha	Castro Marim	
1904				António Lourenço	Catarino	
1903		453		Henrique	Catarino	
1903		524		Joaquim Monteiro	Catarino	
1903		1906		Lourenço Caldeira da Gama Lobo	Cayolla	
		1827		Rui Vecchi	Celestino	
	Tavira			João Rodrigues Gomes	Centeno	
		1407		Simão Infante de la	Cerda	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1725		João	Cernadas	
1902		4	Oficial da Armada	Afonso Júlio	Cerqueira	Fundador - Sócio do CMN
1903		897		Carlos Barreiros	Champalimaud	
1903		932	visconde de		Chancelleiros	
1903		710		Alfredo Vitor	Chaves	
1903		1302		Francisco Matos	Chaves	
1903		711		Henrique Carlos	Chaves	
1903		1984		Henrique da Fonseca	Chaves	
1903		1749		João	Chaves	
1903	Rio de Janeiro			João Lopes	Chaves	
	Barcelos		bacharel	Bernardo José Álvares	Chouzal	
1904	Quelimane		dr.	Alberto Vasconcelos	Cid	
1903	Quelimane			dr. Alberto de Vasconcelos	Cid	
		1513		Pedro de Mundtveiller	Cid	
1917				A. de V.	Cierco	
1917				E. de V.	Cierco	
1903				Francisco de Sousa	Cirne	
1903		463		Afonso de Melo	Cisneiros	
1903		50		Aires de Ornelas	Cisneiros	
1926			bacharel	Augusto	Cisneiros	
1903		170		Joaquim Nunes	Claro	
1926			dr.	António Correia Caldeira	Coelho	
1903		1255		António Ferreira	Coelho	
1917				António M. Pinto	Coelho	
1926				Carlos Zeferino Pinto	Coelho	
1903				Fernando Pinto	Coelho	
1902		107	Oficial da Armada	Guilherme Gomes	Coelho	Fundador - Sócio do CMN
1903		1037		Joaquim Correia Coelho	Coelho	
1903		1046	dr.	José F. Trindade	Coelho	
1904				Júlio	Coelho	
1926				Raul Augusto Duarte	Coelho	
1926			dr.	Sabino	Coelho	
		1519		Silvestre	Coelho	
1910	Ponta Delgada			Francisco M.	Cogumbreiro	
1903		914		Artur	Cohen	
1903				Artur de Sá e Vasconcelos	Cohen	
1903	Lourenço Marques	946		Benjamim	Cohen	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903				Carlos de Sá e Vasconcelos	Cohen	
1903		596		Elias	Cohen	
1903	Lourenço Marques			H. C. L. Castelo Branco Leão	Cohen	
		1445		Pedro	Cohen	
1904		2035		Raul	Cohen	
		1039		Simão	Cohen	
1903		617		Artur Dinis	Colares	
			Jornalista	José Barbosa	Colen	
1903	Horta			Manuel Machado da	Conceição	
		1715		Miguel Ferreira da	Conceição	
1903		1514		Diogo de Castro	Constâncio	
1903		1893		Henrique Castro	Constâncio	
1903		447		Damião	Contreiras	
1926				Alexandre Óscar Durão de Carvalho	Cordeiro	
1903				Fernando de Sant´Ana Lança	Cordeiro	
1903		1277		João Baptista Rego	Cordeiro	
1903	Ponta Delgada			João Carlos da Silveira	Cordeiro	
1903		1169		José Pedro Manso da Lança	Cordeiro	
1914				João José Sinel de	Cordes	
1904				Alberto Narciso Baçan	Correia	
1903		1101		António	Correia	
1915	Arcos de Valdevez			Estevão Maria Dias	Correia	
1903		633		Fernando	Correia	
1914	Fafe			Francisco Isidoro de Vasconcelos	Correia	
1904			Oficial da Armada	Joaquim António	Correia	
1903		1692	Oficial da Armada	José Cândido	Correia	
1904				Júlio César de Vasconcelos	Correia	
		1918		Manuel Nunes	Correia	
		477		Miguel Maria	Correia	
1904				Pedro de Seixas	Correia	
1903		174	dr.	João Cândido	Corsino	
1903		550		Jerónimo Pamplona	Corte Real	
1903		921		Sertório Augusto de Sequeira	Corte Real	
1909	Viana do Castelo		visconde de		Cortegaça	
1904		2552		António Alberto de Carvalho	Cortez	
1903		1589		José de Andrade	Corvo	
		1243		Manuel Ferreira	Cosme	
1903		1454	Oficial da Armada	Abel Fontoura da	Costa	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1139		Adriano C. Ferreira da	Costa	
1904				Alberto	Costa	
1903		1389		Alberto Borges da	Costa	
1930				Alberto Rebocho	Costa	
1903		1554	conselheiro	António Cândido Ribeiro da	Costa	
1903		47		António Pedro da	Costa	
1909	S. João da Pesqueira			António Soveral	Costa	
1903		1888		Artur Leal Lobo da	Costa	
1903		1359	conselheiro	Augusto César Cau da	Costa	
1902	Lisboa			Augusto Ramos da	Costa	Fundador
1903		1871		Bernardo Maria de Sousa Horta e	Costa	
1903	Lourenço Marques			C. Rogero da	Costa	
1909	Vieira			Camilo José da	Costa	
1903	Lourenço Marques	1233		Carolino Rogério F. da	Costa	
1903				César C. da Costa	Costa	
1903		1493	dr.	Clemente Pereira da	Costa	
1904		2042		Diogo Horta e	Costa	
1903		1238		Domingos	Costa	
1903		397		Fernando	Costa	
1915	Lisboa			Fernando	Costa	
1926				Fernando da	Costa	
1909	Terras de Bouro			Fernando Marques da	Costa	
1903		629		Franscisco de Melo e	Costa	
1903	Lourenço Marques		Capitão	H. C. A. Barahona e	Costa	
1903	Lourenço Marques			H. C. da	Costa	
1904	Lourenço Marques			Henrique	Costa	
1903		1274		Henrique da Silva e	Costa	
1904			conselheiro	Horta e	Costa	
1903		1987		Jacques Ribeiro da	Costa	
1906				Jaime Vieira Botelho da	Costa	
1903		1790		João Barbosa da	Costa	
1903		1143		João de Sá da Penha e	Costa	
1903		929	Oficial da Armada	João Maria da	Costa	
1904				João Roberto da Silva Barahona e	Costa	
1916				Joaquim Correia da	Costa	
1903		1284		Joaquim Maria da	Costa	
1903		1767		Joaquim Simões da	Costa	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1547		Jorge A. da Fonseca e	Costa	
1903		475		Jorge da Câmara	Costa	
1913	Fafe			José Augusto Ferraz da	Costa	
1926				José de Sousa	Costa	
1926				José Manuel Marques da	Costa	
1902		154		José Maria da	Costa	Fundador
1903		1478	conselheiro	José Maria de Sousa Horta e	Costa	
1903		1969	Advogado, escritor, republicano convertido à monarquia	José Soares da Cunha e	Costa	
1926			dr.	José Soares da Cunha e	Costa	
1926			cónego	José Vicente	Costa	
1904				Júlio	Costa	
1903		676		Júlio Botelho da	Costa	
1903		1033		Júlio César Cau da	Costa	
1903	Ponta Delgada			Júlio Pereira de Carvalho e	Costa	
1903		474		L. de Mendonça e	Costa	
1903		1793		Liberato Tolentino da	Costa	
1903		1364	dr.	Luís de Sousa Horta e	Costa	
1903		1515	conselheiro dr.	Luís Frederico de Bivar Gomes da	Costa	
1926				Mateus José Arriga Xavier da	Costa	
		709		Miguel	Costa	
1903		1058		Miguel de Sousa e Vasconcelos Horta e	Costa	
1926				Otávio	Costa	
1903		898		Raul Borges	Costa	
		1379		Raul José Viana da	Costa	
1903		1691		Raul Peres da	Costa	
1903		561		Sebastião Manuel	Costa	
		393		Virgílio	Costa	
1910	Lisboa			Virgílio Marques da	Costa	
		246	Oficial da Armada	Vitorino Gomes da	Costa	
1909	Guimarães			Domingos Ribeiro Martins da	Costa (Aldão)	
1926			conde	Mário Tavares da	Costa (São Miguel)	
1903		1003	dr.	Augusto César Cau da	Costa Júnior	
1902		141	Oficial da Armada	Joaquim Vieira Botelho da	Costa Júnior	
1903		933	visconde de		Costa Veiga	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1413		José Gerardo Gromicho	Couceiro	
1904			conselheiro	João da Costa Brandão e	Couraça	
1902		1344		Raul Moreira	Courrege	
1903	Ponta Delgada			Abel de Frias	Coutinho	
1903		1123	D.	Carlos de Sousa	Coutinho	
1902		97	Oficial da Armada	Carlos Viegas Gago	Coutinho	Fundador
1903			D.	Fernando de Sousa	Coutinho	
1903		731		Henrique Pereira	Coutinho	
1904	Chinde			João R. da Cruz	Coutinho	
1903				Joaquim de Matos	Coutinho	
1930			Oficial da Armada	Pedro de Azevedo	Coutinho	
		1180		Vasco de Macedo Pereira	Coutinho	
1904				Francisco de Sousa	Coutinho (Borba)	
1926			visconde de	Henrique de Vasconcelos Pereira	Coutinho (S. Tomé)	
1903	Lourenço Marques			A.	Couto	
1903		539		António do	Couto	
1903				António Roque do	Couto	
1903		1786		António Valente do	Couto	
1903		1055		Francis H.	Cowper	
1903				José Eduardo Carvalho	Crato	
1909	Vila Nova de Milfontes			Joaquim Jerónimo	Craveira	
1926				Abel da Silva Morais de Oliveira	Cravo	
1926				José Luciano da Silva de Oliveira	Cravo	
1903				Luís Vaz de Carvalho	Crespo	
1903		1993		Giuseppe	Crida	
1903		1053	engº	Alphonse	Croneau	
1903	Cabo Verde			Augusto Vera	Cruz	
1909	Póvoa de Lanhoso			Cirilo Pereira da	Cruz	
1912	Amares			Francisco Augusto Teixeira Ferreira	Cruz	
	Lagos			João Maria Parreira	Cruz	
1903		1721		Joaquim Augusto da	Cruz	
1903		1075		Luís Vítor Barreto	Cruz	
1917				Matias Lopes da	Cruz	
			conde de		Cuba	
1903		1132		A. B. Brito e	Cunha	
1909	Vila Nova de Paiva			Adolfo de Sá	Cunha	
1903		1846		Alberto Guerreiro Peixoto e	Cunha	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1904			dr.	Alfredo da	Cunha	
1903		1637		Álvaro de Brito e	Cunha	
1903		316		Álvaro Herculano da	Cunha	
1903		926		António de Almeida e	Cunha	
1909	Terras de Bouro			Bernardo da	Cunha	
1904				Carlos José Gomes da	Cunha	
1903		506		Diogo José Botelho da	Cunha	
1903		780		Henrique Pinto da	Cunha	
1903	Funchal			Herculano	Cunha	
1905	Porto		conselheiro	João Eduardo Brito e	Cunha	
1903		334	dr.	João Gualberto de Barros e	Cunha	
1904				Joaquim Carolino da	Cunha	
1902				Joaquim J. de Barin e	Cunha	
1904				Joaquim Ribeiro da	Cunha	
1903		487		Jorge Abrantes Martins da	Cunha	
1903		1113		José Eduardo Pinto da	Cunha	
1902				José Libânio da Rocha e	Cunha	Fundador
1903		701	conselheiro	José Ribeiro da	Cunha	
1903		925		Manuel Augusto Pereira e	Cunha	
		1491		Raul Frederico Botelho da	Cunha	
1903		1116		José Nunes	Cunha Júnior	
1903		578	comendador	Rafael da	Cunha Júnior	
1903		1051		Benjamim de Paiva	Curado	
1910	Timor			Francisco Pedro	Curado	
1904				Amílcar da Silva Ramada	Curto	
1930	Lisboa			José Augusto de Saldanha Oliveira	Daun	
1903		990		Henrique	David	
1903	Lourenço Marques			J. J.	David	
1903		620		Paulo	David	
1903		922		Alberto Augusto da Silva	Deslandes	
1903		1619		João de	Deus	
1903		1063		A. F. Carmo	Dias	
1912	Boticas			Albano de Jesus	Dias	
1902	Cabo Verde	15	Oficial da Armada	Aníbal dos Santos	Dias	Fundador - Sócio do CMN
1902				António Costa	Dias	
1903		1968	D.	António de Almeida	Dias	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1704		Bernardino Cotrim	Dias	
				Estevão Maria	Dias	
1917				F. A. Da Mata	Dias	
1903		93		Francisco de Assis	Dias	
1903		1804		João Augusto de Figueiredo	Dias	
1909	Vila Nova de Cerveira			João Baptista da	Dias	
1917				V. A. da Mata	Dias	
1903		798		António Joaquim Alves	Dinis	
1926				Baltasar	Dinis	
1903		667		Leopoldo Souto Maior	Dinis	
1903		626		Manuel Joaquim Alves	Dinis	
1902	Lisboa			Pedro	Dinis	
1902		205	Oficial da Armada	Pedro Guilherme dos Santos	Dinis	Fundador - Sócio do CMN
1913	Lisboa			Rodrigo Samwell	Dinis	
1903		122	Oficial da Armada	João Francisco	Dinis Júnior	
1903		1771		José de Oliveira Ferreira	Diniz	
1903		1931		José Leite	Diniz	
1903		668		Leopoldo	Diniz	
1903		891		Mário Henrique Samuel da Silva	Diniz	
1903		1821	D.	José Sanches de	Dion	
				António de Magalhães	Domingues	
1903		525		António José	Domingues	
		1660		Maximiano José	Domingues	
				Nuno de Gusmão de Magalhães	Domingues	
1903		741		Francisco de Magalhães	Dominguez	
1903		500		João Teixeira	Dória	
1904				João Baptista	Doti Júnior	
1904				Maximilien	Douan	
1904				James	Douoran	
1910	Fafe			Luís Augusto da Silva	Dourado	
		1842		Manuel de Sousa	Dourado Júnior	
1904			dr.	Caetano Domingues	Drolhe	
1903		1223		Alfredo da C.	Duarte	
		191		Manuel Rodrigues	Duarte	
1903		902		Mário	Duarte	
1903		575		Francisco	Duarte Júnior	
1904		2056		Artur Pedreira Júlio da Costa	Duff	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		404		Carlos	Duff	
1903				José Alexandre	Duffner	
1903		863		José Alexandre de Campos Simões	Duffner	
1903		846		Alberto	Dupuis	
1903				Henri	Dupuis	
1903		963		Amílcar	Duque	
1903		277		Albano Augusto de Portugal	Durão	
1926				Fernando Perez	Durão	
1904				Joaquim José Ladislau	Durão	
		1674		Roberto Augusto de S. Portugal	Durão	
1909	Vila Nova de Cerveira		dr.	Manuel Fernandes	Duro	
1902		318		Jorge	Dyson	
1902	Lisboa			Almeida de	Eça	
1903		766		António Salazar de	Eça	
1903		1845		Jerónimo Maldonado de	Eça	
1903	Lisboa	307	Oficial da Armada	Vicente Maria de Moura Coutinho de Almeida de	Eça	
1926				Artur	Emauz	
1903		1031	dr.	Manuel de Azevedo	Enes	
1903		1853	conde de		Esperança	
		299	visconde de		Espinhosa	
1904				Manuel de	Espregueira	
1903		1014	conde de		Estarreja	
1903		1782		Gustavo	Esteves	
1903		1040	Oficial da Armada	José Maria da Silveira	Estrela	
1902		181	Oficial da Armada	Luís da Silveira	Estrela	Fundador - Sócio do CMN
1904				António	Evangelista	
1903		1526		José Carlos Lara	Everard	
1902		342	marquês de		Faial	
1903		978		César A.	Falcão	
1903		714		João Bravo	Falcão	
1904				Laureano Morais do C. da Câmara	Falcão	
1904				Lucas Fernandes	Falcão	
1909	Terras de Bouro			Luís	Falcão	
1903				João	Falque	
1902	Lisboa	18	Oficial da Armada	António Alemão Cisneiros e	Faria	Fundador
1903		549		César José de	Faria	
1926				Fernando Carlos de	Faria	
1914	Barcelos			João Rodrigues de	Faria	
1903		938	dr.	José Borges Pacheco Pereira de	Faria	
1903		171		José Nunes de	Faria	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1912	Barcelos			Júlio de Andrade	Faria	
1915	Celorico de Basto			Alfredo Pimenta Ramos de	Farias	
1903		843		Artur Porto de Melo	Faro	
1904				Carlos Alberto Carneiro de Sousa e	Faro	
1903		1440	conselheiro	Claudino Augusto Carneiro de Sousa e	Faro	
1902			Oficial da Armada	Jorge Porto de Melo e	Faro	Fundador - Sócio do CMN
1903		1577		Adolfo	Fassio	
1903		2511		António de Noronha Cordeiro	Feio	
1902	Lisboa		dr.	Manuel Moreira	Feio	Fundador
	Barcelos			Carlos Alberto Machado de Pais de Araújo Felgueiras	Felgueiras	
1903				Alfredo	Felício (S. Mamede)	
1903				Francisco	Felício (S. Mamede)	
1903		822		Frederico	Felício (S. Mamede)	
1904				José Pereira de	Félix Júnior	
1909	Póvoa de Varzim			António Câmara de	Feria	
1903		1571		Edwin	Ferin	
1903		1481	dr.	Afonso de Almeida	Fernandes	
1904				Carlos de Matos Pinto	Fernandes	
1903		900		Carlos Gomes	Fernandes	
1909	Terras de Bouro			César Augusto	Fernandes	
1903		252		Domingos Ventura	Fernandes	
1909	Vila do Conde			Henrique Júlio	Fernandes	
1903		1246		Joaquim Garcia	Fernandes	
1903				Jorge Henriques Rodrigues	Fernandes	
1903		1966		José Joaquim da Costa	Fernandes	
1903			dr.	José Joaquim Luís	Fernandes	
		1222		Manuel do Nascimento	Fernandes	
		1933		Torcato	Fernandes	
1926			padre	Camilo Augusto	Ferrão	
		903		Manuel de Lencastre	Ferrão	
1903		802	dr.	Pedro Augusto da Silva	Ferrão	
1913	Barcelos			Domingos Beleza da Costa Almeida	Ferraz	
1926				Gabriel	Ferraz	
1902		102	Oficial da Armada	Guilherme Ivens	Ferraz	Fundador

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903	Moçambique		Escrivão da Capitania	Acúrcio Joaquim José	Ferreira	
1903	Ponta Delgada			Afonso Gomes de Menezes e	Ferreira	
1902				Alberto de Castro	Ferreira	Fundador - Sócio do CMN
1903		1746		Álvaro	Ferreira	
1903	Lourenço Marques			Ângelo	Ferreira	
1903		939		António	Ferreira	
1903		600		António José	Ferreira	
1903		1244		Artur Dias	Ferreira	
1903		1462		Augusto Carlos	Ferreira	
1903		1112		Augusto Casimiro	Ferreira	
1903		645		Benigno José	Ferreira	
1903		1862	Oficial da Armada	Carlos de Brissac das Neves	Ferreira	
1926				Carlos Guilherme Nunes	Ferreira	
1903		1623		Carlos Leal	Ferreira	
1904				Carlos Pedro	Ferreira	
1909	Guimarães			Domingos Leite Correia Azenhal	Ferreira	
1903		1479		Eduardo Marais Gomes	Ferreira	
1903		591		Francisco Elisiário	Ferreira	
1904				Frederico	Ferreira	
1903				J. A.	Ferreira	
1903		431		João Augusto	Ferreira	
1903		293	Oficial da Armada	João Baptista	Ferreira	
1903		1695		João de Oliveira	Ferreira	
1903		121		João Duarte	Ferreira	
1903		169		João Marques	Ferreira	
1902		126		João Patrício Álvares	Ferreira	Fundador
1903		108		Joaquim Antunes	Ferreira	
1917				Joaquim Augusto Alves	Ferreira	
1907	Cabo Verde			Joaquim Marrecas	Ferreira	
1903		1729		Joaquim Pedro Simões	Ferreira	
1926				José	Ferreira	
1903		1378		José Alexandre de Campos Simões	Ferreira	
1909	Vila do Conde		monsenhor	José Augusto	Ferreira	
1903		479		Luís	Ferreira	
1903		504		Luís Augusto	Ferreira	
1903		1114		Luís Carlos Simões	Ferreira	
1903		635		Manuel	Ferreira	
1903		874		Paulo Benjamim	Ferreira	
1903				Vasco	Ferreira	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		2008		Jaime Peixoto	Ferreira (Landal)	
1903		1964		Domingos José	Ferreira Júnior	
1903				José Abílio	Ferreira Júnior	
1903 - 1905	Cabo Verde			Raul	Ferro	
1911	Barcelos		visconde de		Fervença	
1926				Manuel Figueiredo Tavares	Festas	
1903		480		António Tomás de Oliveira	Fialho	
1903		1084		António Vicente da Câmara	Fialho	
1903				Francisco António	Fialho	
1902	Faro		Industrial da pesca no Algave	João António Júdice	Fialho	
		189		Manuel Mário	Fiffe	
1903		452		Luís do Sobral	Figueira	
1903		605		Alfredo Junqueira	Figueiredo	
1903		614		Artur Carlos J. de	Figueiredo	
1903		329		Artur Teles de	Figueiredo	
1903		614		Augusto Carlos J.	Figueiredo	
1903		292	Oficial da Armada	Domingos Tasso de	Figueiredo	
1911	Arcos de Valdevez			Gustavo de Araújo e Silva	Figueiredo	
1903		1641		Jorge	Figueiredo	
1903		1429	dr.	José de	Figueiredo	
1903		1145		José Maria Pereira de	Figueiredo	
1903		909		Júlio de	Figueiredo	
1903		201	Oficial do Exército	Otelo Fidelino de Sousa de	Figueiredo	
		1044		Pedro Augusto de	Figueiredo	
1903		1174	conde de		Figueiró	
1903		1543		Arnaldo	Figueirôa	
1904				João da Cruz	Filipe	
1903		574		João Fernandes	Flamengo	
1903		765		João	Fletcher	
1904		2060		Abílio	Fonseca	
1903		856		António da Silveira Pinto da	Fonseca	
1904				António Pereira da	Fonseca	
1903				António Ribeiro Pinto	Fonseca	
1903		274		António Rodrigues da	Fonseca	
1909	Felgueiras			Casimiro Francisco da	Fonseca	
1903		694		Fernando Bélard da	Fonseca	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		91		Francisco António da	Fonseca	
1903		1895	Oficial do Exército	Francisco Assis Belard da	Fonseca	
1903		1866		Francisco Vieira da	Fonseca	
1902	Lisboa	348	Oficial da Armada	Henrique Quirino da	Fonseca	
1903	Quelimane			J. A. Vieira da	Fonseca	
1902	Faro			João Alexandre da	Fonseca	
1903		884		João Henrique da	Fonseca	
1903				João Henriques da	Fonseca	
1903		1498		João Matoso da	Fonseca	
1903	Faro			José Alexandre da	Fonseca	
1902		147	Oficial da Armada	José Augusto Vieira da	Fonseca	Fundador - Sócio do CMN
1903		556		José da Silveira Pinto da	Fonseca	
1903				José Viana Pinto da	Fonseca	
1903		1203		Leonardo B. da	Fonseca	
1903		1210		Luís B. da	Fonseca	
1903		742		Manuel António da	Fonseca	
1909	Vila Nova de Paiva			Manuel Cardoso dos Reis	Fonseca	
1904				Martinho Ferreira da	Fonseca	
1903		962		Nuno Freitas Lomelino da	Fonseca	
1902	Lisboa			Quirino da	Fonseca	
1930				Raul Gomes da	Fonseca	
1930	Lisboa			Raul Gomes da	Fonseca	
1931	Lisboa			Rui Newton da	Fonseca	
		1141		Túlio da	Fonseca	
1909	Cabo Verde			Vasco Loff	Fonseca	
1926			visconde de	António Bélard da	Fonseca (Santa Margarida)	
1903		1161		Álvaro da	Fonseca Júnior	
1904				João Filipe da	Fonseca Júnior	
1903		2047		João Filipe da Fonseca	Fonseca Júnior	
1903		1089	conde de		Font´alva	
		384	marquês de		Fontes	
1926			dr.	António	Fontes	
1902		1731		António Maria Rodrigues	Formigal	
1903		973		Júlio Rodrigues	Formigal	
1903		1418		Eduardo Monteiro	Forte	
1903		1655		Armando Gil	Fortée	
1903	Quelimane			Adolfo Proença	Fortes	
1905	Quelimane			Adolfo Proença	Fortes	
1903		1587		Alexandre Severo Coelho	Fortes	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		308		José Proença	Fortes	
1903		749		Júlio de Castro Proença	Fortes	
		254		Matias Gomes	Fortes	
		1799		Pedro António da Costa	Fortinho	
1903		1087		Fernando Baldaque da Cunha	Foyos	
1926			Coronel	Francisco Maria Cabral da	França	
1903		1865		António Porfírio	Franco	
1903		39		António Serrão	Franco	
1904			dr.	António Soares	Franco	
1903		678		Eduardo de Soares	Franco	
1903		75		Eduardo Serrão	Franco	
1903		296		Joaquim Soares	Franco	
		379		Manuel Soares	Franco	
		1831		Pedro	Franco	
		1938		Rafael Saldanha Marreco da Cunha	Franco	
		1057	marquês de		Franco e Almodovar	
1904				António Serrão	Franco Júnior	
1903		785		Manuel	Fratel	
1903		1438		Alberto	Frazão	
1904				José Duarte	Frazão	
1903		791	Historiador e político	Anselmo Braancamp	Freire	
1917				Carlos Jorge	Freire	
1917				Eduardo Batista	Freire	
1904		2012		Eduardo Jesus Sousa	Freire	
1903		538		Filipe Páscoa	Freire	
1903		1558		Isidoro	Freire	
1903			Oficial da Armada - médico naval	José Pocariça da Costa	Freire	
1903		994		Luciano	Freire	
		1094		Ricardo	Freire	
1904			dr.	Vasco de Sequeira	Freire	
1903		239		João Manuel Nepomuceno	Freiria	
1903		1598		Alexandre César Barjona de	Freitas	
1903		33		António Marques de	Freitas	
1909	Felgueiras			Eduardo Augusto Soares de	Freitas	
1903		1414		Fernando Augusto da Costa e	Freitas	
1904				Jaime Marques de	Freitas	
1903		752		João do Rego	Freitas	
1915	Boticas			Joaquim António de	Freitas	
1903		1038		José Batalha de	Freitas	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		808		José Joaquim André de	Freitas	
1903		1054	dr.	Lomelino de	Freitas	
1909	Vila Nova de Famalicão		padre	Manuel da Costa Freitas	Freitas	
		220	Oficial da Armada	Segismundo Carlos da Silva Ferreira	Freitas	
1909	Vila Nova de Paiva			José Monteiro de	Frias	
1903		740		Francisco	Frick	
1904				Tito	Frick	
1903		985		António	Froes	
1903				António Vitorino	Fróis	
1904				David António Ferreira	Fronteira	
1902		78		Emídio Augusto de Cárceres	Fronteira	Fundador
1903		1978		Francisco António Ferreira	Fronteira	
1903		1549		Júlio de C.	Fürstnau	
1903		1215		António M. Pinto	Furtado	
1903		1376	dr.	Artur	Furtado	
1902		373	Oficial da Armada	Raul Correia de Betencourt	Furtado	
		534		Raul Horta	Furtado	
1903		1399		Joaquim	Fuschini	
1926				Raul Joyce	Fuschini	
1910	Quelimane			Júlio de Carvalho	Fustenau	
1903		1134		João Maurício	Gagliardi	
1903		704		Gustavo	Gaia	
1903				Raul	Gaia	
1904				António Guerreiro da	Gala	
1903		1742		Luís	Galhardo	
1904				Júlio Manuel Próspero	Gallo	
1903		2011		Júlio Maria Raposo	Galo	
1903		1635	conde de		Galveias	
1903		1388	D.	Alexandre Manuel Saldanha da	Gama	
1903		483		António Dias de Oliveira	Gama	
1904				Arnaldo	Gama	
1909	Vila Verde		dr.	Francisco Pereira	Gama	
1909	Vila Verde		dr.	João Pimenta de Sousa	Gama	
1903		913	D.	Manuel Saldanha da	Gama	
1903			D.	Sebastião Teles da	Gama (Niza)	
1903	Moçambique		director da Alfândega	Júlio Pereira	Garcez	
1903		1484		António Augusto	Garcia	
1903		845		Arnaldo Cardoso Ressano	Garcia	
1903		1137		Arsénio Ferreira	Garcia	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1677		Eduardo Tito de Assis	Garcia	
1903		1470		Eugénio Viana	Garcia	
1903		1730		Ezequiel Vítor	Garcia	
1903		1050	conselheiro	Frederico Ressano	Garcia	
		300	Oficial da Armada	Raul Cardoso Ressano	Garcia	
		1517	Músico e professor	Marcos	Garin	
1902		116	comerciante de equipamentos náuticos	João Basílio	Garraio	Fundador
1903	Lisboa	135	comerciante de artigos náuticos	Joaquim	Garraio	
1903		1034	dr.	Gonçalo Xavier de Almeida	Garrett	
		221		Tomás de Aquino de Almeida	Garrett	
1903		1487		Carlos de Sampaio	Garrido	
1903		1391	dr.	Francisco	Garrido	
1903		1618		Jacinto de Melo	Garrido	
1903		1231		José Benigno R.	Garrido	
1903		1872		José Meireles	Garrido	
1903		1672		J. Artur	Gasdé	
		1744		Pedro Álvaro da Rocha	Gaspar	
		1251		Manuel Joaquim F.	Gatta	
1926			dr.	José	Gentil	
1903		1157	dr.	José Branco	Gentil	
1910	Timor			Manuel Paulo de Sousa	Gentil	
1903		130		John	George	
1903		523		Afonso de Melo	Geraldes	
1909	Viana do Castelo			Júlio Sem Pavor	Geraldes	
1902	Faro			João Álvaro Pestana	Gião	
1909	Esposende		padre	Manuel Martins	Giesteira	
1903		1385	dr.	Augusto	Gil	
1904				Emílio	Gil	
1914	Lisboa			Emílio dos Santos	Gil	
		1609		Raul	Gilman	
1903	Lisboa	411		Alberto	Gimenez	
1903				João	Gimenez	
1903		1751		João Peixoto	Gimenez	
1904				Albert	Girad	
1902	Faro			João Álvaro	Girão	
1902	Porto			António Eduardo	Glama	
		1982		Manuel S.	Goarmon	
1909	Vila Nova de Milfontes			Manuel Nunes	Godinho	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1902			Oficial da Armada	Amaro Justiniano de Azevedo	Gomes	Fundador - Sócio do CMN
1903		1805		António	Gomes	
1909	Vila Nova de Cerveira			António José	Gomes	
1903		1607		Augusto de Oliveira	Gomes	
1903		1928	Botânico, geógrafo	Bernardino António de Barros	Gomes	
1903		1262		Caetano José	Gomes	
1903		61		Celestino Augusto	Gomes	
1903		738		Claudino de Oliveira	Gomes	
1909	Vila Nova de Cerveira			Gonçalo Emílio de Portugal	Gomes	
1903		568		Guilherme	Gomes	
1903		1908		João Anastácio	Gomes	
1903		1042		João Gagliardi	Gomes	
1903				Joaquim	Gomes	
1903		1538		Joaquim Nicolau	Gomes	
1903		1043		Joaquim Pires de Sousa	Gomes	
1903		1099		José Moreira	Gomes	
1903			Correspondente da Liga Naval em Havana	Manuel de Araújo	Gomes	
1903		408	Oficial da Armada – Ministro do Governo Provisório da República	Manuel de Azevedo	Gomes	
		1243		Tomé Ernesto	Gomes	
1902		22		António Augusto de Sousa	Gonçalves	Fundador
1903		769		Augusto de Vasconcelos	Gonçalves	
1903		737		Carlos	Gonçalves	
1903		1757		Domingos José	Gonçalves	
1903		83	Oficial do Exército	Eduardo Augusto Ferrugento	Gonçalves	
1903		79		Emídio	Gonçalves	
1903		1976		José Henriques	Gonçalves	
1903		1551		Luís A.	Gonçalves	
1904				Manuel de Oliveira	Gonçalves	
?	Barcelos			Manuel Joaquim Coelho	Gonçalves	
1903		1555		F.	Goullard	
1903		150		António de Andrade Pissarra	Gouveia	
1903		38		António Silva	Gouveia	
1903		2024		João	Gouveia	
1909	S. João da Pesqueira			Sebastião Pinto	Gouveia	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		744		Jorge Barbosa	Graça	
1909	Esposende			António Cândido de Carvalho	Granja	
1903		433		José Engenheiro	Grilo	
1903		1622	conde de		Guarda	
1909	Vieira			Clemente José Silvério Pinto	Guedes	
1903		1979		José Maria Ferreira	Guedes	
1903		718		Júlio Soares	Guedes	
		193		Manuel Soares	Guedes	
		305		Raul Mário de Serra	Guedes	
1902				Soares	Guedes	
1909	Vila Nova de Paiva		padre	João Pereira	Guerra	
1903		1941		António Vitorino	Guerreiro	
1903		1036		Bernardo Maria	Guerreiro	
1903		1288		Emílio Augusto das N.	Guerreiro	
1903		722		João Lopes	Guerreiro	
1903		759		Francisco de Fiúza	Guião	
1903		943		Joaquim Fiúza	Guião	
1903		1608		Alberto Vaz	Guimarães	
1903		1150		Alfredo	Guimarães	
1909	Póvoa de Lanhoso			Álvaro Ferreira	Guimarães	
1903		1698		António Baêna	Guimarães	
	Barcelos			António Mário Pereira	Guimarães	
1909	Vila Nova de Famalicão			Camilo Rodrigues de	Guimarães	
1903				Claudino de Oliveira	Guimarães	
1903		1699		Eugénio de Oliveira	Guimarães	
1904				Fortunato Jorge	Guimarães	
1909	Vila Verde			Gaspar Emílio Lopes	Guimarães	
1909	Santo Tirso			Guilherme Augusto Correia	Guimarães	
1903		1700	Oficial da Armada	Henrique de Oliveira	Guimarães	
1904		2063		Henrique Gonçalves	Guimarães	
1926				José Alçada	Guimarães	
1903		1977		José da Vasconcelos	Guimarães	
1903		637		José de Castro	Guimarães	
1903		1475		José Morais de Carvalho	Guimarães	
		424	dr.	Manuel da Castro	Guimarães	
		1777		Pedro Gonçalves	Guimarães	
1917	Felgueiras			Pedro Pereira da Silva	Guimarães Júnior	
1903		919		Joaquim de Vasconcelos	Gusmão	
		1604		Manuel José de Botelho	Gusmão	
1926				Pedro de	Gusmão	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
		1504		Pedro de Moura	Gusmão	
		1595		Samuel	Hadfield	
1903		612		Carlos Augusto	Hansen	
1902		321		Alberto	Harbert	
1909	Vila Nova de Cerveira		dr.	António	Henriques	
1917				António Gaspar R.	Henriques	
1903		1347		Artur Alberto de Meireles de Campos	Henriques	
1903		253		Artur de Sales	Henriques	
1903		1499		José António Meireles de Campos	Henriques	
1903		1737		Lino	Henriques	
1904			D.	António de	Herédia	
1903		844	D.	Francisco de	Herédia (Ribeira Brava)	
1917				A.	Hermínio	
1917				A. Costa	Hermínio	
1904				Jorge Jerosch	Herold	
1904				Jorge Jerosch	Herold Júnior	
1903		998	Oficial da Armada	Justino Henrique	Hertz	
1926				Walter	Hilton	
1904				Álvaro Navarro	Hogan	
1903		1409		Frederico Navarro	Hogan	
1905	Lisboa			Alexandre Duarte	Holbeche	
1903		403		Duarte Alexandre	Holbeche	
1903			D.	José de Sousa e	Holstein	
1903		1353	D.	Luís de Sousa	Holstein	
1903				Frederico	Hopfer	
1903		436		João	Iglésias	
1903		1573		Guilherme Tenreiro	Ilharco	
1909	Vila Nova de Milfontes			Joaquim	Inácio	
1909	Guimarães			António Augusto	Infante	
1902	Faro		dr.	Virgílio J. Ramos	Inglês	
1903		1122		António da Costa	Ivo	
		1586		Severino de Sousa	Ivo	
1909	Viana do Castelo			João da Costa	Jácome	
1926				Abel de Oliveira	Jardim	
1903		1809		Augusto Leite Pereira Brettes	Jardim	
1903		289		João dos Santos Pereira	Jardim	
		748		Martin P.	Jensen	
1903		261		Agostinho de	Jesus Júnior	
1903		1482	conde de		Jimenez e Molina	
1926				Augusto dos Reis Lopes	Joly	
1903		1048		H. E.	Jones	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1904				Adelino Antunes	Jorge	
1903		481		Eduardo dos Santos	Jorge	
1909	Vila Nova de Milfontes			Agostinho	José	
1903				Mourão José	José	
1903			correspondente da Liga Naval em Antuérpia	Joseph	Joubert	
1904		2023		António	Joyce	
		1785		Pedro	Joyce	
1903		1806		Francisco de Assis	Júdice	
1903		660		Adolfo de Lima	Mayer Junior	
1904		2007		Eduard	Katzenstein	
1903		448		Gustavo de Viana	Kelsh	
1903		1455		João	Kemp Júnior	
1903		1358	dr.	Henrique Carlos de Carvalho	Kendall	
1903		1198		Julius Henry	Kock	
1910	Quelimane			João Jorge da Fonseca	Kol	
1904		1169		Carlos Francisco	Kruz	
1903		588		Álvaro Pereira de	Lacerda	
1926				Duarte de Sieuve de	Lacerda	
1910	Quelimane			Francisco Gravicho Salter de Sousa e Prado de	Lacerda	
1903		636		Augusto Correia	Lage	
1903	Lourenço Marques			J. M. da Guerra	Lage	
1917				C. A.	Laidley	
1903		1927		Henrique Correia	Laje	
1903		669		Carlos Zeferino	Lamarão	
1903		533		Elesbão José Bettencourt	Lapa	
1917				João José de Melo	Lapa	
1903		24		António de Sousa Carneiro	Lara	
		405	marquês de - Oficial da Armada		Lavradio	
		215		Rafael	Lazameta	
1903		611		Coriolano	Lazzolo	
1903	Lourenço Marques			A.	Leal	
1903	Horta			Alberto Silveira	Leal	
1903		1948		Alfredo	Leal	
1903		7	Fundador da Mala Real Portuguesa	Alfredo de Oliveira Sousa	Leal	
1909	Vila Verde			António José de	Leal	
1903		735		Fernando de Albuquerque Eça	Leal	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1909	Vila Verde			João Pereira	Leal	
1903		1688		José Joaquim Mendes	Leal	
		1490		Pedro de Almeida	Leal	
1903		816		Tomás de Eça	Leal	
1926				Rudolf	Leipold	
1903		2019		João Baptista de Santana	Leiria	
1903		1149		Alípio	Leitão	
1903		1667	dr.	Artur	Leitão	
1903		1685		Joaquim da Silva	Leitão	
1903		2006		Joaquim dos Santos	Leitão	
1903		1932		José Martins Poças	Leitão	
1903		179		Luís Eugénio	Leitão	
		1686		Octávio da Silva	Leitão	
1926		1687	dr.	Ruben da Silva	Leitão	
1939				António Francisco Alves	Leite	
1909	Cabo Verde			Augusto	Leite	
1903			D.	Francisco B. de C. Oliveira	Leite	
1903		1001	dr.	Francisco Botelho de C. Almeida	Leite	
1902	Faro		Oficial da Armada	Isidoro Leger Pereira	Leite	
1903		1401		José Manuel Figueira	Leite	
1904				Vasco Pinto	Leite (Olivais)	
1903		1027		Luís	Lembado	
1903		1901	D.	Jorge da Câmara	Leme	
		1628	D.	Raul da Câmara	Leme	
1903		1260		A. de	Lemos	
1903		1061	dr.	Alexandre de	Lemos	
1904			Oficial do Exército	Filipe Malaquias de	Lemos	
1902				J.	Lemos	
1926				José Carlos de Neiva e	Lemos	
1902		319		José de	Lemos	
1903		1404		Américo de	Lencastre	
1903		695	dr. D.	António de	Lencastre	
1903		476	D.	António de Almeida	Lencastre	
1904	Oficial do Exército	2039	Oficial da Armada	Ernesto Garcez de	Lencastre	
1903			D.	Fernando de	Lencastre	
1903		656	D.	João de	Lencastre	
1903		137	D.	Joaquim Henriques de	Lencastre	
1903		703	D.	Luís de	Lencastre	
1903		1400	D.	Manuel de Almada e	Lencastre	
1903		589	D.	Nuno de Almada	Lencastre	
		1553		Pedro de	Lencastre	
		1220		Pedro Pessoa de	Lencastre	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1902		165	Oficial da Armada	João Carlos de Oliveira	Leone	Fundador
1926				Francisco Noronha	Leote	
1902		370		J.	Leote	
1903		502		Artur Alberto	Lessa	
1909	Cabo Verde			Álvaro	Levy	
1909	Cabo Verde			Fortunato	Levy	
1903	Lourenço Marques			Isaac	Levy	
1903		380		José Cruz	Lezametta	
1903		69		Domingos da Cruz	Lezametta	
1926				Augusto da Silva	Ligorne	
1904				António Francisco da Costa	Lima	
1903		1705		António Maria	Lima	
1903 - 1905	Cabo Verde			António Vicente	Lima	
1903		1534		Carlos dos Santos	Lima	
1904				Diogo de	Lima	
1903		1807		Eduardo Pedroso de	Lima	
1903		1136		Frederico Luís dos Santos	Lima	
1903		942		José	Lima	
1926				José Conde dos Santos	Lima	
1903		262		José da Cunha	Lima	
1903		974		José de Barros	Lima	
1909	Esposende			José de Jesus Ferreira	Lima	
1926			dr.	José Lobo de Ávila	Lima	
1903		314	dr.	José Maria Pereira de	Lima	
1902		178	Oficial da Armada	Luís Constantino	Lima	Fundador - Sócio do CMN
1903 - 1905	Moçambique		Juiz da Relação	Manuel Álvaro Reis e	Lima	
1902				Manuel Pereira	Lima	
1904		2052		Miguel Januário de Araújo	Lima	
1911				Sebastião de Magalhães Lima	Lima	
1926				Teotónio de Câmara	Lima	
		1654	farmacêutico	Zózimo Joaquim da Rosa	Limpo	
1909	Cabo Verde			Álvaro	Ling	
1909	Cabo Verde			Fortunato	Ling	
1902		195		Mário	Lino	Fundador
1909	Terras de Bouro			Arménio Augusto	Lira	
1903		1753		Ângelo	Lisboa	
1904			dr.	António Mário Vieira	Lisboa	
1903		1408		Eduardo	Lisboa	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1902		323		Eduardo Ildefonso da Silva	Lisboa	
1902		355		Fernando da Costa	Lisboa	
1926				Manuel de Oliveira Luzes de	Lisboa	
		1293		Tomás C.	Lisboa	
		1953		Vítor Paulo da Silva	Lisboa	
1904				Ricardo Coder y	Llorent	
1903		127		Guilherme	Lloyd	
1903		783		A. Costa	Lobo	
1904			conselheiro	Abílio	Lobo	
1903		1812		Agostinho da Costa	Lobo	
1903		1811		Albano da Costa	Lobo	
1903	Rio de Janeiro			Álvaro F. Thedim	Lobo	
1903	Timor			Belarmino	Lobo	
1910	Timor			Belarmino	Lobo	
1903		1294		Fernando F.	Lobo	
1930	Lisboa			Francisco Miranda da Costa	Lobo	
1903		527		José	Loforte	
1903		1761		Abel Emílio Pessoa	Lopes	
1903		628		Alexandre Pacheco Sequeira	Lopes	
1903		1886		António de Araújo	Lopes	
1903		1489		Cândido Augusto Ferreira	Lopes	
1903		1682		Carlos Alberto Rodrigues da Silva	Lopes	
1903		989		Jaime Augusto Ferreira	Lopes	
1903		1878		João Caetano	Lopes	
1903		1760	dr.	João Eduardo Pessoa	Lopes	
1903		1873		João José	Lopes	
1930				João Penha	Lopes	
1902				José António	Lopes	
1903		338		José Augusto	Lopes	
1926				José Valdez Moura	Lopes	
1903		387		José Vicente	Lopes	
1903		241		Leopoldo Casimiro	Lopes	
1909	Terras de Bouro			Luís	Lopes	
		1213		Manuel José	Lopes	
		1739		Óscar Eugénio de Melo	Lopes	
1903		1346	D.	António Maria da Luz de Carvalho Daun e	Lorena	
1903		649	D.	Luís de Carvalho Daun e	Lorena	
1903				Luís de Saldanha Oliveira Daun e	Lorena	
1904				Nuno de Carvalho Daun e	Lorena	
1926				Joaquim Justino	Lory	
1903		1052	duque de		Loulé	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1904				Álvaro de Paiva de Almeida	Loureiro	
1903		282		António Augusto Alves	Loureiro	
1904				Baltasar Castiço de Castro	Loureiro	
1930			Oficial da Armada	Carlos Gomes de Amorim	Loureiro	
1903				José de Lemos Borges	Loureiro	
1903		1179		José Eduardo de Abreu	Loureiro	
1903		540		José Maria	Loureiro	
1909	Viana do Castelo			Manuel Cândido	Loureiro	
1904				Santos	Loureiro	
1903		2009		Francisco de Oliveira	Lourenço	
1903		152		José Gomes	Louro	
1903		1354	conde de		Lousã	
1903		1733		Carlos Frederico de L. Schwalbach	Lucci	
1903		1496		Alberto	Lucena	
1920	Lisboa			Eduardo do Couto	Lupi	
1903		1657		Carlos Duarte	Luz	
1903		1420		Luís	Luz	
		1891		Manuel de Oliveira	Luzes	
1903		1355		Afonso Henriques Dantas Lopes de	Macedo	
1903		1611		Alfredo	Macedo	
1903		1857		Artur	Macedo	
1910	Faro			Bernardo António da Costa de Sousa	Macedo	
1909	Vila Verde		dr.	Gaspar Fernandes de	Macedo	
1909	Cabo Verde			João	Macedo	
1903		1557		João Manuel	Macedo	
1907	Cabo Verde			João Monteiro de	Macedo	
1909	Vila Verde			João Pereira	Macedo	
1903		1822		Júlio de	Macedo	
		1740		Rui de	Macedo	
1903	Quelimane			Teodoro Monteiro de	Macedo	
1904				A. J. Machado	Machado	
1904				António de Oliveira	Machado	
1903		27		António José	Machado	
1903		29		António Júlio	Machado	
1903		1436		António Júlio de Sousa	Machado	
1904				António Oliveira	Machado	
1903		2016		Augusto	Machado	
1904		297		Augusto	Machado	
1903				Augusto Jacques de M.	Machado	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		979		Augusto Jacques de Magalhães	Machado	
1903		1010		Carlos António Pinto	Machado	
1903		855		Fernando de Almeida	Machado	
1903				Fernão Boto	Machado	
1902				Francisco Poniare Sousa	Machado	
1903		359		Francisco Romano de S.	Machado	
1910	Timor			Frederico Xavier da Silveira	Machado	
1903		377		João	Machado	
1903		4367		Joaquim	Machado	
1903		1924		Jorge	Machado	
1903		1814		José António da Costa	Machado	
1903		715		José de Faria	Machado	
1902				José Ivens de Sousa	Machado	
1903		1356		José Severo de Sousa	Machado	
1903		1270		Júlio César	Machado	
1903		1920		António Homem	Machado (Caria)	
1903		1944		Homero	Machado Júnior	
1903		459		Alberto	Macieira	
1904		1013		Pedro Lopes	Macieira	
1903			Músico	Cecil	Mackee	
1903		513		Luís Augusto	Madeira	
1903	Horta			José Nestor Ferreira	Madruga	
1903		1532		José Carlos de Araújo Couto	Madureira	
1904				José Cyrne de Sousa	Madureira	
1903			conde de		Magalhães	
1915	Chaves			Adolfo Augusto de	Magalhães	
1903		1688		Eurico de	Magalhães	
1906	Lisboa			Fernando de	Magalhães	
1903		1651		Henrique Pinheiro de	Magalhães	
1903		1668		Jacinto de	Magalhães	
1909	Esposende			João de Miranda	Magalhães	
1926				João de Sousa e Vasconcelos Calvet de	Magalhães	
1903	Quelimane			Alexandre da Silva	Magno	
1903		1320		António	Magno	
1903		1694		Armando Pereira	Magno	
1903		1813		Abílio	Magro	
1904				Jaime Cagi	Mahoni	
1903		1011		João Henrique	Mahoni	
1917				Afonso Canavarro de Faria e	Maia	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		603		Alberto Ferreira	Maia	
1926				Carlos Roma Machado Faria e	Maia	
1903		580		Eduardo Ferreira	Maia	
1903		743		Guilherme de Saraiva	Maia	
1909	Cabo Verde			António de Artiaga Souto	Maior	
1903		1247		António Francisco V.	Maior	
1909	Cabo Verde			António Maria de Artiaga Souto	Maior	
1926				Cândido da Cunha Soto	Maior	
1926				Cândido Souto	Maior Júnior	
		1817	visconde de		Maiorca	
		1344	visconde de		Malanza	
1903		1483		João A. de Almeida	Malheiros	
1903		1013	visconde de		Mangualde	
1904			dr.	Manuel Teixeira de Sampaio	Mansilha	
1903		991		Joaquim Martins	Manso	
1903		1565		Alberto	Manzoni	
1903	Ponta Delgada			António Augusto	Marais	
1903		1359	barão de		Marajó	
1903		1264		António	Marcelino	
1910	Ponta Delgada			Luís	Maria	
1903		1923	conde de		Marim	
1903		1579		Alfredo Augusto Teixeira	Marques	
1903		358		António	Marques	
1902		1421		António Carlos	Marques	
1909	Vila Nova de Paiva			Augusto de Sá	Marques	
1917				Carlos Alberto Machado de Pais de Araújo Felgueiras	Marques	
1903		1615		Domingos Freire Teixeira	Marques	
1903		1632		Edgard da Mota	Marques	
1910	Timor			Eduardo Augusto	Marques	
				Hamilton Lúcio P.	Marques	
1903		775		João	Marques	
1903		1822		João da Mota	Marques	
1903		686	Oficial da Armada	Joaquim	Marques	
1903		518		Joaquim Mota	Marques	
1903		175		Luís António	Marques	
		1318		Mariano Ferreira	Marques	
		1384		Pedro Caetano	Marques	
				António	Marrafa	
1909	Vila Nova de Cerveira			Basílio Alvim Gomes	Marreca	
1903		38		Joaquim Luís	Marta	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1904			conde de		Martens Ferrão	
1903		2051		César	Martinez	
1903	Quelimane			A. Maria	Martins	
1909	Boticas			Acácio Augusto	Martins	
1903		1366	dr.	Alfredo	Martins	
1903		1596	conselheiro	Aníbal A.	Martins	
1926				António Domingos Pinto	Martins	
1904	Quelimane			António Maria	Martins	
1903		762		António Pinto	Martins	
1903		1453		Argimiro	Martins	
1903	Cabo Verde			Aurélio António	Martins	
1903		1818		Carlos	Martins	
1903		398		Eduardo Gonçalves	Martins	
1904				Francisco de Oliveira	Martins	
1903		1074	Jornalista e historiador	Francisco Rocha	Martins	
1903		1398	dr.	Frederico	Martins	
1903		904		Germano Vítor da Silva	Martins	
1903		1535		Guilherme Raimundo Santa Cruz Medeiros e	Martins	
1903		833		Horácio da Silva	Martins	
1903	Cabo Verde			Isidoro José	Martins	
1903	Lourenço Marques		dr.	J. A.	Martins	
1904	Lourenço Marques		dr.	João	Martins	
1903		140		Joaquim da Silva	Martins	
1903		2010		Joaquim de Oliveira	Martins	
1903		496	dr.	José Mendes	Martins	
1903		1997		José Simões de Oliveira	Martins	
1909	Vila Pouca de Aguiar			Maximiano Augusto de Seixas	Martins	
		1776	dr.	Pedro	Martins	
1917				Amílcar de	Mascarenhas	
1902	Lisboa			Edmundo Vasco Saldanha de	Mascarenhas	
1903		597	D.	José de	Mascarenhas	
1903		918		José Gregório de Figueiredo	Mascarenhas	
1903		1590	D.	Manuel Assis	Mascarenhas	
1904				Aniceto Vítor Hugo	Mascaró	
1903		432		João Miguel André	Massano	
1903		1581		Anselmo Braancamp de	Matos	
1902	Lisboa	19	Oficial da Armada	António Alves Pereira de	Matos	Fundador - Sócio do CMN
1903		1281		António de	Matos	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1833		António Livramento	Matos	
1902		337		Aureliano de	Matos	
1902		86		Fernando Augusto Vieira de	Matos	Fundador
1903		1802		Frederico de	Matos	
1903		579		João de	Matos	
1903		1947		João de Azevedo Mascarenhas de	Matos	
1903		1164		José Braancamp de	Matos	
1903		592		José Maria de Melo de	Matos	
1902		333		José Vicente Coelho de	Matos	
1930	Lisboa			Júlio da Silva Nogueira Pereira de	Matos	
1903		661		André de Lima	Mayer	
1904				Carlos de Lima	Mayer	
1903		777		João Vicente de Lima	Mayer	
1903		888		António Borges Coutinho de (Praia de Monforte)	Medeiros	
1903		1147		António Maria Machado	Medeiros	
1903		229		Julião Tavares de	Medeiros	
1903		1797		Bernhard	Meier	
1903		1295		Leopoldino	Melício	
1903				Alberto de Sousa e	Melo	
1910	Faro			Alexandre de Figueiredo e	Melo	
1903		653	dr.	Álvaro Lacerda e	Melo	
1903		1362		António Augusto de	Melo	
1903				António José de	Melo	
1903		40		Augusto Carvalho Pereira de	Melo	
1903		1153		Carlos Pereira de	Melo	
1904				Eduardo de Santa Marta Mesquita	Melo	
1915	Lisboa			Fernando Pizarro de Sampaio e	Melo	
1903		346		Francisco Aragão e	Melo	
1917				J. E. M. de	Melo	
1903		167	Oficial da Armada	João Augusto Fontes Pereira de	Melo	
1903		1197	D.	João de	Melo	
1904				João Pinheiro de	Melo	
1902				Joaquim Aragão e	Melo	
1904			D.	Jorge de	Melo	
1903		1178		José Maria Greenfield de	Melo	
1903		1616		Leonel de	Melo	
1903		1019		Luís Borges Bandeira	Melo	
		1103		Mário Greenfeld de	Melo	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		757	D.	Miguel de	Melo	
		1195	D.	Pedro de	Melo	
1903		758		Pedro Paulo José de	Melo	
		259	Oficial da Armada	Ruben Auber Tavares de	Melo	
1903		716		Tomás Ribeiro de	Melo	
1903		999		Vicente Pinheiro de	Melo	
1903		729	D.	José de	Melo (Sabugosa)	
1904			D.	Pedro José de	Melo (Sabugosa)	
1903	Lourenço Marques			A. T.	Mendes	
1904				Elísio	Mendes	
1903		1507		Guilherme Borges	Mendes	
1903		1183		João José Soares	Mendes	
1903		1756		José de Deus Alves	Mendes	
1904		2036		Júlio Gonçalves	Mendes	
		1706	Oficial do Exército	Randolfo Rosmiro Correia	Mendes	
1903		694		António	Mendia	
1903		1781		José de	Mendia	
1904			conde de		Mendia (Eduardo)	
1903		1516		Álvaro César de	Mendonça	
1903		601		António dos Santos	Mendonça	
1904	Quelimane			Francisco Inácio de	Mendonça	
1903		638		Henrique José Monteiro de	Mendonça	
1903		444		Jorge de	Mendonça	
1903		1585		José Antunes de	Mendonça	
1903		1859	dr.	José Honorato de	Mendonça	
		1890	dr.	Marcelino Ribeiro de	Mendonça	
1903		537	D.	José de	Mendonça (Azambuja)	
1917			D.	António do C. J. da C. Mendonça e	Meneses	
1902		349		Baltasar de Sousa e	Meneses	
1911				João Duarte de Meneses	Meneses	
1903		450	D.	Jorge de	Meneses	
1918			conde	Jorge Avilez Juzarte de Sousa Tavares de Aguilar e	Meneses (Avilez)	
1904			dr.	Alberto Carlos de	Menezes	
1903		1765		Arcádio Frederico de Sousa	Menezes	
1910	Timor			Augusto Euclides de	Menezes	
1904				Fernando de	Menezes	
1903		1717		Frederico Augusto Cortes de	Menezes	
1904	Político republicano		dr.	João Duarte de	Menezes	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1204		João Eduardo de Lencastre e	Menezes	
1903		1633	D.	José Gil de	Menezes	
1903		680	D.	José Manuel da Cunha	Menezes	
1903		1297	D.	Luís Henrique da Cunha e	Menezes	
1903		947	D.	Manuel de	Menezes	
		1763	D.	Sebastião Gil Borja de Macedo e	Menezes	
		466		Tomás Eugénio Mascarenhas de	Menezes	
1903		555		Vasco Guedes de Carvalho	Menezes	
1904		2032		Vasco Paulo Guedes de	Menezes	
1904				Gastão	Mesnier	
1903		666	conde de		Mesquita	
1926				Álvaro da Câmara Leme de	Mesquita	
1903		1962	conde de		Mesquitela	
1903 - 1905	Timor			Ernesto Pereira	Mestro	
1903		1843	Oficial da Armada	Augusto Henrique	Metzner	
1903		1844		Carlos	Metzner	
1904				Marcel	Meunier	
		797		Salvador da Costa Galvão	Mexia	
1903		44		Joaquim Eduardo	Mil Homens	
1903		244		José António	Mil Homens	
1909	Santo Tirso			Abílio Ribeiro de	Miranda	
1903		390		Aníbal Augusto Ramos de	Miranda	
1904				Aníbal Sanches de	Miranda	
1910	Faro			Artur A. de	Miranda	
1911	Boticas			Avelino Alves de	Miranda	
1909	Póvoa de Lanhoso			Cândido Vaz Pinto de	Miranda	
1903		54		Carlos Figueiredo de	Miranda	
1903		570		Francisco Bruno	Miranda	
1903		1625		Francisco de Sousa	Miranda	
1902			Oficial da Armada	João António	Miranda	
1903		231		João de Freitas	Miranda	
1903		1711		José Machado	Miranda	
		1723		Sebastião	Miranda	
1904	Chinde			Jorge de	Moctezuma	
1904				Luís	Modestá	
1902			Correspondente da Liga Naval em Aalborg	N. H.	Moller	
1903		402		Augusto de Paiva	Moniz	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1910	Lourenço Marques			dr. Egas	Moniz	
1904	Lourenço Marques			Egas	Moniz	
1903	Quelimane	302	Oficial do Exército	Júlio Botelho	Moniz	
1926				Max Gallé	Moniz	
1903		583		Rogério	Moniz	
1903		787	visconde de		Monte São	
1903		1050	Oficial do Exército	Alfredo Schiappa	Monteiro	
1903		317		António de Vasconcelos	Monteiro	
1904				António Dias	Monteiro	
1909	Celorico de Basto			António Maria	Monteiro	
1910	Timor			António Marques	Monteiro	
1903		1675		Augusto C. dos Santos	Monteiro	
1903		43		Augusto Vaz	Monteiro	
1903		423		Avelino Augusto da Silva	Monteiro	
1903		1823	conselheiro	Francisco de Castro	Monteiro	
1909	Vila Verde			Francisco Pereira	Monteiro	
1909	Vila Verde			Gaspar Emílio Lopes	Monteiro	
1903				J. Baptista	Monteiro	
1904				João Baptista da Silva	Monteiro	
1926				João da Cunha	Monteiro	
1903		1395	dr.	João Leite	Monteiro	
1903		558		João Pires	Monteiro	
1903		1415		Joaquim de Almeida Ferreira	Monteiro	
1926				José da Cunha Rola	Monteiro	
1903		511		José de Sousa Figueiredo	Monteiro	
1904				José Jerónimo Rodrigues	Monteiro	
1926				José Miguel Pereira	Monteiro	
		1458		Manuel	Monteiro	
		440		Manuel Oliveira	Monteiro	
1903		968		Rodrigo de Sousa	Monteiro	
1904		2053		Sebastião José Ferreira	Monteiro	
1904			conselheiro	Severiano	Monteiro	
1903	Cabo Verde			Luís Cândido	Monteiro Júnior	
1903		728		António de Queirós	Montenegro	
1909	S. João da Pesqueira			Júlio da Costa	Montenegro	
1909	Cinfães			Manuel de Sousa e Castro Cochofel	Montenegro	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1904	Quelimane			Martinho Pinto de Queirós	Montenegro	
1910	Amarante			Agostinho de Vasconcelos	Monterroso	
1903		688		Emílio César Pais	Monteverde	
1926				Alberto de Vasconcelos	Morais	
1903		1826		Alberto Paiva de	Morais	
1903		1098		António	Morais	
1903		248		Artur Belo de	Morais	
		171	visconde de	José	Morais	
1903			Oficial da Armada	José Luís de	Morais	
1902		164		Júlio Tolentino de	Morais	Fundador
1904			Oficial da Armada	Tito Augusto de	Morais	
1904	Lourenço Marques			Henrique	Moral	
1915	Barcelos			Augusto Gomes	Moreira	
1903		983		Eduardo Arbués	Moreira	
1903		1148		Eduardo dos Santos	Moreira	
1931				João Lobo Santos Moreira	Moreira	
1917				José Joaquim	Moreira	
		1801		Mário Arbués	Moreira	
1904			dr.	Manuel António	Moreira Júnior	
1902		6	Oficial da Armada	Alberto António da Silveira	Moreno	Fundador - Sócio do CMN
1902				Silveira	Moreno	
1903	Horta		Oficial da Armada	Jorge Fradesso de Salazar	Moscoso	
1926				Bartasar Carlos de	Moser	
1926				Eduardo Henrique Hoffacher	Moser	
1903		2018	Oficial da Armada	Augusto Bobela da	Mota	
1909	Póvoa de Lanhoso			Augusto da Conceição Teixeira da	Mota	
1903		1552	dr.	Eduardo Coutinho de Oliveira	Mota	
1917				Virgílio da	Mota	
1926				Maximino	Mota Júnior	
1917				Virgílio da	Mota Júnior	
1912	Celorico de Basto			Albânio Abílio de	Moura	
1911	Celorico de Basto			António Alves de	Moura	
1907	Cabo Verde			Aprígio Serra e	Moura	
1903		1846		Augusto Odorico da Costa	Moura	
1903		1410		Francisco de Sousa	Moura	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1909	Santo Tirso			Joaquim Ferreira de	Moura	
1903		238		José Alberto Cunha de	Moura	
1903		1166		António Ribeiro de Paiva	Mourão	
1903		887		Leonardo Vitor	Mourão	
1903				Martins	Mourão	
1903		1296	dr.	Henrique	Mouton	
1910	Timor			José da Costa	Mouzinho	
1903		992		Hermann de	Mozer	
1903		1006	Oficial da Armada	João Augusto de Oliveira	Muzanti	
1930	Oficial da Armada aviador			António Gomes Júnior	Namorado Júnior	
1903			dr.	Luís de Sousa de	Nápoles	
1930	Lisboa			António Santos	Nascimento	
1903		1883		José Augusto do	Nascimento	
1904				Álvaro	Navarro	
1903		870		António	Navarro	
1903		531		António Celestino Roman	Navarro	
1903		723		António Ferreira de Campos	Navarro	
1903		1097		Armando da Silva	Navarro	
1903		725		Arnaldo Ferreira de Campos	Navarro	
1902				Augusto Esteves Romano	Navarro	
1903	Político e jornalista	1365	conselheiro	Emídio	Navarro	
1903		1394		Ernesto	Navarro	
1903	Moçambique		conselheiro	João Baptista Rangel	Nery	
1909	Cinfães		Abade de		Nespereira	
1903		1356		José Gomes	Nestades	
1903		226	armador da marinha mercante	António José Gomes	Neto	
1903		451		Carlos Amaral	Neto	
1902	Faro			João José da Silva Ferreira	Neto	
		1992		Pio Lima Schmidt	Neto	
1902	Faro		Industrial da pesca no Algarve e político	António José Gomes	Neto Junior	Fundador
1903		249	Oficial da Armada	Augusto Eduardo	Neuparth	
1903		1088		Aníbal Correia das	Neves	
1909	Vila Nova de Milfontes			Augusto	Neves	
1903		836		Carlos Ferreira Castanheira das	Neves	
1903		1325		Carlos Vieira Gomes	Neves	
1903		1012	dr.	Cassiano das	Neves	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1904				Francisco António da Silva	Neves	
1903		1125		Henrique Vicente da Costa	Neves	
1903		1370	dr.	Jaime	Neves	
1904	Lisboa		Oficial da Armada	Joaquim Júdice	Neves	
1910	Quelimane			José Maria das	Neves	
1905	Rio de Janeiro			Narciso Fernandes da Silva	Neves	
1902	Lisboa	107	Oficial da Armada	Isaías Augusto	Newton	Fundador - Sócio do CMN
1903	Cabo Verde			António Inácio	Nobre	
1903		1841		Luís	Nobre	
1903		37		António Rodrigues Pinto	Nobre Júnior	
1903		1268		António Marques	Nogueira	
1904				Henrique	Nogueira	
1903		119	Oficial da Armada	João Carlos da Silva	Nogueira	
1903		782		Luís	Nogueira	
1902		197		Miguel Guilherme S. de Gusmão e	Nogueira	Fundador
1903		1377		Eduardo	Noronha	
1903		746	D.	João de	Noronha	
1904			D.	José do Carmo de	Noronha	
1903	Lisboa			Mário de	Noronha	
		1648		Vasco de	Noronha	
1903		896	D.	Miguel de	Noronha (Paraty)	
1902		98	Oficial da Armada	George	Norton	Fundador
1904				José Pinho das Neves Ribeira	Nova	
1903		1321		Joaquim da Costa	Novais	
1926				António de Carvalho	Nunes	
1903		36	Oficial da Armada	António Rafael Pereira	Nunes	
1903		388		Jaime da Silva Abreu	Nunes	
1903		1764		Jaime Gomes	Nunes	
1904				José Guerreiro	Nunes	
1926				Mário de Carvalho	Nunes	
1903		1830		Alfredo	O´Neill	
1903		1007		Carlos	O´Neill	
1903		1008	Oficial da Armada	Hugo	O´Neill	
1903		1610		Luís	O´Neill	
1903		621		Nicolau de Goyri	O´Neill	
1903		1328		Ricardo	O´Neill	
1903		67	conde de		Óbidos	
1903		1369	dr.	Francisco António	Ochoa	
1926				Américo	Olavo	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		977		Alberto Augusto Campos	Oliveira	
1903	Timor			Alberto Augusto de	Oliveira	
1903		1107	dr.	Alberto de	Oliveira	
1909	Terras de Bouro			António Augusto de	Oliveira	
1903		1937	Poeta	António Correia de	Oliveira	
				António Domingos de	Oliveira	
1903		230		António Eduardo de	Oliveira	
1903				António Maria Pinto de	Oliveira	
1909	Póvoa de Varzim			António Pinto de	Oliveira	
1903		1468		Artur Augusto de	Oliveira	
1909	Póvoa de Varzim	460	dr.	Caetano Marques de	Oliveira	
1903				Carlos de	Oliveira	
1903	Lourenço Marques	1272		Carlos Shirley de	Oliveira	
1903		768		Estevão Abilio de	Oliveira	
1904				Fernando	Oliveira	
1917				Francisco de	Oliveira	
1909	Vila Verde		dr.	Gaspar Fernandes de	Oliveira	
1903		634		Henrique Resende Dias de	Oliveira	
1902	Porto			J. Domingues de	Oliveira	
1904				J. M. Eugénio de	Oliveira	
1903				João César Rosa de	Oliveira	
1904				João Craveiro Lopes	Oliveira	
1909	S. João da Pesqueira			João Fernandes de	Oliveira	
1903		275		Joaquim Firmino de	Oliveira	
1903		954		Jorge César Roza de	Oliveira	
1903				José António	Oliveira	
1903		1869		José Augusto de	Oliveira	
1903		659		José Bernardino de	Oliveira	
1904				José de	Oliveira	
1903	Porto			José Domingos de	Oliveira	
1912	Fafe			José Maria Soares de	Oliveira	
1903		1800		José Mora	Oliveira	
1903		457		José Neto de	Oliveira	
1903				Leopoldo Luz Gomes de	Oliveira	
1902		352		Manuel de	Oliveira	
		199		Manuel José do Nascimento	Oliveira	
1903		882		Maurício Carlos Martins de	Oliveira	
1926				Francisco Teófilo de	Oliveira Júnior	
1903		778		Luís Mouzinho de Albuquerque	Orey	
1903		905		Rui de Albuquerque de	Orey Júnior	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1100		António Pedro de	Ornelas	
1903		1562	barão de		Ortega	
1904				João Vasco Ramalho	Ortigão	
1915				José Duarte Ramalho	Ortigão	
1904				Ramalho	Ortigão	
1918				António Pinheiro	Osório	
1926				Baltasar	Osório	
1903		1544		Carlos da Costa	Osório	
1903		624		João da Silva Carvalho	Osório	
1903		1417		José Sarmento	Osório	
1903		1994		Luís	Ottolini	
1903		1525		Carlos	Paccini	
1904				Cristiano Frazão	Pacheco	
1903		685		Jorge	Pacheco	
		187		Manuel Joaquim Desidério	Pacheco	
1903		1492	conde de		Paço do Lumiar	
1926				Luís de Aquino Ferreira	Pais	
1903		1970		Álvaro Navarro Marques de	Paiva	
1903		1680		César A.	Paiva	
1903		1965		José Joaquim de Miranda	Paiva	
		515		Satúrio	Paiva	
		1226		Rómulo Fradique de M.	Palha	
1903	Timor			José Filipe de Morais	Palha[6]	
1903		1310		Domingos José Fernandes	Palhares	
1926				Joaquim	Palhares	
1903				F. I. da Costa	Palma	
1903		1726		José Carlos	Palma	
1903		1505	duque de		Palmela	
		192		Manuel Rodrigues	Pampolim	
1903		1856		Dionísio Carlos	Parente	
1909	Viana do Castelo			João Augusto Loureiro da Rocha	Páris	
1903		1497		Joaquim	Parra	
1902		30	Oficial da Armada	António Ladislau	Parreira	Fundador - Sócio do CMN
1930			Oficial do Exército	Francisco das Chagas	Parreira	
1904				Jacinto Lúcio de	Parreira	
1909	Esposende			José	Pascoal	
1904				Nuno Bulhão	Pato	
1903		1954	dr.	Francisco	Patrício	
1903	Lourenço Marques			A. C.	Pecena	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		2057		Júlio da Costa	Pedreira	
1903		690		José da Costa	Pedreira (Filho)	
1903		120		Francisco O.	Pegado	
1903		1218		Luís B. da Oliveira	Pegado	
		1128		Roberto de Oliveira	Pegado	
1904				Lourenço Simões	Peixinho	
1904				António Maria Ferreira	Peixoto	
1904				Rodrigo Alberto de Brito	Peixoto	
1903		623		José	Pena	
		1045	marquês de		Penafiel	
1904				António Cardoso	Penedo	
1903	Lisboa	110	Oficial da Armada	Jacinto do Carmo de Sá	Penela	
		1727	dr.	Manuel	Penteado	
1903		784	conselheiro	Rodrigo Afonso	Pequito	
1903	Quelimane		dr.	Alexandre da Cunha Rola	Pereira	
1904	Quelimane		dr.	Alexandre Rola	Pereira	
1903		1670		Alfredo	Pereira	
1903		1889		António Correia	Pereira	
1909	Felgueiras			António da Cunha Rola	Pereira	
1903		1819		António José Torres	Pereira	
1903		1653		Arnaldo Ribeiro	Pereira	
1902	Lisboa			Artur Duarte	Pereira	
1930			dr.	Augusto César Gomes	Pereira	
1903		1774		Augusto César Le Blanc Gomes	Pereira	
1917				C. A.	Pereira	
1926				Carlos Augusto de Magalhães e	Pereira	
1903		1620		Carlos Correia	Pereira	
1903		1304	dr.	Carlos Matias	Pereira	
1913	Boticas			Emílio Manuel	Pereira	
1903		604		Francisco de Sena	Pereira	
1903		1681		Francisco Lopes	Pereira	
1904		1998		Francisco Sodré	Pereira	
1903		630		Inácio	Pereira	
1903		256		Jesuíno Gonçalves	Pereira	
				João Bernardo	Pereira	
1912	Arcos de Valdevez			João Bernardo	Pereira	
1903		1973		João Correia Pinto da	Pereira	
1903		1172		João de Viveiros	Pereira	
1903		1207		João E. P. da Silva	Pereira	
	Olhão			João Lúcio	Pereira	
			dr.	José Alves	Pereira	
1910	Arcos de Valdevez			José Alves	Pereira	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		850		José da Costa	Pereira	
1917				José da Cunha Rola	Pereira	
1920	Lisboa			José da Rola	Pereira	
1903		1533		José da Silva	Pereira	
1903		1945		José de Araújo	Pereira	
1903		1022		José Frederico Torres	Pereira	
1902		353		José Maria	Pereira	
1903		455		José Maria	Pereira	
1926				José Ramires Cardoso Farinha	Pereira	
1903		1419		José Soares Silva	Pereira	
1903		1375		Júlio César de Carvalho	Pereira	
1903		647		Luís	Pereira	
1903		250	Oficial da Armada	Luís Caetano	Pereira	
1903		1352		Luís de Viveiros	Pereira	
1926				Luís Teotónio	Pereira	
1903	Rio de Janeiro			Manuel António da Costa	Pereira	
1904				Manuel de Jesus Rodrigues	Pereira	
		1656		Manuel de Seabra	Pereira	
		1228		Miguel Alfredo G.	Pereira	
		1437		Pedro Quirino Pacheco de Sousa Campos	Pereira	
1926				Pedro Teotónio	Pereira	
1910	Ponta Delgada			Procópio Augusto	Pereira	
		1816		Rafael dos Santos	Pereira	
		590		Raul	Pereira	
		219		Raul Alberto Sena	Pereira	
1903		881		Silvano Félix	Pereira	
1909	Vila do Conde		dr.	António Maria	Pereira Júnior	
1903		128		João Teotónio	Pereira Júnior	
1903		1640		Augusto	Peres	
1902		331		José Antão	Peres	
1904				Luís	Peres	
1914				João	Perestrelo	
1904	Chinde			Ascenso Cordeiro	Peru	
1903				Carlos de Almeida	Pessanha	
1903		1603		José M.	Pessoa	
1904				Pedro Lopes da Cunha	Pessoa	
1903		1121		Caetano da Silva	Pestana	
1903		581		Pedro Luís	Peyssoneau	
1909	Cinfães			Alfredo da Silva	Pimenta	
1904		2050		José Augusto	Pimenta	
1903		599		António	Pimentel	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		800	conselheiro	António Teles Pereira de Vasconcelos	Pimentel	
1926			dr.	Carlos	Pimentel	
1917				F.	Pimentel	
1902			Oficial da Armada	Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa	Pimentel	Fundador - Sócio do Clube Militar Naval
1904		2044		Luís Carlos de Vasconcelos de Oliveira	Pimentel	
1903		1009		Luís de Oliveira	Pimentel	
1903		1502		Augusto	Pina	
1903		1510	Actor	António Chaby	Pinheiro	
1903		1903	dr.	António Dias	Pinheiro	
1909	Esposende			António Vila Cota	Pinheiro	
				Carlos Correia Mendes	Pinheiro	
1903		1117		João Augusto Rodrigues	Pinheiro	
1909	Vieira			João Henriques	Pinheiro	
1904				Joaquim António	Pinheiro	
1903		1759		Joaquim José da Costa	Pinheiro	
1904				José Saraiva	Pinheiro	
1903		654		Manuel Gustavo Bordalo	Pinheiro	
		1550		Rafael Bordalo	Pinheiro	
1902	Porto			David José de	Pinho	
1927				Jaime Roque de	Pinho	
1903		1237		Joaquim Guedes	Pinho	
1915	Amarante			José Custódio de	Pinho	
		188		Manuel José do	Pinho	
		1673		Paulo Rodrigues	Pinho	
		1351	D.	Marcial A.	Piñon	
1909	Cinfães			Albano do Amaral de Sousa	Pinto	
1903				Alberto de Menezes Correia	Pinto	
1904				Alfredo Xavier	Pinto	
1903		1988		António da Silva	Pinto	
?	Barcelos			António Gonçalves	Pinto	
1903		401		António Guerra da Veiga	Pinto	
				António Queirós de Andrade	Pinto	
1904				Bartolomeu Gonçalves	Pinto	
1909	Vila Pouca de Aguiar			Bernardo António Teixeira da Costa	Pinto	
1903		1975		Carlos Sarmento de Sousa	Pinto	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1926	Lisboa		Professor universitário e político	Francisco de Paula Leite	Pinto	
1903				Gouveia	Pinto	
1926				Henrique Fernandes	Pinto	
1903		972		J. Gouveia	Pinto	
1903	Lourenço Marques			J. J.	Pinto	
1903		1712		Jaime	Pinto	
1903		439	Político e jornalista	Jaime Artur da Costa	Pinto	
1903		236		Jesuíno Joaquim	Pinto	
1903		1279		João Neves	Pinto	
1926				José Granger	Pinto	
1903		1461	dr.	José Leite Nogueira	Pinto	
1902		166		José Nogueira	Pinto	Fundador
1903		1728		Júlio Augusto Leiria	Pinto	
1909	Chaves			Lino Teixeira	Pinto	
1909	Póvoa de Varzim			Luís do Souto	Pinto	
1904				Luís Martins Machado	Pinto	
1904		2001	conselheiro	Luís Serra	Pinto	
1903		881	dr.	João	Pinto Júnior	
1903				Aníbal da Nazaré	Pires	
1903		446		Carlos Maria José H. de Sousa	Pires	
1903		842		César Alves de Azevedo	Pires	
1903				João Carlos	Pires	
1926				José	Pires	
1903		706		Júlio	Pires	
1904				Pedro de Oliveira	Pires	
1902		17		Artur	Pistachini	Fundador
		1912		Raul Ladislau M.	Piteira	
1903		1424		Artur	Plácido	
1903		1194		Augusto	Plácido	
1903		642		Edgard	Plantier	
1903		1707		Emílio Júlio	Plantier	
1903		1710		João de Jesus	Plantier	
1903		609		Paulo	Plantier	
1903		799	marquês de		Pombal	
1903		1118		João Augusto da Silva	Pombo	
1903		1855	Oficial da Armada - conde da		Ponte	
1903	Ponta Delgada			Albano da	Ponte	
1903		626		José	Pontes	
1903		832	Oficial do Exército	Álvaro	Poppe	
1903		1486		Ernesto	Poppe	
1931	Lisboa			João Mesquita	Portela	
1903				Severo	Portela	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1904		1999		Paulo Cunha	Porto	
1904			dr.	Diogo C. Teixeira de Vasconcelos	Portocarrero	
1904				Guterre	Portocarrero	
1903				José Guilherme Hibbard de Melo	Portugal	
1909			vice-presidente da União Naval Russa	Nicolai	Portugalof	
1903		155		José de Oliveira	Possante	
1904				Diogo Folque	Possolo	
1904				Ezequiel de Sousa	Prego	
1904		2301		José de Sousa	Prego	
1903		1898		Fritz	Pressler	
1903	Rio de Janeiro			José Augusto	Prestes	
1903		1584		António Tomás	Quartin	
		1769		Ricardo Alfredo	Quartin	
1903		1234		João de Almeida	Queirós	
1911	Amarante			Joaquim Navarro de	Queirós	
1904		1072		José Guedes de	Queirós	
1903		1880		António Torres do Vale	Queriol	
1904			Oficial da Armada - conde da	Nuno de Freitas	Queriol	
1903				Raimundo Sérgio	Quintanilha	
		1232		Manuel	Quintans	
1910	Timor			Raul Dias	Quintas	
1903		567		Augusto Pedro	Quintela	
1903		269		Emílio Artur Leote	Quintino	
1902	Moçambique			Albano Mendes de Magalhães	Ramalho	Fundador - Sócio do CMN
1917				José Vicente da Costa	Ramalho	
1903		332		Francisco	Ramires	
1903				Adolfo	Ramos	
1904		2028		António	Ramos	
1903		168		João Pedro de Oliveira	Ramos	
1904			dr.	José da Silva	Ramos	
1910	Barcelos			José Júlio Vieira	Ramos	
				Luís Saldanha da Gama M. de S.	Ramos	
		1513		Manuel Joaquim do O	Ramos	
1903		542		Manuel Peres	Ramos	
1903		1545		Carlos	Rangel	
1903		1738		Alberto Moreira	Rato	
1903	Lisboa	1588		Augusto Moreira	Rato	
1903		1575		José Moreira	Rato	
1903		772		Francisco Limpo de Lacerda	Ravasco	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1910	Boticas			António Joaquim de Freitas	Rebelo	
1903		1221		Carlos Alberto	Rebelo	
1903		1167		Francisco Bernardino	Rebelo	
1903		1332	dr.	Luís António	Rebelo	
1926				João Augusto Caldeira	Rebolo	
1903		1599		João Belmiro de Araújo	Regalo	
1903		1909		Carlos José da Silva	Rego	
1903		288	Oficial da Armada	Jaime Daniel Leote do	Rego	
1903		1567		José	Rego	
		1629		Vasco de Freitas	Rego	
1903		490		Carlos José da Silva	Rego Júnior	
1926			dr.	Alberto Ramires dos	Reis	
1903		1278		António Pereira dos	Reis	
1903		290		Artur José dos	Reis	
1903		281	Oficial da Armada	Carlos Cândido dos	Reis	
1903		1566		Carlos de Araújo	Reis	
1903		1921		Carlos Ramires dos	Reis	
1903		310		Eduardo António dos	Reis	
1903		1331		Francisco Assis da Silva	Reis	
1903		860		Francisco do Amaral dos	Reis	
1902	Faro			Francisco Teixeira dos	Reis	
1903		272		José António dos	Reis	
1903		311		José António dos	Reis	
1909	Vila do Conde		dr.	Manuel da Cunha	Reis	
		1882		Mariano Marçal da Silva	Reis	
1909	Vila Nova de Famalicão			Plácido Ferreira de	Reis	
1909	Vila do Conde			João Alves dos	Reis Júnior	
1903		1434		João de	Resende	
1903		517		João Luís da	Resende	
1903		1592		Júlio César de	Resende	
1902		131		John	Reynolds	Fundador
1902				Rafael	Reynolds	Fundador
		216		Raphael	Reynolds	
1903		899	visconde de		Ribeira Brava	
1903		1431	conde de		Ribeira Grande	
1903	Horta		barão de		Ribeirinha	
1909	Terras de Bouro			Abel Augusto Leite	Ribeiro	
1909	Terras de Bouro			Adriano Augusto Leite	Ribeiro	
1903		8		Agostinho C. A.	Ribeiro	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1904				Aleixo Ribeiro	Ribeiro	
1909	Póvoa de Lanhoso			Alfredo António Teixeira	Ribeiro	
1903		1254		André Martins	Ribeiro	
1926				António Hintze	Ribeiro	
1907	Cabo Verde		comendador	António Joaquim	Ribeiro	
1902		330		António Maria	Ribeiro	
1903		912		Armando Saldanha	Ribeiro	
1903		545		Artur	Ribeiro	
1930				Carlos Filipe	Ribeiro	
1930	Lisboa			Carlos Filipe	Ribeiro	
1903		413		Daniel Nunes	Ribeiro	
1903	Quelimane			Dúlio Pereira	Ribeiro	
1902		320		Francisco	Ribeiro	
1904	Quelimane			Francisco António Dúlio	Ribeiro	
1904				João Alves	Ribeiro	
1926			Oficial da Armada	José Aleixo	Ribeiro	
1903		127	Oficial da Armada	José de Freitas	Ribeiro	
1926				José Luciano	Ribeiro	
1903		1769		Júlio	Ribeiro	
1903		1029		Manuel do Casal	Ribeiro	
				Mário Freitas	Ribeiro	
		1627		Raul	Ribeiro	
		1108		Manuel Vicente	Ribeiro Júnior	
1903		505		Augusto César Claro da	Ricca	
1903		1870		Luís da Conceição	Ricciardi	
1902		80	Oficial da Armada	Ernesto Alves do	Rio	Fundador - Sócio do CMN
1903		551		Francisco H. Brito do	Rio	
		1967	visconde de		Rio Sado	
1903		1190		Jorge	Rivotti Júnior	
1903		1719		Emílio Pimentel Pinto Schiapa	Roby	
		1858		Raul de Faria Machado Pinto	Roby	
1926				Armando	Rocha	
1903		724		David de Albuquerque	Rocha	
1904		2034		Filipe Trajano Vieira da	Rocha	
1902		360		José da Conceição	Rocha	
1903		240		José Maria	Rocha	
1909	Vila Nova de Cerveira			Luís Augusto	Rocha	
1903		1778	Oficial da Armada	João Carlos de Silva	Rodovalho	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1464		Armando Jorge	Rodrigues	
1902		56		Cândido	Rodrigues	Fundador
1903		1480		Carlos Pinheiro Falcão	Rodrigues	
1903		643		Cristovão A.	Rodrigues	
1904				Falcão	Rodrigues	
1903		94		Francisco	Rodrigues	
1926				Francisco Henriques	Rodrigues	
1903		1537		Henrique	Rodrigues	
1903	Lourenço Marques			J. E. Viana	Rodrigues	
1903		1444		Jorge Xisto Xavier	Rodrigues	
1903		374		José Alexandre de Campos Simões	Rodrigues	
1903		149		José do Egipto	Rodrigues	
1903		543		Luís Alexandre	Rodrigues	
1909	Guimarães			Pedro Gaspar da Costa	Rodrigues	
		1952		Raimundo Venâncio de Betencourt	Rodrigues	
1904				António de Passos	Rodrigues Júnior	
		467		Paulo Henrique	Rollin	
1903		1441	dr.	Francisco Henrique de Sousa	Romeirão Júnior	
1915	Lisboa			Álvaro Ferreira	Roquete	
1903		1671		António Viana Ferreira	Roquete	
1903		1526		João Ferreira	Roquete	
1903		1342		José Alfredo Holtreman	Roquete	
1903		648		Luís	Roquete	
1903		648		Luís	Roquette	
1902		224	Oficial da Armada	Vitorino Miguel Maria das Chagas	Roquette	Fundador
1903		1958		Augusto	Rosa	
1903		315		Emídio José Gomes	Rosa	
1909	Cabo Verde			Francisco de Paula	Rosa	
1909	Cabo Verde			Francisco de Paula	Rosa	
1903		1904		Guilherme da	Rosa	
1903		708		João	Rosa	
1903		1960		João	Rosa	
				João Gomes	Rosa	
1903		186		Manuel Augusto	Rosa	
		1283		Manuel da	Rosa	
1903		1996	dr.	Jerónimo do Couto	Rosado	
1926				Tomás António Garcia	Rosado	
1903		554		José Casimiro do	Rosário	
1903		559		João	Rouband	
1903				Eduardo O´Neill de	Rouze	
1903		1614		Jacob	Ruah	
1903		1849		Joaquim José da Luz	Rumira	
1903		1560		John Arthur	Russel	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
		1345	visconde de		S. Boaventura	
1903		721	visconde de		S. João Nepomuceno	
1903		1021	conde de		S. Lourenço	
1904		2029	visconde de		S. Luís de Braga	
1903			conde de	Alfredo Felício	S. Mamede	
1903		1049	D.	Alexandre de Vasconcelos e	Sá	
1910	Porto			Álvaro Gomes	Sá	
1903		948	dr.	António Alves Correia de	Sá	
1903		1155		Carlos de Vasconcelos e	Sá	
1903		1940		Eduardo Moreira de	Sá	
1903		1126		Elias da Cunha Pessoa de Barros e	Sá	
1903		1298		Francisco de Quintela e	Sá	
1903		247	Oficial da Armada	Francisco Diogo de	Sá	
1926				José Augusto de Barros e	Sá	
1909	Vila do Conde		dr.	José Ferreira da Silva e	Sá	
1903		1357		Júlio Correia de	Sá	
1910	Timor			Miguel Lourenço Aleixo Carmo de	Sá	
1903		557		Alexandre	Sá da Bandeira	
1904				Alexandre José	Saarsfield	
1909	Terras de Bouro			Aurélio	Saavedra	
1903		1041	conde de		Sabugosa	
		1345	visconde de		Sacavém	
1926			dr.	Aleu de Almeida	Saldanha	
1926			dr.	Augusto Camossa Nunes	Saldanha	
1915				João Camossa	Saldanha	
1903				Fernando da Gama Lobo	Salema	
1903		1561		João Viana de Lemos da Costa	Salema	
1902	Ponta Delgada	156	Oficial da Armada	José Pacheco da Costa	Salema	Fundador - Sócio do CMN
1903		748		Manuel da Gama Lobo	Salema	
1903		653		Rui da Gama Lobo	Salema	
1903		692		Edgard	Sales	
1903		586		Eduardo	Sales	
1903		1578		Ernesto	Sales	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1650		Carlos de Sousa Otero y	Salgado	
1903		1181		Francisco Alves	Salgado	
1903		1064		Guilherme de Sousa Otero y	Salgado	
1903		970		Policarpo de Sousa Otero y	Salgado	
1903		532		Alceu Marques	Salgueiro	
1910	Timor			Francisco António	Salsinha	
1902	Porto			António José Gomes	Samagaio	
1903		944		Álvaro Smith	Sampaio	
1903		730		Aníbal	Sampaio	
1902		361		António José	Sampaio	
1903		1285		Eduardo de Lima	Sampaio	
1903		498		Eduardo Teixeira de	Sampaio	
1909	Vila Nova de Famalicão			Francisco Correia de Mesquita	Sampaio	
1903		1451		Frederico Teixeira de	Sampaio	
1909	Guimarães			Jerónimo Ribeiro da Costa	Sampaio	
1909	Felgueiras			Joaquim Ferreira da Silva	Sampaio	
1904		153		José Joaquim de	Sampaio	
1903		1184		Leonildo Cesário Augusto	Sampaio	
1926				Luís Bastos de la Saluce	Sampaio	
1903		937	dr.	Mateus Augusto Ribeiro de	Sampaio	
		257		Miguel de Melo Vaz de	Sampaio	
1902	Lisboa	422		Nestor José de Oliveira	Sampaio	
	Vila Real de Santo António			Francisco Gomes	Sanches	
1903				José Vitória de	Sande	
1903		663		João Pires	Sanguinetti	
1903		1624		Henrique	Sant´Ana	
1903		931		João	Santa Bárbara	
1903		371		José António	Santa Bárbara	
1903		733	conde de		Santa Cruz de los Manueles	
1917			visconde de		Santarém	
1930	Lisboa		visconde de		Santarém	
1904			Oficial da Armada	José António	Santiago	
1903		1190		Alberto Jaime dos	Santos	
1903				Alfredo Girard dos	Santos	
1909	Vila Nova de Famalicão		dr.	Álvaro	Santos	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1026		Américo	Santos	
1926				António de Sousa	Santos	
1903		324		António dos	Santos	
1903		1263		António dos	Santos	
1902		461		António Henrique dos	Santos	
1903				Armando	Santos	
1903				Artur	Santos	
1903		49		Augusto Ferreira Gazul	Santos	
1902		341		Aureliano Benevenuto dos	Santos	
1903		234		Baltazar Ribeiro dos	Santos	
1902	Lisboa	52		Bernardino Ferreira dos	Santos	
1910	Lisboa			Bernardino Ferreira dos	Santos	
1903		1969		Carlos Manuel Duarte dos	Santos	
1930			dr.	Carmo dos	Santos	
1903		824		Domingues Rodrigues dos	Santos	
1903			Oficial da Armada	Elísio Leitão Vieira dos	Santos	
1903		495		Francisco Jaime Pereira dos	Santos	
1903		1416		Frederico Mauperrin	Santos	
1902		96	barão de	Gabriel Porto de Almeida	Santos	Fundador
1903		987		Homero dos	Santos	
1910	Quelimane			Humberto Frederico Castro	Santos	
1904			dr.	Jaime Mauperrin	Santos	
1914	Amarante			João Augusto Coelho dos	Santos	
1909	Vila Nova de Milfontes			João Inácio dos	Santos	
1903		604		João Paulo dos	Santos	
1903		509		Joaquim Afonso dos	Santos	
1910	Quelimane			Joaquim Águas Ferreira	Santos	
1903		2027		Jorge	Santos	
1914	Amares			José António da Cunha	Santos	
1903		145		José António dos	Santos	
1903		1495		José Augusto dos	Santos	
1931	Lisboa			José dos	Santos	
1904				José Maria dos	Santos	
1926				Luís Paulino dos	Santos	
		1747		Manuel Ferreira dos	Santos	
1903		670		Manuel Maria dos	Santos	
1904				Manuel Purificação	Santos	
		441		Miguel Henrique dos	Santos	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
		1684		Octávio Rangel	Santos	
1902		980	Oficial da Armada	Pedro António dos	Santos	Fundador - Sócio do CMN
		1828		Pedro Ferreira dos	Santos	
1904				Rodolfo dos	Santos	
1912	Chaves			José Correia dos	Santos Junior	
1904		2040		Augusto Vítor dos Santos	Santos Júnior	
?	Barcelos			António da Silva	São Miguel	
1910	Quelimane			António de Carvalho	Saraiva	
1903		986		Félix	Saraiva	
1903	Moçambique		gerente da casa Hafeman	Henrique de Almeida	Saraiva	
1903		519		José	Saraiva	
1916	Lisboa			António	Sardinha	
1915				António de Sousa	Sardinha	
1902	Porto			António da Fonseca	Sarmento	
1913	Chaves			Avelino Gomes de Morais	Sarmento	
1915	Fafe			Manuel Rodrigues da Silva	Sarmento	
1904		2025		Eduardo	Sarsfield	
1939				João	Sasseti	
1903		541		Hugo	Saturnino	
1903		1875		Faone	Scardin	
1904		2046		J. H.	Scarlett	
1903		1392		James	Scarlett	
		1579		Oswald	Schmieder	
1903		1120		Henry	Scholtz	
1903		1820		João Jacinto	Seabra	
1903		1015	conde de		Seisal	
1903		396		Augusto Eustáquio de	Seixas	
1926			Coleccionador de coisas do mar	Henrique Maufroy de	Seixas	
1904				Georges	Sellers	
1903		1102		Augusto Raposo	Sena	
1904				Cristóvão Ayres de Magalhães	Sepúlveda	
1903	Quelimane			Manuel de Castro	Sepúlveda	
1904	Quelimane			Manuel Jorge Correia de Castro	Sepúlveda	
1902		222	Oficial da Armada	Vítor Leite de	Sepúlveda	Fundador - Sócio do CMN
1903		287	Oficial da Armada	João António de Azevedo Coutinho Fragoso de	Sequeira	
1926				João Ferraz	Sequeira	
1903	Horta			José Augusto da	Sequeira	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
		1185	Oficial da Armada	Pedro de Azevedo Coutinho Fragoso de	Sequeira	
1903	Ponta Delgada			Victorino	Sequeira	
1905	Ponta Delgada			Victorino	Sequeira	
1903		123	Oficial da Armada	João José Lúcio	Serejo Júnior	
1903		1460	conde de		Serra da Tourega	
1903		372		Manuel Pereira	Serrão	
1904	Chinde			João A.	Serrinha	
1903		687		Elias Rafael	Seruya	
1903		671		Salomão Meir	Seruya	
1904				Augusto	Shaw	
1903		1443		Eduardo Lima O´Connor	Shirley	
1903	Ponta Delgada		conde da		Silva	
1903	Lourenço Marques			A. do Ó da	Silva	
1903	Quelimane			A. Nunes da	Silva	
1904	Quelimane			A. Nunes da	Silva	
1903				Alberto Carlos	Silva	
1902		350		Alberto da Silva	Silva	
1903				Alberto Pedro Vinnico da	Silva	
1909	Guimarães			Alberto Rodrigues da	Silva	
1903		672		Alfredo da	Silva	
1913	Amarante			Amadeu da	Silva	
1902	Porto		conselheiro	Antero Ferreira de Araújo e	Silva	
1903		279	Oficial da Armada	António Artur Baldaque da	Silva	
1903		930		António Augusto de Sousa e	Silva	
1903		582		António da Costa e	Silva	
1903				António Diogo da	Silva	
1903	Timor			António Eduardo da	Silva	
1903		1597		António Eduardo Vieira da	Silva	
1903		1810		António Frederico da Costa e	Silva	
1903		1942		António Maria da	Silva	
1909	Vila Nova de Paiva			António Morais e	Silva	
1903		271		António Norberto da	Silva	
1904	Quelimane			António Nunes da	Silva	
1903		34		António Pereira Machado da	Silva	
1903		571		António Tomé Dias da	Silva	
1903		939	Jornalista	Artur Carvalho da	Silva	
1905	Lisboa			Artur Carvalho da	Silva	
1903		1327		Augusto Fernandes da	Silva	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1520		Augusto José da	Silva	
1926				Aurélio Marques da	Silva	
1903		1432		Carlos Augusto de Magalhães e	Silva	
1903		1256		Clemente Nunes de C. e	Silva	
1903		945		Edmundo Cordeiro da	Silva	
1902		354		Eduardo Augusto da	Silva	
1904	Chinde			Eduardo R. da	Silva	
1903		1934		Ernesto dos Santos e	Silva	
1903		1709		Ernesto Ribeiro da	Silva	
1903		572		Feliciano Tomé Dias da	Silva	
1902		85	Oficial da Armada	Fernando Augusto Pereira da	Silva	Fundador
1903		1821		Filipe Félix da	Silva	
1903		1093		Francisco	Silva	
1927				Francisco dos Santos	Silva	
1903		616		Francisco Maria Barreiro Arrobas da	Silva	
1903		528		Frederico Talone da Costa e	Silva	
1903		1646		Gastão Carlos Alberto da	Silva	
1903		1446		Henrique Archer da	Silva	
1903		841		Henrique Baltar da	Silva	
1909	Vila Nova de Milfontes			Henrique da	Silva	
1903		967		Henrique Samuel	Silva	
1911			Oficial da Armada	Hermogénio António Calvo da	Silva	
1909	Santo Tirso			Ismael Gonçalo da	Silva	
1903		801	conselheiro	Jacinto Cândido da	Silva	
1903	Timor			Jacinto Isla dos Santos e	Silva	
1902		165		João	Silva	Fundador
1903		2041		João Adolfo e Vasconcelos da	Silva	
1903				João Augusto Bizarro da	Silva	
1903		957		João Carlos de Almeida e	Silva	
1904				João Correia Pinto da	Silva	
1903		1916		João Crisóstomo da	Silva	
1903				João de Almeida e	Silva	
1917				João Diogo da	Silva	
1903		1783	dr.	João dos Santos e	Silva	
1903		1338		João Eduardo Portugal Pereira da	Silva	
1903		1768		João Ferreira da Conceição e	Silva	
1903		326		João Lopes da	Silva	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1902			Oficial da Armada	João Nunes da	Silva	Fundador
1903		1204		Joaquim	Silva	
1902		132		Joaquim António Nunes da	Silva	Fundador
1904				Joaquim Augusto da	Silva	
1904				Joaquim Maria da	Silva	
1904				Jorge Adolfo Vasconcelos da	Silva	
1903		1697		Jorge Alexandre Kuft Lopes da	Silva	
1903	Rio de Janeiro			José António de Castro	Silva	
1905	Rio de Janeiro		comendador	José António de Castro	Silva	
1903		1848	dr.	José Bernardo Lopes da	Silva	
1903	Timor		conselheiro	José Celestino da	Silva	
1903		283	Oficial da Armada	José Cesário da	Silva	
1926				José da	Silva	
1902		150	Oficial da Armada	José Francisco da	Silva	Fundador - Sócio do CMN
1903		675		José Libânio Ribeiro da	Silva	
1903		1836		José Ludgero Gomes da	Silva	
1909	Amarante			José Monteiro da	Silva	
1903		454		José Patrocínio da	Silva	
1903		664		José Seta da	Silva	
1931				José Vaz de Azevedo e	Silva	
1903		1548		Júlio	Silva	
1903	Timor		Oficial da Armada	Júlio Celestino de Montalvão e	Silva	
1903		1743		Luís Andermath da	Silva	
1917				Luís Nunes da	Silva	
		1280		Manuel da	Silva	
1902		351		Manuel de Jesus	Silva	
1909	Vila Pouca de Aguiar		comendador	Manuel de Sousa e	Silva	
		1917		Manuel José da	Silva	
		486		Manuel Martins da	Silva	
1903	Moçambique			Manuel Ribeiro da	Silva	
1902		362	Oficial da Armada	Marcos Vieira da	Silva	
1910	Lisboa			Marcos Vieira da	Silva	
1904	Lisboa			Pedro Augusto Martins da	Silva	
1903		206	Oficial da Armada	Pedro Gomes da	Silva	
1926				Pedro Mendes da	Silva	
		1666		Ramiro dos Santos e	Silva	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
		217		Raul Álvares da	Silva	
1903	Cabo Verde			Roberto Duarte	Silva	
1903			Oficial da Armada	Roberto Talone da Costa e	Silva	
1903		982		Rodrigo Alberto da	Silva	
1903		957		Sebastião da Cunha	Silva	
	Lagos			Sebastião Luís da	Silva	
		367		Vitorino Soares da	Silva	
		1601		Zeferino Ferreira da Conceição e	Silva	
1926				José Teles da	Silva (Tarouca)	
1910	Faro			Francisco da Silva	Silva Junior	
1903		606		António Diogo da	Silva Júnior	
1903		325		António Ferreira da	Silva Júnior	
1902		3258		António Francisco da	Silva Júnior	
1903		1158		Cândido da	Silva Júnior	
1903		560		José da	Silva Júnior	
1904				José Ferreira da	Silva Júnior	
1926				António Pinheiro	Silvano	
1903		1929		Júlio Henrique Ferreira	Silvão	
1903			D.	António Lobo da	Silveira	
1909	Póvoa de Varzim			António Rodrigues da Costa	Silveira	
1903		1540		António Roque da	Silveira	
1904				Filipe Nery da	Silveira	
1903				Guilherme	Silveira	
1930				Henrique Cunha da	Silveira	
1930	Lisboa			Henrique Cunha da	Silveira	
1902	Lisboa	160		João Augusto da	Silveira	Fundador
1903	Horta			Joaquim Crisóstomo da	Silveira	
1903	Horta			Miguel António da	Silveira	
1903		767		Pedro de Castro da	Silveira	
1903		664	D.	Manuel Lobo da	Silveira (Alvito)	
1903		608		Joaquim dos Santos	Silvério	
		394		Miguel Leopoldo da Costa	Simas	
1903		997		Álvaro	Simões	
1903	Rio de Janeiro			Angelino	Simões	
1903		488		Artur dos Santos	Simões	
1903		435		José Alves	Simões	
1910	Lisboa			José Alves	Simões	
1904				Luciano	Simões	
1904		2003		Theodor	Simon	
		1995		Mário de	Simone	
1903		601		Francisco	Smith	
1903				Augusto Oliveira	Soares	
1902		73		Eduardo Maria	Soares	Fundador
1903		1372		Eduardo Pereira de Melo Marques	Soares	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1636		José de Oliveira	Soares	
1903		893	dr.	José Duarte de Oliveira	Soares	
1904		2040		José Xavier de Velasco Celestino	Soares	
1903		1971		Júlio	Soares	
1910	Faro			Manuel Alberto	Soares	
1904		2061		Raul Celestino	Soares	
1904				Álvaro Saavedra da Cruz	Sobral	
	Funchal		conselheiro	Carlos	Sobral	
1909	S. João da Pesqueira			José do	Sobral	
1903		1386		Luís Braancamp	Sobral	
1903		1974		Abílio	Soeiro	
1904				Leopoldo Augusto Ferreira	Solla	
1926				Luís de Castro e	Solla	
1903		1425		Luís de	Sommer	
1904				Luís Falcão de	Sommer	
1903	Ponta Delgada			José Joaquim de	Sôr	
1903		622		Alfredo Teixeira de	Sousa	
1903		949		Américo Bivar de	Sousa	
1902		14		Ângelo Gomes de	Sousa	Fundador
1903				António Cirne de	Sousa	
1902				António Gomes de	Sousa	Fundador
1903		28		António José de	Sousa	
1903		1913		António Rafael de	Sousa	
1903			Oficial da Armada	António Sérgio de	Sousa	
1904	Lisboa			António Teixeira de	Sousa	
1904				António Teixeira de Sousa	Sousa	
1904				Artur de Sá e Vasconcelos	Sousa	
1903		613		Augusto Borges de	Sousa	
1917				Carlos Júlio de Abreu e	Sousa	
1903				Cordeiro de	Sousa	
1903		1959	dr.	Cristiano de	Sousa	
1903		1422	D.	Diogo de	Sousa	
1903		233		Eduardo Frederico da Fonseca e	Sousa	
1903		77		Emílio Vieira de	Sousa	
1903		1958		Fernando Augusto de	Sousa	
1903		1972	dr.	Ferreira de	Sousa	
1903		95		Frederico Vieira de	Sousa	
1903		111		Jacinto Vieira de	Sousa	
1903		301		Jaime Júlio de	Sousa	
1904	Lisboa		Oficial da Armada	Jaime Júlio de	Sousa	
1910	Quelimane			João António Teixeira de	Sousa	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1909	Vila do Conde			Joaquim Luís de	Sousa	
1903		1989		Jorge de	Sousa	
1903		143	Primeiro presidente da Liga Naval	José Adolfo de Melo e	Sousa	
1904				José Bivar de	Sousa	
1910	Faro			José Crispim de	Sousa	
1911	Amares			José de Araújo	Sousa	
1903		493		José Estevão da Silva e	Sousa	
				José Fernando de	Sousa	
1914	Celorico de Basto			José Lopes Coelho de	Sousa	
1903		892	D.	José Luís de Saldanha Oliveira e	Sousa	
1903		378		José Maria Cordeiro de	Sousa	
1910	Lisboa			José Maria Cordeiro de	Sousa	
1909	Vila Nova de Paiva			Júlio da Fonseca e	Sousa	
1903		1292		Lúcio Cipriano de	Sousa	
1902		176	Oficial da Armada	Luís António de Morais e	Sousa	Fundador - Sócio do CMN
1902				Luís Maria Sérgio de	Sousa	Fundador
1902	Vila Real de Santo António	185	Oficial da Armada	Manuel Adelino Nunes de	Sousa	Fundador - Sócio do CMN
1903				Manuel Castelo Borges	Sousa	
1910	Ponta Delgada			Manuel Tavares de	Sousa	
		194		Manuel Teixeira de	Sousa	
		1082		Narciso Alberto de	Sousa	
1904				Pedro Bom de	Sousa	
		213		Pedro Santa Cruz de	Sousa	
1903	Horta			Vitorino Rodrigues	Sousa	
1902	Faro			J. F. de	Sousa Júnior	
		1336	visconde de		Sousa Prego	
1926			conselheiro	Fernando de	Sousa/ Nemo	
1903		514		José Matias Correia	Souto	
1909	Cinfães		D.	Pedro de Castro	Souto Maior	
		1787	marquês de		Soveral	
1903		395		Luís Leite	Spencer	
		434		Raul Leite	Spencer	
1902		103		Guilherme da Silva	Spratley	Fundador
1903		1522		Celestino	Steffanina	
1903		971		Henrique	Stegner	
1903		1114	barão	Augusto Fabre Stempel de	Sternberg	
1904				George Leslie	Strakosch	
1902	Lisboa	182		Luís	Strauss	Fundador
1904				Paulo Cunha	Stuart	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903	Ponta Delgada			Francisco Maria	Supico	
1926			dr.	Augusto	Taborda	
1903		1951		Eduardo	Taborda	
1903		1683		Joaquim Guilherme da Costa	Talento	
1903				João	Talone	
1903		2020		Augusto Alves	Tavares	
1903		1062		Carlos	Tavares	
1903		90		Francisco Alberto	Tavares	
1903		284	Oficial da Armada	Francisco de Paula Miravent	Tavares	
1903		712		José Fialho Ferro Lopes	Tavares	
1903		1236		Júlio César	Tavares	
1903	Ponta Delgada			Lourenço	Tavares	
1906				Henrique Pereira	Taveira	
1904				Pedro	Taveira	
		1056	visconde de	José	Taveiro	
1903		1276		António José	Teixeira	
1903		1546		António Manuel	Teixeira	
1903		862		Carlos Nunes	Teixeira	
1903				Eugénio	Teixeira	
1903		1196	dr.	Fausto Guedes	Teixeira	
1903		1314		Fernando Eduardo Freitas	Teixeira	
1903		470		João Baptista	Teixeira	
1903		1322		João Crisóstomo	Teixeira	
1926				José Eduardo Ahrens	Teixeira	
1903		1282		António	Teles	
1903		427	Oficial da Armada	Francisco Xavier da Silva	Teles	
1903		1594		José Maria da Silva	Teles	
1904				Rodolfo Augusto da Silva	Teles	
		1852		Wenceslau	Teles	
1903		1803 conselheiro dr.	conselheiro	Joaquim	Telo	
		1485		Pedro	Terenas	
1903		1156		João	Terenas Júnior	
1903	Horta			Florêncio José	Terra	
1903				Fernando	Testa	
1903		383		Jaime de Vasconcelos	Thompson	
1903		585		João Carlos	Thompson	
1903		1337	dr.	J. N.	Thorn	
1909	S. João da Pesqueira			João da Silva	Timóteo	
		1163	visconde de		Tojal	
1903		1732		Joaquim	Tojeiro	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1931			Oficial da Armada e político	Américo Deus Rodrigues	Tomás	
1902			correspondente da Liga Naval em Paris – Presidente da Societé Anonyme du Yatchting	Luís	Tordo	
1903	Lisboa	1329	dr.	Joaquim dos Reis	Torgal	
1903		1333	dr.	Luís Gonzaga dos Reis	Torgal	
1905	Lisboa			Reis	Torgal	
		1980		Olímpio	Torre	
	Tavira			Álvaro Mendes	Torres	
1910	Chaves			Arnaldo Pacheco Dias	Torres	
1903		1752		Carlos Alberto	Torres	
1903		726		José	Torres	
1910	Lisboa			José	Torres	
		1530		Pedro Monteiro	Torres	
1903		858		José de Castro Botelho	Torrezão	
1903		755		Carlos Stuart	Torrie	
1926				Alfredo de Almeida	Toscano	
1926				Duarte de Almeida	Toscano	
1926				João de Almeida	Toscano	
1903		482		Alberto May	Totta	
	Lagos			Manuel Casimiro de Almeida	Tovar	
1931	Lisboa			Alípio Monteiro	Tovas	
1909	Santo Tirso			Francisco de Sousa	Trepa	
1903		420	Oficial da Armada	Luís de Castelo Branco de Almeida	Trigoso	
1903		1835		Carlos Alberto	Trindade	
1903		172	dr.	Joaquim R.	Trindade	
1903		1090		Luís	Trindade	
1903	Lourenço Marques			dr. A.	Tudela	
1903		673		Guilherme E.	Ulrich	
1904			dr.	João	Ulrich	
1903		1472		José Quaresma de Oliveira	Val do Rio	
1926			marquês de		Val´Flôr	
1939				Abel Alves	Valadares	
1903		521	conselheiro	Eduardo	Valadim	
1903		1456		Duarte Emílio	Valdez	
1903		1073		José de Melo Travassos	Valdez	
1903		35	Oficial da Armada	António Pereira do	Vale	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1872	Oficial da Armada	Ernesto Torre do	Vale	
1903		1815		Fernando de Beires	Vale	
		1201		Mário V. da Torre do	Vale	
1903		1583	conde de		Vale-Flôr	
1904		2014	conde de		Valenças	
1903		1892		Eduardo Mário da Silva	Valente	
1903	Lourenço Marques		Oficial da Armada	César Alexandre Monte Cembra	Valssassina	
1903		1319		Joaquim Cristovão	Valverde	
1903		1713		João Teotónio	Varela	
1902	Porto			Bernardino Carlos de Azevedo	Vareta	
1909	Vieira			Abílio Correia de	Vasconcelos	
1906			Oficial do Exército e político	Aires de Ornelas e Vasconcelos	Vasconcelos	
1909	Cinfães			António Cardoso Pinto	Vasconcelos	
1903		1076		António de Menezes e	Vasconcelos	
1903		876		António Maria de Meireles e	Vasconcelos	
1903	Moçambique		governador do distrito	António Maria Gaspar de	Vasconcelos	
1903		1897		Arlindo de Miranda e	Vasconcelos	
1904				Carlos Alexandre Botelho de	Vasconcelos	
1903		868		Eduardo Perestrelo de	Vasconcelos	
1902		81	Oficial da Armada	Ernesto Júlio de Carvalho e	Vasconcelos	
1903		1665		Francisco de Paula Vale e	Vasconcelos	
1903		1086	dr.	Henrique de	Vasconcelos	
1904				João António Pestana de	Vasconcelos	
1903		915		João Júdice	Vasconcelos	
1902	Lisboa	298	Oficial da Armada	João Perestrelo de	Vasconcelos	
1910				Joaquim da Cunha Teles de Vasconcelos	Vasconcelos	
1903				Joaquim de	Vasconcelos	
1903		1708		José de Ornelas e	Vasconcelos	
1903		406	Oficial da Armada	José Maria de Melo	Vasconcelos	
1910	Lisboa			José Perestrelo de	Vasconcelos	
1903				Luís Perestrelo de	Vasconcelos	
		465		Manuel Luciano de Vila Nova e	Vasconcelos	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1904		2000		Raul de Almeida Loureiro e	Vasconcelos	
1926	Horta			Alberto de Cabedo e	Vasconcelos (Zambujal)	
1903				Caetano Moniz de	Vasconcelos Júnior	
1903		1469		Carlos	Vasques	
1903		811		Francisco Barbas	Vasques	
1926				Alberto Luís	Vaz	
1903		1824	dr.	Carlos	Vaz	
1939				José Simões	Vaz	
1903		278	Oficial da Armada	Júlio Alves de Sousa	Vaz	
1903		1005		Humberto	Vecchi	
		1488		Octávio	Vecchi	
1904				Mario	Vechi	
1926				Alberto da Costa	Veiga	
1909	Terras de Bouro			Francisco Eduardo	Veiga	
1904				João Luís da	Veiga	
1903	Cabo Verde			Júlio Augusto Alves da	Veiga	
		1085		Mário Leitão Allão da	Veiga	
		593		Manuel de Oliveira	Velho	
		1335	dr.	Rodrigo	Veloso	
		522		Rodrigo	Vera Cruz	
1903		1330		António	Viana	
1903		1644		António do Carmo	Viana	
1903		761		Carlos Iglésias	Viana	
1904				Francisco da Silveira	Viana	
1903		951		Henrique da Guerra Quaresma	Viana	
1903				Henrique de Guerra L.	Viana	
1903		1427		João	Viana	
?	Barcelos			João António de Magalhães	Viana	
1926				Joaquim Augusto Barbosa Colen	Viana	
1903		1017	conselheiro	José da Silveira	Viana	
1903		760		José Iglésias	Viana	
1903		263		Júlio Petra	Viana	
1904				Luís da Silva	Viana	
1909	Viana do Castelo			Manuel Martins do Couto	Viana	
			Oficial da Armada	Paulo Luisello Teixeira	Viana	
1926				Júlio	Vicente	
1903		1123		Jaime	Victor	
1903		1541		José Manuel Vidal y	Vidal	
1902		99	Oficial da Armada	Guilherme Augusto	Vidal Júnior	Fundador
1903		1397	conde de		Vidigueira	
1902		65		Carlos Pereira	Vidinha	Fundador

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903		1658		Carlos Ferreira	Viegas	
		198		Manuel dos Santos	Viegas	
1903		1459		Afonso Lopes	Vieira	
1926			dr.	Afonso Lopes	Vieira	
1903		1368	dr.	Afonso Xavier Lopes	Vieira	
1902		266		Anselmo Augusto	Vieira	
1903		417		António	Vieira	
1903		1963		Francisco Gomes	Vieira	
1903		1939		Jaime de Sousa	Vieira	
1903	Ponta Delgada			Jayme Moniz	Vieira	
1904				José Horta	Vieira	
1903	Lourenço Marques	409		Manuel Encarnação	Vieira	
1909	Póvoa de Lanhoso			Manuel Inácio de Matos	Vieira	
		1919		Santiago Mendes	Vigo	
1903		1390	conde de		Vil´alva	
1903				João Perfeito Magalhães	Vila Boas	
1903		1925		José Cesário Fialho	Vilão	
1903		1109		António de Portugal e Andrade Kuckembuck	Vilar	
1910	Lisboa			Carlos	Vilar	
1903		72	Oficial da Armada	Eduardo Cândido Lopes	Vilarinho	
1903				Fernando Perfeito de Magalhães	Vilas Boas	
1903		820		João Perfeito de Magalhães	Vilas Boas	
1904				José	Vilas Boas	
		1885		Rui Manuel Pais de	Vilas Boas	
1903		295		Ernesto Jardim de	Vilhena	
1903		1433		Filipe de	Vilhena	
1903		429		João Jardim de	Vilhena	
1902	Lisboa	303		Júlio Marques de	Vilhena	
1902	Faro			Ventura Coelho de	Vilhena	
1903		1770		Joaquim Anselmo de Barros	Virgolino	
1903		1465		Luís Guilherme de Barros	Virgolino	
1926				Fiel	Viterbo	
1903		1839		Fiel da Fonseca	Viterbo	
1903		1287		Manuel Bentes	Vitorino	
1903		1690		Dâmaso	Waddington	
1903		988		Carlos	Wanzeller	
1904				Fridtjof	Wiese	
1903		1689		Luís Stephen Correia de	Wild	
1903	Barcelos	1563		Hans	Wimmer	
1903	Barcelos	1326		Júlio B.	Worm	
1903	Barcelos	1915		Caetano Mac-Mahon de	Wrem	

Ano da primeira referência	Local de afiliação	Nº de sócio	Título profissional ou honorífico, ocupação ou função	Nome	Apelido	Notas
1903	Barcelos	1631		José Martinho	Xavier	
1904				Óscar	Xavier	
1903		1649		Quirino José	Xavier	
1903		1991		Teotónio Manuel da Cunha	Xavier	
1903		489		M.	Zaguri	
1903		1382		Óscar Salgado	Zenha	
1903		2026		Ernesto	Zenoglio	
1903		1645		Humberto	Zenoglio	
1903		138		Joaquim	Zezameta	

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolfo Navarrete..... 49, 50, 51

Afonso Costa.. 191, 200, 230, 231, 234, 236, 257, 258, 260, 262, 297, cccxxxvii

Aires de Ornelas.....105, 120, 134, 146, 164, 165, 166, 183, 184, 185, 205, 245, 247, 253, cccxlix, cccl, ccclii, ccclxxxix, cdxvii, cdlxxii

Albert Girard..... 73, 80, 82, 91, 92, 98, 103, 115, 116, 117, 154, 157, 158, cccxlix

Alberto Monsaraz.....159, 248, 255

Alemanha..8, 23, 24, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 43, 47, 60, 62, 75, 76, 77, 80, 83, 84, 85, 106, 126, 149, 150, 160, 187, 215, 219, 256, 269, 270, 271, 295, 298, 313, 314, cccxxvii, cccxxxiv

Alfredo da Silva .....253, 286, 287, 294, ccclii, ccclxxi, cdliii

Almeida d´Eça.... 17, 25, 63, 73, 77, 79, 80, 86, 87, 88, 120, 175, 182, 186, 192, 194, 203, 205, 211, 216, 230, 238, 253, cccxxxiii, cccxlviii, cccxlix, cccl, cccli, ccclii, ccclxxxii, ccclxxxiii

Álvaro Numes Ribeiro.....216

Amadeo de Souza-Cardoso . 118, 120, 122, ccclxxxviii

Amaro de Azevedo Gomes 69, 215, 217, 223

Amorim Loureiro ..... 287, 294, ccclii

António dos Santos Graça..... 88, 92, 97

António Pereira de Matos... VII, 12, 13, 16, 17, 18, 24, 25, 26, 27, 63, 68, 69, 73, 76, 77, 78, 79, 84, 87, 92, 93, 94, 98, 111, 115, 118, 120, 129, 138, 154, 155, 157, 159, 162, 163, 168, 179, 182, 186, 191, 192, 194, 197, 204, 205, 213, 218, 221, 224, 226, 227, 232, 234, 235, 236, 237, 239, 243, 245, 246, 248, 249, 253, 254, 257, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 274, 275, 278, 284, 285, 286, 290, 296, 297, 298, cccxxv, cccxxvi, cccxxviii, cccxxix, cccxxx, cccxxxi, cccxxxiii, cccxlii, cccxlviii, cccxlix, cccl, cccli,ccclii, ccclxxxii, ccclxxxiii, ccclxxxiv, ccclxxxv, ccclxxxvi, *Consulte* Pereira de Matos

António Sardinha....118, 120, 159, 240, 248, 249, 253, 254, 255, 263, 264, 266, 267, ccclxxxvii

Aquário Vasco da Gama..... 12, 153, 154, 159, 321

Associação Comercial de Lisboa . 70, 79, 82, 195, 196, 204, 229, 287, cccxxxiv, ccclxxxii

Associação Comercial do Porto19, 20, 21, 70, 91, 195, 197, 204, cccxxx, ccclxxxii

Associação dos Engenheiros Maquinistas Portugueses 70

Associação Marítima e Colonial 14, 15, 16

Associação Marítima Internacional ..75, 76, 77, 78, 83, 84, 172, cccxxvi

Association Internationale de la Marine 76, 77, 78, 81, 82, 83, 154, 302

Azevedo Gomes.. *Consulte* Amaro de Azevedo Gomes

B

Bernardino Machado.....142, 248, 252, 256, 257, 258, 259, 274, cccxxxvii

Bismarck 31, 32

*Boletim Marítimo*28, 30, 40, 53, 58, 59, 69, 84, 91, 96, 99, 104, 106, 108, 115, 117, 123, 124, 125, 127, 133, 134, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 185, 189, 191, 192, 193, 194, 199, 200, 204, 205, 213, 214, 215, 221, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 239, 265, 302, 306, cccxxxi, cccxlvii, cccliii, ccclxvii, ccclxxxiii, ccclxxxiv, ccclxxxv, cccxcv, cccxcvi, cccxcviii

Boletim Oficial....27, 58, 68, 74, 75, 78, 80, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 117, 123, 124, 125, 127, 129, 132, 133, 136, 137, 145, 146, 148, 155, 167, 170, 236, 250, 254, 264, 302, 303, cccxlvii, cccliii, ccclxvii, ccclxxxii, ccclxxxiii, cccxcv, cccxcviii

Brasil..... 29, 58, 59, 60, 61, 64, 72, 77, 101, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 144, 178, 181, 184, 185, 214, 215, 233, 239, 295, 305, 309, 318, 319, ccclxxxii, ccclxxxiii, ccclxxxiv, ccclxxxvi, cdx

British Navy League 23, 37, 38, 39, 40, 54

C

Caixa de Pensões a Marítimos Inválidos.....137
Cândido Loureiro .91, 92, 98, 100, 102, 140, 141, 142, 144, ccclxxxiv
Cardozo de Bethencourt..... 76, 77, 309
Casa Palmela..... 115, 117, 159, 233, 265, 292
Clube Militar Naval....8, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 24, 25, 29, 30, 47, 64, 66, 69, 82, 112, 124, 129, 135, 195, 197, 204, 270, 283, 284, 285, 287, 292, 298, 301, 302, 304, 305, 306, 312, 314, 315, 322, cccxxix, cccxxx, cccxxxi, cccxciv, cccxcviii, cdliv
Comissão Central de Pescarias...81, 82, 85, 91, 92, 98, 141, 154
Comissões Defensoras das Pescarias 104, 140, 143, 144, 146, 147, 214
Comité Nacional.....241, 242, 243, 244, 245, 246, 248
Conferência de Berlim 30, 37, 61
Conferência Internacional de Direito Marítimo.....159, 162, cccxxvii
Conferência Naval de Londres de 1908 161
Congresso Internacional da Marinha Mercante ..75, 76
Congresso Marítimo .51, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 74, 80, 83, 85, 86, 92, 104, 113, 126, 137, 142, 153, 154, 155, 187, 295, 303, cccxxvi, cccxxx, cccxxxi, ccclxxxiii
Congresso Marítimo Internacional... 80, 104, 153, 154, 155, 295, cccxxvi, cccxxx, cccxxxi
Congresso Nacional.. I, III, 10, 12, 84, 85, 91, 93, 100, 103, 104, 140, 187, 193, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 227, 236, 237, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 252, 264, 276, 296, 298, 302, cccxxxi, cccxl
Congresso Nacional de Pescarias .. 84, 85, 91, 93, 100, 103, 104, 140, 187, cccxxxi
Conselho Central.....66, 72, 74, 112, 113, cccxxxiii, cccxxxiv, cccxlviii
Consiglieri Pedroso ..19, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 211, 213, 242
Costa Lobo.....236, 253, 254, ccclxxxvi, cccxciii
Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira ..... 10, 12, 236, 247, 252, 253, 297, 315, 316, cccxci
Cruzada Nun´Álvares 276, 277, 278, 298

D

D. Carlos 12, 20, 22, 61, 62, 68, 69, 76, 78, 81, 82, 83, 115, 116, 117, 118, 121, 147, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 163, 164, 167, 169, 179, 180, 181, 184, 188, 191, 192, 193, 218, 230, 260, 265, 313, 314, 319, 320, 323, cccxxxv, cccxxxix
D. Manuel II...116, 156, 157, 158, 159, 192, 193, 205, 206, 230, 320, cccxxxvii
Deutscher Flottenverein ..23, 29, 42, 45, 215, 270, 298
Ditadura ..I, 8, 119, 162, 273, 277, 278, 279, 280, 281, 289, 291, 293, 295, 297, 313, 323
dreadnought..... 33, 41, 52, 60, 221, 226

E

Edgard Prestage 172
Espanha.. 28, 46, 48, 49, 52, 54, 75, 76, 78, 81, 85, 88, 90, 103, 106, 124, 125, 161, 215, 219, 234, 254, 290, 318, cccxxix, cccxlvi
EUA....29, 31, 34, 35, 53, 54, 56, 57, 60, 81, 124, 150, 271, 288
Exército.... 17, 19, 35, 36, 39, 41, 48, 72, 80, 106, 120, 124, 179, 192, 198, 201, 206, 227, 228, 233, 236, 243, 244, 248, 256, 258, 260, 276, 277, 280, 281, 282, 286, 288, 306, 310, 321, cccxxvii, cdv, cdviii, cdxxvii, cdxxviii, cdxxxii, cdxxxvi, cdxliv, cdxlvi, cdli, cdlv, cdlxxii

F

Fernando de Sousa... 70, 120, 141, 179, 185, 196, 207, 239, 244, 248, 253, 310, ccclxxxiii, ccclxxxiv, ccclxxxvi, ccclxxxviii, cdxxi
Fernando Pereira da Silva.25, 120, 178, 221, 224, 279, 283, 284, 285
festival marítimo..... 155, 162, 165
Filomeno da Câmara .....120, 182, 186, 245, 277, 278, ccclxxxiii, cdxi
França28, 31, 33, 34, 38, 46, 47, 56, 67, 75, 76, 77, 81, 83, 85, 106, 124, 138, 160, 161, 166, 171, 176, 188, 191, 215, 260, 269, 274, 284, 306, cccxxvii, cccxxxv, ccclxxxviii, cccxci, cdxxix
Francisco Miranda da Costa Lobo..118, 120, 236, 239, 245, 248
Francisco Veiga Beirão 160, 162, 221

G

Grande Guerra.... 16, 30, 31, 33, 36, 40, 42, 46, 57, 80, 84, 149, 193, 217, 230, 256, 260, 269, 272, 276, 281, 284, 314, 315, 322
Guilherme II..... 31, 32, 33, 36, 62, 78, 83, 84
Guilherme Ivens Ferraz.... 25, 120, 125, 179, 182, 185, 194, 239, 294, cccxlix, cccl, cccli, ccclii, ccclxxxiii

I

Imperial Maritime League..... 35, 40, 41, 42, 314
Inglaterra...**8**, 16, 17, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 43, 47, 75, 77, 80, 83, 84, 106, 134, 149, 150, 160, 187, 205, 215, 219, 222, 254, 256, 270, 272, cccxxxiv, ccclxxiv
Instituto de Socorros a Náufragos..... 139, 161
Integralismo ... 118, 216, 244, 253, 254, 255, 296, 298, 307, 311, 314, 319, ccclxxxviii, cccxcii
Itália . 28, 34, 38, 46, 67, 75, 76, 77, 81, 106, 155, 161, 215, cccxciii
Ivens Ferraz.....185, 281, 292, 293, 294

J

Jacinto Cândido.....116, 149, 157, 160, 174, 176, 184, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 204, 205, 216, 219, 221, 222, 235, 244, 247, 253, 254, 285, 296, 312, 318, cccxxxiii, cccxxxix, cccxliii, cccxlix, cccl, cdlxv
Jacinto Cândido da Silva 116, 160, 174, 176, 189, 190, 205, 216, 219, 235, 247, 253, 254, 296, 312, 318, cccxxxiii, cccxxxix, cccxliii, cccxlix, cccl
Jaime de Serpa Pimentel 158, 215
João Carlos de Oliveira Leone.....135, 185, 194, cccl, cccli, ccclxxxiii, ccclxxxiv, ccclxxxv
João Coutinho .....*Consulte* João de Azevedo Coutinho
João de Azevedo Coutinho.....27, 149, 159, 220, 223, 234, 235, cccxxvii
João de Meneses.....*Consulte* João Duarte de Meneses, *Consulte* João Duarte de Meneses, *Consulte* João Duarte de Meneses, *Consulte* João Duarte de Meneses
João Duarte de Meneses.....216, 217, 224, 228, 230, cccxxxiii, cccxl, cccli, cdxliv
João Vaz 117
José Ferreira Pinto Basto..... 112
José Francisco da Silva ..62, 63, 64, 72, 134, 178, 182, 185, 194, 197, 238, 239, 245, 248, 253, cccxlix, cccl, cccli, ccclii, ccclxxxiii
Júlio de Vilhena..... 27, 64, 68, 69, 73, 77, 79, 81, 112, 132, 145, 148, 173, 175, 176, 192, 193, 202, 295, cccxxxv, cccxxxvi, cccxlviii
Júlio Marques de Vilhena..... 63, 68, 74, cccxxxiii, cccxxxiv, cccxlviii

K

kaiser..... 32, 36, 43, 44, 62, 80, 83, 84, 126, 270, 313
Kaiserliche Marine.....43, 45

L

Lega Navale.....46, 311
Leote do Rego ....25, 72, 120, 149, 150, 179, 182, 186, 228, 274, ccclxxxiii
liga alemã..... 29, 30, 43, 45, 62, 215
liga britânica.....40, 62
Liga de Acção Nacional 276, 277
Liga Marítima Brasileira 59, 60, 61
Liga Marítima Española 48, 49, 50, 52, 125
Liga Nacional .....I, II, III, 10, 12, 13, 27, 49, 106, 128, 195, 196, 200, 204, 236, 237, 238, 241, 242, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 275, 276, 277, 290, 296, 298, 303, 313, 315, cccxxvii
Liga Naval... I, III, VII, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 49, 50, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141,143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 200, 201, 202, 204, 205, 207,

208, 209, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 281, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 301, 302, 303, 304, 306, 310, 320, 322, cccxxv, cccxxvi, cccxxvii, cccxxviii, cccxxix, cccxxxi, cccxxxiii, cccxxxix, ccclxxxii, ccclxxxiv, ccclxxxviii, ccclxxxix, cccxcv, cccxcviii, cdxxxii, cdxxxv, cdxlv, cdlxix, cdlxxi, *Consulte* Liga Naval Portuguesa

Liga Naval Brasileira.....57, 58, 59, 61

Liga Naval Portuguesa.. I, III, VII, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 40, 47, 53, 58, 61, 62, 63, 65, 66, 69, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 88, 90, 92, 95, 99, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 114, 118, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 135, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 149, 151, 154, 155, 158, 159, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 181, 183, 191, 193, 194, 197, 202, 204, 205, 207, 208, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 232, 233, 234, 236, 238, 240, 241, 249, 250, 253, 254, 256, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 278, 284, 286, 288, 289, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 301, 302, 303, 306, 322, cccxxv, cccxxvi, cccxxvii, cccxxviii, cccxxix, cccxxxi, ccclxxxii, ccclxxxviii, ccclxxxix, cccxcv, cccxcviii

Liga Naval Portugueza..... *Consulte* Liga Naval Portuguesa

ligações marítimas..... 129, 130, 133, 175, 181, 239

Ligue Maritime.....28, 29, 46, 47, 48, 163, 271, 272

Ligue Maritime de France.....28, 29, 46, 48

M

Magalhães Correia..... 17, 279, 283, 284, 292, 293

Magalhães Lima 217, 218, 229, 323

Mahan.....29, 31, 52, 57, 166, 221, 288, 319

Marine Nationale.....47

Marinha Colonial..... 165, cccxxix, cccxxx

marinha mercante... 8, 9, 16, 18, 20, 24, 27, 42, 47, 51, 64, 65, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 79, 84, 85, 114, 128, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 145, 146, 161, 169, 176, 177, 178, 186, 187, 194, 197, 214, 272, 306, cccxxx, ccclxxi, ccclxxxii, cccxciii, cdvii, cdviii, cdxlviii

Maurício de Oliveira.....149, 280, 283, 284

Missão de Propaganda no Norte 144

Molinari 93, 94

museu de Marinha..... 156

Museu Nacional de Marinha.... 12, 117, 153, 154, 156, 157, 158, 218, 230, 239

N

nacionalismo..... 36, 42, 43, 190, 318, 321, cccxxxix, ccclxxxix, cccxc, cccxci, cccxcii

Nacional-Sindicalismo 290

Navy League . II, III, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 53, 54, 55, 56, 57, 172, 186, 270, 288, 298, 313, 319

Nicolai Portugalof.....*Consulte* Portugalof

O

Oliveira Belo ..... 196, 203, 238, 287, ccclii, cdvii

P

palacete Ferreira Pinto Basto 66, 84, 112, 114, 138, 168

palácio Calhariz..... 114, 115, 118, 121, 156, 168, 169, 209, 254, 262, 277, 278, 285, 289, 291, 292

palácio Calhariz-Palmela 114, 115, 118, 121, 156, 168, 169, 209, 289, 291

palácio Palmela..... 115, 117, 118, 119, 121, 155, 232

Palestras Sociais....239, 267, 268, 269, 304, ccclxxxvi

Partido Democrático .. 27, 72, 193, 227, 231, 257, 258, 259, 260, 262, 275, 276, 281

Partido Nacionalista 116, 189, 190, 191, 194, 235, 244, 247, 321, cccxxxix, cccxliii

Partido Regenerador... 68, 92, 116, 148, 174, 189, 190, 191, 196, 203, 247, 286, 287, 296, 316, cccxxxiv, cccxxxv, cccxxxvi, cccxxxvii, cccxxxix

Pedro de Azevedo Coutinho .. 253, 283, 286, 287, 293, 294, 295, 306, cccxxxiii, cccxlv, ccclii, cdlxiv

Pedro dos Santos Dinis ..... 126, 151, 182, 216, cccl
Pereira da Silva 25, 129, 235, 247, 279, 280, 283, 284, 285, 286, 318, cccxliii, ccclxxii, cccxciv, cdxxxiii, *Consulte* Fernando Pereira da Silva
Pereira de Matos. 18, 24, 25, 26, 27, 63, 73, 79, 80, 85, 93, 94, 96, 98, 109, 111, 125, 130, 131, 138, 145, 155, 160, 172, 194, 200, 203, 205, 207, 227, 228, 235, 236, 237, 239, 241, 242, 244, 246, 248, 249, 250, 253, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 272, 275, 277, 290, 291,cccxxv, cccxxvi, cccxxvii, cccxxviii, cccl, cccli, ccclxxxvi
pescadores.... 51, 72, 74, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 136, 138, 139, 141, 142, 178, 187, 211
Pimenta de Castro.....27, 159, 238, 240, 247, 252, 254, 256, 258, 259, 260, 263, 275, 296, 302, 305, 318
Policarpo de Azevedo 80, 121, 159, 215, 216, 238, 239, 245, 253, 267, 278
Policarpo José de Azevedo..... *Consulte* Policarpo de Azevedo, *Consulte* Policarpo de Azevedo, *Consulte* Policarpo de Azevedo, *Consulte* Policarpo de Azevedo, *Consulte*, *Consulte* Policarpo de Azevedo, *Consulte* Policarpo de Azevedo, *Consulte* Policarpo de Azevedo, *Consulte* Policarpo de Azevedo, *Consulte* Policarpo de Azevedo, *Consulte* Policarpo de Azevedo, *Consulte* Policarpo de Azevedo
Portugalof .....28, 53, cdlvi

Q

Quirino da Fonseca..... 26, 73, 103, 113, 125

R

Real Associação Naval 73, 79, 82, 114, 116, 166, 167, 168
Real Automóvel Clube..... 114, 116
Real Clube Naval 73, 166, 167, 168
Regicídio.. I, 8, 176, 179, 190, 193, 202, 206, 296, 298
Rerum Novarum 93
ressurgimento . I, 8, 9, 18, 67, 111, 127, 130, 133, 167, 202, 214, 215, 249, 263, 265, 266, 276, 284, 285, 286, 294, 295, 297, 298
Revolução Industrial 26, 34, 62
Royal Navy.....32, 33, 35, 38, 41, 44
Rússia.... 28, 33, 38, 41, 52, 75, 83, 160, 161, 215, 272

S

Samwell Diniz 266, 267
Sebastião de Magalhães Lima.....181, 216, 217, 257, cccli, cdxxxvii
Sidónio Pais.....10, 196, 197, 245, 272, 274, 275, 276, 278, 286, 287
socialismo.....92, 93, 94, 246, 267
Sociedade de Geografia..19, 62, 63, 66, 68, 69, 79, 80, 81, 82, 86, 124, 154, 162, 193, 195, 201, 203, 204, 205, 208, 227, 232, 288, 302, 305, cccxxxiv, ccclxxxii
Societé des Oeuvres de Mer 138, 139

T

Teixeira de Sousa64, 68, 72, 74, 79, 99, 148, 168, 174, 192, 193, 221, 296, cccxxxiii, cccxxxv, cccxxxvii, cccxxxviii, cccxlix, cdlxviii
Tirpitz 32, 33, 44, 45
Tratado Naval de Washington 31

U

União Naval Russa.....52, cdlvi
União Patriótica I, 10, 12, 27, 106, 235, 237, 238, 240, 250, 251, 252, 264, 275, 277, 290, 296, 298, cccxxvii
União Republicana..... 211, 253, 258, 274, cccxl
US Navy.....54, 55, 57

V

Vidal Júnior..... 133, 177, cdlxxiii
voto 128 .....236, 240, 248, 296